

# Cadernos do *Lepaarq*

Vol. XV nº29 2018



*Textos de  
Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*



ISSN 2316 8412



Cadernos do  
*Lepoarq*

*Textos de*

*Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*

Vol. XV | nº29 | 2018 | ISSN 2316 8412



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

### Reitor:

Pedro Rodrigues Curi Hallal

### Vice-Reitor:

Luis Isaías Centeno do Amaral

### Pró-Reitora de Graduação:

Maria de Fátima Cossio

### Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

Flávio Fernando Demarco

### Pró-Reitora de Extensão e Cultura:

Francisca Ferreira Michelin

### Pró-Reitor Administrativo:

Ricardo Hartlebem Peter

### Pró-Reitor de Planejamento e

Desenvolvimento: Otávio Martins Peres

## INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

### Diretor:

Sidney Gonçalves Vieira

### Vice-Diretor:

Sebastião Peres

## LABORATÓRIO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

### Coordenador:

Rafael Corteletti



### Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 - Pelotas, RS CEP 96010-150

Fone/fax:(53)227 3677 e-mail:

editoraufpel@uol.com.br

Ficha catalográfica: Ayde Andrade de Oliveira - CRB 10/864

Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia. Pelotas, RS: Editora da Universidade Federal de Pelotas, v.15, n.29,2018.

Semestral

ISSN impresso 1806-9118

ISSN eletrônico 2316-8412

1. Arqueologia - Periódico. 2. Antropologia - Periódico. 3. Patrimônio - Periódico. I. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia.

CDD 930.1

## EDITORIA - CADERNOS DO LEPAARQ

### Editores Responsáveis:

Rafael Guedes Milheira

Fábio Vergara Cerqueira

### Conselho Editorial:

Airton Pollini (Universite de Haute-Alsace, Mulhouse - França)

Ana Maria Sosa Gonzalez (Universidade Federal de Pelotas)

Carolina Kesser Barcellos Dias (Universidade Federal de Pelotas)

Charles Orser Jr. (New York State Museum - EUA)

Francisco Pereira Neto (Universidade Federal de Pelotas)

Helen Gonçalves (Universidade Federal de Pelotas)

Jean-Louis Tornatore (Universite de Bourgogne - França)

Lourdes Dominguez (Oficina del Historiador - Cuba)

Luiz Oosterbeek (Instituto Politecnico de Tomar - Portugal)

Maria Dulce Gaspar (Museu Nacional – Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Mariano Bonomo (Conicet - Facultad de Ciencias Naturales y Museo de La Plata - Argentina)

Marisa Coutinho Afonso (Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo)

Paulo Deblasis (Museu de Arqueologia e Etnologia – Universidade de São Paulo)

Pedro Paulo Abreu Funari (Universidade Estadual de Campinas)

Reinhard Stuperich (Universidade de Heidelberg - Alemanha)

Sandra Pelegrini (Universidade Estadual de Maringá)

### Conselho Consultivo:

Camila Azevedo de Moraes Wichers (Universidade Federal de Goiás)

Albérico Nogueira de Queiroz (Universidade Federal de Sergipe)

Neli Teresinha Galarce Machado (Universidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior)

Veronica Wesolowski de Aguiar e Santos ( Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo)

Deisi Scunderlick Eloy de Farias (Universidade do Sul de Santa Catarina)

Ana Inez Klein (Universidade Federal de Pelotas)

Fernando Ozório (Universidade Federal de Sergipe)

Arno Alvarez Kern (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Camila Gianotti (Centro Universitario Regional Este, Uruguai)

Claudia Turra Magni (Universidade Federal de Pelotas)

Edgar Barbosa Neto (Universidade Federal De Minas Gerais)

Gustavo Peretti Wagner (Strata Consultoria)

Márcin César Tempass (Universidade Federal do Rio Grande)

Maria De Fátima Bento Ribeiro (Universidade Federal de Pelotas)

Rafael Corteletti (Universidade Federal de Pelotas)

Rafael Suárez Sainz (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Universidad de la República, Uruguai)

Renato Pinto (Universidade Federal de Pernambuco)

### Secretaria Editorial:

Rafael Guedes Milheira

Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro

### Editoração e Projeto Gráfico:

Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro

### Revisão Gramatical:

Sandra Alves

# SUMÁRIO

## PÁGINA

### EDITORIAL

Rafael Guedes Milheira, Fábio Vergara Cerqueira

1

### FESTA É COISA SÉRIA: JOSÉ GUILHERME MAGNANI E A ANTROPOLOGIA URBANA NO BRASIL

Vagner Barreto Rodrigues, Flávia Maria Silva Rieth

4

### POR UMA ABORDAGEM GEOARQUEOLÓGICA: A INTERFACE ENTRE A ARQUEOLOGIA E AS CIÊNCIAS DA TERRA E A ÊNFASE NO CONTEXTO ESPACIAL

Renata Pedroso de Araujo

20

### PROPOSTA DE PROTOCOLO DE GRADEAMENTO PARA MONITORAMENTOS ARQUEOLÓGICOS EM RESERVATÓRIOS DE HIDRELÉTRICAS JÁ INSTALADAS

Manoella de Souza Soares

40

### BAR KOKHBA: AS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS E SEUS DESAFIOS

Pedro Paulo Abreu Funari, Filipe Noe Silva

56

### APRESENTAÇÃO DOSSIÊ: MOBILIDADES, CONTATOS E COLONIZAÇÃO NA ANTIGUIDADE GREGA

Fábio Vergara Cerqueira

71

### EXPLORER L'HISTOIRE ET L'ARCHÉOLOGIE DE LA COLONISATION GRECQUE (ÉPOQUES ARCHAÏQUE ET CLASSIQUE) : SOURCES, MÉTHODES, ENJEUX

Arianna Esposito, Airton Pollini

76

### EXPLORANDO A HISTÓRIA E A ARQUEOLOGIA DA COLONIZAÇÃO GREGA (PERÍODOS ARCAICO E CLÁSSICO): FONTES, MÉTODOS, QUESTÕES

Arianna Esposito, Airton Pollini

89

### DIASPORA, COLONIE, COLONISATION : DÉFIS ET ENJEUX D'UN LEXIQUE

Arianna Esposito, Airton Pollini

101

### DIÁSPORA, COLÔNIA, COLONIZAÇÃO: DESAFIOS E QUESTÕES DE UM LÉXICO

Arianna Esposito, Airton Pollini

118

### LA PRÉCOLONISATION : UN MOT POUR DIRE L'ARCHÉOLOGIE DES PREMIERS CONTACTS ?

Arianna Esposito

135

### PRÉ-COLONIZAÇÃO: UMA PALAVRA PARA DIZER A ARQUEOLOGIA DOS PRIMEIROS CONTATOS?

Arianna Esposito

154

ARTIGOS

Dossiê Mobilidades, contatos e colonização na Antiguidade grega

<b>FENÍCIOS PELO MEDITERRÂNEO: FORMAS DE CONTATO DIVERSIFICADAS</b>	<b>173</b>
Maria Cristina Nicolau Kormikiari	
<b>PHOENICIANS IN THE MEDITERRANEAN: DIVERSIFIED FORMS OF CONTACT</b>	<b>186</b>
Maria Cristina Nicolau Kormikiari	
<b>URBANISME RÉGULIER, OCCUPATION DES CAMPAGNES ET RAPPORTS INTERETHNIQUES EN GRANDE-GRÈCE</b>	<b>199</b>
Airton Pollini	
<b>URBANISMO REGULAR, OCUPAÇÃO DAS TERRAS E RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA MAGNA GRÉCIA</b>	<b>223</b>
Airton Pollini	
<b>A ORGANIZAÇÃO DA KHÓRA NA SICÍLIA GREGA SUL-ORIENTAL: SIRACUSA DIANTE DE SUA HINTERLÂNDIA (733 -598 A.C.)</b>	<b>246</b>
Maria Beatriz Borba Florenzano	
<b>THE ORGANIZATION OF THE KHORA IN SOUTHEASTERN GREEK SICILY: SYRACUSE AND ITS HINTERLAND (733 -598 BC)</b>	<b>283</b>
Maria Beatriz Borba Florenzano	
<b>LES GRECS EN ADRIATIQUE</b>	<b>320</b>
Maria Paola Castiglioni	
<b>OS GREGOS NO ADRIÁTICO</b>	<b>340</b>
Maria Paola Castiglioni	
<b>GRECS ET POPULATIONS LOCALES AUTOUR DE LA MER NOIRE, DU VIII SIÈCLE AU III SIÈCLE AV. J.-C.</b>	<b>359</b>
Madalina Dana	
<b>GREGOS E POVOS NATIVOS NA BACIA DO MAR NEGRO ENTRE OS SÉCULOS VIII – III A.C.</b>	<b>380</b>
Madalina Dana	
<b>LES COLONIES GRECQUES DU SUD DE LA GAULE (VII – II S. AVANT N. È.)</b>	<b>401</b>
Claire Joncheray	
<b>AS COLÔNIAS GREGAS DO SUL DA GÁLIA (SÉC. VII – II A.C.)</b>	<b>418</b>
Claire Joncheray	
<b>LES ATHÉNIENS HORS D’ATTIQUE À L’ÉPOQUE CLASSIQUE</b>	<b>435</b>
Catherine Saint Pierre-Hoffmann	
<b>OS ATENIENSES FORA DA ÁTICA NO PERÍODO CLÁSSICO</b>	<b>447</b>
Catherine Saint Pierre-Hoffmann	

## EDITORIAL

O volume XV, número 29 dos Cadernos do LEPAARQ novamente traz artigos de variados temas da Arqueologia e Antropologia brasileira com um número especial sobre Arqueologia do velho mundo.

A revista abre festiva. O artigo “Festa é coisa séria: José Guilherme Magnani e a Antropologia Urbana no Brasil”, de autoria de Vagner Rodrigues e Flávia Rieth, aborda os ambientes festivos como espaço de reflexão sobre as cidades, a partir da perspectiva do antropólogo José Guilherme Magnani.

Renata Pedroso de Araujo tem uma contribuição teórica para o campo da Geoarqueologia com o texto “Por uma abordagem geoarqueológica: a interface entre a Arqueologia e as Ciências da Terra e a ênfase no contexto espacial”, demonstrando a interdisciplinaridade do campo no estudo do registro arqueológico.

Manoella de Souza Soares traz uma “Proposta de protocolo de gradeamento para monitoramentos arqueológicos em reservatórios de hidrelétricas já instaladas”, uma abordagem metodológica importante para atuações no campo da Arqueologia de Contrato.

Já no campo da antiguidade, Filipe Silva e Pedro Paulo Funari trazem o tema da Revolta de Bar Kokhba, líder da terceira rebelião judaica contra o Império romano, ocorrida entre 132-135 d.C., buscando cotejar documentação escrita e cultura material para uma maior acúria do episódio, tema que compõe o texto “Bar Kokhba: as evidências arqueológicas e seus desafios”.

A revista fecha com o dossiê “Mobilidades, contatos e colonização na Antiguidade grega”, organizado por Arianna Esposito, Airton Pollini e Fábio Vergara Cerqueira. O dossiê é composto por dez artigos de autores brasileiros, franceses e italianos, cujos textos foram publicados em francês e traduzidos para o português ou escritos em português e traduzidos para o inglês. Dessa forma, buscamos facilitar o acesso à leitura dos textos, ampliando o público alvo.

Desejamos um mergulho estimulante nas leituras.

Dr. Rafael Guedes Milheira

Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Editores dos Cadernos do LEPAARQ

**FESTA É COISA SÉRIA: JOSÉ GUILHERME MAGNANI E A ANTROPOLOGIA URBANA  
NO BRASIL**  
PARTY IS A SERIOUS THING: JOSÉ GUILHERME MAGNANI AND THE URBAN  
ANTHROPOLOGY IN BRAZIL

Vagner Barreto Rodrigues  
Flávia Maria Silva Rieth

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



# Festa é coisa séria: José Guilherme Magnani e a Antropologia Urbana no Brasil

Vagner Barreto Rodrigues<sup>1</sup>

Flávia Maria Silva Rieth<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo, fazemos o exercício de pensar a Antropologia da Antropologia, com a atenção voltada para a abordagem da festa, da sociabilidade e do lazer nas pesquisas antropológicas brasileiras. A partir de uma perspectiva de “teoria vivida”, queremos refletir, por meio da relação entre o contexto sociocultural, a obra acadêmica e a trajetória de vida do antropólogo José Guilherme Magnani, alguns dos problemas e questões do campo antropológico dentro, e fora, da academia. Neste processo, destacamos algumas das linhagens antropológicas que contribuíram para a institucionalização dos paradigmas da Antropologia Urbana no Brasil, bem como a tensão criada em campo com a inserção da festa como forma de reflexão a respeito da cidade, de seus moradores e de seus modos de vida.

**Palavras-chave:** José Guilherme Magnani; Festa; Antropologia da Antropologia; Linhagens antropológicas; Teoria vivida.

**Abstract:** In this paper, we discuss the idea of Anthropology of the Anthropology, with special attention to the Brazilian anthropological studies that have been devoted to party, sociability, and leisure. From the perspective of an "experienced theory", we present, through the prism of his sociocultural context, the life and works of José Guilherme Magnani and some of the problems concerning to the Anthropology, inside and outside of the academic scope. In this process, we pinpoint some of the anthropological lineages that have added to the institutionalization of paradigms of the Urban Anthropology in Brazil as well as some tension due to the insertion of partying as a way of reflexion about the city, its inhabitants and their ways of life.

**Keywords:** José Guilherme Magnani; Party; Anthropology's Anthropology; Anthropological lineages; Experienced theory.

As festas também significam a destruição das diferenças entre os indivíduos e, por esta razão mesma, associam-se à violência e ao conflito, pois são as diferenças que mantêm a ordem.  
(Rita de Cássia Amaral, *Festa à brasileira*, 1998)

*O gato preto cruzou a estrada  
Passou por debaixo da escada  
E lá no fundo azul na noite da floresta  
A lua iluminou a dança, a roda, a festa  
(Secos & Molhados, *O vira*, 1973)*

<sup>1</sup> Mestre em Antropologia Social e Cultural, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas, na Universidade Federal de Pelotas (ICH-UFPeL), Brasil. Graduando no Bacharelado em Antropologia, no Instituto de Ciências Humanas, na Universidade Federal de Pelotas (ICH-UFPeL), Brasil. Cursou, também, bacharelado em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo, na Universidade de Caxias do Sul (UCS), Brasil. E-mail: vgnbrt@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Mestre em Antropologia Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Cursou, também, bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Professora no Departamento de Antropologia e Arqueologia na Universidade Federal de Pelotas (DAA - UFPeL), Brasil. E-mail: riethuf@bol.com.br.



## INTRODUÇÃO

No fim de dezembro de 2013, quando muitos realizavam as compras para o Natal, o Brasil deu uma demonstração de seu preconceito – nem sempre velado, mas dificilmente assumido. Jovens da periferia de São Paulo foram expulsos de *shoppings centers* destinados para a classe média. Naquele momento, o Brasil foi apresentado ao que ficou conhecido como *rolezinho*<sup>3</sup>. Num primeiro momento, nenhum crime foi registrado. Mesmo assim, muitos sentiram-se ameaçados pela presença desses jovens em locais que, até então, eram percebidos como públicos.

De acordo com o antropólogo Alexandre Barbosa-Pereira (2016, p. 547):

O termo *rolê* é uma gíria muito comum no Brasil e seria o mesmo que fazer um passeio, traz, portanto, a ideia de circular pela cidade para se divertir. Na internet, os objetivos descritos eram: encontrar amigos, conhecer pessoas, paquerar, dar uns beijos e zoar. No entanto, o que seria apenas um encontro para lazer tornou-se uma grande confusão. Alguns lojistas, administradores e frequentadores do shopping sentiram-se ameaçados por aquela grande concentração de jovens a brincar e fazer barulho. Chamou-se então a polícia que atuou com bastante truculência para expulsar os jovens, o que gerou correrias para fugir da repressão policial.

Em setembro de 2014, essa *regra*, que separa alguns espaços da cidade para a diversão de certas classes sociais, foi quebrada, novamente em São Paulo. Desta vez, moradores do Jardim Europa fizeram um abaixo-assinado contra o Museu de Imagem e Som (MIS)<sup>4</sup>. O motivo: a grande movimentação que a exposição sobre o programa *Castelo Rá-Tim-Bum*<sup>5</sup> gerou nas redondezas – fato que alterou o fluxo de carros e de pessoas no bairro.

Segundo depoimento do diretor do MIS, André Sturm, as reclamações dos moradores se assemelhavam às ocorridas em 2011 no bairro Higienópolis, quando o governador Geraldo Alckmin (PSDB) cancelou a construção de uma estação de metrô no local devido aos protestos de moradores. À época, uma psicóloga, moradora do bairro, chegou a declarar que a estação poderia atrair “gente diferenciada”<sup>6</sup> para as redondezas. No dia 27 de setembro de 2014, um grupo organizou um evento articulado via *Facebook*, intitulado *Churrascão da gente diferenciada*<sup>7</sup>. De acordo com as imagens postada no evento, tinha carro de

---

<sup>3</sup> Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/opinion/1387799473\\_348730.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/opinion/1387799473_348730.html). Acesso em: 05. jul. 2017.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.mis-sp.org.br/>. Acesso em: 05 jul. 2017.

<sup>5</sup> Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,moradores-do-jardim-europa-fazem-abaixo-assinado-contra-o-mis,1563911>. Acesso em: 05. jul. 2017.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/churrasco-pretende-levar-gente-diferenciada-para-a-frente-do-mis-3551.html>. Acesso em: 05. jul. 2017.

<sup>7</sup> Em um movimento contrário, e divertido, milhares de jovens organizaram outro abaixo-assinado, dessa vez *contra* os moradores do bairro Jardim Europa, que contou com aproximadamente 7 mil assinaturas coletadas *on-line*. Disponível em:

som, cerveja, isopor com gelo, vodca com energético, espetinho e fumaça. Será mesmo que no Brasil *tudo acaba em festa*?

Há algumas décadas, esses fenômenos não se configurariam enquanto temas de pesquisa e nem encontrariam espaço no campo da Antropologia. Entretanto, atualmente, pensar na Antropologia Brasileira sem levar em consideração o foco que as pesquisas desenvolvidas lançam para o espaço urbano e suas dinâmicas não dá conta de boa parte da produção acadêmica deste campo do conhecimento. Nesse *percurso*, para brincar com uma das categorias cunhadas pelo autor, cabe destacar a atuação do antropólogo José Guilherme Magnani – docente na Universidade de São Paulo (USP) – para a criação de arcabouço teórico nos estudos da Antropologia Urbana.

Magnani é Professor Titular na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), no Departamento de Antropologia, onde coordena o Núcleo de Antropologia Urbana e a revista acadêmica *Ponto Urbe*. Tem sido pioneiro na realização e na orientação de diversas pesquisas, não apenas na grande São Paulo, mas em outras regiões do País, com a atenção voltada para as dinâmicas urbanas, trazendo para o primeiro plano a festa, a sociabilidade e o lazer que tais práticas apresentam. Neste movimento, o autor contribui com a reflexão sobre a capacidade de transformação, mesmo que em pequena escala, dos agrupamentos em distintos *pedaços* da cidade, bem como as opções por *percursos* e *circuitos* – dentre daquilo que é oferecido e negado nas cidades.

Segundo a antropóloga Rita de Cássia Amaral (1996, p. 254), orientanda de Magnani:

Em poucas palavras, os que analisaram a cidade dividiram-se em dois grandes grupos: o dos autores que viam no modo de vida urbano um fator de desintegração dos valores tradicionais (como a família e a religião) e o dos que viam este modo de vida não como desintegrador, mas gerando um novo padrão cultural, surgido da diversidade: o da sociedade secular, racional, cujas relações se baseariam em interesses práticos e onde os valores tradicionais seriam substituídos por outros, mais adequados a esta formação social moderna, que substituiria o teocentrismo pelo antropocentrismo.

A partir dos anos 1970, porém, algumas perspectivas passam a oferecer novos dados sobre as dinâmicas socioculturais urbanas, como a pesquisa de Roberto DaMatta ([1979] 1997), sobre o carnaval e a sociedade brasileira, a pesquisa de Gilberto Velho (1973), com sua etnografia sobre classes médias urbanas no Rio de Janeiro, chamada, à época, pejorativamente, de “antropologia de Copacabana” e a de Ruben Oliven, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sobre grupos urbanos (1992). Assim, por meio destes trabalhos, ao mesmo tempo em que o entendimento a respeito das cidades e do modo de vida urbano transforma-se, na perspectiva antropológica vão percebendo-se novos arranjos, que atualizam paradigmas. A inserção de tais professores em programas de pós-graduação possibilita a expansão e a

---

[https://secure.avaaz.org/po/petition/Prefeitura\\_da\\_Cidade\\_de\\_Sao\\_Paulo\\_e\\_Governo\\_do\\_Estado\\_de\\_Sao\\_Paulo\\_Abixo\\_assinado\\_contra\\_os\\_moradores\\_do\\_Jardim\\_Europa/?pv=8](https://secure.avaaz.org/po/petition/Prefeitura_da_Cidade_de_Sao_Paulo_e_Governo_do_Estado_de_Sao_Paulo_Abixo_assinado_contra_os_moradores_do_Jardim_Europa/?pv=8). Acesso em: 05. jul. 2017.

continuidade dos temas. O espaço urbano deixa de ser local de desagregação e do caos; passa a ser local de encontro, de festa, de agrupamento, mas também de confronto, de disputa, de conflito, como no exemplo dos rolezinhos, presente nas pesquisas de Barbosa-Pereira (2014, p. 2016), também orientando de Magnani.

Neste artigo, temos como pressuposto a perspectiva de uma *teoria vivida*, conforme aponta a antropóloga Mariza Peirano (2006). Logo, nosso exercício é acessar, por meio da trajetória de vida, da relação entre o contexto sociocultural e da obra acadêmica de Magnani, algumas das perspectivas e das dinâmicas do campo antropológico dentro, e fora, da academia. No movimento institucional, que vai da “alteridade radical” à “alteridade próxima”, buscamos refletir o campo científico que possibilitou que as relações tecidas na cidade tornassem-se objeto de pesquisa. Segundo Peirano (2006, p. 08):

A idéia de uma “teoria vivida” alude à ação permanente, ao movimento contínuo que caracteriza o desenvolvimento geral da disciplina e também as suas configurações particulares. É fato conhecido que noções de tempo e espaço são centrais para o exame da ação social; essas noções são igualmente básicas na apreciação da trajetória da antropologia como fenômeno intelectual (e cultural). Conceber teoria viva sugere, portanto, a existência de dimensões políticas em sua prática.

Voltados para a Antropologia da Antropologia, com atenção para a relação tecida na orientação, destacamos neste artigo uma *linhagem antropológica*, que resulta não apenas na formação do antropólogo, mas também em uma abordagem específica em relação ao espaço urbano, com implicações naquilo que diz respeito aos trabalhos realizados pelo autor e seus orientandos. Conforme Peirano (2004, p. 210),

[...] a *história teórica*, que nos é importante aqui, resulta não de uma mera seqüência de obras e autores, mas principalmente examina os problemas e as questões que formam um repertório aberto que, continuamente renovado em novas perguntas ou formulações, produz um movimento espiralado e não-linear; nesse contexto, as monografias etnográficas são o capital mais significativo da disciplina, indicando ao pesquisador iniciante que a relação entre teoria e pesquisa de campo é hoje enfrentada, o foi no passado, e continuará a sê-lo por outros depois dele. Em outras palavras, o que consideramos nosso cânone não é por essa razão estático, já que se fundamenta no arejamento que pesquisas novas produzem em diálogo com idéias e autores que nos precederam.

Dessa forma, buscamos situar a figura do antropólogo José Guilherme Magnani, e sua trajetória de vida, que confunde-se, em grande parte, com a história teórica da Antropologia no Brasil.

### **PENSAR O CAMPO (ACADÊMICO) PARA PENSAR A CIDADE**

A Antropologia Brasileira possui, como uma de suas características principais, o estudo do território nacional. Por um lado, essa afirmação aponta para a diversidade cultural presente no Brasil, bem como para o inacabamento da pesquisa antropológica que pode, muitas vezes, visitar o mesmo tema com

perspectivas e aportes teóricos distintos. Peirano (1999, p. 225-226, grifos da autora) nomeia essa prática de “antropologia *at home*”. Para a antropóloga:

Por muito tempo a antropologia foi definida pelo exotismo do seu objeto de estudo e pela distância, concebida como cultural e geográfica, que separava o pesquisador do seu grupo de pesquisa. Essa situação mudou. Mesmo nos centros socialmente legítimos de produção antropológica – para muitos, onde se faz a “antropologia internacional” – hoje o ideal do encontro radical com a alteridade não é mais a dimensão considerada essencial da antropologia. Nesses centros, houve uma mudança gradual em que a alteridade foi se tornando mais próxima – dos trobriandeses aos Azende, destes aos Kwakiutl passando pelos Bororo, daí para os países mediterrâneos, até os dias atuais, bem diferente de há vinte anos atrás, uma antropologia que se faz perto de casa, *at home*, é não só aceitável quanto desejável. No caso europeu, esse tipo de investigação permanece sendo considerada “antropologia”; para outros, os norte-americanos especialmente, a investigação *at home* deixa de ser antropologia e passa a fazer parte dos *cultural studies* (ou *feminist studies*, *science studies* etc.).

Por outro lado, esse dado também aponta para a falta de recursos financeiros, mas não apenas, que fez com que antropólogos e antropólogas se voltassem para o território nacional como local de pesquisa. No caso brasileiro, a matriz sociológica da disciplina, associada ao desconhecimento sobre a vastidão territorial, com suas variadas colonizações regionais e situações de precariedade, foi essencial para a institucionalização da disciplina, bem como para a construção da “identidade brasileira”, e, por consequência, da Nação (ORTIZ, 1985).

A institucionalização da Antropologia no Brasil ocorreu enquanto uma das áreas contemplada pelas Ciências Sociais, na graduação, juntamente, mas não no mesmo patamar que a Ciência Política e a Sociologia. Esse contexto se diferencia do modelo estadunidense, com inspiração do antropólogo Franz Boas, replicado, com suas particularidades, em quase toda a América Latina. Na concepção boasniana, de inspiração alemã, a Antropologia é institucionalizada no modelo dos “quatro campos” [*four fields*], que contempla o ensino de Antropologia Social e Cultural, de Arqueologia, de Linguística e de Antropologia Biológica (também chamada de Antropologia Física). A especialização em Antropologia, e sua consequente consolidação enquanto área de pesquisa, no modelo brasileiro, se dava, historicamente, apenas na pós-graduação, com ênfase para a produção monográfica e o trabalho de campo. Este período ficou conhecido como “período burocrático” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988) da disciplina<sup>8</sup>.

De acordo com Peirano (2006, p. 55):

---

<sup>8</sup> A partir de 2006, passaram a ser oferecidos no Brasil cursos de graduação em Antropologia em diversas universidades federais pelo País. Em 2017, as instituições que ofertam o cursos são: Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Quando Florestan Fernandes transferiu suas preocupações dos Tupinambá para as relações raciais, esse movimento representou mais do que uma guinada na direção da Escola de Chicago, e também mais que uma admissão de que os Tupinambá só serviram para a formação de seu autor. Naquele momento, a excelência acadêmica definiu-se como parâmetro e a temática nacional se estabeleceu como projeto; teoria e política passavam a fazer parte da agenda das ciências sociais do país. É quando, então, o rótulo antropologia se expande em pelo menos duas direções: ele serve para designar a investigação etnológica canônica em busca da alteridade radical, mas passa também a indicar uma sublinhagem que, definindo-se também como antropologia, dialoga com a sociologia hegemônica.

Tendo como pano de fundo o contexto sociopolítico do Brasil, tal institucionalização ficou marcada pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985). O período ficou conhecido pela perseguição a diversos intelectuais; muitos professores tiveram suas cátedras cassadas, outros foram exilados ou tiveram suas aposentadorias compulsórias decretadas. Roberto Cardoso de Oliveira, sem citar diretamente o regime ditatorial, aponta as transformações geradas por esse momento, naquilo que diz respeito ao ensino de Antropologia no Brasil. Na análise do antropólogo (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 133, grifos do autor):

Este último período [o burocrático], que chega até o presente, tem seu início na segunda metade dos anos 60 e coincide com a criação dos cursos de mestrado no País, já no estilo do “Parecer Sucupira” destinado à reformulação da Pós-graduação e elaborado em meados de 1960. É o período em que se *rotiniza* o carisma daquelas lideranças e de outras similares, e em seu lugar surgem novas formas de divisão do trabalho na disciplina, imbuídas de uma preocupação de estabelecer organizações (os Programas de Pós-graduação) que “racionalizassem” os projetos de formação avançada em Antropologia e onde a pesquisa passasse a ser condição imprescindível ao adestramento de qualquer antropólogo. É um período em que também as cátedras são praticamente dissolvidas – como consequência da Reforma Universitária – contribuindo para reforçar os departamentos (portanto, coletividades) e diminuir o impacto das personalidades carismáticas.

Ao refletirmos sobre a institucionalização das Ciências Sociais, é possível perceber que sociólogos e politólogos, sobretudo aqueles de formação marxista, foram mais perseguidos, visto que tinham uma aproximação maior com temas vistos pelos governos como perigosos, em comparação com os estudos de comunidades ribeirinhas, campesinas e indígenas – temas, ainda hoje, caros para a Antropologia.

Neste contexto, as perspectivas antropológicas estavam alinhadas com a Escola de Chicago, por meio da abordagem de Robert Redfield<sup>9</sup>, na realização de “estudos de comunidade”. Desta forma, as “patologias sociais”, como ficaram conhecidos os estudos de guetos étnicos, conflitos urbanos e confronto entre gangues, comuns nas pesquisas realizadas pela Escola estadunidense, foram relegadas a segundo plano. Para Cardoso de Oliveira (1988), as duas tradições que se destacam na Antropologia Brasileira são os

---

<sup>9</sup> Robert Redfield (1897-1958) foi um antropólogo e sociólogo da Escola de Chicago. Durante visita ao México, em 1923, mudou seu foco de estudo do Direito para a Sociologia. O pesquisador se juntou ao corpo docente da Universidade de Chicago, em 1927, e recebeu seu Ph.D., em 1928, com a tese *Tepoztlan, a Mexican village: a study in folk life*, publicada em formato de livro em 1930. Disponível em: <http://global.britannica.com/biography/Robert-Redfield>. Acesso em: 05. jul. 2017.

estudos de Etnologia Indígena e da Antropologia da Sociedade Nacional, com foco os estudos de comunidades.

Magnani (1996, p. 25) destaca:

Diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, não foi um grande centro urbano mas pequenas localidades interioranas que por aqui constituíram o principal objeto das pesquisas sob influência da Escola de Chicago: Cunha, Bofete, Cruz das Almas, Guaratinguetá, Itapetininga, comunidades caiçaras do litoral – no caso de São Paulo. Difícil dizer, por outro lado, se tais pesquisas eram antropológicas ou sociológicas, pois a base teórico-metodológica de ambas as disciplinas era a mesma desde a implantação das ciências sociais em moldes acadêmicos, em São Paulo.

Conforme Eunice Durham (1988) e Magnani (1996) é possível notar uma alteração neste cenário acadêmico a partir da década de 1970, momento em que mudanças na conjuntura política passaram a atrair cada vez mais sujeitos para as grandes cidades, ao mesmo tempo em que a Antropologia começava a ter mais destaque, em grande parte graças ao fascínio gerado pelo estruturalismo de Claude Lévi-Strauss, via Antropologia, e os sujeitos clássicos da pesquisa antropológica passaram a ser vistos como atores políticos essenciais para a compreensão das transformações sociais que ocorriam nas cidades brasileiras.

Para Durham (1988, p. 18):

O sucesso recente da antropologia está certamente vinculado ao fato de que, hoje, essas minorias desprivilegiadas emergem como novos atores políticos, organizam movimentos e exigem uma participação na vida nacional da qual estiveram secularmente excluídos. Mais ainda, temas como religião ou a sexualidade, o papel da mulher na família e a medicina popular parecem ter se politizado de um momento para outro, passando a possuir uma nova importância na compreensão da dinâmica da transformação da sociedade brasileira, dessa forma, assim como sua compreensão específica no trabalho de campo com essas populações, tornaram-se subitamente relevantes politicamente.

Durante a década de 1970, Durham, ainda estudante de Ciências Sociais, na USP, integrou uma pesquisa interdisciplinar sobre migrações rurais, em que foi responsável pela pesquisa etnográfica, sob orientação do antropólogo Darcy Ribeiro. Nesse momento, segundo a autora, o objetivo era pensar esses migrantes *na* cidade, especialmente na periferia, com abordagens clássicas da Antropologia, para pensar o que havia de dinâmica cultural nesses processos de êxodo. Porém, o que estava colocado era o recorte *classe*, que, de certa forma, tomava todos os sujeitos como trabalhadores. A esfera analisada era a do trabalho, ou, na ausência dele, a da pobreza, da precariedade dos modos de vida.

Após completar sua formação, Durham e a colega antropóloga Ruth Cardoso passaram a atuar como professoras de Antropologia junto à USP, em diálogo com o Departamento de Ciência Política, onde Ruth permaneceu durante o restante de sua carreira acadêmica. Essa interlocução com a Ciência Política oferece algumas pistas sobre a linhagem antropológica formada sob orientação de ambas. Tanto Durham

quanto Cardoso foram pioneiras na realização e orientação de uma diversidade de pesquisas, com o recorte urbano bastante demarcado, em interlocução entre política e etnografia.

No fim dos anos 1970, Cardoso aceitou ser orientadora de Magnani, que, naquele momento, devido à abertura política no País, retornava do exílio.

### **PERIFERIA: DE REDUTO OPERÁRIO A PEDAÇO FESTIVO**

Magnani teve sua formação inicial em Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os anos 1966 a 1969. Esse período, como destacado anteriormente, ficou marcado pela Ditadura Civil-Militar e pela constante perseguição a professores e alunos, de todos os níveis de formação. Devido à sua atuação junto ao movimento estudantil, Magnani sofreu um processo na Justiça Militar e foi condenado pela Lei de Segurança Nacional. Segundo o pesquisador, em entrevista concedida à antropóloga Jânia Perla de Aquino (MAGNANI, AQUINO, 2012, p. 169). Como relata o antropólogo:

Ainda assim, consegui terminar a graduação e colar grau, e decidi ir para o Chile, para onde afluíam, na época, os perseguidos pela ditadura militar que eram recebidos pelo governo socialista de Salvador Allende. Na FLACSO (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais), iniciei meus estudos de pós-graduação e, como não havia antropologia, escolhi sociologia [...].

Durante seus anos de estudo do mestrado, entre 1970 a 1972, sob orientação do professor Emilio de Ipola, que, por sua vez, fora aluno de Louis Althusser, Magnani pesquisou os contos camponeses e a relação dos mesmos com a ideologia. Em entrevista (MAGNANI, AQUINO, 2012, p. 170), o antropólogo explica que na conjuntura nacional chilena, à época, os camponeses eram vistos por núcleos de pesquisadores marxistas como avessos às mudanças sociais. Assim, seguindo a indicação de seu orientador, Magnani se voltou para os contos presentes nas tradições orais de pequenos proprietários de comunidades rurais no sul do Chile. A proposta “era justamente identificar os núcleos de ideologia constitutivos da visão de mundo e do modo de vida desses camponeses e ver até que ponto havia “brechas” para aceitação de mudanças sociais radicais, como as propostas pelo socialismo”.

O resultado, com base na Semântica Estrutural de A. J. Greimas e na Análise de Discurso de Michel Pêcheux, foi a dissertação *Los cuentos camponeses como productos ideológicos*, defendida em 1972. Após terminar a pesquisa, o autor mudou-se novamente em decorrência de um golpe militar, dessa vez o que implantou a ditadura no Chile (1973–1990). Passou a realizar pesquisas sobre comunicação de massa, sob a coordenação de Eliseo Verón, ainda na FLACSO, em sua sede na cidade de Buenos Aires, na Argentina. Neste momento, segundo Magnani, já estava claro o interesse por cultura popular e análise de discurso.

Após o início da abertura política brasileira, Magnani retornou ao Brasil, em 1978, para cursar o doutorado. O pesquisador considerou a possibilidade de cursá-lo no Museu Nacional, da Universidade

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ou na Universidade de Brasília (UNB). Entretanto, a escolha pela USP deu-se, segundo Magnani, devido à presença de Ruth Cardoso – que também havia frequentado a FLACSO chilena durante o exílio e conhecia o ambiente intelectual do País onde ele havia realizado sua formação. O interesse de Magnani por cultura popular tinha aproximação com as pesquisas de Cardoso sobre movimentos sociais urbanos de periferia. Porém, o que causou uma série de estranhamentos no meio acadêmico da época foi o recorte dado por Magnani, especialmente o circo-teatro e o lazer nas periferias de São Paulo<sup>10</sup>.

Segundo Cardoso (2003, p. 15):

Mercado de trabalho informal, protagonistas de movimentos sociais, operários das fábricas – eis algumas das facetas dos moradores dos arredores das grandes cidades que despertavam o interesse dos pesquisadores. Empenhados em analisar a exploração exercida sobre esse contingente da mão-de-obra urbana, pareciam descrever indivíduos programados apenas para o trabalho e incapacitados para o prazer. Com frequência, o gosto popular pelo futebol, pelos melodramas históricos ou mesmo pela televisão era interpretado como uma das dimensões da alienação dos dominados.

A virada promovida por Magnani encontra-se, justamente, em focar naquilo que era considerado “menos sério” pelos outros pesquisadores, em suas dimensões lúdicas, mas também políticas. As festas, os momentos de lazer, os feriados religiosos, os jogos recreativos realizados nas periferias tornaram-se o ponto de partida para entender o potencial criativo representado por essas esferas nas vidas de seus interlocutores. Para Magnani (2009, p. 131):

Essa conjuntura – política, acadêmica, institucional – abriu espaço para estudos de caráter antropológico sobre a realidade da periferia dos grandes centros, pois era preciso conhecer de perto esses atores, seu modo de vida, aspirações – já que conceitos até então em voga tais como “consciência de classe”, “interesses de classe” e outros não davam conta de uma dinâmica que se processava no cotidiano. Quem são? Onde moram? Quais são seus vínculos de parentesco? Em que acreditam? Como passam seu tempo livre?

Em 2012, durante palestra realizada para o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará (UFC)<sup>11</sup>, o antropólogo destacou a dificuldade que enfrentou para obter bolsa de pesquisa, comum a outros estudantes naquele momento, justamente pela estranheza que seu tema gerava juntamente às agências financiadoras. Para os avaliadores responsáveis pela concessão das bolsas, pesquisar festas na periferia não poderia contribuir para os estudos antropológicos, visto que, a esfera do cotidiano, do “tempo livre”, era definida enquanto desprovida de engajamento.

Na interpretação de Cardoso (2003, p. 15):

O tempo de lazer, entretanto, é chamado de tempo livre justamente porque nessas horas – apesar das limitações impostas pela pobreza – o trabalhador escolhe. Entre o futebol de

---

<sup>10</sup> Segundo Magnani (MAGNANI, AQUINO, 2012), contribuiu em sua formação na USP os cursos oferecidos por Marlyse Meyer, professora, crítica literária e ensaísta, sobre a formação do romance folhetim.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dm-kJllpYHE>. Acesso em: 05. jul. 2017.



várzea, o circo, a festa de aniversário ou a excursão a Aparecida do Norte, há campo para a decisão. Como em todas as escolhas, esta também opera com alternativas limitadas, mas, aqui, o importante é que se deve eleger o mais agradável. Fica difícil aceitar as explicações simplificadas que enfatizam a manipulação das camadas populares pelos grupos dominantes quando percebemos que os momentos de lazer se inscrevem neste espaço de opção onde é legítimo buscar o entretenimento.

Outra preocupação, que ainda marca a produção teórica do antropólogo, é a aplicação da etnografia, desenvolvida originalmente como forma de compreensão de sociedade em pequena escala, com um recorte espacial mais ou menos delimitado, para a realização de pesquisas junto a grupos urbanos. O desafio era como utilizar essa metodologia sem descaracterizá-la. Preocupação, que já era anunciada por Durham quando voltou-se para os migrantes na cidade. Conforme Magnani (2009, p. 131):

Os antropólogos, claro, diante dessa demanda tiveram que haver-se com complicados problemas de ordem teórico-metodológica pois, acostumados à investigação de grupos com fronteiras bem definidas e de dimensões que permitiam o uso de seu instrumental costumeiro, agora enfrentavam-se com movimentos, com grupos regidos por diferentes padrões culturais e com sujeitos de práticas sociais de consequências políticas – tudo numa escala até então pouco trabalhada por eles.

Na interlocução com o campo antropológico surgiu a necessidade de criação de novas categorias para dar conta dos dados gerados na etnografia dos grupos. No diálogo com DaMatta, Magnani detectou que o dualismo casa *versus* rua, presente na obra do autor, não dava conta de alguns espaços de sociabilidade presentes no cotidiano dos interlocutores. Na perspectiva de DaMatta (2000), a casa é carregada de regras sociais implícitas que são determinantes para a ocupação desse espaço, representa aquilo que é estável, duradouro. Já a rua é local do público na vida social brasileira, espaço do malandro, do perigo. Associada aos riscos daquilo que não é familiar e conhecido, para o autor, a rua torna-se um lugar propício à desgraça e ao roubo. As pesquisas na periferia de São Paulo, porém, identificaram um espaço *entre* esses dois, denominado pelos interlocutores como “pedaço”. Para Magnani (2003, p. 12, grifos do autor):

Segundo a conhecida fórmula damattiana, têm-se dois planos, cada qual enfeixando de forma paradigmática uma série de atitudes, valores, comportamentos, uma delas referida ao público e, a outra, ao privado. O “pedaço”, porém, apontava para um terceiro domínio, intermediário entre a rua e a casa: enquanto esta última é o lugar da família, à qual têm acesso os *parentes* (ligados por laços já estabelecidos de antemão) e a rua é dos *estranhos* (onde, em momentos de tensão e ambigüidade recorre-se à fórmula “você sabe com quem está falando?”, para delimitar posições e marcar direitos), o pedaço é o lugar dos *colegas*, dos *chegados*. Aqui não é preciso nenhuma interpelação: todos sabem quem são, de onde vêm, do que gostam e do que se pode ou não fazer.

A tese de Magnani, *Festa no pedaço: o circo-teatro e outras formas de lazer e cultura popular*, foi muito bem recebida, à época. As pesquisas do autor, que, ao concluir o doutorado, em 1982, dava aulas na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e, a partir de 1983, passou a lecionar na USP, geraram uma série de novas categorias como *trajeto*, *percurso*, *mancha*, *pórtico*, ainda utilizadas, e atualizadas, nas

pesquisas de Antropologia Urbana. A trajetória do autor é pontuada, em 1984, com o lançamento da tese em formato de livro, com o título de *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade* (MAGNANI, 2003).

Na USP, Magnani tornou-se responsável pelo Núcleo de Antropologia Urbana (NAU), que coordena até os dias atuais. Esse laboratório tinha o propósito inicial de reunir os orientandos do antropólogo, em diversos níveis de formação, mas transformou-se em um centro de referência sobre pesquisas antropológicas urbanas no País. Dentro do NAU existem grupos de pesquisas com afinidades diversas, como o NAU – Cidades, o Grupo de Estudos da Religião na Metrópole (GERM), o Grupo de Estudos Surdos e da Deficiência (GESD), onde o diálogo transversal sobre os modos de vida urbano, os usos da cidade e a sociabilidade são alguns dos fios condutores dos estudos.

Conforme Peirano (2004, p. 213):

A verdadeira linhagem intelectual na antropologia é um produto individual, artesanal portanto, mas com implicações coletivas - ela não pode ser "ensinada"; ela é o produto da leitura dos clássicos, da experiência etnográfica e da influência de vários mestres. No Brasil, dada nossa inserção no mundo intelectual mais amplo - mesmo que, em geral, de mão única -, uma bricolagem de autores variados é saudável para a formação de novas gerações, revelando, inclusive, os circuitos sempre abertos da troca de idéias.

Dessa forma, Magnani traz novas questões para um campo consolidado, por meio da pesquisa etnográfica, e aponta a possibilidade de novas abordagens para temas clássicos na Antropologia, em que é possível pensar uma atualização de estudos clássicos na literatura antropológica, com o aporte teórico da Antropologia Urbana.

### CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

As pesquisas desenvolvidas por Magnani, no fim de 1989, junto ao NAU-USP, começaram a testar as categorias pensadas ao longo do doutorado, também, no centro de São Paulo. Isso parte da compreensão da impossibilidade, em uma perspectiva etnográfica, de dar conta de uma cidade inteira, o que faz com que esse espaço precise ser compreendido aos *pedaços*, que não deixam de carregar, mesmo que para fins de análise, certa totalidade (MAGNANI, 2009). Assim, a categoria *pedaço* se alarga para um tipo de sociabilidade que é possível de ser identificada em práticas sociais fora dos limites periféricos.

A importância do trabalho de campo, nesse paradigma, considera a manutenção e a atualização das categorias analíticas que compõem a Antropologia Urbana, uma vez que muitas categorias utilizadas pelos interlocutores acabam se tornando uma peça importante na construção da metodologia de análise. Assim, a etnografia é pensada pelo autor como prática e experiência, que deve considerar o espaço urbano não como cenário, mas como resultado de práticas sociais que envolvem diversos atores. Logo, cabe ao

antropólogo, perceber esses arranjos em campo e as dinâmicas que podem gerar um repertório com novas possibilidades. Um trabalho em processo.

Magnani organizou, em 1996, juntamente com Lillian de Lucca Torres, o livro *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana* (MAGNANI; TORRES, 1996), que reúne algumas produções de seus orientandos. A obra é um ponto de inflexão nas produções sobre Antropologia Urbana, especialmente pela aplicação da metodologia etnográfica em contextos urbanos centrais distintos. Na obra, considerando o ano de publicação, destacamos a ampliação da importância da sociabilidade, que passou a motivar reflexões sobre festas *clubs* (CALIL, 1996) e o circuito cinéfilo em São Paulo (BUARQUE DE ALMEIDA, 1996), ao mesmo tempo, ocorrem aproximações com campos já institucionalizados, como o estudo de religiões de matriz afro, acompanhando a circulação de *ebós* pela cidade (SILVA, 1996) e as festas de santo (AMARAL, 1996).

No caminho que tem trilhado, Magnani ainda tem um papel importante para tensionar a dicotomia centro-periferia, por meio da etnografia da atuação de grupos que circulam pela cidade. Assim, em pesquisas como as de Carolina de Camargo Abreu (ABREU, 2005), sobre festas *raves*, e de Barbosa-Pereira, sobre os rolezinhos, apontam como a sociabilidade pode ser perigosa por borrar as fronteiras que separam alguns grupos sociais nas grandes cidades. Os limites, ampliam-se pelo acesso ao lazer, a sociabilidade, à festa. Noções como *trajeto* e *percurso* dinamizam os fluxos pela metrópole, demarcam territórios, indicam preferências – e geram conflitos e disputas, como alguns dos apresentados no início do artigo. Tais ações operam transformações no tempo e no espaço das cidades, em trânsitos por diferentes momentos do dia, através de caminhos e descaminhos urbanos, marcados por manifestações e colagens.

Recentemente, o antropólogo tem se dedicado a um campo de estudos denominado Etnologia Urbana. Segundo informações contidas no NAU<sup>12</sup>, dados apontam para uma significativa presença indígena nos centros urbanos brasileiros, especialmente nas periferias. Magnani e alguns de seus orientandos têm refletido como a relação entre cosmologias ameríndias e os contextos urbanos geram novas perspectivas, e podem oferecer novos olhares etnográficos. Assim, se propõem a considerar os desdobramentos da paisagem urbana nos modos de vida, com base numa estratégia teórico-metodológica que articule as contribuições da Etnologia e da Antropologia Urbana.

Dessa forma, é possível perceber, através da *história teórica* (PEIRANO, 2006) da Antropologia Urbana, como os estudos realizados na USP traçam um percurso a caminho do *centro* da cidade, atualizando uma linhagem iniciada ainda com Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro – e institucionalizada por Ruth Cardoso e Eunice Durham, bem como por seus orientandos. Ao mesmo tempo, a formação de antropólogos, e a inserção destes como docentes em cursos de Ciências Sociais e Antropologia, aumentou o interesse pelo paradigma – o que amplia o debate teórico e a possibilidade de temas de pesquisa.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/geu>. Acesso em: 05. jul. 2017.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Carolina de Camargo. *Raves: encontros e disputas*. 179f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- AMARAL, Rita de Cássia. Cidade em festa: o povo-de-santo (e outros povos) comemora em São Paulo. MAGNANI, J. G.; TORRES, L. de L. (Orgs.). *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EdUSP, p. 252-298, 1996.
- AMARAL, Rita de Cássia. *Festa à brasileira: sentidos do festejar no país que “não é sério”*. 387f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BARBOSA-PEREIRA, Alexandre. Rolezinho no shopping: aproximação etnográfica e política. *Pensata*, Guarulhos, v. 3, p. 8-16, 2014.
- BARBOSA-PEREIRA, Alexandre. Os ‘rolezinhos’ nos centros comerciais de São Paulo: juventude, medo e preconceito. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 14, p. 545-557, 2016.
- BUARQUE DE ALMEIDA, Heloísa. Janela para o mundo: representações do público sobre o circuito de cinema em São Paulo. MAGNANI, J. G.; TORRES, L. de L. (Orgs.). *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EdUSP, p. 156-195, 1996.
- CALIL, Marinês Antunes. O retrato do Nation Disco Club: os neodândis no final dos anos 80. MAGNANI, J. G.; TORRES, L. de L. (Orgs.). *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EdUSP, p. 196-218, 1996.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
- CARDOSO, Ruth. Prefácio. MAGNANI, J. G. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: UNESP, p. 15-16, [1984] 2003.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, [1979] 1997.
- DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, p. 17-38, 1988.
- MAGNANI, José Guilherme. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: UNESP, [1984] 2003.

- MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. MAGNANI, J. G.; TORRES, L. de L. (Orgs.). *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EdUSP, p. 12-53, 1996.
- MAGNANI, José Guilherme. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009.
- MAGNANI, José Guilherme; AQUINO, Jania Perla. A etnografia é um método, não uma mera ferramenta de pesquisa... *que se pode usar de qualquer maneira*. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 43, p. 52-66, 2012.
- MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EdUSP, 1996.
- OLIVEN, Ruben. *A Antropologia de grupos urbanos*. Vozes: Petrópolis, 1992.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.
- PEIRANO, Mariza. A teoria vivida: reflexões sobre a orientação em Antropologia. *Ilha*, Florianópolis, v. 6, n. 1 e 2, p. 209-218, 2004.
- PEIRANO, Mariza. Antropologia no Brasil: alteridade contextualizada. MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Brasília: Sumaré, p. 225-266, 1999.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. As esquinas sagradas: o Candomblé e o uso religioso da cidade. MAGNANI, J. G.; TORRES, L. de L. (Orgs.). *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EdUSP, p. 88-124, 1996.
- VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

### Periódicos

- Carta Capital*. 2014. Segundo “Churrascão da Gente Diferenciada” será no MIS. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/churrasco-pretende-levar-gente-diferenciada-para-a-frente-do-mis-3551.html>. Acesso em: 05. jul. 2017.
- El País Brasil*. 2013. Os novos “vândalos” do Brasil. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/opinion/1387799473\\_348730.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/opinion/1387799473_348730.html). Acesso em: 05. jul. 2017.
- Estado de São Paulo*. 2014. Moradores do Jardim Europa fazem abaixo-assinado contra o MIS. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,moradores-do-jardim-europa-fazem-abaixo-assinado-contra-o-mis,1563911>. Acesso em: 05. jul. 2017.

### Portais

*Avvaz.org*. Abaixo Assinado contra os moradores do Jardim Europa. Disponível em: [https://secure.avaaz.org/po/petition/Prefeitura\\_da\\_Cidade\\_de\\_Sao\\_Paulo\\_e\\_Governo\\_do\\_Estado\\_de\\_Sao\\_Paulo\\_Abaixo\\_assinado\\_contra\\_os\\_moradores\\_do\\_Jardim\\_Europa/?pv=8](https://secure.avaaz.org/po/petition/Prefeitura_da_Cidade_de_Sao_Paulo_e_Governo_do_Estado_de_Sao_Paulo_Abaixo_assinado_contra_os_moradores_do_Jardim_Europa/?pv=8). Acesso em: 05. jul. 2017.

*Bacharelado em Antropologia*. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/antropologia/graduacao/>. Acesso em: 05. jul. 2017.

*Encyclopædia Britannica*. Robert Redfield. Disponível em: <http://global.britannica.com/biography/Robert-Redfield>. Acesso em: 05. jul. 2017.

*Museu de Imagem e Som*. Disponível em: <http://www.mis-sp.org.br/>. Acesso em: 05. jul. 2017.

*Núcleo de Antropologia Urbana*. Núcleo de Etnologia Urbana. Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/geu>. Acesso em: 05. jul. 2017.

*Ponto Urbe*. Disponível em: <https://pontourbe.revues.org/>. Acesso em: 05. jul. 2017.

*YouTube*. Antropologia dos circuitos juvenis (José Guilherme Magnani). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dm-kJllpYHE>. Acesso em: 05. jul. 2017.

### Álbuns

*Secos & Molhados I, Secos & Molhados*, Continental, 1973.

---

Recebido em: 05/07/2017

Submitted in: 05/07/2017

Aprovado em: 21/11/2017

Aproved in: 21/11/2017

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018

---

**POR UMA ABORDAGEM GEOARQUEOLÓGICA: A INTERFACE ENTRE A  
ARQUEOLOGIA E AS CIÊNCIAS DA TERRA E A ÊNFASE NO CONTEXTO ESPACIAL**  
TOWARDS A GEOARCHAEOLOGICAL APPROACH: THE INTERFACE BETWEEN  
ARCHAEOLOGY AND THE EARTH SCIENCES AND THE EMPHASIS ON SPATIAL CONTEXT

Renata Pedroso de Araujo

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



# Por uma abordagem geoarqueológica: a interface entre a Arqueologia e as Ciências da Terra e a ênfase no contexto espacial

Renata Pedroso de Araujo<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo consiste numa argumentação acerca da importância da Geoarqueologia enquanto componente básico de qualquer pesquisa arqueológica. A abordagem geoarqueológica nasce da interface entre a Arqueologia e as Ciências da Terra, mais especificamente da aplicação de conceitos, métodos e técnicas da segunda sobre a primeira, colocando em evidência as características espaciais que compõem o registro arqueológico. As implicações das Geociências em métodos e técnicas arqueológicas se verificam historicamente, desde os primórdios da Arqueologia enquanto disciplina científica, e essa interface se justifica pela própria natureza espacial do registro arqueológico, uma vez que este está inserido numa matriz sedimentar. Nessa perspectiva, estudos de processos de formação constituem uma etapa fundamental para o estudo de qualquer contexto arqueológico, pois a investigação dos agentes naturais e culturais que formam e transformam o depósito é condição sine qua non para quaisquer inferências de comportamento.

**Palavras-chave:** Geoarqueologia; Interdisciplinaridade; Métodos e Técnicas Arqueológicas; Processos de Formação; Contexto Espacial.

**Abstract:** This article is an argument about the importance of Geoarchaeology as a basic component of any archaeological research. The geoarchaeological approach arises from the interface between Archaeology and the Earth Sciences, more specifically from the application of concepts, methods and techniques of the latter to the former, highlighting the spatial characteristics that make up the archaeological record. The implications of the Geosciences in archaeological methods and techniques has historically been verified since the earliest days of Archaeology as a scientific discipline, and this interface is justified by the spatial nature of the archaeological record itself, since it is inserted in a sedimentary matrix. In this perspective, studies of formation processes constitute a fundamental stage for the study of any archaeological context, since the investigation of the natural and cultural agents that form and transform the deposit is a condition sine qua non for any inferences of behavior.

**Keywords:** Geoarchaeology; Interdisciplinarity; Archaeological Methods and Techniques; Formation Processes; Spatial Context.

A science can hardly be said to exist until it has a developed system of work, and its possibilities of value for teaching purposes depend entirely on the organization of its methods. (FLINDERS PETRIE, 1904, p. 122)

## INTRODUÇÃO

A interdisciplinaridade é ponto pacífico da prática arqueológica. É difícil deparar outra disciplina cuja natureza seja tão interdisciplinar quanto a Arqueologia. A preocupação com a inserção de artefatos numa escala temporal diacrônica com vistas à compreensão do processo evolutivo de culturas, já nos

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), Brasil; e Mestre em Arqueologia pela Université de Paris- Sorbonne (Paris IV), França.



primórdios da disciplina, demonstrou a aproximação da Arqueologia com a História. Por outro lado, a determinação de cronologias de artefatos vinculava-se também ao contexto espacial, na medida em que a verificação de objetos numa sequência estratigráfica permitia associar vestígios a camadas geológicas e com isso estabelecer uma ordenação temporal. Quando a Arqueologia pré-histórica nasce na Europa, na segunda metade do século XIX, muitos dos grandes arqueólogos da época eram em primeiro lugar geólogos e cientistas naturais (DANIEL, 1975, p. 189). De fato, a aproximação entre a Arqueologia pré-histórica e as ciências naturais, notadamente a Geologia, permeia toda a trajetória de desenvolvimento da Arqueologia. Cronologias de tempo geológico derivadas estratigraficamente por geólogos e paleontólogos serviram como modelo para o desenvolvimento de cronologias arqueológicas da Pré-História.

A Arqueologia pré-histórica se estabeleceu como disciplina na Escandinávia, Escócia e Suíça antes de 1859. A nova disciplina baseou-se na construção de cronologias relativas de artefatos arqueológicos por meio da seriação e da estratigrafia. O dinamarquês Christian Thomsen foi pioneiro na utilização da seriação para organizar uma vasta coleção museológica do Museu Nacional de Copenhague, implementando o “Sistema de Três Idades” para a Pré-História, e Jens Worsaae, seu sucessor, empregou a estratigrafia para confirmar a cronologia de Thomsen. Ficou assim demonstrada a importância do contexto espacial para ordenar achados arqueológicos no tempo e obter um maior entendimento da história humana (TRIGGER, 1995, p. 84).

Da década de 1960 para os dias atuais, a Arqueologia vem estreitando o vínculo com as Ciências da Terra, pois, essencialmente, os arqueólogos passaram a se dar conta de que o contexto espacial de um depósito arqueológico deveria ser examinado por inteiro para que só então inferências significativas sobre o comportamento humano pudessem ser feitas e validadas minimamente. O estudo desse “contexto” implica fundamentalmente o emprego de métodos e conceitos da Geologia (RAPP, 1987). Pode-se dizer que o nascimento da Geoarqueologia como sendo a abordagem do “fator geo” (MORAIS, 1999) na Arqueologia consumou o reconhecimento entre os arqueólogos de que a Arqueologia é uma disciplina eminentemente espacial. O intuito aqui será mostrar, pela exposição da trajetória histórica de relações entre a Arqueologia e as Ciências da Terra, que a necessidade da aplicação de métodos, técnicas e conceitos das Geociências na investigação arqueológica se justifica pela própria natureza do registro arqueológico. Antes de qualquer inferência comportamental, é preciso entender que o registro arqueológico é uma “entidade física” (ARAUJO, 1999), está inserido numa matriz sedimentar e, portanto, é composto de características físicas e químicas. Isso implica que todo o processo de coleta de informações e de recuperação de vestígios em campo, bem como o tratamento dos dados em laboratório demandam métodos e técnicas ancorados nas ciências naturais. Particularmente, será dado enfoque à percepção sobre o papel essencial de uma abordagem geoarqueológica para o estudo de processos de formação.

## O DOMÍNIO DA GEOARQUEOLOGIA

A Geoarqueologia foi definida por vários autores como a pesquisa arqueológica que aplica métodos, técnicas e conceitos das Ciências da Terra (BUTZER, 1982; RAPP e HILL, 1998; HILL, 2005). Dentre as Ciências da Terra, ou Geociências, alguns autores destacam o papel da Geologia como tendo uma maior significação na atribuição de métodos e técnicas para a investigação do registro arqueológico (RAPP e HILL, 1998), enquanto outros destacam, além da Geologia, a Geografia e a Pedologia (BUTZER, 1982). Essencialmente, cada uma dessas disciplinas compreende subdisciplinas ou subcampos que integram o escopo de atuação da Geoarqueologia: estratigrafia, sedimentologia, geomorfologia, petrologia, hidrologia, geoquímica, geofísica, climatologia e topografia (BUTZER, 1982, p. 35; RAPP, 1987, p. 97; RAPP e HILL, 1998, p. 2).

A interface entre a Arqueologia e as Ciências da Terra também rendeu distinções entre dois campos de investigação, o da “Geologia Arqueológica” e o da “Gеоarqueologia”. Butzer (1982, p. 5) considerou a Geologia Arqueológica como sendo a Geologia realizada com vistas a uma aplicação arqueológica, enquanto a Geoarqueologia seria a pesquisa arqueológica que se utiliza de métodos e conceitos das Ciências da Terra, mas que não se vincula necessariamente à Geologia. De modo semelhante, Rapp e Hill (1998, p. xi e 2) definiram a Geologia Arqueológica como a pesquisa geológica com relevância direta ou utilidade para o estudo de um ou mais contextos arqueológicos. Um bom exemplo dado pelos autores seriam as implicações da identificação (por meio de poços de sondagem, sedimentologia e geomorfologia) de mudanças de posições de costas litorâneas sobre as características de sítios arqueológicos localizados em suas proximidades durante o Quaternário tardio (RAPP e HILL, 1998, p. xi). Já a Geoarqueologia, segundo eles, seria a utilização de conceitos, métodos e base de conhecimentos da Geologia para solução específica de problemas arqueológicos. Na prática, o termo Geoarqueologia tem implícita na sua aceção a Geologia Arqueológica, uma vez que ambos os campos trabalham na interface entre Arqueologia e Geologia, tendo objetivos muito próximos. Geoarqueologia seria um termo abrangente para designar a aplicação de conceitos, métodos e técnicas provenientes não só da Geologia, mas também das demais Ciências da Terra no estudo de artefatos e dos processos envolvidos na criação e transformação do registro arqueológico.

De uma perspectiva mais abrangente, a Geoarqueologia tem o objetivo de avaliar as relações e influências entre populações humanas extintas e a dinâmica do meio ambiente circundante (HILL, 2005). Uma abordagem geoarqueológica abrange um vasto leque de investigações, como o mapeamento e análise dos recursos naturais e matérias-primas (água, argila, minerais, material de construção, etc.) disponíveis para o uso humano; o estudo de processos de formação de sítio; o estudo dos solos, de sedimentos, de geomorfologia e micromorfologia para reconstruções paleoambientais e paleoclimáticas e para o

reconhecimento da ação humana sobre eles em nível local e regional; estudos petrográficos e geoquímicos de artefatos; prospecções de superfície e de sub-superfície por técnicas de sensoriamento remoto e métodos geofísicos (e.g., magnetometria, resistividade elétrica e radar de penetração de solo) para a localização de sítios e a delimitação de suas extensões; geocronologia (além da datação relativa por meio da estratigrafia, sítios com datações absolutas que extrapolam os limites de alcance do radiocarbono são potencialmente datáveis por outras técnicas, como a termoluminescência, a luminescência opticamente estimulada e a ressonância de spin eletrônico); utilização de tecnologias digitais como Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para análise e interpretação de informações espaciais e relações espaço-temporais entre fenômenos naturais e antropogênicos (NIEMI, 1999; BAR-YOSEF, 2001; HILL, 2005; GOLDBERG e MACPHAIL, 2006; CONOLLY e LAKE, 2006; FOUACHE et al., 2010; GILBERT et al., 2017).

Assim, o componente geoarqueológico de qualquer sítio arqueológico é substancial para o tratamento de elementos fundamentais relacionados a processos de formação e de modificação de sítios e à intervenção humana na paisagem (BUTZER, 1982, p. 37-38). São exemplos de tais elementos: a caracterização dos materiais que constituem os artefatos, a compreensão de feições arqueológicas, a caracterização de solos e sedimentos que compõem depósitos antropogênicos e depósitos naturais, ou as razões para a preservação de um objeto em um local ou contexto particular (HILL, 2005, p. 1027).

### **O PAPEL DA GEOLOGIA NA GÊNESE DA ARQUEOLOGIA MODERNA**

A interface entre a Arqueologia, especialmente a Arqueologia pré-histórica, e a Geologia remonta ao Antiquarismo dos séculos XVIII e XIX na Europa, como um problema de associação de vestígios a camadas geológicas. A grande contribuição da Geologia para o desenvolvimento da Arqueologia ao longo do século XIX foi o reconhecimento de que a associação entre ossos humanos ou artefatos de pedra com vestígios de fauna extinta em sequências estratigráficas era autêntica, o que implicava a atribuição de uma antiguidade para a espécie humana muito mais recuada do que naturalistas e antiquaristas supunham até então. Mas antes que essas associações pudessem ganhar aceitação, era necessária uma revolução na Geologia – a aprovação do uniformitarismo –, bem como a percepção de que artefatos de pedra eram produto da ação humana, e não, conforme se acreditava, de processos naturais ou sobrenaturais (DANIEL, 1975, p. 25; TRIGGER, 1995, p. 52).

Em 1669, Nicolaus Steno, ao comparar conchas de moluscos fossilizados com conchas de moluscos modernos e perceber sua semelhança, concluiu que os fósseis eram vestígios de animais outrora viventes. Analogias etnográficas desempenhavam um papel similar na atribuição de uma origem humana a artefatos de pedra (TRIGGER, 1995, p. 52). Steno também providenciou as bases para o “Princípio da

Superposição de Camadas”, segundo o qual, dada uma sequência de camadas estratigráficas, a camada inferior é mais antiga do que a camada superior (HARRIS, 1997).

Em 1785, James Hutton, em seu livro *Theory of the Earth*, observou que processos atuais de deposição natural poderiam igualmente se aplicar a processos geológicos passados. Hutton mostrou que a estratificação de rochas se devia a processos ainda atuantes no presente, em mares, rios e lagos. Tratava-se do princípio do uniformitarismo (RENFREW e BAHN, 2012). Este período de racionalização científica continuou com o trabalho de geólogos e cientistas naturais, como John Frere, Georges Cuvier e William Smith, o último sendo creditado pela definição da relação entre “fósseis e estratos” (HARRIS, 1997, p. 2-3). O reconhecimento da importância de compreender o contexto dos artefatos já havia se manifestado no relatório de John Frere de 1797, a propósito da descoberta na Inglaterra de machados de mão de pedra, presentes em estratos sedimentares muito profundos (RAPP e HILL, 1998, p. 5).

Mas foi com a publicação do livro *Principles of Geology* do renomado geólogo inglês Charles Lyell, em 1830, que o “Princípio do Uniformitarismo” ficou definido e estabelecido de fato como um princípio geológico. Criticamente, essa mudança no pensamento geológico finalmente marcou a rejeição da Geologia ao “catastrofismo bíblico”, ao sugerir que processos geológicos antigos e de longo prazo eram, em essência, similares (ou “uniformes”) a agentes geológicos do presente. Isso, por sua vez, foi fundamental para a noção de estratigrafia geológica, pois implicava que novos estratos estariam sendo formados continuamente – o que sustenta igualmente os princípios de estratigrafia arqueológica (HARRIS, 1997; TRIGGER, 1995). Ademais, essas ideias poderiam ser aplicadas também ao passado humano, tendo de fato contribuído para a aceitação de evidências sobre a coexistência entre a espécie humana e animais atualmente extintos.

Em 1837, os trabalhos do francês Boucher de Perthes no vale de Somme, na França, forneceram evidências convincentes para a investigação sobre a antiguidade do homem ao demonstrarem a presença de machados de pedra em direta associação estratigráfica com fósseis de fauna extinta, em depósitos de cascalho de grande profundidade. No entanto, a validade da descoberta só veio a se concretizar depois de vinte anos, quando o arqueólogo John Evans e os geólogos ingleses Joseph Prestwich e Charles Lyell foram à França e visitaram os sítios, em 1859, convencendo-se enfim da contemporaneidade entre humanos e animais extintos (RAPP e HILL, 1998, p. 5).

O estabelecimento de uma idade pré-histórica para a antiguidade do homem se consumou na Europa ocidental com a publicação de *Geological Evidences of the Antiquity of Man*, de Charles Lyell, em 1863, e de *Prehistoric Times*, de John Lubbock, em 1865. Os dois livros estabeleceram claramente o papel da estratigrafia geológica na investigação arqueológica (RAPP e HILL, 1998, p. 6). Nesse ponto, é oportuno notar que os estudos da Pré-História se desenvolveram na França e na Inglaterra independentemente da Arqueologia pré-histórica na Escandinávia, onde já havia se estabelecido antes de 1859 (TRIGGER, 1995, p.

87). Isso não excluiu, no entanto, a importante ressonância que o sistema de três idades de Thomsen e as escavações estratigráficas de Worsaae tiveram na Europa, demonstrando uma preocupação com o estabelecimento de cronologias relativas pelos métodos da seriação e da estratigrafia.

Não há dúvida de que o discurso científico estava mudando ao longo deste período e com ele conceitos mais amplos de uma temporalidade mais profunda e mais linear na estrutura do desenvolvimento humano. A noção de uma temporalidade linear, sequencial, estava em consonância com a ideia de “evolução” no século XIX: por um lado, Charles Darwin lançava em 1859 *On the Origin of Species*, apresentando uma teoria de evolução biológica para os animais e plantas que recebeu aceitação na comunidade científica e que forneceu um modelo explicativo para as mudanças observadas no registro paleontológico. Nesse cenário, fica clara a implicação da teoria evolutiva (e de toda a controvérsia que ela gerou) na investigação das origens da espécie humana, o que fomentou o desenvolvimento da Arqueologia pré-histórica, juntamente à Paleontologia e à Geologia. Por outro lado, a crescente popularidade do evolucionismo cultural, calcado no conceito de “progresso” positivista, servia como referência para uma noção de evolução unilinear aplicada ao desenvolvimento da humanidade.

Na França, os trabalhos de Edouard Lartet e Gabriel de Mortillet, ambos paleontólogos e geólogos, refletiam essa preocupação evolucionista em traçar a antiguidade do homem, ao demonstrarem nas sequências estratigráficas de suas escavações material arqueológico apresentando uma grande variedade de artefatos em pedra. Essas descobertas levaram Mortillet a propor a subdivisão do período Paleolítico em três fases (Paleolítico Inferior, Médio e Superior), cada uma representando um estágio sucessivo de progresso tecnológico e cultural, assim como havia feito antes Thomsen para a classificação de material arqueológico em três idades (Idade da Pedra, Idade do Bronze e Idade do Ferro) (TRIGGER, 1995, p. 98-99). O papel fundamental da Geologia no desenvolvimento da Pré-História na França foi tratado por Daniel (1975), que advertiu que a sequência cronológica de Mortillet, ancorada na Geologia, ficou estabelecida como o “sistema ortodoxo da Pré-História” até o século XX (DANIEL, 1975, p. 109).

O aprimoramento dos métodos de campo no final do século XIX foi marcado pelo refinamento da aplicação do conceito geológico de estratigrafia nas escavações arqueológicas. O desenvolvimento e formalização de estratégias de escavação sistemáticas e de registro meticuloso pelo general Pitt-Rivers foi talvez o que incitou pela primeira vez uma mudança fundamental na compreensão espaço-temporal de sítios arqueológicos. Pitt-Rivers (seguido de Flinders Petrie no Egito) revolucionou a arqueologia ao conferir importância a todos os artefatos, e não apenas àqueles considerados “objetos de arte” (DANIEL, 1975, p. 171). Em suas escavações na Inglaterra, a ênfase dada ao registro da posição exata dos artefatos, assim como a produção de plantas, perfis, croquis e descrições detalhados (RENFREW e BAHN, 2012, p. 33) colocaram em evidência a importância do contexto espacial. Isso levou a uma compreensão mais completa

dos depósitos arqueológicos e do desenvolvimento estratigráfico como uma sequência física e cronológica de eventos.

Outro arqueólogo de grande importância para o estabelecimento de métodos e técnicas modernas de escavação foi Flinders Petrie, também notado por suas escavações meticulosas, no Egito e na Palestina, desde a década de 1880 até sua morte, e pela importância dada a todos os artefatos e não apenas aos “mais bonitos”. Petrie também desenvolveu sua própria técnica de seriação para a ordenação cronológica de sepulturas egípcias (RENFREW e BAHN, 2012, p. 34).

Heinrich Schliemann, em Tróia, foi o primeiro a escavar estratigraficamente um monte artificial (tell) de múltiplas camadas, em 1871. Após 1882, a técnica de escavação estratigráfica no sítio de Tróia estava de fato estabelecida, graças aos esforços de Wilhelm Dörpfeld (RAPP e HILL, 1998, p. 6).

Fica claro, portanto, que a Arqueologia “nasceu como um problema geológico. Um problema de associação de vestígios, um problema de estratigrafia e de cronologia” (ARAUJO, 1999, p. 37).

#### **A INTERFACE ENTRE A ARQUEOLOGIA E AS CIÊNCIAS DA TERRA, DE 1900 A 1950**

Em se tratando da primeira metade do século XX, é importante observar que alguns autores, como Daniel (1975, p. 239-248) e Rapp e Gifford (1985, p. 10-11), relatam um período de recesso quanto a projetos colaborativos entre a Arqueologia e a Geologia, por volta do período da Primeira Guerra Mundial até a década de 1920, nos Estados Unidos, e em menor grau na Europa. Daniel (1975, p. 239 e 242) argumentou sobre a introdução na Arqueologia de ideias de novas áreas de estudo – a Geografia Humana e a Antropologia –, e observou uma mudança de paradigma no tratamento da Pré-História, de um viés geológico para um viés histórico e antropológico (DANIEL, 1975, p. 243). Ademais, a vinculação da Arqueologia ao departamento de Antropologia em universidades norte-americanas implicou a ausência de uma formação geológica no currículo de novos alunos, diferentemente da formação interdisciplinar da geração anterior de arqueólogos (RAPP e GIFFORD, 1985, p. 11).

Apesar do distanciamento em maior ou menor grau nos primeiros anos do século XX, a primeira metade do século se caracterizou, no geral, como uma fase colaborativa e multidisciplinar, em que a participação de geólogos, paleontólogos, pedólogos e outros especialistas das geociências e das ciências naturais se tornou mais frequente nas pesquisas arqueológicas da Pré-história, especialmente em referência a estudos de cronologia e de mudanças paleoambientais e paleoclimáticas (RAPP e HILL, 1998, p. 8-9). Esforços cooperativos também foram realizados em estudos de matéria-prima de artefatos, sedimentologia e sensoriamento remoto.

Em 1906, fotografias aéreas de Stonehenge revelaram feições subterrâneas não visíveis em superfície. Charles Linderbergh aplicou a técnica da fotografia aérea no sudoeste dos Estados Unidos, em

colaboração com Alfred Kidder. Métodos de análise de pólen foram desenvolvidos por Lennart von Post e aplicados na Escandinávia entre 1908 e 1916, revelando intervalos climáticos associados a mudanças ambientais pós-glaciação. Andrew Douglass aplicou a técnica da dendrocronologia na década de 1920 para datar sequências tipológicas de artefatos em vários sítios norte-americanos (HILL, 2017, p. 295). As escavações do geólogo Raphael Pumpelly e do arqueólogo Hubert Schmidt no Turquestão em 1904 foram notáveis não apenas pelo refinamento dos procedimentos de escavação estratigráfica, mas pelo seu caráter interdisciplinar, integrando especialistas de outras ciências naturais, como paleobotânica, paleontologia, geomorfologia, climatologia e metalurgia (RAPP e HILL, 1998, p. 9).

O uso do método de escavação estratigráfica ganhou novo impulso após a Primeira Guerra Mundial com os trabalhos de Mortimer Wheeler e Kathleen Kenyon na Europa. Em suas escavações na Inglaterra na década de 1920, o uso de desenhos de perfis estratigráficos com a numeração de camadas e interfaces foi considerado um marco importante para o desenvolvimento da estratigrafia arqueológica no século XX. A “revolução estratigráfica” nos Estados Unidos (ver discussão em LYMAN e O’BRIEN, 2006, p. 205-251) foi instigada por Manuel Gamio e Nels Nelson, influenciados pelos métodos de escavação europeus. Com início em 1915, Alfred Kidder utilizou extensivamente o método estratigráfico em suas escavações em Pecos Pueblo, no Novo México, permitindo a produção de cronologias relativas de tipos cerâmicos pelo método da seriação por frequência (HILL, 2017, p. 295).

Parcerias entre arqueólogos e geólogos se mostraram prolíficas em estudos paleoíndios nos Estados Unidos. A descoberta de artefatos associados a fauna extinta em Folsom, no Novo México, mostrou que a ocupação humana na América do Norte datava do final do Pleistoceno. Os geólogos Ernst Antevs e Kirk Bryan tiveram grande participação em estudos geocronológicos de sítios paleoíndios, e realizaram importantes contribuições em pesquisas na interface entre as Geociências e a Arqueologia nos Estados Unidos, entre as décadas de 1920 e 1950 (RAPP e HILL, 1998, p. 11-12).

### **A NEW ARCHAEOLOGY E A ÊNFASE NO CONTEXTO**

No século XIX e durante a primeira metade do século XX, a interação metodológica entre as Ciências da Terra e a Arqueologia esteve principalmente focada em interesses cronológicos. A elaboração de escavações estratigráficas vinculadas à determinação de datações relativas de artefatos e de cronologias regionais de sítios pré-históricos estava em devida consonância com o paradigma histórico-cultural. Evidentemente, a datação radiocarbônica, utilizada extensamente a partir da década de 1950, constituiu uma contribuição fundamental das ciências naturais para a datação absoluta de sítios e artefatos.

Na segunda metade do século XX, uma integração mais consolidada entre a Arqueologia e as Geociências levaria ao nascimento da Geoarqueologia na década de 1970 (HILL, 2017). Essa convergência

interdisciplinar emerge como consequência direta da reorientação teórica e conceitual da Arqueologia a partir da década de 1960, com o movimento da New Archaeology. Ao objetivo da New Archaeology de tornar a Arqueologia científica e antropológica (BINFORD, 1962) acrescentou-se a preocupação com uma abordagem ecológica, interessada em entender os processos adaptativos do homem à paisagem e as implicações dessa adaptação para a formação de sistemas socioculturais (BINFORD, 1964). Os arqueólogos passaram a reconhecer a importância de avaliar todos os processos responsáveis pela formação e transformação do registro arqueológico, pois era a partir dele que inferências de comportamento derivariam.

Esse cenário de inserção da Arqueologia numa perspectiva ecológica e ambiental colocou em evidência a importância do “contexto”, das características espaciais que integram o homem ao seu entorno. Para além do referenciamento cronológico de culturas, típico de uma abordagem histórico-cultural, percebeu-se a importância de um exame minucioso do contexto espacial que compunha o registro arqueológico, com a finalidade de reconstruir culturas. Com o objetivo de obter uma interpretação acurada do registro arqueológico, Lewis Binford (1964, p. 440) ponderou:

[...]If we view culture as man's extrasomatic means of adaptation, we must isolate and define the ecological setting of any given socio-cultural system, not only with respect to the points of articulation with the physical and biological environment, but also with points of articulation with the socio-cultural environment. It is suggested that changes in the ecological setting of any given system are the prime causative situations activating processes of cultural change.

Assim, a nova ênfase sobre o contexto, articulando características ambientais, ecológicas e espaciais com os processos socioculturais, pôs em evidência a necessidade de uma perspectiva geoarqueológica para a investigação dos agentes naturais que constituem e transformam o registro arqueológico. Foi nessa época que Michael Schiffer ganhou notoriedade no meio arqueológico ao propor os conceitos de “contexto arqueológico” e “contexto sistêmico” (SCHIFFER, 1972), e ao abordar em detalhe os processos de formação do registro arqueológico (SCHIFFER, 1983, 1987). O tratamento conceitual de Schiffer sobre processos de formação teve grande significação para a Arqueologia, pois contribuiu para esclarecer que o objeto de estudo da Arqueologia residia no registro arqueológico e não na reconstrução de comportamento humano. Aliás, começava a ficar claro naquele momento que a própria natureza fragmentada do registro arqueológico tornava impossível a missão de reproduzir sistemas culturais (TRIGGER, 1971). Na melhor das hipóteses, o máximo que se poderia fazer eram inferências sobre comportamento.

Ao longo dos anos 1970, em plena época de atuação da Arqueologia Processual, e depois, nos anos 1980, estudos de processos de formação de sítios arqueológicos foram se tornando mais frequentes e foram substanciais para o desenvolvimento da Geoarqueologia (e da Geologia Arqueológica) a partir dos



anos 1970. Será examinado então, a seguir, o papel importante que os estudos de processos de formação desempenharam para uma convergência metodológica mais efetiva entre a Arqueologia e as Ciências da Terra nas últimas décadas.

### **PROCESSOS DE FORMAÇÃO: UM PROBLEMA GEOARQUEOLÓGICO**

Processos de formação do registro arqueológico são cruciais para a Arqueologia, porque é pela investigação das características físico-químicas do registro arqueológico que o arqueólogo pode inferir comportamento humano. Pode-se pensar que o estudo de processos de formação vincula a Arqueologia às Ciências da Terra como nenhum outro conceito em Arqueologia pode fazê-lo, pois processos de formação envolvem uma análise do espaço e do meio ambiente tanto na escala individual do sítio e dos artefatos, quanto numa escala regional. A ênfase em processos de formação na década de 1970 teve grande influência sobre o desenvolvimento da Geoarqueologia – considerada por uns como uma disciplina ou subdisciplina (e.g., RENFREW, 1976; STEIN, 2001) e por outros como uma abordagem (e.g., BUTZER, 1982; ARAUJO, 1999) – e, conseqüentemente, sobre a interação interdisciplinar entre arqueólogos e profissionais das Ciências da Terra. Análises de processos de formação demonstraram que os artefatos se deslocavam no solo após sua deposição, e suas características físicas e químicas se modificavam por agentes pós-deposicionais (ARAUJO, 1995; GOLDBERG, NASH e PETRAGLIA, 1993). Assim, a aplicação de métodos e técnicas das Ciências da Terra se mostrou imperativa para o estudo dos agentes naturais responsáveis por alterações das características originais do registro arqueológico.

Como foi visto nas seções anteriores, a colaboração entre arqueólogos e profissionais das Ciências da Terra se fez presente desde os primórdios da Arqueologia moderna. Mas foi Michael Schiffer quem abordou a questão dos processos de formação de maneira a apreender a atenção da comunidade arqueológica (STEIN, 2001). Em 1972, Schiffer apresentou dois conceitos preliminares, necessários para compreender como o registro arqueológico se forma (SCHIFFER, 1972, p. 157): o “contexto sistêmico” denota as condições de um elemento enquanto participante de um sistema cultural em estado ativo; o “contexto arqueológico” é composto por materiais que participaram de um sistema cultural (extinto no presente), e que são agora o objeto de investigação do arqueólogo. Segundo Schiffer (1972, p. 158), um elemento ou material, enquanto parte de um sistema cultural em atividade, ou seja, enquanto participante do contexto sistêmico, passa pelos seguintes processos em sua vida útil: aquisição, manufatura, uso, conservação e descarte. Cada processo é composto por estágios, e estágios consistem de uma ou mais atividades. A reciclagem, por exemplo, constitui uma atividade que implica o retorno de um elemento da fase ou processo de uso para um novo processo de manufatura. O descarte significa o fim da vida útil de um elemento, quando ele passa a fazer parte do contexto arqueológico.

As noções de “contexto sistêmico” e “contexto arqueológico” são conceitos básicos que se articulam na definição posterior de Schiffer para o termo “processos de formação” (e.g., SCHIFFER, 1975). Segundo o autor (SCHIFFER, 1987, p. 7), processos de formação são os fatores que criam o registro arqueológico; esses fatores são de dois tipos: culturais e naturais.

Processos culturais de formação são tanto o comportamento humano que no contexto sistêmico produziu o material, o utilizou e o descartou (esses são os processos culturais originais, de interesse inferencial do arqueólogo), como o comportamento humano que alterou o material inserido no contexto arqueológico. Esse segundo tipo de processo cultural consiste em qualquer ação humana sobre o registro arqueológico em momentos pós-deposicionais, incluindo as atividades do arqueólogo quando entra em contato com o contexto arqueológico e manipula o registro.

Os processos naturais são os processos ambientais (físicos, químicos e biológicos) que agem sobre os artefatos e os depósitos arqueológicos, alterando, destruindo ou preservando suas características; os processos naturais (ou não culturais) agem tanto no contexto sistêmico quanto no contexto arqueológico (SCHIFFER, 1975, p. 838; 1987, p. 7).

Schiffer chamou atenção para a limitação do potencial inferencial do arqueólogo em suas interpretações de comportamento, uma vez que os processos culturais e não culturais que transformam o registro arqueológico acabam alterando as evidências do comportamento humano que originalmente criou o registro quando no contexto sistêmico.

It was shown by theory (...) and by ethnoarchaeology (...) that the material traces of the sought-after organizational patterns could be disturbed and new patterns created by diverse processes of humans and nature (...). However, (...) we do not deal with items in systemic context. Artifacts recovered archaeologically have been deposited by adaptive systems and subjected to other cultural and natural processes (...). Thus, in order to infer the systemic properties of interest, the archaeologist must identify and take into account these formation processes. (SCHIFFER, 1983, pg. 676, ênfase no original)

Assim, pelo fato de que processos de formação podem criar padrões de artefato (artifact patterns) não relacionados aos comportamentos passados que interessam ao arqueólogo (SCHIFFER, 1983, p. 677), é imperativo que o arqueólogo estude os efeitos dos processos de formação que transformam o registro arqueológico e saiba distingui-los dos processos culturais originais que criaram os artefatos.

O objetivo central de Schiffer com o artigo de 1983 (“Toward the identification of formation processes”) foi alertar a comunidade arqueológica sobre a necessidade de tornar os estudos de processos de formação uma prática rotineira, pois o conhecimento detalhado dos processos naturais e culturais que alteram a distribuição espacial dos objetos no registro arqueológico é pré-requisito para quaisquer inferências significativas de comportamento. Isso demandava uma mudança da unidade de análise, do “artefato” para o “depósito”:

[...] the perspective elaborated in this paper leads us to view the deposits themselves as peculiar artifacts, the characteristics of which must be studied in their own right. Deposits are the packages containing evidence that may be relevant to one's research questions; to establish such relevance, however, requires that the genesis of deposits be determined, in terms of both cultural and natural formation processes. (SCHIFFER, 1983, p. 697, ênfase adicionada)

A ênfase no estudo da gênese do depósito significava atribuir importância ao contexto e a uma perspectiva ambiental para a investigação do registro arqueológico, o que, na verdade, já vinha sendo defendido por profissionais das Ciências da Terra interessados em questões arqueológicas, como Butzer (1982), que alertou:

What remains poorly articulated is the equally fundamental environmental dimension. (...) For archaeology, context implies a four-dimensional spatial-temporal matrix that comprises both a cultural environment and a noncultural environment and that can be applied to a single artifact or to a constellation of sites. (...) This contextual approach, heavily dependent on archaeobotany, zoo-archaeology, geo-archaeology, and spatial archaeology, is not new in terms of its components but by virtue of its integrated, general goal of understanding the human ecosystem. (BUTZER, 1982, p. 4 e 12)

Arqueólogos e profissionais das Ciências da Terra já apresentavam um longo histórico de cooperação, mas pode-se afirmar que o interesse da Arqueologia tradicional concentrado, durante muito tempo, na confecção de cronologias e tipologias de artefatos foi o que incitou um movimento de contrapartida da New Archaeology com vistas a expandir os objetivos da disciplina, colocando agora o foco também sobre a espacialidade. Daí, conforme argumentou Schiffer, a mudança da unidade de análise para o “depósito”, entendido em primeira instância como a matriz sedimentar que comporta os artefatos:

[...] we may consider artifacts as merely peculiar particles in a sedimentary matrix (...) that potentially have been subjected by cultural and natural formation processes to a variety of mechanical and chemical alterations. By recording the systematic effects, such as size reduction and sorting, damage patterns, and disorganization, investigators can come to appreciate the past agencies that were responsible for the complex arrangements of cultural and environmental materials (deposits) observed today. (SCHIFFER, 1983, p. 697)

Pode-se avaliar que talvez as publicações de Schiffer tenham surtido um impacto substancial na comunidade arqueológica, pois coincidiram com um momento de mudança de paradigma na Arqueologia.

O reconhecimento da importância dos processos de formação do registro arqueológico tornava, portanto, essencial a utilização de métodos e técnicas das Ciências da Terra para abordar os agentes de transformação do contexto arqueológico. Não por acaso, a Geoarqueologia e os estudos de processos de formação de sítio ganharam popularidade a partir dos anos 1970. Colin Renfrew cunhou o termo “Gеоarqueologia”, na década de 1970 (STEIN, 2001, p. 43), para nomear o que ele considerou uma nova disciplina na Arqueologia associada às Geociências:

This discipline employs the skills of the geological scientist, using his concern for soils, sediments and landforms to focus these upon the archaeological 'site', and to investigate the circumstances which governed its location, its formation as a deposit and its subsequent preservation and life history. This new discipline of geoarchaeology is primarily concerned with the context in which archaeological remains are found. And since archaeology, or at least prehistoric archaeology, recovers almost all its basic data by excavation, every archaeological problem starts as a problem in geoarchaeology. (RENFREW, 1973, p. 2, ênfase adicionada)

Dito de outra forma, se a Geoarqueologia é a pesquisa arqueológica que examina o contexto espacial que contém os artefatos e que estuda a sua história, suas propriedades e também as do ambiente circundante, daí se segue que todo sítio arqueológico demanda uma abordagem geoarqueológica. Ficou claro, portanto, que todo arqueólogo lidaria, em alguma medida, com algum aspecto da matriz sedimentar que compõe o registro, o que implicaria em algum tipo de descrição ou análise de natureza geoarqueológica.

Com o aumento da popularidade dos processos de formação, o número de publicações de cunho geoarqueológico também aumentou, e hoje a Geoarqueologia conta com um número considerável de praticantes. Chama-se atenção para o fato de que, em comparação ao número mais esparsos de estudos de caráter geoarqueológico no final da década de 1960, a partir da década de 1970 a Geoarqueologia veio ganhando espaço proeminente, até os dias atuais, em diversas revistas científicas especializadas (e.g., *Geoarchaeology*, *Journal of Archaeological Science*, *Journal of Human Evolution*, *Antiquity*, *Journal of Sedimentary Research*, etc.) e em associações científicas norte-americanas, como a *Archaeological Geology Division* da *Geology Society of America*, estabelecida em 1977, ou o *Geoarchaeology Interest Group* da *Society for American Archaeology*, fundado no final dos anos 1990 (RAPP e GIFFORD, 1985, p. 17-18; GOLDBERG e MACPHAIL, 2006, p. 1).

No Brasil, estudos geoarqueológicos também vêm produzindo importantes resultados ao longo das últimas décadas (e.g., ARAUJO, 2001; MORAIS, 1999; PARENTI, 2001; RUBIN e SILVA, 2008, 2013; RUBIN, DUBOIS e SILVA, 2015; SILVA e PROUS, 2014).

Na região de Lagoa Santa, particularmente, as escavações de Peter Lund na Gruta do Sumidouro, ainda no século XIX (LUND, 1844, apud COUTO, 1950), trouxeram evidências de coexistência entre humanos e megafauna extinta na região, gerando uma longa e controversa discussão. Apenas recentemente, novas análises permitiram confirmar as evidências dessa coexistência, pondo fim ao dilema (NEVES e PILÓ, 2003; PILÓ e NEVES, 2003; HUBBE et al., 2009, 2013). Estudos de processos de formação de sítios abrigados e de sítios a céu aberto da região também são numerosos, significando contribuições importantes para o desenvolvimento de uma "geoarqueologia tropical" (e.g., ARAUJO e PILÓ, 2017; ARAUJO e FEATHERS, 2008; ARAUJO et al., 2008, 2013; PILÓ et al., 2005; TUDELA, 2013; VILLAGRAN et al., 2017).

Merece destaque também a série de três livros totalmente dedicados a questões geoarqueológicas da América Latina, publicados ao longo da última década, e que fazem parte de um mesmo programa editorial: *Geoarqueologia: teoria e prática* (RUBIN e SILVA, 2008), *Geoarqueologia* (RUBIN e SILVA, 2013), e *Geoarqueologia na América do Sul* (RUBIN, DUBOIS e SILVA, 2015). Seus organizadores reúnem importantes contribuições de pesquisadores brasileiros e latino-americanos referentes a estudos geoarqueológicos desenvolvidos no Brasil, Argentina, Uruguai e Colômbia. O leque de temas abordados é vasto, abrangendo desde questões mais gerais, como considerações teóricas e metodológicas da geoarqueologia para o estudo de paleoambientes e suas relações com os sítios arqueológicos e os artefatos, até estudos específicos, versando sobre processos de formação de sítios abrigados, continuidades e descontinuidades estratigráficas, implicações de fatores antrópicos e naturais na preservação de sítios pré-históricos, interação entre processos pedogenéticos e arqueologia, estudos micromorfológicos em sambaquis, processos deposicionais em ambientes vulcânicos, geoarqueologia em ambientes costeiros e ambientes fluviais, aplicação de métodos geofísicos e arqueométricos em sítios arqueológicos, contribuições de dados paleoambientais para a compreensão do registro arqueológico, tanto em termos de sua preservação ou destruição, como em termos de ocupação/dispersão humana na América do Sul.

Essa diversidade de contribuições que compõe o escopo geoarqueológico das três publicações não apenas demonstra a posição de importância que a geoarqueologia vem ganhando nas pesquisas arqueológicas no Brasil e na América do Sul, ao longo dos últimos anos, mas cumpre também o objetivo de difundir e fortalecer a disciplina no continente, estreitando os vínculos entre os pesquisadores e produzindo um maior entendimento das relações entre a paisagem e o registro arqueológico do território sul-americano.

## CONCLUSÃO

A perspectiva histórica desse artigo serviu para demonstrar como a Arqueologia nasceu de um problema geológico e se desenvolveu metodologicamente atrelada às Ciências da Terra. A convergência entre as duas áreas se consolidou mais formalmente com o nascimento da Geoarqueologia na década de 1970, no ambiente da *New Archaeology*, quando a dimensão espacial do registro arqueológico foi percebida como sendo essencial para a tentativa de compreender como as pessoas se comportaram num determinado local ou em vários locais, como se organizaram e utilizaram os recursos ambientais, e como tudo isso se modificou ao longo do tempo. O estado, na maioria das vezes, fragmentado e empobrecido daquilo que é encontrado pelo arqueólogo tornou imperativa a tarefa de investigar em detalhe as características do contexto físico que comporta o depósito arqueológico, que por sua vez comporta os

artefatos. O contexto de um vestígio arqueológico consiste basicamente na matriz sedimentar que o envolve, no seu posicionamento vertical e horizontal nessa matriz sedimentar, e na sua associação com outros vestígios (RENFREW e BAHN, 2012). O contexto arqueológico é produto de atividade humana, voluntária ou involuntária, e de agentes naturais. Identificar os fatores culturais e naturais que formam e transformam o registro arqueológico é crucial para derivar conhecimento sobre o comportamento humano do passado.

Assim, a convergência metodológica entre as Ciências da Terra e a Arqueologia se consolida na abordagem geoarqueológica, caracterizada pela aplicação de métodos e técnicas das Geociências à pesquisa arqueológica. Estudos sedimentológicos, mineralógicos, pedológicos, estratigráficos, geocronológicos, geomorfológicos, topográficos, paleoambientais, geoquímicos, geofísicos e tafonômicos são necessários para compreender a trajetória deposicional e pós-deposicional do registro arqueológico.

A recuperação do material arqueológico e a análise desse material envolvem procedimentos geoarqueológicos no sentido mais fundamental, porque os vestígios de atividade humana progressiva estão contidos num contexto essencialmente geológico.

Pode-se dizer que a Geoarqueologia fornece as bases para todos os aspectos da arqueologia, desde a compreensão da posição de um sítio na paisagem até a compreensão do contexto de artefatos e feições. “Sem esse conhecimento, mesmo o estudo de isótopos mais sofisticado tem significado e interpretabilidade limitados. Por mais banal que pareça, o adágio, ‘lixo-dentro, lixo-fora’ é totalmente pertinente se os aspectos geoarqueológicos de um sítio forem ignorados” (GOLDBERG e MACPHAIL, 2006, pg. 3, tradução livre).

Caberia aqui, finalmente, parodiar a famosa frase de Willey e Phillips (1958): Arqueologia é (fundamentalmente) Geoarqueologia ou não é nada.

### ***Agradecimentos***

Gostaria de agradecer a Astolfo Araujo, por sua dedicação aos cursos de métodos arqueológicos e pelos ensinamentos em campo, que muito contribuíram para a minha imersão nos pormenores geoarqueológicos de nossa disciplina, e a Mercedes Okumura, pela leitura atenta do manuscrito e pelos valiosos comentários e sugestões, sempre disposta a compartilhar generosamente seu conhecimento.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, Astolfo G. M. Peças que descem, peças que sobem e o fim de Pompéia: algumas reflexões sobre a natureza flexível do registro arqueológico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 5, pg. 3-25, 1995.
- ARAUJO, Astolfo G. M. As Geociências e suas implicações em teoria e métodos arqueológicos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3, pg. 35-45, 1999.
- ARAUJO, Astolfo G. M. *Teoria e Método em Arqueologia Regional: um Estudo de Caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo*. (Tese de Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ARAUJO, Astolfo G. M. e FEATHERS, James K. First notice of open-air paleoamerican sites at Lagoa Santa: some geomorphological and paleoenvironmental aspects, and implications for future research. *Current Research in the Pleistocene*, 25, pg. 27-29, 2008.
- ARAUJO, Astolfo G. M.; FEATHERS, James K.; ARROYO-KALIN, Manuel; TIZUKA, Michelle M. Lapa das Boleiras rockshelter: stratigraphy and formation processes at a paleoamerican site in Central Brazil. *Journal of Archaeological Science*, 35, pg. 3186-3202, 2008.
- ARAUJO, Astolfo G. M.; STRAUSS, André M.; FEATHERS, James K.; PAISANI, Julio César; SCHRAGE, Thomas J. Paleoindian open-air sites in tropical settings: a case study in formation processes, dating methods, and paleoenvironmental models in central Brazil. *Geoarchaeology*, 28, pg. 195-220, 2013.
- ARAUJO, Astolfo G. M. e PILÓ, Luís B. Towards the development of a tropical geoarchaeology: Lagoa Santa as an emblematic case study. IN: DA-GLORIA, Pedro; NEVES Walter A.; HUBBE, Mark (Eds.). *Archaeological and Paleontological Research in Lagoa Santa: The Quest for the First Americans*. Springer International Publishing, 2017, pg. 373-391.
- BAR-YOSEF, Ofer. A personal view of Earth Sciences' contributions to Archaeology. IN: GOLDBERG, Paul; HOLLIDAY, Vance T.; FERRING, C. Reid (Eds.) *Earth Sciences and Archaeology*. New York: Springer Science+Business Media, 2001, pg. 473-488.
- BINFORD, Lewis R. Archaeology as anthropology. *American Antiquity*, v. 28, nº 2, pg. 217-225, 1962.
- BINFORD, Lewis R. A consideration of archaeological research design. *American Antiquity*, v. 29, nº 4, pg. 425-441, 1964.
- BUTZER, Karl W. *Archaeology as Human Ecology: Method and Theory for a Contextual Approach*. Cambridge; London; New York; New Rochelle; Melbourne; Sydney: Cambridge University Press, 1982.

- CONOLLY, James e LAKE, Mark. *Geographical Information Systems in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- COUTO, Carlos de Paula (Ed.). *Memórias sobre a paleontologia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1950.
- DANIEL, Glyn Edmund. *A Hundred and Fifty Years of Archaeology*. 2 Ed. London: Duckworth, 1975.
- FOUACHE, Eric; PAVLOPOULOS, Kosmas; STIROS, Stathis. Landscape evolution and geoarchaeology. *Quaternary International*, 216, pg. 1-2, 2010.
- GILBERT, Allan S.; GOLDBERG, Paul; HOLLIDAY, Vance T.; MANDEL, Rolfe D.; STERNBERG, Robert S. Preface. IN: GILBERT, Allan S.; GOLDBERG, Paul; HOLLIDAY, Vance T.; MANDEL, Rolfe D.; STERNBERG, Robert S. (Eds.) *Encyclopedia of Geoarchaeology*. Dordecht; Heidelberg; New York; London: Springer, 2017, pg. xxvii-xxviii.
- GOLDBERG, Paul e MACPHAIL, Richard I. *Practical and Theoretical Geoarchaeology*. Malden, MA; Oxford; Victoria: Blackwell, 2006.
- GOLDBERG, Paul; NASH, David T.; PETRAGLIA, Michael D. (Eds.) *Formation Processes in Archaeological Context*. Monographs in World Archaeology, nº 17. Madison: Prehistory Press, 1993.
- HARRIS, Edward C. *Principles of Archaeological Stratigraphy*. 2 Ed. London; San Diego; New York; Boston; Sydney; Tokyo; Toronto: Harcourt Brace & Company, 1997.
- HILL, Christopher L. Geoarchaeology. IN: MASCHNER, Herbert e CHIPPINDALE, Christopher (Eds.). *Handbook of Archaeological Methods*. Lanham, MD: Altamira Press, 2005, pg. 1002-1033.
- HILL, Christopher L. Geoarchaeology, History. IN: GILBERT, Allan S.; GOLDBERG, Paul; HOLLIDAY, Vance T.; MANDEL, Rolfe D.; STERNBERG, Robert S. (Eds.) *Encyclopedia of Geoarchaeology*. Dordecht; Heidelberg; New York; London: Springer, 2017, pg. 292-303.
- LUND, Peter W. Notícia sobre ossadas humanas fósseis achadas numa caverna do Brasil, 1844. IN: COUTO, 1950, pg. 465-488.
- LYMAN, R. Lee e O'BRIEN, Michael J. *Measuring Time with Artifacts: A History of Methods in American Archaeology*. Lincoln; London: University of Nebraska Press, 2006.
- MORAIS, José Luiz de. A Arqueologia e o fator geo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 9, pg. 3-22, 1999.
- NEVES, Walter A. e PILÓ, Luís B. Solving Lund's dilemma: New AMS dates confirm that humans and megafauna coexisted at Lagoa Santa. *Current Research in the Pleistocene*, 20, pg. 7-60, 2003.
- NIEMI, Tina M. Geoarchaeology – where do we go from here? *American Journal of Archaeology*, v. 103, nº 3, pg. 525-528, 1999.
- PARENTI, Fabio. *Le Gisement Quaternaire de Pedra Furada (Piauí, Brésil): Stratigraphie, Chronologie, Évolution Culturelle*. Paris: Editions Recherche sur les Civilisations, 2001.



- PETRIE, W. M. Flinders. *Methods & Aims in Archaeology*. London: Macmillan and Co.; New York: The Macmillan Company, 1904.
- PILÓ, Luís B. e NEVES, Walter A. Novas datações 14C (AMS) confirmam a tese da coexistência do homem com a megafauna plesitocênica da região cárstica de Lagoa Santa, MG. *Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Espeleologia – SBE*, pg. 100-104, 2003.
- PILÓ, Luís B.; AULER, Augusto S.; NEVES, Walter A.; WANG, Xianfeng; CHENG, Hai; EDWARDS, R. Lawrence. Geochronology, sediment provenance, and fossil emplacement at Sumidouro Cave, a classic late Pleistocene/early Holocene paleoanthropological site in eastern Brazil. *Geoarchaeology*, 20, pg. 751-764, 2005.
- RAPP, Jr., George. *Geoarchaeology*. *Ann. Rev. Earth Planet. Sci.*, 15, pg. 97-113, 1987.
- RAPP, Jr., George e GIFFORD, John A. *Archaeological Geology*. New Haven; London: Yale University Press, 1985.
- RAPP, Jr., George e HILL, Christopher L. *Geoarchaeology: The Earth-Science Approach to Archaeological Interpretation*. New Haven; London: Yale University Press, 1998.
- RENFREW, Colin. Introduction: archaeology and the earth sciences. IN: DAVIDSON, D. A. e SHACKLEY, M. L. (Eds.) *Geoarchaeology: Earth Science and the Past*. London: Duckworth, 1976, pg. 1-5.
- RENFREW, Colin e BAHN, Paul. *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. 6 Ed. London: Thames & Hudson, 2012.
- RUBIN, Julio Cezar R. e SILVA, Rosiclér T. (Orgs.) *Geoarqueologia: teoria e prática*. Goiânia: Editora da UCG, 2008.
- RUBIN, Julio Cezar R. e SILVA, Rosiclér T. (Orgs.) *Geoarqueologia*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2013.
- RUBIN, Julio Cezar R.; DUBOIS, Cristian M. Favier; SILVA, Rosiclér T. (Orgs.) *Geoarqueologia na América do Sul*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2015.
- SCHIFFER, Michael B. Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, v. 37, nº 2, pg. 156-165, 1972.
- SCHIFFER, Michael B. Archaeology as behavioral science. *American Anthropologist, New Series*, v. 77, nº 4, pg. 836-848, 1975.
- SCHIFFER, Michael B. Toward the identification of formation processes. *American Antiquity*, v. 48, nº 4, pg. 675-706, 1983.
- SCHIFFER, Michael B. *Formation Processes of the Archaeological Record*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1987.
- SILVA, Leandro V. e PROUS, André PG. O papel dos resíduos de combustão na formação dos estratos sedimentares na Lapa do Niactor: o elemento antrópico como agente dominante na

sedimentação em abrigos. *Arquivos do Museu de História Natural da UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, 105-139, 2014.

STEIN, Julie K. A review of site formation processes and their relevance to geoarchaeology. IN: GOLDBERG, Paul; HOLLIDAY, Vance T.; FERRING, C. Reid (Eds.) *Earth Sciences and Archaeology*. New York: Springer Science+Business Media, 2001, pg. 37-51.

TRIGGER, Bruce. Archaeology and ecology. *World Archaeology*, v. 2, nº 3, pg. 321-336, 1971.

TRIGGER, Bruce. *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

TUDELA, Diego Renan G. *Caracterização Físico-Química de Sedimentos do Sítio Arqueológico Lapa Grande de Taquaraçu, MG*. (Dissertação de Mestrado) Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VILLAGRAN, Ximena S.; STRAUSS, André; MILLER, Christopher; LIGOUIS, Bertrand; OLIVEIRA, Rodrigo. Buried in ashes: site formation processes at Lapa do Santo rockshelter, east-central Brazil. *Journal of Archaeological Science*, 77, pg. 10-34, 2017.

WILLEY, Gordon R. e PHILLIPS, Philip. *Method and Theory in American Archaeology*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

---

Recebido em: 06/10/2017

Submitted in: 06/10/2017

Aprovado em: 05/12/2017

Aproved in: 05/12/2017

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018

---

**PROPOSTA DE PROTOCOLO DE GRADEAMENTO PARA MONITORAMENTOS  
ARQUEOLÓGICOS EM RESERVATÓRIOS DE HIDRELÉTRICAS JÁ INSTALADAS**  
PROPOSAL OF A GROUND PROTOCOL FOR ARCHAEOLOGICAL MONITORING IN  
HYDROELECTRIC RESERVOIRS ALREADY INSTALLED

Manoella de Souza Soares

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



# Proposta de protocolo de gradeamento para monitoramentos arqueológicos em reservatórios de hidrelétricas já instaladas

Manoella de Souza Soares <sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo apresentar a proposta de protocolo de gradeamento para monitoramento arqueológico em reservatórios hidrelétricos. Este é parte integrante da dissertação de mestrado da autora, em desenvolvimento na UHE Capivari-Cachoeira localizada nos municípios de Campina Grande do Sul e Bocaiuva – Paraná. Além de estabelecer um protocolo o presente artigo visa compartilhar a experiência realizada e as reflexões que constituíram a escolha por esta técnica analítica. Visando abranger as necessidades metodológicas que o monitoramento arqueológico em reservatórios já instalados em gerando, bem como a compreensão de relações entre empreendimentos deste porte com sítios arqueológicos localizados às margens. Baseado em trabalhos similares realizados no hemisfério norte, a presente pesquisa propõe a realização de estudo semelhante em ambiente tropical-subtropical, onde a influência de elementos como o gelo é desconsiderado e a erosão por precipitação possui regime diferenciado.

**Palavras-chave:** Transporte de Artefatos; Monitoramento Arqueológico; Experimentação.

**Abstract:** The present article aims to present a proposal of classification protocol for laboratory monitoring in hydroelectric reservoirs. This is a constituent part of the author's master's thesis, under development at the UHE-Capivari-Cachoeira located in the municipalities of Campina Grande do Sul and Bocaiuva - Paraná. In addition to establishing a protocol or present article, consider the experience performed as reflections that constitute a choice for this analytical technique. Aiming to cover as methodological needs that the monitoring of vessels in reservoirs already installed in generating, as well as an understanding of relationships between ventures of this size with archaeological sites located at the margins. Based on successful works, without a northern hemisphere, a present study research in tropical-subtropical environment, where an influence of elements such as ice and inconsiderate and a precipitation erosion has a different regime.

**Keywords:** Transport of Artifacts; Archaeological Monitoring; Experimentation.

## INTRODUÇÃO

Originado a partir das reflexões e necessidades metodológicas da dissertação de mestrado da presente autora, este artigo tem por objetivo propor um protocolo de monitoramento arqueológico para margens de reservatórios já instalados. A fim de compreender as inter-relações reservatório X margens X ocorrência arqueológica mostrou-se necessária a mensuração de possíveis movimentações de materiais arqueológicos. A variação do nível do reservatório, a ação das ondas nas margens, a formação de pequenas drenagens de ordem zero em momentos de precipitação, entre outros são possíveis agentes para a alteração do registro arqueológicos. Para tal, é proposta a instalação de grades, georreferenciadas, instaladas em áreas com ocorrências arqueológicas e/ou áreas estratégicas com a utilização de pseudo-artefatos, objetivando a identificação de deslocamentos e/ou soterramento.

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Brasil.

O monitoramento é uma atividade que requer tempo de coleta de dados e procedimentos que possibilitem futuras análises, por exemplo, correlacionando com dados de laboratório. Neste artigo serão apresentados os procedimentos adotados para a delimitação das áreas de monitoramento, a metodologia de gradeamento e as primeiras discussões sobre a necessidade de monitorar margens de reservatórios, objetivando os estudos geoarqueológicos.

A escolha pelo gradeamento surgiu da leitura do trabalho de WILL e Clark (1996), que realizou experimento similar nas margens de um lago no Maine – EUA. A pesquisa lá realizada possui a especificidade de estar localizado em clima ártico, o que faz com que o gelo seja agente com grande atuação sobre os artefatos. Até o presente momento não foi identificado outro trabalho similar para climas tropicais e subtropicais, por isso a necessidade da produção de tal protocolo.

Para o estabelecimento de tal protocolo será aqui apresentada à experiência realizada no reservatório da UHE Capivari-Cachoeira, localizado entre os municípios de Campina Grande do Sul e Bocaiuva no Estado do Paraná (Figura 01). O reservatório foi totalmente preenchido em 1970, e por ser anterior as leis ambientais vigentes, não foram realizados estudos arqueológicos. Em 2000 foram realizados monitoramentos devido a redução do nível do reservatório que resultou na dissertação de mestrado de Rucirene Miguel (2000), cujo título é: “Estudos de processos erosivo-acumulativos em ocorrências arqueológicas impactadas por reservatório: UHE Capivari-Cachoeira”.

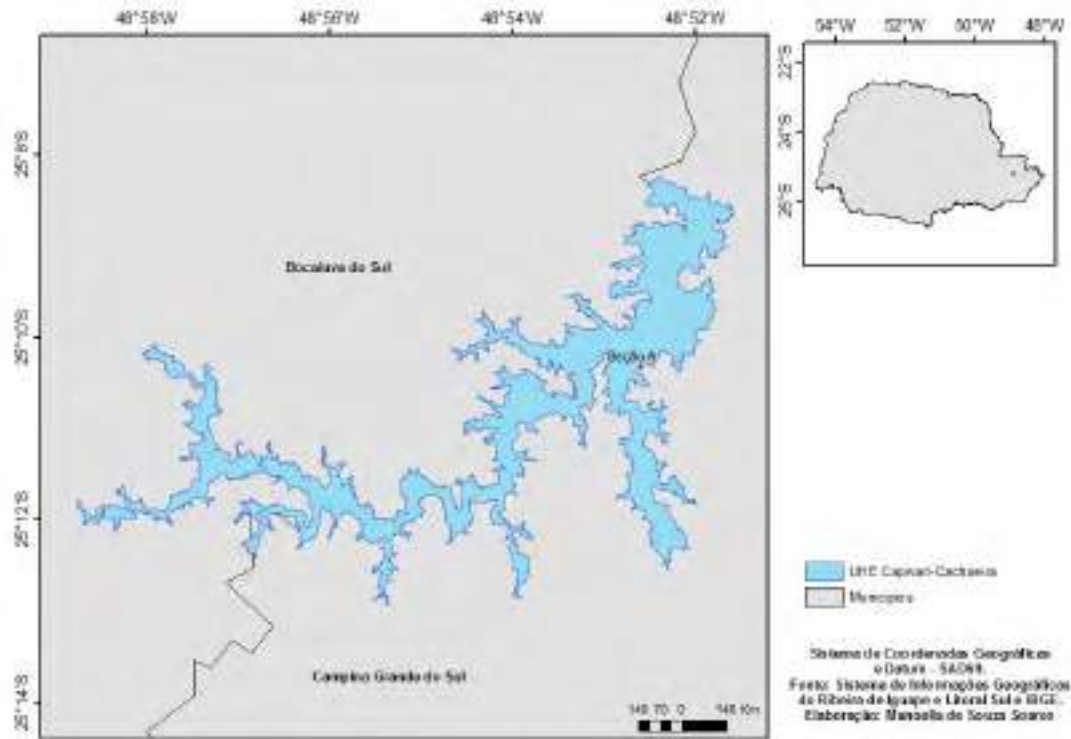
## **MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO**

O monitoramento arqueológico, como instrumento para o licenciamento ambiental, está intrinsecamente associado ao monitoramento ambiental. Desta forma e em virtude dos poucos trabalhos relacionados diretamente à definição do monitoramento arqueológico, este será aqui trado de forma transdisciplinar com as noções de monitoramento ambiental, instituído pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), bem como o de monitoramento florestal, baseados primordialmente no trabalho desenvolvido por Rodriguez (1998).

Para o IBAMA, monitoramento é o ato de estudar e acompanhar, de forma contínua e sistemática, o comportamento de eventos, situações e fenômenos específicos, com o objetivo de identificar, avaliar e comparar um dado indicador. O conceito e a necessidade de caracterizar indicadores no processo de monitoramento são marcantes nas diversas concepções de monitoramento.

Na tentativa de uma aproximação desta definição com a realidade do monitoramento arqueológico, este seria o estudo e o acompanhamento da ausência dos indicadores arqueológicos. Estes indicadores seriam essencialmente vestígios diretos e indiretos, seja um fragmento cerâmico seja à marca negativa de uma fogueira, por exemplo. Diferente do monitoramento ambiental, que utiliza da presença de

dados indicadores para evidenciar a evolução dos processos degradantes, e constatar os impactos nos recursos naturais, o monitoramento arqueólogo utiliza a ausência dos indicadores para assegurar a falta de dano ao patrimônio arqueológico. Ou no presente caso, no qual o dano já está instaurado; já ocorreu a instalação do reservatório e este já atuou no registro arqueológico. O indicador para análise é o possível deslocamento dos artefatos, durante o processo de erosão das margens do reservatório.



**Figura 01:** Mapa de localização do reservatório da UHE Capivari-Cachoeira/PR

Tratadas na obra de Rodriguez (1998), referentes ao monitoramento florestal, algumas questões básicas ao processo de monitoramento podem ser apropriadas a noção de monitoramento arqueológico, são elas:

Quais serão os propósitos, a intensidade e a frequência do monitoramento?

Como serão amostradas e coletadas as informações?

Como serão analisados os dados?

Como serão interpretados os resultados?

Como reconhecer se os objetivos do monitoramento estão sendo alcançados?

Dentre tais aspectos o presente artigo compreende o referente ao método de amostragem e coleta de informações; propondo uma grade georrefenciada para aferição da movimentação dos materiais.

### **O MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO EM RESERVATÓRIOS HIDRELÉTRICOS.**

O monitoramento arqueológico em reservatórios hidrelétricos anteriores a resolução CONAMA 001/86 é previsto na Portaria IPHAN nº28/2003, e prevê a execução de projetos de levantamento, prospecção, resgate e salvamento na faixa de depleção<sup>2</sup>. Seu objetivo é suprir a carência de informações sobre sítios já impactos. A compreensão dos mecanismos de interação entre sítios arqueológicos e reservatório poderá auxiliar na tomada de decisão de resgate, salvamento e monitoramento de novos empreendimentos, no conhecimento da formação e/ou alteração de informações contidas na área dos sítios, e auxiliar no processo de gestão do uso das margens dos reservatórios, em conformidade com a Lei 9433/97 que prevê o uso múltiplo dos recursos hídricos, quando a existência de sítios arqueológicos identificados.

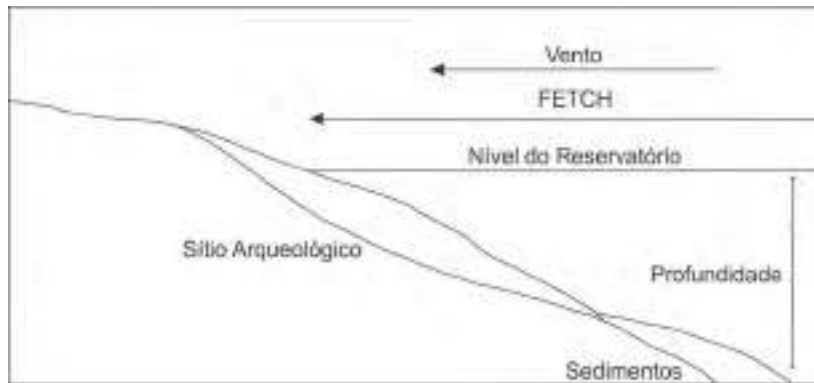
Estudos com enfoque no impacto de movimentação de artefatos sob ação do lago do reservatório são relativamente raros. Entretanto destacam-se os trabalhos realizados por Kashimoto (2007 e 2015), na região do alto Paraná, nos quais o monitoramento contínuo evidenciou os recuos das margens e o impacto sob o patrimônio arqueológico, sendo relevante para esta pesquisa os relacionados ao arraste de material por erosão laminar. E Faccio (2015), com estudo realizado no Estado de São Paulo, no qual o autor identificou fragmentos de vasilhas cerâmicas com descolamento de 300 m de distância do contexto de deposição, após retrabalho dos fluxos de água.

Aspectos qualitativos da implantação de reservatórios em áreas de potencial arqueológico vêm sendo trabalhados como, a perda de informações pelo alagamento de sítios, destruição de estruturas arqueológicas para a construção das edificações e caminhos do complexo hidroenergético. O presente artigo visa ampliar a instrumentalização de informações quantitativas dos impactos desses empreendimentos.

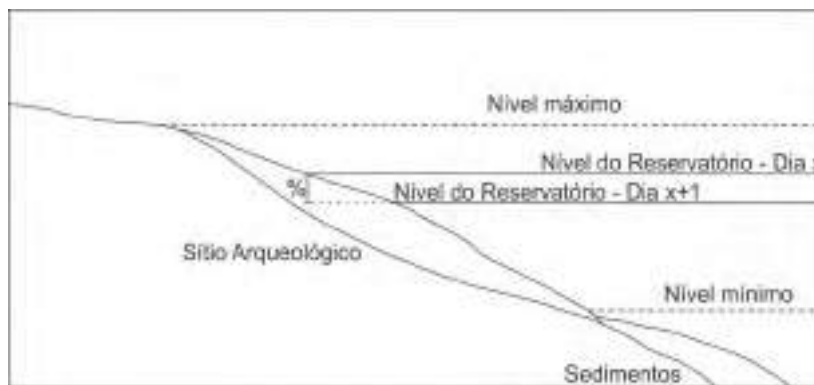
O preenchimento do reservatório altera inicialmente o nível de base, modificando a dissecação do relevo, e assim apresentando um primeiro aspecto de alteração em sítios antes localizados em meia encosta, por exemplo. Com o preenchimento completo do reservatório outros agentes começam a atuar como o impacto das ondas geradas por este corpo d'água e a variação do nível, proporcionando uma oscilação vertical, de subida e descida da água (Figuras 2 e 3). Esta oscilação do nível mesmo que não possua energia cinética suficiente para o deslocamento de artefatos, faz com que os materiais passem por alterações de períodos submersos e aflorantes muito curtos, o que em especial para materiais argilosos auxilia na desagregação. Outro aspecto é que mesmo variações, razoavelmente pequenas, na ordem dos centímetros pode na topografia representar um percentual de exposição significativo para um sítio arqueológico.

---

<sup>2</sup> Faixa de depleção: faixa na margem de reservatórios formada pela variação do nível do mesmo.



**Figura 02:** Esquema teórico da formação da onda em reservatório hidrelétrico e da definição de Fetch. **Fonte:** SOARES, 2015.



**Figura 03:** Esquema teórico da ação da variação do nível do reservatório sob o registro arqueológico localizado na margem. **Fonte:** SOARES, 2015.

### MATERIAIS E MÉTODOS

Nos estudos relacionados à erosão é comum o uso de estações totais para levantamento topográfico dos perfis analisados, bem como a implantação de pinos de metal, para observação da remoção de sedimentos. A proposta aqui é de unir o levantamento topográfico com as informações das taxas de erosão em um dado perfil, para observar a movimentação de artefatos em diferentes partes da faixa de depleção.

A compreensão da movimentação de sedimentos é usualmente simplificada, em virtude dos muitos agentes envolvidos no processo de deslocamento. A interação da forma do material, densidade, atrito, forças atuantes faz com que muitos pesquisadores simplifiquem alguns elementos, por exemplo, consideram os sedimentos como esferas perfeitas. Porém quando falamos de artefatos arqueológicos, dificilmente este terá a forma esférica, a diversidade de cacos de cerâmica, de artefatos líticos ou mesmo de matérias formadores dos registros arqueológicos dificulta o uso dos métodos de transporte de sedimento.

Desta forma há a necessidade de estudos empíricos dos movimentos de artefatos, para compreensão de como esse fenômeno se dá e de que forma podemos explicar fisicamente seu



comportamento. Este trabalho é a primeira fase de um estudo maior, objetivando identificar possíveis movimentos de materiais e de que forma esse movimento se dá.

### ***Preparação dos pseudo-artefatos***

A escolha dos materiais para o monitoramento partiu da disponibilidade de materiais similares aos artefatos encontrados na região. Para tal foram utilizados pedaços de lascas de rochas, fragmentos de cerâmica contemporânea e fragmentos de ossos e conchas. Este material foi catalogado e registrado com uma identificação específica do projeto.

Foram registradas também as características físicas do pseudo-artefatos, como dimensões e peso, com objetivo de futuramente compreender a forma como tais materiais se movimentaram. Como foi colocado anteriormente, nos estudos de transporte de sedimentos simplificações são realizadas, entre elas a aproximação dos sedimentos a esferas. Para tal coeficientes de formas são utilizados como a esfericidade e o *shape factor*, que comparam a área do material à área de uma esfera (Tabela 1).

### ***Área de experimentação***

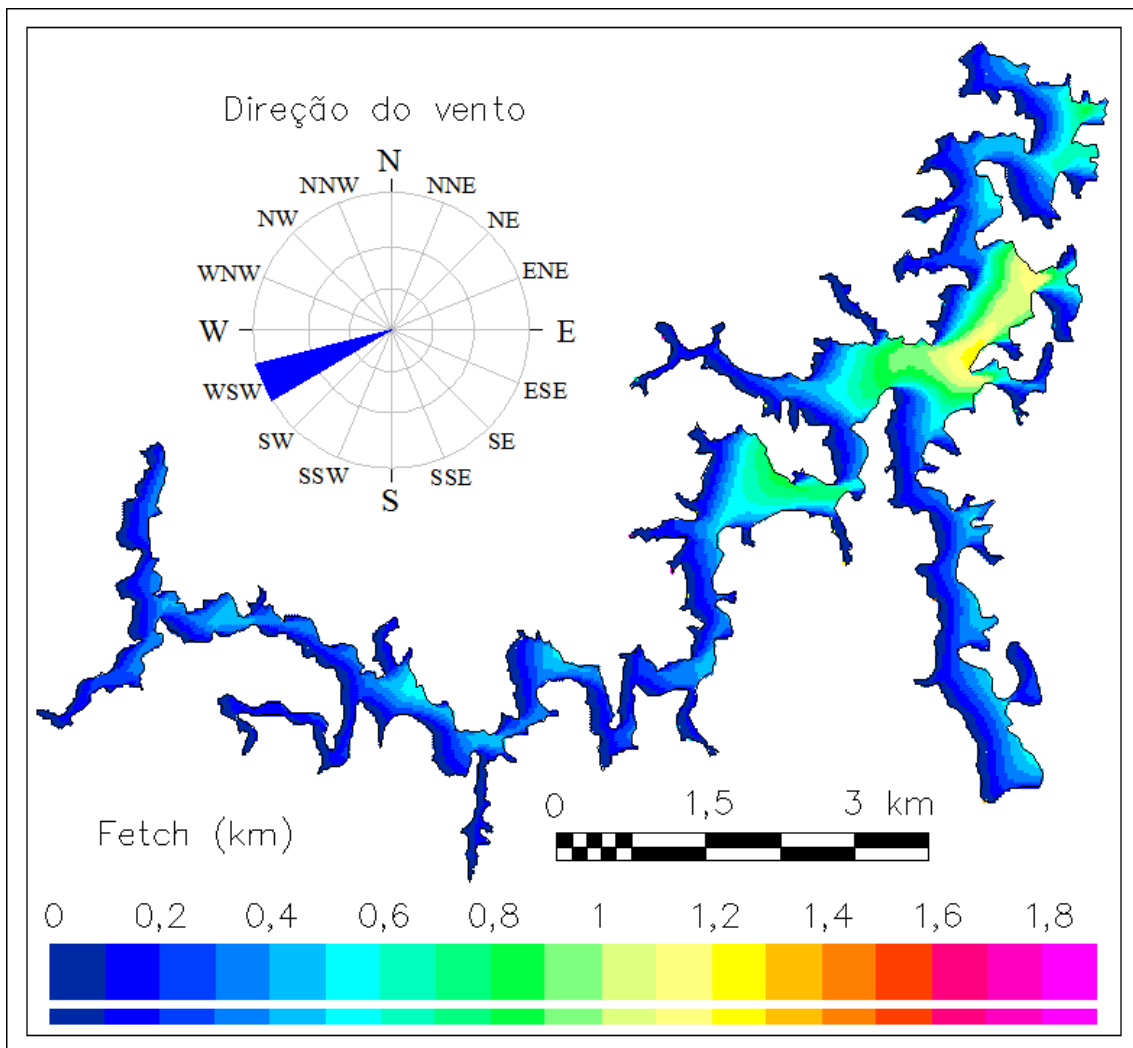
Empreendimentos hidrelétricos com represamento possuem o diferencial da formação de lagos artificiais. Além do impacto gerado pela submersão e soterramento de sítios, a interação entre este novo corpo d'água e as margem podem por sua vez gerar efeitos no registro arqueológico ali localizado. Um dos principais efeitos gerados pela formação do lago é a possibilidade formação de ondas, diferentemente de rios, onde o escoamento é o principal agente erosivo.

Segundo Fendrich (1993, p. 1), podemos compreender a onda como o movimento das águas superficiais resultante das forças tangenciais entre vento e água, bem como da diferença de pressão atmosférica sobre a superfície do reservatório. Em águas interiores como lagos e reservatórios, a área relativamente pequena, quando comparadas com mares e oceanos, faz com que o comprimento do Fetch, pista de água onde incide o vento, seja limitador na formação de ondas nesses corpos d'água. Sendo assim a hipótese aqui adotada é a de que áreas de Fetch máximo seriam, por conseguintes áreas atingidas pelas ondas com maior potencial erosivo. Para tal é compreendido que a onda possui dois importantes papéis no processo erosivo: (I) a desagregação do solo localizado na margem do reservatório, e (II) e o transporte de sedimentos.

Desta forma foi utilizado o modelo computacional ONDACAD (MARQUES, 2013), para a geração de mapas de Fetch do reservatório da UHE Capivari-Cachoeira, entre os municípios de Campina Grande do Sul e Bocaiuva – PR. A partir desses mapas é possível identificar os locais nas margens do reservatório onde ocorrem os maiores valores de Fetch. Informações adicionais como a frequência e a intensidade dos ventos auxiliam a compreender e definir as áreas potenciais para as demais análises a serem realizadas. Para o

Estado do Paraná foi desenvolvido estudo sobre o potencial eólico pelo Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC (2007), no qual tais informações estão facilmente apresentadas em mapas e gráficos. Sendo assim a primeira área de gradeamento foi estabelecida na área sobre incidência de ventos com maior intensidade SWS e onde segundo o mapa de Fetch apresenta maior pista de vento (Figura 4).

A instalação do experimento se deu com a colocação de pinos de ferro no solo, demarcando assim a área do gradeamento para futuras coletas de dados. Os materiais foram colocados na superfície da margem, de forma aleatória, procurando apenas não concentrar materiais de mesma natureza muito próximos, ou seja, eliminando concentrações de líticos, e conchas que poderiam influenciar os dados pela mudança de fluxo ao redor do artefato. Cada pseudo-artefato foi registrado com estação total (Figuras 5 a 7).



**Figura 04:** Mapa de distribuição de Fetch para o reservatório da UHE Capivari-Cachoeira, com ventos no sentido WSW. **Fonte:** SOARES, 2015.



**Figura 05:** Colocação dos pinos de controle de gradeamento na margem do reservatório, foto retirada no sentido sul. **Fonte:** SOARES, 2015.



**Figura06:** Colocação dos pseudo artefatos no gradeamento e registro com estação total do posicionamento dos mesmos. **Fonte:** SOARES, 2015.



**Figura 07:** Distribuição dos pseudo artefatos no gradeamento as margens do reservatório já sem a grade de controle, foto retirada no sentido sul. **Fonte:** SOARES, 2015.

No momento da instalação do experimento não foi considerado a orientação dos eixos dos artefatos em relação a margem, o que influencia a mecânica de ação da água, especialmente nos movimentos ondulatórios, para geração de força de deslocamento deste. A presença do artefato, e sua posição em relação ao sentido da água, modificam em microescala as direções do fluxo, influenciando no resultado final das

forças que geram a movimentação. As análises destas correlações se deram posteriormente, a partir da compreensão das movimentações e dos processos envolvidos, é aconselhável que futuras instalações considerem este fator. Para fins de discussão será adota a classificação de Zingg (1935), que considera a relação entre os três principais eixos (maior, médio e menor), e apresenta correlação com as questões hidrodinâmicas mencionadas acima. A Classificação de Zingg (1935), consiste nas relações entre os 3 diâmetros principais; a - eixo maior, b - eixo intermédio, e c – eixo menor; e pelas proporções entre c/b (p) e b/a (q). O grupo discoidal apresenta  $p < 0,6$  e  $q > 0,6$ ; esferoidal  $p$  e  $q > 0,6$ ; lamelar  $p$  e  $q < 0,6$ ; e por fim acicular  $p > 0,6$  e  $q < 0,6$ .

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos pela presente pesquisa demonstram que os processos associados à variação do nível da água na faixa de depleção de reservatórios hidrelétricos possuem elevado potencial de destruição e descaracterização de registros arqueológicos. Seja pelos processos erosivos que retiram camadas de material, com informações dos contextos arqueológicos, seja pelo próprio deslocamento de artefatos arqueológicos. Assim, estudos que estabeleçam modelos preditivos de impacto de empreendimentos deste tipo aos registros arqueológicos se fazem de extrema importância e são um relevante campo de pesquisa para a Geoarqueologia brasileira.

O uso do conceito de campo de Fetch para a compreensão de processos que envolvam ondas de corpos interiores, como reservatórios hidrelétricos, foi de grande utilidade neste trabalho. A facilidade de acesso deste tipo de informação, em que um parâmetro físico da onda, que não necessita a utilização de equipamentos sofisticados ou monitoramento, a usuários não especializados em processos hidrodinâmicos por trás das ondas, possibilitará o avanço de pesquisas em outras áreas, em especial aqui tratadas a geografia e a arqueologia. A compreensão do papel dos processos desencadeados pela formação de ondas e sua quantificação, ainda que parcial, pode auxiliar estudos em outras áreas.

No histórico de operação do reservatório a cota em que o gradeamento foi instalado, permanece 73% do tempo submersa, o que indica que em momentos futuros será possível a avaliação do experimento em novas circunstâncias de influência do reservatório. No perfil em que o gradeamento foi instalado, foi obtido historicamente um volume erodido total de  $11,10 \text{ m}^3$ , sendo que para a cota 840m, onde localiza-se o experimento, concentra-se 5,8% do volume total erodido do perfil.

No entanto, desde a instalação do gradeamento em 13 de junho de 2014, o experimento com artefatos permaneceu submerso apenas nos primeiros três dias, ficando o restante do período sem influência direta do nível do reservatório, o qual encontra-se em patamar inferior (cota 828m). No levantamento realizado no dia 26 de agosto de 2014 a maior parte dos materiais havia sido movimentada, seis conchas não

PROPOSTA DE PROTOCOLO DE GRADEAMENTO PARA MONITORAMENTOS ARQUEOLÓGICOS EM RESERVATÓRIOS DE HIDRELÉTRICAS JÁ INSTALADAS

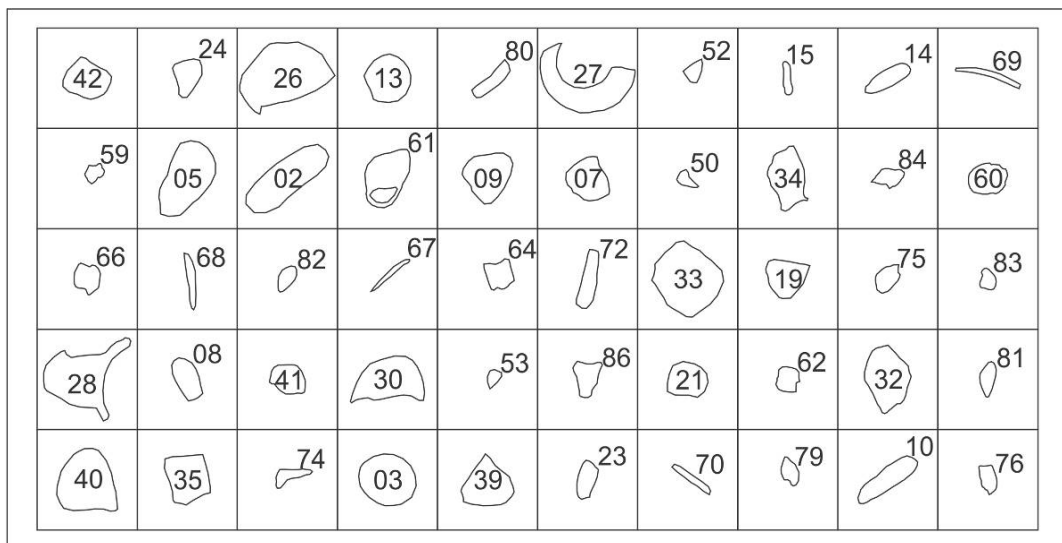
foram identificadas, sua baixa densidade e forma que propiciam o deslocamento, modificação sua posição em relação ao experimento de como que não foi possível sua localização (Figura 8 e 9 e Tabela 01).

**Tabela 01:** Movimentação dos pseudo artefatos no gradeamento da Seção A da UHE Capivari-Cachoeira.  
Fonte: Elaborado pela autora com base em Soares (2015). Acic – Acicular; Lam – Lamelar; Disc – Discoidal; Esf – Esferoidal.

Posição na grade	ID	Tipo	Medidas (cm)			Peso (gr)	Shape Factor	Zingg (1935)	Movimento	Direção do Movimento
			A	b	c					
1	CCA42	Lítico	5,672	4,899	2,064	52,3	0,39	Disc.	Sem movimento	
2	CCA59	Vidro	2,784	2,31	0,915	6,4	0,36	Disc.	4,85cm	↓
3	CCA66	Osso	4,152	3,224	1,898	9,8	0,51	Disc.	12,46cm	↓
4	CCA28	Cerâmica	11,362	9,513	1,283	133,7	0,12	Disc.	3,23cm	↘
5	CCA40	Lítico	10,761	9,193	3,745	326,7	0,37	Disc.	Sem movimento	
6	CCA24	Cerâmica	4,652	3,263	1,254	16,5	0,32	Disc.	2cm	↓
7	CCA05	Lítico	10,915	6,325	3,708	346,3	0,44	Lam.	6,9cm	→
8	CCA68	Osso	8,433	1,039	0,855	6,5	0,28	Acic.	6,77cm	↘
9	CCA08	Lítico	6,348	3,362	1,74	38,4	0,37	Lam.	Sem movimento	
10	CCA35	Cerâmica	8,696	8,126	1,196	63,6	0,14	Disc.	Sem movimento	
11	CCA74	Osso	5,163	3,302	1,061	8,8	0,25	Disc.	19,13cm	↘
12	CCA41	Lítico	5,728	4,175	0,711	19,9	0,14	Disc.	Sem movimento	
13	CCA82	Concha	4,33	2,103	0,677	4,6	0,22	Lam.	X	
14	CCA02	Lítico	14,835	5,505	3,621	428,4	0,4	Acic.	12,31cm	↗
15	CCA26	Cerâmica	12,868	10,874	1,09	178,6	0,09	Disc.	15,93cm	↓
16	CCA13	Lítico	6,755	5,788	2,485	141,5	0,39	Disc.	17,27cm	↙
17	CCA61	Concha	9,4	6,016	4,904	35,5	0,65	Esf.	X	
18	CCA67	Osso	7,542	0,682	0,478	2,1	0,21	Acic.	34,09cm	↘
19	CCA30	Cerâmica	10,947	5,66	1,046	81,5	0,13	Lam.	6,28cm	↓
20	CCA03	Lítico	9,004	7,608	5,095	573,7	0,61	Esf.	37,78cm	↙
21	CCA39	Cerâmica	7,707	7,703	1,073	57,3	0,13	Disc.	6,65cm	→
22	CCA53	Lítico	3,065	1,812	1,067	4,3	0,45	Lam.	6,47cm	→
23	CCA64	Osso	4,261	3,501	1,94	9,9	0,5	Disc.	82,03cm	↓
24	CCA09	Lítico	6,547	6,247	0,979	43,7	0,15	Disc.	3,98cm	↗
25	CCA80	Concha	5,807	1,63	1,6	8,1	0,52	Acic.	56,19cm	↙
26	CCA27	Cerâmica	12,965	2,576	1,218	106,2	0,21	Lam.	40,59cm	↙
27	CCA07	Lítico	5,663	5,093	2,506	96,9	0,46	Disc.	5,51cm	↗
28	CCA72	Osso	8,024	2,326	1,029	20,4	0,12	Lam.	5,9cm	↘
29	CCA86	Osso	5,407	3,876	0,817	5,7	0,17	Disc.	10,54cm	↘
30	CCA23	Lítico	5,685	2,6	1,8	32,4	0,46	Acic.	7,3cm	→
31	CCA70	Osso	6,839	0,709	0,7	3,2	0,31	Acic.	22,7cm	↗
32	CCA21	Lítico	5,404	4,192	3,074	88,5	064	Esf.	5,16cm	↓
33	CCA33	Cerâmica	9,158	8,417	0,996	91,6	0,11	Disc.	7,9cm	→
34	CCA50	Lítico	2,958	2,139	0,711	3,3	0,28	Disc.	6,5cm	↗
35	CCA52	Lítico	3,335	2,316	1,297	6,1	0,46	Disc..	5,9cm	↗
36	CCA15	Lítico	4,542	1,235	0,839	6,5	0,35	Acic.	13,34cm	→
37	CCA34	Cerâmica	8,872	4,774	1,626	53,1	0,24	Lam.	18,38cm	↘
38	CCA19	Lítico	5,223	5,128	2,64	75,6	0,51	Disc.	6,6cm	→

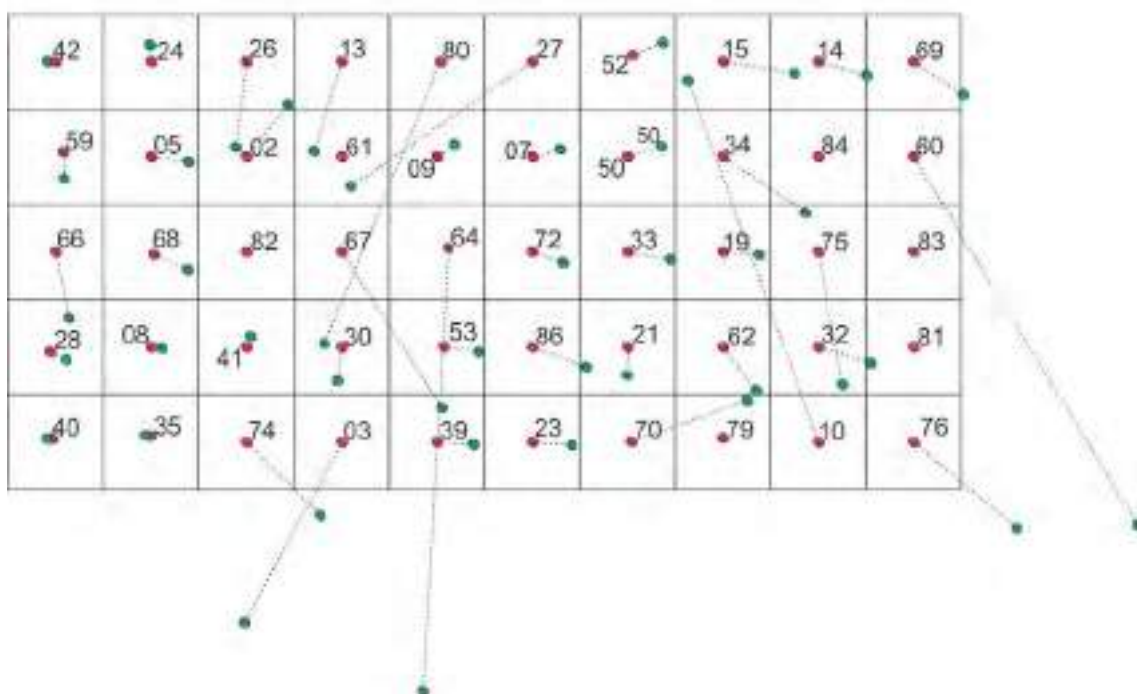
Tabela 1: Movimentação dos pseudo artefatos no gradeamento da Seção A da UHE Capivari-Cachoeira. Fonte: Elaborado pela autora com base em Soares (2015). Acic – Acicular; Lam – Lamelar; Disc – Discoidal; Esf – Esferoidal. **Continuação.**

Posição na grade	ID	Tipo	Medidas (cm)			Peso (gr)	Shape Factor	Zingg (1935)	Movimento	Direção do Movimento
			a	b	c					
42	CCA32	Cerâmica	9,264	5,981	1,701	71,7	0,22	Disc.	10,1cm	↘
43	CCA75	Osso	4,514	2,723	1,196	3,6	0,34	Disc.	24,88cm	↓
44	CCA84	Concha	4,441	2,871	0,784	9	0,21	Disc.	X	↓
45	CCA14	Lítico	6,834	2,288	1,072	24,1	0,27	Lam.	9,30	↘
46	CCA69	Osso	9,083	0,902	0,598	4,5	0,2	Acic.	11cm	↘
47	CCA60	Concha	5,477	4,775	0,717	13,3	0,14	Disc.	79,48cm	↘
48	CCA83	Concha	3,1	2,435	0,214	3,2	0,07	Disc.	X	↓
49	CCA81	Concha	4,875	2,36	0,593	5,3	0,17	Lam.	X	↓
50	CCA76	Osso	4,33	1,732	1,221	7,8	0,44	Acic.	24,74cm	↘
39	CCA62	Osso	3,001	2,46	1,558	6,6	0,57	Esf.	10,08cm	↘
40	CCA79	Concha	4,485	2,274	0,723	3,3	0,22	Lam.	X	↓
41	CCA10	Lítico	10,689	3,142	0,982	47,7	0,16	Lam.	71cm	↑



**Figura 08:** Croqui esquemático da distribuição dos materiais no gradeamento inicial, o sombreado da forma do pseudo artefato. **Fonte:** SOARES, 2015.

A experimentação com o gradeamento e pseudo-artefatos, ainda sem relatos de aplicação em pesquisas brasileiras, foi importante para demonstrar a variação ocorrida em registros arqueológicos localizados nas margens. Não obstante ao fato dos materiais estarem dispostos fora da matriz, o que facilitaria possíveis movimentações, não ocorreram apenas deslocamentos verticais para cotas mais baixas devido a declividade das encostas (como seria o previsto para materiais líticos, por exemplo), o que evidencia a ação da água no reposicionamento do material. Por sua vez, materiais de baixa densidade, como ossos e conchas, sofrem retrabalhamento e perdas consideráveis por flutuabilidade.



**Figura 09:** Croqui esquemático da distribuição dos materiais no gradeamento inicial e após a influência da variação do nível do reservatório. Os pontos vermelhos são as posições iniciais do material, e os pontos verdes as posições finais. **Fonte:** SOARES, 2015.

Em relação a forma dos pseudo artefatos e sua orientação a margem, e conseqüentemente aos fluxos hidrodinâmicos, a amostragem do experimento não permitem correlações lineares diretas. Entretanto os movimentos de ascensão (subida), foram de poucos centímetros, indicando uma possível adequação do material a micro topografia da margem, e a baixa velocidade de alto do nível do reservatório. Os movimentos de descida, no sentido da linha da água, apresentaram a maior variabilidade de forma e pesos, por se tratar de um plano inclinado e com ação da variação do nível do reservatório este é o movimento mais esperado, em reservatórios com vertentes íngremes estes movimentos seriam ainda mais potencializados. A “perda” da maior parte do material conchífero se deu principalmente pela dificuldade de acesso a parte alagada do reservatório, sua inclinação acentuada, e principalmente da baixa densidade do material que tende a flutuar, especialmente em sistemas de fluxos hidrodinâmico, como no caso aqui retratado.

A confirmação de movimentos contrários à força da gravidade (principalmente para os líticos e cerâmicos), e o deslocamento lateral foram importante elemento de confirmação de alteração do registro arqueológico em sítios as margens de lagos e reservatórios. Outros fatores são os próprios processos erosivos que tendem a desestruturar a matriz pedológica e sedimentar dos sítios arqueológicos, promovendo descaracterização diferencial do potencial informativo desses registros ao longo da faixa de depleção. Os resultados da presente pesquisa evidenciam a necessidade de estudar com mais detalhe os sítios arqueológicos presentes nas futuras faixas de deplecionamento de reservatórios a serem instalados. Por

serem áreas mais críticas, as faixas previstas de depleção devem ser objeto de mitigação específica por parte da arqueologia, e em especial, nas áreas que serão atingidas por campos de Fetch mais significativos. Para os casos de reservatórios já licenciados ou sem estudos prévios, as faixas de depleção ainda reservam grande potencial arqueológico sendo, porém necessário, avaliar o grau de integridade e modificação dos registros e, para sítios enterrados, estimativa do volume de matriz sedimentar-arqueológica erodida.

### ***Agradecimentos***

Agradecemos à Universidade Federal do Paraná. Aos membros do Laboratório de Hidrogeomorfologia da Universidade Federal do Paraná pela cooperação em campo e no desenvolvimento da pesquisa. Aos departamentos de Pós-Graduação em Geografia e em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná. À CAPES pela bolsa da autora.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FACCIO, N.B. Os Sítios Arqueológicos Guarani do Município de Iepê, estado de São Paulo. *R. Museu Arq. Etn.*, 25: 119-131, 2015
- IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Caderno de formação volume 4: instrumentos da gestão ambiental municipal*. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF: MMA, 2006. Disponível em <[http://www.mma.gov.br/estruturas/dai\\_pnc/\\_publicacao/76\\_publicacao19042011110127.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/dai_pnc/_publicacao/76_publicacao19042011110127.pdf)>. Acesso em 09 de novembro de 2013.
- KASHIMOTO, Emília M. *O alto curso do rio Paraná: fronteiras ambientais e arqueológicas*. Tese (Livro-Docência em Arqueologia) – Museu de Arqueologia/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- KASHIMOTO, Emília M. Fontes arqueológicas que não findam: a relevância do monitoramento arqueológico. *Revista Habitus*, v. 13, n. 1. 2015.
- LACTEC – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento. *Atlas do Potencial Eólico do Paraná*. Engenharia Eólica – Camargo e Schubert – LACTEC. Curitiba, 2007. Pg 31 e 32.
- MARQUES, M. (2013). *Modelagem paramétrica bidimensional para simulação de ondas em águas continentais*. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiental. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 219 pp.
- MARQUES, M., et al. *Estudo comparativo da distribuição do Fetch em reservatórios*. XXV CONGRESSO LATINOAMERICANO DE HIDRÁULICA SAN JOSÉ, COSTA RICA, 9 AL 12 DE SETIEMBRE DE 2012.
- SOARES, M. S. *Erosão em margens de reservatório e avaliação geoarqueológica: Estudo da área de depleção da UHE Capivari-Cachoeira PR-Brasil*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em geografia da Universidade Federal do Paraná. 2015. Disponível em <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/41914>
- RODRIGUEZ, L. C. E. Monitoramento Florestal: iniciativas, definições e recomendações. *Série Técnica IPEF*, v.12, n. 31, p.9-22, abril, 1998. Disponível em:<<http://www.ipef.br/publicacoes/stecnica/nr31/cap1.pdf>>. Acesso em 09 de novembro de 2013.
- ROSENHAGEN, A. G. J. *Aplicação de uma fórmula de transporte de sedimentos considerando ondas e correntes em um modelo hidro-sedimentológico*. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2013.
- WILL, R. T.; CLARK, J. A. Stone Artifact Movement on Impoundment Shorelines: A Case Study from Maine. *American Antiquity*, 61(3), 1996, pp. 499-519.

ZINGG T. Beiträg zur Schotteranalyse. *Schweizerische Mineralogische und Petrographische Mitteilungen*, n. 15, pg.39–140. 1935.

---

Recebido em: 22/09/2017

Submitted in: 22/09/2017

Aprovado em: 04/12/2017

Approved in: 04/12/2017

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018

---

**BAR KOKHBA: AS EVIDÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS E SEUS DESAFIOS**  
*Bar Kokhba: The archaeological evidences and its challenges*

Pedro Paulo Abreu Funari  
Filipe Noe Silva

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



# Bar Kokhba: as evidências arqueológicas e seus desafios

Pedro Paulo Abreu Funari<sup>1</sup>

Filipe Noe Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo discute algumas das interpretações históricas que trataram da Revolta de Bar Kokhba, ocorrida entre 132-135 d.C, sob o governo do imperador Adriano. Em seguida, ao evidenciar os limites e imprecisões da documentação textual que versam sobre a Revolta Judaica, objetiva-se demonstrar a imprescindibilidade da cultura material para uma aproximação mais precisa do episódio.

**Palavras-chave:** Bar Kokhba; Revolta Judaica; Imperador Adriano.

**Abstract:** This paper discusses some of the historical interpretations on Bar Kokhba Revolt, occurred between AD 132-135, under the rule of Hadrian. Then, by pointing out the limits and inaccuracies of the textual documentation on the Jewish Revolt, we want to demonstrate the indispensability of the material culture for a more accurate approximation of the episode.

**Keywords:** Bar Kokhba; Jewish Revolt; Hadrian Emperor.

## INTRODUÇÃO: PERCURSOS INICIAIS DA REVOLTA DE BAR KOKHBA

São muitos e variados os estudos que se debruçaram na tarefa de reconstituir as principais características históricas, os personagens e até mesmo os motivos que conduziram à Revolta de Bar Kokhba, ocorrida entre os anos de 132 e 135 d.C. Em linhas gerais, conforme já demonstrado por Isaac (2004, p.141), dois caminhos têm sido priorizados na historiografia contemporânea, apesar de essas perspectivas também aparecerem unidas em diversos ensaios. O primeiro, com base na assertiva<sup>3</sup> contida na *Vita Hadriani* (S.H.A. *Hadr.* 14.02), argumenta que Adriano teria proibido a prática da mutilação genital entre os judeus, o que teria gerado uma reação sediciosa de grandes proporções. Herbert Benario (1980, p.98), autor de um comentário crítico sobre este mesmo documento, afirma que a (suposta) interdição proposta pelo imperador, “(...) a proibição da circuncisão, deve ser considerada, de fato, a principal motivação da guerra”<sup>4</sup>.

As restrições a essa interpretação, contudo, elucidam que a História Augusta, fonte histórica tardia e com problemas de datação e fidedignidade (MOMIGLIANO, 1954), ser considerada o único testemunho histórico a narrar esse episódio (ISAAC, 2004, p.148). Ademais, o excerto em questão

<sup>1</sup> Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), Brasil. E-mail: ppfunari@uol.com.br

<sup>2</sup> Aluno do doutorado em História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), Brasil. E-mail: filipe.hadrian@gmail.com

<sup>3</sup> (...) moverunt ea tempestate et Iudaei bellum, quod vetabantur mutilare genitalia (S.H.A. *Hadr.* 14.02)

<sup>4</sup> “(...) the prohibition of circumcision should probably be considered, indeed, the main cause of the outbreak of war” (BENARIO, 1980, p.98).

tampouco versa em específico sobre os judeus circuncisos: ao contrário, em latim, o autor da *Vita Hadriani* fala sobre *mutilare genitalia* (S.H.A. *Hadr.* 14.02; ABUSCH, 2003; ISAAC, 2004). Abusch (2003, p.75-77), estudioso das leis romanas à época de Adriano, em ensaio dedicado a essa contenda, reitera que “*Os judeus nunca foram proibidos por um imperador romano de circuncidarem seus próprios filhos*”<sup>5</sup>, e considera a possibilidade de algumas interpretações (antigas, como é o caso da História Augusta, mas também modernas) terem confundido a restrição à castração de escravos (esta sim associada à ideia de mutilação genital), com a prática judaica da circuncisão.

O segundo percurso interpretativo apontado por Isaac (2004) deriva da narrativa contida nas *Historiae Romanae* de Díon Cássio (69.12-14) que associa a Revolta de Bar Kokhba à criação da *Colonia Aelia Capitolina* na província da Judeia. Com efeito, a prática de fundar colônias (*Coloniae civium Romanorum*) para abrigar seus veteranos seria comum entre os romanos desde o século IV a.C. e se estenderia até o principado de Adriano, coincidindo precisamente com a fundação da própria *Aelia Capitolina*: uma colônia militar não-judaica, vinculada aos *Aelii* e também associada ao culto a Júpiter Capitolino (ISAAC, 2003, p.151). Ao longo de seu governo (117-138 d.C) o imperador, em mais de uma ocasião, teria interferido diretamente sobre a Judeia, criando estradas (ISAAC, 2004, p.149-150) e também administrando as legiões romanas instaladas em Jerusalém desde os anos 70 d.C. (BOATWRIGHT, 2000, p.199).

Nas cunhagens (PORTO, 2007, p.230, prancha nº220) daquela região o imperador figura como o grande fundador da nova colônia, aquele que em pessoa teria riscado o chão e estabelecido o *pomerium* do novo domínio. No anverso da moeda de cobre cunhada na Judeia após 128 d.C (datável devido à legenda P[ater] P[atriae]) pode-se observar o busto do imperador laureado com as legendas dos títulos do *princeps*: IMP. CAES. TRAIANO HADRIANO AVG P.P.

No reverso há a representação de Adriano conduzindo um arado que é puxado por bovinos: no estudo de Mary Boatwright (2000, p.200), a interpretação corrente é de que o imperador estaria arando o terreno onde a *Colonia* seria fundada. A presença do *vexillum*, o estandarte militar romano (PORTO, 2007, p.262) ao fundo, ademais, indicaria a presença de veteranos instalados naquele território. As legendas do reverso, COL[onia] AEL[ia] KAPIT[olina] COND[ita], por sua vez, também aludem à fundação do domínio romano em Jerusalém (BOATWRIGHT, 2000. p.200).

---

<sup>5</sup> “*Jews were never prohibited from circumcising their own sons by a Roman emperor*” (ABUSCH, 2003, p.91).



**Figura 01:** Cunhagem do Imperador Adriano na Judeia. **Fonte:** PORTO, Vagner Carvalheiro. *Imagens Monetárias na Judeia/Palestina sob dominação Romana*. 2007, p.230. Prancha nº 220.

Deve-se ressaltar que, embora a movimentação política e militar dos romanos na província da Judeia entre os séculos I e II d.C. esteja bem registrada e disponível às investigações modernas, a confirmação definitiva de que o estabelecimento da *Colonia Aelia Capitolina* foi o estopim da Revolta de Bar Kokhba permanece pendente e imprecisa até os dias atuais. Interpretações para além dos “motivos causadores”, e que ressaltam a pluralidade (social, étnica, cultural e de gênero) dos agentes sociais envolvidos na complexa experiência imperial Romana, com efeito, somente são possíveis mediante o cotejo entre a tradição textual antiga e a cultura material oriunda desse contexto.

### BAR KOKHBA E A ARQUEOLOGIA

A tradição textual transmite-nos um nome, Bar Kokhba, e uma narrativa que tem dominado a percepção não somente da segunda revolta judaica, como do destino dos judeus e do judaísmo, e, num certo sentido, de toda a História posterior, tendo em vista os embates, que continuam até hoje, no Oriente Médio (GALIMBERTI, 2004). Como lembra Lapin (1993, p.123):

Quase tudo em relação com a revolta de “Bar Kokhba” está sujeito a discussões eruditas: suas causas, apoio popular, cronologia, extensão territorial, aspirações militares e êxito, motivações políticas, ideológicas e religiosas, e o que se seguiu a ela (LAPIN, 1993, p.123 - Tradução dos autores)<sup>6</sup>.

O próprio nome com o qual a rebelião ficou conhecida, Bar Kokhba (“Filho da Estrela”, em aramaico), mostra isso, pois os dados arqueológicos indicam outros nomes para o líder revolucionário: Shimon ben Kosiba (hebraico), Shimon Bar Kosiba (aramaico), ambas traduzidas como Simão, filho de

<sup>6</sup> “Practically everything connected with the “Bar Kokhba” revolt is subject of scholarly disputes: its causes, popular support, chronology, geographical extent, military aspirations and achievement, political, ideological and religious motivations, and its aftermath”.

Kosiba, Nasi Israel ou Nasi al Israel (Príncipe de ou sobre Israel). Como lembra Mildener (1980, p.313-315), a lenda de Bar Kokhba, Filho da Estrela (GOODMAN, 2004, p.08), não encontra respaldo em material arqueológico, sem associação com a identificação messiânica da *communis opinio* (cfr. Num. 24, 17; “uma estrela procederá de Jacó”). Algumas evidências materiais são conhecidas há tempos, como as moedas, mas a maioria deriva das descobertas arqueológicas das últimas décadas. Esse caso demonstra a profundidade da observação, já antiga, de Geza Alföldy (1986, p.18) sobre não ser mais pensável a História Antiga sem a Arqueologia (*in unserer Zeit Alte Geschichte ohne Archäologie nicht mehr denkbar ist*). Além disso, indica, também, como a interpretação do passado depende sempre do presente, na medida em que o entendimento tanto das fontes antigas, como dos vestígios materiais têm variado. A Arqueologia contribui para aprofundar as interpretações, em particular ao contrastar as interpretações recebidas (*traditio recepta*) às contraditórias evidências diretas e materiais, como veremos.

As evidências materiais são diversas, a começar das conhecidas há mais tempo: as moedas. Através do estudo numismático (CARLAN & FUNARI, 2012) foram recolhidas e publicadas coleções de moedas imperiais romanas desde o século XIX e as cunhagens associadas à segunda revolta judaica já eram bem conhecidas em meados do século XX (MILDENBERG, 1948, p.9). Em seguida, em particular como resultado da criação do Estado de Israel, em 1948, as descobertas arqueológicas têm ocorrido com frequência, tanto em Jerusalém, como em outras partes, com destaque para as cavernas do deserto (Vide: Figura 02: Sítios arqueológicos associados à Segunda Revolta Judaica), cujos documentos em diferentes línguas são de particular relevância para o tema, além de estruturas arquitetônicas e artefatos. Essas informações materiais não se referem apenas ao período da Revolta (132-135 d.C.), mas a períodos anteriores e posteriores de ocupação, pelo que permitem entender melhor todo o contexto histórico.

Se formos seguir a sequência histórica, é importante voltar para o período anterior à Segunda Revolta. Martin Goodman (2004, p.12) ressalta uma histórica tolerância multicultural dos romanos em relação aos judeus e seus costumes. Uma mudança de atitude teria resultado da Primeira Revolta Judaica (66-70 d.C.), narrada por Flávio Josefo (37-100). Como ressalta o mesmo Goodman (2004, p.17), a cultura material atesta essa alteração política, pois pela primeira e única vez um arco do triunfo, neste caso o de Tito, representa a procissão triunfal, com o candelabro (*menorah*), e ainda quinze anos depois eram cunhadas moedas com a legenda *Judaea Capta*. Isto indica uma associação entre a dinastia Flávia (69-96 d.C.) e a contraposição aos judeus, considerados como opositores ao poder romano. Por outro lado, do ponto de vista de muitos judeus, a destruição do Templo, em Jerusalém, marcou um aprofundamento da divergência com o poder imperial (BAGATTI, 1962).

A ascensão de Trajano (imperador de 98 a 117 d.C.) foi marcada, segundo um *ostrakon* (*Corpus Papyrorum Judaicarum*, ii, 194), datado de 28 de junho de 98 d.C, logo no início do principado do imperador, com o estabelecimento de um imposto pelo *fiscus Judaicus*. Isso parece ter contribuído para a

revolta judaica no Egito em 115 d.C., seguida, conforme Avi-Yonah (1973), a partir de várias evidências arqueológicas, da transformação da Judeia em província consular, com o reforço das tropas na região. As evidências arqueológicas desse período anterior à Segunda Revolta são, entretanto, reveladoras de uma situação muito mais mesclada e complexa do que se poderia esperar. Este é o caso dos manuscritos encontrados nas cavernas do deserto da Judeia.

Há diversos manuscritos desse período, inclusive relativos a uma judia chamada Babata, de interesse particular. Esses documentos referem-se a judeus, mas também a árabes nabateus, a romanos e a outros, em diferentes idiomas: nabateu, aramaico e grego (YADIN, 1962, p.235). Isso já parece indicar um relacionamento cotidiano entre pessoas de diferentes grupos e línguas, em diferentes províncias romanas vizinhas, judeus, árabes e outros. O arquivo de Babata revela o relacionamento amistoso de judeus e árabes (BOWERSOCK, 1985, p.56), assim como costumes judaicos pouco esperados, como a poligamia (ISAAC, 1992, p.71); ou monogamia sucessiva (KATZOFF, 1995, p.131), a ausência de recurso à corte de justiça judaica (ISAAC, 1992, p.65; LAPIN, 1993, p.130), o recurso à justiça romana (ISAAC, 1992, p.66), a surpreendente participação de judeus na administração romana (ISAAC, 1992, p.73-74), com referência a um *liblarios*, i.e., *librarius*, ou escrivão, bilíngue ou mesmo multilíngue), em uma verdadeira mescla (*mixture of legal systems*, (COTTON, 1999, p.230). Todas essas informações derivadas das descobertas arqueológicas relevam um quadro surpreendente e muito mais matizado e complexo do que aquele fornecido pela tradição textual, representada pelas fontes rabínicas e romanas. Na vida quotidiana, muitos judeus não deviam seguir as prescrições normativas rabínicas, ainda que nem por isso deixassem de se considerar judeus e de serem também assim considerados pelos outros. Isso deriva da contraposição das evidências arqueológicas às normativas (ILAN, 1993, p.262), da constatação de diferenças entre a massa do povo e as elites (SATLOW, 2010), além de outras muitas particularidades. A convivência entre judeus e não judeus, em particular, árabes, está bem atestada, assim como com outros súditos romanos. Por outro lado, a relação transcultural entre pessoas submetidas ao poder romano era mais intensa do que permite antever a leitura dos poucos relatos da tradição textual, em particular, de Díon Cássio, que escreveu muito mais tarde e já muitas décadas depois da expulsão dos judeus da região.





**Figura 02:** Sítio arqueológico associado à Segunda Revolta Judaica. **Fonte:** <https://alchetron.com/Bar-Kokhba-revolt>.

Os documentos de Babata mostram, entre outras informações, o uso de mais de um método de datação, à época: “No consulado de Lúcio Catílio Severo pela segunda vez e Marco Aurélio Antonino, no terceiro ano do Imperador César Trajano Adriano Augusto e de acordo com a era desta província, no dia 24 de Tammuz, ano 15” (i.e. 13 de julho de 120 d.C.) (Cf. YADIN, 1962, p.242).

Descobriram-se ainda outros manuscritos, como o de Salomé Komais (ILAN, 1992; 1993) e têm sido discutidas questões como a coabitação pré-marital (*symbios*), a capacidade de uma mulher divorciar-se (ILAN, 1998, p.204), a associação possível de uma mulher como *femme fatale* ou mesmo que assassina o marido (ILAN, 2012), assim como a possibilidade de identificar Júlia Crispina como judia, cidadã romana, princesa herodiana e *episkopos* (representante legal), proprietária em Engedi (ILAN, 1992). Tudo isso revela aspectos insuspeitados, por meio dos vestígios arqueológicos. Os manuscritos femininos mostram, talvez, a

importância para as mulheres de manter consigo documentos que provassem e garantissem seus direitos, como propõe Ilan (1997, p.759).

Da mesma forma, nesses documentos aparecem expressões como “para nosso senhor o imperador” (YADIN, 1962, p.246), ‘senhor imperador’ (COTTON, 1997, p.258), ‘fisco do nosso senhor’ (COTTON, 1997, p. 260, em grego) assim como a relação cotidiana entre soldados e civis também no contexto rural da Judeia (ISAAC, 1992, p.63).

Leo Mildener (1980), ao analisar as moedas romanas encontradas com outras cunhadas no âmbito da Revolta de Bar Kokhba, estava convencido que isso provaria que Jerusalém teria mudado de nome para *Aelia Capitolina* antes da Revolta, a indicar que essa mudança estaria por trás da guerra, seria o *casus belli* (GIHON, 1986, p.20), ao sinalizar para os judeus que o Templo não seria reconstruído (GOODMAN, 2004, p.28-29), conforme uma provável expectativa. David Golan (1986, p.237) atribui a mudança de nome e as ações de Adriano em Jerusalém a uma política contrária aos cristãos, não aos judeus, mais isso não parece muito claro.

Quaisquer que tenham sido as motivações, convém, em seguida, tratar das evidências da Segunda Revolta, em si. Algumas informações da tradição textual não puderam ser confirmadas no detalhe e se foram, ou não, anteriores ao início das hostilidades. Este é o caso da suposta proibição da circuncisão, que não aparece confirmada em nenhum documento direto da época e indicaria não estar entre as causas prováveis da rebelião (LAPIN, 1992, p.127-128). Em sentido diverso, um diploma militar de 132 d.C., estudado por Ecke, Holder e Pangerl (2010), sugeriu aos autores que outras inscrições (CIL VI 1523; VIII 6706; XIV 3610) mencionem *expeditio Iudaica* para indicar a presença muito provável (ECK, HOLDER & PANGERL, 2010, p.198) do imperador no estágio inicial da guerra. Como Ecke (1999) já ressaltara, inscrições e monumentos atestam a extensão da revolta e a excepcional preocupação romana, que resultaria, caso único, na mudança posterior do nome da província de Judeia para Sírio-Palestina, com a obliteração do nome étnico (judaico, no caso). Uma estátua de bronze de Adriano e uma inscrição monumental provenientes de Tel Shalem atestam a importância dada pelo imperador à guerra (FOESTER, 1985). A primeira linha da epígrafe mede 41 cm de altura e a inscrição toda, na reconstituição de Ecke, mede impressionantes 11 metros de largura (136 d.C.) (Cf. Figura 03: Reconstrução em desenho do arco do triunfo de Adriano perto do campo da Sexta Legião em Tel Shalem).

*Imp (eratori) Cae [s (ari) divi T] ra [iani Par-]th [i] ci f (ilio) d [lvi Nervae NEP (Oti)  
Tr] Aiانو [Hadriano Aug (Usto)] pon [t] if (i) m [ax (imo), Trib (unicia pot (estate) XX ?, imp  
(eratori) ] I, co (n) s (uli) [III, p (atri) p (atriae) S (enatus) P (opulus) q (ue) R (omanus)?]*



**Figura 03:** Reconstrução em desenho do arco do triunfo de Adriano perto do campo da Sexta Legião em Tel Shalem (GERGEL, 2005), segundo o Museu de Israel, Jerusalém. **Fonte:** <https://followinghadrian.com/2014/10/30/the-inscription-dedicated-to-hadrian-from-the-tel-shalem-arch/>

As moedas emitidas pelos revoltosos são bem conhecidas e muito reveladoras. Elas foram batidas em cima de moedas romanas, algumas vezes identificáveis, e pretendiam, portanto, substituí-las. Em seguida, usavam letras hebraicas arcaicas e parecem indicar (COTTON, 1999, p.221-225) uma política de restauração do uso cotidiano do idioma, ainda que um manuscrito da revolta deixe claro que nem todos o dominavam, mas que alguns dos revoltosos sabiam melhor o grego (COTTON, 1999, p.228), como era o caso de um tal Hermas (GIHON, 1986, p.40). Segundo Gihon (1986), tal nome pagão não conviria a um judeu. Mas, de duas uma: ou à revolta judaica juntaram-se não judeus (provável), ou judeus usavam nomes pagãos (também provável). O mesmo dilema está em como interpretar o nome de outro rebelde: Aeliano, nome latino, da família imperial reinante e relacionado à nova denominação de Jerusalém. Se Aeliano poderia ser judeu, árabe nabateu (MOR, 2016, p.389) ou de outra etnia, não é possível saber.

As moedas dos revoltosos e sua distribuição, estudada por Mildenberg (1980) permitem constatar a sua presença limitada, em termos de difusão geográfica: região de Hebrón e Heródium, com achados isolados em Qumran, Murabaat, Nahar Hever (estas três localidades situadas no Mar Morto) e Latrum. Não fica claro se os revoltosos tiveram controle sobre Jerusalém, na medida em que mesmo a expressão “em Jerusalém”, que aparece nos manuscritos, pode ser entendida como sinal de aspiração e esperança de domínio (COTTON, 1999, p.222), mais do que constatação de um fato. Para Gihon (1986, p.36):

Bar Kokhba estava tão imbuído com o princípio da defesa flexível que ele desistiu de Jerusalém, que teria demandado forças maiores para ser defendida, e recuou para a Judeia meridional (GIHON, 1986, p.36 - Tradução dos autores)<sup>7</sup>.

Parece mais seguro o controle de Heródium, talvez até o quartel general da revolta (LAPERROUSAZ, 1964, p.348), como indicam os vestígios arqueológicos, sede do tesouro (LAPERROUSAZ, 1964, p.350). De toda forma, outra grande evidência arqueológica são as cavernas do deserto, cujos vestígios atestam que teriam sido usadas pelos rebeldes apenas como refúgio (GIHON, 1986, p.39), mas teriam constituído uma base na fase inicial da revolta (ZAITSCHEK, 1961). Os revoltosos apresentam-se como “irmãos” (LAPIN, 1993, p.125), envolvem pessoas de diversas etnias e idiomas, e nos manuscritos não há ênfase em aspectos escatológicos ou rigores rituais. Segundo Tal Ilan (2001, p.176), durante a guerra muitas transações continuam sendo efetivadas dentro da normalidade.

Com isso, chegamos ao caráter messiânico, ou não, da Revolta. O messianismo *stricto sensu* deriva da tradição textual judaica posterior, que atribuiu ao rabi Akiva (50-137 d.C.) a identificação, equivocada, de Ben Kosiba com o Messias (Talmud Palestino, *Ta'anit* 4.5). No entanto, os manuscritos e as moedas não confirmam que o líder se colocasse como Messias ou que fosse assim identificado. Ele aparece como Simeon ben Kosiba, Príncipe de Israel. Ben, filho em hebraico, alterna com Bar, em aramaico, assim como *nasi*, príncipe, primeiro, presidente, em hebraico, foi associado aos termos “à liberdade de Zion” ou “redenção de Israel” (COTTON, 1999, p.223). Os rebeldes conseguiram criar instituições estatais próprias, com base na população rural da Judeia (MILDENBERG, 1980, p.327), com pesos e medidas próprios (ZISSU, 2006), e as moedas mostram temas como o templo e arca da aliança (que, ao que se interpreta, seriam recriados (WILFAND, 2009, p.528-536)) e itens cerimoniais, como *lulav* (ramo de palmeira) e *etrog* (fruta cítrica), usados na festa de Sucot (Tabernáculos), assim como cachos de uvas, guirlandas de oliveira, cornos, palmeiras, liras, vasos de uma ou duas alças. Aparece, às vezes, uma estrela acima do templo figurado, outras vezes uma roseta, ou mesmo uma cruz. Segundo Mildenberg (1980, p.315), nada indica que se faça referência à estrela do Messias, tradição inventada depois, ao denominá-lo Bar Kokhba, “filho da estrela”.

---

<sup>7</sup> “Bar Kokhba was so much imbued with the principle of flexible defense that he gave up Jerusalem, which would have demanded major forces to defend it, and retreated into Southern Judea”

É fato que não há nenhum documento arqueológico da sua época, até hoje, que refira alguma pretensão messiânica ao líder Bar Kosiba, ainda que, claro, possam surgir.



**Figura 04:** Cunhagens da Revolta de Bar Kokhba. **Fonte:** <https://alchetron.com/Bar-Kokhba-revolt>



**Figura 05:** Cunhagens da Revolta de Bar Kokhba. **Fonte:** <https://alchetron.com/Bar-Kokhba-revolt>.

A supremacia romana impôs-se e as consequências para os judeus foram decisivas, com a dispersão da população judaica restante e a consolidação do judaísmo rabínico, que se difundira, em particular, a partir da destruição do templo em 70 d.C. Neste sentido, a revolta e seu desfecho foram decisivos, mas permanecem muitas incertezas, a começar pela transformação, ao que parece, de um líder rebelde em Messias e, depois, sua reinterpretação como Bar Boziba, “filho da mentira”, na literatura rabínica. A primeira caracterização prevalece no nome usado até hoje (Bar Kokhba) e deriva de autores cristãos posteriores, em particular de Eusébio (263-339; *História da Igreja*, 4, 6, 1-4). A informação judaica de que o rabino Akiba, contra a opinião de outros líderes religiosos da sua época, identificou o comandante rebelde com o Messias, parece demonstrar o engajamento pessoal de Akiba e sua aposta messiânica,

contraposta por outros, e que não parece ter encontrado respaldo no próprio Ben Kosiba. Para os cristãos, muito depois, essa identificação convinha para ressaltar a aporia da expectativa judaica de um Messias guerreiro, ante Cristo, o Messias de outro tipo que já tinha vindo (O'NEILL, 2000).

As descobertas arqueológicas, portanto, foram decisivas para questionar a recepção tradicional. Mesmo assim, as interpretações tanto da tradição textual como das evidências materiais dependem de contextos interpretativos de cada época, circunstâncias, ideologias e interesses. Isso é, às vezes explicitado, como em Tal Ilan (1993, p.255), sobre abordagem feminista, e também no estudo de Satlow (2010). Num primeiro momento, as descobertas arqueológicas, em particular nas primeiras décadas do período pós-guerra, foram fonte de inspiração para a noção de que os judeus podiam não apenas ficar na defensiva, como atuar, de maneira ativa, por sua independência (YADIN, 1962; GIHON, 1986; não por acaso, militares). Não havia ênfase no caráter messiânico, mas laico e militar. Nas décadas mais recentes, houve uma associação mais explícita entre a atualidade e a antiguidade (BOWERSOCK, 1985, pró-Palestina; GOODMAN, 2004, no qual se considera haver hostilidade romana aos judeus, contra a visão tradicional de aceitação da excepcionalidade judaica).

Abordagens mais recentes, no contexto pós-moderno, podem incluir o reconhecimento da subjetividade das perspectivas e sua ligação explícita com a compreensão das relações sociais hoje (como o feminismo (ILAN, 1993), ou a aceitação da diversidade no presente e no passado (SATLOW, 2010)). Permanece a importância da especialização (PORAT, ESHEL & FRUMKIN, 2006; ECK, HOLDER & PANGERLN, 2010), dos detalhes, na aparência, neutros, mas nem tanto, pois se pode relacionar as lanças ao espírito guerreiro judeu (PORAT, 2009) e a presença de Adriano à seriedade com que os romanos levaram em conta a revolta (ECK, 1999).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto até aqui, espera-se ter demonstrado que a feitura da História é permeada pelos interesses e demandas suscitados no tempo presente (FONTANA, 1998, p.10). O mesmo pode ser dito acerca da interpretação da cultura material, base fundamental da Arqueologia (TRIGGER, 2004, p. 131-142). São esses fatores, portanto, que fizeram com que as narrativas sobre a Revolta de Bar Kokhba adquirisse nuances tão distintas ao longo dos anos. Problematizar as propostas narrativas, averiguar a *estética persuasiva* (FUNARI, 2003, p.20) contida nos discursos (do presente e do passado), portanto, é uma prática salutar à História, em geral, e à História Antiga, em particular. Recolocado nesta condição, o estudo sobre a Antiguidade rejeita explicitamente a condição (que usualmente lhe é imputada) de um conhecimento conservador, aristocrático e distante de uma crítica social ao mundo contemporâneo.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALFÖLDY, G. *Die römische Gesellschaft*. Stuttgart: Steiner, 1986.
- AVI-YONAH, M. When did Judea become a consular province? *Israel Exploration Journal*, 23, 4, 1973. p.209-213.
- BAGATTI, B. Il Tempio di Gerusalemme dal II all'VIII secolo. *Biblica*. V.43, n.1, 1962. p. 1-21.
- BENARIO, H. *A commentary on the Vita Hadriani in the Historia Augusta*. Ann Arbor: The American Philological Association, 1980.
- BIRLEY, A.R. *Hadrian*. The restless emperor. London: Routledge, 1997.
- BOATWRIGHT, M.T. *Hadrian and the cities of the Roman Empire*. Princeton: University Press, 2000.
- BOWERSOCK, G.W. Palestine: ancient history and modern politics. *Journal of Palestine Studies*. V.14, n.4, 1985. p. 49-57.
- CARLAN, C.U; FUNARI, P. P. A. *Moedas*. A Numismática e o estudo da História. 1. ed. São Paulo: Annablume/Fapemig/Unifal/Unicamp, 2012.
- COTTON, H.M. The languages of the legal and administrative documents from the Judean Desert. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*. n. 125, 1999. p. 219-231.
- COTTON, H.H. Land tenure in the documents from the Nabatean Kingdom and the Roman Province of Arabia. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, n. 119, 1997. p. 255-265.
- ECK, W. The bar Kokhba Revolt: The Roman Point of View. *The Journal of Roman Studies*, Vol. 89, 1999. p. 76-89.
- ECK, W.; HOLDER, P.; PANGERL, A. A Diploma for the army of Britain in 132 and Hadrian's return to Rome from the East. *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*. v.174, 2010. p. 189-200.
- FOERSTER, G. A Cuirassed Statue of Hadrian. *IMN* 16. 1980. p.107-110.
- FOERSTER, G. A Cuirassed Bronze Statue of Hadrian. *Atiqot* (English Version), v. 17. 1985. p. 139-157
- FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.
- FUNARI, P.P.A. *Antiguidade Clássica. A História e a Cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- GALIMBERTI, A. Rassegna di Die Juden und das Römische Reiche. Geschichte einer konfliktreichen Beziehung, Ernst Baltrusch. *Aevum*, v. 78, n. 1, 2004. p. 200-202.
- GERGEL, R.A. The Tel Shalem Hadrian Reconsidered. *American Journal of Archaeology*. Vol. 95, No. 2. April, 1991. p. 231-251
- GIHON, M. New insight into the Bar Kokhba War and a reappraisal of Dio Cassius 68, 12-13, *The Jewish Quarterly Review*, 77, 1, 1986. p. 15-43.

- GOLAN, D. Hadrian's decision to supplant "Jerusalem" by "Aelia Capitolina". *Historia, Zeitschrift für alte Geschichte*, v. 35, n.2, 1986. p. 226-239.
- GOODMAN, M. Trajan and the Origins of Roman Hostility to the Jews. *Past and Present*. v.182, 2004. p. 03-29.
- ILAN, T. "Man born of woman..." (Job 14:1), the phenomenon of men bearing metronymes at the time of Jesus. *Novum Testamentum*, v.34, n. 1, 1992. p. 23-45.
- ILAN, T. Premarital cohabitation in Ancient Judea: the evidence of the Babatha Archive and the Mishnah (Ketubbot 1.4). *The Harvard Theological Review*. v.86, n.3, 1993. p. 247-264.
- ILAN, T. The provocative approach once again: a response to Adiel Schremer. *The Harvard Archaeological Review*, v.91, n.2, 1998. p. 203-204.
- ILAN, T. Julia Crispina, Daughter of Berenicianus, a Herodian Princess in the Babatha Archive: A Case Study in Historical Identification. *The Jewish Quarterly Review: New Series*, Vol. 82, No. 3/4 (Jan. - Apr., 1992), p.361-381.
- ILAN, T. Women's archives in the Judean Desert. In: *The Dead Sea Scrolls*, Ed. L. H. Schiffman, E. Tov, J.C. VanderKam, eds, Jerusalém, Israel Exploration Society, 2000. p. 755-760.
- ILAN, T. Witnesses in the Judean Desert. *Scripta Classica Israelica*. v. 20, 2001, 169-178.
- ILAN, T. Gender issues and daily life. In: *The Oxford Handbook of Jewish Daily Life in Roman Palestine*, ed. C. HEZSER. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 48-68.
- ILAN, T. Babatha the Killer-Wife: Literature, Folk Religion and Documentary Papyri. In: *Law and Narrative in the Bible and in Neighbouring Ancient Cultures*. Klaus-Peter Adam, Friedrich Avemarie and Nili Wazana (Editors). Tübingen: Mohr Siebeck, 2012. p. 263-78.
- ISAAC, B. The Batatha Archive: a review article. *Israel Exploration Journal*. V. 42, 1/2 1999. p.62-75.
- ISAAC, B. *La política religiosa de Adriano y la Segunda Revuelta Judía*. In: COPETE, J.M.C; GRIJALVO, E.M. (Eds.) **Adriano Avgvsto**. Sevilla: Fundación José Lara, 2004. p. 139-151.
- KATZOFF, R. Polygamy in P. Yadin? *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*. v. 109, 1995. p. 128-132.
- LAPERROUSAZ, E.M. L'Hérodiem, quartier general de Bar Kokhba? *Syria*, v. 41, n. 3/4 1964. p. 347-358.
- LAPIN, H. Palm fronds and citrons: notes on two letters from Bar Kosiba's administration. *Hebrew Union College Annual*, v.64, 1993. p. 111-135.
- MILDENBERG, L. Numismatische Evidenz zur Chronologie der Bar-Kokhba-Erhebung. *Schweizerische Numismatische Rundschau*, n. 34, 1948/49. p. 19-27.
- MILDENBERG, L. Bar Kokhba coins and documents. *Harvard Studies in Classical Philology*. v. 84, 1980. p. 311-335.
- MOMIGLIANO, A. "An unsolved problem of Historical Forgery: The Scriptorum Historiae Augustae". *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*. Vol.17, No. 01/02, 1954. p. 22-46.



- MOR, M. *The second Jewish Revolt. The Bar Kokhba War (132-135 CE)*. Leiden: Brill, 2016.
- O'NEILL, J.C. The mocking of Bar Kokhba and of Jesus. *Journal for the Study of Judaism in the Persian, Hellenistic, and Roman Period*, v. 31, n.1, 2000. p. 39-41.
- PORAT, R.; ESHEL, H.; FRUMKIN, A. The 'Caves of the Spear': refuge caves from the Bar Kokhba Revolt North of 'En-Gedi. *Israel Exploration Journal*, v. 59, n.1, 2009. p.21-46.
- PORTO, V.C. "Imagens monetárias na Judeia/Palestina sob dominação romana". Tomos I e II. Tese de Doutorado apresentada ao MAE/USP. São Paulo, 2007.
- SATLOW, M.L. Marriage and divorce. In: *Oxford Handbook of Jewish Daily Life in Roman Palestine*, ed. HEZSER, C. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 344-361.
- TRIGGER, B.G. *História do pensamento arqueológico*. São Paulo: Odysseus, 2004.
- WILFAND, Y. Aramaic tombstones from Zoar and Jewish conceptions of afterlife. *Journal for the Study of Judaism*, v. 40, 2009. p. 510-539.
- YADIN, Y. Expedition D, the cave of the Letters. *Israel Exploration Journal*, v. 12, 3/4, 1962. P.227-257.
- ZAITSCHKEK, D.V. Remains of cultivated plants from the Caves of Nahal Mishmar: preliminary note. *Israel Exploration Journal*, v. 11, 1/2, 1961. p. 70-72.
- ZISSU, B. GANOR, A. A lead weight of Bar Kokhba's administration. *Israel Exploration Journal*, v.56, n.2, 2006. p. 178-182.

---

Recebido em: 08/12/2017

Submitted in: 08/12/2017

Aprovado em: 02/01/2018

Approved in: 02/01/2018

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018

---

**DOSSIÊ: MOBILIDADES, CONTATOS E COLONIZAÇÃO NA ANTIGUIDADE  
GREGA**

**DOSSIER: MOBILITIES, CONTACTS AND COLONIZATION IN THE ANCIENT  
GREECE**

**DOSSIER : MOBILITÉS, CONTACTS ET COLONISATION DANS L'ANTIQUITÉ GRECQUE**

Organização:  
Arianna Esposito  
Airton Pollini  
Fábio Vergara Cerqueira

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



## EDITORIAL

### Mobilidades, contatos e colonização na antiguidade grega

É com alegria que publicamos este dossiê, que consolida a revista *Cadernos do LEPAARQ*, nacionalmente, como um veículo que, com uma visão abrangente das áreas de arqueologia, antropologia e patrimônio cultural, afirma-se como espaço qualificado para o acolhimento e divulgação dos resultados de pesquisa em Arqueologia Clássica. Ademais, contribui também para o avanço dos caminhos já trilhados pelo periódico em termos de internacionalização. O dossiê é fruto, desde sua coordenação por Arianna Esposito, Airton Pollini e Fábio Vergara Cerqueira, de uma cooperação internacional, composta por pesquisadores nacionais e europeus, atuantes em universidades brasileiras e francesas, com a proposta de promover um debate atualizado sobre o tema, que envolva pesquisadores dos dois lados do Atlântico. Igualmente internacionalizado foi o processo de arbitragem dos textos, com a participação de avaliadores brasileiros e europeus.

A publicação deste dossiê significa o cumprimento de uma das metas do Laboratório de Estudos sobre a Cerâmica Antiga - LECA/UFPel, no sentido do fomento à Arqueologia clássica no Brasil. Ao mesmo tempo, ao contribuir para os estudos sobre o processo de colonização grega, cumpre também um dos objetivos previstos no escopo do projeto sobre Iconografia da Música, Cultura Material, Identidade e Relações Interculturais Greco-Indígenas na Magna Grécia, apoiado pelo CNPq, por meio de Bolsa Produtividade, assim como pela CAPES e Fundação Humboldt/Alemanha, por meio de Bolsa de Pesquisador Experiente.

A proposta, além de tratar de um assunto central para pensar o Mediterrâneo antigo e suas interconexões com as regiões continentais circunvizinhas, dialoga diretamente com debates políticos e sociais altamente contemporâneos no mundo globalizado, tendo ao mesmo tempo interlocução com discussões teóricas em curso nas Humanidades. Migrações e mobilidades, contatos coloniais e pré-coloniais, interculturalidade e hibridização, diásporas e (des)colonização, violência bélica, negociações comerciais e casamentos interétnicos, conflito e coabitação, são todos temas absolutamente atuais, quer pensemos no mundo contemporâneo, quer pensemos nos renovados desafios para a compreensão da Antiguidade.

É preciso ressaltar que esse dossiê terá um papel importantíssimo de apoio aos estudantes e professores de Arqueologia clássica e História antiga, assim como uma contribuição decisiva ao fomento à pesquisa sobre o mundo colonial grego nas universidades brasileiras. “Mobilidades, contatos e colonização na Antiguidade grega” oferece a primeira coletânea de textos em português dedicados especificamente à compreensão do fenômeno da colonização, que estimula a pensar a Grécia antiga não como um conjunto fragmentado de *poles*, visão outrora (e mesmo ainda) bastante frequente em certa historiografia e em

muitos manuais didáticos que circulam em nosso país, mas como um mundo dinamicamente interconectado em redes as mais variadas, constantemente alimentadas por mobilidades e diálogos interculturais, igualmente os mais variados, conforme os diferentes povos e diferentes regiões em que se estabeleciam as instalações coloniais (ou mesmo as variantes conhecidas como relações pré-coloniais).

Nos últimos dez anos, ocorreu uma notável expansão do ensino público superior em nosso país que, entre suas consequências, teve a criação de novos cursos de Arqueologia e de História, assim como a expansão daqueles já existentes. Essa movimento trouxe consigo uma grande renovação, dando a oportunidade a uma geração de novos doutores, em Arqueologia clássica ou em História antiga, de alcançar postos estáveis como professores e pesquisadores, o que alavancará um incremento ainda maior na área. Contudo, no que se refere aos estudos da colonização grega (termo, como se lê nos textos que seguem, que suscitou e suscita muita discussão conceitual no âmbito do pensamento pós-colonial), nosso estudante não contava até o momento com material de síntese na língua nacional, que seja abrangente e atualizado, e que minimamente se esforce para um visão de conjunto do fenômeno, levando em conta sua complexidade. Mas, a partir de agora, passa a ter este material à disposição. É evidente que não exaure o tema, dada sua vasta amplitude geográfica, mudanças ao longo do tempo (quatro séculos), diversidade de paisagens culturais, e a enorme variedade de povos que estabelecem estes encontros culturais com os gregos, e que, num processo de transculturação, geram novas características culturais, híbridas, mestiças. O dossiê começa com uma série de artigos que tratam de questões de método e que analisam as relações pré ou protocloniais, por parte dos gregos ou dos fenícios. Em seguida, o leitor vai encontrar material de síntese sobre a colonização grega na Magna Grécia e na Sicília, na costa do Adriático, no Sul da Gália (com suas ramificações na costa espanhola) e no Mar Negro, mas também sobre a experiência colonial singular das clerúquias atenienses nos séculos V e IV a.C., instalações relacionadas ao fenômeno histórico do assim chamado imperialismo ateniense do “século de Péricles”. Mas os textos trazem também uma síntese dos debates conceituais, além de ilustrar a diversidade de fontes disponíveis ao pesquisador, apresentando ainda percursos metodológicos de operacionalização entre as questões e estas fontes. Por exemplo, todos textos colocarão com muita clareza, ao estudante e jovem pesquisador, como a singularidade deste processo não é redutível à experiência do colonialismo moderno, entre tantos fatores, simplesmente porque uma vez fundada a *apoikia* (a instalação colonial), prevalecia a independência política e econômica desta com relação a sua metrópole, apesar dos laços culturais. De forma bastante clara, são apresentados o significado, a etimologia e as implicações históricas dos conceitos relativos à colonização forjados pelos próprios antigos.

Os resultados que apresentamos ao leitor incluem vários aspectos positivos, e gostaríamos de destacar alguns. Um deles está em promover a aproximação acadêmica, na área, entre autores de três nacionalidades, brasileira, francesa e italiana. Todos pesquisadores que se dedicam, há bastante tempo, a pensar a complexidade e singularidade das experiências coloniais (assim como “pós-coloniais”) deste mundo

multicultural gerado pelo efeito dessas mobilidades e empreendimentos coloniais antigos. Do lado brasileiro, as duas autoras que contribuem são vinculadas ao Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, mais especificamente ao Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga - LABECA, centro de pesquisa que se consolidou como referência no Brasil sobre estudos da cidade, e que em nosso país foi a base para a formação de novos pesquisadores e de pesquisa arqueológica densa sobre diversas experiências coloniais. Este laboratório faz um importante trabalho de divulgação acadêmica do tema, e disponibiliza ao estudante e pesquisador um *site* bastante útil para buscar apoio o mais variado<sup>1</sup>. Do lado europeu, juntam-se aqui arqueólogos e historiadores que representam a vertente franco-italiana dos novos estudos sobre a colonização grega, e vinculados a diferentes universidades francesas, tais como Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne, Université de Grenoble Alpes, Université de Bourgogne - Franche-Comté, Dijon, Université de Haute-Alsace, Mulhouse, e diferentes grupos de pesquisa cancelados pelo CNRS, como o AnHiMA (Anthropologie et Histoire des Mondes Antiques), o ARTEHIS (Archéologie, Terre, Histoire, Sociétés) e o ArchiMedE (Archéologie et histoire ancienne : Méditerranée-Europe).

Assim, a política editorial de publicações bilíngues estimulada pelos *Cadernos do LEPAARQ*, e seguida neste dossiê, visa a um duplo movimento: de um lado, possibilita ao estudante brasileiro, que muitas vezes ainda não domina o suficiente idiomas estrangeiros, que tenha acesso em português a textos de pesquisadores estrangeiros que sejam de referência, quer pela inovação e exemplaridade na pesquisa, quer pelo caráter de síntese e aprofundamento da reflexão conceitual. De outro lado, pelo mesmo princípio de internacionalização e promoção do diálogo acadêmico, publicam-se em inglês as contribuições de pesquisadores nacionais, de modo que o potencial de repercussão das contribuições deste dossiê fique positivamente fortalecido, em termos de poder alcançar um número maior de leitores, de um maior número de países.

Gostaria ainda de ressaltar que, do ponto de vista de seus conteúdos, o leitor poderá estabelecer conexões entre os diferentes textos. Com relação a isso, gostaria de destacar dois aspectos. O primeiro, perceber que as mobilidades que geraram esse Mediterrâneo em rede não resultaram apenas do processo grego de colonização. Outras mobilidades contribuíram; outros tipos de movimento se somaram, não necessariamente de forma concorrente a todo momento. E não é profícuo olhar estes processos coloniais como uma via de mão única. De um lado, foram protagonizados igualmente por outros povos, como fenícios e etruscos. De outro, os próprios indígenas (“colonizados”) não devem mais serem vistos como passivos, como vítimas inatas e ingênuas de um colonizar sempre agressivo e calculista, nem tampouco se deve pressupor formas *a priori* de inferioridade deste colonizado com relação a seu colonizador. Cabe outrossim compreendê-los como agentes que também protagonizaram este processo, em suas diferentes fases, com

---

<sup>1</sup> <http://labeca.mae.usp.br/>

estratégias diversas, com posições variadas de poder que ora oscilam para um lado, ora para outro, e ora estabelecem formas de convívio mais equilibrado.

O segundo aspecto, e talvez um dos mais importantes para nossas reflexões contemporâneas, é que o leitor verá emergir a imagem de um mundo antigo misto, em que qualquer acepção purista de identidade não resiste aos dados arqueológicos disponíveis hoje ao pesquisador. Identidades fluidas, dinâmicas, instáveis, mestiças e sob constantes negociações, nas quais nem sempre é claro qual o lado mais forte. E o leitor se perguntará... afinal, o que era a Grécia? E o que era ser grego?

Aos autores, nossa gratidão pela confiança depositada e esperamos que esse dossiê contribua para a divulgação bilíngue de suas pesquisas. Aos tradutores, igualmente nosso agradecimento. Quanto ao leitor, quem sabe deixe nele o gostinho de “quero mais”, a encomendar, pela frente, um segundo dossiê (Norte da África, Península Ibérica, Norte do Egeu, sub-colônias, etc.).

Fábio Vergara Cerqueira  
(pelos organizadores)

**EXPLORER L'HISTOIRE ET L'ARCHÉOLOGIE DE LA COLONISATION GRECQUE  
(ÉPOQUES ARCHAÏQUE ET CLASSIQUE) : SOURCES, MÉTHODES, ENJEUX**  
EXPLORING THE HISTORY AND ARCHAEOLOGY OF THE GREEK COLONIZATION  
(ARCAIC AND CLASSIC PERIODS): SOURCES, METHODS AND QUESTIONS  
*(Explorando a história e a arqueologia da colonização grega (períodos arcaico e clássico): fontes,  
métodos, questões)*

Arianna Esposito  
Airton Pollini

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



## Explorer l'histoire et l'archéologie de la colonisation grecque (époques archaïque et classique) : sources, méthodes, enjeux

Arianna Esposito<sup>1</sup>

Airton Pollini<sup>2</sup>

**Résumé :** La thématique de la colonisation grecque aux époques archaïque et classique relève d'un ensemble de débats historiographiques récents et met en lumière les partis pris anciens et modernes dans l'étude des mobilités individuelles et collectives des anciens Grecs. L'Antiquité se fait ainsi très actuelle.

**Mots-clés :** Colonisation ; Historiographie ; Études Postcoloniales ; Migrations ; Diasporas.

**Resumo:** A temática da colonização grega nos Períodos Arcaico e Clássico faz parte de um conjunto de debates historiográficos recentes, e destaca os vieses antigos e modernos no estudo das mobilidades individuais e coletivas dos antigos gregos. A Antiguidade se faz, assim, muito atual.

**Palavras-chave:** Colonização; Historiografia; Estudos pós-coloniais; Migrações; Diásporas.

**Abstract:** The issue of Greek colonization in Archaic and Classic periods stands from a set of recent historiographical debate and it underlines ancient and modern standpoints in the study of Greek individual and collective mobility. Antiquity becomes thus very present.

**Keywords:** Colonization; Historiography; Postcolonial Studies; Migrations; Diaspora.

Ce dossier a pour but de présenter et de mettre en débat quelques-unes des notions principales et des pratiques relatives aux mobilités de larges contingents de population grecque dans le bassin méditerranéen entre le début du VIII<sup>e</sup> siècle et le IV<sup>e</sup> siècle av. J.-C., juste avant les conquêtes d'Alexandre le Grand, qui marquent un tournant dans la forme et la direction des déplacements des Grecs dans l'Antiquité. Cette problématique fait actuellement l'objet de discussions, non seulement dans une perspective internationale (cf. le débat dans le numéro spécial de la revue *Ancient West and East (AWE)*, n. 10, 2011, en particulier les contributions de DOMÍNGUEZ, 2011 et GRECO, 2011 ; voir aussi MALKIN, 2002 ; MALKIN, 2004), mais aussi dans le cadre plus spécifique de la recherche française sur l'histoire grecque (MARTINEZ-SÈVE, 2012 ; COLLIN-BOUFFIER, 2012 ; CAPDETREY et ZURBACH, 2012). Pour ce qui est des premières phases de la colonisation, un colloque a été organisé à Rome en 2012, afin de tester nos modèles d'interprétation par la confrontation des différentes approches contemporaines, en particulier anglophones et italiennes (DONNELLAN, NIZZO et

---

<sup>1</sup> Maître de conférences d'archéologie classique à l'Université de Bourgogne – Franche-Comté, Dijon, UMR 6298 ARTEHIS, France.

<sup>2</sup> Maître de conférences d'histoire de l'Antiquité grecque à l'Université de Haute-Alsace (Université de Haute-Alsace, Université de Strasbourg, CNRS ArchiMedE UMR 7044 Mulhouse), France.



BURGERS, 2016a ; DONNELLAN, NIZZO et BURGERS, 2016b ; pour notre intervention : ESPOSITO et POLLINI, 2016).

La pertinence de la notion même de colonisation a été remise en question il y a une vingtaine d'années (OSBORNE, 1998 ; YNTEMA, 2000) : on a ainsi soulevé de fortes réserves quant à nos capacités de reconstruire la colonisation d'époque archaïque en fonction des sources littéraires, beaucoup plus tardives. R. Osborne, en particulier, a renié l'importance du modèle traditionnellement bâti sur le rapport *metropolis-apoikia*, et proposé une interprétation fondée plutôt sur les initiatives privées d'individus et de groupes d'individus qui s'établissent dans des contrées favorables à l'installation, et cohabitent, dans un premier temps du moins, avec les communautés autochtones. Depuis cette « révision », de nombreux spécialistes interrogent les fondements théoriques permettant de définir le déplacement de populations d'origine grecque (ou phénicienne) dans une grande partie du bassin méditerranéen. En effet, les termes utilisés par les langues modernes conditionnent en partie la vision que l'on peut se forger des réalités antiques (BOUFFIER, 2017 ; DE ANGELIS, 2016). Le premier article de notre dossier essaie de faire le point sur ces termes et concepts en proposant un tour d'horizon des notions de diaspora, de colonie, de colonisation.

Un autre aspect très important relève de la durée du phénomène migratoire grec, particulièrement longue (du début du VIII<sup>e</sup> siècle au IV<sup>e</sup> siècle av. J.-C.). Il est évident que les réalités des différentes époques comprises dans cette chronologie sont très variées. Ce cadre chronologique large permet une réflexion sur les développements et les évolutions des formes de mobilité des Grecs dans le temps long et à l'échelle de la Méditerranée. Le but est de réfléchir sur les éléments de continuité et de discontinuité, sur la reprise de modèles et pratiques antiques dans de nouveaux contextes historiques, sur les phénomènes de transition (**voir les articles d'A. Esposito et de C. Kormikiari**). Il apparaît qu'analogies et divergences coexistent et que, selon les critères d'enquête retenus, l'accent est mis tantôt sur les unes, tantôt sur les autres. L'intérêt est justement de décloisonner les spécialités de l'histoire grecque et de regarder simultanément le monde méditerranéen antique, dans sa globalité comme dans sa diversité. La chronologie traitée dans ce dossier va ainsi des premières installations grecques outre-mer jusqu'à la veille des conquêtes d'Alexandre le Grand. Les processus d'installation, les modalités de ces installations, la part de l'initiative privée, ou le phénomène dit des contacts pré- et proto-coloniaux ont ainsi retenu notre attention.

Si la problématique des mobilités des communautés grecques est très actuelle, elle imprègne, en fait, l'histoire des études des mondes grecs anciens depuis longtemps par le biais de différentes approches : l'économie, les trafics méditerranéens, la mobilité des individus, la circulation des objets, la réception de nouvelles pratiques culturelles, la diffusion de pratiques culturelles, artistiques ou politiques, les rapports

entre *apoikiai*<sup>3</sup> et métropoles, entre colonie et arrière-pays, entre colonies mêmes, entre Grecs et autochtones (cf. ÉTIENNE, 2010a ; ÉTIENNE, 2016). Certains modèles historiographiques se dégagent nettement. Le thème des contacts interculturels, celui de la construction identitaire, de la notion d'ethnicité sont également des questions très discutées qui se situent au cœur des débats actuels (cf. HALL, 1997 ; JONES, 1997 ; MALKIN, MÜLLER, 2012 ; voir nos commentaires dans ESPOSITO, POLLINI, 2013 ; ESPOSITO, POLLINI, 2015).

En définitive, les thèmes sont si variés et multiples que, en dehors de quelques rares monographies, publiées notamment en italien (cf. GRECO, 1992 ; LAMBOLEY, 1996 ; GUZZO, 2011 ; LA TORRE, 2011 ; TORELLI, 2011 ; D'ERCOLE, 2012 ; GUZZO, 2016), les travaux les plus récents portent davantage sur des aspects ponctuels que sur des synthèses globales.

Dans le cadre de ce dossier, il fallait d'emblée faire des choix. La tâche n'a pas été facile. Le sujet est très vaste, et il n'était pas possible de le traiter en tenant compte de toutes ses dimensions. L'enjeu et la difficulté de ce dossier sont de tenter de déterminer, par le biais de quelques études de cas, la nature des liens entretenus dans ces phénomènes de mobilité. L'ensemble est donc organisé en trois parties. La première partie (*Le départ*) contient trois articles : l'un traitant des enjeux historiographiques (**A. Esposito et A. Pollini**), un deuxième axé sur les contacts avec les autochtones avant l'installation stable des Grecs sur de nouvelles terres et la fondation des colonies (*apoikiai*) (**A. Esposito**), et un troisième sur la mobilité des Phéniciens en Méditerranée (**C. Kormikiari**). Ensuite, le dossier suit une organisation géographique, où sont évoquées les principales zones d'occupation des Grecs en Méditerranée à l'époque archaïque. D'abord *L'Italie, la première destination des colons* (partie 2) : en Grande-Grèce (**A. Pollini**), en Sicile (**M. B. Borba Florenzano**) et sur les rives de l'Adriatique (**M. P. Castiglioni**). La troisième partie arrive aux extrémités géographiques de l'installation des Grecs (*Vers le Nord et vers l'Ouest*), tant le pourtour de la mer Noire (**M. Dana**) que les côtes méditerranéennes de la Gaule (**C. Joncheray**). Bien entendu, ce bilan n'est aucunement exhaustif, tant le sujet est vaste, et bien d'autres thématiques pourraient être évoquées (les colonies grecques en Libye, par exemple ; le phénomène des colonies secondaires ou sous-colonies, cf. LOMBARDO, FRISONE, 2006 ; COSTANZI, 2009 ; LUNI, 2010a ; LUNI, 2010b ; COSTANZI, 2013).

À l'époque classique, l'expérience de l'installation de citoyens athéniens dans les terres confisquées par Athènes, les clérouques, relève d'un type particulier de mobilité (**C. Saint-Pierre Hoffmann**). Il est à notre sens intéressant de le mettre en parallèle avec les expériences d'époque archaïque. Il est important de souligner que les *apoikiai* sont fondées sur un principe d'autonomie : elles sont des corps politiques nouveaux et indépendants. Contrairement à d'autres formes d'appropriation d'un territoire nouveau, comme les

---

<sup>3</sup> Pour l'ensemble du dossier, les termes grecs sont translittérés en alphabet latin et, par simplicité, ne portent pas d'accent, ni tonique ni de distinction entre les voyelles brèves et longues (epsilon ou eta, omicron ou omega).

clérouques athéniennes, où une cité installe sur le territoire d'une autre un contingent de personnes qui restent citoyens de leur cité d'origine, les colonies grecques sont de nouvelles cités politiquement indépendantes de leur(s) métropole(s). Il est évident que les nouvelles installations gardent néanmoins des liens culturels (dont le type de dialecte, souvent la structure juridique, certains cultes ou divinités honorées, etc.), parfois d'alliance, avec les cités d'origine (**voir l'article de M. Dana**). Le vocabulaire grec ne rend pas compte exactement de cette division, les clérouques du V<sup>e</sup> siècle sont en effet encore nommées *apoikiai*, mais cela ne signifie pas que la distinction ne soit pas valable (ZURBACH, 2015).

Une dernière mise en garde est nécessaire. Nous parlons ici presque uniquement des mobilités des Grecs et des territoires dominés par ces populations. En revanche, dans l'Antiquité, outre les différentes populations indigènes qui ont été directement en contact avec les Grecs dans les contextes coloniaux, d'autres civilisations ont également fait l'expérience de mobilités ou d'expansions territoriales : les Phéniciens ont fondé Carthage en Tunisie actuelle et les Carthaginois eux-mêmes se sont appropriés plusieurs lieux en Afrique du Nord, en Péninsule ibérique, en Sicile ou en Sardaigne (**voir l'article de C. Kormikiari**). Les Étrusques sont partis de la région centrale de l'Italie, notamment de la Toscane actuelle, et ont occupé des terres en Italie du nord (la plaine padane) et en Campanie ; ils étaient aussi des commerçants très actifs dans une grande partie de la Méditerranée centrale et occidentale. Enfin, les Romains commencent leur expansion par la conquête de l'ensemble de la péninsule italienne, y compris les anciennes cités grecques du sud, soumises au pouvoir romain au III<sup>e</sup> siècle avant J.-C. Il faut tenir compte de la variété des situations selon les régions méditerranéennes et selon les époques. À l'intérieur de ce large éventail de situations, comment nos schémas d'interprétation se sont-ils mis en place ? Conçu avant tout comme une introduction pouvant esquisser un cadre d'analyse, étayé par des exemples, ce dossier se propose de fournir des concepts et des outils permettant de rendre compte des acquis théoriques et méthodologiques dans l'histoire et l'archéologie de la colonisation grecque, mais aussi une mise en pratique critique de ces concepts.

### UNE APPROCHE MULTIFOCALE ET PLURIDISCIPLINAIRE

Cette thématique des colonies grecques pose d'importantes interrogations non seulement sur la mobilité des Grecs, mais aussi et surtout sur les différents regards contemporains portés sur le monde grec antique. C'est d'abord à cet aspect que nous allons nous attacher dans le premier article de ce dossier.

Avec la prise en compte d'un large contexte géographique, culturel et chronologique, le thème des mobilités grecques offre ainsi une occasion pour proposer un retour sur ces thématiques qui tiennent aussi compte des nouveaux outils apparus depuis une vingtaine d'années. Ce bilan ne peut pas éluder l'intérêt de ces nouvelles notions, l'importation et l'usage en histoire ancienne de concepts forgés dans d'autres domaines des sciences humaines, la nature transdisciplinaire de nos approches comme le recours à des

sources variées pour s'ouvrir, *in fine*, à de nouvelles perspectives. Enfin, ce type de réflexions est rendu d'autant plus complexe qu'elles font jouer une série de termes liés entre eux et qui servent à se définir l'un l'autre : ainsi les termes « identité », « culture » et « ethnie » ou « ethnicité », solidaires mais non synonymes, et dont les configurations variables génèrent de nouvelles distinctions (cf. ÉTIENNE, 2010b ; MALKIN, MÜLLER, 2012).

Il est donc naturel que la préoccupation principale, au cœur de plusieurs volumes récents sur la mobilité grecque ancienne, ait été d'établir un panorama de nos avancées scientifiques à partir d'approches disparates. L'installation de communautés grecques sur le pourtour méditerranéen a été un processus historique majeur qui a entraîné de profondes modifications sociales, économiques et culturelles. Le thème étant par définition polyédrique, il faut l'aborder au prisme de ses différentes manifestations historiques, en faisant appel à des sources et à des documents variés. C'est pourquoi un peu moins de dix spécialistes se sont réunis autour de Sophie Collin-Bouffier pour élaborer une étude sur la colonisation et les diasporas grecques (COLLIN-BOUFFIER, 2012). Construit selon un découpage régional, ce volume aborde les modes d'organisation politique et économique, les pratiques culturelles, les réseaux d'échanges du détroit de Gibraltar à l'Indus (du VIII<sup>e</sup> siècle av. J.-C. à la fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C.). Sans faire abstraction des divergences propres au phénomène, les Grecs ont eu des modes d'implantation qui ont pu varier en fonction des époques et des régions. Chacun des chapitres composant cet ouvrage considère cette variété sous un angle spécifique pour offrir au lecteur une synthèse bien informée. À Lille, le colloque de la SoPHAU (Société des Professeurs d'Histoire Ancienne de l'Université), organisé à l'Université Charles de Gaulle-Lille 3 par Laurianne Martinez-Sève, a aussi réuni une vingtaine de spécialistes sur le sujet, principalement des historiens, mais également quelques archéologues. Dans la publication finale (MARTINEZ-SÈVE, 2012), ces spécialistes dressent un bilan historiographique tout en abordant des données nouvelles, l'objectif étant d'appréhender, de manière critique, les problématiques les plus récentes. De surcroît, il s'agissait de faire dialoguer les spécialistes de la Méditerranée archaïque avec ceux de l'Orient hellénistique, et réciproquement. Leurs contributions abordent ainsi la mobilité des communautés grecques établies dans un espace large, de l'Espagne à l'Asie Centrale, et couvrant l'ensemble du monde grec. L'ouvrage propose, pour une durée très longue, qui s'étend sur près de six siècles, un vaste panorama sur les modalités d'installation et leur devenir, les relations avec les populations locales, l'appropriation de nouveaux territoires, la construction de nouvelles identités culturelles. Après un volet introductif, abordant à la fois des questions de vocabulaire et les enjeux conceptuels contemporains, dont celui de centre et périphérie, ou revisitant les traditions mythologiques, les représentations mentales et symboliques – qui présidaient aux déplacements des Grecs –, et le rôle du sanctuaire delphique dans ces dynamiques, viennent plusieurs chapitres organisés de manière régionale : la Méditerranée centrale et occidentale, le Pont-Euxin et la Propontide, le Balkans, l'Égypte... Pour chacune de ces régions, un double objectif anime les synthèses des auteurs : dresser des bilans historiographiques et

scientifiques et mettre en exergue les évolutions actuelles de la recherche en tenant compte, entre autres, des réseaux de relations et de solidarité à travers le monde méditerranéen et à travers le Proche-Orient. À Nanterre, le colloque organisé par Laurent Capdetrey et Julien Zurbach (CAPDETREY, ZURBACH, 2012) a donné lieu à un ouvrage collectif qui se présente, lui aussi, à la fois comme un bilan historiographique et épistémologique et comme l'occasion d'approfondir et d'évaluer certains concepts largement utilisés dans la littérature actuelle, en premier lieu celui de réseaux (réseaux commerciaux, intellectuels, alliances politiques), au cœur de la plupart des contributions de manière plus ou moins explicite. Le volume offre ainsi une synthèse raisonnée des réflexions et des avancées sur ces questions, mais également sur les notions de mobilité et d'ethnicité, sur l'apport de ces concepts à l'étude des communautés grecques et de leur évolution entre l'époque archaïque et le début de l'époque hellénistique. Le cadre chronologique retenu est délibérément large pour permettre une réflexion sur les transformations des formes de mobilité – individuelles ou collectives – des Grecs, dans le temps long et à l'échelle de la Méditerranée (cf. les propos de L. Capdetrey en introduction). Les nombreux auteurs abordent les notions clés de l'ouvrage – réseaux, mobilité, ethnicité – dans leur domaine de recherche, à partir d'un thème précis (les amphores, les mobiliers funéraires, les données démographiques, les sources, etc.) mais surtout, pour la plupart d'entre eux, dans une démarche qui invite également à une mise en pratique critique de ces mêmes concepts.

Dans le cadre de la thématique des concours pour devenir professeur dans l'enseignement secondaire français (le CAPES et l'Agrégation), la parution en 2012 de plusieurs ouvrages, en langue française, consacrés aux diasporas grecques a eu pour heureuse conséquence d'attirer l'attention sur un certain nombre de problématiques qui, en dépit de l'intérêt qui leur avait été porté par de nombreux chercheurs, étaient plutôt restées l'affaire des seuls spécialistes. Dans ces ouvrages, il s'agit en revanche de faire dialoguer un archéologue et un historien, un spécialiste de la littérature et un céramologue, un épigraphiste et un numismate. L'archéologie (*via* l'étude des nécropoles, de la culture matérielle, des mobiliers funéraires, des céramiques, des organisations urbaines et territoriales) est de fait une source fondamentale dans la mesure où elle permet de retrouver, sur le terrain, les vestiges de ces établissements fondés par les Grecs et de cerner, par les productions matérielles, la nature des contacts interculturels avec les sociétés indigènes. Elle représente une source primordiale pour les premiers contacts, les questions liées à la chronologie d'une fondation ou à l'expansion territoriale d'une nouvelle cité, notamment en ce qui concerne l'ensemble de la période archaïque. Mais elle est sujette à débat et conditionnée par des traditions intellectuelles spécifiques à chaque période, voire parfois à chaque domaine. Les inscriptions, témoignages directs, fournissent aussi des informations d'un intérêt incontournable pour saisir le fonctionnement de certaines cités, les relations politiques et diplomatiques, l'organisation sociale, le lien entre circulations, pratiques commerciales et développement de l'écriture. Les données les plus nombreuses proviennent cependant des sources

littéraires, des auteurs les plus anciens – on retrouve quelques informations chez les poètes Homère et Archiloque – mais principalement des historiens, Hérodote et Thucydide, et des philosophes, Platon et Aristote. Aussi, le thème de la colonisation grecque impose d'emblée une approche multifocale et pluridisciplinaire. Son étude présente plusieurs difficultés : il importe en effet de tenir compte des écarts, parfois importants, entre les dates de fondation des différentes colonies étudiées, mais aussi des contrastes entre leurs origines, leur insertion dans leur contexte régional, leurs rapprochements et leurs conflits. Il existe également un net déséquilibre des corpus de sources, mais aussi de la bibliographie disponible selon les cités considérées.

Les contacts avec le monde grec ont pris des formes diverses et discontinues : relations d'échange, affrontements guerriers ou déplacements individuels. Ces contacts interculturels, envisagés à travers le rapport dialectique avec les indigènes, impliquent diverses interactions – et non seulement des « influences » – qui s'exerçaient réciproquement, ce qui ne saurait pas exclure l'existence de « passerelles » entre les différents groupes ethniques dont en premier lieu l'existence de mariages interethniques et d'alliances matrimoniales (ESPOSITO, ZURBACH, 2010 ; ESPOSITO, POLLINI, à paraître). Le mariage apparaît, en effet, comme l'une des voies privilégiées du mélange ethnique : il a pu faciliter les processus de mobilité entre les élites. Ces contacts interculturels pouvaient donc donner lieu à des phénomènes d'intégration ou de rejet, mais ces deux cas de figure recouvraient eux-aussi des phénomènes plus complexes, tels que l'appropriation et la resémantisation par les élites indigènes d'éléments matériels (et immatériels) grecs servant leur idéologie (le *symposion*, par exemple : ESPOSITO, 2015), ou encore l'intégration à la cité grecque de populations non-grecques à l'origine de situations linguistiques complexes. Les limites territoriales et ethniques n'ont pas constitué des barrières infranchissables.

Le dossier que nous présentons vise donc à proposer une analyse des modes d'élaboration de l'identité grecque en milieu colonial qui tienne compte de la complexité des situations étudiées. Certes, l'objectif est de faire écho aux développements récents de la recherche en France sur les thématiques relevant des mobilités des Grecs. Mais ce dossier voudrait aussi inciter à un dialogue, lui-même pluridisciplinaire, en invitant les collègues brésiliens, avec une longue tradition d'études sur les colonisations modernes et s'intéressant aux phénomènes coloniaux antiques, à des réactions et à des comparaisons, à des réflexions sur les pratiques théoriques qui se posent pour toute expérience coloniale. La lecture des réponses aux diverses situations de contacts interculturels – entre Grecs, Phéniciens, Étrusques, autochtones –, dans des contextes géographiques et historiques différents, ne peut que contribuer à une meilleure compréhension des phénomènes de mobilité en Méditerranée antique, à condition cependant d'insister sur les variations (selon les périodes et, pour chaque période, selon les acteurs et les partenaires des échanges). Certes, les concepts mobilisés dans les différents domaines retenus ne sont pas parfaitement équivalents, mais l'analyse qui leur est assignée devrait permettre de dégager des analogies et des différences parfois

décisives, signifiantes. Il s'agit de ce fait, à notre sens, d'un terrain d'études singulièrement fécond. La diversité des expériences présentées ici montre aussi l'éventail très large des terrains d'expérimentation de la mobilité humaine antique et le dynamisme de certaines sociétés antiques. Quelles orientations pour la recherche ? Quelles méthodologies ? Il reste que c'est là un processus en cours, un *work in progress*. Une telle enquête s'inscrit dans une réflexion plus large sur la nature des échanges et des réseaux dans l'espace méditerranéen.

**BIBLIOGRAPHIE**

- BOUFFIER, SOPHIE. « Migrations et mobilités antiques : l'exemple des Grecs en Méditerranée », in Dominique Garcia et Hervé Le Bras (dir.), *Archéologie des migrations*, Paris : La Découverte/Inrap, 2017, p. 153-166.
- CAPDETREY, LAURENT et ZURBACH, JULIEN (éds.). *Mobilités grecques. Mouvements, réseaux, contacts en Méditerranée, de l'époque archaïque à l'époque hellénistique. Scripta Antiqua, 46*, Bordeaux : Ausonius, 2012.
- COLLIN-BOUFFIER, SOPHIE (éd.). *Les diasporas grecques du détroit de Gibraltar à l'Indus, VIII<sup>e</sup> siècle av. J.-C. - fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C. Pour les concours. Série Cours*, Paris : Sedes, 2012.
- COSTANZI, MICHELA. « Les fondations grecques de deuxième degré en Italie du Sud et en Sicile : amies des "autres", ennemies des Grecs ? », *REA*, 111, 2009, p. 429-451.
- COSTANZI, MICHELA. « Invitation à une nouvelle réflexion sur les fondations grecques en Libye », *Revue des études grecques*, 126, 2013, p. 345-370.
- D'ERCOLE, MARIA CECILIA. *Histoires méditerranéennes : aspects de la colonisation grecque de l'Occident à la mer Noire, VIII-IV<sup>e</sup> siècles av. J.-C.*, coll. *Les Hespérides*, Paris : Errance, 2012.
- DE ANGELIS, FRANCO. « *E pluribus unum* : the multiplicity of models », in LIEVE DONNELLAN, VALENTINO NIZZO and GERT-JAN BURGERS (éds.), *Conceptualising early colonisation, Contextualising early colonisation II*, Bruxelles : Institut historique belge de Rome, 2016, p. 97-104.
- DOMÍNGUEZ, ADOLFO J. « The origins of Greek colonisation and the Greek polis : some observations », *Ancient West and East (AWE)*, 10, 2011, p. 195-207.
- DONNELLAN, LIEVE, NIZZO, VALENTINO et BURGERS, GERT-JAN (éds.). *Contexts of early colonization. Contextualizing early colonization I*, Rome : Palombi, 2016a.
- DONNELLAN, LIEVE, NIZZO, VALENTINO et BURGERS, GERT-JAN (éds.). *Conceptualising early colonisation. Contextualizing early colonization II*, Bruxelles : Institut historique belge de Rome, 2016b.
- ESPOSITO, ARIANNA (éd.). *Autour du "banquet" : modèles de consommation et usages sociaux*. Dijon : Éditions universitaires de Dijon, 2015.
- ESPOSITO, ARIANNA et POLLINI, AIRTON. « Relations interculturelles en Grande Grèce et Sicile », in ANTONIO GONZALES et MARIA TERESA SCHETTINO (éds.). *Le point de vue de l'autre. Relations culturelles et diplomatiques. Dialogues d'Histoire Ancienne, Supplément 9*, 2013, Besançon : Presses universitaires de Franche-Comté, p. 17-38.



- ESPOSITO, ARIANNA et POLLINI, AIRTON. « Penser les métissages en Grande Grèce et en Sicile », in SILVIA CAPANEMA, QUENTIN DELUERMOZ, et alii (éds.). *Du transfert culturel au métissage. Concepts, acteurs, pratiques*, coll. *Histoire*, Rennes : Presses universitaires de Rennes, 2015, p. 49-71.
- ESPOSITO, ARIANNA et POLLINI, AIRTON. « Post-colonialism from America to Magna Graecia », in LIEVE DONNELLAN, VALENTINO NIZZO et GERT-JAN BURGERS (éds.). *Conceptualising early colonisation, Contextualising early colonisation II*, Bruxelles : Institut historique belge de Rome, 2016, p. 61-75.
- ESPOSITO, ARIANNA et POLLINI, AIRTON (à paraître). « Género, identidades y cultura material a través de algunos estudios de casos de la Península itálica », in MANEL GARCÍA SANCHÉZ et RENATA SENNA GARRAFFONI (éds.). *Género y cultura material*, coll. *Instrumenta*, Barcelona : Universitat de Barcelona.
- ESPOSITO, ARIANNA et ZURBACH, JULIEN. « Femmes indigènes et colons grecs : quelques observations », in PIERRE ROUILLARD (éd.). *Portraits de migrants, portraits de colons*, coll. *Colloques de la Maison René-Ginouvès*, 6, 2, Paris : De Boccard, 2010, p. 51-70
- ÉTIENNE, ROLAND (éd.). *La Méditerranée au VII<sup>e</sup> siècle av. J.-C. essais d'analyses archéologiques. Travaux de la Maison René Ginouvès*, 7, Paris : De Boccard, 2010a.
- ÉTIENNE, ROLAND. « Historiographie, théories et concepts », in ROLAND ÉTIENNE (éd.). *La Méditerranée au VII<sup>e</sup> siècle av. J.-C. essais d'analyses archéologiques*, coll. *Travaux de la Maison René Ginouvès*, 7, Paris : De Boccard, 2010b, p. 3-26.
- ÉTIENNE, ROLAND. « Connectivité et croissance : deux clés pour le VIII<sup>e</sup> s.? », in LIEVE DONNELLAN, VALENTINO NIZZO et GERT-JAN BURGERS (éds.). *Conceptualising early colonisation, Contextualising early colonisation II*, Bruxelles : Institut historique belge de Rome, 2016, p. 89-95.
- GRECO, EMANUELE. *Archeologia della Magna Grecia*, Rome-Bari : Laterza, 1992.
- GRECO, EMANUELE. « On the Origin of the Western Greek Poleis », *Ancient West and East (AWE)*, 10, 2011, p. 233-242.
- GUZZO, PIER GIOVANNI. *Fondazioni greche. L'Italia meridionale e la Sicilia (VIII e VII sec. a.C.)*, coll. *Studi superiori*, 691, *Archeologia*, Rome : Carocci editore, 2011.
- GUZZO, PIER GIOVANNI. *De Pithécusses à Pompéi. Histoires de fondations. Quatre conférences au Collège de France (Paris, 2014)*, coll. *Études*, 10, Naples : Centre Jean Bérard, 2016.
- HALL, JONATHAN M. *Ethnic identity in Greek antiquity*, Cambridge : Cambridge University Press, 1997.
- JONES, SÍAN. *The Archaeology of ethnicity. Constructing identities in the past and present*, Londres : Routledge, 1997.
- LA TORRE, GIOACCHINO FRANCESCO. *Sicilia e Magna Grecia. Archeologia della colonizzazione greca d'Occidente*, coll. *Manuali Laterza*, Rome : Laterza, 2011.

- LAMBOLEY, JEAN-LUC. *Les Grecs d'Occident. La période archaïque*, Paris : Cedes, 1996.
- LOMBARDO, MARIO et FRISONE, FLAVIA (éds.). *Colonie di colonie. Le fondazioni sub-coloniali greche tra colonizzazione e colonialismo*, Lecce : Congedo editore, 2006.
- LUNI, MARIO (éd.). *Cirene nell'Antichità : XI Convegno internazionale di archeologia cirenaica, 30 giugno-2 luglio 2006. Cirene "Atene d'Africa", 2*, Rome : L'Erma di Bretschneider, 2010a.
- LUNI, MARIO (éd.). *Cirene e la Cirenaica nell'Antichità : XI Convegno internazionale di archeologia cirenaica, 30 giugno-2 luglio 2006. Cirene "Atene d'Africa", 3*, Rome : L'Erma di Bretschneider, 2010b.
- MALKIN, IRAD. « Exploring the validity of the concept of 'foundation' : a visit to Megara Hyblaia », in VANESSA B. GORMAN et ERIC W. ROBINSON (éds.). *Oikistes : studies in constitutions, colonies, and military power in the ancient world, offered in honor of A.J. Graham*, coll. *Mnemosyne. Supplementum*, 234, Leiden : Brill, 2002, p. 195-225.
- MALKIN, IRAD. « Postcolonial Concepts and Ancient Greek Colonization », *MLQ : Modern Language Quarterly*, vol. 65, n. 3, 2004, p. 341-364.
- MALKIN, IRAD et MÜLLER, CHRISTEL. « Vingt ans d'ethnicité : bilan historiographique et application du concept aux études anciennes », in LAURENT CAPDETREY et JULIEN ZURBACH (éds.). *Mobilités grecques. Mouvements, réseaux, contacts en Méditerranée, de l'époque archaïque à l'époque hellénistique*, coll. *Scripta Antiqua*, 46, Bordeaux : Ausonius, 2012, p. 25-37.
- MARTINEZ-SÈVE, LAURIANNE (éd.). *Les Diasporas grecques du VIII<sup>e</sup> à la fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C. Pallas*, 89, Toulouse : Presses universitaires du Mirail, 2012.
- OSBORNE, ROBIN. « Early Greek Colonization? The Nature of Greek Settlement in the West », in NICK FISHER et HANS VAN WEES (éds.). *Archaic Greece : New Approaches and New Evidence*, Londres : Duckworth, 1998, p. 251-269.
- TORELLI, MARIO. *Dei e artigiani : archeologie delle colonie greche d'Occidente*, coll. *Grandi Opere*, Bari : Laterza, 2011.
- YNTEMA, DOUWE GEERT. « Mental landscapes of colonization : the ancient written sources and the archaeology of early colonial-Greek southeastern Italy », *Babesch*, 75, 2000, p. 1-49.
- ZURBACH, JULIEN. « Confiscation, conquête et colonisation dans les cités grecques », *Mélanges de l'École française de Rome - Antiquité* [En ligne], 127-2 | 2015, URL : <http://mefra.revues.org/2857>

---

Recebido em: 21/07/2017

Submitted in: 21/07/2017

Aprovado em: 01/11/2017

Aproved in: 01/11/2017

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018

---

FIGURES

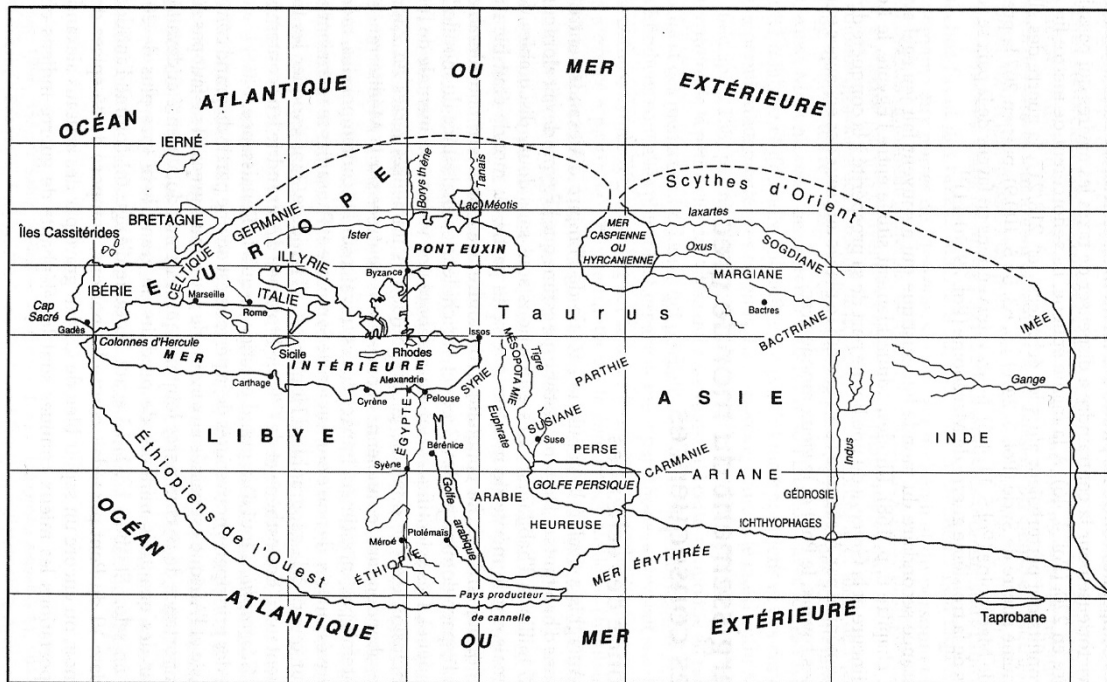


Fig. 1 : Carte du monde connu (*oikoumene*) d'après les descriptions dans l'œuvre du géographe Strabon (d'après Chr. Jacob. *Géographie et ethnographie en Grèce ancienne*, Paris : A. Colin, 1991, p. 113).

LA COLONISATION GRECQUE

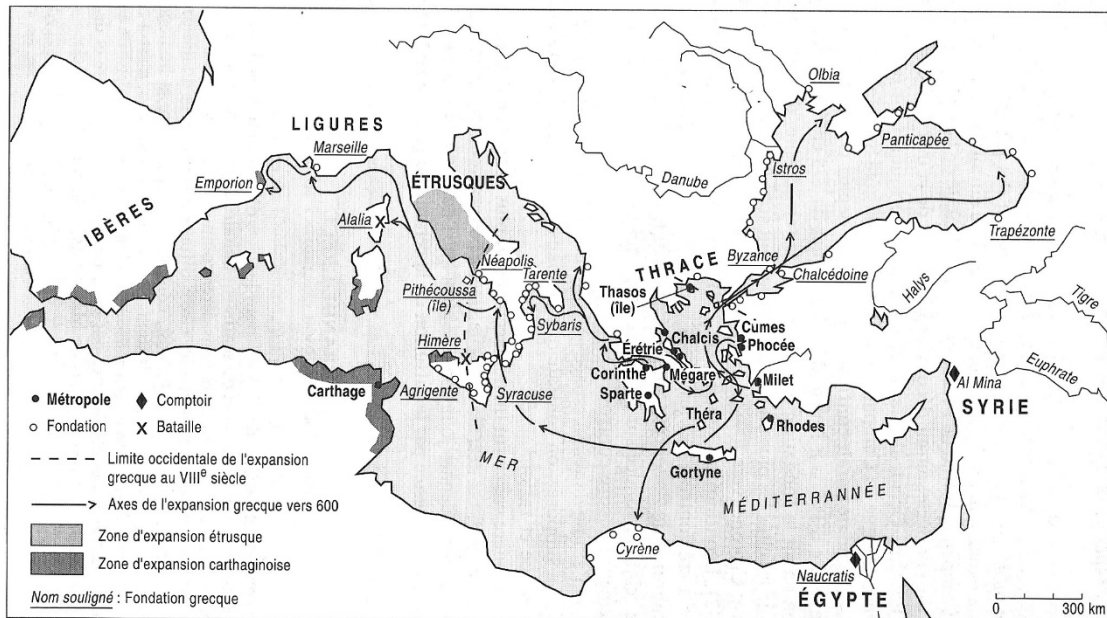


Fig. 2 : Carte de la colonisation grecque à l'époque archaïque (d'après M.-Fr. Baslez. *Histoire politique du monde grec antique*, Paris : Nathan, 2004, p. 53).

**EXPLORANDO A HISTÓRIA E A ARQUEOLOGIA DA COLONIZAÇÃO GREGA  
(PERÍODOS ARCAICO E CLÁSSICO): FONTES, MÉTODOS, QUESTÕES**  
EXPLORING THE HISTORY AND ARCHAEOLOGY OF THE GREEK COLONIZATION  
(ARCAIC AND CLASSIC PERIODS): SOURCES, METHODS AND QUESTIONS

Arianna Esposito  
Airton Pollini

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



# Explorando a história e a arqueologia da colonização grega (períodos arcaico e clássico): fontes, métodos, questões<sup>1</sup>

Arianna Esposito<sup>2</sup>

Airton Pollini<sup>3</sup>

**Resumo:** A temática da colonização grega nos Períodos Arcaico e Clássico faz parte de um conjunto de debates historiográficos recentes e destaca os vieses antigos e modernos no estudo das mobilidades individuais e coletivas dos antigos gregos. A Antiguidade se faz, assim, muito atual.

**Palavras-chave:** Colonização; Historiografia; Estudos pós-coloniais; Migrações; Diásporas.

**Abstract:** The issue of Greek colonization in Archaic and Classic periods stands from a set of recent historiographical debate and it underlines ancient and modern standpoints in the study of Greek individual and collective mobility. Antiquity becomes thus very present.

**Keywords:** Colonization; Historiography; Postcolonial Studies; Migrations; Diaspora.

Este dossiê tem a intenção de apresentar e de propor um debate acerca dos principais conceitos e das práticas relativas às mobilidades de grandes contingentes de população grega na bacia mediterrânea entre o início do século VIII e o século IV a.C., pouco antes das conquistas de Alexandre o Grande, que marcam uma mudança decisiva na forma e na direção dos deslocamentos dos gregos na Antiguidade. Esta problemática é, atualmente, objeto de discussão, não somente em uma perspectiva internacional (cf. o debate no número especial da revista *Ancient West and East* (AWE), n. 10, 2011, em particular as contribuições de DOMÍNGUEZ, 2011 e GRECO, 2011; ver também MALKIN, 2002; 2004), mas também no âmbito mais específico da pesquisa francesa sobre a história grega (MARTINEZ-SÈVE, 2012; COLLIN-BOUFFIER, 2012; CAPDETREY, ZURBACH, 2012). No que diz respeito às primeiras fases da colonização, um congresso foi organizado em Roma em 2012, com o objetivo de testar nossos modelos de interpretação pela confrontação das diferentes abordagens contemporâneas, em particular anglófonas e italianas (DONNELLAN, NIZZO, BURGERS, 2016a; DONNELLAN, NIZZO, BURGERS, 2016b; para nossa intervenção: ESPOSITO, POLLINI, 2016).

A pertinência do próprio conceito de colonização foi questionada há cerca de vinte anos (OSBORNE, 1998; YNTEMA, 2000): levantaram-se assim fortes reservas quanto à nossa capacidade de reconstruir a colonização da época arcaica em função das fontes literárias, bem mais tardias. R. Osborne, especialmente,

---

<sup>1</sup> Texto traduzido por Airton Pollini. Revisão técnica de Fábio Vergara Cerqueira.

<sup>2</sup> Maître de conférences (professora associada) d'archéologie classique à l'Université de Bourgogne – Franche-Comté, Dijon, UMR 6298 ARTEHIS, França.

<sup>3</sup> Maître de conférences (professor associado) d'histoire de l'Antiquité grecque à l'Université de Haute-Alsace (Université de Haute-Alsace, Université de Strasbourg, CNRS ArcHiMedE UMR 7044 Mulhouse), França.

rejeitou a importância do modelo tradicionalmente estabelecido a propósito da relação *metropolis-apoikia*, e propôs uma interpretação fundada nas iniciativas privadas de indivíduos ou de grupos de indivíduos que se estabelecem em localidades favoráveis à instalação e coabitam, ao menos num primeiro momento, com as comunidades autóctonas. Desde essa “revisão”, muitos especialistas se debruçaram sobre os fundamentos teóricos que permitem definir o deslocamento de populações de origem grega (ou fenícia) em uma grande parte da bacia do Mediterrâneo. De fato, os termos utilizados pelas línguas modernas condicionam, em parte, a visão que podemos forjar das realidades antigas (BOUFFIER, 2017; DE ANGELIS, 2016). O primeiro artigo do nosso dossiê tenta rever esses termos e conceitos, propondo uma visão geral das noções de diáspora, de colônia e de colonização.

Um outro aspecto importante é o da duração do fenômeno migratório, particularmente longo (do início do séc. VIII a.C. ao séc. IV a.C.). É evidente que as realidades das diferentes épocas incluídas nessa cronologia são muito variadas. Esse amplo quadro cronológico permite uma reflexão sobre os desenvolvimentos e as tendências das formas de mobilidade dos gregos no longo prazo e na escala de todo o Mediterrâneo. O objetivo é refletir sobre os elementos de continuidade e descontinuidade, sobre a retomada de modelos e práticas antigas em novos contextos históricos e sobre os fenômenos de transição **(ver os artigos de A. Esposito e de C. Kormikiari)**. Vê-se que analogias e divergências coexistem e que, de acordo com os critérios de pesquisa selecionados, o foco é dado em umas ou outras formas. O objetivo é precisamente ir além das especialidades da história grega e observar o mundo mediterrânico antigo simultaneamente em sua globalidade e em sua diversidade. A cronologia tratada neste dossiê vai, portanto, das primeiras instalações gregas e fenícias ultramarinas até as vésperas das conquistas de Alexandre, o Grande. Os processos de instalação, as modalidades dessas instalações, a parte da iniciativa privada e o fenômeno chamado de contatos pré e proto-coloniais chamaram nossa atenção.

Se a problemática das mobilidades das comunidades gregas é tão atual, ela permeia, na verdade, a história dos estudos dos mundos gregos antigos ao longo do tempo e através de diferentes abordagens: a economia, as trocas no Mediterrâneo, a mobilidade dos indivíduos, a circulação dos objetos, a recepção de novas práticas culturais, a difusão das práticas de culto, artísticas ou políticas, as relações entre *apoikia*<sup>4</sup> e metrópoles, entre colônia e interior, entre as próprias colônias, entre gregos e autóctones (cf. ÉTIENNE, 2010a; 2016). Alguns modelos historiográficos emergem com clareza: o tema dos contatos interculturais, o da construção identitária ou o da noção de etnicidade são igualmente questões muito discutidas que se situam no cerne dos debates atuais (cf. HALL, 1997; JONES, 1997; MALKIN, MÜLLER, 2012; ver nossos comentários em ESPOSITO, POLLINI, 2013; ESPOSITO, POLLINI, 2015).

---

<sup>4</sup> Em todo o dossiê, os termos gregos foram transliterados no alfabeto latino e, por simplicidade, não marcamos os acentos, nem tônicos nem de distinção entre as vogais breves e longas (épsilon ou eta, ômicron ou ômega).

Em última análise, os temas são tão variados e múltiplos que, além de algumas raras monografias, publicadas principalmente em italiano (cf. GRECO, 1992; LAMBOLEY, 1996; GUZZO, 2011; LA TORRE, 2011; TORELLI, 2011; D'ERCOLE, 2012; GUZZO, 2016), os trabalhos mais recentes se concentram, sobretudo, em alguns aspectos pontuais, ao invés de propor sínteses globais.

Na preparação deste dossiê, foi necessário fazer escolhas desde o início. A tarefa não foi fácil, o assunto é muito vasto e não foi possível tratá-lo tendo em conta todas as suas dimensões. O desafio e a maior dificuldade dessa questão estão em tentar determinar, por meio de estudos de caso, a natureza das relações mantidas no âmbito desses fenômenos de mobilidade. O conjunto é organizado em três partes. A primeira parte (*A partida*) contém três artigos: um relacionado às questões historiográficas (**A. Esposito e A. Pollini**), um segundo focando os contatos com os povos indígenas antes do estabelecimento estável dos gregos em novas terras e da fundação de colônias (*apoikiai*) (**A. Esposito**), e um terceiro sobre a mobilidade dos fenícios no Mediterrâneo (**C. Kormikiari**). Em seguida, o dossiê segue uma organização geográfica, onde são evocadas as principais zonas de ocupação dos gregos no Mediterrâneo na época arcaica. Primeiramente, a *Itália, o primeiro destino dos colonos*: na Magna Grécia (**A. Pollini**), na Sicília (**M. B. Borba Florenzano**), e nas margens do Adriático (**M. P. Castiglioni**). A terceira parte alcança os extremos geográficos da instalação dos gregos (*Rumo ao Norte e rumo ao Oeste*), tanto ao redor do Mar Negro (**M. Dana**) quanto nas costas mediterrâneas da Gália (**C. Joncheray**). Obviamente, nosso dossiê não é em nada exaustivo, tão vasto é o assunto, e muitos outros tópicos poderiam ser mencionados (as colônias gregas na Líbia, por exemplo, os fenômenos das colônias secundárias ou sub-colônias, cf. LOMBARDO, FRISONE, 2006; COSTANZI, 2009; LUNI, 2010a; 2010b; COSTANZI, 2013).

No período clássico, a experiência da instalação de cidadãos atenienses em terras confiscadas por Atenas, as clerúquias, pertence a um tipo particular de mobilidade (**C. Saint-Pierre Hoffmann**). Ao nosso ver, é, então, interessante colocá-lo em paralelo com as experiências do período arcaico. É importante ressaltar que as *apoikiai* são baseadas em um princípio de autonomia, são órgãos políticos novos e independentes. Ao contrário de outras formas de apropriação de um novo território, como as clerúquias atenienses, onde as cidades estabelecem no território de uma outra um contingente de pessoas que permanecem cidadãos de sua cidade de origem, as colônias gregas são novas entidades politicamente independentes de sua(s) metrópole(s). É evidente que as novas instalações mantêm, contudo, seus laços culturais (como o tipo de dialeto, muitas vezes a estrutura jurídica, alguns cultos ou divindades veneradas, etc.), às vezes, preservam as alianças com as cidades de origem (**ver o artigo de M. Dana**). O vocabulário grego não leva em conta claramente essa divisão, pois as clerúquias do séc. V a.C. ainda são, de fato, chamadas *apoikiai*, mas isso não significa que a distinção não seja válida (ZURBACH, 2015).

Uma última ressalva é necessária. Estamos falando quase exclusivamente da mobilidade dos gregos e dos territórios dominados por essas populações. No entanto, na Artiguidade, além das várias populações

indígenas que estiveram diretamente em contato com os gregos nos contextos coloniais, outras civilizações tiveram igualmente experiências de mobilidade ou de expansão territorial: os fenícios fundaram Cartago na Tunísia atual, e os próprios cartagineses se apropriaram de vários lugares na África do Norte, na Península Ibérica, na Sicília e na Sardenha (**ver o artigo de C. Kormikiari**). Os etruscos partiram da região central da Itália, especialmente na atual Toscana, e ocuparam terras na Itália do Norte (a planície padana) e na Campânia; foram também comerciantes muito ativos em grande parte do Mediterrâneo central e ocidental. Por fim, os romanos começam sua expansão pela conquista de toda a península Itálica, incluindo as antigas cidades gregas do sul, submetidas ao poder romano no séc. III a.C. Deve-se levar em consideração a variedade de situações de acordo com as regiões mediterrânicas e de acordo com a cronologia. Dentro dessa ampla gama de situações, como nossos esquemas interpretativos foram aplicados? Projetado, antes de tudo, como uma introdução para delinear as análises, a partir de uma série de exemplos, este dossiê propõe conceitos e ferramentas que permitam dar conta dos últimos resultados teóricos e metodológicos relacionados à história e à arqueologia da colonização grega, mas também, tenta definir uma prática crítica desses conceitos.

### UMA ABORDAGEM MULTIFOCAL E PLURIDISCIPLINAR

Essa temática das colônias gregas levanta importantes questões não somente sobre a mobilidade dos gregos, mas também, e principalmente, sobre as diferentes perspectivas contemporâneas acerca do mundo antigo. É principalmente sobre esse aspecto que vamos nos deter no primeiro artigo deste dossiê.

Considerando os extensos contextos, geográfico, cultural e cronológico, o tema das mobilidades gregas oferece uma oportunidade para propor uma revisão dessas questões que leve em conta, também, as novas abordagens que surgiram nos últimos vinte anos. Esse balanço crítico não pode mascarar o interesse dessas novas noções, a incorporação e o uso em História Antiga de conceitos forjados em outros domínios das Ciências Humanas, a natureza transdisciplinar de nossas abordagens, tais como o uso de variadas fontes para se abrir, *in fine*, a novas perspectivas. Enfim, esse tipo de reflexão se torna ainda mais complexo pela interação de uma série de termos ligados entre si e que servem para se definirem de forma recíproca, como os termos “identidade”, “cultura” e “etnia” ou “etnicidade”, solidários, mas não sinônimos, e cujas configurações variáveis geram novas distinções (*cf.* ÉTIENNE, 2010; MALKIN, MÜLLER, 2012).

É natural, portanto, que a preocupação principal, no cerne da maioria de volumes recentes sobre a mobilidade grega antiga, esteja em estabelecer um panorama dos nossos avanços científicos, mas a partir de abordagens díspares. A instalação de comunidades gregas nas margens do Mediterrâneo foi um grande processo histórico que levou a profundas mudanças sociais, econômicas e culturais. Sendo o tema, por definição, multifacetado, é necessário abordá-lo sob o prisma de suas diferentes manifestações históricas, recorrendo a fontes e documentos muito variados. É por isso que pouco menos de dez especialistas se



reuniram em torno de Sophie Collin-Bouffier para elaborar um estudo sobre a colonização e as diásporas gregas (COLLIN-BOUFFIER, 2012). Construído de acordo com uma divisão regional, o volume aborda os modos de organização política e econômica, as práticas culturais, as redes de trocas do Gibraltar ao Indo (do século VIII a.C. ao fim do século III a.C.). Sem desconsiderar as divergências próprias ao fenômeno, os gregos tinham padrões de assentamento que podiam variar em função da época e da região. Cada um dos capítulos que compõem essa obra considera essa variação sob um ângulo específico, para oferecer ao leitor uma síntese bem informada.

Em Lille, o congresso da SoPHAU (Associação francesa dos professores universitários de história antiga), realizado na Universidade Charles de Gaulle-Lille 3 e organizado por Laurianne Martinez-Sève, reuniu cerca de vinte especialistas no assunto, principalmente historiadores, mas também alguns arqueólogos. Na publicação final (MARTINEZ-SÈVE, 2012), esses especialistas traçaram um balanço historiográfico, abordando, simultaneamente, os novos dados, com o objetivo de compreender, de maneira crítica, as problemáticas mais recentes. Além disso, tratava-se de incitar o diálogo entre especialistas do Mediterrâneo arcaico com aqueles do Oriente helenístico, e reciprocamente. Suas contribuições abordam também a mobilidade das comunidades gregas estabelecidas em um espaço amplo, da Espanha à Ásia Central, e cobrindo todo o mundo grego. A obra propõe, para um período longo, que se estende por aproximadamente seis séculos, um vasto panorama sobre as modalidades de instalação e seus destinos, as relações com as populações locais, a apropriação de novos territórios, a construção de novas identidades culturais. Depois de uma seção introdutória, abordando tanto questões de vocabulário quanto questões conceituais contemporâneas, como centro e periferia, ou revisitando as tradições mitológicas, as representações mentais e simbólicas – que presidiram a mobilização dos gregos – e o papel do santuário délfico nessas dinâmicas, vêm vários capítulos organizados de maneira regional: o Mediterrâneo central e oriental, o Mar Negro e a Propôntida, os Balcãs, o Egito... Para cada uma dessas regiões, um objetivo duplo impulsiona as sínteses dos autores: traçar avaliações historiográficas e científicas, e destacar os desenvolvimentos atuais da pesquisa, levando em conta, entre outras coisas, as redes de relações e de solidariedade ao longo do mundo mediterrânico e ao longo do Oriente Médio.

Em Nanterre, o congresso organizado por Laurent Capdetrey e Julien Zurbach (CAPDETREY, ZURBACH, 2012) resultou em uma obra coletiva que se apresenta, também, tanto como um balanço historiográfico e epistemológico quanto como uma oportunidade para aprofundar e avaliar conceitos largamente utilizados na literatura atual. Em primeiro lugar, aqueles das redes (redes comerciais, intelectuais, alianças políticas) estão no centro da maior parte das contribuições, de maneira mais ou menos explícita. O volume oferece, assim, uma síntese crítica das reflexões e dos avanços sobre essas questões, mas também sobre as noções de mobilidade e de etnicidade, e sobre a contribuição desses conceitos para o estudo das comunidades gregas e de sua evolução entre o período arcaico e o início do período helenístico.

O arco cronológico é deliberadamente amplo para permitir uma reflexão sobre as transformações das formas de mobilidade – individuais ou coletivas – dos gregos, ao longo do tempo e em todo o Mediterrâneo (*cf.* as propostas de L. Capdetrey, na introdução). Os vários autores abordam as noções-chave da obra – redes, mobilidade, etnicidade – nos respectivos domínios de pesquisa, a partir de um tema específico (as ânforas, o mobiliário funerário, a demografia, as fontes, etc.), mas, sobretudo, para a maioria deles, em um processo que convida também a definir uma prática crítica desses mesmos conceitos.

No âmbito dos concursos para se tornar professor no ensino secundário francês (o *CAPES* e a *Agrégation*), a publicação, em 2012, de vários livros em língua francesa dedicados às diásporas gregas teve como consequência chamar a atenção sobre uma série de problemáticas que, apesar do interesse de diversos pesquisadores, eram assuntos restritos somente a especialistas. Nesses volumes, tratou-se de incitar o diálogo entre um arqueólogo e um historiador, um especialista da literatura e um ceramólogo, um epigrafista e um numismata. A arqueologia (por meio do estudo das necrópoles, da cultura material, dos mobiliários funerários, das cerâmicas, das organizações urbanas e territoriais) constitui, de fato, um recurso fundamental, uma vez que permite encontrar, em campo, os vestígios dos estabelecimentos fundados pelos gregos, e apreender, por intermédio das produções materiais, a natureza dos contatos interculturais com as sociedades indígenas. Ela representa uma fonte primordial para os primeiros contatos, para as questões ligadas à cronologia de uma fundação ou à expansão territorial de uma nova cidade, especialmente no que diz respeito ao período arcaico. Mas ela é passível de debate e condicionada pelas tradições intelectuais específicas a cada período e, por vezes, a cada área. As inscrições, que são testemunhos diretos, também fornecem informações de interesse preponderante para compreender o funcionamento de algumas cidades, as relações políticas e diplomáticas, a organização social, as conexões entre as redes de circulação, práticas comerciais e desenvolvimento da escrita. Os dados mais numerosos provêm principalmente das fontes literárias, dos autores mais antigos – incluindo algumas informações dos poetas Homero e Arquíloco – mas principalmente dos historiadores, Heródoto e Tucídides, e dos filósofos, Platão e Aristóteles.

Além disso, o tema das diásporas impõe imediatamente uma abordagem multifocal e pluridisciplinar. Seu estudo apresenta muitas dificuldades: de fato, é importante ter-se em mente as diferenças, por vezes bastante grandes, entre as datas de fundação das diferentes colônias estudadas, mas também os contrastes entre suas origens diversas, sua integração no seu contexto regional, suas aproximações e seus conflitos. Existe, igualmente, um claro desequilíbrio nos *corpus* de fontes, assim como na bibliografia disponível, dependendo das cidades consideradas.

Os contatos com o mundo grego assumiram formas diversas e descontínuas: relações de troca, conflitos militares ou deslocamentos individuais. Esses contatos interculturais, vistos através das relações dialéticas com os indígenas, implicavam diversas interações – e não somente “influências” – exercidas reciprocamente, o que não excluía a existência de passarelas entre os diferentes grupos étnicos, incluindo a

existência de casamentos inter-étnicos e de alianças matrimoniais (ESPOSITO, ZURBACH, 2010 ; ESPOSITO, POLLINI, no prelo). O casamento aparece, de fato, como uma das formas preferidas da mestiçagem étnica: ele pôde facilitar os processos de mobilidade entre as elites. Esses contatos interculturais podiam, portanto, dar origem a fenômenos de integração ou de rejeição, mas os dois casos recobriam fenômenos mais complexos, como a apropriação e a ressemantização pelas elites indígenas de elementos materiais (e imateriais) gregos, servindo para sua própria ideologia (o *symposion*, por exemplo: ESPOSITO, 2015), ou mesmo a integração, na cidade grega, de populações não-gregas, originando situações linguísticas complexas. Os limites territoriais e étnicos não constituíram barreiras intransponíveis.

O dossiê que apresentamos tem o objetivo de propor uma análise dos modos de elaboração da identidade grega em ambiente colonial que leve em conta a complexidade das situações estudadas. Certamente, o objetivo é fazer eco aos desenvolvimentos recentes da pesquisa na França sobre os temas relacionados à mobilidade dos gregos. Mas este dossiê pretende também incitar um diálogo, em si multidisciplinar, convidando os colegas brasileiros, com uma longa tradição de estudos sobre as colonizações modernas e interessados nos fenômenos coloniais antigos, a emitir reações e comparações, assim como reflexões sobre as práticas teóricas que envolvem toda e qualquer experiência colonial. A leitura das respostas às diversas situações de contato intercultural – entre gregos, fenícios, etruscos, indígenas –, nos diferentes contextos geográficos e históricos, só pode contribuir para uma melhor compreensão dos fenômenos de mobilidade no Mediterrâneo Antigo, desde que, no entanto, se insista nas variações (de acordo com a época e, para cada período, de acordo com os agentes e os parceiros das trocas). Certamente, os conceitos mobilizados nas diferentes áreas selecionadas não são exatamente equivalentes, mas a análise atribuída a eles deve permitir gerar analogias e diferenças por vezes decisivas, significativas. Trata-se, portanto, a nosso ver, de um campo de estudo particularmente fértil. A diversidade das experiências apresentadas aqui mostra a grande variedade dos campos de experimentação da mobilidade humana antiga e o dinamismo de certas sociedades antigas. Quais orientações dar à pesquisa? Quais metodologias? Ainda assim, este é um processo em curso, um *work in progress*. Tal pesquisa se insere em uma reflexão mais ampla sobre a natureza das trocas e das redes no espaço mediterrânico.

**BIBLIOGRAFIA**

- BOUFFIER, SOPHIE. « Migrations et mobilités antiques: l'exemple des Grecs en Méditerranée ». In: DOMINIQUE GARCIA et HERVÉ LE BRAS (ed.), *Archéologie des migrations*. Paris: La Découverte/Inrap, 2017, p. 153-166.
- CAPDETREY, LAURENT et ZURBACH, JULIEN (eds.). *Mobilités grecques. Mouvements, réseaux, contacts en Méditerranée, de l'époque archaïque à l'époque hellénistique. Scripta Antiqua, 46*, Bordeaux: Ausonius, 2012.
- COLLIN-BOUFFIER, SOPHIE (ed.). *Les diasporas grecques du détroit de Gibraltar à l'Indus, VIII<sup>e</sup> siècle av. J.-C.- fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C. Pour les concours. Série Cours*, Paris: Sedes, 2012.
- COSTANZI, MICHELA. « Les fondations grecques de deuxième degré en Italie du Sud et en Sicile: amies des "autres", ennemies des Grecs? ». *REA* 111, 2009, p. 429-451.
- COSTANZI, MICHELA. « Invitation à une nouvelle réflexion sur les fondations grecques en Libye ». *Revue des études grecques* 126, 2013, p. 345-370.
- D'ERCOLE, MARIA CECILIA. *Histoires méditerranéennes: aspects de la colonisation grecque de l'Occident à la mer Noire, VIII-IV<sup>e</sup> siècles av. J.-C.*, coll. *Les Hespérides*, Paris: Errance, 2012.
- DE ANGELIS, FRANCO. « *E pluribus unum: the multiplicity of models* ». In: LIEVE DONNELLAN, VALENTINO NIZZO and GERT-JAN BURGERS (eds.). *Conceptualising early colonisation, Contextualising early colonisation II*. Bruxelles: Institut historique belge de Rome, 2016, p. 97-104.
- DOMÍNGUEZ, ADOLFO J. « The origins of Greek colonisation and the Greek polis: some observations ». *Ancient West and East (AWE)* 10, 2011, p. 195-207.
- DONNELLAN, LIEVE, NIZZO, VALENTINO et BURGERS, GERT-JAN (eds.). *Contexts of early colonization. Contextualizing early colonization I*. Rome: Palombi, 2016a.
- DONNELLAN, LIEVE, NIZZO, VALENTINO et BURGERS, GERT-JAN (eds.). *Conceptualising early colonisation. Contextualizing early colonization II*. Bruxelles: Institut historique belge de Rome, 2016b.
- ESPOSITO, ARIANNA (ed.). *Autour du "banquet": modèles de consommation et usages sociaux*. Dijon: Éditions universitaires de Dijon, 2015.
- ESPOSITO, ARIANNA et POLLINI, AIRTON. « Relations interculturelles en Grande Grèce et Sicile ». In: ANTONIO GONZALES et MARIA TERESA SCHETTINO (eds.). *Le point de vue de l'autre. Relations culturelles et diplomatiques. Dialogues d'Histoire Ancienne, Supplément 9*, Besançon: Presses universitaires de Franche-Comté, 2013, p. 17-38.
- ESPOSITO, ARIANNA et POLLINI, AIRTON. « Penser les métissages en Grande Grèce et en Sicile ». In: SILVIA CAPANEMA, QUENTIN DELUERMOZ, et alii (eds.). *Du transfert culturel au métissage. Concepts, acteurs, pratiques*. coll. *Histoire*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2015, p. 49-71.

- ESPOSITO, ARIANNA et POLLINI, AIRTON. « Post-colonialism from America to Magna Graecia ». In: LIEVE DONNELLAN, VALENTINO NIZZO et GERT-JAN BURGERS (eds.). *Conceptualising early colonisation*. Contextualising early colonisation II. Bruxelles: Institut historique belge de Rome, 2016, p. 61-75.
- ESPOSITO, ARIANNA et POLLINI, AIRTON (prelo). « Género, identidades y cultura material a través de algunos estudios de casos de la Península itálica ». In: MANEL GARCÍA SANCHÉZ et RENATA SENNA GARRAFFONI (eds.). *Género y cultura material*. coll. *Instrumenta*. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- ESPOSITO, ARIANNA et ZURBACH, JULIEN. « Femmes indigènes et colons grecs: quelques observations ». In: PIERRE ROUILLARD (ed.). *Portraits de migrants, portraits de colons*. coll. *Colloques de la Maison René-Ginouvès*. 6, 2, Paris: De Boccard, 2010, p. 51-70
- ÉTIENNE, ROLAND (ed.). *La Méditerranée au VII<sup>e</sup> siècle av. J.-C. essais d'analyses archéologiques*. Travaux de la Maison René Ginouvès, 7. Paris: De Boccard, 2010a.
- ÉTIENNE, ROLAND. « Historiographie, théories et concepts ». In: ROLAND ÉTIENNE (ed.). *La Méditerranée au VII<sup>e</sup> siècle av. J.-C. Essais d'analyses archéologiques*. coll. *Travaux de la Maison René Ginouvès*, 7. Paris: De Boccard, 2010b, p. 3-26.
- ÉTIENNE, ROLAND. « Connectivité et croissance: deux clés pour le VIII<sup>e</sup> s.? ». In: LIEVE DONNELLAN, VALENTINO NIZZO et GERT-JAN BURGERS (eds.). *Conceptualising early colonisation*. Contextualising early colonisation II. Bruxelles: Institut historique belge de Rome, 2016, p. 89-95.
- GRECO, EMANUELE. *Archeologia della Magna Grecia*. Rome-Bari: Laterza, 1992.
- GRECO, EMANUELE. « On the Origin of the Western Greek Poleis », *Ancient West and East (AWE)*, 10, 2011, p. 233-242.
- GUZZO, PIER GIOVANNI. *Fondazioni greche. L'Italia meridionale e la Sicilia (VIII e VII sec. a.C.)*. coll. *Studi superiori*, 691, *Archeologia*. Roma: Carocci editore, 2011.
- GUZZO, PIER GIOVANNI. *De Pithécusses à Pompéi*. Histoires de fondations. Quatre conférences au Collège de France (Paris, 2014). coll. *Études*, 10. Naples: Centre Jean Bérard, 2016.
- HALL, JONATHAN M. *Ethnic identity in Greek antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- JONES, SÍAN. *The Archaeology of ethnicity*. Constructing identities in the past and present. Londres: Routledge, 1997.
- LA TORRE, GIOACCHINO FRANCESCO. *Sicilia e Magna Grecia*. Archeologia della colonizzazione greca d'Occidente. coll. *Manuali Laterza*. Roma: Laterza, 2011.
- LAMBOLEY, JEAN-LUC. *Les Grecs d'Occident. La période archaïque*. Paris: Cedes, 1996.
- LOMBARDO, MARIO et FRISONE, FLAVIA (eds.). *Colonie di colonie*. Le fondazioni sub-coloniali greche tra colonizzazione e colonialismo. Lecce: Congedo editore, 2006.

- LUNI, MARIO (ed.). *Cirene nell'Antichità: XI Convegno internazionale di archeologia cirenaica, 30 giugno-2 luglio 2006. Cirene "Atene d'Africa"*, 2. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2010a.
- LUNI, MARIO (ed.). *Cirene e la Cirenaica nell'Antichità: XI Convegno internazionale di archeologia cirenaica, 30 giugno-2 luglio 2006. Cirene "Atene d'Africa"*, 3. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2010b.
- MALKIN, IRAD. « Exploring the validity of the concept of 'foundation': a visit to Megara Hyblaia ». In: VANESSA B. GORMAN et ERIC W. ROBINSON (eds.). *Oikistes: studies in constitutions, colonies, and military power in the ancient world, offered in honor of A.J. Graham*. coll. *Mnemosyne. Supplementum*, 234, Leiden: Brill, 2002, p. 195-225.
- MALKIN, IRAD. « Postcolonial Concepts and Ancient Greek Colonization ». *MLQ: Modern Language Quarterly* 65, 3, 2004, p. 341-364.
- MALKIN, IRAD et MÜLLER, CHRISTEL. « Vingt ans d'ethnicité: bilan historiographique et application du concept aux études anciennes », In: LAURENT CAPDETREY et JULIEN ZURBACH (eds.). *Mobilités grecques. Mouvements, réseaux, contacts en Méditerranée, de l'époque archaïque à l'époque hellénistique*. coll. *Scripta Antiqua*, 46, Bordeaux: Ausonius, 2012, p. 25-37.
- MARTINEZ-SÈVE, LAURIANNE (ed.). *Les Diasporas grecques du VIII<sup>e</sup> à la fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C.* Pallas, 89. Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 2012.
- OSBORNE, ROBIN. « Early Greek Colonization? The Nature of Greek Settlement in the West ». In NICK FISHER et HANS VAN WEES (eds.). *Archaic Greece: New Approaches and New Evidence*. Londres: Duckworth, 1998, p. 251-269.
- TORELLI, MARIO. *Dei e artigiani: archeologie delle colonie greche d'Occidente*. coll. *Grandi Opere*. Bari: Laterza, 2011.
- YNTEMA, DOUWE GEERT. « Mental landscapes of colonization: the ancient written sources and the archaeology of early colonial-Greek southeastern Italy », *Babesch*, 75, 2000, p. 1-49.
- ZURBACH, JULIEN. « Confiscation, conquête et colonisation dans les cités grecques », *Mélanges de l'École française de Rome - Antiquité* [on line], 127-2 | 2015, URL : <<http://mefra.revues.org/2857>>

---

Recebido em: 21/07/2017

Submitted in: 21/07/2017

Aprovado em: 01/11/2017

Aproved in: 01/11/2017

Publicado em: 24/06/2018

---

Published in: 24/06/2018

FIGURAS

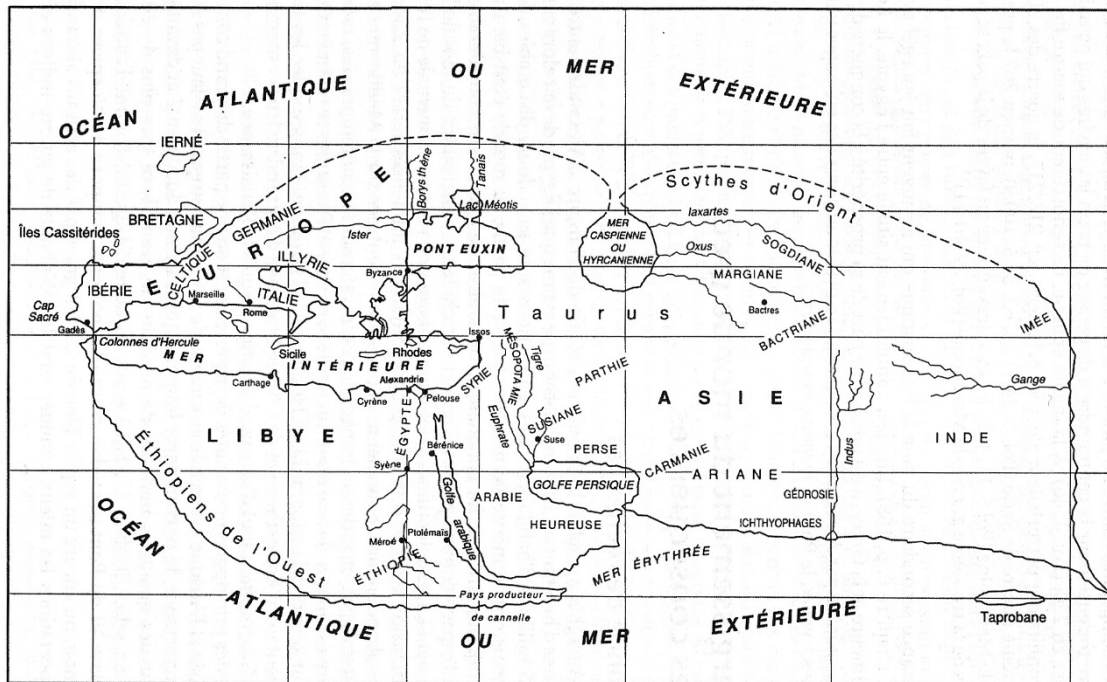


Figura 01: Mapa do mundo conhecido (oikoumene) de acordo com as descrições na obra do geógrafo Estrabão (segundo Chr. Jacob, *Géographie et ethnographie en Grèce ancienne*, Paris, A. Colin, 1991, p. 113).

A COLONIZAÇÃO GREGA

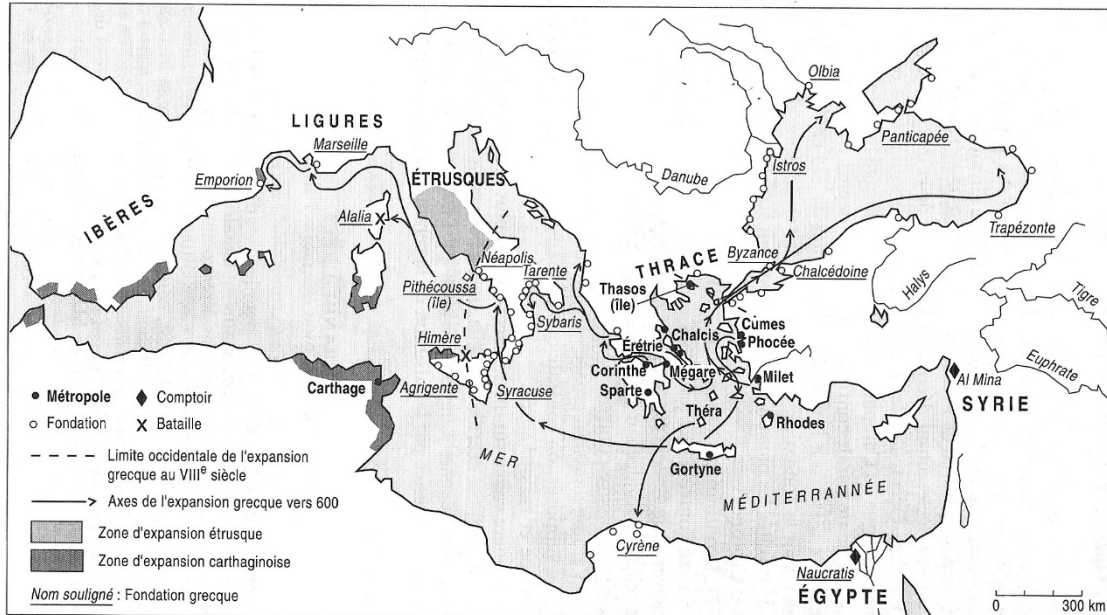


Figura 02: Mapa da colonização grega no período arcaico (segundo M.-Fr. Baslez, *Histoire politique du monde grec antique*, Paris, Nathan, 2004, p. 53).

**DIASPORA, COLONIE, COLONISATION : DÉFIS ET ENJEUX D'UN LEXIQUE**  
**DIASPORA, COLONY, COLONIZATION: CHALLENGES AND QUESTIONS OF VOCABULARY**  
*(Diáspora, colônia, colonização: desafios e questões de um léxico)*

Arianna Esposito  
Airton Pollini

Vol. XIV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412





## Diaspora, colonie, colonisation : défis et enjeux d'un lexique

Arianna Esposito<sup>1</sup>

Airton Pollini<sup>2</sup>

**Résumé :** Le recours à l'expression « diaspora » dans le cadre de certaines études récemment publiées en France et ailleurs constitue une tentative évidente d'éviter le terme « colonisation ». Si le mot colonisation n'est pas neutre, le mot diaspora est-il pertinent pour parler des établissements grecs antiques, notamment à l'époque archaïque ? Le problème lexical est bien évidemment un des axes majeurs de la recherche contemporaine et il conditionne en grande mesure l'appréciation que l'on peut se faire des différentes expériences de mobilité des contingents de populations grecques en Méditerranée. Le présent article propose une réflexion lexicale, tant sur les catégories heuristiques que sur le vocabulaire grec.

**Mots-clés :** Colonie ; Colonisation ; Diaspora.

**Resumo:** O recurso ao termo "diáspora" no contexto de alguns estudos recentemente publicados na França e em outros lugares constitui uma clara tentativa de evitar o termo "colonização". Se a palavra colonização não é neutra, em razão de sua historiografia recente, seria o termo diáspora pertinente para falar dos antigos assentamentos gregos, especialmente no Período Arcaico? O problema lexical é evidentemente uma das principais áreas da pesquisa contemporânea e ele condiciona em grande medida a apreciação que podemos fazer das diferentes experiências de mobilidade de contingentes de população grega no Mediterrâneo. Eis por que nos parece oportuno começar por essas questões de vocabulário.

**Palavras-chave:** Colônia; Colonização; Diaspora.

**Abstract:** The use of the expression "diaspora" in the context of some recently published works in France and elsewhere constitutes an obvious attempt to avoid the term "colonization". If the word colonization is not a neutral one, is that of "diaspora" suitable to refer to ancient Greek establishments, especially in the Archaic period? The lexical problem is obviously one of the major issues of contemporary research and it determines, to a considerable degree, the appreciation one can have of the different types of mobility of Greek populations in the Mediterranean. This paper proposes a lexical analysis, both on the heuristic categories and on the Greek vocabulary.

**Keywords:** Colony; Colonization; Diaspora.

On ne peut qu'être frappé par l'impact que le renouveau d'intérêt pour les questions coloniales a eu sur le champ des études du monde grec antique, notamment par les approches dites postcoloniales (SPIVAK et HARASYM, 1990 ; SAID, 1993 ; SPIVAK, 1999 ; BHABHA, 2004 ; LOOMBA, 2005 ; SPIVAK, 2006, mais aussi SAHLINS, 1995. Pour ce qui relève de l'impact de ces études sur l'analyse des établissements coloniaux grecs, voir une synthèse dans MALKIN, 2004). Les pays européens ont constitué et perdu leurs empires dans

<sup>1</sup> Maître de conférences d'archéologie classique à l'Université de Bourgogne – Franche-Comté, Dijon, UMR 6298 ARTEHIS, France.

<sup>2</sup> Maître de conférences d'histoire de l'Antiquité grecque à l'Université de Haute-Alsace (Université de Haute-Alsace, Université de Strasbourg, CNRS ArchiMedE UMR 7044 Mulhouse), France.

les conditions que l'on connaît : par conséquent le mot « colonisation », appliqué aux mondes anciens, ne peut qu'être perçu comme problématique pour traduire le terme d'*apoikia* – qui désigne, en grec, le groupe de ceux qui sont partis loin de chez eux pour s'installer ailleurs. Cette relecture, nourrie par les débats contemporains sur l'identité grecque, y compris en contexte colonial (cf. MALKIN, 2001 ; MÜLLER et PROST, 2002 ; LOMAS, 2004 ; RUBY, 2006 ; HALL, 2007 ; GRUEN, 2011 ; MÜLLER et VEISSE, 2014), a imposé une reconsidération de notre vocabulaire notamment à travers la remise en cause des anciens paradigmes issus de l'historiographie, au point que les termes mêmes de « colons » ou de « colonisation » s'en trouvent parfois bannis.

Pour analyser les établissements grecs en dehors du bassin égéen, un problème de terminologie très important se pose ainsi d'emblée. Tout d'abord, les mots grecs utilisés par les auteurs anciens ne sont pas toujours très clairs sur les réalités qu'ils décrivent (CASEVITZ, 1985 ; CASEVITZ, 2009). De plus, les sources écrites sont très tardives par rapport aux premières expériences outre-mer des Grecs. Outre quelques œuvres comme les épopées d'Homère (*Illiade* et *Odyssée*)<sup>3</sup> et les poèmes d'Hésiode (*Théogonie*, *Les Travaux et les jours*), seuls de rares fragments d'auteurs poétiques d'époque archaïque, comme Archiloque de Paros, nous sont parvenus<sup>4</sup>. Ces textes cependant ne nous renseignent que de façon très partielle sur les phénomènes de déplacement de contingents de populations grecques en Méditerranée. Les premiers récits exposant de manière plus complète des informations datent seulement du V<sup>e</sup> siècle – Hérodote (cf. POLLINI, 2009) et Thucydide – mais la majorité des descriptions préservées sont encore plus tardives. Il s'agit notamment du grand ouvrage de Strabon, la *Géographie*, dont les dix-sept volumes ont été presque entièrement conservés et qui date de l'époque d'Auguste et de Tibère, au début du I<sup>er</sup> siècle apr. J.-C.<sup>5</sup> Nous pouvons aussi souligner l'importance des œuvres fragmentaires de deux historiens de langue grecque : Polybe, *Histoires* (II<sup>e</sup> siècle av. J.-C.), et Diodore de Sicile, *Bibliothèque historique* (I<sup>er</sup> siècle av. J.-C.). Certes, tous ces auteurs reprennent, parfois même en citant explicitement, des auteurs plus anciens dont l'œuvre est perdue, mais il s'agit de références à des écrits d'époque classique, datant des V<sup>e</sup> et IV<sup>e</sup> siècles av. J.-C. Le problème est le même pour l'époque hellénistique. Pour cette période, les principales sources qui nous informent sur ce phénomène, même si elles citent des auteurs grecs contemporains des faits, datent de l'Empire romain. C'est le cas, en particulier, des œuvres d'Arrien, *Anabase*, pour les conquêtes d'Alexandre, et de Flavius Josèphe, *Antiquités judaïques*, pour l'histoire des Juifs en rapport avec les Grecs, au Proche-

<sup>3</sup> Sur la possibilité de situer les épisodes de la geste d'Ulysse dans la géographie réelle de la Méditerranée, voir BÉRARD, 1927 et plus récemment SAÏD, 2010, p. 220-225.

<sup>4</sup> Sur Archiloque, voir ROUGIER-BLANC et VISA-ONDARÇUHU, 2008, en particulier ROUGIER-BLANC, 2008 ; sur une interprétation récente des informations qu'il a pu conserver sur les mouvements coloniaux, voir D'ERCOLE, 2010 ; D'ERCOLE, 2012, p. 25-26 et 51.

<sup>5</sup> Sur l'idée de l'histoire des colonies de Grande-Grèce d'après le récit de Strabon, voir en particulier nos travaux : POLLINI, 2017, avec bibliographie antérieure.

Orient et en Égypte. Or, pour l'époque hellénistique, nous avons un nombre beaucoup plus important d'inscriptions, aussi bien des textes officiels gravés sur un matériau non périssable – surtout sur la pierre – que des papyrus conservés en Égypte, ainsi que quelques lettres sur plomb pour la mer Noire (**voir l'article de M. Dana**). Si cette documentation demeure exceptionnelle pour l'histoire ancienne, son interprétation n'est cependant pas toujours aisée, et les informations apportées par ces documents pour l'époque hellénistique ne sont que rarement utiles à l'historien pour appréhender des phénomènes propres aux périodes archaïque et classique.

### LES TERMES GRECS

Deux familles lexicales désignent les processus de fondation coloniale, *ktizo* et *oikeo-oikizo* (CASEVITZ, 1985). Si la famille de *ktizo/ktisis* est employée par les sources les plus anciennes, à partir de l'époque classique, le terme *apoikia* devient le plus utilisé pour désigner l'établissement colonial. La racine *oikos* fait référence à la maisonnée, appréhendée de manière globale, soit les terres, l'habitation et l'ensemble des propriétés. Ainsi, le terme *apoikia* peut être traduit littéralement par « habitation détachée ». Il implique l'installation dans un autre endroit et fait référence aux établissements grecs qui sont politiquement indépendants de leur métropole (littéralement, la « cité mère »).

En revanche, souvent, les textes grecs utilisent simplement le mot *polis* dont l'interprétation et la traduction divisent depuis longtemps les historiens de l'Antiquité. Doit-on accepter la remise en cause de plus en plus fréquente de la traduction traditionnelle de *polis* par « cité-État » ? *Polis* est un terme qui englobe l'ensemble des citoyens d'une communauté (cf. MURRAY et PRICE, 1992 ; HANSEN, 2001 ; BROCK, 2013). *Polis* est par ailleurs le terme utilisé pour désigner aussi bien les cités grecques du bassin égéen que celles fondées par un contingent de personnes ayant quitté ces mêmes régions. Ainsi, nombreux sont les cas où il n'y a aucune différence de vocabulaire pour définir les métropoles et les colonies.

Pour désigner les individus qui sont partis, les termes utilisés proviennent de la même famille qu'*apoikia* : *apoikoi*, les premiers colons, *epoikoi*, les colons d'une deuxième vague. Pour le fondateur, en charge d'organiser l'expédition, on utilise le terme *oikistes*.

Enfin, assez souvent, les textes décrivent l'acte de fondation ; le verbe utilisé est alors *ktizein*, ou la fondation même. On retrouve ainsi le terme *ktisis*, tandis que *ktistes* désigne celui qui participe à la fondation. Cette famille lexicale est utilisée dès Homère, avec probablement une racine remontant au linéaire B des Mycéniens, et elle est associée à la notion d'un territoire, d'un espace à aménager.

Les textes conservés utilisent tous ces mots pour des réalités proches, ce qui rend parfois compliqué d'en cerner les spécificités. Surtout, nous ne pouvons pas avancer nos interprétations contemporaines en

utilisant uniquement des termes grecs. Il faut donc les traduire et employer les mots de nos langues modernes.

### COLONIE

Le terme « colonie » est dérivé du latin *colonia* et, chargé des connotations que l'histoire des empires coloniaux modernes ont fait émerger, il ne rend que très imparfaitement la signification du terme grec *apoikia*. En latin, le mot *colonia* vient lui-même du verbe *colere*, cultiver, puis habiter. La colonie latine d'époque républicaine désigne les groupes d'individus envoyés dans les contrées conquises par le pouvoir romain pour en assurer la sécurité. Dans le monde romain, et donc en latin, la colonie fait explicitement référence à un territoire conquis par les Romains et soumis à leur contrôle. C'est évidemment à partir de ce modèle romain que les auteurs d'époque moderne ont utilisé le terme de colonie pour nommer les possessions européennes en Amérique. Cela étant, il est évident que ni le mot ni le modèle ne sont pertinents lorsque, en histoire grecque, l'on a affaire à des phénomènes d'époque archaïque et aux cités grecques indépendantes de leur métropole. Dans ce cas, soit on devrait toujours recourir aux termes grecs, solution peu satisfaisante, soit il conviendrait de définir ce que l'on entend par colonie quand on parle des cités grecques coloniales d'époque archaïque.

### COLONISATION

Si le terme « colonie » pose problème, la possibilité de trouver une dénomination générale pour l'ensemble du processus d'installation des Grecs sur les rives de la Méditerranée est encore plus difficile (cf. SOMMER, 2011 ; VAN DOMMELEN, 2012). Le mot « colonisation » a ainsi persisté faute de mieux. Anachronique par excellence, il renvoie encore plus fortement aux mouvements coloniaux des époques moderne et contemporaine. Utiliser le mot « colonisation » impliquerait, implicitement, l'adhésion à une interprétation qui est loin de faire l'unanimité entre les spécialistes, et cela en dépit des mises au point historiographiques qui, depuis M. Finley ou E. Lepore (FINLEY, 1976 ; LEPORE, 1981), ont amplement insisté sur les précautions de langage et les différences fondamentales qui distinguent les colonisations modernes et contemporaines des mouvements de colonisation antique.

Le problème relève de l'idée selon laquelle le déplacement de larges contingents de populations grecques à l'époque archaïque était fait de façon organisée par les métropoles. Et là, la question chronologique est centrale. Les antiquisants ne sont aujourd'hui pas en mesure de déterminer de façon certaine la chronologie de l'émergence de la cité-État grecque comme phénomène politique, en tant que forme particulière d'organisation d'une communauté (cf. POLIGNAC, 1995 ; GRECO 2012). Les recherches

archéologiques les plus récentes tendent à montrer des regroupements d'édifices indépendants les uns des autres déjà à une époque très haute, dès le IX<sup>e</sup> siècle av. J.-C. L'exemple le plus important se trouve à Zagora, sur l'île d'Andros, dans les Cyclades<sup>6</sup> (**Fig. 1**). Les vestiges archéologiques ne donnent évidemment pas de précisions sur le caractère de l'organisation politique des populations qui occupaient ces lieux : la place laissée aux interprétations est de ce fait considérable et, par conséquent, ces dernières sont souvent très différentes. Ainsi, certains chercheurs voient dans ces vestiges l'état embryonnaire de l'organisation de communautés indépendantes et autonomes, c'est-à-dire la cité-État (*polis* en grec). Les chercheurs qui soulignent le caractère organisé et développé des communautés grecques dès les époques les plus anciennes n'ont généralement pas de difficulté à imaginer que ces communautés étaient capables d'organiser une expédition coloniale outre-mer. D'autres, en revanche, s'interrogent sur la capacité de ces communautés à organiser une entreprise si complexe comme l'envoi d'un important contingent de personnes. R. Osborne (OSBORNE, 1998 et 2016) propose que le terme « colonisation » soit complètement effacé des livres d'histoire grecque archaïque. L'historien anglais interprète les premières mobilités des Grecs en Méditerranée au VIII<sup>e</sup> siècle av. J.-C. comme étant le fait de choix individuels et non pas de décisions prises par les communautés politiques de la métropole. En réponse aux affirmations de R. Osborne, il est possible d'argumenter que, en amont, l'envoi même d'un groupe de personnes devait contribuer à définir, dans la métropole, ceux qui ont et ceux qui n'ont pas le droit de citoyenneté, ce qui constitue donc l'origine de la cité-État, une communauté de citoyens. On aurait tort de vouloir ignorer les facteurs démographiques (répartition de la population et surpopulation), agraires (la *stenochoria*, cf. ZURBACH, 2008 et 2017) ou d'éradiquer les facteurs politiques, avec l'implication des cités dans l'organisation des départs coloniaux et la volonté de recherche de débouchés commerciaux. Ainsi A. J. Domínguez, I. Malkin, E. Greco et M. Lombardo plaident quant à eux pour une réhabilitation du terme « colonisation », critiquant sévèrement les travaux de R. Osborne (GRECO et LOMBARDO, 2010 ; DOMÍNGUEZ, 2011, p. 200 ; MALKIN, 2016).

Pour donner un exemple précis, considérons la légende de fondation de Tarente, en Italie du Sud (Strabon, VI, 3, 2). D'après le récit, les Spartiates, après de longues années de conflits militaires pour conquérir la région voisine de la Messénie dans le Péloponnèse, rentrent chez eux et expulsent les enfants dits illégitimes, fils engendrés à la suite des relations entre les femmes spartiates et des hommes qui n'avaient pas le rang de citoyen de plein droit. Mais, dans la mesure où ces individus sont tout de même enfants de Spartiates, une solution consiste à envoyer une expédition pour fonder une nouvelle cité, autrement dit un lieu où ces hommes, considérés comme illégitimes dans la cité d'origine, peuvent acquérir le statut de

---

<sup>6</sup> Voir en particulier la synthèse d'HELLMANN, 2010, p. 183-186. Pour une vision plus générale sur les formes du phénomène urbain antique, voir aussi LAFON, *et al.*, 2011 ; LANG, 2002, p. 13-32.

citoyens. C'est précisément l'envoi de l'expédition qui, dans un mouvement dialectique, définit les critères de citoyenneté, aussi bien dans la métropole que dans la colonie, créant ainsi les bases de la *polis* grecque.

Si la question ne peut pas être tranchée de façon définitive, les historiographies française et italienne sont plutôt opposées à cette forme de « révisionnisme »<sup>7</sup> de la colonisation grecque archaïque, notamment à partir de l'observation des phénomènes urbains des cités coloniales (TRÉZINY, 2005). De ce point de vue, les données issues des fouilles archéologiques françaises de Mégara Hyblaea en Sicile (GRAS, TRÉZINY et BROISE, 2004) ont été interprétées comme le premier témoignage d'une ville dont l'espace urbain est organisé de façon régulière, avec des lots urbains de taille égale (**Fig. 2**). Cette division de l'espace est datée de la fin du VIII<sup>e</sup> siècle av. J.-C. Des observations semblables peuvent être faites pour les espaces ruraux et la division de la campagne des cités-États (**voir l'article d'A. Pollini et celui de B. Florenzano** sur le cas de Syracuse). Les arguments de R. Osborne ne semblent pas suffire pour expliquer comment une communauté, qui n'aurait pas d'organisation politique, serait capable de diviser l'espace de façon régulière. Dans l'état actuel de nos connaissances, nous sommes favorables à l'idée que seule une société possédant une organisation politique assez développée peut être capable d'assigner des lots de terres réguliers à des citoyens potentiels. Si par ce biais l'on parvient à admettre que la colonie peut être une cité-État, même si elle n'en est qu'à ses débuts, rien n'empêche alors que la métropole soit également une cité-État capable de promouvoir une expédition coloniale.

### DES TERMES PLUS NEUTRES ?

Un premier moyen de sortir de l'impasse du vocabulaire colonial serait d'invoquer des nouvelles distinctions. D'autres mots peuvent ainsi être utilisés pour parler des phénomènes d'installation des Grecs outre-mer, notamment « mobilités » ou « essaimage » (*cf.* D'ERCOLE, 2007 ; D'ERCOLE, 2012), termes qui présentent sans doute un double avantage. D'une part, on évite la question épineuse de la comparaison implicite et anachronique avec la colonisation et les époques moderne et contemporaine. D'autre part, et c'est là l'avantage majeur, on inclut, dans le même mouvement, tout type de mobilité des Grecs dans le bassin méditerranéen. Par ailleurs, le mot « essaimage » peut bien rendre compte de certains phénomènes telles les fondations de fondations, pour lesquels le vocabulaire moderne apparaît toujours limité, voire inadéquat.

Ces termes font donc autant référence aux colons, établis dans de nouvelles cités grecques, qu'aux autres types d'installations. Il s'agit notamment de la reconnaissance de la contemporanéité et du parallélisme entre la « colonisation » et les réseaux de déplacements de certains groupes de personnes,

---

<sup>7</sup> Sur l'emploi de ce terme, assez connoté en histoire, pour les interprétations actuelles de la « colonisation » grecque, voir en particulier GRECO et LOMBARDO, 2010.

comme les commerçants, les mercenaires, les artisans ou artistes, les penseurs, les exilés politiques, entre autres. Ce sont aussi bien des groupes parfois contraints que des individus qui choisissent, de manière délibérée et volontaire, la mobilité (cf. MOATTI, 2004 ; MOATTI et KAISER, 2007 et MOATTI, KAISER et PÉBARTHE, 2009 ; CAPDETREY et ZURBACH, 2012 ; MOATTI, 2012) ; ils peuvent par ailleurs s'installer tant dans les colonies grecques que dans des établissements non-grecs. Ces établissements peuvent relever de plusieurs caractéristiques. Il peut s'agir de comptoirs commerciaux grecs en pays étranger, les *emporía* (BRESSION et ROUILLARD, 1993) : on songe notamment à l'*emporion* de Naucratis en Égypte, pour ne citer que le plus connu (BOWDEN, 1996 ; MÖLLER 2000 et 2005 ; HÖCKMANN, 2012). On peut aussi évoquer des cas très particuliers, comme celui d'un certain Pédon, peut-être un ancien mercenaire grec au service du pharaon égyptien Psammétique dans le courant du VII<sup>e</sup> siècle av. J.-C., qui a pu assurer des fonctions administratives dans le système de pouvoir pharaonique (AGUT-LABORDÈRE, 2012).

Au terme de cette analyse, il est important de souligner la diversité des situations dès qu'il s'agit d'analyser les conditions d'installation puis d'intégration de nouvelles populations ou d'individus dans un environnement exogène. Aussi, si ces termes ont l'avantage d'envisager en parallèle divers types de mobilité et de contribuer, par ce biais, à en définir la différence, ils présentent néanmoins l'inconvénient d'être plutôt vagues et d'inclure toutes formes de déplacement sous un même vocabulaire. Ainsi, l'utilisation de « mobilités » ou d'« essaimage » implique la nécessité de définir à chaque fois à quel type de déplacement l'historien se réfère : il lui faudra préciser s'il désigne l'installation de colons ou d'autres types d'établissements des Grecs outre-mer, dans des contextes coloniaux ou non.

Le recours à un vocabulaire à la fois plus neutre et unificateur risque donc de masquer les différences entre des réalités qui relèvent *de facto* d'une grande diversité, qu'il s'agisse des phénomènes de mobilité (fuite, exode, etc.) ou du statut même des migrants, désignés fréquemment par le terme lui-même trop général d'« étrangers ».

## DIASPORA(S)

On arrive enfin au terme retenu par une grande partie de la littérature plus récente, celui de « diaspora » (cf. DUFOIX, 2012 ; BAUMANN, 2000). Le mot, dont l'origine grecque fait référence à la dispersion (« répandre », « disperser », « semer »), est censé offrir une solution pour s'affranchir des problèmes d'un vocabulaire ressenti comme étant anachronique (colonisation) ou trop général (mobilité, essaimage). Si les intentions sont bonnes, le résultat est au premier abord le glissement d'un problème à un autre.

Le terme « diaspora », dans sa forme nominale, est utilisé pour la première fois par les communautés juives hellénophones d'Alexandrie au III<sup>e</sup> siècle av. J.-C. pour traduire en grec la Septante,

c'est-à-dire les livres de la Torah ou l'Ancien Testament. L'analyse de l'emploi de « diaspora » dans la Septante (DUFOIX, 2012) montre que le terme ne traduit jamais le vocabulaire hébreu pour l'exil (*galah*, *golah* ou *galouth*). La diaspora est toujours attachée au déshonneur et est perçue comme un élément négatif, une sorte de châtimeur dont l'origine est Dieu, Yahvé lui-même. Cependant, cette notion négative est associée à l'espoir ou à la promesse du rassemblement des exilés, avec un lien très fort à la terre d'origine. D'autre part, l'idée d'exil en hébreu est traduite en grec par des termes tels qu'*apoikia*, *metoixia* ou *paroikia*.

Ainsi, l'utilisation du mot « diaspora », si l'on s'attache à son étymologie, est toujours associée non seulement à un contexte religieux, mais surtout à la possibilité d'un retour aux terres d'origine ; ce mot exprime un fort sentiment d'appartenance à une communauté dont l'origine se trouve ailleurs, souvent en opposition aux groupes dominants des lieux habités. C'est d'ailleurs cette idée qui est souvent implicite dans l'utilisation élargie du mot, lorsqu'il est question des différentes formes de diasporas : arménienne, russe, noire africaine, marchande, entre autres. Ce sont donc essentiellement des communautés de minorités, dans le sens politique du terme, qui réclament leur légitimité par une origine commune dans un lieu autre que celui de leur résidence. C'est là le cœur du problème : ces situations ne correspondent pas aux réalités des cités grecques d'époque archaïque, où les colons deviennent des citoyens de plein droit dans les nouvelles communautés et, au contraire, ne le sont probablement plus dans les cités d'origine.

Cela étant, si l'on se place d'un point de vue historiographique, le mot « diaspora » recouvre aujourd'hui des situations très différentes, ne serait-ce que du point de vue de ses usages disciplinaires (en histoire, en sociologie, en économie par exemple). On parle ainsi de diasporas de travail, culturelles, impériales ou encore commerciales, au point que la notion de diaspora s'est aujourd'hui affranchie, en quelque sorte, de sa signification initiale (DELAMARD, 2012). De surcroît, l'expression retenue pour l'intitulé des publications françaises récentes, « les diasporas grecques » (**cf. notre texte d'introduction à ce dossier « Explorer l'histoire et l'archéologie de la colonisation grecque... »**), illustre d'emblée la perspective à adopter. Le choix du pluriel n'est pas anodin. Les migrations liées au domaine militaire ne doivent pas faire oublier toutes les autres formes de mobilités : marchands, philosophes, artisans, artistes, musiciens, techniciens ou médecins grecs. Ces individus se sont déplacés dans toute la Méditerranée et installés dans des nouvelles communautés qui les ont accueillis : les textes, inscriptions et dédicaces dans les sanctuaires le prouvent. Par ailleurs, l'identité grecque n'a pas été uniforme durant toute l'Antiquité et dans toutes les régions ; et les Grecs ont eu des modes d'implantation qui ont pu varier en fonction des époques, certes, mais également des régions et des voisins mêmes dans ces régions. Une partie de l'historiographie traditionnelle a généralement présenté les Grecs en milieu colonial comme des minorités dominantes, conquérantes, prêtes à asservir les indigènes. Les recherches actuelles sur les modes de contacts et les transferts culturels prouvent désormais que cette interprétation est à la fois trop schématique et réductrice



(cf. ÉTIENNE, 2010 ; ÉTIENNE, 2016). Le phénomène dit des contacts précoloniaux relève de situations de collaboration ou de coexistence, voire de cohabitation entre Grecs et non-Grecs (**voir l'article d'A. Esposito sur le cas de l'Italie du Sud**). Dans quelle mesure la notion historiographique de précolonisation est-elle un concept opérationnel ? Peut-elle qualifier le mouvement des Phéniciens vers la Méditerranée centrale et occidentale ? (**voir l'article de C. Kormikiari**).

Il faut, malgré toutes les réserves exprimées, le reconnaître : le concept de « diaspora » a plusieurs effets productifs. Son emploi élargit en réalité la question à d'autres problématiques que celles qui se rapportent à la seule « colonisation » grecque de l'Antiquité. Comme le souligne C. Moatti (MOATTI, 2012), il permet tout d'abord d'étendre la notion de migrants à des catégories jamais étudiées comme telles (les soldats, les administrateurs coloniaux ou impériaux, les marchands, les esclaves mêmes). En second lieu, les groupes de migrants ne sont plus abordés comme des minorités dans une société donnée, mais comme membres d'un réseau « transnational ». L'étude des pratiques diasporiques laisse ainsi percevoir une dimension plus ouverte de l'identité civique qu'elle ne l'était par le passé. Enfin, la notion de « diaspora » souligne la capacité d'organisation des peuples en mouvement.

On voit ainsi que le problème du vocabulaire est, en l'état, insoluble. Les essais récents d'utilisation de notions à première vue plus neutres que les termes à la forte connotation idéologique, comme « colonie » ou « colonisation », demeurent sujets à caution. On observe ainsi une certaine volonté de se détacher du passé colonial, notamment de la part de l'historiographie anglaise, hantée par l'empire britannique<sup>8</sup>. Les notions de mobilité, essaimage ou diaspora ne parviennent cependant pas à résoudre toutes les difficultés, ni à couvrir l'ensemble des phénomènes historiques envisagés. Ces notions font l'impasse sur la diversité des formes de mobilité que connaissent tout au long de leur histoire les cités grecques. D'autre part, il n'est pas satisfaisant non plus d'employer uniquement les mots grecs. En définitive, on constate la nécessité constante de définition du vocabulaire utilisé, à la fois pour montrer clairement à quel contexte historique on fait référence et pour décrire la grande diversité de configurations possibles qui, au cas par cas, mériteraient d'être précisées. Cela étant, « colonie » demeure l'option la moins mauvaise pour proposer une transposition du mot grec *apoikia*. « Colonie » permet par ailleurs de rendre compte du lien attesté dans le vocabulaire grec entre les *apoikiai* archaïques, classiques et hellénistiques, toujours désignées par ce même mot.

---

<sup>8</sup> Dans les milieux anglophones, empreints de l'expérience coloniale britannique, la critique à la « colonisation » grecque est souvent une critique à la figure de T. J. Dunbabin (DUNBABIN, 1948), australien et professeur à Oxford, l'incarnation même du colonisateur britannique contemporain. Voir les commentaires dans DESCOEUDRES, 1990 ; DE ANGELIS, 1998.

**BIBLIOGRAPHIE**

- AGUT-LABORDÈRE, DAMIEN. « Plus que des mercenaires ! L'intégration des hommes de guerre grecs au service de la monarchie saïte », in LAURIANNE MARTINEZ-SÈVE (éd.). *Les diasporas grecques du VIII<sup>e</sup> à la fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C., Pallas*, 89, Toulouse : Presses universitaires du Mirail, 2012, p. 293-306.
- BAUMANN, MARTIN. « Diaspora : genealogies of semantics and transcultural comparison », *NUMEN*, 47, 2000, p. 313-337.
- BÉRARD, VICTOR. *Les navigations d'Ulysse*, 4 vols, Paris : A. Colin, 1927.
- BHABHA, HOMI K. *The Location of culture*, coll. *Routledge classics*, Londres : Routledge, 2004.
- BOWDEN, HUGH. « The Greek settlement and sanctuary at Naukratis : Herodotus and archaeology », in MOGENS HERMAN HANSEN, KURT RAAFLAUB (éds.). *More studies in the ancient greek polis*, 108, Stuttgart : Franz Steiner Verlag, 1996, p. 17-37.
- BRESSON, ALAIN et ROUILLARD, PIERRE (éds.). *L'Emporion. Publications du Centre Pierre Paris*, 26, Paris : De Boccard, 1993.
- BROCK, ROGER. *Greek Political Imagery from Homer to Aristotle*, Londres : Bloomsbury Academic, 2013.
- CAPDETREY, LAURENT et ZURBACH, JULIEN (éds.). *Mobilités grecques. Mouvements, réseaux, contacts en Méditerranée, de l'époque archaïque à l'époque hellénistique. Scripta Antiqua*, 46, Bordeaux : Ausonius, 2012.
- CASEVITZ, MICHEL. *Le vocabulaire de la colonisation en grec ancien : étude lexicologique : les familles de [ktizō] et de [oikeō-oikizō]*, coll. *Études et commentaires*, 97, Paris : Klincksieck, 1985.
- CASEVITZ, MICHEL. « L'ambiguïté du vocabulaire : colonisation, colonie, colon », in PIERRE ROUILLARD (éd.). *Portraits de migrants, portraits de colons 1, Colloques de la Maison René-Ginouvès*, 2009, Nanterre, Paris : De Boccard, p. 13-16.
- DE ANGELIS, FRANCO. « Ancient past, imperial present : the British Empire in T.J. Dunbabin's *The western Greeks* », *Antiquity. A quarterly Review of Archaeology*, 72, n° 277, sept., 1998, p. 539-549.
- D'ERCOLE, MARIA CECILIA. « Mobilité et colonisation dans la Méditerranée archaïque et classique », in PIERRE ROUILLARD (éd.). *Mobilités, immobilismes. L'emprunt et son refus*, coll. *Colloques de la Maison René Ginouvès*, 3, Paris : De Boccard, 2007, p. 45-54.
- D'ERCOLE, MARIA CECILIA. "Oublie Paros". Départs, retours et conquêtes imaginaires dans la colonisation grecque archaïque et classique, in PIERRE ROUILLARD (éd.). *Portraits de migrants, portraits de colons*, coll. *Colloques de la Maison René-Ginouvès*, 6, 2, Paris : De Boccard, 2010, p. 71-90.

- D'ERCOLE, CECILIA. « L'essaimage colonial grec en Méditerranée antique : espaces, réseaux économiques, interactions culturelles », *Annuaire. Comptes rendus des cours et conférences, École des Hautes Études en Sciences Sociales 2010-2011*, 2012, p. 290-291.
- DELAMARD, JULIE. « Entretien avec Irad Malkin : Diaspora, réseau : le poids des mots, le choix des images », *Tracés. Revue de sciences humaines*, 23, 2012, p. 221-235.
- DESCOEUDRES, JEAN-PAUL (éd.). *Greek Colonists and Native Populations. Proceedings of the First Australian Congress of Classical Archaeology held in honour of Emeritus Professor A. D. Trendall, Sydney 9-14 July 1985*, Oxford : Clarendon Press, 1990.
- DOMÍNGUEZ, ADOLFO J. « The origins of Greek colonisation and the Greek polis : some observations », *Ancient West and East (AWE)*, 10, 2011, p. 195-207.
- DUFOIX, STÉPHANE. « Des usages antiques de diaspora aux enjeux conceptuels contemporains », in LAURIANNE MARTINEZ-SÈVE (éd.). *Les diasporas grecques du VIII<sup>e</sup> à la fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C., Pallas*, 89, Toulouse : Presses universitaires du Mirail, 2012, p. 17-33.
- DUNBABIN, T. J. *The Western Greeks : the history of Sicily and South Italy from the foundation of the Greek colonies to 480 B.C.*, Londres : Ares Publishers, 1948.
- ÉTIENNE, ROLAND. « Historiographie, théories et concepts », in ROLAND ÉTIENNE (éd.). *La Méditerranée au VII<sup>e</sup> siècle av. J.-C. essais d'analyses archéologiques*, coll. *Travaux de la Maison René Ginouvès*, 7, Paris : De Boccard, 2010, p. 3-26.
- ÉTIENNE, ROLAND. « Connectivité et croissance : deux clés pour le VIII<sup>e</sup> s. ? », in LIEVE DONNELLAN, VALENTINO NIZZO et GERT-JAN BURGERS (éds.). *Conceptualising early colonisation, Contextualising early colonisation II*, Bruxelles : Institut historique belge de Rome, 2016, p. 89-95.
- FINLEY, MOSES I. « Colonies. An attempt at a typology », *Transactions of the Royal Historical Society*, s.V, XXVI, 1976, p. 167-188.
- GRAS, MICHEL, TRÉZINY, HENRI et BROISE, HENRI. *Mégara Hyblaea. 5, La ville archaïque : l'espace urbain d'une cité grecque de Sicile orientale*, coll. *Mélanges d'archéologie et d'histoire. Suppléments*, 1, Rome : École française de Rome, 2004.
- GRECO, EMANUELE. « Città greche di Magna Grecia e Sicilia : caratteri e strutture », in *Magna Grecia : città greche di Magna Grecia e Sicilia*. Rome : Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.P.A, 2012, p. 55-69.
- GRECO, EMANUELE et LOMBARDO, MARIO. « La colonizzazione greca : modelli interpretativi nel dibattito attuale », in *Alle origini della Magna Grecia : mobilità, migrazioni, fondazioni. Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, L, 2010, Tarente, Naples : Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, p. 37-60.

- GRUEN, ERICH STEPHEN (éd.). *Cultural identity in the ancient Mediterranean. Issues & debates*, Los Angeles : Getty Research Institute, 2011.
- HALL, JONATHAN. « The Creation and expression of identity in the Classical world : Greece », in SUSAN E. ALCOCK, ROBIN OSBORNE (éds.). *Classical Archaeology*, coll. *Blackwell studies in Global Archaeology*, 10, Malden, MA : Blackwell Publishing, 2007, p. 337-354.
- HANSEN, MORGENS HERMAN. *Polis et cité-État. Un concept antique et son équivalent moderne*, Trad. ALEXANDRE HASNOAOUI, Paris : Les Belles Lettres, 2001.
- HELLMANN, MARIE-CHRISTINE *L'architecture grecque. 3, Habitat, urbanisme et fortifications*, coll. *Les Manuels d'art et d'archéologie antiques*, Paris : Picard, 2010.
- HÖCKMANN, URSULA. *Archäologische Studien zu Naukratis*, 3, Worms : Wernersche Verlagsgesellschaft, 2012.
- LAFON, XAVIER, MARC, JEAN-YVES et SARTRE, MAURICE. *La Ville antique*, coll. *Histoire de l'Europe urbaine*, 1. *De l'Antiquité au XVIII<sup>e</sup> siècle*, Paris : Seuil, 2011.
- LANG, FRANZISKA. Housing and settlement in archaic Greece, *Pallas. Revue d'études antiques*, 58, 2002, p. 13-32.
- LEPORE, ETTORE. « I Greci in Italia ». *Storia della società italiana. 1 L' Italia antica. 1, Dalla preistoria all'espansione di Roma*, Milan : N. Teti, 1981, p. 213-268.
- LOMAS, KATHRYN (éd.) *Greek Identity in the Western Mediterranean. Papers in Honour of Brian Shefton. Mnemosyne. Supplementum*, 246, Leiden : Brill, 2004.
- LOOMBA, ANIA. *Colonialism-postcolonialism*, 2<sup>e</sup> éd., Londres : Routledge, 2005.
- MALKIN, IRAD (éd.). *Ancient perceptions of Greek ethnicity. Center for Hellenic studies colloquia*, 5, Washington : Center of Hellenic studies. Trustees for Harvard University, 2001.
- MALKIN, IRAD. « Postcolonial Concepts and Ancient Greek Colonization », *MLQ : Modern Language Quarterly*, vol. 65, n. 3, 2004, p. 341-364.
- MALKIN, IRAD. « Greek colonisation: the Right to Return », in LIEVE DONNELLAN, VALENTINO NIZZO, GERT-JAN BURGERS (éds.). *Conceptualising early colonisation, Contextualising early colonisation II*, Bruxelles : Institut historique belge de Rome, 2016, p. 27-50.
- MOATTI, CLAUDIA. « Mobilités et circulations : approches historiographique et conceptuelle », in LAURENT CAPDETREY et JULIEN ZURBACH (éds.). *Mobilités grecques. Mouvements, réseaux, contacts en Méditerranée, de l'époque archaïque à l'époque hellénistique*, coll. *Scripta Antiqua*, 46, Bordeaux : Ausonius, 2012, p. 39-52.

- MOATTI, CLAUDIA (éd.). *La mobilité des personnes en Méditerranée de l'Antiquité à l'époque moderne : procédures de contrôle et documents d'identification* Collection de l'École française de Rome, 341, Rome : École française de Rome, 2004.
- MOATTI, CLAUDIA et KAISER, WOLFGANG (éds.). *Gens de passage en Méditerranée de l'Antiquité à l'époque moderne : procédures de contrôle et d'identification*. Collection L'Atelier méditerranéen, Paris : Maisonneuve & Larose, 2007.
- MOATTI, CLAUDIA, KAISER, WOLFGANG et PÉBARTHE, CHRISTOPHE (éds.). *Le monde de l'itinérance en Méditerranée de l'Antiquité à l'époque moderne : procédures de contrôle et d'identification*. Études - Ausonius, 22, Bordeaux : Ausonius, 2009.
- MÖLLER, ASTRID, *Naukratis : Trade in Archaic Greece* (Oxford Monographs on Classical Archaeology), Oxford : Oxford University Press, 2000.
- MÖLLER, ASTRID, « Naukratis as port-of-trade revisited », *Topoi*, vol. 12-13/1, 2005, p. 183-192.
- MÜLLER, CHRISTEL et PROST, FRANCIS (éds.). *Identités et Cultures dans le monde Méditerranéen Antique*, Paris : Publications de la Sorbonne, 2002.
- MÜLLER, CHRISTEL et VEISSE, ANNE-EMMANUELLE (éds.). *Identité ethnique et culture matérielle dans le monde grec. Actes de la table ronde organisée à Paris (INHA) les 10 et 11 décembre 2010. Dialogues d'histoire ancienne. Supplément, 10*, Besançon : Presses universitaires de Franche-Comté, 2014.
- MURRAY, OSWYN et PRICE, SIMON (éds.). *La cité grecque d'Homère à Alexandre*, Paris : La Découverte, 1992.
- OSBORNE, ROBIN. « Early Greek Colonization? The Nature of Greek Settlement in the West », in NICK FISHER, HANS VAN WEES (eds.). *Archaic Greece : New Approaches and New Evidence*, Londres : Duckworth, 1998, p. 251-269.
- OSBORNE, ROBIN. «Greek 'colonisation' : what was, and what is, at stake?», in LIEVE DONNELLAN, VALENTINO NIZZO, GERT-JAN BURGERS (eds.). *Conceptualising early colonisation, Contextualising early colonisation II*, Bruxelles : Institut historique belge de Rome, 2016, p. 21-26.
- POLIGNAC (de), FRANÇOIS. *La naissance de la cité grecque. Cultes, espace et société, VIII<sup>e</sup>-VII<sup>e</sup> siècles*, 2<sup>e</sup> éd., Paris : La Découverte, 1995.
- POLLINI, AIRTON. « Hérodote de Thourioi témoin des migrants en Grande Grèce », in PIERRE ROUILLARD (éd.). *Portraits de migrants, portraits de colons 1, Colloques de la Maison René-Ginouès*, 2008, Nanterre, Paris : De Boccard, 2009, p. 53-62.
- POLLINI, AIRTON. A ideia de história em Estrabão a partir do relato sobre a Magna Grécia (*Geografia*, livro VI), in GLAYDSON JOSÉ DA SILVA et MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA (éds.). *A ideia de história na Antiguidade clássica*, São Paulo : Alameda casa editorial, 2017, p. 219-254.

- ROUGIER-BLANC, SYLVIE. L'Interprétation politique et sociale de l'oeuvre d'Archiloque : bilan et perspectives, in SYLVIE ROUGIER-BLANC et VALÉRIE VISA-ONDARÇUHU (éds.). *Archiloque, poète dans l'histoire*, coll. *Pallas*, 77, Toulouse : Presses Universitaires du Mirail, 2008, p. 15-31.
- ROUGIER-BLANC, SYLVIE et VISA-ONDARÇUHU, VALÉRIE (éds.). *Archiloque, poète dans l'histoire. Pallas*, 77, Toulouse : Presses Universitaires du Mirail, 2008.
- RUBY, PASCAL. « Peuples, fictions ? Ethnicité, identité ethnique et sociétés anciennes », *REA*, 108, 1, 2006, p. 25-60.
- SAHLINS, MARSHALL. *How 'natives' think : about captain Cook, for example*, Chicago : University of Chicago Press, 1995.
- SAID, EDWARD W. *Culture and imperialism*, New York : Knopf, 1993.
- SAÏD, SUZANNE. *Homère et "l'Odysée"*, Paris : Belin, 2010.
- SOMMER, MICHAEL. « Colonies - colonisation - colonialism : a typological reappraisal », *Ancient West and East (AWE)*, 10, 2011, p. 183-193.
- SPIVAK, GAYATRI CHAKRAVORTY. *A critique of postcolonial reason : toward a history of the vanishing present*, Cambridge (Mass) : Harvard university press, 1999.
- SPIVAK, GAYATRI CHAKRAVORTY. *In other worlds : essays in cultural politics*, coll. *Routledge classics*, Londres : Routledge, 2006.
- SPIVAK, GAYATRI CHAKRAVORTY, HARASYM, SARAH. *The post-colonial critic: interviews, strategies, dialogues*, New York : Routledge, 1990.
- TRÉZINY, HENRI. « Les colonies grecques de Méditerranée occidentale », *Histoire urbaine*, 2, n.13, 2005, p. 51-66.
- VAN DOMMELEN, PETER. « Colonialism and migration in the ancient Mediterranean », *Annual Review of Anthropology*, 41 (October 2012), 2012, p. 393-409.
- ZURBACH, JULIEN. « Question foncière et départs coloniaux. À propos des *apoikiai* archaïques », *Annuario della Scuola archeologica di Atene e delle missioni italiane in Oriente*, LXXXVI, s. III, 8, 2008, p. 87-103.
- ZURBACH, JULIEN. *Les hommes, la terre et la dette en Grèce. c. 1400 - c. 500 a.C.* Bordeaux : Ausonius Éditions, 2017.

---

Recebido em: 21/07/2017

Submitted in: 21/07/2017

Aprovado em: 30/07/2017

Aproved in: 30/07/2017

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018

---

FIGURES

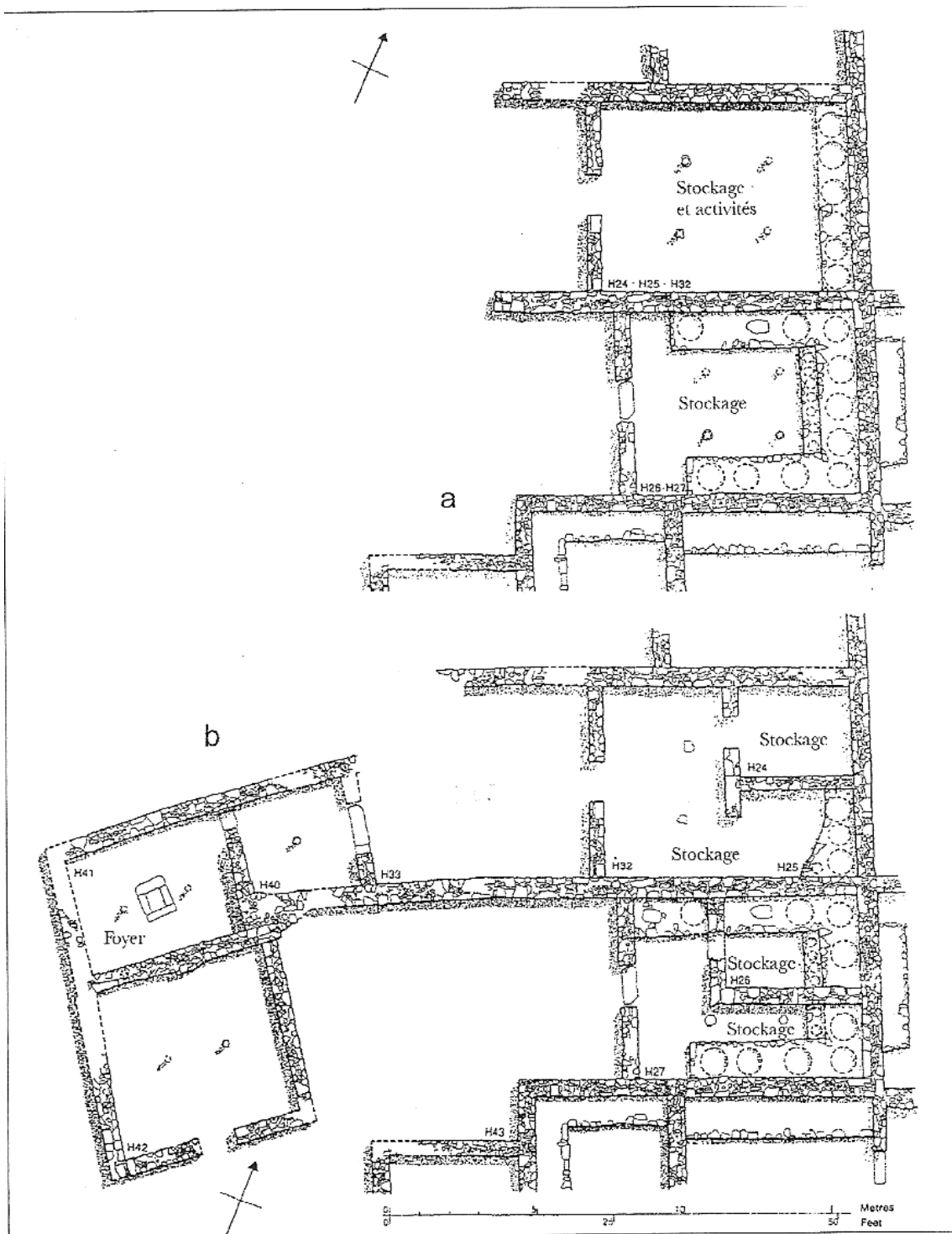


Fig. 1 : Zagora d'Andros, Cyclades, Grèce. (M.-Chr. Hellmann, L'architecture grecque. Vol. 3, Habitat, urbanisme et fortifications, Paris, Picard, 2010, fig. 263).

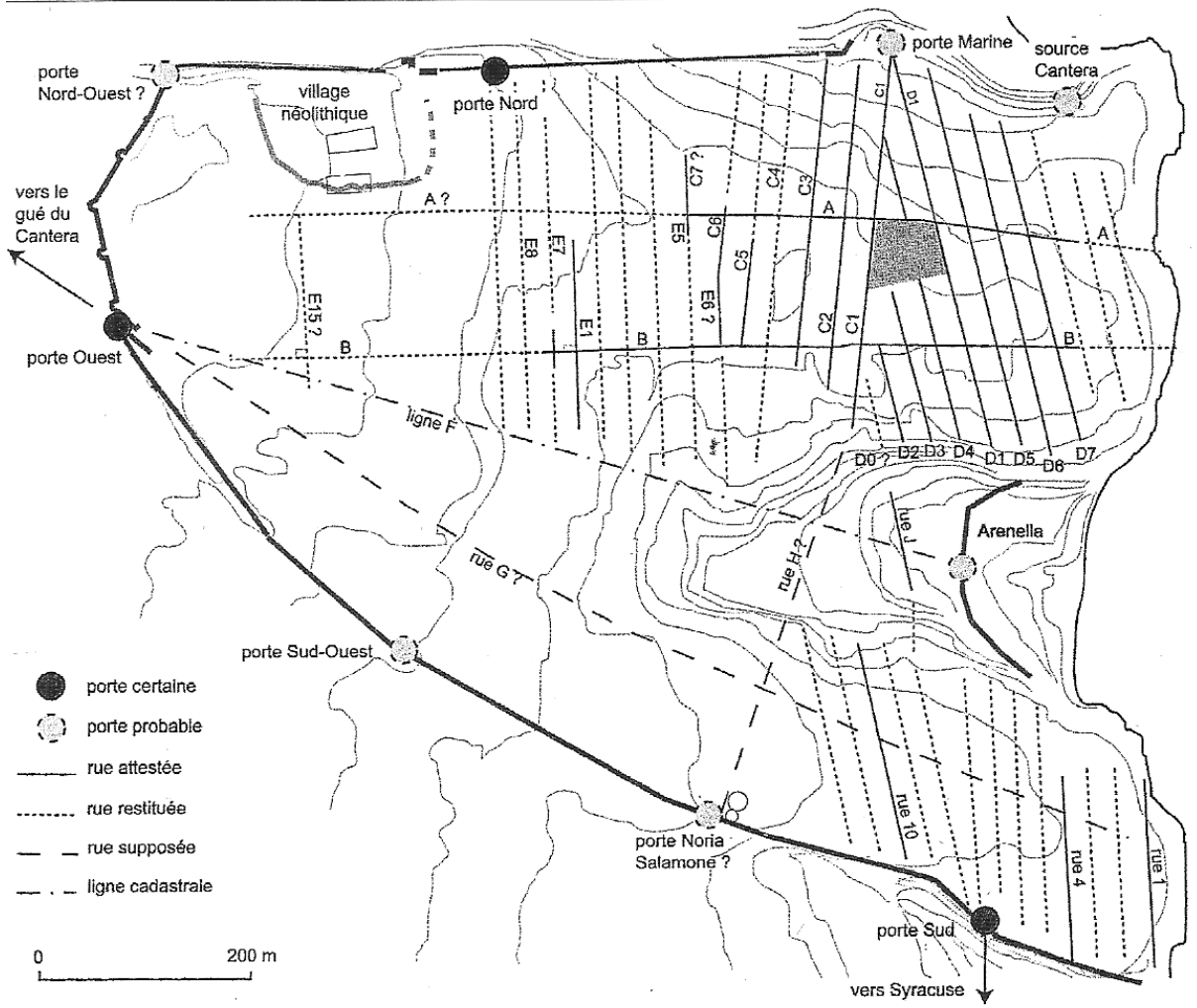


Fig. 2 : Division régulière de l'espace urbain à Mégara Hyblaea, en Sicile. (GRAS, TRÉZINY et BROISE, 2004).



**DIASPORA, COLONIE, COLONISATION : DÉFIS ET ENJEUX D'UN LEXIQUE**  
**DIASPORA, COLONY, COLONIZATION: CHALLENGES AND QUESTIONS OF VOCABULARY**  
*(Diáspora, colônia, colonização: desafios e questões de um léxico)*

Arianna Esposito  
Airton Pollini

Vol. XIV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



## Diaspora, colonie, colonisation : défis et enjeux d'un lexique

Arianna Esposito<sup>1</sup>

Airton Pollini<sup>2</sup>

**Résumé :** Le recours à l'expression « diaspora » dans le cadre de certaines études récemment publiées en France et ailleurs constitue une tentative évidente d'éviter le terme « colonisation ». Si le mot colonisation n'est pas neutre, le mot diaspora est-il pertinent pour parler des établissements grecs antiques, notamment à l'époque archaïque ? Le problème lexical est bien évidemment un des axes majeurs de la recherche contemporaine et il conditionne en grande mesure l'appréciation que l'on peut se faire des différentes expériences de mobilité des contingents de populations grecques en Méditerranée. Le présent article propose une réflexion lexicale, tant sur les catégories heuristiques que sur le vocabulaire grec.

**Mots-clés :** Colonie ; Colonisation ; Diaspora.

**Resumo:** O recurso ao termo "diáspora" no contexto de alguns estudos recentemente publicados na França e em outros lugares constitui uma clara tentativa de evitar o termo "colonização". Se a palavra colonização não é neutra, em razão de sua historiografia recente, seria o termo diáspora pertinente para falar dos antigos assentamentos gregos, especialmente no Período Arcaico? O problema lexical é evidentemente uma das principais áreas da pesquisa contemporânea e ele condiciona em grande medida a apreciação que podemos fazer das diferentes experiências de mobilidade de contingentes de população grega no Mediterrâneo. Eis por que nos parece oportuno começar por essas questões de vocabulário.

**Palavras-chave:** Colônia; Colonização; Diaspora.

**Abstract:** The use of the expression "diaspora" in the context of some recently published works in France and elsewhere constitutes an obvious attempt to avoid the term "colonization". If the word colonization is not a neutral one, is that of "diaspora" suitable to refer to ancient Greek establishments, especially in the Archaic period? The lexical problem is obviously one of the major issues of contemporary research and it determines, to a considerable degree, the appreciation one can have of the different types of mobility of Greek populations in the Mediterranean. This paper proposes a lexical analysis, both on the heuristic categories and on the Greek vocabulary.

**Keywords:** Colony; Colonization; Diaspora.

On ne peut qu'être frappé par l'impact que le renouveau d'intérêt pour les questions coloniales a eu sur le champ des études du monde grec antique, notamment par les approches dites postcoloniales (SPIVAK et HARASYM, 1990 ; SAID, 1993 ; SPIVAK, 1999 ; BHABHA, 2004 ; LOOMBA, 2005 ; SPIVAK, 2006, mais aussi SAHLINS, 1995. Pour ce qui relève de l'impact de ces études sur l'analyse des établissements coloniaux grecs, voir une synthèse dans MALKIN, 2004). Les pays européens ont constitué et perdu leurs empires dans

<sup>1</sup> Maître de conférences d'archéologie classique à l'Université de Bourgogne – Franche-Comté, Dijon, UMR 6298 ARTEHIS, França.

<sup>2</sup> Maître de conférences d'histoire de l'Antiquité grecque à l'Université de Haute-Alsace (Université de Haute-Alsace, Université de Strasbourg, CNRS ArchiMedE UMR 7044 Mulhouse), França.

les conditions que l'on connaît : par conséquent le mot « colonisation », appliqué aux mondes anciens, ne peut qu'être perçu comme problématique pour traduire le terme d'*apoikia* – qui désigne, en grec, le groupe de ceux qui sont partis loin de chez eux pour s'installer ailleurs. Cette relecture, nourrie par les débats contemporains sur l'identité grecque, y compris en contexte colonial (cf. MALKIN, 2001 ; MÜLLER et PROST, 2002 ; LOMAS, 2004 ; RUBY, 2006 ; HALL, 2007 ; GRUEN, 2011 ; MÜLLER et VEISSE, 2014), a imposé une reconsidération de notre vocabulaire notamment à travers la remise en cause des anciens paradigmes issus de l'historiographie, au point que les termes mêmes de « colons » ou de « colonisation » s'en trouvent parfois bannis.

Pour analyser les établissements grecs en dehors du bassin égéen, un problème de terminologie très important se pose ainsi d'emblée. Tout d'abord, les mots grecs utilisés par les auteurs anciens ne sont pas toujours très clairs sur les réalités qu'ils décrivent (CASEVITZ, 1985 ; CASEVITZ, 2009). De plus, les sources écrites sont très tardives par rapport aux premières expériences outre-mer des Grecs. Outre quelques œuvres comme les épopées d'Homère (*Illiade* et *Odyssée*)<sup>3</sup> et les poèmes d'Hésiode (*Théogonie*, *Les Travaux et les jours*), seuls de rares fragments d'auteurs poétiques d'époque archaïque, comme Archiloque de Paros, nous sont parvenus<sup>4</sup>. Ces textes cependant ne nous renseignent que de façon très partielle sur les phénomènes de déplacement de contingents de populations grecques en Méditerranée. Les premiers récits exposant de manière plus complète des informations datent seulement du V<sup>e</sup> siècle – Hérodote (cf. POLLINI, 2009) et Thucydide – mais la majorité des descriptions préservées sont encore plus tardives. Il s'agit notamment du grand ouvrage de Strabon, la *Géographie*, dont les dix-sept volumes ont été presque entièrement conservés et qui date de l'époque d'Auguste et de Tibère, au début du I<sup>er</sup> siècle apr. J.-C.<sup>5</sup> Nous pouvons aussi souligner l'importance des œuvres fragmentaires de deux historiens de langue grecque : Polybe, *Histoires* (II<sup>e</sup> siècle av. J.-C.), et Diodore de Sicile, *Bibliothèque historique* (I<sup>er</sup> siècle av. J.-C.). Certes, tous ces auteurs reprennent, parfois même en citant explicitement, des auteurs plus anciens dont l'œuvre est perdue, mais il s'agit de références à des écrits d'époque classique, datant des V<sup>e</sup> et IV<sup>e</sup> siècles av. J.-C. Le problème est le même pour l'époque hellénistique. Pour cette période, les principales sources qui nous informent sur ce phénomène, même si elles citent des auteurs grecs contemporains des faits, datent de l'Empire romain. C'est le cas, en particulier, des œuvres d'Arrien, *Anabase*, pour les conquêtes d'Alexandre, et de Flavius Josèphe, *Antiquités judaïques*, pour l'histoire des Juifs en rapport avec les Grecs, au Proche-

<sup>3</sup> Sur la possibilité de situer les épisodes de la geste d'Ulysse dans la géographie réelle de la Méditerranée, voir BÉRARD, 1927 et plus récemment SAÏD, 2010, p. 220-225.

<sup>4</sup> Sur Archiloque, voir ROUGIER-BLANC et VISA-ONDARÇUHU, 2008, en particulier ROUGIER-BLANC, 2008 ; sur une interprétation récente des informations qu'il a pu conserver sur les mouvements coloniaux, voir D'ERCOLE, 2010 ; D'ERCOLE, 2012, p. 25-26 et 51.

<sup>5</sup> Sur l'idée de l'histoire des colonies de Grande-Grèce d'après le récit de Strabon, voir en particulier nos travaux : POLLINI, 2017, avec bibliographie antérieure.

Orient et en Égypte. Or, pour l'époque hellénistique, nous avons un nombre beaucoup plus important d'inscriptions, aussi bien des textes officiels gravés sur un matériau non périssable – surtout sur la pierre – que des papyrus conservés en Égypte, ainsi que quelques lettres sur plomb pour la mer Noire (**voir l'article de M. Dana**). Si cette documentation demeure exceptionnelle pour l'histoire ancienne, son interprétation n'est cependant pas toujours aisée, et les informations apportées par ces documents pour l'époque hellénistique ne sont que rarement utiles à l'historien pour appréhender des phénomènes propres aux périodes archaïque et classique.

### LES TERMES GRECS

Deux familles lexicales désignent les processus de fondation coloniale, *ktizo* et *oikeo-oikizo* (CASEVITZ, 1985). Si la famille de *ktizo/ktisis* est employée par les sources les plus anciennes, à partir de l'époque classique, le terme *apoikia* devient le plus utilisé pour désigner l'établissement colonial. La racine *oikos* fait référence à la maisonnée, appréhendée de manière globale, soit les terres, l'habitation et l'ensemble des propriétés. Ainsi, le terme *apoikia* peut être traduit littéralement par « habitation détachée ». Il implique l'installation dans un autre endroit et fait référence aux établissements grecs qui sont politiquement indépendants de leur métropole (littéralement, la « cité mère »).

En revanche, souvent, les textes grecs utilisent simplement le mot *polis* dont l'interprétation et la traduction divisent depuis longtemps les historiens de l'Antiquité. Doit-on accepter la remise en cause de plus en plus fréquente de la traduction traditionnelle de *polis* par « cité-État » ? *Polis* est un terme qui englobe l'ensemble des citoyens d'une communauté (cf. MURRAY et PRICE, 1992 ; HANSEN, 2001 ; BROCK, 2013). *Polis* est par ailleurs le terme utilisé pour désigner aussi bien les cités grecques du bassin égéen que celles fondées par un contingent de personnes ayant quitté ces mêmes régions. Ainsi, nombreux sont les cas où il n'y a aucune différence de vocabulaire pour définir les métropoles et les colonies.

Pour désigner les individus qui sont partis, les termes utilisés proviennent de la même famille qu'*apoikia* : *apoikoi*, les premiers colons, *epoikoi*, les colons d'une deuxième vague. Pour le fondateur, en charge d'organiser l'expédition, on utilise le terme *oikistes*.

Enfin, assez souvent, les textes décrivent l'acte de fondation ; le verbe utilisé est alors *ktizein*, ou la fondation même. On retrouve ainsi le terme *ktisis*, tandis que *ktistes* désigne celui qui participe à la fondation. Cette famille lexicale est utilisée dès Homère, avec probablement une racine remontant au linéaire B des Mycéniens, et elle est associée à la notion d'un territoire, d'un espace à aménager.

Les textes conservés utilisent tous ces mots pour des réalités proches, ce qui rend parfois compliqué d'en cerner les spécificités. Surtout, nous ne pouvons pas avancer nos interprétations contemporaines en

utilisant uniquement des termes grecs. Il faut donc les traduire et employer les mots de nos langues modernes.

### COLONIE

Le terme « colonie » est dérivé du latin *colonia* et, chargé des connotations que l'histoire des empires coloniaux modernes ont fait émerger, il ne rend que très imparfaitement la signification du terme grec *apoikia*. En latin, le mot *colonia* vient lui-même du verbe *colere*, cultiver, puis habiter. La colonie latine d'époque républicaine désigne les groupes d'individus envoyés dans les contrées conquises par le pouvoir romain pour en assurer la sécurité. Dans le monde romain, et donc en latin, la colonie fait explicitement référence à un territoire conquis par les Romains et soumis à leur contrôle. C'est évidemment à partir de ce modèle romain que les auteurs d'époque moderne ont utilisé le terme de colonie pour nommer les possessions européennes en Amérique. Cela étant, il est évident que ni le mot ni le modèle ne sont pertinents lorsque, en histoire grecque, l'on a affaire à des phénomènes d'époque archaïque et aux cités grecques indépendantes de leur métropole. Dans ce cas, soit on devrait toujours recourir aux termes grecs, solution peu satisfaisante, soit il conviendrait de définir ce que l'on entend par colonie quand on parle des cités grecques coloniales d'époque archaïque.

### COLONISATION

Si le terme « colonie » pose problème, la possibilité de trouver une dénomination générale pour l'ensemble du processus d'installation des Grecs sur les rives de la Méditerranée est encore plus difficile (cf. SOMMER, 2011 ; VAN DOMMELEN, 2012). Le mot « colonisation » a ainsi persisté faute de mieux. Anachronique par excellence, il renvoie encore plus fortement aux mouvements coloniaux des époques moderne et contemporaine. Utiliser le mot « colonisation » impliquerait, implicitement, l'adhésion à une interprétation qui est loin de faire l'unanimité entre les spécialistes, et cela en dépit des mises au point historiographiques qui, depuis M. Finley ou E. Lepore (FINLEY, 1976 ; LEPORE, 1981), ont amplement insisté sur les précautions de langage et les différences fondamentales qui distinguent les colonisations modernes et contemporaines des mouvements de colonisation antique.

Le problème relève de l'idée selon laquelle le déplacement de larges contingents de populations grecques à l'époque archaïque était fait de façon organisée par les métropoles. Et là, la question chronologique est centrale. Les antiquisants ne sont aujourd'hui pas en mesure de déterminer de façon certaine la chronologie de l'émergence de la cité-État grecque comme phénomène politique, en tant que forme particulière d'organisation d'une communauté (cf. POLIGNAC, 1995 ; GRECO 2012). Les recherches

archéologiques les plus récentes tendent à montrer des regroupements d'édifices indépendants les uns des autres déjà à une époque très haute, dès le IX<sup>e</sup> siècle av. J.-C. L'exemple le plus important se trouve à Zagora, sur l'île d'Andros, dans les Cyclades<sup>6</sup> (**Fig. 1**). Les vestiges archéologiques ne donnent évidemment pas de précisions sur le caractère de l'organisation politique des populations qui occupaient ces lieux : la place laissée aux interprétations est de ce fait considérable et, par conséquent, ces dernières sont souvent très différentes. Ainsi, certains chercheurs voient dans ces vestiges l'état embryonnaire de l'organisation de communautés indépendantes et autonomes, c'est-à-dire la cité-État (*polis* en grec). Les chercheurs qui soulignent le caractère organisé et développé des communautés grecques dès les époques les plus anciennes n'ont généralement pas de difficulté à imaginer que ces communautés étaient capables d'organiser une expédition coloniale outre-mer. D'autres, en revanche, s'interrogent sur la capacité de ces communautés à organiser une entreprise si complexe comme l'envoi d'un important contingent de personnes. R. Osborne (OSBORNE, 1998 et 2016) propose que le terme « colonisation » soit complètement effacé des livres d'histoire grecque archaïque. L'historien anglais interprète les premières mobilités des Grecs en Méditerranée au VIII<sup>e</sup> siècle av. J.-C. comme étant le fait de choix individuels et non pas de décisions prises par les communautés politiques de la métropole. En réponse aux affirmations de R. Osborne, il est possible d'argumenter que, en amont, l'envoi même d'un groupe de personnes devait contribuer à définir, dans la métropole, ceux qui ont et ceux qui n'ont pas le droit de citoyenneté, ce qui constitue donc l'origine de la cité-État, une communauté de citoyens. On aurait tort de vouloir ignorer les facteurs démographiques (répartition de la population et surpopulation), agraires (la *stenochoria*, cf. ZURBACH, 2008 et 2017) ou d'éradiquer les facteurs politiques, avec l'implication des cités dans l'organisation des départs coloniaux et la volonté de recherche de débouchés commerciaux. Ainsi A. J. Domínguez, I. Malkin, E. Greco et M. Lombardo plaident quant à eux pour une réhabilitation du terme « colonisation », critiquant sévèrement les travaux de R. Osborne (GRECO et LOMBARDO, 2010 ; DOMÍNGUEZ, 2011, p. 200 ; MALKIN, 2016).

Pour donner un exemple précis, considérons la légende de fondation de Tarente, en Italie du Sud (Strabon, VI, 3, 2). D'après le récit, les Spartiates, après de longues années de conflits militaires pour conquérir la région voisine de la Messénie dans le Péloponnèse, rentrent chez eux et expulsent les enfants dits illégitimes, fils engendrés à la suite des relations entre les femmes spartiates et des hommes qui n'avaient pas le rang de citoyen de plein droit. Mais, dans la mesure où ces individus sont tout de même enfants de Spartiates, une solution consiste à envoyer une expédition pour fonder une nouvelle cité, autrement dit un lieu où ces hommes, considérés comme illégitimes dans la cité d'origine, peuvent acquérir le statut de

---

<sup>6</sup> Voir en particulier la synthèse d'HELLMANN, 2010, p. 183-186. Pour une vision plus générale sur les formes du phénomène urbain antique, voir aussi LAFON, *et al.*, 2011 ; LANG, 2002, p. 13-32.

citoyens. C'est précisément l'envoi de l'expédition qui, dans un mouvement dialectique, définit les critères de citoyenneté, aussi bien dans la métropole que dans la colonie, créant ainsi les bases de la *polis* grecque.

Si la question ne peut pas être tranchée de façon définitive, les historiographies française et italienne sont plutôt opposées à cette forme de « révisionnisme »<sup>7</sup> de la colonisation grecque archaïque, notamment à partir de l'observation des phénomènes urbains des cités coloniales (TRÉZINY, 2005). De ce point de vue, les données issues des fouilles archéologiques françaises de Mégara Hyblaea en Sicile (GRAS, TRÉZINY et BROISE, 2004) ont été interprétées comme le premier témoignage d'une ville dont l'espace urbain est organisé de façon régulière, avec des lots urbains de taille égale (**Fig. 2**). Cette division de l'espace est datée de la fin du VIII<sup>e</sup> siècle av. J.-C. Des observations semblables peuvent être faites pour les espaces ruraux et la division de la campagne des cités-États (**voir l'article d'A. Pollini et celui de B. Florenzano** sur le cas de Syracuse). Les arguments de R. Osborne ne semblent pas suffire pour expliquer comment une communauté, qui n'aurait pas d'organisation politique, serait capable de diviser l'espace de façon régulière. Dans l'état actuel de nos connaissances, nous sommes favorables à l'idée que seule une société possédant une organisation politique assez développée peut être capable d'assigner des lots de terres réguliers à des citoyens potentiels. Si par ce biais l'on parvient à admettre que la colonie peut être une cité-État, même si elle n'en est qu'à ses débuts, rien n'empêche alors que la métropole soit également une cité-État capable de promouvoir une expédition coloniale.

### DES TERMES PLUS NEUTRES ?

Un premier moyen de sortir de l'impasse du vocabulaire colonial serait d'invoquer des nouvelles distinctions. D'autres mots peuvent ainsi être utilisés pour parler des phénomènes d'installation des Grecs outre-mer, notamment « mobilités » ou « essaimage » (*cf.* D'ERCOLE, 2007 ; D'ERCOLE, 2012), termes qui présentent sans doute un double avantage. D'une part, on évite la question épineuse de la comparaison implicite et anachronique avec la colonisation et les époques moderne et contemporaine. D'autre part, et c'est là l'avantage majeur, on inclut, dans le même mouvement, tout type de mobilité des Grecs dans le bassin méditerranéen. Par ailleurs, le mot « essaimage » peut bien rendre compte de certains phénomènes telles les fondations de fondations, pour lesquels le vocabulaire moderne apparaît toujours limité, voire inadéquat.

Ces termes font donc autant référence aux colons, établis dans de nouvelles cités grecques, qu'aux autres types d'installations. Il s'agit notamment de la reconnaissance de la contemporanéité et du parallélisme entre la « colonisation » et les réseaux de déplacements de certains groupes de personnes,

---

<sup>7</sup> Sur l'emploi de ce terme, assez connoté en histoire, pour les interprétations actuelles de la « colonisation » grecque, voir en particulier GRECO et LOMBARDO, 2010.

comme les commerçants, les mercenaires, les artisans ou artistes, les penseurs, les exilés politiques, entre autres. Ce sont aussi bien des groupes parfois contraints que des individus qui choisissent, de manière délibérée et volontaire, la mobilité (cf. MOATTI, 2004 ; MOATTI et KAISER, 2007 et MOATTI, KAISER et PÉBARTHE, 2009 ; CAPDETREY et ZURBACH, 2012 ; MOATTI, 2012) ; ils peuvent par ailleurs s'installer tant dans les colonies grecques que dans des établissements non-grecs. Ces établissements peuvent relever de plusieurs caractéristiques. Il peut s'agir de comptoirs commerciaux grecs en pays étranger, les *emporía* (BRESSION et ROUILLARD, 1993) : on songe notamment à l'*emporion* de Naucratis en Égypte, pour ne citer que le plus connu (BOWDEN, 1996 ; MÖLLER 2000 et 2005 ; HÖCKMANN, 2012). On peut aussi évoquer des cas très particuliers, comme celui d'un certain Pédon, peut-être un ancien mercenaire grec au service du pharaon égyptien Psammétique dans le courant du VII<sup>e</sup> siècle av. J.-C., qui a pu assurer des fonctions administratives dans le système de pouvoir pharaonique (AGUT-LABORDÈRE, 2012).

Au terme de cette analyse, il est important de souligner la diversité des situations dès qu'il s'agit d'analyser les conditions d'installation puis d'intégration de nouvelles populations ou d'individus dans un environnement exogène. Aussi, si ces termes ont l'avantage d'envisager en parallèle divers types de mobilité et de contribuer, par ce biais, à en définir la différence, ils présentent néanmoins l'inconvénient d'être plutôt vagues et d'inclure toutes formes de déplacement sous un même vocabulaire. Ainsi, l'utilisation de « mobilités » ou d'« essaimage » implique la nécessité de définir à chaque fois à quel type de déplacement l'historien se réfère : il lui faudra préciser s'il désigne l'installation de colons ou d'autres types d'établissements des Grecs outre-mer, dans des contextes coloniaux ou non.

Le recours à un vocabulaire à la fois plus neutre et unificateur risque donc de masquer les différences entre des réalités qui relèvent *de facto* d'une grande diversité, qu'il s'agisse des phénomènes de mobilité (fuite, exode, etc.) ou du statut même des migrants, désignés fréquemment par le terme lui-même trop général d'« étrangers ».

## DIASPORA(S)

On arrive enfin au terme retenu par une grande partie de la littérature plus récente, celui de « diaspora » (cf. DUFOIX, 2012 ; BAUMANN, 2000). Le mot, dont l'origine grecque fait référence à la dispersion (« répandre », « disperser », « semer »), est censé offrir une solution pour s'affranchir des problèmes d'un vocabulaire ressenti comme étant anachronique (colonisation) ou trop général (mobilité, essaimage). Si les intentions sont bonnes, le résultat est au premier abord le glissement d'un problème à un autre.

Le terme « diaspora », dans sa forme nominale, est utilisé pour la première fois par les communautés juives hellénophones d'Alexandrie au III<sup>e</sup> siècle av. J.-C. pour traduire en grec la Septante,



c'est-à-dire les livres de la Torah ou l'Ancien Testament. L'analyse de l'emploi de « diaspora » dans la Septante (DUFOIX, 2012) montre que le terme ne traduit jamais le vocabulaire hébreu pour l'exil (*galah*, *golah* ou *galouth*). La diaspora est toujours attachée au déshonneur et est perçue comme un élément négatif, une sorte de châtiment dont l'origine est Dieu, Yahvé lui-même. Cependant, cette notion négative est associée à l'espoir ou à la promesse du rassemblement des exilés, avec un lien très fort à la terre d'origine. D'autre part, l'idée d'exil en hébreu est traduite en grec par des termes tels qu'*apoikia*, *metoixia* ou *paroikia*.

Ainsi, l'utilisation du mot « diaspora », si l'on s'attache à son étymologie, est toujours associée non seulement à un contexte religieux, mais surtout à la possibilité d'un retour aux terres d'origine ; ce mot exprime un fort sentiment d'appartenance à une communauté dont l'origine se trouve ailleurs, souvent en opposition aux groupes dominants des lieux habités. C'est d'ailleurs cette idée qui est souvent implicite dans l'utilisation élargie du mot, lorsqu'il est question des différentes formes de diasporas : arménienne, russe, noire africaine, marchande, entre autres. Ce sont donc essentiellement des communautés de minorités, dans le sens politique du terme, qui réclament leur légitimité par une origine commune dans un lieu autre que celui de leur résidence. C'est là le cœur du problème : ces situations ne correspondent pas aux réalités des cités grecques d'époque archaïque, où les colons deviennent des citoyens de plein droit dans les nouvelles communautés et, au contraire, ne le sont probablement plus dans les cités d'origine.

Cela étant, si l'on se place d'un point de vue historiographique, le mot « diaspora » recouvre aujourd'hui des situations très différentes, ne serait-ce que du point de vue de ses usages disciplinaires (en histoire, en sociologie, en économie par exemple). On parle ainsi de diasporas de travail, culturelles, impériales ou encore commerciales, au point que la notion de diaspora s'est aujourd'hui affranchie, en quelque sorte, de sa signification initiale (DELAMARD, 2012). De surcroît, l'expression retenue pour l'intitulé des publications françaises récentes, « les diasporas grecques » (**cf. notre texte d'introduction à ce dossier « Explorer l'histoire et l'archéologie de la colonisation grecque... »**), illustre d'emblée la perspective à adopter. Le choix du pluriel n'est pas anodin. Les migrations liées au domaine militaire ne doivent pas faire oublier toutes les autres formes de mobilités : marchands, philosophes, artisans, artistes, musiciens, techniciens ou médecins grecs. Ces individus se sont déplacés dans toute la Méditerranée et installés dans des nouvelles communautés qui les ont accueillis : les textes, inscriptions et dédicaces dans les sanctuaires le prouvent. Par ailleurs, l'identité grecque n'a pas été uniforme durant toute l'Antiquité et dans toutes les régions ; et les Grecs ont eu des modes d'implantation qui ont pu varier en fonction des époques, certes, mais également des régions et des voisins mêmes dans ces régions. Une partie de l'historiographie traditionnelle a généralement présenté les Grecs en milieu colonial comme des minorités dominantes, conquérantes, prêtes à asservir les indigènes. Les recherches actuelles sur les modes de contacts et les transferts culturels prouvent désormais que cette interprétation est à la fois trop schématique et réductrice

(cf. ÉTIENNE, 2010 ; ÉTIENNE, 2016). Le phénomène dit des contacts précoloniaux relève de situations de collaboration ou de coexistence, voire de cohabitation entre Grecs et non-Grecs (**voir l'article d'A. Esposito sur le cas de l'Italie du Sud**). Dans quelle mesure la notion historiographique de précolonisation est-elle un concept opérationnel ? Peut-elle qualifier le mouvement des Phéniciens vers la Méditerranée centrale et occidentale ? (**voir l'article de C. Kormikiari**).

Il faut, malgré toutes les réserves exprimées, le reconnaître : le concept de « diaspora » a plusieurs effets productifs. Son emploi élargit en réalité la question à d'autres problématiques que celles qui se rapportent à la seule « colonisation » grecque de l'Antiquité. Comme le souligne C. Moatti (MOATTI, 2012), il permet tout d'abord d'étendre la notion de migrants à des catégories jamais étudiées comme telles (les soldats, les administrateurs coloniaux ou impériaux, les marchands, les esclaves mêmes). En second lieu, les groupes de migrants ne sont plus abordés comme des minorités dans une société donnée, mais comme membres d'un réseau « transnational ». L'étude des pratiques diasporiques laisse ainsi percevoir une dimension plus ouverte de l'identité civique qu'elle ne l'était par le passé. Enfin, la notion de « diaspora » souligne la capacité d'organisation des peuples en mouvement.

On voit ainsi que le problème du vocabulaire est, en l'état, insoluble. Les essais récents d'utilisation de notions à première vue plus neutres que les termes à la forte connotation idéologique, comme « colonie » ou « colonisation », demeurent sujets à caution. On observe ainsi une certaine volonté de se détacher du passé colonial, notamment de la part de l'historiographie anglaise, hantée par l'empire britannique<sup>8</sup>. Les notions de mobilité, essaimage ou diaspora ne parviennent cependant pas à résoudre toutes les difficultés, ni à couvrir l'ensemble des phénomènes historiques envisagés. Ces notions font l'impasse sur la diversité des formes de mobilité que connaissent tout au long de leur histoire les cités grecques. D'autre part, il n'est pas satisfaisant non plus d'employer uniquement les mots grecs. En définitive, on constate la nécessité constante de définition du vocabulaire utilisé, à la fois pour montrer clairement à quel contexte historique on fait référence et pour décrire la grande diversité de configurations possibles qui, au cas par cas, mériteraient d'être précisées. Cela étant, « colonie » demeure l'option la moins mauvaise pour proposer une transposition du mot grec *apoikia*. « Colonie » permet par ailleurs de rendre compte du lien attesté dans le vocabulaire grec entre les *apoikiai* archaïques, classiques et hellénistiques, toujours désignées par ce même mot.

---

<sup>8</sup> Dans les milieux anglophones, empreints de l'expérience coloniale britannique, la critique à la « colonisation » grecque est souvent une critique à la figure de T. J. Dunbabin (DUNBABIN, 1948), australien et professeur à Oxford, l'incarnation même du colonisateur britannique contemporain. Voir les commentaires dans DESCOEUDRES, 1990 ; DE ANGELIS, 1998.

**BIBLIOGRAPHIE**

- AGUT-LABORDÈRE, DAMIEN. « Plus que des mercenaires ! L'intégration des hommes de guerre grecs au service de la monarchie saïte », in LAURIANNE MARTINEZ-SÈVE (éd.). *Les diasporas grecques du VIII<sup>e</sup> à la fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C., Pallas*, 89, Toulouse : Presses universitaires du Mirail, 2012, p. 293-306.
- BAUMANN, MARTIN. « Diaspora : genealogies of semantics and transcultural comparison », *NUMEN*, 47, 2000, p. 313-337.
- BÉRARD, VICTOR. *Les navigations d'Ulysse*, 4 vols, Paris : A. Colin, 1927.
- BHABHA, HOMI K. *The Location of culture*, coll. *Routledge classics*, Londres : Routledge, 2004.
- BOWDEN, HUGH. « The Greek settlement and sanctuary at Naukratis : Herodotus and archaeology », in MOGENS HERMAN HANSEN, KURT RAAFLAUB (éds.). *More studies in the ancient greek polis*, 108, Stuttgart : Franz Steiner Verlag, 1996, p. 17-37.
- BRESSON, ALAIN et ROUILLARD, PIERRE (éds.). *L'Emporion. Publications du Centre Pierre Paris*, 26, Paris : De Boccard, 1993.
- BROCK, ROGER. *Greek Political Imagery from Homer to Aristotle*, Londres : Bloomsbury Academic, 2013.
- CAPDETREY, LAURENT et ZURBACH, JULIEN (éds.). *Mobilités grecques. Mouvements, réseaux, contacts en Méditerranée, de l'époque archaïque à l'époque hellénistique. Scripta Antiqua*, 46, Bordeaux : Ausonius, 2012.
- CASEVITZ, MICHEL. *Le vocabulaire de la colonisation en grec ancien : étude lexicologique : les familles de [ktizō] et de [oikeō-oikizō]*, coll. *Études et commentaires*, 97, Paris : Klincksieck, 1985.
- CASEVITZ, MICHEL. « L'ambiguïté du vocabulaire : colonisation, colonie, colon », in PIERRE ROUILLARD (éd.). *Portraits de migrants, portraits de colons 1, Colloques de la Maison René-Ginouvès*, 2009, Nanterre, Paris : De Boccard, p. 13-16.
- DE ANGELIS, FRANCO. « Ancient past, imperial present : the British Empire in T.J. Dunbabin's *The western Greeks* », *Antiquity. A quarterly Review of Archaeology*, 72, n° 277, sept., 1998, p. 539-549.
- D'ERCOLE, MARIA CECILIA. « Mobilité et colonisation dans la Méditerranée archaïque et classique », in PIERRE ROUILLARD (éd.). *Mobilités, immobilismes. L'emprunt et son refus*, coll. *Colloques de la Maison René Ginouvès*, 3, Paris : De Boccard, 2007, p. 45-54.
- D'ERCOLE, MARIA CECILIA. "Oublie Paros". Départs, retours et conquêtes imaginaires dans la colonisation grecque archaïque et classique, in PIERRE ROUILLARD (éd.). *Portraits de migrants, portraits de colons*, coll. *Colloques de la Maison René-Ginouvès*, 6, 2, Paris : De Boccard, 2010, p. 71-90.

- D'ERCOLE, CECILIA. « L'essaimage colonial grec en Méditerranée antique : espaces, réseaux économiques, interactions culturelles », *Annuaire. Comptes rendus des cours et conférences, École des Hautes Études en Sciences Sociales* 2010-2011, 2012, p. 290-291.
- DELAMARD, JULIE. « Entretien avec Irad Malkin : Diaspora, réseau : le poids des mots, le choix des images », *Tracés. Revue de sciences humaines*, 23, 2012, p. 221-235.
- DESCOEUDRES, JEAN-PAUL (éd.). *Greek Colonists and Native Populations. Proceedings of the First Australian Congress of Classical Archaeology held in honour of Emeritus Professor A. D. Trendall, Sydney 9-14 July 1985*, Oxford : Clarendon Press, 1990.
- DOMÍNGUEZ, ADOLFO J. « The origins of Greek colonisation and the Greek polis : some observations », *Ancient West and East (AWE)*, 10, 2011, p. 195-207.
- DUFOIX, STÉPHANE. « Des usages antiques de diaspora aux enjeux conceptuels contemporains », in LAURIANNE MARTINEZ-SÈVE (éd.). *Les diasporas grecques du VIII<sup>e</sup> à la fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C., Pallas*, 89, Toulouse : Presses universitaires du Mirail, 2012, p. 17-33.
- DUNBABIN, T. J. *The Western Greeks : the history of Sicily and South Italy from the foundation of the Greek colonies to 480 B.C.*, Londres : Ares Publishers, 1948.
- ÉTIENNE, ROLAND. « Historiographie, théories et concepts », in ROLAND ÉTIENNE (éd.). *La Méditerranée au VII<sup>e</sup> siècle av. J.-C. essais d'analyses archéologiques*, coll. *Travaux de la Maison René Ginouvès*, 7, Paris : De Boccard, 2010, p. 3-26.
- ÉTIENNE, ROLAND. « Connectivité et croissance : deux clés pour le VIII<sup>e</sup> s. ? », in LIEVE DONNELLAN, VALENTINO NIZZO et GERT-JAN BURGERS (éds.). *Conceptualising early colonisation, Contextualising early colonisation II*, Bruxelles : Institut historique belge de Rome, 2016, p. 89-95.
- FINLEY, MOSES I. « Colonies. An attempt at a typology », *Transactions of the Royal Historical Society*, s.V, XXVI, 1976, p. 167-188.
- GRAS, MICHEL, TRÉZINY, HENRI et BROISE, HENRI. *Mégara Hyblaea. 5, La ville archaïque : l'espace urbain d'une cité grecque de Sicile orientale*, coll. *Mélanges d'archéologie et d'histoire. Suppléments*, 1, Rome : École française de Rome, 2004.
- GRECO, EMANUELE. « Città greche di Magna Grecia e Sicilia : caratteri e strutture », in *Magna Grecia : città greche di Magna Grecia e Sicilia*. Rome : Istituto della Enciclopedia Italiana fondata da Giovanni Treccani S.P.A, 2012, p. 55-69.
- GRECO, EMANUELE et LOMBARDO, MARIO. « La colonizzazione greca : modelli interpretativi nel dibattito attuale », in *Alle origini della Magna Grecia : mobilità, migrazioni, fondazioni. Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, L, 2010, Tarente, Naples : Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, p. 37-60.

- GRUEN, ERICH STEPHEN (éd.). *Cultural identity in the ancient Mediterranean. Issues & debates*, Los Angeles : Getty Research Institute, 2011.
- HALL, JONATHAN. « The Creation and expression of identity in the Classical world : Greece », in SUSAN E. ALCOCK, ROBIN OSBORNE (éds.). *Classical Archaeology*, coll. *Blackwell studies in Global Archaeology*, 10, Malden, MA : Blackwell Publishing, 2007, p. 337-354.
- HANSEN, MORGENS HERMAN. *Polis et cité-État. Un concept antique et son équivalent moderne*, Trad. ALEXANDRE HASNOAOUI, Paris : Les Belles Lettres, 2001.
- HELLMANN, MARIE-CHRISTINE *L'architecture grecque. 3, Habitat, urbanisme et fortifications*, coll. *Les Manuels d'art et d'archéologie antiques*, Paris : Picard, 2010.
- HÖCKMANN, URSULA. *Archäologische Studien zu Naukratis*, 3, Worms : Wernersche Verlagsgesellschaft, 2012.
- LAFON, XAVIER, MARC, JEAN-YVES et SARTRE, MAURICE. *La Ville antique*, coll. *Histoire de l'Europe urbaine*, 1. *De l'Antiquité au XVIII<sup>e</sup> siècle*, Paris : Seuil, 2011.
- LANG, FRANZISKA. Housing and settlement in archaic Greece, *Pallas. Revue d'études antiques*, 58, 2002, p. 13-32.
- LEPORE, ETTORE. « I Greci in Italia ». *Storia della società italiana. 1 L' Italia antica. 1, Dalla preistoria all'espansione di Roma*, Milan : N. Teti, 1981, p. 213-268.
- LOMAS, KATHRYN (éd.) *Greek Identity in the Western Mediterranean. Papers in Honour of Brian Shefton. Mnemosyne. Supplementum*, 246, Leiden : Brill, 2004.
- LOOMBA, ANIA. *Colonialism-postcolonialism*, 2<sup>e</sup> éd., Londres : Routledge, 2005.
- MALKIN, IRAD (éd.). *Ancient perceptions of Greek ethnicity. Center for Hellenic studies colloquia*, 5, Washington : Center of Hellenic studies. Trustees for Harvard University, 2001.
- MALKIN, IRAD. « Postcolonial Concepts and Ancient Greek Colonization », *MLQ : Modern Language Quarterly*, vol. 65, n. 3, 2004, p. 341-364.
- MALKIN, IRAD. « Greek colonisation: the Right to Return », in LIEVE DONNELLAN, VALENTINO NIZZO, GERT-JAN BURGERS (éds.). *Conceptualising early colonisation, Contextualising early colonisation II*, Bruxelles : Institut historique belge de Rome, 2016, p. 27-50.
- MOATTI, CLAUDIA. « Mobilités et circulations : approches historiographique et conceptuelle », in LAURENT CAPDETREY et JULIEN ZURBACH (éds.). *Mobilités grecques. Mouvements, réseaux, contacts en Méditerranée, de l'époque archaïque à l'époque hellénistique*, coll. *Scripta Antiqua*, 46, Bordeaux : Ausonius, 2012, p. 39-52.

- MOATTI, CLAUDIA (éd.). *La mobilité des personnes en Méditerranée de l'Antiquité à l'époque moderne : procédures de contrôle et documents d'identification* Collection de l'École française de Rome, 341, Rome : École française de Rome, 2004.
- MOATTI, CLAUDIA et KAISER, WOLFGANG (éds.). *Gens de passage en Méditerranée de l'Antiquité à l'époque moderne : procédures de contrôle et d'identification*. Collection L'Atelier méditerranéen, Paris : Maisonneuve & Larose, 2007.
- MOATTI, CLAUDIA, KAISER, WOLFGANG et PÉBARTHE, CHRISTOPHE (éds.). *Le monde de l'itinérance en Méditerranée de l'Antiquité à l'époque moderne : procédures de contrôle et d'identification*. Études - Ausonius, 22, Bordeaux : Ausonius, 2009.
- MÖLLER, ASTRID, *Naukratis : Trade in Archaic Greece* (Oxford Monographs on Classical Archaeology), Oxford : Oxford University Press, 2000.
- MÖLLER, ASTRID, « Naukratis as port-of-trade revisited », *Topoi*, vol. 12-13/1, 2005, p. 183-192.
- MÜLLER, CHRISTEL et PROST, FRANCIS (éds.). *Identités et Cultures dans le monde Méditerranéen Antique*, Paris : Publications de la Sorbonne, 2002.
- MÜLLER, CHRISTEL et VEISSE, ANNE-EMMANUELLE (éds.). *Identité ethnique et culture matérielle dans le monde grec. Actes de la table ronde organisée à Paris (INHA) les 10 et 11 décembre 2010. Dialogues d'histoire ancienne. Supplément, 10*, Besançon : Presses universitaires de Franche-Comté, 2014.
- MURRAY, OSWYN et PRICE, SIMON (éds.). *La cité grecque d'Homère à Alexandre*, Paris : La Découverte, 1992.
- OSBORNE, ROBIN. « Early Greek Colonization? The Nature of Greek Settlement in the West », in NICK FISHER, HANS VAN WEES (eds.). *Archaic Greece : New Approaches and New Evidence*, Londres : Duckworth, 1998, p. 251-269.
- OSBORNE, ROBIN. «Greek 'colonisation' : what was, and what is, at stake?», in LIEVE DONNELLAN, VALENTINO NIZZO, GERT-JAN BURGERS (eds.). *Conceptualising early colonisation, Contextualising early colonisation II*, Bruxelles : Institut historique belge de Rome, 2016, p. 21-26.
- POLIGNAC (de), FRANÇOIS. *La naissance de la cité grecque. Cultes, espace et société, VIII<sup>e</sup>-VII<sup>e</sup> siècles*, 2<sup>e</sup> éd., Paris : La Découverte, 1995.
- POLLINI, AIRTON. « Hérodote de Thourioi témoin des migrants en Grande Grèce », in PIERRE ROUILLARD (éd.). *Portraits de migrants, portraits de colons 1, Colloques de la Maison René-Ginouès*, 2008, Nanterre, Paris : De Boccard, 2009, p. 53-62.
- POLLINI, AIRTON. A ideia de história em Estrabão a partir do relato sobre a Magna Grécia (*Geografia*, livro VI), in GLAYDSON JOSÉ DA SILVA et MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA (éds.). *A ideia de história na Antiguidade clássica*, São Paulo : Alameda casa editorial, 2017, p. 219-254.

- ROUGIER-BLANC, SYLVIE. L'Interprétation politique et sociale de l'oeuvre d'Archiloque : bilan et perspectives, in SYLVIE ROUGIER-BLANC et VALÉRIE VISA-ONDARÇUHU (éds.). *Archiloque, poète dans l'histoire*, coll. *Pallas*, 77, Toulouse : Presses Universitaires du Mirail, 2008, p. 15-31.
- ROUGIER-BLANC, SYLVIE et VISA-ONDARÇUHU, VALÉRIE (éds.). *Archiloque, poète dans l'histoire. Pallas*, 77, Toulouse : Presses Universitaires du Mirail, 2008.
- RUBY, PASCAL. « Peuples, fictions ? Ethnicité, identité ethnique et sociétés anciennes », *REA*, 108, 1, 2006, p. 25-60.
- SAHLINS, MARSHALL. *How 'natives' think : about captain Cook, for example*, Chicago : University of Chicago Press, 1995.
- SAID, EDWARD W. *Culture and imperialism*, New York : Knopf, 1993.
- SAÏD, SUZANNE. *Homère et "l'Odysée"*, Paris : Belin, 2010.
- SOMMER, MICHAEL. « Colonies - colonisation - colonialism : a typological reappraisal », *Ancient West and East (AWE)*, 10, 2011, p. 183-193.
- SPIVAK, GAYATRI CHAKRAVORTY. *A critique of postcolonial reason : toward a history of the vanishing present*, Cambridge (Mass) : Harvard university press, 1999.
- SPIVAK, GAYATRI CHAKRAVORTY. *In other worlds : essays in cultural politics*, coll. *Routledge classics*, Londres : Routledge, 2006.
- SPIVAK, GAYATRI CHAKRAVORTY, HARASYM, SARAH. *The post-colonial critic: interviews, strategies, dialogues*, New York : Routledge, 1990.
- TRÉZINY, HENRI. « Les colonies grecques de Méditerranée occidentale », *Histoire urbaine*, 2, n.13, 2005, p. 51-66.
- VAN DOMMELEN, PETER. « Colonialism and migration in the ancient Mediterranean », *Annual Review of Anthropology*, 41 (October 2012), 2012, p. 393-409.
- ZURBACH, JULIEN. « Question foncière et départs coloniaux. À propos des *apoikiai* archaïques », *Annuario della Scuola archeologica di Atene e delle missioni italiane in Oriente*, LXXXVI, s. III, 8, 2008, p. 87-103.
- ZURBACH, JULIEN. *Les hommes, la terre et la dette en Grèce. c. 1400 - c. 500 a.C.* Bordeaux : Ausonius Éditions, 2017.

---

Recebido em: 21/07/2017

Submitted in: 21/07/2017

Aprovado em: 30/07/2017

Aproved in: 30/07/2017

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018

---

FIGURES

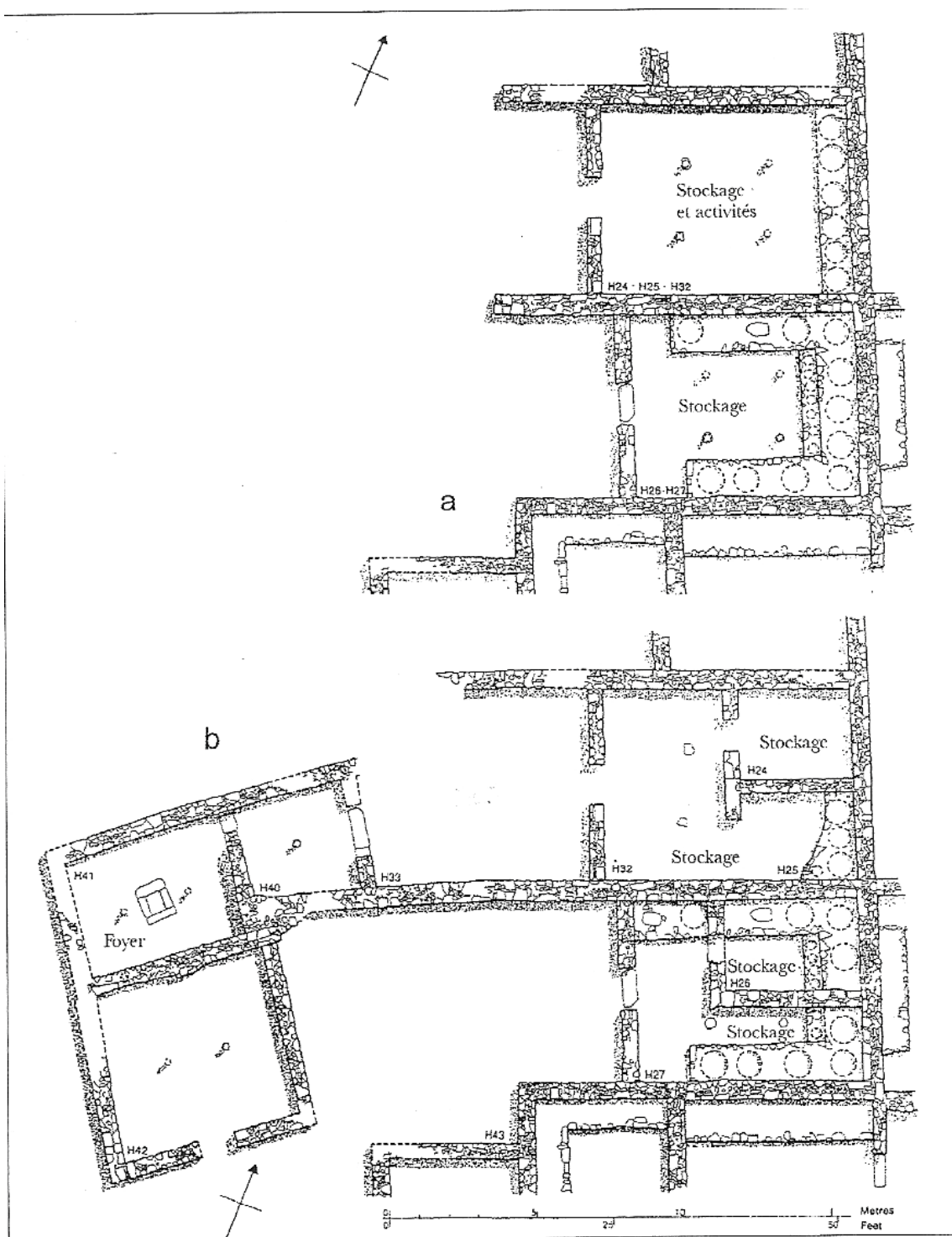


Fig. 1 : Zagora d'Andros, Cyclades, Grèce. (M.-Chr. Hellmann, L'architecture grecque. Vol. 3, Habitat, urbanisme et fortifications, Paris, Picard, 2010, fig. 263).



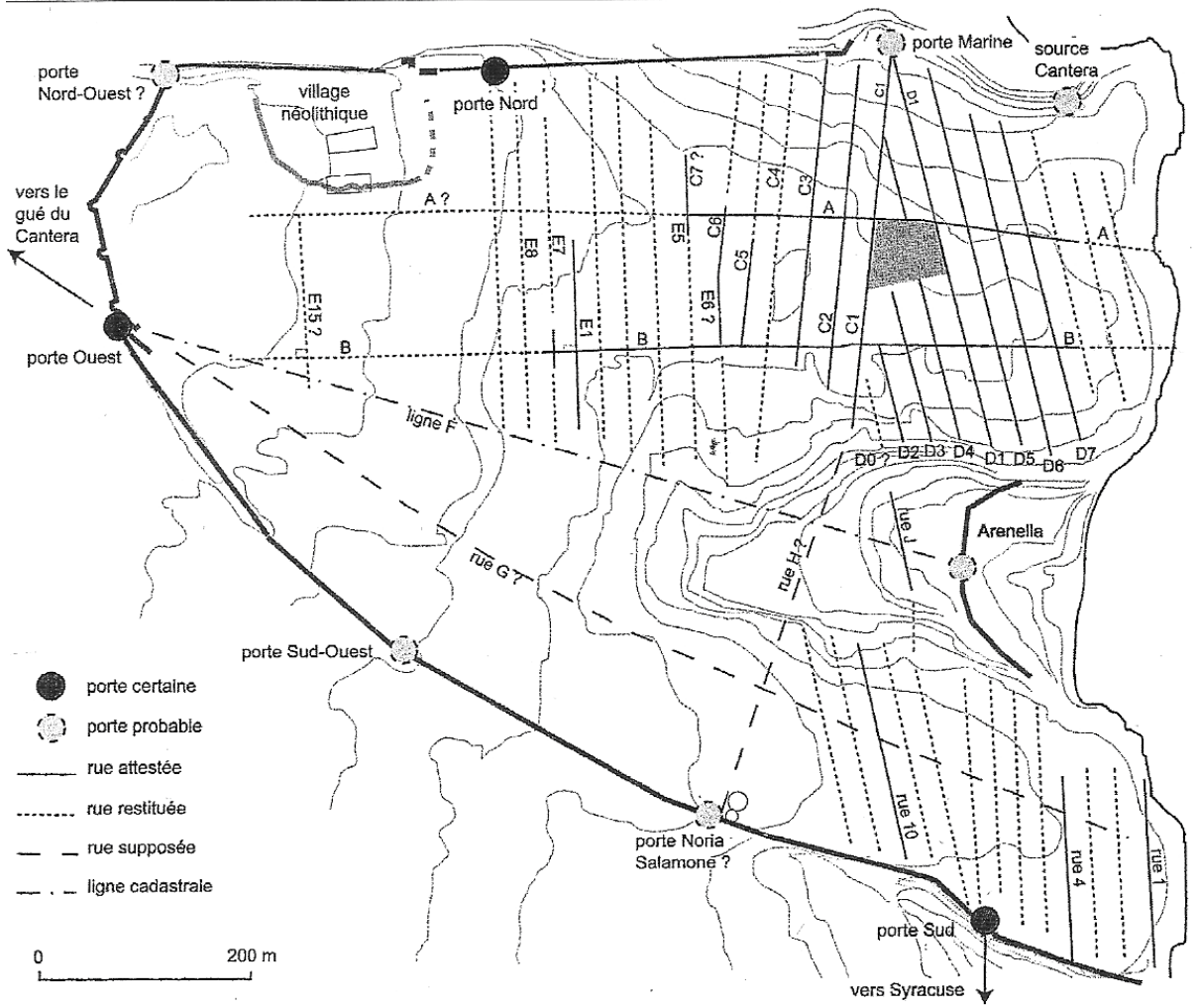


Fig. 2 : Division régulière de l'espace urbain à Mégara Hyblaea, en Sicile. (GRAS, TRÉZINY et BROISE, 2004).

**LA PRÉCOLONISATION : UN MOT POUR DIRE L'ARCHÉOLOGIE DES PREMIERS CONTACTS ?**

Precolonization: a word to say the archaeology of the first contacts?  
*(Pré-colonização: uma palavra para dizer a arqueologia dos primeiros contatos?)*

Arianna Esposito

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



## La précolonisation : un mot pour dire l'archéologie des premiers contacts ?

Arianna Esposito<sup>1</sup>

**Résumé :** Cet article propose de revenir sur la précolonisation, une notion fondatrice de la littérature archéologique sur la colonisation grecque. On y aborde son interprétation théorique et les difficultés qui y sont liées. Concept idéologiquement très chargé, en particulier dans le cadre de la tradition d'études postcoloniales, illustrant initialement l'émulation et la rivalité entre les partisans de la thalassocratie phénicienne et les tenants de la primauté des Grecs comme civilisateurs de l'Occident, la notion de précolonisation demeure à notre sens pertinente au même titre que celle de colonisation. Les deux illustrent deux phénomènes historiquement et fonctionnellement différents, malgré l'idée de contiguïté implicitement induite par le préfixe « pré- ». Cet article vise à dépasser cette idée en pointant les changements relationnels entre Grecs et autochtones imposés par la fondation des colonies et les potentiels conflits qui en résultent pour le contrôle de la terre.

**Mots-clés :** Précolonisation ; colonization ; méditerranéisation ; globalisation ; territoire.

**Resumo:** Este artigo propõe reavaliar a ideia de “pré-colonização”, uma noção fundadora da literatura arqueológica sobre a colonização grega. Discutimos aqui a sua interpretação teórica e as dificuldades associadas a ela. Conceito ideologicamente carregado, especialmente na perspectiva dos estudos pós-coloniais, que inicialmente ilustra a emulação e a rivalidade entre os defensores da talassocracia fenícia e os defensores do primado dos gregos como civilizadores do Ocidente, a noção de pré-colonização permanece, em nosso ponto de vista, relevante assim como o da colonização. Ambos ilustram dois fenômenos historicamente e funcionalmente diferentes, apesar da ideia de contiguidade implicitamente induzida pelo prefixo “pré-”. Este artigo pretende ir além desta ideia, apontando as mudanças relacionais entre gregos e nativos impostas pela fundação das colônias e pelos potenciais conflitos resultantes para o controle da terra.

**Palavras-chave:** Pré-colonização; Colonização; Mediterraneização; Globalização; Território.

**Abstract:** This paper proposes to reassess the idea of “pre-colonization”, a founding notion of the archaeological literature on Greek colonization. It discusses its theoretical interpretation and the difficulties associated with it. A concept ideologically instigating, especially in the perspective of postcolonial studies, initially illustrating the emulation and rivalry between the supporters of the Phoenician thalassocracy and the advocates of the primacy of the Greeks as civilizers of the West, the notion of pre-colonization remains, in our viewpoint, relevant as well as that of colonization. Both illustrate two historically and functionally different phenomena, despite the idea of contiguity implicitly induced by the prefix “pre-”. This paper aims to go beyond this idea, by pointing out the relational changes between Greeks and Natives imposed by the foundation of colonies and the resulting potential conflicts for the control of the land.

**Keywords:** Pre-colonization; Colonization; Mediterraneanization; Globalization; Hinterland.

---

<sup>1</sup> Maître de Conférences d'archéologie classique à l'Université de Bourgogne – Franche-Comté, Dijon, UMR 6298 ARTEHIS, Archéologie, Terre, Histoire, Sociétés, France.

## HISTOIRE D'UN MOT : GENÈSE ET RÉCEPTION DE LA NOTION DE PRÉCOLONISATION

Le concept de précolonisation apparaît avec les trois études d'Alan Blakeway dans les années 30 concernant le commerce grec vers l'Occident (CASAL-LOURDIN et ROURE, 2006). Le terme est ensuite directement passé, inchangé, de l'anglais aux autres langues, français, italien ou allemand, en préservant donc la même forme et la même signification. Dans le cadre de l'historiographie française, on peut plus particulièrement suivre l'évolution de cette notion et de son intégration controversée au sein de l'archéologie de la colonisation grecque à travers les propos de Georges Vallet. Sa réaction à cette notion est d'emblée très ferme et sceptique (GRAS, 1999)<sup>2</sup>. Elle est minutieusement énoncée dans le premier chapitre de sa thèse, à la suite d'un article publié auparavant, en 1956, avec François Villard : dans la mesure où tout le matériel grec retrouvé en Occident est postérieur à la fondation des premières *apoikiai*, il n'y a pas de « précolonisation ». Georges Vallet nuance par la suite cette position en reconnaissant notamment, lors du colloque d'Ischia (1968), l'existence de « contacts sporadiques antérieurs », mais rejetant, malgré tout, l'idée d'une phase comportant des rapports commerciaux, suivis et organisés, entre les Grecs et les populations indigènes d'Italie. Deux ans plus tard, au Congrès international des sciences historiques à Moscou, Georges Vallet admet que les découvertes de Francavilla Marittima, dans l'arrière-pays de Sybaris, attestent le passage de bateaux phéniciens avant la colonisation grecque. Par la suite, d'abord lors de sa conférence napolitaine au Centre Jean Bérard, en ouverture du colloque sur « La céramique grecque ou de tradition grecque au VIII<sup>e</sup> siècle » (1976), puis à l'occasion de la rencontre salernitaine en hommage à Mario Napoli, un an plus tard, il reconnaît – avec les découvertes de Giuseppe Voza en Sicile orientale, dans la vallée du Marcellino – l'existence, dès le début du VIII<sup>e</sup> siècle, de contacts réguliers entre les indigènes et le monde grec. Georges Vallet va encore plus loin dans son autocritique lorsque, dans l'un de ses derniers écrits, il introduit une nouvelle distinction entre le phénomène « précolonial » et celui « colonial ». L'écart entre ces deux situations est fondé sur la nature même des relations entre les partenaires, ainsi les premiers contacts et les premiers échanges s'inscrivent dans le cadre d'initiatives individuelles de *prospectors*, de marchands, tandis que la fondation d'une *apoikia* implique de manière collective l'ensemble de la communauté.

Dans la littérature archéologique des derniers cinquante ans, avec les nouvelles découvertes, le concept de précolonisation s'amplifie et acquiert progressivement une valeur de plus en plus étendue, à la fois spatialement, culturellement et chronologiquement, finissant par désigner et englober des phénomènes historiques très disparates, et même très éloignés d'un point de vue spatio-temporel (ESPOSITO, 2012). Son contenu se stratifie alors tout en se complexifiant : il implique plusieurs sens ou significations différents, résultant des développements théoriques en rapport avec les contacts interculturels et les échanges

---

<sup>2</sup> Pour une analyse détaillée de la position de Georges Vallet, résumée dans les lignes suivantes, voir GRAS, 1999, avec bibliographie.

économiques. Si, *stricto sensu*, le mot renvoie à la période chronologique antérieure à la colonisation historique de l'Occident, par extension ce terme a par la suite désigné à la fois la nature même des contacts entre les Grecs et les populations autochtones d'Occident précédant l'implantation des premières colonies, ainsi que le lien possible entre ces premiers échanges et la colonisation elle-même. Le rapport clairement formulé avec la notion de colonisation implique des conséquences évidentes : le préfixe « pré - » se charge alors d'une valeur chronologique (indiquant donc ce qui se place « avant » la colonisation historique) et causale. La précolonisation prépare en somme la colonisation proprement dite, avec une relation directe entre les deux phénomènes. Autrement dit, l'emploi du terme de précolonisation inciterait à arguer, de manière implicite et inexacte, un déroulement progressif avec deux phases, en envisageant un « avant » et un « après » forcément liés entre eux. Or, ces deux phases ne se produisent pas de manière systématique : certaines cités nouvelles surgissent sans qu'il y ait eu préalablement une phase « précoloniale » ; en revanche, des situations que l'on définit par convention comme étant « précoloniales », impliquant par exemple la présence concomitante de Grecs et d'autochtones sur un même site, ont pu demeurer bien au-delà d'une fondation. La précolonisation elle-même est donc une variable discontinue, qui n'est pas nécessaire à la fondation d'une cité et qui ne s'achève pas forcément non plus avec (ou par) l'établissement d'une colonie – un contexte précolonial n'étant pas systématiquement destiné à préparer l'installation stable et organisée d'une nouvelle communauté et la fondation d'une colonie. La précolonisation diffère en effet de la colonisation qui implique l'établissement d'un groupe, la fondation d'une nouvelle cité et l'acquisition, plus ou moins rapide, de l'*hinterland*. Par conséquent, la précolonisation et la colonisation sont deux phénomènes différents, aussi bien d'un point de vue conceptuel que d'après une perspective fonctionnelle. Le développement des *poleis* est le trait distinctif de la colonisation, par opposition à l'interaction basée principalement sur l'échange (DOMÍNGUEZ MONEDERO, 2008), ce qui n'implique néanmoins pas que l'échange s'effectue nécessairement sur des termes égaux, ni que ce type d'interaction précède inévitablement des formes de contact hégémoniques (ALVAR EZQUERRA, 2008). En Méditerranée occidentale, la Campanie semble jouer un rôle déterminant dans notre compréhension de la qualification de chacun de ces deux phénomènes.

### L'EXEMPLE DE LA CAMPANIE : PITHÉCUSSES ET CUMES (fig. 1)

En Italie notamment, c'est le débat relatif à la nature de l'établissement de Pithécusses qui a surtout permis de souligner ce « saut qualitatif » et fonctionnel entre les deux phases (d'AGOSTINO, 2008). Les fouilles entreprises par Giorgio Buchner attestent l'existence d'un établissement grec dans le Golfe avant la fondation de Cumès. Le recours au concept de « protocolonial » apparaît ainsi dans la littérature archéologique et historique pour bien différencier la période chronologique caractérisant Cumès de la

période immédiatement antérieure. L'horizon précolonial recule alors d'environ un quart de siècle, les trouvailles sur Ischia faisant remonter la date de cette période de 750 à 775 avant J.-C. environ. D'un point de vue archéologique, nos connaissances semblent d'emblée indiquer une antériorité chronologique de l'établissement de Pithécusses par rapport à celui de Cumes (pour le débat sur la chronologie, voir GUZZO, 2016 ; NIZZO, 2007) : la première installation sur l'île daterait de la période comprise entre 770 et 750 av. J.-C.

Or, les fouilles récentes menées respectivement par les équipes napolitaines de l'Université Federico II (G. Greco) et de l'Université « l'Orientale » (M. D'Acunto) ont dégagé des habitations pour les niveaux du haut archaïsme qui correspondraient aux toutes premières phases de l'établissement cumain et à la première génération d'*apoikoi* installés dans la zone qui, plus tard, sera occupée par le Forum, et dans un secteur qui s'étend entre ce Forum et les remparts nord de la cité. Il s'agit de vestiges d'édifices construits en murs à angle droit, formés d'un socle de pierre et d'une élévation de briques crues, avec couverture de chaume. Les archéologues ont mis au jour les débris de cette maison renfermant un foyer constitué de cinq niveaux successifs, de la seconde moitié du VIII<sup>e</sup> siècle au VII<sup>e</sup> siècle, riches en fragments céramiques. Les spécimens les plus anciens datent du dernier quart du VIII<sup>e</sup> siècle, ils pourraient même remonter au Géométrique récent I, c'est à dire avoir appartenu à la première génération de colons. Les analogies avec le matériel de Pithécusses (notamment pour les *skyphoi* à chevrons inscrits et la *Red Slip Ware*) font penser à des importations possibles depuis l'île.

Sur le côté méridional du Forum, les fouilles ont permis de dégager une habitation en pierre, de forme rectangulaire, de plus de 30 m<sup>2</sup>, caractérisée par de la céramique datant d'entre le dernier quart du VIII<sup>e</sup> siècle et le tout début du VII<sup>e</sup> siècle. Qui plus est, la présence d'un pain en bronze (2,580 kg), de scories de fer et d'ambre brut laisse supposer une utilisation marchande de la structure, voire polyvalente (d'AGOSTINO et D'ACUNTO, 2009).

Sous les *oikoi* du haut archaïsme, situés sur le côté sud de la future place du Forum (qui a probablement succédé à l'agora grecque), ont été découvertes des sépultures indigènes de l'âge du Fer soit intactes, soit bouleversées, ce qui semble corroborer l'hypothèse d'un modèle d'habitat indigène en noyaux dispersés. Le matériel céramique mis au jour dénombre, parmi les témoignages les plus anciens, au moins deux fragments de *kotylai* du type Aetos 666 du LG I, dont une importation corinthienne et une produite *in situ*, deux *skyphoi* à panneau dont un de type Thapsos, les deux produits à Pithécusses, un *skyphos* à chevrons importé, avec une vasque profonde et une haute lèvre. Ce dernier type est attesté à Pithécusses par plusieurs spécimens. Chronologiquement il se place à la fin du MG II, voire à la transition entre MG II et LG I, si l'on suit le rehaussement proposé par Bruno d'Agostino. A-t-on affaire à du mobilier résiduel, trouvé dans des niveaux de remplissage ? À du mobilier funéraire de tombes indigènes détruites par les constructions ? Ou, enfin, à la vaisselle utilisée par les Grecs dans leurs habitations, juste après qu'ils aient débarqué pour fonder leur nouvelle cité ? En suivant le fil de l'hypothèse avancée par Bruno d'Agostino, la date de fondation de Cumes

pourrait être plus ancienne qu'on ne le pensait (d'AGOSTINO, 2008 ; D'ACUNTO, 2014). Dès lors, le caractère agraire de l'*apoikia* Cumes serait d'autant plus intéressant que sa fondation pourrait être peu ou prou contemporaine de celle de Pithécusses. Les enjeux sont de taille pour notre compréhension de la première colonisation eubéenne en Mer Tyrrhénienne : si Pithécusses reste un habitat tourné vers le commerce et l'artisanat (SOURISSEAU, 2008 et 2012), avec un haut niveau de *technè*, Cumes fonde en revanche sa fortune durant tout l'archaïsme sur la possession d'un vaste territoire fertile et la maîtrise d'une vaste étendue maritime, de la côte du golfe de Naples aux îles qui lui font face. La réduction du décalage chronologique entre les deux établissements semble alors souligner aux yeux de l'historien leur possible nature synergique. Les deux sites représentent en somme deux phénomènes complémentaires, peu éloignés d'un point de vue chronologique mais pourtant fonctionnellement distincts.

### RETOUR SUR UN CONCEPT

Le problème entre précolonisation et colonisation n'est donc pas tant terminologique qu'historique (DE ANGELIS 2003, p. 10). Précisément parce que l'un n'est pas la conséquence directe de l'autre, ces deux phénomènes ne sont pas nécessairement distincts en termes de chronologie, et ils peuvent aussi coexister. Il est de fait possible qu'une présence commerciale soit régulière dans la phase coloniale proprement dite, c'est-à-dire que des lieux d'échanges et *emporìa* puissent exister sans se transformer en un véritable établissement colonial. La seule relation plausible entre la précolonisation et la colonisation concerne plutôt la connaissance géographique des lieux d'implantation des colonies. La fondation d'une colonie, en fait, n'est pas un fait aléatoire, mais elle s'explique par une connaissance précise, de la part des nouveaux arrivants, de la région colonisée. Une démonstration claire en a été donnée par Mario Lombardo à propos de la Basilicate (LOMBARDO, 1986 et 1998).

D'un point de vue chronologique, la notion de précolonisation s'étend jusqu'à englober un vaste ensemble de situations, très distinctes. Son champ d'application est extrêmement variable. Selon les auteurs et les régions, il recouvre aussi bien les IX<sup>e</sup> et VIII<sup>e</sup> siècles, en Italie et en Sicile, que le VII<sup>e</sup> siècle et la colonie de Marseille en Gaule méditerranéenne, fondée vers 600 av. J.-C. par les Phocéens (CASAL-LOURDIN ET ROURE, 2006). À la suite de Sabatino Moscati et d'autres, on a aussi parlé de précolonisation pour désigner les échanges entre l'Occident et le monde mycénien, à une période chronologique (le XIII<sup>e</sup> siècle) bien antérieure à celle définie au départ. En 1956, Miquel Tarradell introduit la notion de précolonisation pour désigner la période précédant la fondation des premières villes phéniciennes sur les côtes de l'Atlantique et de la Méditerranée centrale. Le terme est dès lors employé pour indiquer les différents phénomènes de mobilité phénicienne en Méditerranée (BONDÌ, 2012), déplacements qui, de surcroît, ont eu lieu, il est vrai, avant la colonisation grecque, mais également en parallèle de celle-ci (HODOS, 2011). Dans un contexte

scientifique opposant les partisans de la « thalassocratie phénicienne » et ceux de la primauté des Grecs comme découvreurs de l'Occident, le terme de précolonisation se trouve alors implicitement investi d'une nouvelle portée idéologique car désignant la mobilité des premiers porteurs de la civilisation en Occident (SOMMER, 2009). Quelle part d'histoire révèle-t-il ? Écrire l'histoire de la colonisation grecque a eu comme effet d'exacerber le besoin de questionnements théoriques, au fil des mots, pour mieux comprendre les rapports que le présent entretient avec des mémoires imbriquées, peu explorées, parfois instrumentalisées.

### DÉCOLONISER LA PRÉCOLONISATION

Depuis les années 90 du siècle dernier, le mot « précolonisation » a été souvent rejeté, voire banni par les chercheurs engagés dans un mouvement de critique « militante » des schémas coloniaux et de la notion même de colonisation appliquée à l'Antiquité. Or, cette remise en question de la colonisation archaïque s'accompagne d'une mise en cause profonde de la notion d'hellénisation et de ses présupposés. Certains chercheurs ont même suggéré que le vocabulaire « colonial » devrait être totalement abandonné par la littérature archéologique et historique de l'Antiquité (OSBORNE 1998, 2005 et 2009 ; PURCELL, 2005, p. 134-135 ; HALL, 2007, p. 93-94). Ces nouvelles questions posées sur les phénomènes coloniaux ne sont pas sans rapport avec l'attention portée aux contextes de cohabitation gréco-indigène. La prise en compte de milieux culturellement mixtes est, en effet, un des points centraux de ce renouvellement historiographique. Compte tenu de l'état actuel des débats, on pourrait être tenté de suivre Robin Osborne et Nicholas Purcell et d'abandonner le paradigme de la « colonisation » pour insister sur des aspects tels que la « méditerranéisation » des élites (GARCIA et SOURISSEAU, 2010) et le développement d'une culture inter-méditerranéenne (KISTLER, 2009). En se détournant des approches traditionnelles, qui considèrent l'interaction culturelle en Méditerranée à l'âge du Fer principalement au prisme de la colonisation grecque, Tamar Hodos parle même de « *Global Mediterranean Iron Age* » (HODOS, 2009, 2010 et 2014). L'organisation en réseaux, typique de la Méditerranée à l'époque archaïque, permettrait ainsi d'expliquer plusieurs aspects de la colonisation grecque (MALKIN, 2011). Dans cette perspective, le concept de « *middle-ground* », emprunté par Irad Malkin à l'historien américain Richard White, recouvre à la fois un lieu géographique et un espace politique et social, dans une toile d'échanges entre les sociétés anciennes, toile étendue et structurée en plusieurs niveaux, englobant toute la Méditerranée et dont la Campanie, en particulier, offre un exemple pertinent, en raison, entre autres, de son caractère multiculturel (MALKIN, 2002).

Les recherches sur le terrain se sont accompagnées d'une révision des données archéologiques anciennes. Dans un domaine où les développements théoriques ont récemment dépassé les synthèses archéologiques, il y a de fait aujourd'hui assez de publications qui nous incitent à revoir un certain nombre de questions avec un œil nouveau. Les caractères de ces trouvailles posent de nouvelles interrogations. Doit-



on pour autant faire *tabula rasa* des acquis théoriques et des traditions intellectuelles précédentes ? Luca Cerchiai a proposé une approche critique du *middle-ground*, en soulignant que, s'il a existé, il a dû s'agir d'une phase brève, transitoire, dans la seconde moitié du VIII<sup>e</sup> siècle (CERCHIAI, 2017). Les conditions violentes de l'installation grecque à Cumès, telles que rapportées par les sources littéraires, ne doivent pas être écartées, et l'arrivée des Grecs a pu impliquer des conflits dès le départ (MELE, 2014).

### COHABITATIONS, CONTEXTES MIXTES, CONFLITS : L'IMPORTANCE DE LA TERRE

D'un point de vue historique, la distinction entre une phase pré- et protocoloniale et une phase coloniale demeure à mon sens pertinente, si l'on n'admet pas l'existence d'un ordre strictement (ou simplement) chronologique. Lors des contacts précoloniaux, les groupes d'individus grecs furent principalement intéressés par une interaction avec les éléments indigènes pour des raisons économiques. La fondation des cités coloniales engendre en revanche une situation nouvelle (ESPOSITO, 2012). Certes, les Grecs de la première phase ne sont pas nécessairement les fondateurs des colonies. On reconnaît, à la suite des recherches de Laurence Mercuri (MERCURI, 2004), des contacts eubéens à Canale Janchina, dans le futur territoire de Locres (le site ne se situe qu'à quatre km seulement au nord de la cité coloniale : fig. 2). Ici les sources convergent pour montrer que les contacts eubéens cessent au moment de l'expulsion des indigènes du cœur du territoire et de l'asservissement de bon nombre d'entre eux par les colons. L'impact de la fondation sur le peuplement indigène a été presque immédiat. La fin de Canale et l'installation des colons à Locres sont de fait deux événements quasiment contemporains. On ne peut donc pas exclure qu'ils soient liés. La fin de l'habitat de Janchina correspond quant à lui à une réorganisation de l'ensemble de la zone. La nécropole du lieu-dit Stefanelli, proche de Gerace, est utilisée aux VIII<sup>e</sup> et VII<sup>e</sup> siècles, donc après la fondation de la colonie. Un peu plus loin, la nécropole de S. Stefano à Grotteria est utilisée au VII<sup>e</sup> siècle et au début du siècle suivant. Or, ces deux établissements indigènes s'inscrivent culturellement dans la continuité de Canale. Il est dès lors fort probable que cette réorganisation du réseau des habitats, entre l'extrême fin du VIII<sup>e</sup> siècle et le début du VII<sup>e</sup> siècle, soit directement en relation avec la fondation locrienne. L'assimilation de modèles eubéens de la part des potiers autochtones laisse supposer la présence d'artisans eubéens et le contact direct entre artisans eubéens et autochtones dans le cadre d'un *emporion*. Si, en définitive, Canale Janchina n'évolue pas en une *polis* eubéenne c'est probablement parce que la fondation de Locres interrompt le processus au début du VII<sup>e</sup> siècle. C'est, autrement dit, la consolidation de la présence grecque qui détermine un changement des rapports de force en faveur des Grecs, et favorise le développement de certaines installations – plutôt que d'autres. Certes, il nous est très malaisé de restituer l'image de l'aménagement et de l'organisation d'un territoire dans les premières générations. On peut cependant supposer avec une certaine assurance l'expropriation progressive des terres disponibles, l'intégration de certaines franges des

communautés locales, *via* notamment des alliances matrimoniales, et l'asservissement d'autres groupes. La fondation de l'*apoikia* implique bel et bien le remplacement d'un système foncier par un autre (ZURBACH, 2017). Sur certains sites, comme Mégara Hyblaea notamment, la répartition des terres est précoce et le plan urbain défini d'emblée, avec peut-être un espace public au cœur de l'aménagement urbain maintenu vide, signe d'une communauté dès le départ très organisée.

### LES MOTS FACE À L'HISTOIRE

La question des contacts précoloniaux doit à mon sens être abordée en adoptant une perspective élargie à l'échelle méditerranéenne, permettant de comprendre le système d'échanges et la mise en place des réseaux à l'intérieur de zones géographiques plus limitées. Les milieux coloniaux grecs et phéniciens ont longtemps été discutés isolément ou en opposition les uns avec les autres, au détriment de notre compréhension des deux. Les acquis de la recherche actuelle soulignent la grande diversité des protagonistes des échanges, la complexité des sociétés protohistoriques et la place qu'elles occupent au cœur des réseaux d'échanges. Cela suppose deux ordres de conséquences. En premier lieu, une fois admis que Grecs (Eubéens) et Phéniciens ont manifestement partagé des routes, des escales, des circuits voués à l'acquisition et à l'échange de ressources, d'expériences artisanales et de cohabitation (ESPOSITO, 2010 ; SOMMER, 2009)<sup>3</sup>, la nature idéologique véhiculée par une précolonisation, grecque ou phénicienne, abordée de façon compétitive, apparaît obsolète, dépassée. De plus, on a vu apparaître dans la littérature archéologique la question de véritables phénomènes de mixité gréco-indigène, dont la nature et les modes de développement font encore l'objet de vifs débats au sein de la communauté scientifique. Elle a été envisagée pour plusieurs établissements et dans plusieurs contextes, en Italie du Sud, en Gaule méridionale, en Péninsule Ibérique, sur le pourtour de la mer Noire. Ce qui a contribué à priver la notion de précolonisation de sa portée implicitement téléologique, et à lui restituer une valeur spécifique, en fonction du contexte historique et culturel retenu.

### UN ESPACE D'INTERFACE : L'INCORONATA

Pour la Basilicate (Italie méridionale), les fouilles récentes entreprises par l'Université Rennes 2, sous la responsabilité de Mario Denti sur le site de l'Incoronata de Métaponte (fig. 2), sur la basse vallée du Basento (à environ sept kilomètres de la côte), ont marqué un tournant important. La colline a été occupée

---

<sup>3</sup> Michael Sommer parle plus spécifiquement d'un '*composite Mediterranean network to which Phoenicians, Greeks and "indigenous" populations, settled and mobile groups, traders and producers of commodities, mercenaries and slaves each contributed to a specific extent*', SOMMER, 2009, p. 102.

tout au long du VIII<sup>e</sup> siècle par les communautés autochtones œnôtres. À la première moitié du VIII<sup>e</sup> siècle correspond un sol construit en gros galets : d'une longueur d'au moins 30 m, il est associé à un espace à caractère rituel. Un autre pavement en galets très fins a été mis en place pendant la seconde moitié du même siècle, avec la même extension et la même orientation que celle du précédent (mais on observe une augmentation progressive en altitude vers l'ouest, tandis que le plan du sol précédent reste uniforme en altitude tout au long de son extension). Les deux sols semblent ainsi avoir eu une fonction analogue – à caractère clairement éminent – durant toutes les phases de l'occupation de la colline (fig. 3).

Au début du VII<sup>e</sup> siècle, on constate l'arrivée de produits grecs, mais la phase indigène ne s'achève pas au moment de l'apparition de la céramique grecque ; elle se prolonge durant la première moitié du siècle. Cette première phase est en revanche oblitérée par une nouvelle phase d'occupation – dont le caractère grec est désormais plus patent – datée du troisième quart du siècle. Il s'agit de la dernière phase d'occupation du site. Elle est marquée par une phase d'abandon « ritualisé ». Lors des dernières campagnes, les fouilleurs de l'Université Rennes 2 ont dégagé un lieu de production de céramique œnôtre (DENTI, 2012 ; VILLETTE, 2017), caractérisé par une carrière d'extraction d'argile, un dépotoir artisanal, trois fosses de dépuración de l'argile – considérées comme une même entité –, une fosse de stockage/travail de l'argile et trois structures de cuisson diverses, associés à des céramiques indigènes et grecques (produites localement et d'importation). Le faciès culturel de ce contexte de production se révèle être donc principalement œnôtre, sans être pour autant étranger à des éléments grecs, comme le montre l'étroite association de céramiques et de ratés de cuisson, grecs et indigènes, retrouvés dans des contextes primaires (sols) aussi bien que secondaires (complements, rejets). Les potiers indigènes et grecs travaillaient-ils ensemble ? Les fouilles menées par l'équipe dirigée par Mario Denti esquissent une nouvelle configuration du site remettant en cause les « modèles » précédents : non plus une opposition, à la fois chronologique et culturelle, entre deux phases d'occupation du site (P. Orlandini), mais une situation relationnelle entre Grecs et indigènes changeante, transitoire, un « entre-deux » que nous cherchons, non sans mal, à nommer à l'aide de termes comme « interculturalité », « mixité », « métissage », etc.

Les modèles interprétatifs communément appliqués aux périodes archaïques et classiques ne sont pas toujours appropriés pour analyser des données relevant de situations comme celle attestée à l'Incoronata, c'est-à-dire des contextes d'« entre-deux » justement, et, surtout, pour appréhender des phases que traditionnellement nous appelons « pré- » ou « proto-archaïques », propres donc à des contextes précédant normalement le plein phénomène « colonial » (DENTI, 2016). L'espace artisanal de l'Incoronata, caractérisé par la coprésence de céramiques grecques et indigènes (ces dernières, en nette abondance), permet d'envisager une activité conjointe de céramistes grecs et œnôtres, probablement tout au long du VIII<sup>e</sup> siècle et au moins durant la première moitié du VII<sup>e</sup> siècle. La composante grecque est elle-même très vraisemblablement hétérogène, car la céramique grecque locale, et en particulier la céramique figurée,

présente un éclectisme stylistique patent (ESPOSITO et POLLINI, 2013) : outre le caractère gréco-insulaire – et plus précisément parien et naxien –, on observe des références aux répertoires gréco-oriental, attique et corinthien contemporains. Les nombreux *kantharoi* provenant du dépotoir artisanal (DT1) reflètent quant à eux une tradition formelle achéenne (VILLETTE, 2017). Giuliana Stea (STEA, 1999) a envisagé l’hypothèse qu’il s’agisse d’une production céramique destinée à un usage interne. La qualité des céramiques, les décors et les iconographies retenus laisseraient par ailleurs entrevoir des destinataires issus de l’aristocratie. L’établissement aurait alors graduellement intégré des groupes indigènes dans une ébauche d’*apoikia* en devenir, un processus interrompu cependant par la fondation de Métaponte. L’Incoronata est alors un espace de marges, d’interface, un *melting pot* entre la culture grecque et les cultures indigènes (BELLAMY, 2016). Massimo Osanna recourt, pour qualifier le site et sa culture matérielle, à la notion de créolisation (OSANNA, 2012, p. 75).

Notre connaissance du milieu précolonial de la région à un moment de l’histoire où il n’y a pas encore d’*apoikia*, Métaponte, et les relations entre les différents partenaires sont encore fluides, est aujourd’hui profondément enrichie. L’exemple de l’Incoronata permet de reconstituer des situations d’interaction qui échappent aux lectures déterministes habituelles et autorisent une réévaluation du moment, pré- ou protocolonial, comme rencontre de partenaires et non comme une confrontation inégale. La fondation de la colonie agraire de Métaponte provoque toutefois une rupture radicale par rapport à la situation précédente, pré- ou protocoloniale, de cohabitation, d’« entre-deux ». Comme le rappelait Ettore Lepore, une *apoikia* ne peut s’établir que sur la terre d’un autre, et à la suite d’un processus d’expropriation, d’implantation et de domination (LEPORE, 2000, en part. le chap. III). De fait, une *apoikia* est un établissement fondé dans un territoire souvent déjà habité. La prise de possession par la cité de terres agricoles engendre des conflits plus ou moins violents avec les populations locales. L’accès aux terres cultivables est en conséquence un enjeu essentiel des contacts et rapports entre Grecs et autochtones.

## CONCLUSION

Les réserves émises quant à l’emploi du mot précolonisation rejoignent en définitive celles exprimées par la théorie postcoloniale pour le mot colonisation, visant à déconstruire l’idée (le préjugé ?) d’un parallélisme anachronique – et politiquement chargé – entre colonisations anciennes et modernes (**voir notre article avec A. Pollini dans ce dossier**). Ces réserves se fondent principalement sur la nature idéologique qui imprègne ces termes. Par ailleurs, l’archéologie postcoloniale a mobilisé de nouveaux moyens d’analyse et des nouvelles catégories d’interprétation (mixité, hybridation, métissage, ethnicité...), plus adaptés à cerner la complexité des situations coloniales, y compris pour le monde protoarchaïque. Les exemples évoqués ici illustrent la réciprocité de premiers contacts qui entraînent la formation de nouvelles

sociétés, parfois marquées par la mixité (Incoronata, Canale-Janchina). Or, bien que l'on puisse appréhender certains exemples d'une interaction pacifique entre Grecs et non-Grecs par l'archéologie, il ne faut pas pour autant en déduire un modèle généralisant. On adopterait une lecture biaisée des événements historiques en remplaçant le modèle univoque précédent – la pénétration grecque – par un autre – la cohabitation pacifique. Plusieurs variables et contraintes, économiques, sociales, géographiques et environnementales, conditionnent la nature, le milieu et le cadre des contacts interculturels. Les recherches actuelles signalent justement la spécificité de chaque cas, dans une démarche qui vise à déconstruire l'idée d'un modèle colonial uniforme et à souligner, au contraire, le poids des contextes locaux. Une colonie grecque se définit autant par le politique que par le territoire de la nouvelle cité. L'historiographie contemporaine de tradition postcoloniale – devenue, depuis les années 1990, un courant de recherche important dans les universités australiennes, britanniques et nord-américaines –, a eu le mérite de souligner la réciprocité des processus de construction de la rencontre interculturelle. Mais en ignorant les solutions violentes, les questions d'appropriation et de conquête qui accompagnent le processus de construction territoriale des *apoikiai* – processus qui n'est pas réductible à un long et lent mouvement d'installation sans conflit –, elle a parfois contribué à construire une histoire du phénomène colonial envisagé comme monolithique, quels que soient les acteurs et l'époque considérés.

## BIBLIOGRAPHIE

- ALVAR EZQUERRA, JAIME. « *Modos de contacto y medios de comunicación : los orígenes de la expansión fenicia* », in SEBASTIÁN CELESTINO PÉREZ, NÚRIA RAFEL FONTANALS et XOSÉ-LOIS ARMADA (éds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e.). La precolonización a debate*, Madrid : CSIC, 2008, p. 19-25 (Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, Serie Arqueológica, 11).
- BELLAMY, CLEMENT. « *Pots et Melting Pot : céramiques, mixités, bricolages* », in MARIO DENTI et CLEMENT BELLAMY (dirs.), *La céramique dans les espaces archéologiques « mixtes ». Autour de la Méditerranée antique*, Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2016, p. 21-27 (coll. « Archéologie et Culture »).
- BONDÌ, SANDRO FILIPPO. « *La precolonizzazione fenicia* », in PAOLO BERNARDINI et PERRA MAURO (éds.), *I Nuragici, I Fenici e gli altri. Sardegna e Mediterraneo tra Bronzo Finale e Prima Età del Ferro. Atti del I Congresso internazionale in occasione del venticinquennale del Museo "Genna Maria" di Villanovaforru*, Sassari : Delfino, 2012, p. 41-50.
- CASAL-LOURDIN, KARINE et ROURE, RÉJANE. « *Historiographie du terme précolonisation en Italie et en France* », *European Review of History-Revue européenne d'Histoire*, vol. 13, n° 4, 2006, p. 607-620.
- CERCHIAI, LUCA. « *Integrazioni e ibridismi campani : Etruschi, Opici, Euboici tra VIII e VII sec. a.C.* ». in *Ibridazione e integrazione in Magna Grecia. Forme, modelli, dinamiche. Atti LIV Convegno sulla Magna Grecia*, Taranto 2014, Tarente : Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia 2017, p. 221-243.
- D'ACUNTO, MATTEO. « *Cuma: continuità e trasformazioni del quartiere residenziale tra il Foro e le mura settentrionali* », in *Immaginando Città. Racconti di fondazioni mitiche, forma e funzioni delle città campane*, Catalogo Mostra Santa Maria Capua Vetere – Paestum 2014, Naples : Prismi Arte'm, 2014, p. 164-167.
- d'AGOSTINO, BRUNO. « *Pithecusae e Cuma nell'alba della colonizzazione* ». *Cuma, Atti del XLVIII Convegno di Studi sulla Magna Grecia*, Naples : Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 2008, p. 1-13.
- d'AGOSTINO, BRUNO et D'ACUNTO, MATTEO. « *La città e le mura: nuovi dati dall'area Nord della città antica* », *Cuma. Atti del XLVIII Convegno di studi sulla Magna Grecia, Taranto 27 settembre -1 ottobre 2008*, Tarente : Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, 2009, p. 481-522.
- DE ANGELIS FRANCO. *Megara Hyblaia and Selinous. The Development of Two Greek City-States in Archaic Sicily*, Oxford : Oxford University School of Archaeology, 2003 (*University School of Archaeology Monograph*, no. 57).

- DENTI, MARIO. « Potiers œnôtres et grecs dans un espace artisanal du VII<sup>e</sup> siècle avant J.-C. à l'Incoronata », in ARIANNA ESPOSITO et GIORGOS M. SANIDAS (éds.), « Quartiers » artisanaux en Grèce ancienne. *Une perspective méditerranéenne*, Villeneuve d'Ascq : Presses du Septentrion, 2012, p. 233-256.
- DENTI, MARIO. « La céramique, les contextes mixtes, les identités. Une introduction au colloque », in MARIO DENTI et CLEMENT BELLAMY (dirs.), *La céramique dans les espaces archéologiques « mixtes »*. *Autour de la Méditerranée antique*, Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2016, p. 13-19 (coll. « Archéologie et Culture »).
- DOMÍNGUEZ MONEDERO, ADOLFO. « Los contactos 'precoloniales' de griegos y fenicios en Sicilia », in SEBASTIÁN CELESTINO PÉREZ, NÚRIA RAFEL FONTANALS et XOSÉ-LOIS ARMADA (éds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e.)*. *La precolonización a debate*, Madrid : CSIC, 2008, p. 149-159 (Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma Serie Arqueologica 11).
- ESPOSITO, ARIANNA. « L'Italie au cœur de la Méditerranée (VIII<sup>e</sup>-VII<sup>e</sup> s.) : contextes, transferts, transitions », in ROLAND ÉTIENNE (dir.), *La Méditerranée au VII<sup>e</sup> siècle av. J.-C. Essais d'analyses archéologiques*, Paris : De Boccard, 2010, p. 118-148 (Travaux de la Maison René Ginouvès, 7).
- ESPOSITO, ARIANNA. « La question des implantations grecques et de la pré- et protocolonisation en Italie du Sud : entre *emporía* et *apoikiai* », in LAURIANNE MARTINEZ-SÈVE (éd.), *Les Diasporas grecques du VIII<sup>e</sup> à la fin du III<sup>e</sup> s. av. J.-C.*, Symposium de la Sophau, *Pallas*, 89, Toulouse : Presses universitaires du Mirail, 2012, p. 97-121.
- ESPOSITO, ARIANNA ET POLLINI, AIRTON. « Pottery and cultural borders in Magna Graecia and Sicily », in LOURDES GIRON ANGIOZAR, MARÍA LAZARICH GONZALEZ et MARÍA CONCEIÇÃO LOPES (dirs.), *Actas del I Congreso Internacional sobre Estudios Cerámicos, Homenaje a la Dra. Mercedes Vegas (Cádiz, del 1 al 5 de noviembre de 2010)*, Cádiz : Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2013, p. 525-545.
- GARCIA, DOMINIQUE, SOURISSEAU, JEAN-CHRISTOPHE. « Les échanges sur le littoral de la Gaule méridionale au premier âge du Fer : du concept d'hellénisation à celui de méditerranéisation », in XAVIER DELESTRE et HENRI MARCHESI (dirs.), *Archéologie des rivages méditerranéens. 50 ans de recherches, (actes du colloque d'Arles, 28-30 octobre 2009)*, Paris : Errance/Ministère de la Culture et de la Communication, 2010, p. 237-246.
- GRAS, MICHEL. « Georges Vallet et le commerce ». *La colonisation grecque en Méditerranée occidentale. Actes de la rencontre scientifique en hommage à Georges Vallet organisée par le Centre Jean Bérard, l'École française de Rome, l'Istituto universitario orientale et l'Università degli studi di Napoli « Federico II » (Rome-Naples, 15-18 novembre 1995)*, Rome : École Française de Rome, 1999. p. 7-22 (*Publications de l'École française de Rome*, 251).

- GUZZO, PIER-GIOVANNI. *De Pithécusses à Pompéi : histoires de fondations. Quatre conférences au Collège de France (Paris, 2014)*. Naples : Centre Jean Bérard, 2016 (Études 10).
- HALL, JONATHAN M. *A History of the Archaic Greek World ca. 1200-479 BCE*. Malden, MA : Blackwell, 2007.
- HODOS, TAMAR. "Colonial engagements in the global Mediterranean Iron Age", *Cambridge Archaeological Journal* 19, 2009, p. 221–241.
- HODOS, TAMAR. "Globalization and colonization: a view from Iron Age Sicily", *Journal of Mediterranean Archaeology* 23, 2010, p. 81–106.
- HODOS, TAMAR. "A Phoenician past and present", *Bulletin of the Royal Institute for Inter-Faith Studies*, 13, 2011, p. 23-45.
- HODOS, TAMAR. "Global, local and in between: connectivity and the Mediterranean", in MARTIN PITTS et MIGUEL JOHN VERSLUYS, *Globalisation and the Roman World: World History, Connectivity and Material Culture*, Cambridge : University Press, 2014, p. 240-254.
- KISTLER, ERICH. « *Connected*. Cultura simposiale intermediterranea e i gruppi elitari nella Sicilia arcaica », in CARMINE AMPOLO (éd.), *Immagine e immagini della Sicilia e di altre isole del Mediterraneo antico*. Vol. II. Atti delle seste giornate internazionali di studi sull'area elima e la Sicilia occidentale nel contesto mediterraneo, Erice 12–16 ottobre 2006, Pise : Scuola Normale Superiore, 2009, p. 743–62.
- LEPORE, ETTORE. *La Grande Grèce : aspects et problèmes d'une colonisation ancienne, Quatre conférences au Collège de France (Paris, 1982)*, Naples : Centre Jean Bérard, 2000 (coll. « Études », 5).
- LOMBARDO, MARIO. « Siris-Polieion: fonti letterarie, documentazione archeologica e problemi storici », in ANTONIO DE SIENA et MARCELLO TAGLIENTE (éds.), *Siris-Polieion. Fonti letterarie e nuova documentazione archeologica* (Colloque de Policoro, 1984), Galatina : Congedo, 1986, p. 55-86.
- LOMBARDO, MARIO. « Siri e Metaponto: esperienze coloniali e storia sociale », in EMANUELE GRECO (éd.), *Siritide e Metapontino, storie di due territori coloniali*, (Colloque de Policoro 1991), Naples – Paestum, 1998, p. 45-65 (Cahiers du Centre Jean Bérard 20).
- MALKIN, IRAD. « A colonial Middle Ground : Greek, Etruscan and local elites in the Bay of Naples », in CLAIRE L. LYONS et JOHN K. PAPADOPOULOS (éds.), *The archaeology of colonialism*, Los Angeles : Getty Research Institute, 2002, p. 151-181.
- MALKIN, IRAD. *A Small Greek World. Networks in the Ancient Mediterranean*, Oxford : Oxford University Press, 2011.
- MELE, ALFONSO. *Greci in Campania*. Rome : Scienze e lettere, 2014 (I Quaderni di Oebalus 5).
- MERCURI, LAURENCE, *Eubéens en Calabre à l'époque archaïque. Formes de contacts et d'implantation*, Rome : Écoles françaises de Rome, 2004 (Bibliothèque des Écoles françaises de Rome et d'Athènes, 321).



- NIZZO, VALENTINO. *Ritorno ad Ischia. Dalla stratigrafia della necropoli di Pithekoussai alla tipologia dei materiali*, Naples : Centre Jean Bérard, 2007 (Collection du Centre Jean Bérard 26).
- OSANNA, MASSIMO. « Prima di Eraclea: l'insediamento di età arcaica tra il Sinni e l'Agri », in MASSIMO OSANNA et GABRIEL ZUCHTRIEGEL (dirs.), *Amphi Sirios Roas. Nuove ricerche su Eraclea e la Siritide*, Venosa : Osanna, 2012, p. 17-43.
- OSBORNE, ROBIN. "Early Greek Colonization? The nature of Greek settlement in the West", in NICK FISHER et HANS VAN WEES (éds.), *Archaic Greece: New Approaches and New Evidence*, Londres / Swansea : Duckworth and The Classical Press of Wales, 1998, p. 251-269.
- OSBORNE, ROBIN. "Urban sprawl. What is urbanization and why does it matter?", in ROBIN OSBORNE et BARRY CUNLIFFE (éds.), *Mediterranean Urbanization, 800–600 BC*, Oxford : British Academy, 2005, p. 1–17 (*Proceedings of the British Academy* 126).
- OSBORNE, ROBIN. *Greece in the Making, 1200–479 BC, Routledge History of the Ancient World*. Londres/New York : Routledge, 2009 (2<sup>nd</sup> éd.)
- PURCELL, NICHOLAS. "Colonization and Mediterranean History", in HENRY HURST et SARA OWEN (éds.), *Ancient Colonizations. Analogy, Similarity & Difference*, Londres : Duckworth, 2005, p. 115-139.
- SOMMER, MICHAEL. "Networks of commerce and knowledge in the Iron Age: the case of the Phoenicians", in IRAD MALKIN, CHRISTY CONSTANTAKOPOULOU et KATERINA PANAGOPOULOU (éds.), *Greek and Roman Networks in the Mediterranean*, Londres/New York : Routledge, 2009, p. 94-108.
- SOURISSEAU, JEAN-CHRISTOPHE. « La diffusion des vins grecs d'Occident du VIII<sup>e</sup> au IV<sup>e</sup> s. av. J.-C. : sources écrites et documents archéologiques ». *La vigna di Dioniso : vite, vino e culti in Magna Grecia. Atti del XLIX Convegno di studi sulla Magna Grecia*, Tarente : Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 2008, p. 143-252.
- SOURISSEAU, JEAN-CHRISTOPHE. « Documents archéologiques et réseaux d'échanges en Méditerranée central (VIII<sup>e</sup>-VII<sup>e</sup> s. a. C.) », in LAURENT CAPDETREY et JULIEN ZURBACH (éds.), *Mobilités grecques. Mouvements, réseaux, contacts en Méditerranée, de l'époque archaïque à l'époque hellénistique*, Bordeaux : Ausonius Éditions, 2012, p. 179-197.
- STEA, GIULIANA. « Forme della presenza greca sull'arco ionico della Basilicata: tra *emporía* e *apoikiai* », in MARINA CASTOLDI (dir.), *Koina. Miscellanea di studi archeologici in onore di Piero Orlandini*, Milan : Edizioni ET, 1999, p. 49-71.
- VILLETTE, MATHILDE. *Physionomie d'un espace artisanal et processus de fabrication de la céramique à l'âge du Fer sur la côte ionienne de l'Italie du Sud : l'atelier de potiers de l'Incoronata*, Thèse de doctorat, Université Rennes 2, Rennes, 2017.
- ZURBACH, JULIEN. *Les hommes, la terre et la dette en Grèce. c. 1400 - c. 500 a.C.* Bordeaux : Ausonius Éditions, 2017.

FIGURES

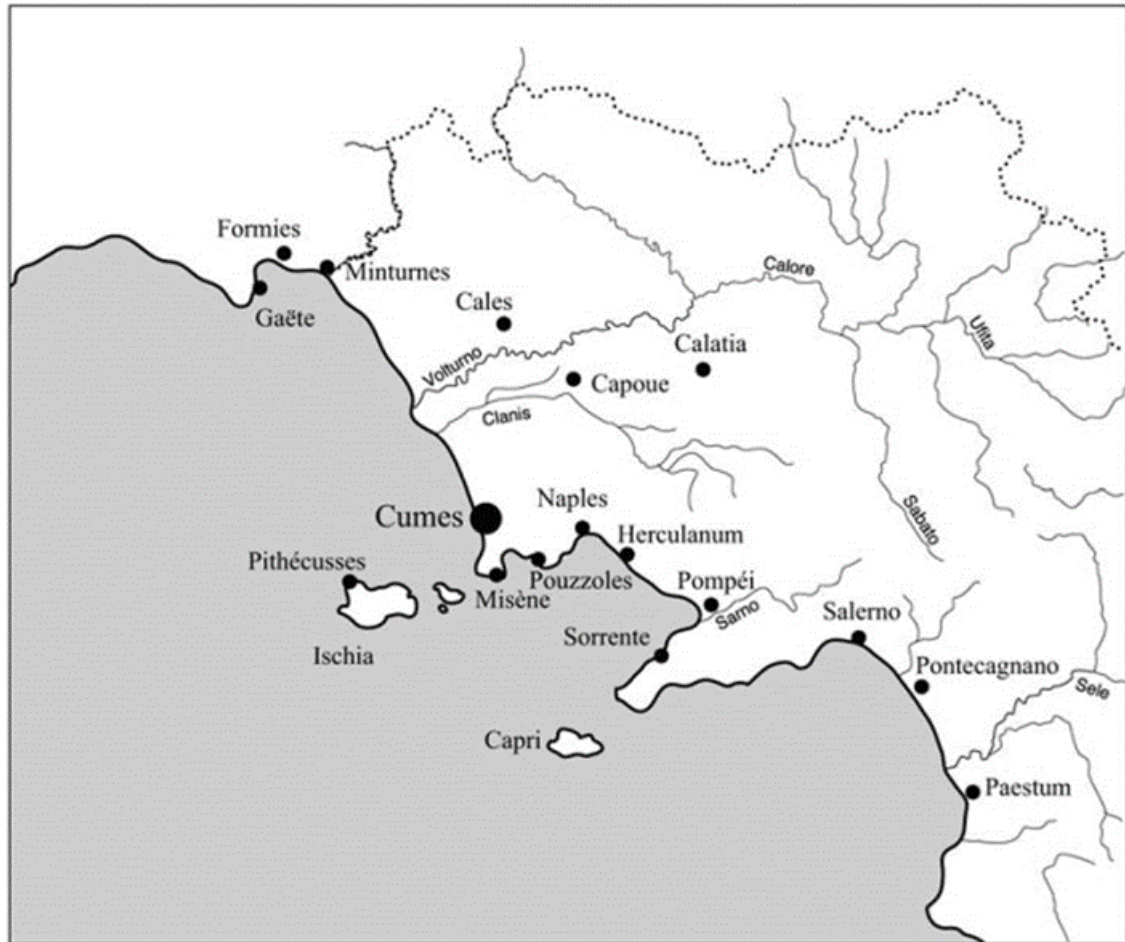
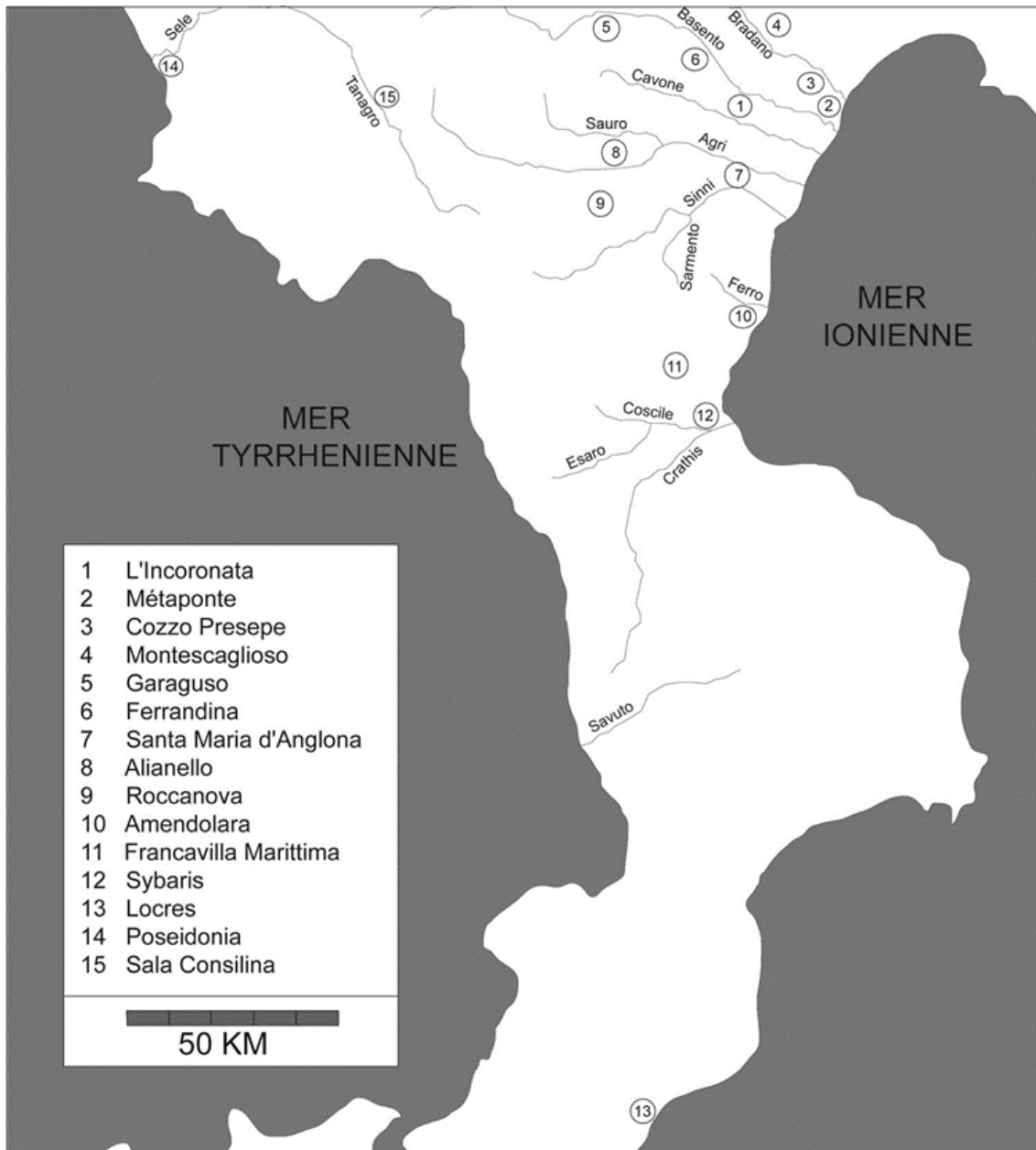


Fig. 1 : Carte de la Campanie. © CNRS Centre Jean Bérard.



**Fig. 2** : Carte de différents sites de l'âge du Fer en Italie du Sud. © C. Bellamy. **Source** : <http://www.sites.univ-rennes2.fr/lahm/>



**Fig. 3 :** Incoronata, Secteur 1. Le pavement PV 1 en premier plan (US 38), et le pavement PV 2 sous-jacent (US 282).  
Cliché M. Denti.

---

Recebido em: 18/09/2017

Aprovado em: 29/09/2017

Publicado em: 24/06/2018

Submitted in: 18/09/2017

Approved in: 29/09/2017

Published in: 24/06/2018

---

**PRÉ-COLONIZAÇÃO: UMA PALAVRA PARA DIZER A ARQUEOLOGIA DOS PRIMEIROS  
CONTATOS?**

Precolonization: a word to say the archaeology of the first contacts?

Arianna Esposito

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



# Pré-colonização: uma palavra para dizer a arqueologia dos primeiros contatos?

Arianna Esposito<sup>1</sup>

*Traduzido por Airton Pollini*

*Revisão técnica de Fábio Vergara Cerqueira*

**Resumo:** Este artigo propõe reavaliar a ideia de “pré-colonização”, uma noção fundadora da literatura arqueológica sobre a colonização grega. Discutimos aqui a sua interpretação teórica e as dificuldades associadas a ela. Conceito ideologicamente carregado, especialmente na perspectiva dos estudos pós-coloniais, que inicialmente ilustra a emulação e a rivalidade entre os defensores da talassocracia fenícia e os defensores do primado dos gregos como civilizadores do Ocidente, a noção de pré-colonização permanece, em nosso ponto de vista, relevante assim como o da colonização. Ambos ilustram dois fenômenos historicamente e funcionalmente diferentes, apesar da ideia de contiguidade implicitamente induzida pelo prefixo “pré-”. Este artigo pretende ir além desta ideia, apontando as mudanças relacionais entre gregos e nativos impostas pela fundação das colônias e pelos potenciais conflitos resultantes para o controle da terra.

**Palavras-chave:** Pré-colonização; Colonização; Mediterraneização; Globalização; Território.

**Abstract:** This paper proposes to reassess the idea of “pre-colonization”, a founding notion of the archaeological literature on Greek colonization. It discusses its theoretical interpretation and the difficulties associated with it. A concept ideologically instigating, especially in the perspective of postcolonial studies, initially illustrating the emulation and rivalry between the supporters of the Phoenician thalassocracy and the advocates of the primacy of the Greeks as civilizers of the West, the notion of pre-colonization remains, in our viewpoint, relevant as well as that of colonization. Both illustrate two historically and functionally different phenomena, despite the idea of contiguity implicitly induced by the prefix “pre-”. This paper aims to go beyond this idea, by pointing out the relational changes between Greeks and Natives imposed by the foundation of colonies and the resulting potential conflicts for the control of the land.

**Keywords:** Pre-colonization; Colonization; Mediterraneanization; Globalization; Hinterland.

## HISTÓRIA DE UMA PALAVRA: GÊNESE E RECEPÇÃO DA NOÇÃO DE PRÉ-COLONIZAÇÃO

O conceito de pré-colonização aparece com os três estudos de Alan Blakeway nos anos 30 sobre o comércio grego para o Ocidente (CASAL-LOURDIN e ROURE, 2006). O termo passou em seguida diretamente e inalterado, do inglês para outras línguas, francês, italiano ou alemão, preservando assim a mesma forma e o mesmo significado. No contexto da historiografia francesa, podemos seguir mais particularmente a evolução desta noção e sua controversa integração dentro da arqueologia da colonização grega através das interpretações de Georges Vallet. Sua reação a essa noção é desde o início muito firme e cética (GRAS, 1999)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Maître de Conférences (professora associada) d’archéologie classique à l’Université de Bourgogne – Franche-Comté, Dijon, UMR 6298 ARTEHIS, Archéologie, Terre, Histoire, Sociétés, França.

<sup>2</sup> Para uma análise detalhada da posição de Georges Vallet, resumida nas linhas a seguir, ver GRAS, 1999, com bibliografia.

Ela é minuciosamente definida no primeiro capítulo de sua tese<sup>3</sup>, na sequência de um artigo publicado anteriormente, em 1956, com François Villard: na medida em que todo o material grego encontrado no Ocidente é posterior à fundação das primeiras *apoikiai*, não há “pré-colonização”. Georges Vallet mais tarde nuançou esta posição ao reconhecer, em particular no congresso de Ísquia (1968), a existência de “contatos esporádicos anteriores”, mas rejeitando, apesar de tudo, a ideia de uma fase de relações comerciais, seguidas e organizadas, entre os gregos e as populações indígenas da Itália. Dois anos depois, no Congresso Internacional de Ciências Históricas em Moscou, Georges Vallet admite que as descobertas de Francavilla Marittima, no interior das terras de Síbaris, atestam a passagem de navios fenícios antes da colonização grega. Posteriormente, primeiro em sua conferência napolitana no Centro Jean Bérard, abrindo o simpósio sobre “Cerâmica grega ou de tradição grega no século VIII” (1976), e em seguida por ocasião do encontro salernitano em homenagem a Mario Napoli, um ano depois, ele reconhece – com as descobertas de Giuseppe Voza, no leste da Sicília, no vale de Marcellino – a existência, desde o início do século VIII, de contatos regulares entre os nativos e o mundo grego. George Vallet vai ainda mais longe em sua autocrítica, quando introduz, em um dos seus últimos escritos, uma nova distinção entre os fenômenos “pré-colonial” e “colonial”. A diferença entre estas duas situações baseia-se na própria natureza das relações entre os parceiros, de modo que os primeiros contatos e as primeiras trocas fazem parte de iniciativas individuais de *prospectors*, de comerciantes, enquanto que a fundação de uma *apoikia* envolve coletivamente toda a comunidade.

Na literatura arqueológica dos últimos cinquenta anos, com as novas descobertas, o conceito de pré-colonização amplifica e adquire gradualmente um valor cada vez mais amplo, espacial, cultural e cronologicamente, chegando até a englobar fenômenos históricos muito díspares, e mesmo muito distantes do ponto de vista espaço-temporal (ESPOSITO, 2012). Seu conteúdo torna-se estratificado ao mesmo tempo que se torna mais complexo: implica vários sentidos ou significados diferentes, resultando de desenvolvimentos teóricos relacionados aos contatos interculturais et às trocas econômicas. Se, *stricto sensu*, a palavra se refere ao período cronológico anterior à colonização histórica do Ocidente, por extensão, este termo subsequentemente designou a própria natureza dos contatos entre os gregos e os povos indígenas do Ocidente antes do estabelecimento das primeiras colônias, bem como o possível vínculo entre essas primeiras trocas e a própria colonização. A relação claramente formulada com a noção de colonização implica consequências óbvias: o prefixo “pré”- possui, então, um valor cronológico (indicando o que acontece “antes” da colonização histórica) e um valor causal. Em resumo, a pré-colonização prepara a própria colonização, em uma relação direta entre os dois fenômenos. Em outras palavras, o uso do termo “pré-

---

<sup>3</sup> Tese intitulada « Rhégion et Zancle. Histoire, commerce et civilisation des cités chalcidiennes du détroit de Messine » (Bibliothèque des Écoles françaises d'Athènes et de Rome, fasc. 189, Paris : de Boccard, 1958), defendida em 1956 e publicada 1958. N.d.R.

colonização” levaria à afirmação, de maneira implícita e imprecisa, de um processo progressivo com duas fases, considerando um “antes” e um “depois”, necessariamente ligados entre si. No entanto, essas duas fases não ocorrem de forma sistemática: algumas cidades novas surgem sem que tenha havido anteriormente uma fase “pré-colonial”; por outro lado, situações convencionalmente definidas como “pré-coloniais”, envolvendo, por exemplo, a presença concomitante de gregos e autóctones no mesmo local, conseguiram se manter efetivas bem depois de uma fundação. Portanto, a pré-colonização é em si uma variável descontínua, que não é indispensável para a fundação de uma cidade e que não termina necessariamente com o (ou através do) estabelecimento de uma colônia. Assim, um contexto pré-colonial não é destinado sistematicamente a preparar a instalação estável e organizada de uma nova comunidade, nem tampouco a preparar a fundação de uma colônia. A pré-colonização difere da colonização, que implica o estabelecimento de um grupo, a fundação de uma nova cidade e a aquisição, mais ou menos rápida, da hinterlândia<sup>4</sup>. Portanto, a pré-colonização e a colonização são dois fenômenos diferentes, tanto do ponto de vista conceitual quanto de uma perspectiva funcional. O desenvolvimento das *poleis* é a característica distintiva da colonização, ao contrário da interação baseada principalmente na troca (DOMÍNGUEZ MONEDERO, 2008), o que não implica, contudo, que a troca se dê necessariamente em termos igualitários, nem que esse tipo de interação preceda inevitavelmente formas de contato hegemônico (ALVAR EZQUERRA, 2008). No Mediterrâneo ocidental, a Campânia parece desempenhar um papel determinante na nossa compreensão da qualificação de cada um desses dois fenômenos.

### O EXEMPLO DA CAMPÂNIA: PITECUSSA E CUMAS (fig. 1)

Na Itália em particular, é o debate sobre a natureza do estabelecimento de Pitecussa que permitiu sobretudo destacar este “salto qualitativo” e funcional entre as duas fases (D’AGOSTINO, 2008). As escavações realizadas por Giorgio Buchner atestam a existência de um estabelecimento grego no Golfo antes da fundação de Cumas. O recurso ao conceito “proto-colonial” aparece assim na literatura arqueológica e histórica com o fim de diferenciar claramente o período cronológico que caracteriza Cumas do período imediatamente anterior. O horizonte pré-colonial recua então em cerca de um quarto de século, pois os achados de Ísquia fizeram a data deste período retroceder de 750 para 775 a.C. aproximadamente. Do ponto de vista arqueológico, os dados à disposição parecem indicar, desde o início, uma precedência cronológica do estabelecimento de Pitecussa em comparação com o de Cumas (para o debate sobre a cronologia, ver GUZZO, 2016; NIZZO, 2007): a primeira instalação na ilha seria datada do período entre 770 e 750 a.C.

---

<sup>44</sup> Vernaculização do vocábulo alemão *Hinterland*, literalmente “terra de trás”, que designa as terras do interior, afastadas dos centros urbanos; termo consagrado na terminologia arqueológica para se referir às terras que compunham a *chora* das *poleis* gregas, assim como as terras mais recuadas em que se assentavam as populações indígenas.



No entanto, as recentes escavações realizadas, respectivamente, pelas equipes napolitanas da Universidade Federico II (G. Greco) e da Universidade “L’Orientale” (M. D’Acunto) fizeram aparecer casas dos níveis do alto arcaísmo, que corresponderiam às primeiras fases do estabelecimento de Cumas e à primeira geração de *apoikoi*, os quais se instalaram em duas áreas: na zona que será ocupada mais tarde pelo Fórum e em um setor que se estende entre este Fórum e as muralhas ao norte da cidade. Trata-se de vestígios de edifícios construídos com paredes de ângulo reto, consistindo de uma base de pedra e uma elevação de tijolos crus, com telhado de palha. Os arqueólogos descobriram os restos desta casa contendo uma lareira composta por cinco níveis sucessivos, remanescentes da segunda metade do século VIII até o século VII, níveis ricos em fragmentos cerâmicos. Os espécimes mais antigos datam do último quartel do século VIII e poderiam até mesmo remontar ao Geométrico Recente I, o que significa terem pertencido à primeira geração de colonos. As analogias com o material de Pitecussa (principalmente no que se refere aos *skyphoi* com *chevrons*<sup>5</sup> inscritos e à cerâmica de tipo Red Slip Ware<sup>6</sup>) sugerem possíveis importações provenientes da ilha.

No lado sul do Fórum, as escavações descobriram uma habitação de pedra, de forma retangular, de mais de 30m<sup>2</sup>, caracterizada por cerâmicas que datam entre o último quartel do século VIII e o início do século VII. Além disso, a presença de um pão de bronze (2,580 kg), de escórias de ferro e de âmbar bruto sugere um uso comercial da estrutura, ou mesmo polivalente (D’AGOSTINO e D’ACUNTO, 2009).

Embaixo dos *oikoi* datados do alto arcaico e localizados no lado sul do futuro Fórum (que provavelmente substituiu a ágora grega), foram descobertas sepulturas de nativos da Idade do Ferro, algumas intactas, outras remexidas, o que de toda forma parece corroborar a hipótese de um modelo de habitat nativo organizado em núcleos dispersos. Entre os objetos mais antigos, o material cerâmico escavado inclui pelo menos: dois fragmentos de *kotylai* do tipo Aetos 666 do Geométrico Tardio I, sendo um de importação coríntia e outro produzido *in situ*; dois *skyphoi* com painel, sendo um do tipo de Thapsos, os dois produzidos em Pitecussa; um *skyphos* com *chevrons* importado, com uma bacia profunda e um lábio alto. Esse último tipo é atestado em Pitecussa por vários objetos. Cronologicamente, é colocado no final do Geométrico Médio II, ou mesmo na época de transição entre o Geométrico Médio II e Geométrico Tardio I, se seguirmos a datação proposta por Bruno d’Agostino. Estamos lidando com mobiliário residual, encontrado nos níveis de aterro? Ou com mobiliário funerário de túmulos nativos destruídos pela construção dos novos edifícios? Ou, finalmente, com a louça utilizada pelos gregos em suas casas, logo depois que eles chegaram para fundar sua nova cidade? Seguindo a hipótese apresentada por Bruno d’Agostino, a data da fundação de Cumas poderia ser mais antiga do que se pensava anteriormente (D’AGOSTINO, 2008, D’ACUNTO, 2014). A

<sup>5</sup> Decoração com motivo sequenciado em forma de “v”, podendo ocorrer nos quatro sentidos (∨ | ∧ | < | >). Quando se combinam dois ou mais “v”, tem-se o motivo em zigue-zague (www). N.d.R.

<sup>6</sup> Termo que designa o vasilhame que recebe um engobe vermelho antes da queima, que lhe confere o aspecto de uma louça com coloração avermelhada, de tom terroso, e com uma superfície de aparência homogênea. O engobe é uma suspensão aquosa produzida com a mistura da própria argila e minerais, para se gerar assim a coloração desejada. N.d.R.

partir de então, o caráter agrário da *apoikia* de Cumas seria ainda mais interessante, pois sua fundação poderia ser mais ou menos contemporânea à de Pitecussa. A questão é muito importante para a nossa compreensão da primeira colonização eubeia no Mar Tirreno: se Pitecussa permanece um habitat voltado para o comércio e artesanato (SOURISSEAU, 2008 e 2012), com um alto nível de *techné*, Cumas por sua vez fundamenta sua fortuna durante todo o arcaísmo sobre a posse de um vasto território fértil e o controle de uma vasta extensão marítima, da costa do Golfo de Nápoles às ilhas em sua frente. A redução do hiato cronológico entre as duas fundações parece então enfatizar aos olhos do historiador a sua possível natureza sinérgica. Em suma, os dois sítios representam dois fenômenos complementares, não muito distantes do ponto de vista cronológico, mas funcionalmente distintos.

### RETORNO A UM CONCEITO

O problema entre pré-colonização e colonização não é tão terminológico quanto histórico (DE ANGELIS, 2003, 10). Precisamente porque uma não é a conseqüência direta da outra, esses dois fenômenos não são necessariamente distintos em termos de cronologia, e podem inclusive coexistir. É realmente possível que uma presença comercial seja regular na fase colonial propriamente dita, ou seja, que os locais de troca e *emporía* possam existir sem se transformarem em um verdadeiro estabelecimento colonial. A única relação plausível entre pré-colonização e colonização diz respeito, em vez disso, ao conhecimento geográfico dos locais de assentamento. A fundação de uma colônia, na verdade, não é um fato aleatório, mas é explicada por um conhecimento preciso, por parte dos recém-chegados, da região colonizada. Uma demonstração clara foi dada por Mario Lombardo sobre a Basilicata (LOMBARDO, 1986 e 1998).

Do ponto de vista cronológico, a noção de pré-colonização abarca um vasto conjunto de situações muito distintas. Sua aplicação é extremamente variável. De acordo com os autores e as regiões, abrange tanto os séculos IX e VIII, na Itália e na Sicília, quanto o século VII e a colônia de Marselha na costa mediterrânea da Gália, fundada em torno de 600 a.C. pelos colonos vindos de Focea na Ásia Menor) (CASAL-LOURDIN e ROURE, 2006). Seguindo Sabatino Moscati e outros, também falamos de pré-colonização para designar os intercâmbios entre o Ocidente e o mundo micênico, em um período (século XIII) bem anterior àquele definido inicialmente. Em 1956, Miquel Tarradell introduziu a noção de pré-colonização para designar o período anterior à fundação das primeiras cidades fenícias nas costas do Atlântico e do Mediterrâneo central. O termo é, portanto, usado para indicar os vários fenômenos da mobilidade fenícia no Mediterrâneo (BONDÌ, 2012), movimentos que, além disso, ocorreram, é verdade, antes da colonização grega, mas também em paralelo a ela (HODOS, 2011). Em um contexto científico que opõe os partidários da “talassocracia fenícia” àqueles do primado dos gregos como descobridores do Ocidente, o termo de pré-colonização é então implicitamente investido de um novo escopo ideológico, porque designa a mobilidade dos primeiros

portadores de civilização para o Ocidente (SOMMER, 2009). Qual parte da história revela? Escrever a história da colonização grega teve o efeito de exacerbar a necessidade de questionamentos teóricos, seguindo a evolução do vocabulário utilizado, para entender melhor as relações que o presente tem com memórias imbricadas, pouco exploradas, às vezes instrumentalizadas.

### DESCOLONIZAR A PRÉ-COLONIZAÇÃO

Desde os anos 90 do século passado, a palavra “pré-colonização” foi muitas vezes rejeitada ou mesmo banida por pesquisadores envolvidos em um movimento de crítica “militante” dos esquemas coloniais e da própria noção de colonização aplicada à antiguidade. No entanto, essa crítica da colonização arcaica é acompanhado por um profundo questionamento da noção de helenização e de seus pressupostos. Alguns pesquisadores até sugeriram que o vocabulário “colonial” deveria ser totalmente abandonado pela literatura arqueológica e histórica da antiguidade (OSBORNE 1998, 2005 e 2009; PURCELL, 2005, p. 134-135; HALL, 2007, p. 93-94). Essas novas questões sobre os fenômenos coloniais não são independentes da atenção dada aos contextos de convivência greco-indígena. Tomar em consideração os ambientes culturalmente mistos é de fato um dos pontos centrais dessa renovação historiográfica. Dado o atual estado dos debates, pode-se tentar seguir Robin Osborne e Nicholas Purcell e abandonar o paradigma da “colonização” para insistir em aspectos como a “mediterraneização” das elites (GARCIA e SOURISSEAU, 2010) e o desenvolvimento de uma cultura inter-mediterrânea (KISTLER, 2009). Ao se afastar das abordagens tradicionais que consideram a interação cultural no Mediterrâneo na Idade do Ferro principalmente através do prisma da colonização grega, Tamar Hodos fala mesmo de “Idade do Ferro Mediterrânea Global” (« Global Mediterranean Iron Age »: HODOS, 2009, 2010 e 2014). A organização em forma de redes, típica do Mediterrâneo durante o período arcaico, permitiria assim explicar vários aspectos da colonização grega (MALKIN, 2011). Nessa perspectiva, o conceito de “middle-ground”, que Irad Malkin toma emprestado do historiador americano Richard White, abrange tanto um lugar geográfico como um espaço político e social, em uma teia de trocas entre as sociedades antigas, uma teia estendida e estruturada em vários níveis, englobando todo o Mediterrâneo, e na qual a Campânia, em particular, oferece um exemplo relevante, em parte por seu caráter multicultural (MALKIN, 2002).

A pesquisa de campo foi acompanhada por uma revisão dos dados arqueológicos antigos. Em uma área em que os desenvolvimentos teóricos recentemente extrapolaram as sínteses arqueológicas, atualmente existem publicações suficientes que nos encorajam a revisar uma série de perguntas com um olhar renovado. O caráter dessas descobertas levanta novas questões. Devemos ir ao ponto de fazer *tabula rasa* das conquistas teóricas e das tradições intelectuais precedentes? Luca Cerchiai propôs uma abordagem crítica do *middle-ground*, enfatizando que, se existiu, deve ter sido uma fase breve e transitória na segunda

metade do século VIII (CERCHIAI, 2017). As condições violentas do assentamento grego em Cumas, tais como relatadas pelas fontes literárias, não devem ser descartadas, além disso, a chegada dos gregos pode ter implicado conflitos desde o início (MELE, 2014).

### COABITAÇÃO, CONTEXTOS MISTOS, CONFLITOS: A IMPORTÂNCIA DA TERRA

Do ponto de vista histórico, a distinção entre uma fase pré- e proto-colonial e uma fase colonial permanece na minha opinião relevante, mesmo que não se admita a existência de uma ordem estritamente (ou simplesmente) cronológica. Nos contatos pré-coloniais, os grupos de indivíduos gregos estavam interessados principalmente em interagir com elementos indígenas por razões econômicas. Por outro lado, a fundação das cidades coloniais produz uma nova situação (ESPOSITO, 2012). Com efeito, os gregos da primeira fase não são necessariamente os fundadores das colônias. Podemos reconhecer, a partir das pesquisas de Laurence Mercuri (2004), os contatos dos eubeus em Canale Janchina no futuro território de Lócris (o sítio se localiza a apenas quatro quilômetros a norte da cidade colonial) (**fig. 2**). Aqui, as fontes convergem para mostrar que os contatos com os eubeus acabam no momento da expulsão dos nativos do centro do território e da escravização de muitos deles pelos colonos. O impacto da fundação colonial sobre a população nativa foi quase imediato. O fim de Canale e o assentamento de colonos em Lócris são de fato dois eventos quase contemporâneos. Portanto, não podemos excluir que estejam vinculados. O fim do habitat de Janchina corresponde a uma reorganização de toda a área. A necrópole do lugarejo chamado Stefanelli, perto de Gerace, é usada nos séculos VIII e VII, ou seja, após a fundação da colônia. Um pouco mais longe, a necrópole de S. Stefano em Grotteria é usada no século VII e no início do século seguinte. Esses dois assentamentos indígenas se inserem culturalmente na continuidade de Canale. É, portanto, muito provável que esta reorganização da rede de habitats, entre o extremo final do século VIII e o início do século VII, esteja diretamente relacionada à fundação de Lócris. No entanto, a assimilação de modelos eubeus por ceramistas nativos sugere a presença de artesãos eubeus e o contato direto entre esses artesãos e nativos no âmbito de um *emporion*. Se, finalmente, Canale Janchina não se transforma em uma *polis* eubeia é provavelmente porque a fundação de Lócris interrompe o processo no início do século VII. É, em outras palavras, a consolidação da presença grega que determina uma mudança no equilíbrio de poder em favor dos gregos e favorece o desenvolvimento de certas instalações – ao invés de outras. Certamente, é muito difícil para nós restituir a imagem do planejamento e da organização de um território nas primeiras gerações. No entanto, podemos assumir com certa segurança a expropriação progressiva da terra disponível, a integração de certas porções das comunidades locais, especialmente através de alianças matrimoniais, e a escravização de outros grupos. A fundação da *apoikia* implica a substituição de um sistema de terra por um outro (ZURBACH, 2017). Em alguns sítios, como em Mégara Hibleia em particular, a distribuição da terra é

precoce e o planejamento urbano define, desde o início, que um espaço público possa ser mantido vazio no centro do tecido urbano, sinal de uma comunidade muito bem organizada já no começo.

### AS PALAVRAS CONFRONTADAS À HISTÓRIA

A questão dos contactos pré-coloniais deve, em minha opinião, ser abordada através da adoção de uma perspectiva mais ampla, ao nível de todo o Mediterrâneo, permitindo compreender o sistema de trocas e a criação de redes em áreas geográficas mais limitadas. Os ambientes coloniais gregos e fenícios têm sido discutidos isoladamente ou em oposição uns aos outros, em detrimento da nossa compreensão de ambos. Os resultados obtidos pelas pesquisas atuais sublinham a grande diversidade dos protagonistas das trocas, a complexidade das sociedades proto-históricas e o papel que elas ocupam no centro das redes de trocas. Isso implica duas ordens de conseqüências. Em primeiro lugar, uma vez admitido que os gregos (eubeus) e os fenícios obviamente compartilhavam rotas, escalas e circuitos dedicados à aquisição e à troca de recursos, de experiências artesanais e de coabitação (ESPOSITO, 2010; SOMMER, 2009)<sup>7</sup>, a natureza ideológica transmitida por uma pré-colonização, grega ou fenícia, abordada de forma competitiva, parece obsoleta, desatualizada. Além disso, vimos o surgimento, na literatura arqueológica, da questão de fenômenos genuínos de mestiçagem greco-indígena, cuja natureza e os modos de desenvolvimento ainda são objeto de intensos debates dentro da comunidade científica. Essa questão foi considerada em relação a vários assentamentos e em vários contextos, no sul da Itália, no sul da Gália, na Península Ibérica, na bacia do Mar Negro. Isso contribuiu para destituir a noção de pré-colonização de seu escopo implicitamente teleológico e para investi-la de um valor específico, tomado em função do contexto histórico e cultural em análise.

### UM ESPAÇO DE INTERFACE: INCORONATA

Em relação à Basilicata (sul da Itália), as recentes escavações realizadas pela Universidade de Rennes 2, sob a responsabilidade de Mario Denti, em Incoronata de Metaponto, no vale inferior do Basento (a cerca de sete quilômetros da costa), marcam uma importante reviravolta das interpretações (**fig. 2**). A colina foi ocupada durante todo o século VIII por comunidades indígenas, enótrias. À primeira metade do século VIII corresponde um terreno construído com pedras grandes: com pelo menos 30 m de comprimento, ele está associado a um espaço ritual. Um outro pavimento com seixos muito finos foi construído durante a segunda metade do mesmo século, com a mesma extensão e orientação que o anterior (mas há um aumento

---

<sup>7</sup> Michael Sommer (2009, p. 102) fala mais especificamente de uma *'composite Mediterranean network to which Phoenicians, Greeks and "indigenous" populations, settled and mobile groups, traders and producers of commodities, mercenaries and slaves each contributed to a specific extent'*.

gradual da altitude em direção oeste, enquanto o plano do solo anterior permanece uniforme em altitude ao longo de sua extensão). Os dois solos parecem ter tido uma função similar – claramente proeminente – durante todas as fases da ocupação da colina (**fig. 3**).

No início do século VII, aparecem produtos gregos, mas a fase de ocupação indígena não termina nesse momento de chegada da cerâmica grega; essa fase continua durante a primeira metade do século. Esta primeira etapa, no entanto, foi destruída para dar lugar a uma nova fase de ocupação – cujo caráter grego é agora mais evidente – datada do terceiro quarto do século. Esta é a última fase de ocupação do sítio e é caracterizada por uma fase de abandono “ritualizado”. Durante as últimas campanhas, os arqueólogos da Universidade de Rennes 2 descobriram um local de produção de cerâmica enótria (DENTI, 2012; VILLETTE 2017), caracterizado por uma jazida de extração de argila, um despejo artesanal, três poços de depuração de argila – considerados como uma unidade na cadeia produtiva –, uma foça de armazenamento e/ou trabalho de argila e três estruturas diferentes de cozimento, associadas às cerâmicas indígenas e gregas (produzidas localmente e importadas). As características culturais deste contexto de produção se revelam principalmente indígenas (enótrias), sem que elementos gregos lhes sejam estranhos, como demonstrado pela estreita associação de cerâmicas e de falhas de cozimento, tanto gregas quanto indígenas, encontradas em contextos primários (solos) e secundários (camadas de aterro, rejeitos). Os oleiros gregos e nativos trabalham juntos? As escavações realizadas pela equipe liderada por Mario Denti desenham uma nova configuração do sítio desafiando os “modelos” anteriores: não mais uma oposição, tanto cronológica quanto cultural, entre duas fases de ocupação do sítio (P. Orlandini), mas uma situação de relações greco-indígenas em constante mudança, transitórias, um “intermediário” (“entre-deux”) cuja definição buscamos, não sem dificuldade, no uso de termos como “interculturalidade”, “mistura”, “mestiçagem”, etc.

Os modelos interpretativos comumente aplicados aos períodos arcaico e clássico nem sempre são apropriados para analisar dados relacionados a situações como aquela atestada em Inconata, ou seja, contextos “intermediários” (“entre-deux”) e, acima de tudo, para compreender as fases que tradicionalmente chamamos de “pré” ou “proto-arcaico”, específicas portanto a contextos que normalmente precedem o fenômeno “colonial” propriamente dito (DENTI, 2016). A área de artesanato de Inconata, caracterizada pela co-presença de cerâmicas gregas e indígenas (essas últimas, em abundância), permite postular uma atividade conjunta de ceramistas gregos e enótrios, provavelmente durante todo o século VIII e pelo menos durante a primeira metade do século VII. É muito provável que o próprio componente grego seja heterogêneo, uma vez que a cerâmica grega local e, em particular, a cerâmica figurada, exibem um evidente ecletismo estilístico (ESPOSITO e POLLINI, 2013): além do caráter greco-insular – e mais precisamente proveniente de Paros e de Naxos –, observam-se referências aos repertórios contemporâneos greco-orientais, áticos e coríntios. Os numerosos *kantharoi* encontrados no despejo artesanal (DT1) refletem uma tradição formal aqueia (VILLETTE, 2017). Giuliana Stea (1999) considerou a hipótese de que esta seria

uma produção cerâmica destinada a um uso interno. A qualidade da cerâmica, as decorações e as iconografias selecionadas também sugerem destinatários dentre a aristocracia. O estabelecimento teria gradualmente integrado grupos indígenas em um projeto de *apoikia* em construção, um processo interrompido no entanto pela fundação da Metaponto. Incononata é então um espaço de margens, de interface, um caldeirão (*melting pot*) entre a cultura grega e as culturas indígenas (BELLAMY, 2016). Massimo Osanna usa o conceito de crioulização para descrever o sítio e sua cultura material (OSANNA, 2012, p. 75).

Agora está profundamente enriquecido o nosso conhecimento do ambiente pré-colonial da região, de um momento da história em que ainda não há *apoikia* (ainda não há a Metaponto grega) e quando as relações entre os diferentes parceiros ainda são fluidas. O exemplo de Incononata permite reconstruir situações de interação que escapam às leituras determinísticas usuais e permitem uma reavaliação do momento, pré- ou proto-colonial, como o encontro de parceiros e não como um confronto desigual. A fundação da colônia agrária da Metaponto, no entanto, provoca uma ruptura radical com a situação anterior, pré- ou proto-colonial, de coabitação, de “intermediário” (“d’entre-deux”). Como nos lembrou Ettore Lepore, uma *apoikia* só pode ser estabelecida na terra de outro, e na sequência de um processo de expropriação, de implantação e de dominação (LEPORE, 2000, em especial, cap. III). De fato, uma *apoikia* é um estabelecimento fundado em um território muitas vezes já habitado. A conquista de terras agrícolas pela cidade dá origem a conflitos com as populações locais – violentos em maior ou menor medida. O acesso às terras aráveis é, por conseguinte, um problema fundamental nos contatos e nas relações entre gregos e nativos.

## CONCLUSÃO

As reservas colocadas quanto ao uso da palavra “pré-colonização” juntam-se finalmente àquelas expressas pela teoria pós-colonial quanto à palavra “colonização”, visando a desconstruir a ideia (o preconceito?) de um paralelismo anacrônico – e carregado de conteúdo político – entre colonizações antigas e modernas (**veja nosso artigo com A. Pollini nesse dossiê**). Essas reservas baseiam-se principalmente na natureza ideológica que permeia esses termos. Além disso, a arqueologia pós-colonial mobilizou novos modos de análise e novas categorias de interpretação (mestiçagem, hibridização, mistura, etnicidade, etc.), mais adequadas para compreender a complexidade das situações coloniais, inclusive do mundo proto-arcaico. Os exemplos mencionados aqui ilustram a reciprocidade dos primeiros contatos que levaram à formação de novas sociedades, às vezes marcadas pela mestiçagem (Incononata, Canale-Janchina). Embora alguns exemplos de interação pacífica entre gregos e não-gregos possam ser apreendidos pela arqueologia, não devemos deduzir um modelo generalizante. Isto equivaleria a adotar uma leitura tendenciosa de eventos históricos, substituindo o modelo unívoco anterior (penetração grega) por um outro (coabitação pacífica).

Diversas variáveis e restrições, econômicas, sociais, geográficas e ambientais, condicionam a natureza, o ambiente e o quadro de contatos interculturais. As pesquisas atuais assinalam precisamente a especificidade de cada caso, em uma abordagem que visa a desconstruir a ideia de um modelo colonial uniforme e a enfatizar, ao contrário, o peso dos contextos locais. Uma colônia grega é definida tanto pela política quanto pelo território da nova cidade. A historiografia contemporânea da tradição pós-colonial – que se tornou, desde a década de 1990, uma importante tendência de pesquisa em universidades australianas, britânicas e norte-americanas – teve o mérito de enfatizar a reciprocidade dos processos de construção do encontro intercultural. Mas ao ignorar as soluções violentas, as questões de apropriação e de conquista que acompanham o processo de construção territorial das *apoikiai* – um processo que não é redutível a um longo e lento movimento de assentamento sem conflito – às vezes, essa tendência contribuiu para construir uma história do fenômeno colonial entendido como monolítico, independentemente dos atores e dos períodos considerados.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAR EZQUERRA, Jaime. “Modos de contacto y medios de comunicación : los orígenes de la expansión fenicia”. In: S. C. PEREZ, N. R. FONTANALS et X.-L. ARMADA (éds.). *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e)*. La precolonización a debate. Madrid : CSIC, 2008, p. 19-25 (Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma Serie Arqueológica 11).
- BELLAMY, Clement. “Pots et Melting Pot : céramiques, mixités, bricolages”. In: M. DENTI et C. BELLAMY (dirs.). *La céramique dans les espaces archéologiques « mixtes »*. Autour de la Méditerranée antique. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016, p. 21-27 (coll. « Archéologie et Culture »).
- BONDI, Sandro Filippo. “La precolonizzazione fenicia”. In: P. BERNARDINI et P. MAURO (éds.). *I Nuragici, I Fenici e gli altri*. Sardegna e Mediterraneo tra Bronzo Finale e Prima Età del Ferro. Atti del I Congresso internazionale in occasione del venticinquennale del Museo “Genna Maria” di Villanovaforru, Sassari: Delfino, 2012, p. 41-50.
- CASAL-LOURDIN, Karina et ROURE, Réjane. “Historiographie du terme précolonisation en Italie et en France”, *European Review of History-Revue européenne d’Histoire*, vol. 13, n° 4, 2006, p. 607-620.
- CERCHIAI, Luca. “Integrazioni e ibridismi campani: Etruschi, Opici, Euboici tra VIII e VII sec. a.C.”. In: *Ibridazione e integrazione in Magna Grecia*. Atti del LIV Convegno Internazionale di Studi sulla Magna Grecia, 2017.
- D’ACUNTO, Matteo. “Cuma: continuità e trasformazioni del quartiere residenziale tra il Foro e le mura settentrionali”. In: *Immaginando Città*. Racconti di fondazioni mitiche, forma e funzioni delle città campane. Catalogo Mostra Santa Maria Capua Vetere – Paestum 2014. Nápoles: Prismi Arte’m, 2014, p. 164-167.
- d’AGOSTINO, Bruno. “Pithecusae e Cuma nell’alba della colonizzazione”. In: *Cuma*, Atti del XLVIII Convegno di Studi sulla Magna Grecia, Naples: Istituto per la Storia e l’Archeologia della Magna Grecia, 2008, p. 1-13.
- d’AGOSTINO, Bruno et D’ACUNTO, Matteo. “La città e le mura: nuovi dati dall’area Nord della città antica”, *Cuma*. Atti del XLVIII Convegno di studi sulla Magna Grecia, Taranto 27 settembre -1 ottobre 2008. Tarento: Istituto per la storia e l’archeologia della Magna Grecia, 2009, p. 481-522.
- DE ANGELIS, Franco. *Megara Hyblaia and Selinous*. The Development of Two Greek City-States in Archaic Sicily. Oxford: Oxford University School of Archaeology, 2003 (University School of Archaeology Monograph, no. 57).
- DENTI, Mario. “Potiers œnôtres et grecs dans un espace artisanal du VIIe siècle avant J.-C. à l’Incoronata”. In: A. ESPOSITO et G. M. SANIDAS (éds.). « Quartiers » artisanaux en Grèce ancienne. Une perspective méditerranéenne, Villeneuve d’Ascq: Presses du Septentrion, 2012, p. 233-256.

- DENTI, Mario. "La céramique, les contextes mixtes, les identités. Une introduction au colloque", in M. DENTI et CLEMENT BELLAMY (dirs.). *La céramique dans les espaces archéologiques « mixtes »*. Autour de la Méditerranée antique, Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016, p. 13-19 (coll. "Archéologie et Culture").
- DOMÍNGUEZ MONEDERO, Adolfo. "Los contactos 'precoloniales' de griegos y fenicios en Sicilia". In: S. C. PEREZ, N. R. FONTANALS et X.-L. ARMADA (éds.). *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e.)*. La precolonización a debate, Madrid: CSIC, 2008, p. 149-159 (Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma Serie Arqueologica 11).
- ESPOSITO, Arianna. "L'Italie au cœur de la Méditerranée (VIIIe-VIIe s.) : contextes, transferts, transitions". In: R. ÉTIENNE (dir.). *La Méditerranée au VIIIe siècle av. J.-C.* Essais d'analyses archéologiques. Paris: De Boccard, 2010, p. 118-148 (Travaux de la Maison René Ginouvès, 7).
- ESPOSITO, Arianna. "La question des implantations grecques et de la pré- et protocolonisation en Italie du Sud: entre *emporía* et *apoikiai*". In: LAURIANNE MARTINEZ-SÈVE (éd.). *Les Diasporas grecques du VIIIe à la fin du IIIe s. av. J.-C.* Symposium de la Sophau, Pallas, 89, Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 2012, p. 97-121.
- ESPOSITO, Arianna; POLLINI, Airton. "Pottery and cultural borders in Magna Graecia and Sicily". In: L. G. ANGIOZAR, M. L. GONZALEZ et M. C. LOPES (dirs.). *Actas del I Congreso Internacional sobre Estudios Cerámicos*. Homenaje a la Dra. Mercedes Vegas (Cádiz, del 1 al 5 de noviembre de 2010), Cádiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz, 2013, p. 525-545.
- GARCIA, Dominique; SOURISSEAU, Jena-Christophe. "Les échanges sur le littoral de la Gaule méridionale au premier âge du Fer: du concept d'hellénisation à celui de méditerranéisation". In: X. DELESTRE et H. MARCHESI (dirs.). *Archéologie des rivages méditerranéens*. 50 ans de recherches (actes du colloque d'Arles, 28-30 octobre 2009). Paris: Errance, 2010, p. 237-245.
- GRAS, M. "Georges Vallet et le commerce". In: *La colonisation grecque en Méditerranée occidentale*. Actes de la rencontre scientifique en hommage à Georges Vallet organisée par le Centre Jean Bérard, l'École française de Rome, l'Istituto universitario orientale et l'Università degli studi di Napoli "Federico II" (Rome-Naples, 15-18 novembre 1995), Rome: École Française de Rome, 1999. p. 7-22 (Publications de l'École française de Rome, 251).
- GUZZO, Pier-Giovanni. *De Pithécusses à Pompéi: histoires de fondations*. Quatre conférences au Collège de France (Paris, 2014). Nápoles: Centre Jean Bérard, 2016 (Études 10).
- HALL, J. M. *A History of the Archaic Greek World ca. 1200-479 BCE*. Malden, MA: Blackwell, 2007.
- HODOS, Tamar. "Colonial engagements in the global Mediterranean Iron Age". *Cambridge Archaeological Journal* 19, 2009, p. 221–241.

- HODOS, Tamar. "Globalization and colonization: a view from Iron Age Sicily". *Journal of Mediterranean Archaeology* 23, 2010, p. 81–106.
- HODOS, Tamar. "A Phoenician past and present". *Bulletin of the Royal Institute for Inter-Faith Studies* 13, 2011, p. 23-45.
- HODOS, Tamar. "Global, local and in between: connectivity and the Mediterranean". In: M. PITTS e M. J. VERSLUYS (eds.). *Globalisation and the Roman World: World History, Connectivity and Material Culture*. Cambridge: University Press, 2014, p. 240-254.
- KISTLER, Erich. "Connected. Cultura simposiale intermediterranea e i gruppi elitari nella Sicilia arcaica". In: C. AMPOLO (éd.). *Immagine e immagini della Sicilia e di altre isole del Mediterraneo antico*. Vol. II. Atti delle seste giornate internazionali di studi sull'area elima e la Sicilia occidentale nel contesto mediterraneo, Erice 12–16 ottobre 2006, Pisa: Scuola Normale Superiore, 2009, p. 743–62.
- LEPORE, Ettore. *La Grande Grèce: aspects et problèmes d'une colonisation ancienne*. Quatre conférences au Collège de France (Paris, 1982). Nápoles: Centre Jean Bérard, 2000 (coll. « Études », 5).
- LOMBARDO, Mario. "Siris-Polieion: fonti letterarie, documentazione archeologica e problemi storici". In: A. DE SIENA e M. TAGLIENTE (éds). *Siris-Polieion*. Fonti letterarie e nuova documentazione archeologica (Colloque de Policoro, 1984), Galatina: Congedo, 1986, p. 55-86.
- LOMBARDO, Mario. "Siri e Metaponto: esperienze coloniali e storia sociale". In: E. GRECO (éd.). *Siritide e Metapontino, storie di due territori coloniali*. Colloque de Policoro 1991. Nápoles – Paestum, 1998, p. 45-65 (Cahiers du Centre Jean Bérard 20).
- MALKIN, Irad. "A colonial Middle Ground: Greek, Etruscan, and local elites in the Bay of Naples". In: C. L. LYONS e J. K. PAPADOPOULOS (éds.). *The archaeology of colonialism*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2002, p. 151-181.
- MALKIN, Irad. *A Small Greek World. Networks in the Ancient Mediterranean*. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- MELE, Alfonso. *Greci in Campania*. Rome: Scienze e lettere, 2014 (I Quaderni di Oebalus 5).
- MERCURI, Laurence. *Eubéens en Calabre à l'époque archaïque*. Formes de contacts et d'implantation. Rome: Bibliothèque des Écoles françaises de Rome et d'Athènes, 321, 2004.
- NIZZO, Valentino. *Ritorno ad Ischia*. Dalla stratigrafia della necropoli di Pithekoussai alla tipologia dei materiali. Nápoles: Centre Jean Bérard, 2007 (Collection du Centre Jean Bérard 26).
- OSANNA, Massimo. "Prima di Eraclea: l'insediamento di età arcaica tra il Sinni e l'Agri". In: M. OSANNA e G. ZUCHTRIEGEL (dirs.). *Amphi Sirios Roas*. Nuove ricerche su Eraclea e la Siritide. Venosa: Osanna, 2012, p. 17-43.

- OSBORNE, Robin. "Early Greek Colonization? The nature of Greek settlement in the West". In: N. FISHER e H. VAN WEES (éds.). *Archaic Greece: New Approaches and New Evidence*. Londres / Swansea: Duckworth and The Classical Press of Wales, 1998, p. 251-269.
- OSBORNE, Robin. "Urban sprawl. What is urbanization and why does it matter?" In: R. OSBORNE e B. CUNLIFFE (éds.). *Mediterranean Urbanization, 800–600 BC*. Oxford: British Academy, 2005, p. 1–17 (Proceedings of the British Academy 126).
- OSBORNE, Robin. *Greece in the Making, 1200–479 BC*. Routledge History of the Ancient World. 2<sup>a</sup> ed. Londres/New York: Routledge, 2009.
- PURCELL, Nicholas. "Colonization and Mediterranean History". In: H. HURST e S. OWEN (éds.). *Ancient Colonizations. Analogy, Similarity & Difference*. London: Duckworth, 2005, p. 115-139.
- SOMMER, Michael. "Networks of commerce and knowledge in the Iron Age: the case of the Phoenicians". *Mediterranean Historical Review* 22, 2007, p. 97–111.
- SOMMER, Michael. "Networks of commerce and knowledge in the Iron Age: the case of the Phoenicians". In: I. MALKIN, C. CONSTANTAKOPOULOU e K. PANAGOPOULOU (éds.). *Greek and Roman Networks in the Mediterranean*. Londres/New York: Routledge, 2009, p. 94-108.
- SOURISSEAU, J.-C. "La diffusion des vins grecs d'Occident du VIIIe au IVe s. av. J.-C.: sources écrites et documents archéologiques". In: *La vigna di Dioniso: vite, vino e culti in Magna Grecia*. Atti del XLIX Convegno di studi sulla Magna Grecia. Tarento: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 2008, p. 143-252.
- SOURISSEAU, J.-C. "Documents archéologiques et réseaux d'échanges en Méditerranée central (VIIIe-VIe s. a. C.)". In: L. CAPDETREY e J. ZURBACH (éds.). *Mobilités grecques. Mouvements, réseaux, contacts en Méditerranée, de l'époque archaïque à l'époque hellénistique*. Bordeaux, 2012, p. 179-197.
- STEA, Giuliana. "Forme della presenza greca sull'arco ionico della Basilicata: tra *emporía* e *apoikíai*". In: M. CASTOLDI (dir.). *Koina*. Miscellanea di studi archeologici in onore di Piero Orlandini. Milan: Edizioni ET, 1999, p. 49-71.
- VILLETTE, Mathilde. *Physionomie d'un espace artisanal et processus de fabrication de la céramique à l'âge du Fer sur la côte ionienne de l'Italie du Sud : l'atelier de potiers de l'Incoronata*. Thèse de doctorat, Université Rennes 2, Rennes, 2017.
- ZURBACH, Julien. *Les hommes, la terre et la dette en Grèce. c. 1400 - c. 500 a.C.* Bordeaux: Ausonius Éditions, 2017.

FIGURAS

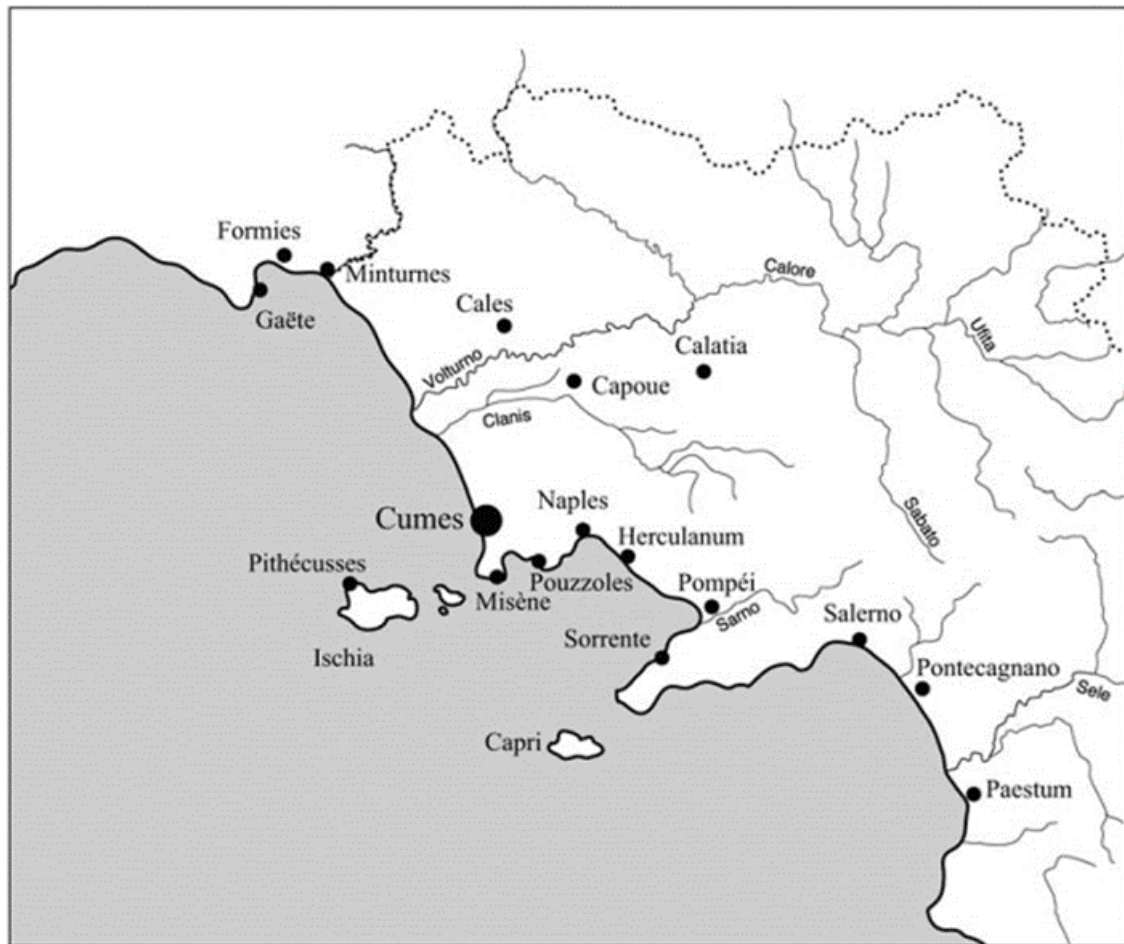
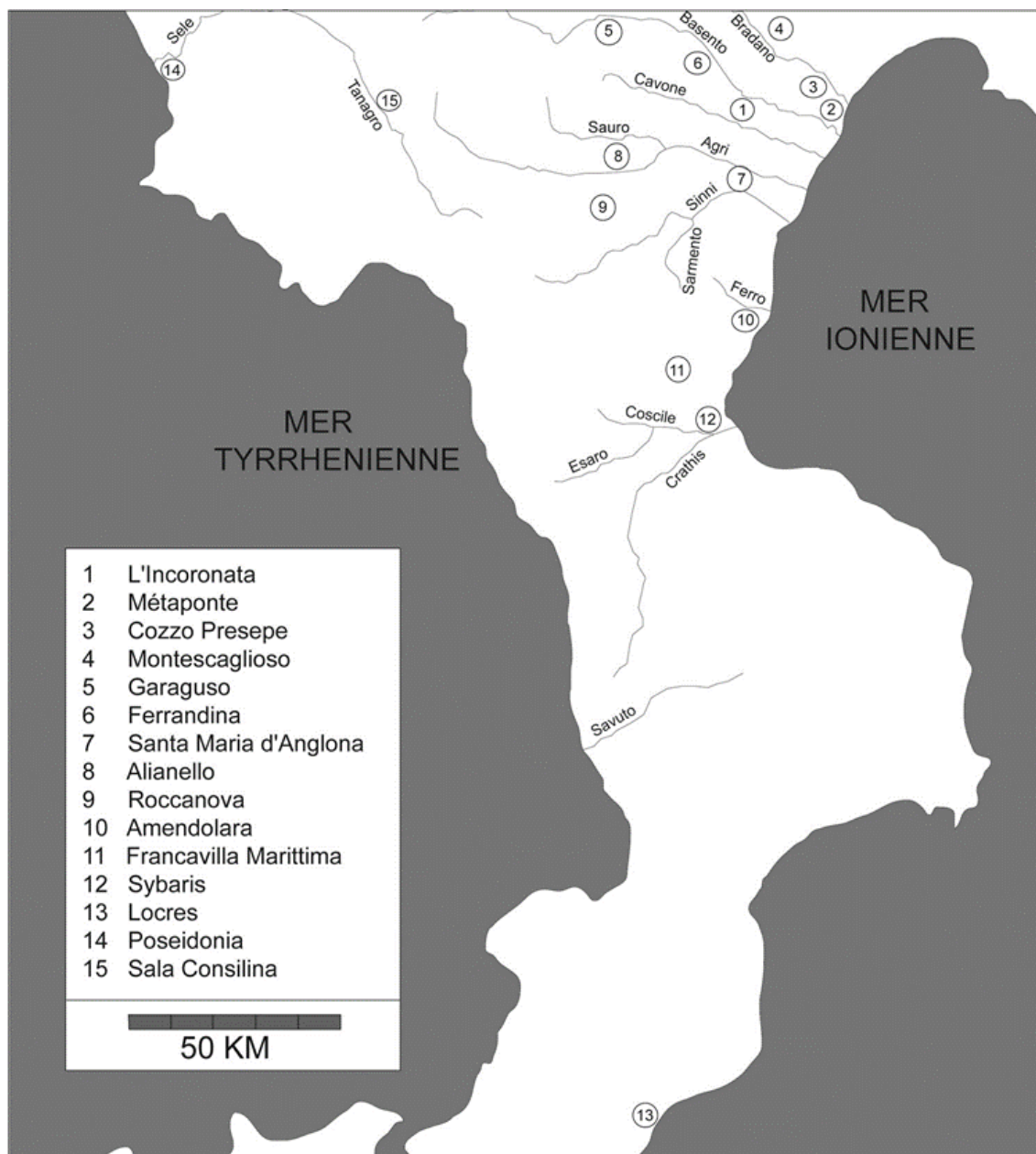


Figura 01: Mapa da Campânia. © CNRS Centre Jean Bérard.



**Figura 02:** Mapa dos diferentes sítios da idade do Ferro no sul da Itália © C. Bellamy. **Fonte:** <http://www.sites.univ-rennes2.fr/lahm/>



**Figura 03:** Incoronata, Setor 1. O pavimento PV 1 no primeir plano (US 38) e o pavimento PV 2 subjacente (US 282).  
**Foto:** M. Denti.

---

Recebido em: 18/09/2017

Submitted in: 18/09/2017

Aprovado em: 29/09/2017

Aproved in: 29/09/2017

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018

---

**FENÍCIOS PELO MEDITERRÂNEO: FORMAS DE CONTATO DIVERSIFICADAS**  
**PHOENICIANS IN THE MEDITERRANEAN: DIVERSIFIED FORMS OF CONTACT**

Maria Cristina Nicolau Kormikiari Passos

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412





# Fenícios pelo Mediterrâneo: formas de contato diversificadas

Maria Cristina Nicolau Kormikiari Passos<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo abordamos as mais recentes sistematizações acerca dos fenícios, povo que habitou a costa oriental da Bacia do Mediterrâneo, e acerca de seus processos de expansão territorial, notadamente nas regiões central e ocidental desta mesma bacia. Discutimos a pertinência do uso de conceitos como pré-colonização e colonização e os questionamentos que alguns arqueólogos têm feito a estes, com base nas Teorias Pós-Coloniais.

**Palavras-chave:** Fenícios, navegação, contato, Mediterrâneo.

**Abstract:** In this article we approach the most recent developments on the research regarding the Phoenicians, a people who inhabited the coastal plains of eastern Mediterranean. We also approach the developments regarding their territorial expansion, especially towards the very opposite region in relation to their homeland: the western shores of the Mediterranean. We also discuss the pertinence of the use of such concepts as pre-colonization and colonization and present the position of some archaeologists drawn out of the Post-Colonial Theories.

**Keywords:** Phoenicians, navigation, contact, Mediterranean.

Os fenícios, esse “povo” ainda tão misterioso para nós, apesar dos inúmeros avanços realizados pela pesquisa acadêmica, teriam desde o início da Idade do Ferro no Mediterrâneo oriental (século XI a.C.) iniciado um sofisticado processo de expansão territorial, navegando as águas mediterrânicas e alcançando as terras a norte e a sul dessa bacia, e para além dela, águas atlânticas, em explorações à procura de matérias-primas para a confecção de produtos a serem revendidos em terras orientais.

Uma primeira pergunta que se colocaram os pesquisadores, tendo em mãos fontes textuais e as primeiras descobertas arqueológicas classificadas como vestígios da presença fenícia, e, antes de tudo, comparando esses dados com as informações sobre a análoga – até que ponto? – expansão grega pelo Mediterrâneo ocidental, foi: trata-se de um processo de colonização?

Mas, antes de abordarmos essa espinhosa questão, quando falamos fenícios, a quem realmente nos referimos?

Podemos dizer que os fenícios são fugidios, não nos deixaram textos literários, históricos, religiosos ou geográficos, onde pudéssemos analisar os discursos existentes, de maneira a tentarmos entender como esses fenícios se viam e que tipo de união experimentavam entre si<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Professora de Arqueologia do Mediterrâneo Antigo no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), Brasil. Docente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), Brasil. Pesquisadora do Laboratório de estudos sobre a cidade antiga sediado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (LABECA - MAE/USP), Brasil. Contato: tanit@usp.br.

<sup>2</sup> Os Anais de Tiro seriam uma exceção, mas os fragmentos dele que chegaram até nós estão no texto em latim de Flávio Josefo. No entanto, são menções importantes, com informações de dois períodos: séculos X a VIII e século VI a.C. (MOSCATI, 2001, p.8).

Não porque não produziram tais obras, mas porque, infelizmente, estas não sobreviveram às vicissitudes históricas. O que nos restou, em termos textuais, foi uma vasta coleção epigráfica – que possui limites bem precisos – e menções pontuais em fontes textuais gregas e latinas, mesopotâmicas e assírias, no Antigo Testamento e nos hieróglifos egípcios.

Assim, de pronto temos que ter consciência que o próprio nome “fenício”, e “Fenícia”, foi-nos legado por Homero (*Odisseia* XV 415-482). Ele usa *phoinikes* para denominar o povo e *Phoiniké* para a região. Os dois termos ligam-se ao termo *phoinix* (vermelho-púrpura) e, portanto, à “indústria” de tintura de tecidos típica das cidades fenícias. Antes de Homero, temos textos micênicos, da segunda metade do segundo milênio, que também utilizam esses termos, referindo-se quer à cor, quer às pessoas, mas são menções raras (MOSCATI, 1995)<sup>3</sup>. Por outro lado, uma consciência unitária das cidades fenícias é fraca e não se conhece um nome constante, que se destaque. “Canaã”, em referência à região, e “cananeus”, em referência ao povo, são designações que aparecem na região sírio-palestina do segundo milênio em diante, mas possuem um caráter mais amplo, abrangendo outros povos e regiões além dos fenícios<sup>4</sup>.

Os cananeus habitando a costa sírio-palestina são entendidos como semitas ocidentais. Eles construíram uma civilização urbana onde hoje temos a Palestina, Israel, Líbano e parte da Síria. Os dados arqueológicos mostram que a maior parte das cidades costeiras, em especial as que posteriormente serão conhecidas como fenícias pelos próprios povos da Antiguidade, e, particularmente, Biblos (Gebal em fenício), já eram conhecidas como portos cananeus na Idade do Bronze, sendo que nenhum documento desse período usa o termo “fenícios” (MARKOE, 2000, p.15).

Uma parte desta região posteriormente ficará conhecida como Fenícia<sup>5</sup>. A conformação socioespacial desse povo, já presente na região desde a Idade do Bronze, como vimos acima, é a tão estudada cidade-estado. Desconhecemos a formação de impérios fenícios no Mediterrâneo oriental.

As terras de Canaã cobriam uma extensão maior que a faixa costeira que será conhecida como Fenícia. É preciso ter em mente que a história de Canaã é anterior à *Invasão dos Povos do Mar* no final do segundo milênio a.C., mas interessante o termo “cananeus” também se liga à cor vermelho-púrpura em textos acadianos, de Nuzi (região dos rios Tigre e Eufrates), da metade do segundo milênio, sob o termo *kinakhnu* (vermelho-púrpura) (MOSCATI, 1995).

---

<sup>3</sup> Recentemente, C. R. Krahmalkov (2000) ligou o termo grego *Phoenices* e o posterior romano *Poeni* (nesse caso, referindo-se aos fenícios do ocidente, o que derivará o termo púnico, adotado pela academia) à maneira como os hebreus denominavam os fenícios, *Ponim*.

<sup>4</sup> Por exemplo, por três vezes, nos tabletes de Alalakh (WISEMAN, 1983, p.5, 8, 12).

<sup>5</sup> A partir de, mormente, achados arqueológicos, a historiografia moderna estabeleceu como limites geográficos desta área, Tell Suqas, na fronteira meridional síria, e Acre, Tell Keisan e Akhziv, no norte de Israel – região de Monte Carmel (MOSCATI, 2001, p.13; AUBET, 2001, p.69).

Uma questão interessante, no entanto, é que linguisticamente é possível passar do termo Canaã para *kinakhnu*, mas não o contrário. Assim, fica claro que o que veio primeiro foi o nome da região (Canaã), que foi utilizado para designar uma produção (*kinakhnu*) que ali se desenvolvia.

Esse segmento dos cananeus, os fenícios, é identificado enquanto povo a partir de um conjunto de características comuns, uma *língua*, uma *área geográfica* e um *processo histórico cultural*. Nessa perspectiva, podemos falar de Fenícia, enquanto realidade histórica do Oriente Próximo, a partir de 1200 a.C. (simultaneamente à passagem da Idade do Bronze para a Idade do Ferro) e em seguida à *Invasão dos Povos do Mar* (cf. ACQUARO, 1987; MOSCATI, 1974, 2001; HARDEN, 1971).

Ao longo de, ao menos, duas levadas de invasões, distantes algumas décadas uma da outra, diversos povos sofrem em maior e menor grau com a invasão de diferentes povos vindos pela terra e pelo mar durante mais de cem anos: a sociedade micênica colapsa; Ugarit (Ras Shamra), importante porto cananeu no sul da Síria, que comerciava com o Egeu, é destruída; o Egito é atacado; as terras hititas e a Mesopotâmia também. Teriam sido esses movimentos migratórios? O que sabemos é que a chamada *Invasão dos Povos do Mar* é uma invasão que se espalha por todo o litoral de Canaã<sup>6</sup>. Cidades como Sídon são destruídas, outras são incendiadas.

Após a saída dos povos do mar, grandes poderes às margens da região sírio-palestina (Egito e Mesopotâmia) ficam, ao menos temporariamente, afastados. Dentro da região vemos a formação dos estados dos hebreus (em luta por território desde o século anterior), dos arameus (vindos da Síria) e dos filisteus. A costa fenícia, separada do interior por duas cadeias montanhosas, do Líbano e do Antilíbano, fica, assim, autônoma.

Arado, Biblos, Berito, Sarepta, Sídon e Tiro são as maiores cidades fenícias conhecidas. Apesar de haver acordos entre elas, e de que, em certos momentos, uma dentre elas prevalece, essas cidades são organizadas autonomamente (ACQUARO, 1987).

Atualmente, a percepção que temos com relação aos fenícios é que eles compõem um grupo semítico habitando a costa sírio-palestina há séculos, em suas cidades-Estado, o qual, diante da reorganização geopolítica que ocorre no Mediterrâneo oriental no século XII a.C., vê-se momentaneamente livre de pressões de poderes externos, como o egípcio e o assírio, e então, livre dessas amarras, esse grupo se reorganiza mantendo uma tradição cultural milenar. Ou seja, diante da novidade dos elementos

---

<sup>6</sup> Povos, cujos nomes são mais conhecidos a partir das inscrições hieróglifas de Ramsés III datadas de 1177 a.C., comemorando a vitória sobre estes povos. Entre eles temos os *peleset*, identificados pelos estudiosos como os filisteus. Temos aqui, de fato, a chegada e a instalação de um novo povo na costa sírio-palestina. Os filisteus se fixam em uma faixa que vai de Askelon a Gaza, na Palestina. No entanto, outros nomes que aparecem nas inscrições de Ramsés III, como *shardana*, identificados sem muito embasamento factual com os sardos, são conhecidos por outras inscrições egípcias, anteriores. Aparecem, inclusive no rol de povos servindo aos faraós. Muito provavelmente, levadas anteriores dos *shardanas* migraram para o Egito onde conseguiram se inserir socialmente. Os *shardanas* que Ramsés III enfrenta seriam novos imigrantes ou grupos dos estabelecidos que se revoltaram? (BRYCE, 2009, p.634).

populacionais recém- chegados, os fenícios vão procurar se fechar e manter o substrato cultural semítico já existente (PEDRAZZI, 2012).

Dentre os elementos que caracterizam a nova unidade fenícia a partir de 1200 a.C., podemos citar: a sistematização final e a difusão do alfabeto; a apresentação de novas figuras divinas mas também a manutenção das da fase precedente; o surgimento de novos elementos linguísticos no complexo desenvolvimento das línguas faladas da área; e uma maior incidência do componente egípcio na produção artesanal (MOSCATI, 1995).

Com o passar dos anos, geográfica e politicamente constrictos pelas forças sociais que se reorganizam, como é o caso dos assírios, os fenícios realizam a única saída possível, *para o mar*, e se lançam em um longo processo de colonização/expansão em direção ao Ocidente<sup>7</sup>.

Durante décadas, os estudiosos trabalharam esse processo subdividindo-o em dois momentos: o primeiro, pré-colonial, e o segundo, colonial (MOSCATI, 1983). Assim, pré-colonização foi definida como visitas frequentes a novos territórios, iniciando-se um conjunto de contatos e trocas com as populações nativas, mas, e esta é uma questão importante, com o intuito de posteriormente *realizar* uma implantação colonial. Já colonização se definiu como a formação de assentamentos estáveis, cujos objetivos poderiam ser expansionistas, e, não podemos esquecer, a ideia de colonização pressupõe a ideia de uma metrópole organizadora desse processo (ACQUARO, 1987).

Essa explicação, ou seja, a divisão do processo expansionista fenício em duas fases, surge como uma resposta à discrepância da documentação então existente. As fontes textuais, lembramos, não fenícias, e as fontes arqueológicas não convergiam. Isto é, temos, por um lado, os textos afirmando a longa precedência colonial fenícia em relação à grega, e, por outro, as análises dos dados arqueológicos apontando datações posteriores, mesmo que anteriores às gregas, como veremos adiante.

Segundo o tão citado trecho de Tucídides (VI 2), os fenícios já estariam instalados na Sicília por ocasião da chegada dos primeiros navios de colonos gregos à ilha, na virada dos séculos VII e VI a.C.. Instalados, pois, na região oriental da ilha, eles teriam se afastado diante da presença grega e se acomodado na região ocidental, onde, de fato, abundam vestígios arqueológicos fenícios. Veleio Patérculo (I 2, 3) e Plínio,

---

<sup>7</sup> A Fenícia situava-se, convenientemente, na rota de diversas caravanas de trocas, tanto em um eixo norte-sul, quanto leste-oeste (se bem que esse enfrentava a dificuldade das cadeias montanhosas do Líbano e do Antilíbano, mas os rios que ali nascem e correm em direção ao mar representam uma porta de entrada para as terras interioranas). Estando e cobre, os dois elementos essenciais para a produção do bronze, eram as matérias-primas mais procuradas. O estanho vinha da Ásia Central (ao menos até a pressão assíria aumentar) e o cobre de minas locais e, principalmente, de Chipre. Outra fonte de recursos muito explorada pelos fenícios e moeda de troca nas relações destes com os povos da região (hebreus, assírios, egípcios, hititas) era a madeira que abundava nas florestas de cedro da Fenícia. Afora estes, os já mencionados tecidos tingidos de púrpura e artefatos artesanais de vidro, marfim e metais preciosos compunham o rol de produtos que faziam a economia das cidades fenícias girar (HOYOS, 2010, p. 1).

o Velho (*HN XVI 216*) apresentam em seus textos, inclusive, as datas das primeiras fundações fenícias: em torno de 1100 a.C. (Cádiz, na Espanha e Útica, na Tunísia). Já a importante Cartago, ainda segundo as fontes textuais, teria sido fundada ou em 826 a.C. (Flávio José *Contra Apionem I 125-126*) ou em 814 a.C. (Timeu *Fragmento 23*), ou seja, antes da mais antiga fundação grega, Pitecusa, na ilha de Ísquia, Itália, datada entre 770-750 a.C. (cf. DECRET, 1979; FINE, 1983, p.69).

Os dados provindos das escavações arqueológicas em sítios fenícios ocidentais, no entanto, não alcançavam, e ainda hoje não alcançam, datações tão recuadas. Em termos arqueológicos, o máximo que se alcançou até hoje é o século IX a.C.<sup>8</sup>. Mas são datações que, não obstante, determinam a precedência fenícia frente aos gregos igualmente do ponto de vista arqueológico. Entretanto, para os estudos fenícios, a discrepância entre fontes textuais e fontes arqueológicas clamava por uma explicação. E esta foi dada a partir de uma crítica interna aos textos. Assim:

A explicação teórica para essa disparidade apoia-se em dois pontos: em primeiro lugar as fontes textuais referentes à colonização fenícia remetem-se a uma única tradição criada no período helenístico, e em ambientes alexandrinos; essa tradição considera os poemas homéricos como verdades históricas e o retrato dos fenícios como navegadores e comerciantes, que ali é pintado, como contemporâneo aos outros fatos narrados nos poemas. As fontes textuais clássicas também relacionam Hércules como progenitor dos fenícios, assimilando assim as viagens marítimas destes para o extremo ocidente com as viagens míticas do herói grego. (KORMIKIARI, 1993, p.262)

A saída encontrada foi, então, a de pensar a movimentação fenícia a partir dos dois momentos apresentados acima: um pré-colonial e o outro colonial, quando alguns dos assentamentos iniciais teriam se transformado em verdadeiras colônias (MOSCATI, 1988, p. 17). A questão aqui não era apenas a de dar razão às informações das fontes textuais, reinterpretando-as, mas também de dar conta de uma documentação material ampla, de artefatos egeus (micênicos, sírios e fenícios), encontrados por toda a Bacia do Mediterrâneo centro-ocidental, mormente em contextos indígenas, e que levou o arqueólogo Luigi Bernabó Brea a cunhar o termo *Koiné Mediterrânica* nos anos sessenta do século passado (BREA, 1964-1965) para explicar sua dispersão a partir do Mediterrâneo oriental. Isto é, micênicos e fenícios, navegando em separado ou mesmo em conjunto, teriam sido os difusores dessa cultura material que seria então, mais do que oriental, mediterrânica (BONDÌ, 1985; ALMAGRO GORBEA, 1977)<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> As pesquisas mais recentes em Motia, cidade fenícia no noroeste da Sicília, apresentam datas do século VIII a.C. (800-750 a.C.) para o primeiro assentamento (Nigro, 2017, p. 4-11); em Cartago, temos datações de meados do século IX a.C. (DOCTER et al., 2008; com ponderações metodológicas, ver NÚÑEZ, 2008).

<sup>9</sup> Nas últimas duas décadas, inúmeros novos achados arqueológicos na Península Ibérica romperam a fronteira da presença fenícia assinalada pela historiografia moderna, até então, em Cádiz (antiga Gadir), na Espanha. A arqueóloga Ana Margarida Arruda, da Universidade de Lisboa, tem escavado e publicado extensamente, com sua equipe, sobre sítios em Portugal com indícios de influências orientais (ARRUDA, 2013). Para uma sistematização e reavaliação dos sítios arqueológicos de Portugal ver Pappa (2013), que questiona o uso do termo “orientalizante” para designar

Atualmente, ainda prevalece a tese de um processo contínuo e sequencial. Nesse sentido, o motor desse movimento amplo, de longa duração, é entendido como sendo o palácio, mais precisamente o rei fenício e a classe aristocrática dominante (AUBET, 1993, p.118-132; GRAS; ROUILLARD; TEIXIDOR, 1988, p.105-107)<sup>10</sup>. Mesmo para aqueles que entendem, já de há muito, que não há evidências, nem literárias nem materiais, para trabalharmos com a ideia de um projeto uno de expansão (por exemplo, BONDÌ, 1985), o palácio e a nobreza fenícias figuram como os agentes organizadores desses dois movimentos, o pré-colonial e o colonial<sup>11</sup>.

Recentemente, Jaime Alvar Ezquerria (1997, 2008) defendeu que esqueçamos a ideia de uma pré-colonização e de uma colonização, e que trabalhemos a partir dos conceitos de contato, pois:

Colonización y precolonización son ante todo modos de contacto, cuya diferencia estriba esencialmente no en el criterio de la secuencia temporal, sino en la frecuencia, intensidad y características del contacto entre culturas. Por ello desearía identificar la colonización como una de las formas posibles en una forma más general de relación intercultural que podríamos denominar Modo de Contacto Sistémico Hegemónico (MCSH). Entre sus características estarían el control directo o indirecto de la explotación de los recursos locales, la gestión de la exportación de los excedentes [.....]. La sistematización regularizada de las relaciones y el predominio del elemento exógeno son, pues, las claves que permite identificar el MCSH.

La precolonización [...] al no compartir esas características, ha de ser encuadrada en otra modalidad del contacto [...]. Los intercambios pueden ser esporádicos, lo que no requiere ni regularidad, ni sistematización [.....] el objetivo es lograr un determinado abastecimiento, que no exige el control de la producción [...] por lo que pueden existir enclaves comerciales permanentes sin función administrativa [.....]. La hegemonía no es la modalidad de comportamiento requerido, y por eso he propuesto que lo denomináramos Modo de Contacto no Hegemónico (MCnH). (ALVAR EZQUERRA, 2008, p.20)

O Modo de Contato não Hegemônico (MCnH) poderia ser classificado ainda como *esporádico*, quando os contatos para a aquisição de matéria-prima são feitos por um grupo que se desloca de sua terra natal sem possuir, de fato, relações formais ou administrativas com as populações abastecedoras. Nesse caso, cada situação de contato seria única e fechada, com princípio e fim nela mesma.

---

horizontes arqueológicos, ou seja, achados artefatuais em sítios indígenas locais, que indicam possíveis contatos entre nativos e gentes do Mediterrâneo oriental, sobre as quais, até pouco, evitava-se afirmar terem sido fenícios. De fato, os trabalhos mais recentes de Arruda e outros já vêm mais firmemente apontando a existência dessas conexões via fenícios, por exemplo, Arruda (2015, 2016a, 2016b) e Ávila (2015).

<sup>10</sup> O rei fenício, denominado *mlk*, não possui as prerrogativas de um rei oriental tradicional, seja a de ser o interlocutor direto dos deuses ou a própria reencarnação na terra de um. Nesse sentido, o rei fenício é um arbitrador, um, o melhor, mas um assim mesmo, entre os seus pares (SZNYCER, 1984, p.292 ss.).

<sup>11</sup> Assim depreende S. F. Bondì a partir do relato de Ounamon, o enviado egípcio a Biblos para comprar madeira, que encontra o rei fenício, Shekerbaal, inicialmente não disposto a realizar a troca. Shekerbaal fala, não querendo ser importunado por Ounamon: “Não há vinte navios de transporte, em meu porto, que possuio em sociedade com Smendis? E, no que diz respeito a Sídón, não tenho lá mais 50 navios em sociedade com Barkatel?”, isto é, demandando que o enviado egípcio procure-os; mas após ser agradado com presentes proclama seu poder “se eu der um grito em direção ao Líbano, faço o céu se abrir e os troncos chegarão aqui e o príncipe [...] envia 300 homens e 300 bois...para que os troncos sejam cortados” (BONDÌ, 1995, p.270). Em uma posição análoga, mas mais atual, ver Alvar Ezquerria (2008, p.23-24).

Ou poderia ser classificado como *episódico*, quando teríamos, então, em cada contato um momento, ou episódio, de um processo de contato e troca recorrente.

Com essa proposta, Alvar pretende dissociar por completo os dois momentos, o Hegemônico do não Hegemônico. Assim, pré-colonização não seria uma fase de um longo processo de contato a ser finalizado com a constituição de colônias, mas sim um modo específico e próprio de contato entre culturas (ALVAR EZQUERRA, 2008, p.20).

Trata-se, de fato, de um raciocínio muito pertinente, pois dissociando os dois momentos conseguimos nos concentrar e procurar entender melhor os fenômenos e os processos de cada um, por exemplo, os agentes e o contexto histórico por detrás de cada movimentação. A chave de compreensão, aqui, é o termo *hegemônico*. Por ele, Alvar Ezquerria entende um projeto de dominação, seja de recursos e territórios, seja até de populações. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de enclaves de contato, assentamentos mais permanentes por parte dos estrangeiros, no caso, os fenícios, durante os processos de MCnH, desde que esses não tenham sido estabelecidos para dominar a região e/ou administrar as trocas.

Em um texto de 2004, tratamos do chamado “escambo silencioso”, conforme descrito por Pseudo-Cílix (112M) e apresentado por St. Gsell (1929, p.94-95)<sup>12</sup>:

Os comerciantes são fenícios; quando eles chegam à Ilha de Cernè, eles atracam com seus navios redondos e montam suas tendas [...]. Mas a carga, após ter sido retirada dos navios, é transportada em pequenas embarcações até a costa. Há etíopes no continente. É com esses etíopes que eles fazem o tráfico. Os fenícios vendem suas mercadorias por peles de gazelas, de leões, de leopardos [...]. Os etíopes usam as peles como adorno e no lugar de taças, usam o marfim; e suas mulheres usam anéis de marfim como adorno [...]. Os mercadores fenícios entregam óleo perfumado, pedras do Egito, cerâmica ática [...]. (Tradução nossa)

Temos aqui uma possível descrição do Modo de Contato não Hegemônico, conforme cunhado por Alvar Ezquerria<sup>13</sup>. O arqueólogo não acredita que para tal fosse requerida uma organização em larga escala. Ao contrário, estaríamos diante de contatos irregulares, derivados de um conhecimento prévio (e assim, relembramos a hipótese de navegações conjuntas entre micênicos e fenícios). Ainda seguindo o raciocínio de Alvar, a chave para a mudança na forma de contato (de MCnH para MCSH) estaria na transformação dos bens requeridos de maneira esporádica ou mesmo episódica em necessidades permanentes, demandadas, pois serviriam para a manutenção de uma ordem econômica e social (ALVAR EZQUERRA, 2008, p.21).

<sup>12</sup> Heródoto (IV 96) igualmente narra uma forma de “escambo silencioso” entre cartagineses e nativos (africanos?) (KORMIKIARI, 2004, p.150-151).

<sup>13</sup> O arqueólogo acredita que essa hipótese fique ainda mais fortalecida pois os dois textos que chegaram até nós tratando do tema (Pseudo-Cílix e Heródoto) mencionam, um, os fenícios, e o outro, os cartagineses. Ou seja, estaríamos diante de uma mesma forma de contato em períodos distantes um do outro, não podendo, portanto serem encaixados em um momento pré-colonial único (ALVAR EZQUERRA, 2008, p.22).

A busca por novas chaves conceituais se faz, de fato, necessária. Elas se enquadram, ademais, nas discussões que têm tomado conta da academia, inicialmente na área da Literatura, mas de há muito também na Antropologia, na História e na Arqueologia, no rastro das Teorias Pós-Coloniais, que se desenvolveram a partir da obra *Orientalism*, de Edward Said, publicada em 1978<sup>14</sup>.

As Teorias Pós-Coloniais trabalham, essencialmente, com a análise e a interpretação dos discursos hegemônicos em ambientes de colonização moderna, e propõem novos enfoques, como por exemplo, um olhar renovado sobre o outro, o poder de identidades locais nas relações de poder, os significados e alcances das negociações, mas fugindo de oposições estereotipadas e binárias (estrangeiros *versus* locais; colonos *versus* colonizados) (SUREDA TORRES, 2012, p.57-58; VAN DOMMELEN, 2005, p.116).

Na Arqueologia fenício-púnica, uma voz tem sido predominante quando se trata de aplicar essa nova abordagem aos estudos de caso, a do arqueólogo e atual diretor *do Joukowsky Institute for Archaeology and the Ancient World* da Brown University, EUA, Peter Van Dommelen<sup>15</sup>.

Discutindo o estado da questão, Van Dommelen critica a opção pelo termo *colonização* em detrimento de *colonialismo* como solução para o impasse pós-colonial. A adoção do primeiro para definir o fenômeno de expansão territorial e contato na Antiguidade, que indicaria mais uma ação – sendo assim mais “neutro” ? – e menos um processo organizado a partir de um poder central, não resolveria o problema do contágio, por parte dos pesquisadores ocidentais, formados na cultura europeia dos séculos XIX e XX, das noções implícitas ao movimento colonialista moderno, quais sejam: exploração dos recursos naturais para serem enviados à metrópole, exploração e opressão dos nativos e hegemonia cultural (VAN DOMMELEN 1997, p.305-307).

A ideia da existência de uma metrópole que controla, política e economicamente, a(s) colônia(s) é particularmente complicada quando queremos compreender os movimentos de expansão e migração pelo Mediterrâneo na Antiguidade. Mesmo tendo apontado nesse mesmo texto a tendência dos pesquisadores em verem na figura do rei e dos aristocratas fenícios os agentes dos processos de exploração de recursos naturais<sup>16</sup>, a pressuposição de que a colônia existiu enquanto fornecedora de riquezas para a metrópole não

---

<sup>14</sup> Em referência à Arqueologia do Mediterrâneo Antigo ver Dietler, M. The archaeology of colonization and the colonization of archaeology. Theoretical Challenges from an Ancient Mediterranean colonial encounter. IN: G. J. Stein (ed.) *The Archaeology of Colonial Encounters. Comparative Perspectives*. Santa Fe, Oxford: School of American Research Press, James Curry Ltd., 2005, p.33-68.

<sup>15</sup> Já tivemos a oportunidade de explorar com vagar o pensamento de Van Dommelen em outros artigos (KORMIKIARI, 2012, 2015).

<sup>16</sup> Ao discutir o assunto em seu texto, Alvar Ezquerro (2008, p.24-25) chama a atenção para a vital questão de quem seriam os donos dos navios, quem seriam os armadores. Como resposta retorna aos reis e às aristocracias das cidades fenícias.



encontra, sistematicamente, correspondência nas evidências materiais e textuais<sup>17</sup>, muito menos a ideia de uma relação entre centro e periferia, na qual o centro é o agente de exploração econômica e a periferia sofre essa ação.

Trazer à luz esses questionamentos não significa, por outro lado, tratar os processos de expansão e de migração da Antiguidade mediterrânica, e, em nosso caso, fenícia mais especificamente, como ações livres de opressões, violência, conquistas e explorações<sup>18</sup>. O conceito MCSH (Modo de Contato Sistemático Hegemônico) traz em si a possibilidade de análise dos diferentes contextos sob essas perspectivas. De maneira análoga, o MCnH (Modo de Contato não Hegemônico) não necessariamente pressupõe uma ação pacífica. O próprio autor levanta essas questões em sua proposta (ALVAR EZQUERRA, 2008, p.21).

Temos que ter consciência de estarmos lidando com processos nos quais pessoas de *backgrounds* culturais distintos se encontraram e interagiram. Esses contatos vão desde contatos ligeiros ao compartilhamento de assentamentos de longa duração, harmônicos ou hostis. Um denominador comum seria a copresença física de pessoas em um contexto particular e as dinâmicas socioculturais criadas ao longo dessas interações, como bem salientam P. Van Dommelen e B. Knapp em uma obra, *Material Connections in the Ancient Mediterranean*, que procura explorar, a partir de estudos de caso em regiões insulares, as interações culturais e as identidades múltiplas daí advindas (cf. VAN DOMMELEN; KNAPP 2010, p.4-7).

Acreditamos ser esse o caminho mais promissor para o avanço da nossa compreensão de um processo tão complexo e multifacetado como foram os processos, na verdade, de expansão territorial e cultural, de egeus (micênicos e gregos) e fenícios pela Bacia do Mediterrâneo Antigo da Idade do Ferro ao período arcaico.

---

<sup>17</sup> Os laços são fortes, culturalmente falando, mas nem as colônias do mundo fenício-púnico, nem as do grego, parecem ter desenvolvido uma relação de dependência política e econômica com suas cidades-mães (com relação ao mundo grego ver Snodgrass, A. M. The nature and standing of the early Western colonies. IN: G. R. Tsetschladze e F. De Angelis (eds.). *The Archaeology of Greek Colonisation. Essays Dedicated to Sir John Boardman*. Oxford University School of Archaeology. Monograph 40. Oxford: Oxbow Books, 1994, p.1-10).

<sup>18</sup> Para um estudo de caso que demonstraria processos não tão pacíficos nas implantações de fenícios na Península Ibérica, ver Wagner, C. G. Fenícios en el Extremo Occidente: conflicto y violencia en el contexto colonial arcaico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 8, n. 2, 2005, p.177-192.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Antigas

- FLÁVIO JOSEFO. *Contre Apion*. L. Blum e T. Reinach (trads.). Paris: Les Belles Lettres, 1972.
- HOMERO. *Odisséia*. Jaime Bruna (trad.). São Paulo: Cultrix, 1976.
- PLÍNIO. *Historia natural*. Guy Serbat, Antonio Fontán e Ana Maria M. Casas (trads.). Madrid: Gredos, 1995.
- TIMEU. *Über die Natur des Kosmos und der Seele*. M. Baltes (trad.). Leiden: E. J. Brill, 1972.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Raul M. Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr (trads.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- VELEIO PATÉRCULO. *Historia romana*. Sánchez Manzano e M. Asunción (trads.). Madrid: Gredos, 2001.

### Obras Arqueológicas e Historiográficas

- ACQUARO, E. *Cartagine: un imperio sul Mediterraneo*. Roma: Club del libro Fratelli Melita, 1987.
- ALMAGRO GORBEA, M. *El Bronce Final y el periodo orientalizante en Extremadura*. CSIC: Madrid, 1977.
- ALVAR EZQUERRA, J. El problema de la precolonización en la gestación de la polis. IN: D. Plácido; J. Alvar; J. M. Casillas; C. Fornis (eds.). *Imágenes de la Polis*, Arys 8, Madrid: Ediciones Clásicas. 1997, p.19-33.
- ALVAR EZQUERRA, J. Modos de contacto y medios de comunicación: los orígenes de la expansión fenicia. IN: *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico*. Madrid: CSIC, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, 2008, p.19-26.
- ARRUDA, A. M.; MONGE SOARES, A. M.; FREITAS, V. T. de; OLIVEIRA, C. F. et alii. A cronologia relativa e absoluta da ocupação sidérica do Castelo de Castro Marin. *SAGUNTUM*, 45, 2013, p.101-13.
- ARRUDA, A. M.; CARDOSO, J. L. A necrópole da Idade do Ferro da Palha (Calhariz, Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 22, 2015, p.301-14.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; PIMENTA, J.; SOUSA, E. As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal), *CuPAUM*, 42, 2016a, p.79-101.
- ARRUDA, A. M.; CARDOSO, J. L. Faunas domésticas e rituais funerários em Alcácer do Sal (Idade do Ferro). IN: *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades*. Alimentação e comensalidade nas sociedades pré e proto-históricas. Raquel Vilaça; Miguel Serra (eds.). Coimbra: FLUC, CEPBA, Palimpsesto, 2016b, p.193-217.
- AUBET. M. E. *The Phoenicians and the West: Politics, Colonies and Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- ÁVILA, J. J. (ed.). *Phoenician Bronzes in Mediterranean*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2015.
- BREA, L. B. Leggenda e archeologia nella protostoria siciliana. *Kokalos*, 10-11, 1964-1965, p.1-33.

- BRYCE, T. (org.) *The Routledge Handbook of The Peoples and Places of Ancient Western Asia*. From the Early Bronze Age to the Fall of the Persian Empire. Nova Iorque: Routledge, 2009.
- BONDÌ, S. F. Le commerce, les échanges, l'économie. IN: V. Krings (ed.). *La civilisation phénicienne et punique*. Manuel de recherche. Handbook of Oriental Studies, Zwanzigster Band. Leiden, Nova Iorque, Koln: E. J.Brill Ed., 1995.
- BONDÌ, S. F. Momenti precoloniale nel Mediterraneo Antico. IN: E. Acquaro; L. Godart; F. Mazza; E. Musti (orgs.). *Momenti precoloniale nel Mediterraneo Antico*. Coleção Studi Fenici, 28, Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche, 1988, p.248-252.
- DECRET, F. *Carthage ou l'empire de la mer*. Paris: Éd. du Seuil, 1979.
- DOCTER, R.; CHELBI, F.; MARAOUI TELMINI, B.; NIJBOER, A. J.; VAN DER PLICHT, J.; VAN NEER, W.; MANSEL, K.; GARSALLAH, S. New Radiocarbon dates from Carthage: bridging the gap between History and Archaeology?. IN: C. Sagona (ed.). *Beyond the homeland: markers in Phoenician chronology, Ancient Near Eastern Studies*, Suplemento 28. Leuven, Paris, Dudley: Peeters, 2008, p.380-422.
- FINE, J. V. A. *The Ancient Greeks*. Cambridge: The Bellknap Press of Harvard University Press, 1983.
- GARSALLAH, S. New Radiocarbon dates from Carthage: bridging the gap between History and Archaeology? In: Sagona C. (ed.). *Beyond the homeland: markers in Phoenician chronology*. Collection Ancient Near Eastern Studies, Suplemento 28, Leuven, Paris, Dudley, 2008, p.380-422.
- GRAS, M.; ROUILLARD, P.; TEIXIDOR, J. *L'univers phénicien*. Paris: Arthaud, 1988.
- HARDEN, D. *The Phoenicians*. Londres: Harmondsworth, 1971.
- HOYOS, D. *The Carthaginians*. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2010.
- KRAHMALKOV, C. R. Phoenician–Punic Dictionary. *Studia Phoenicia*, 16, Leuven: Peeters, 2000.
- KORMIKIARI, M. C. N. Expansão marítima e influência cultural fenícia no Mediterrâneo centro ocidental. *Anais de VII Reunião Anual da SBEC* (Sociedade Brasileira de estudos clássicos). Araraquara, 1993, p.261-7.
- KORMIKARI, M. C. N. O comércio, as trocas e o sistema do dom entre os fenícios. IN: A. G. Carvalho (org.). *Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. Salvador: Edições UESB, 2004, p.127-54.
- KORMIKIARI, M. C. N. Movimentação fenício-púnica no Mediterrâneo ocidental: novas perspectivas a partir dos estudos em Arqueologia da Paisagem. *Mare Nostrum*, 3, 2012, p.1-19.
- KORMIKIARI, M. C. N. Expansão fenício-púnica no Mediterrâneo central e ocidental: realidades próximas e distintas. *Phoînix*, 21 (1), 2015, p.86-101.
- MARKOE, G. E. *Phoenicians*. Los Angeles, Berkeley: University of California Press, 2000.
- MOSCATI, S. Problematica della civiltà fenicia. *Studi Semitici*, 46. Roma, 1974.
- MOSCATI, S. Precolonizzazione greca e precolonizzazione fenicia. *Revista di Studi Fenici*, XI, 1983, p. 1-7.

- MOSCATI, S. Introduction. IN: V. Krings (ed.). *La civilisation phénicienne et punique*. Manuel de recherche. Handbook of Oriental Studies. Leiden: Brill, 1995, p.1-15.
- MOSCATI, S. (org.). *The Phoenicians*. Londres, Nova Iorque: I. B. Tauris, 2001.
- NIGRO, L. e SPAGNOLI, F. Landing on Motya. The earliest Phoenician settlement of the 8th century BC and the creation of a West Phoenician cultural identity in the excavations of Sapienza University of Rome - 2012 - 2016. *Quaderni de archeologia fenicio-punica/CM04*. Roma: Università di Roma "La Sapienza", Missione archeologica a Mozia, 2017.
- NÚÑEZ, F. J. The lowest levels at Bir Massouda and the foundation of Carthage. A Levantine perspective. In: Roald F. Docter (org.) *Carthage Studies*, 8, Department of Archaeology, Ghent: Ghent University, 2014, p.7-46.
- PAPPA, E. *Early Iron Age Exchange in the West: Phoenicians in the Mediterranean and in the Atlantic*. Leuven: Peeters, 2013.
- WISEMAN, D. J. *The Alalakh Tablets*. Norwalk: AMS Press, 1983.
- PEDRAZZI, T. Fingere l'identità fenicia: confini e cultura materiale in Oriente. *Revista di Studi Fenici*, XL, 2, 2012, p.137-57.
- SZNYCER, M. Le problème de la royauté dans le monde punique. *Bulletin Archéologique du Comité des Travaux Historiques*, Nova Série, 17, fascículo B, 1984, p.291-301.
- VAN DOMMELEN, P. Colonial constructs: colonialism and archaeology in the Mediterranean. *World Archaeology*, 28 (3), 1997, p.305-323.
- VAN DOMMELEN, P. Colonial interactions and hybrid practices. Phoenician and Carthaginian settlement in the Ancient Mediterranean. IN: G. J. Stein (ed.). *The Archaeology of Colonial Encounters. Comparative Perspectives*. Santa Fe, Oxford: School of American Research Press, James Curry Ltd., 2005, p.109-141.
- VAN DOMMELEN, P.; BELLARD, C. G. *Rural Landscapes of the Punic World*. Monographs in Mediterranean Archaeology, 11, Londres e Oakville: Equinox, 2008.
- VAN DOMMELEN, P.; KNAPP, A. B. (eds.). *Material Connections in the Ancient Mediterranean: Mobility, Materiality and Identity*. Abingdon e Nova Iorque: Routledge, 2010.

---

Recebido em: 23/06/2017

Submitted in: 23/06/2017

Aprovado em: 07/08/2017

Aproved in: 07/08/2017

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018

---

**PHOENICIANS IN THE MEDITERRANEAN: DIVERSIFIED FORMS OF CONTACT**  
**FENÍCIOS PELO MEDITERRÂNEO: FORMAS DE CONTATO DIVERSIFICADAS**

Maria Cristina Nicolau Kormikiari

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



# Phoenicians in the Mediterranean: diversified forms of contact<sup>1</sup>

Maria Cristina Nicolau Kormikiari<sup>2</sup>

**Abstract:** In this article we approach the most recent developments on the research regarding the Phoenicians, a people who inhabited the coastal plains of eastern Mediterranean. We also approach the developments regarding their territorial expansion, especially towards the very opposite region in relation to their homeland: the western shores of the Mediterranean. We also discuss the pertinence of the use of such concepts as pre-colonization and colonization and present the position of some archaeologists drawn out of the Post-Colonial Theories.

**Keywords:** Phoenicians, navigation, contact, Mediterranean.

**Resumo:** Neste artigo abordamos as mais recentes sistematizações acerca dos fenícios, povo que habitou habitando a costa oriental da Bacia do Mediterrâneo, e acerca de seus processos de expansão territorial, notadamente nas regiões central e ocidental desta mesma bacia. Discutimos a pertinência do uso de conceitos como pré-colonização e colonização e os questionamentos que alguns arqueólogos têm feito a estes, com base nas Teorias Pós-Coloniais.

**Palavras-chave:** Fenícios, navegação, contato, Mediterrâneo.

The Phoenicians, who are still so mysterious to us, despite the numerous advances made by academic research, have since the beginning of the Iron Age in the Eastern Mediterranean (11th century BC) initiated a sophisticated process of territorial expansion, sailing the Mediterranean waters and reaching the land to the north and south of this basin, and beyond it, Atlantic waters, on holdings in search of raw materials for the making of products to be resold on eastern lands.

A first question that the researchers put forward, having in hand textual sources and the first archaeological discoveries classified as vestiges of the Phoenician presence, and, first of all, comparing these data with the information about the analogue - to what extent? - Greek expansion towards the Western Mediterranean, was: is it a process of colonization?

But before we address this thorny question, when we speak Phoenicians, what do we really mean?

We can say that the Phoenicians are elusive. They did not leave us literary, historical, religious or geographical texts, where we could analyze the existing discourses, in order to try to understand how these Phoenicians saw themselves and what kind of union they experimented with each other<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Translated from the original by the author.

<sup>2</sup> Assistant Professor of Ancient Mediterranean Archeology and of the Graduate Program in Archeology, at the Museum of Archeology and Ethnology-University of São Paulo (MAE/USP), Brazil. Researcher of the Laboratory of studies on the ancient city at the Museum of Archeology and Ethnology-University of São Paulo (LABECA - MAE/USP), Brazil. Contact: tanit@usp.br.

<sup>3</sup> The Annals of Tyre would be an exception, but the fragments of it that have come down to us are in the Latin text of Flavius Josephus. Nevertheless, they are important mentions, with information of two periods: the 10th and 6th centuries BC. (MOSCATI, 2001, p.8).

Not because they did not produce such works, but because, unfortunately, they did not survive the historical vicissitudes. What we have left, textual wise, is a vast epigraphic collection - with very precise limits - and occasional references in Greek, Latin, Mesopotamian, and Assyrian textual sources, in the Old Testament and in Egyptian hieroglyphs. Thus, we must realize that both terms, "Phoenician" and "Phoenicia", were bequeathed to us by Homer (*Odyssey* XV 415-482). He uses *phoinikes* to name the people and *Phoiniké* for the region. The two terms are linked to the term *phoinix* (red-purple) and therefore to the tissue industry typical of Phoenician cities. Before Homer, we have Mycenaean texts from the second half of the second millennium, which also use these terms, referring to both color and people, but those are rare mentions (MOSCATI, 1995)<sup>4</sup>.

On the other hand, a unitary consciousness of the Phoenician cities is weak and there is no known constant name that stands out. "Canaan," in reference to the region, and "Canaanites," in reference to the people, are designations that appear in the Syrian-Palestinian region of the second millennium onwards but have a broader character encompassing other peoples and regions beyond the Phoenicians<sup>5</sup>.

The Canaanites inhabiting the Syrian-Palestinian coast are understood as Western Semites. They built an urban civilization where today we have Palestine, Israel, Lebanon and part of Syria. Archaeological data show that most coastal towns, especially those later known as Phoenicians by the ancient peoples themselves, and particularly Byblos (Gebal in Phoenician), were already known as Canaanite ports in the Bronze Age. The term "Phoenicians" does not appear in any document of this period (MARKOE, 2000, p.15).

A part of this region will later be known as Phoenicia<sup>6</sup>. The socio-spatial conformation of this people, already present in the region since the Bronze Age, as we have seen above, is the so studied city-state. There is no evidence of formation of Phoenician empires in the eastern Mediterranean. The lands of Canaan covered a greater extent than the coastal strip, which will be known as Phoenicia. It should be borne in mind that the history of Canaan predates the Invasion of the Sea Peoples at the end of the second millennium BC, but interestingly enough the term "Canaanites" can also be linked to the purple-red color in Akkadian texts of Nuzi (between the Tigris and Euphrates), from the middle of the second millennium, under the term *kinakhnu* (red-purple) (MOSCATI, 1995).

---

<sup>4</sup> C.R. Krahmalkov (2000) recently linked the Greek term *Phoenices* and the later Roman *Poeni* (in this case, referring to the Phoenicians of the West, which will derive the Punic term adopted by the academy) to the way the Hebrews called the Phoenicians, *Ponim*.

<sup>5</sup> For example, for three times in the Alalakh tablets (WISEMAN, 1983, p.5, 8, 12).

<sup>6</sup> From mainly archaeological finds modern historiography established the geographical boundaries of this area, Tell Suqas, on the southern border of Syria, and Acre, Tell Keisan and Akhziv in northern Israel - Mount Carmel region (MOSCATI, 2001, p.13; AUBET, 2001, p.69).

An interesting question, however, is that linguistically it is possible to make the passage from the term Canaan to kinakhnu, but not the other way around. Thus, it is clear that what came first was the name of the region (Canaan), which was used to designate a production (kinakhnu) that developed there.

This segment of the Canaanites, the Phoenicians, is identified as a people from a set of common characteristics, a language, a geographical area and a historical cultural process. In this perspective, we can speak of Phoenicia, as a historical reality of the Middle East, from 1200 BC (simultaneously with the passage from the Bronze Age to the Iron Age) after the Invasion of the Sea Peoples (ACQUARO, 1987; MOSCATI, 1974, 2001; HARDEN, 1971).

Throughout at least two waves of invasions, several decades apart, various peoples suffer to a greater or lesser extent from the invasion of different peoples coming from land and sea for more than a hundred years: Mycenaean society collapses; Ugarit (Ras Shamra), an important Canaanite port in southern Syria, which traded with the Aegean, is destroyed; Egypt is attacked; the Hittite lands and Mesopotamia as well. Could these "invasions" have been migratory movements instead? What we do know is that the so-called Invasion of the Sea Peoples is an invasion that spreads across the coast of Canaan<sup>7</sup>. Cities like Sidon are destroyed and others are burned.

After the Sea Peoples leave, great powers on the shores of the Syrian-Palestinian region (Egypt and Mesopotamia) are at least temporarily removed. Within the region we see the formation of the Hebrew (fighting for territory since the previous century), the Aramean (from Syria) and the Philistine states. The Phoenician coast, separated from the interior by two mountain ranges, the Lebanon and the Anti-Lebanon, is thus autonomous.

Aradus, Byblos, Berytus, Sarepta, Sidon and Tyre are the largest known Phoenician cities. Although there are agreements between them, and that, at times, one of them prevails these cities are organized autonomously (ACQUARO, 1987).

Nowadays, our perception of the Phoenicians is that they form a Semitic group inhabiting the Syrian-Palestinian coast for centuries in their city-states, which, in the face of the geopolitical reorganization that takes place in the Eastern Mediterranean in the 12th century BC, is momentarily free from the pressures of external powers, such as the Egyptian and the Assyrian ones, and then, free from these moorings, this group reorganizes itself maintaining a millennial cultural tradition. In other words, in view of the novelty of

---

<sup>7</sup> Peoples, whose names are best known from the hieroglyphic inscriptions of Ramses III dated to 1177 BC, commemorating the victory over these peoples. Among them we have the Peleset, identified by scholars as the Philistines. We have here, in fact, the arrival and installation of a new people on the Syrian-Palestinian coast. The Philistines settle on a strip that runs from Askelon to Gaza, Palestine. However, other names that appear in the inscriptions of Ramesses III, for instance Shardana, which was identified without much factual foundation with the Sardis, are also known by other previous Egyptian inscriptions. They appear in the list of peoples serving the pharaohs. Most likely, previous Shardana groups had immigrated to Egypt where they were able to adjust socially. Would the Shardanas that Ramses III face be new immigrants or groups of established ones who revolted? (BRYCE, 2009, p.634).



the newly arrived population elements, the Phoenicians will seek to close and maintain the already existing Semitic cultural substratum (PEDRAZZI, 2012).

Among the elements that characterize the new Phoenician unit from 1200 BC, we can mention: the final systematization and the diffusion of the alphabet; the presentation of new divine figures but also the maintenance of those of the preceding phase; the emergence of new linguistic elements in the complex development of spoken languages of the area; and a higher incidence of the Egyptian component in artisanal production (MOSCATI, 1995).

Over the years, geographically and politically constrained by the social forces that reorganize themselves, as is the case with the Assyrians, the Phoenicians realize the only possible way out, towards the sea and embark on a long process of colonization / expansion towards the West<sup>8</sup>.

For decades, scholars have worked on this process by subdividing it into two moments: the first, pre-colonial, and the second, colonial (MOSCATI, 1983). Thus, pre-colonization was defined as frequent visits to new territories, initiating a set of contacts and exchanges with the native populations, but, and this is an important issue, with the intention of subsequently carrying out a colonial implantation. Colonization has been defined as the formation of stable settlements, whose objectives could be expansionist, and we must not forget, the idea of colonization presupposes the idea of an organizing metropolis behind that process (ACQUARO, 1987).

This explanation, that is, the division of the Phoenician expansionary process into two phases, arises as a response to the discrepancy of the then existing documentation. The not Phoenician textual sources and the archaeological sources did not converge. That is, we had, on the one hand, the texts affirming the long Phoenician colonial precedence in relation to the Greek one, and, on the other hand, the analysis of archaeological data pointing to a later chronology, although earlier than the Greek dating, as we shall see below.

According to the much-quoted passage from Thucydides (VI 2), the Phoenicians were already settled in Sicily on the occasion of the arrival of the first Greek settlers on the island at the turn of the seventh and sixth centuries BC. Settled, thus, in the eastern part of the island, they would have turned away from the Greek presence and re-settled in the western region, where, in fact, Phoenician archaeological remains

---

<sup>8</sup> Phoenicia was conveniently on the route of several caravans of trade on both a north-south and east-west axis (though it faced the difficulty of the mountain chains of Lebanon and the Anti-Lebanon, but the rivers are born there, they run towards the sea thus representing a gateway to the interior lands). Tin and copper, the two essential elements for the production of bronze, were the most sought after raw materials. Tin came from Central Asia (at least until Assyrian pressure increased) and copper from local mines, and mainly from Cyprus. Another source of resources greatly exploited by the Phoenicians and currency of exchange in the relations between them and the peoples of the region (Hebrews, Assyrians, Egyptians, Hittites) was the wood that was plentiful in the cedar forests of Phoenicia. Aside from these, the aforementioned purple-dyed fabrics and handcrafted artifacts of glass, ivory and precious metals made up the list of products that made the economy of the Phoenician cities revolve (HOYOS, 2010, p.1).

abound. Velleius Paterculus (I 2, 3) and Pliny the Elder (*HN* XVI 216), in their texts, present the dates of the first Phoenician foundations, around 1100 BC (Cadiz, Spain, and Utica, Tunisia). The important Carthage, according to the textual sources, would have been founded either in 826 BC (Flavius Josephus *Against Apionem* I 125-126) or in 814 BC (Timaeus, Fragment 23), that is, before the oldest Greek foundation, Pithekoussai, on the island of Ischia, Italy, dated to 770-750 BC (see DECRET, 1979; FINE, 1983, p.69).

Data from archaeological excavations in western Phoenician sites, however, did not reach, and still do not reach, such early dates. In archaeological terms, the maximum that has been reached until today is the 9th century BC<sup>9</sup>. But those are dates that, nevertheless, determine the Phoenician precedence over the Greeks also from the archaeological point of view. However, for Phoenician studies, the discrepancy between textual sources and archaeological sources called for an explanation. And this was given from an internal critique of the texts. For instance:

The theoretical explanation for this disparity is based on two points: first, the textual sources referring to the Phoenician colonization refer to a single tradition created in the Hellenistic period, and in Alexandrian environments; this tradition regards the Homeric poems as historical truths and the portrait of the Phoenicians as navigators and merchants, which is painted there, as contemporary to the other facts narrated in the poems. The classical textual sources also relate Heracles as progenitor of the Phoenicians, assimilating thus the sea voyages of these to the extreme west with the mythical trips of the Greek hero (KORMIKIARI, 1993, p.262)

The solution found was then to think of the Phoenician movement departing from the two moments presented above: a pre-colonial and a colonial one, when some of the initial settlements would have turned into true colonies (MOSCATI, 2001, p.17). The point here was not only to give reason to the information of the textual sources, but also to account for a broad material documentation of Aegean artifacts (Mycenaean, Syrian, and Phoenician) found throughout the central and western Mediterranean basin, which led the archaeologist Lugi Bernabó Brea to coin the term Mediterranean *Koine* in the 1960s (BREA, 1964-1965) to explain its dispersion from the Eastern Mediterranean. That is, Mycenaeans and Phoenicians, sailing separately or even together, would have been the diffusers of this material culture, which would then be more than Eastern, Mediterranean (BONDÌ, 1988; ALMAGRO GORBEA, 1977)<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> The most recent surveys in Motya, a Phoenician city in northwestern Sicily, present dates from the 8th century BC (800-750 BC) for the first settlement (NIGRO, 2017, p.4-11); in Carthage, we have dates from the mid-9th century BC (DOCTER at al., 2008, for methodological considerations, see NÚÑEZ, 2014).

<sup>10</sup> In the last two decades, numerous new archaeological finds in the Iberian Peninsula have broken down the frontier of the Phoenician presence marked by modern historiography in Cadiz (old Gadir), Spain. Archaeologist Ana Margarida Arruda, from the University of Lisbon, has excavated and published extensively, with her team, on sites in Portugal with evidence of eastern influences (ARRUDA, 2013). For a systematization and re-evaluation of the archaeological sites of Portugal see Pappa (2013), which questions the use of the term "orientalizing" to designate archaeological horizons, that is, artefactual finds in local indigenous sites, which indicate possible contacts between natives and people from Eastern Mediterranean, about which, until recently, it was avoided to say that they were Phoenicians. In fact, the more

Currently, the thesis of a continuous and sequential process still prevails. In this sense, the engine of this vast, long-lived movement is understood to be the palace, more precisely the Phoenician king and the dominant aristocratic class (AUBET, 2001, p.118-132, GRAS, ROUILLARD, TEIXIDOR, 1988, p.105-107)<sup>11</sup>. Even for those who have long understood that there is no literary or material evidence to work with the idea of an expansion project (eg, BONDÌ, 1988), the Phoenician palace and nobility figure as the agents of these two movements, the pre-colonial and colonial<sup>12</sup>.

Recently, Jaime Alvar Ezquerra (1997, 2008) defended that we forget the idea of pre-colonization and colonization, and that we work from the concepts of contact, because:

Colonization and pre-colonization are first of all contact modes, whose difference lies essentially not in the criterion of temporal sequence, but in the frequency, intensity and characteristics of contact between cultures. Therefore, I would like to identify colonization as one of the possible forms in a more general form of intercultural relationship that we could call Hegemonic Systemic Contact Mode (MCSH). Among its characteristics would be the direct or indirect control of the exploitation of local resources, the management of the export of surpluses [...]. The regularized systematization of the relationships and the predominance of the exogenous element are, then, the keys that allow identifying the MCSH.

Pre-colonization [...] when does not to share these characteristics, has to be framed in another form of contact [...] the exchanges can be sporadic, which does not require regularity or systematization [...] the objective is to achieve a certain supply, which does not require control of production [...] so there may be permanent commercial enclaves without administrative function [...]. Hegemony is not the modality of behavior required, and that is why I have proposed that we call it Non-Hegemonic Contact Mode (MCnH). (ALVAR EZQUERRA, 2008, p.20) (Our translation)

Non-Hegemonic Mode of Contact (MCnH) could be classified as sporadic when the contacts for the acquisition of raw material are made by a group that moves from its homeland without actually having formal or administrative relations with the populations from whom they purchase. In this case, each situation of contact would be unique and encapsulated, with beginning and end in itself. Or it could be classified as episodic, when we would then have in each contact a moment, or episode, of a process of recurrent contact and exchange.

---

recent works by Arruda and others have already been more firmly pointing to the existence of such connections via Phoenicians, for example Arruda (2015, 2016a, 2016b) and Ávila (2015).

<sup>11</sup> The Phoenician king, called *mlk*, does not possess the prerogatives of a traditional eastern king, either to be the direct interlocutor of the gods or the reincarnation on Earth of one. In this sense, the Phoenician king is an arbitrator, the best one but also one among his peers (SZNYCER, 1984, p.292 ff.).

<sup>12</sup> This is what S. F. Bondì derives from the account of Ounamon, the Egyptian envoy to Byblos to buy wood, who finds the Phoenician king, Shekerbaal, initially not willing to make the exchange. Shekerbaal speaks, not wanting to be pestered by Ounamon: "Are there not twenty transport ships in my port that I have in partnership with Smendis? And as for Sidon, I do not have 50 ships in partnership with Barkatel? ", That is, demanding that the Egyptian envoy seek them; but after being pleased with gifts proclaims his power "if I cry out to Lebanon, I will open the sky and the trunks will come here and the prince... sends 300 men and 300 oxen ... so that the trunks are cut" (BONDÌ, 1995, p.270). In an analogous but more current position, see Alvar Ezquerra (2008, p.23-24).

With this proposal, Alvar intends to dissociate completely the two moments, the Hegemonic from the non-Hegemonic. Thus, pre-colonization would not be a phase of a long process of contact to be finalized with the constitution of colonies, but rather a specific and particular way of contact between cultures (ALVAR EZQUERRA, 2008, p.20).

It is, in fact, a very pertinent reasoning, because by dissociating the two moments we could be able to concentrate and try to better understand the phenomena and the processes of each one, for example, the agents and the historical context behind each movement. The key of understanding here is the hegemonic term. Through it, Alvar Ezquerria understands a project of domination, be it of resources and territories, or even of populations. In this sense, it opens the possibility of contact enclaves, more permanent settlements on the part of the foreigners, in the case, the Phoenicians, even during the processes of MCnH, as long as they have not been established to dominate the region and / or administer the exchanges.

In a 2004 text, we dealt with the so-called "silent bartering," as described by Pseudo-Scylax (112M) and presented by St. Gsell (1929, p.94-95)<sup>13</sup>:

The merchants are Phoenicians; when they reach the Isle of Cernè, they dock with their round ships and set up their tents [...]. But the cargo, after being taken from the ships, is transported in small vessels up to the coast. There are Ethiopians on the continent. It is with these Ethiopians that they do the trafficking. The Phoenicians sell their artifacts for the skins of gazelles, lions, leopards [...]. The Ethiopians use the skins as adornment and in place of bowls, they use the ivory; and their wives wear ivory rings as adornment [...]. The Phoenician merchants deliver perfumed oil, stones from Egypt, Attic pottery [...]. (Our translation)

Here we have a possible description of the Non-Hegemonic Mode of Contact, as coined by Alvar Ezquerria<sup>14</sup>. Ezquerria does not believe that a large-scale organization is required. On the contrary, we would be faced with irregular contacts, derived from a previous knowledge (and thus, we recall the hypothesis of joint navigations between Mycenae and Phoenicians). Still following Alvar's reasoning, the key to the change of the contact form (from MCnH to MCSH) would be found in the transformation of the required goods from a sporadic or even episodic need into permanent, demanded necessities, since they would serve to maintain an economic and social order (ALVAR EZQUERRA, 2008, p.21).

The search for new conceptual keys is, in fact, necessary. They are also part of the discussions that have taken over the academy, initially in the area of Literature, but also for a long time in Anthropology,

---

<sup>13</sup> Herodotus (IV 96) also narrates a form of "silent exchange" between Carthaginians and natives (Africans?) (KORMIKIARI, 2004, p.150-151).

<sup>14</sup> The archaeologist believes that this hypothesis is further strengthened because the two texts that came to us dealing with the theme (Pseudo-Scylax and Herodotus) mention, one, the Phoenicians, and the other, the Carthaginians. That is, we would be facing the same form of contact in periods distant from each other, and therefore can not be embedded in a single pre-colonial moment (ALVAR EZQUERRA, 2008, p.22).

History and Archeology, in the wake of Postcolonial Theories, which developed from the work *Orientalism*, by Edward Said, published in 1978<sup>15</sup>.

Postcolonial Theories work essentially with the analysis and interpretation of hegemonic discourses in modern colonization environments, and propose new approaches, such as a renewed look at the other, the power of local identities in the relations of power, the meanings and scope of the negotiations, but away from stereotyped and binary oppositions (foreign versus local, colonizer versus colonized) (SUREDA TORRES, 2012, p.57-58; VAN DOMMELEN, 2005, p.116).

In Phoenician-Punic Archeology, a voice has been prevalent when it comes to applying this new approach to case studies, that of the archaeologist and current director of the Joukowski Institute for Archeology and the Ancient World of Brown University, USA, Peter Van Dommelen<sup>16</sup>.

Discussing the state of the issue, Van Dommelen criticizes the option for the term colonization to the detriment of colonialism as a solution to the postcolonial impasse. The adoption of the former to define the phenomenon of territorial expansion and contact in antiquity, which would indicate more an action - thus being more "neutral"? - and less a process organized from a central power, would not solve the problem of contagion by Western researchers, formed in the European culture of the nineteenth and twentieth centuries, of the notions implicit in the modern colonialist movement, namely exploitation of resources to be sent to the metropolis, exploitation and oppression of the natives and cultural hegemony (VAN DOMMELEN 1997, p.305-307).

The idea of the existence of a metropolis that controls, politically and economically, the colony (s) is particularly complicated when we want to understand the movements of expansion and migration through the Mediterranean in Antiquity. Even though having pointed out in this same text the tendency of the researchers to see in the figure of the Phoenician king and aristocrats the agents of the processes of exploitation of natural resources<sup>17</sup>, the assumption that the colony existed as a supplier of wealth to the metropolis does not systematically match the material and textual evidence<sup>18</sup>, much less the idea of a

---

<sup>15</sup> In reference to Ancient Mediterranean Archeology see Dietler, M. The Archeology of Colonization and the Colonization of Archeology. Theoretical Challenges from an Ancient Mediterranean colonial encounter. IN: G.J. Stein (ed.) *The Archeology of Colonial Encounters*. Comparative Perspectives. Santa Fe, Oxford: School of American Research Press, James Curry Ltd., 2005, p.33-68.

<sup>16</sup> We have already had the opportunity to explore Van Dommelen's thinking in other articles (KORMIKIARI, 2012, 2015).

<sup>17</sup> In discussing the subject in his text, Alvar Ezquerro (2008, p.24-25) points out the vital question of who would be the owners of the ships, who would be the shipowners. In response he returns to the king and the aristocracy of the Phoenician cities.

<sup>18</sup> The ties are strong, culturally speaking, but neither the Phoenician-Punic nor the Greek colonies seem to have developed a relationship of political and economic dependence with their mother cities (in relation to the Greek world see Snodgrass, A. M. The Nature and standing of the early Western colonies. IN: G. R. Tsetschkladze and F. de Angelis (eds.) *The Archeology of Greek Colonization*. Essays Dedicated to Sir John Boardman. Oxford University School of Archeology. Monograph 40. Oxford: Oxbow Books, 1994, p.1-10).

relation between center and periphery, in which the center is the agent of economic exploration and the periphery suffers this action.

To bring these questions to light does not mean, on the other hand, to deal with the processes of expansion and migration within Mediterranean Antiquity, and in our case Phoenician, more specifically, as free from oppression, violence, conquest and exploitation<sup>19</sup>. The concept MCSH (Hegemonic Systemic Contact Mode) brings with it the possibility of analyzing the different contexts under these perspectives. Similarly, the MCnH (Non-Hegemonic Contact Mode) does not necessarily presuppose peaceful action. The author himself raises these questions in his proposal (ALVAR EZQUERRA, 2008, p.21).

We must be aware that we are dealing with processes in which people from different cultural backgrounds have met and interacted. These contacts range from light contacts to the sharing of long-term, harmonic or hostile settlements. A common denominator would be the physical co-presence of people in a particular context and the sociocultural dynamics created along these interactions, as well emphasized by P. Van Dommelen and B. Knapp in their work *Material Connections in the Ancient Mediterranean*, which seeks to explore, from case studies in island regions, the cultural interactions and the multiple identities there derived (VAN DOMMELEN; KNAPP 2010, p.4-7).

We believe that this is the most promising way to advance our understanding of a process as complex and multifaceted as the processes of territorial and cultural expansion of the Aegean peoples (Mycenaean and Greek) and Phoenicians around the Ancient Mediterranean Basin from the Iron Age up to the Archaic period.

---

<sup>19</sup> For a case study that would demonstrate not so peaceful processes in the implantations of Phoenicians in the Iberian Peninsula, see Wagner, C. G. Fenicios en el Extremo Occidente: conflicto y violencia en el contexto colonial arcaico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 8, n. 2, 2005, p.177-192.

## BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

## Ancient sources

- FLAVIUS JOSEPHUS. *Contre Apion*. L. Blum e T. Reinach (trads.). Paris: Les Belles Lettres, 1972.
- HOMER. *Odisséia*. Jaime Bruna (trad.). São Paulo: Cultrix, 1976.
- PLYNY, THE ELDER. *Historia natural*. Guy Serbat, Antonio Fontán e Ana Maria M. Casas (trads.). Madrid: Gredos, 1995.
- TIMAEUS. *Über die Natur des Kosmos und der Seele*. M. Baltes (trad.). Leiden: E. J. Brill, 1972.
- THUCYDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Raul M. Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr (trads.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- VELEIOS PATERCULUS. *Historia romana*. Sánchez Manzano e M. Asunción (trads.). Madrid: Gredos, 2001.

## Archaeological and Historiographical Works

- ACQUARO, E. *Cartagine: un imperio sul Mediterraneo*. Roma: Club del libro Fratelli Melita, 1987.
- ALMAGRO GORBEA, M. *El Bronce Final y el periodo orientalizante en Extremadura*. CSIC: Madrid, 1977.
- ALVAR EZQUERRA, J. El problema de la precolonización en la gestación de la polis. IN: D. Plácido; J. Alvar; J. M. Casillas; C. Fornis (eds.), *Imágenes de la Polis*, Arys 8, Madrid: Ediciones Clásicas. 1997, p.19-33.
- ALVAR EZQUERRA, J. Modos de contacto y medios de comunicación: los orígenes de la expansión fenicia. IN: *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico*. Madrid: CSIC, Escuela Española de Historia y Arqueología en Roma, 2008, p.19-26.
- ARRUDA, A. M.; MONGE SOARES, A. M.; FREITAS, V. T. de; OLIVEIRA, C. F. *et alii*. A cronologia relativa e absoluta da ocupação sidérica do Castelo de Castro Marin, *SAGUNTUM*, 45, 2013, p.101-13.
- ARRUDA, A. M.; CARDOSO, J. L. A necrópole da Idade do Ferro da Palha (Calhariz, Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 22, 2015, p.301-14.
- ARRUDA, A. M.; PEREIRA, C.; PIMENTA, J.; SOUSA, E. As contas de vidro do Porto do Sabugeiro (Muge, Salvaterra de Magos, Portugal), *CuPAUM*, 42, 2016a, p.79-101.
- ARRUDA, A. M.; CARDOSO, J. L. Faunas domésticas e rituais funerários em Alcácer do Sal (Idade do Ferro). IN: *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades. Alimentação e comensalidade nas sociedades pré e proto-históricas*. Raquel Vilaça; Miguel Serra (eds.). Coimbra: FLUC, CEPBA, Palimpsesto, 2016b, p.193-217.
- AUBET, M. E. *The Phoenicians and the West: Politics, Colonies and Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- ÁVILA, J. J. (ed.) *Phoenician Bronzes in Mediterranean*. Madrid: Real Academia de la Historia, 2015.

- BREA, L. B. Leggenda e archeologia nella protostoria siciliana. *Kokalos*, 10-11, 1964-1965, p.1-33.
- BRYCE, T. (org.) *The Routledge Handbook of The Peoples and Places of Ancient Western Asia*. From the Early Bronze Age to the Fall of the Persian Empire. Nova Iorque: Routledge, 2009.
- BONDÌ, S. F. Problemi della colonizzazione fenicia nel Mediterraneo centro-occidentale. IN: E. Acquaro; L. Godart; F. Mazza; E. Musti (orgs.) *Momenti precoloniale nel Mediterraneo Antico*. Coleção Studi Fenici, 28, Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche, 1988, p.243-255.
- BONDÌ, S. F. Le commerce, les échanges, l'economie. IN: V. Krings (ed.), *La civilisation phénicienne et punique, Manuel de recherche*. Handbook of Oriental Studies, Zwanzigster Band. Leiden, Nova Iorque, Koln: E. J. Brill Ed., 1995, p.268-281.
- DECRET, F. *Carthage ou l'empire de la mer*. Paris: Éd. du Seuil, 1979.
- DOCTER, R.; CHELBI, F.; MARAOUI TELMINI, B.; NIJBOER, A. J.; VAN DER PLICHT, J.; VAN NEER, W.; MANSEL, K.; FINE, J. V. A. *The Ancient Greeks*. Cambridge: The Bellknapp Press of Harvard University Press, 1983.
- GARSALLAH, S. New Radiocarbon dates from Carthage: bridging the gap between History and Archaeology?. IN: C. Sagona (ed.) *Beyond the homeland: markers in Phoenician chronology*, Ancient Near Eastern Studies, Suplemento 28., Leuven, Paris, Dudley: Peeters, 2008, p.380-422.
- GRAS, M.; ROUILLARD, P.; TEIXIDOR, J. *L'univers phénicien*. Paris: Arthaud, 1988.
- GSELL, S. *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord*. Paris: Librairie Hachette, 1913-1929, 8 vols.
- HARDEN, D. *The Phoenicians*. Londres: Harmondsworth, 1971.
- HOYOS, D. *The Carthaginians*. Londres, Nova Iorque: Routledge, 2010.
- KRAHMALKOV, C. R., *Phoenician–Punic Dictionary*. Studia Phoenicia, 16, Leuven: Peeters, 2000.
- KORMIKIARI, M. C. N. Expansão marítima e influência cultural fenícia no Mediterrâneo centro ocidental. *Anais de VII reunião anual da SBEC (Sociedade Brasileira de estudos clássicos)*. Araraquara, 1993, p.261-67.
- KORMIKARI, M. C. N. O comércio, as trocas e o sistema do dom entre os fenícios. IN: A. G. Carvalho (org.) *Interação social, reciprocidade e profetismo no mundo antigo*. Salvador: Edições UESB, 2004, p.127-54.
- KORMIKIARI, M. C. N. Movimentação fenício-púnica no Mediterrâneo ocidental: novas perspectivas a partir dos estudos em Arqueologia da Paisagem. *Mare Nostrum*, 3, 2012, p.1-19.
- KORMIKIARI, M. C. N. Expansão fenício-púnica no Mediterrâneo central e ocidental: realidades próximas e distintas. *Phoînix*, 21 (1), 2015, p.86-101.
- MARKOE, G. E. *Phoenicians*. Los Angeles, Berkeley: University of California Press, 2000.
- MOSCATI, S. Problematica della civiltà fenicia. *Studi Semitici*, 46. Roma, 1974.
- MOSCATI, S. Precolonizzazione greca e precolonizzazione fenicia. *Revista di Studi Fenici*, XI, 1983, p.1-7.



- MOSCATI, S. Introduction. IN: V. Krings (ed.) *La civilisation phénicienne et punique*. Manuel de recherche. Handbook of Oriental Studies. Leiden: Brill, 1995, p.1-15.
- MOSCATI, S. (org.) *The Phoenicians*. Londres, Nova Iorque: I. B. Tauris, 2001.
- NIGRO, L. e SPAGNOLI, F. *Landing on Motya*. The earliest Phoenician settlement of the 8<sup>th</sup> century BC and the creation of a West Phoenician cultural identity in the excavations of Sapienza University of Rome - 2012 - 2016. *Quaderni de archeologia fenicio-punica/CM04*. Roma: Università di Roma "La Sapienza", Missione archeologica a Mozia, 2017.
- NÚÑEZ, F. J. The lowest levels at Bir Massouda and the foundation of Carthage. A Levantine perspective. In: Roald F. Docter (org.) *Carthage Studies*, 8, Department of Archaeology, Ghent: Ghent University, 2014, p.7-46.
- PAPPA, E. *Early Iron Age Exchange in the West: Phoenicians in the Mediterranean and in the Atlantic*. Leuven: Peeters, 2013.
- WISEMAN, D. J. *The Alalakh Tablets*. Norwalk: AMS Press, 1983.
- PEDRAZZI, T. Fingere l'identità fenicia: confini e cultura materiale in Oriente. *Revista di Studi Fenici*, XL, 2, 2012, p.137-57.
- SUREDA TORRES, P. Aventuras y desventuras de la arqueología poscolonial. Revisión crítica de las principales aportaciones teóricas y el caso de la expansión colonial fenicia en la Península Ibérica. *Revista Arkeogazte*, n.2, 2012, p.57-71.
- SZNYCER, M. Le problème de la royauté dans le monde punique. *Bulletin Archéologique du Comité des Travaux Historiques*, Nova Série, 17, fascículo B, 1984, p.291-301.
- VAN DOMMELEN, P. Colonial constructs: colonialism and archaeology in the Mediterranean. *World Archaeology*, 28 (3), 1997, p.305-323.
- VAN DOMMELEN, P. Colonial interactions and hybrid practices. Phoenician and Carthaginian settlement in the Ancient Mediterranean. IN: G. J. Stein (ed.) *The Archaeology of Colonial Encounters. Comparative Perspectives*. Santa Fe, Oxford: School of American Research Press, James Curry Ltd., 2005, p.109-141.
- VAN DOMMELEN, P.; KNAPP, A. B. (eds.) *Material Connections in the Ancient Mediterranean: Mobility, Materiality and Identity*. Abingdon e Nova Iorque: Routledge, 2010.

---

Recebido em: 23/06/2017

Submitted in: 23/06/2017

Aprovado em: 07/08/2017

Aproved in: 07/08/2017

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018

---

**URBANISME RÉGULIER, OCCUPATION DES TERRES ET RAPPORTS INTERETHNIQUES  
EN GRANDE-GRÈCE**

**REGULAR URBANISM, LAND OCCUPATION AND INTERETHNICAL RELATIONS IN  
MAGNA GRAECIA**

*(Urbanismo regular, ocupação das terras e relações interétnicas na Magna Grécia)*

Airton Pollini

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



# Urbanisme régulier, occupation des terres et rapports interethniques en Grande-Grèce

Airton Pollini<sup>1</sup>

**Résumé :** L'Italie du Sud est probablement la région la mieux connue du monde grec colonial antique. Quelques sources écrites mais surtout des études archéologiques menées depuis longtemps ont permis le développement des recherches sur plusieurs aspects au cœur de la thématique de la colonisation grecque. Ce travail se concentre sur trois aspects essentiels : l'appropriation de l'espace colonial, l'interaction avec les populations indigènes et l'urbanisation des nouvelles installations.

**Mots-clés :** Grande-Grèce ; Espace ; Indigènes ; Urbanisation.

**Resumo:** O Sul da Itália é provavelmente a região mais bem conhecida do Mundo Grego Antigo. Algumas fontes escritas, mas principalmente os estudos arqueológicos, realizados desde um longo tempo permitiram o desenvolvimento de pesquisas sobre vários aspectos no cerne da temática da colonização grega. Este trabalho se concentra em três aspectos essenciais: a apropriação do espaço colonial, a interação com as populações indígenas e a urbanização das novas instalações.

**Palavras-chave:** Magna Grécia; Espaço; Indígenas; Urbanização.

**Abstract:** The South Italy is probably the best known region of the ancient Greek colonial world. Some written sources but especially archaeological work undertaken for a long time allowed the development of research on several aspects at the heart of the issues of Greek colonization. This paper concentrates on three essential aspects: the appropriation of colonial space, the interaction with the Natives, and the urbanization of new establishments.

**Keywords:** Magna Graecia; Space Natives; Urbanization.

## LA GRANDE-GRECE

La région qui s'étend de la baie de Naples jusqu'aux bouts de la péninsule italienne est connue par les spécialistes d'histoire grecque par la dénomination « Grande-Grèce ». Cette expression est la traduction littérale des termes grecs *Megale Hellas*, dont la version en latin est *Magna Graecia* ou bien *Graecia Maior* (cf. Atti Taranto 1981 MUSTI, 1988). Pourtant, l'origine grecque de l'expression ne résout pas la difficulté de sa définition. L'extension de l'espace couvert par la *Megale Hellas* n'était pas toujours la même selon la source antique considérée. En effet, on a pu montrer que la Grande-Grèce était un concept créé, après la victoire de la cité de Croton sur sa voisine Sybaris en 511 av. J.-C., par la tradition d'origine crotoniate, très probablement développée dans les cercles pythagoriciens influents dans cette cité (cf. AMERUOSO, 1996).

---

<sup>1</sup> Maître de conférences d'histoire de l'Antiquité grecque à l'Université de Haute-Alsace (Université de Haute-Alsace, Université de Strasbourg, CNRS ArchiMedE UMR 7044 Mulhouse), France.

Ainsi, au V<sup>e</sup> siècle av. J.-C., la Grande-Grèce devait correspondre à l'espace délimité par un triangle formé par les cités de Métaponte vers l'est, Poseidonia à l'ouest et Rhégion (actuelle Reggio di Calabria) à l'extrémité sud de la péninsule. Le fait même que les points de délimitation forment un triangle est un élément à la base de l'identification de son origine probablement pythagoricienne. Ainsi, les cités grecques de la baie de Naples (Pithécusses, Cumès et Naples – **voir l'article d'A. Esposito dans ce dossier**), ainsi que Tarente restaient en dehors. Aujourd'hui, en revanche, les spécialistes utilisent l'expression pour l'ensemble des cités coloniales grecques de l'Italie du Sud, à l'exception de la Sicile, indépendamment de l'extension donnée par les sources grecques antiques.

De plus, les sources les plus anciennes montrent que la première appellation pour les colonies grecques du sud de l'Italie était « *Italia* » (LOMBARDO, 2001 et 2011 plus généralement sur la géographie antique de l'Italie méridionale, en particulier sur Strabon, voir GRECO, 1987 ; MADDOLI, 1987 ; PRONTERA, 1987 ; BIFFI, 1988 ; JANNI, 1988), même si, au départ, cette dénomination ne recouvrait qu'une partie de la Calabre actuelle, probablement en lien avec l'idée de l'« empire » de Sybaris (voir ci-dessous). C'est de façon progressive que l'*Italia* s'est élargie pour englober finalement l'ensemble de la péninsule et ce dès la période romaine. Cette première appellation explique pourquoi les Anciens se référaient aux Grecs de ces colonies comme étant des *Italiotes*, terme que l'on continue d'utiliser dans les livres d'histoire.

### L'URBANISME REGULIER EN OCCIDENT

La définition même d'une cité-État, la *polis* grecque, comprend deux aspects, soit une communauté de citoyens, soit son expression physique dans une agglomération urbaine entourée des terres cultivées (voir des discussions approfondies dans HANSEN, 2001 ; HANSEN et NIELSEN, 2004 ; aussi nos commentaires dans POLLINI, 2015). Nous allons nous concentrer tout d'abord sur la question de la ville, et plus particulièrement sur les premiers cas connus d'une régularisation de l'occupation urbaine par les Grecs d'Occident (sur l'urbanisme grec en général, voir MARTIN, 1974 et GRECO et TORELLI, 1983, ainsi qu'une synthèse bibliographique plus récente GRECO, 2004-2005 et les synthèses LAFON, MARC et SARTRE, 2011 ; HELLMANN, 2010 ; voir aussi nos commentaires sur les représentations de la ville grecque d'Occident dans POLLINI, 2017).

Même si l'objectif de cette contribution est de se concentrer sur les exemples de Grande-Grèce, il est essentiel de faire une mention des cas siciliens qui constituent en grande mesure le point névralgique des débats. Ainsi, la situation à Syracuse est très suggestive (**voir l'article de B. Florenzano**).

En effet, la ville de Syracuse montre des traces d'axes urbains archaïques avec une relative régularité (TRÉZINY, 2002, sur Syracuse, p. 273-278). Le premier habitat grec de la colonie semble avoir été créé par le regroupement de villages (DI VITA, 1996, p. 270-274), aussi bien sur l'île d'Ortygie que sur la partie

proprement sicilienne à Achradine, où ont été trouvés les vestiges les plus anciens de présence grecque dans la nécropole de la zone de Fusco. Assurément, l'établissement des Corinthiens a intégré un certain nombre de centres indigènes avec leur population et l'axe principal nord-sud qui traverse Ortygie a fonctionné tout d'abord pour relier les divers centres d'occupation de la petite île et, par extension, de la partie sicilienne d'Achradine. Cet axe central a été ensuite complété par une série de voies transversales, dans une organisation raisonnée, assez régulière mais qui n'est pas orthogonale (HELLMANN, 2010, p. 188-189 ; MERTENS, 2006, p. 73-76). En effet, l'angle formé par l'intersection des axes principaux et les voies transversales n'est pas droit, mais d'environ 79 degrés (**Fig. 2**).

Dans l'état actuel de nos connaissances, ce système urbain peut être daté avec certitude entre la fin du VII<sup>e</sup> et le début du VI<sup>e</sup> siècle av. J.-C. sans que l'on puisse établir la forme de l'espace urbain au moment de la fondation de la colonie de Syracuse dans le dernier tiers du VIII<sup>e</sup> siècle av. J.-C. L'hypothèse largement retenue est d'un établissement fonctionnel des espaces de Syracuse dès sa fondation (LA TORRE, 2011, p. 171-173).

Si le cas de Syracuse montre une volonté certaine de régularisation de l'occupation de l'espace urbain dès la fin du VII<sup>e</sup> siècle, l'exemple paradigmatique de l'urbanisation régulière grecque est celui de Mégara Hyblaea (DE ANGELIS, 2003, p. 17-39 ; GRAS, TRÉZINY et BROISE, 2004, p. 523-526 ; MERTENS, 2006, p. 63-72). Les recherches anciennes et récentes ont montré un schéma d'organisation de l'espace urbain très régulier, bien que non orthogonal. Deux voies principales (A et B, mesurant entre 5,30 à 5,80 m de largeur) structurent l'espace dans le sens est-ouest. Ces « avenues » parcourent l'ensemble de la ville et relient d'une part l'une des portes des remparts au bord de mer (avenue B), d'autre part le sanctuaire occidental à l'agora (avenue A). Bien qu'organisant de façon ordonnée l'espace, ces deux voies ne sont pas parfaitement parallèles et les différences dans l'écart entre elles sont probablement dues à une volonté de division équilibrée de l'espace compris entre l'avenue B et le rempart nord (GRAS, TRÉZINY et BROISE, 2004, p. 527-530). Puis, un quadrillage composé de trois groupes de voies de circulation, parallèles entre elles (C, D et E), en direction nord-sud et d'une largeur d'environ 3 m, aménage l'ensemble de la ville. Les différents groupes de voies portent des écarts d'orientation, donnant lieu à un système « oblique » (SHIPLEY, 2005, p. 341), ou bien d'un « plan régulier par secteur » (TRÉZINY, 2002, p. 267-272), laissant, dans la partie centrale du plateau, une zone non divisée de forme trapézoïdale identifiée comme l'agora (GRAS, TRÉZINY et BROISE, 2004, p. 391-445 ; MERTENS, 2006, p. 67-69). Les îlots d'habitations ont des superficies assez régulières d'environ 25 m de large pour 98 m à 110 m de long.

La chronologie actuellement acceptée à partir des données archéologiques disponibles place ce système urbain comme le plus ancien cas connu, établi dès les environs de 700 av. J.-C., c'est-à-dire à moins d'une génération de la fondation de la cité, mais avec une matérialisation plus importante dans une seconde

phase, vers 640-630 av. J.-C. (GRAS, TRÉZINY et BROISE, 2004, p. 237-301, en particulier les conclusions p. 301).

L'explication d'H. Tréziny pour le schéma d'urbanisme de Mégara est fondée sur un module de lot urbain individuel standard (*oikopedon*), comprenant entre 120 et 140 m<sup>2</sup> de superficie (TRÉZINY, 1999, p. 141-183 ; GRAS, TRÉZINY et BROISE, 2004, p. 532-539). Si tous les lots urbains n'ont pas été occupés dès le départ, la structure urbaine a été définie dès les premiers temps de la colonie. S'il y a des variations relativement réduites dans la superficie des lots urbains, mesurées par les recherches archéologiques, elles n'invalident pas l'idée d'un système de distribution de lots selon un principe d'égalité. En tout cas, l'urbanisme de Mégara Hyblaea est fondé sur les principes de régularisation de l'espace et d'égalité du lotissement, avec des îlots de superficie presque identiques.

Enfin, le dernier exemple sicéliote paradigmatique est celui de Sélinonte, la sous-colonie de Mégara Hyblaea, fondée dans l'Ouest de la Sicile au VII<sup>e</sup> siècle, soit vers 651 av. J.-C. d'après Diodore de Sicile (XIII, 59), soit plus probablement vers 628 av. J.-C. d'après Thucydide (VI, 4) (sur l'urbanisme de Sélinonte, voir en particulier les synthèses MERTENS, 2006, p. 83-85 et DE ANGELIS, 2003, p. 128-145). En opposition à l'interprétation de G. Vallet (VALLET, 1983, p. 646), M. Gras, H. Tréziny et H. Broise rapprochent les deux colonies dans leur organisation de l'espace urbain, en affirmant que la principale différence entre les deux villes est l'emploi de l'angle droit à Sélinonte (GRAS, TRÉZINY et BROISE, 2004, p. 589). L'autre différence essentielle est leur taille, puisque d'une superficie totale d'environ 60 hectares pour Mégara, on passe à environ 130 à Sélinonte et les dimensions des lots standards (*oikopeda*) sont presque doubles, d'environ 120 m<sup>2</sup> dans le premier cas, ils passent à environ 210 m<sup>2</sup> dans le second. Mais la chronologie est l'élément essentiel. En effet, l'urbanisme régulier de Sélinonte est daté dans les années 580-570 av. J.-C., ce qui le place à la condition du plus ancien cas connu d'un urbanisme grec orthogonal (cf. SHIPLEY, 2005, p. 342).

Une fois établis les principes d'un urbanisme orthogonal dès le début du VI<sup>e</sup> siècle av. J.-C., plusieurs exemples concrets sont connus en Occident, en particulier en Grande-Grèce, comme notamment à Métaponte ou à Poseidonia (DE SIENA, 1991 MERTENS, 1991 GRECO, 2000). Le cas plus récent de Neapolis est désormais assez bien connu (cf. en dernier LONGO et TAURO, 2017).

En revanche, un exemple qui mérite notre attention est celui de Cumes. Les travaux de M. D'Acunto, entrepris depuis 2007 (D'ACUNTO, 2009 ; D'ACUNTO, 2014. Voir aussi D'AGOSTINO et D'ACUNTO, 2008), ont dégagé un quartier résidentiel situé entre la zone du forum romain et les remparts de la ville. En effet, l'urbanisme de Cumes montre une organisation dite « raisonnée », à défaut d'être orthogonale (cf. D'ONOFRIO, 2002) : l'espace urbain s'organise à partir d'une grande *plateia* (« avenue ») nord-sud qui part de la zone du forum, probablement à l'emplacement de l'ancienne agora grecque, en direction des remparts septentrionaux et de la dite « Porta mediana », avec des *stenopoi* (« rues ») réguliers.

Ce système n'est pas orthogonal par rapport à la *plateia*, car l'avenue elle-même n'est pas rectiligne, puisqu'elle présente une sorte de crochet.

L'élément le plus intéressant est la chronologie, très haute, dès la fin du VIII<sup>e</sup> et dans le courant du VII<sup>e</sup> siècle. De ces phases plus anciennes, ont été trouvées surtout des strates, dont peut-être un niveau de circulation, quelques traces d'un habitat, et du matériel céramique (D'ACUNTO, 2014, p. 23). Dès le VI<sup>e</sup> siècle, les vestiges sont plus importants, dont deux habitations, qui attestent, à travers la découverte de la vaisselle de *symposion* de très haute qualité, la présence d'un groupe socialement très élevé ici. Il est essentiel de remarquer que l'exemple de Cumes permet d'affirmer qu'un urbanisme raisonné et régulier peut, tout de même, donner lieu à des différenciations sociales importantes, avec l'installation des couches aisées dans un espace divisé de façon probablement égalitaire au départ (cf. POLLINI, à paraître). À titre de comparaison, il est intéressant de mettre les cas de Cumes et de Milet en parallèle. En effet, à Milet, le plan régulier date de la fin du VI<sup>e</sup> siècle, œuvre des tyrans. La reconstruction de la ville après les victoires contre les Perses et sous un régime démocratique n'a fait que suivre les axes déterminés précédemment, ce qui écarte tout lien entre un urbanisme régulier et des principes d'égalité démocratique (ASHERI, 1975 ; WEBER, 2007 ; HELLMANN, 2010).

Tout commentaire sur l'idée d'urbanisme régulier en Grande-Grèce doit évoquer le cas emblématique de Thourioi, cité panhellénique fondée sur l'emplacement de l'ancienne Sybaris, sous l'impulsion de l'Athènes de Périclès, vers 444 av. J.-C. (cf. GRECO, 2009 ; GRECO et LUPPINO, 1999 ; GRECO, LUPPINO, *et al.*, 2010 ; MARINO, 2010)<sup>2</sup>. À propos de Thourioi, notre principale source écrite est Diodore de Sicile (*Bibliothèque historique*, XII, 10, 6-7. Cf. GRECO, 1999, p. 415 ; GRECO, 1999 ; GRECO, 1999 ; GARCÍA QUINTELA, 2000). L'historien de Sicile s'intéresse surtout à la législation de la nouvelle cité, mais décrit également l'organisation spatiale de la fondation coloniale. La ville suit ainsi un schéma régulier avec quatre voies principales (*plateiai*) dans un sens et trois dans l'autre, puis une série de voies parallèles (*stenopoi*). Le plan était parfaitement orthogonal et, de surcroît, le chiffre sept coïncide avec le nombre de cordes d'une lyre, probablement en référence à l'idéal de perfection lié aux courants pythagoriciens très actifs dans la région.

Le cas de Thourioi est particulièrement intéressant pour la mise en parallèle du récit écrit et des données archéologiques observées sur le terrain (CASTAGNOLI, 1971 ; CASTAGNOLI, 1973 ; pour les recherches récentes sur l'urbanisme de Thourioi, voir GRECO et LUPPINO, 1999). Actuellement, il est possible

---

<sup>2</sup> On ne traitera pas ici des discussions sur la participation d'Hippodamos de Milet dans l'établissement du plan d'urbanisme de Thourioi. L'ensemble des sources sur Hippodamos est recueilli dans SHIPLEY, 2005, p. 356-361 et 386-388. À propos d'Hippodamos, voir notamment HELLMANN, 2010, p. 191-197 ; CALIÒ, 2012, p. 105-126. Sur l'agora « hippodaméenne » du Pirée, voir LONGO, 2008, p. 137-155 et LONGO, 2014, p. 217-231. Sur la participation d'autres intellectuels célèbres dans la fondation de Thourioi (Diogène Laërce, IX, 50 = *Protagoras*), voir BERTELLI, 1997, p. 108-121 et GARCÍA QUINTELA, 2006, p. 199-222 sur la participation d'Hérodote, voir nos commentaires dans POLLINI, 2009.

de restituer cinq des sept avenues mentionnées par Diodore et, par extrapolation, en reportant des écarts réguliers entre les voies principales, E. Greco a pu reconstituer (**Fig. 3**), à titre d'hypothèse pour le moment, l'ensemble du plan de Thourioi (GRECO, 2009 et GRECO, LUPPINO, *et al.*, 2010). Il serait composé d'un ensemble rectangulaire de 396 m par 296 m (1300 x 1000 pieds), divisé en carrés de 37 m de côté qui pourraient accueillir, chacun, quatre maisons de 18 m par 18 m (324 m<sup>2</sup>), des mesures comparables à d'autres exemples contemporains, comme Olynthe en Grèce septentrionale (CAHILL, 2002) et Himère en Sicile (VASSALLO, 2005 ; ALLEGRO, 2008). Il s'agit ici du cas le plus abouti d'une organisation régulière et parfaitement orthogonale de l'espace, attesté autant par les sources écrites que par les vestiges archéologiques.

Les recherches récentes au-delà de la porte septentrionale portent à croire à une prolongation des grands axes également dans la zone rurale, ce qui mène à l'hypothèse selon laquelle la régularité de l'organisation de l'espace à Thourioi ne se limitait pas à la partie urbaine.

### L'APPROPRIATION DES TERRES EN GRANDE-GRECE

Les recherches archéologiques sur la zone rurale sont aujourd'hui un aspect essentiel et reconnu par tous. En revanche, c'est d'abord dans le domaine colonial, en mer Noire à Chersonèse de Crimée, en Sicile à Géla (**voir l'article de B. Florenzano sur Syracuse**), puis en Italie du Sud, d'abord à Métaponte et à Poseidonia, que les recherches se sont développées, respectivement, dès les années 1940, 1950 et 1960 (*cf.* OSANNA, 1992 ; POLLINI, 2006 ; POLLINI, 2012). À titre de comparaison, les études systématiques du milieu rural en Grèce égéenne n'ont commencé que dans les années 1980 (BINTLIFF, 1994 ; BINTLIFF, 1999 ; BRUNET, 2000). C'est dans le cadre de ces recherches, réalisées dans les zones plus ou moins éloignées des centres urbains antiques, que l'appropriation de l'espace par l'arrivée des colons peut être perçue. Et un signe très représentatif peut être reconnu dans l'établissement de sanctuaires extra urbains dans des lieux symboliques pour le contrôle de l'espace par la communauté des colons (DE POLIGNAC, 1995 ; discussion récente dans DAVIES, 2013, p. 18-20).

Tout commentaire sur les cités grecques de Grande-Grèce, en excluant la région de la baie de Naples, doit commencer par la cité de Sybaris (*Atti Taranto* 1992 ; DELIA et MASNERI, 2013), une des premières fondations, dès les années 720 av. J.-C. Le géographe Strabon (*Géographie*, VI, 1, 13) écrit que la cité était si puissante qu'elle pouvait commander à quatre « peuples » (*ethne*) voisins, avoir vingt-cinq cités (*poleis*) sujettes et avoir des remparts circulaires de 50 stades de longueur (9,25 km). Outre sa richesse proverbiale, ce témoignage montre que la cité avait une claire volonté de constituer une sorte de zone d'influence bien au-delà des limites du territoire appartenant aux citoyens et exploité par eux (**Fig. 4**). Les quatre peuples et les vingt-cinq communautés voisines ne peuvent évidemment pas être identifiés



précisément, mais il s'agit certainement de centres de populations indigènes ayant des rapports très étroits avec la cité grecque de Sybaris (BUGNO, 2001 fait le parallèle avec le modèle oriental d'hégémonie par districts établi par les Perses). L'analyse des vestiges archéologiques des sites de Francavilla Marittima (MAASKANT-KLEIBRINK, 2005 ; GRANESE, 2006 ; QUONDAM, 2009 ; LUPPINO, QUONDAM, *et al.*, 2010 ; GRANESE, 2013 ; GUZZO, 2013 ; BROCATO, 2014 ; GUGGISBERG, 2016 ; QUONDAM, 2016), où un sanctuaire de type grec est érigé à la place d'un établissement indigène préexistant, et d'Amendolara (LA GENIÈRE DE, 1984 ; LA GENIÈRE DE, 2012), qui reste un site plutôt indigène avec d'importants éléments grecs, montre deux situations bien différentes dans une même aire géographique et culturelle.

Les volontés expansionnistes de Sybaris au-delà de son territoire civique ont été interprétées comme l'un des premiers essais de formation d'un type d'« empire », dans le sens d'un large réseau d'alliances et d'influences qui devait être à l'origine de la notion d'*Italia* et qui a pu englober la majeure partie de la Grande-Grèce, c'est-à-dire de la région des cités grecques en Italie du Sud (GRECO, 1992 ; BUGNO, 2001 ; GRECO, 2013). De plus, on a pu établir une association de cette idée d'« empire de Sybaris » non seulement avec les alliances tournées vers les centres indigènes, mais aussi avec la fondation d'autres cités coloniales grecques, comme Métaponte (vers 630), Poseidonia (vers 600), voire Vélia (vers 540). Nous considérons que cette zone d'influence très élargie de Sybaris fait partie d'un essai de territorialisation, et donc d'un certain contrôle de l'espace colonial, dans le sens le plus large possible. Ainsi, peut-être la notion primitive de l'*Italia* grecque était un fait des volontés impérialistes de Sybaris dans le sens de l'identification d'une certaine unité des cités grecques de la région sous son hégémonie.

En tout cas, les volontés expansionnistes de Sybaris se sont heurtées à l'opposition de la cité voisine Crotona, fondée à peu près au même moment, vers la fin du VIII<sup>e</sup> siècle av. J.-C. Si les cités coloniales pouvaient former des réseaux d'alliances entre elles, le conflit qui a abouti à la destruction complète de Sybaris entre 511 et 510 av. J.-C. montre la variété des rapports entre les différents acteurs en domaine colonial, notamment les différents groupes de colons et les indigènes (*cf.* LOMBARDO, 2002). Après la chute de Sybaris, il semblerait qu'une grande partie des Sybarites survivants se soient transférés sur la côte tyrrhénienne pour fonder une autre colonie, celle de Laos à l'extrême fin du VI<sup>e</sup> siècle.

Dans l'analyse de l'appropriation de l'espace rural, la cité de Métaponte mérite une place d'honneur : c'est le cas le mieux connu du territoire d'une cité dans l'ensemble du monde grec. Des traces visibles grâce aux photographies aériennes, vérifiées sur le terrain par des fouilles stratigraphiques systématiques dès les années 1960 (SCHMIEDT et CHEVALLIER, 1959 ; SCHMIEDT et CHEVALLIER, 1960 ; ADAMESTEANU, 1965), puis des prospections récentes menées par les équipes américaines de l'université du Texas sous la direction de J. C. Carter ont produit des données exceptionnelles (CARTER, 1998 ; CARTER, 2006 ; CARTER et PRIETO, 2011). Il s'agit de traces d'une division régulière de l'espace rural (**Fig. 5**), matérialisée par un réseau de canalisations parallèles qui définissent des lots de terres de taille égale (**Fig.**

6). Si un tel système est aussi connu en Chersonèse de Crimée en mer Noire pour le IV<sup>e</sup> siècle av. J.-C., à Métaponte, les vestiges les plus anciens de cette organisation des terres datent d'environ 580, c'est-à-dire entre une et deux générations après l'arrivée des colons achéens. Les sources numismatiques corroborent l'importance de la campagne de Métaponte puisque la cité représentait un épi d'orge sur ses propres monnaies (STAZIO, 1973) (**Fig. 7**).

Ces deux exemples célèbres de Sybaris et de Métaponte permettent de souligner plusieurs aspects. D'une part, à l'arrivée des colons, l'espace n'était pas vide, comme l'on pourrait croire par l'utilisation de l'expression grecque *eremos chora* (littéralement « territoire désert »). Cette expression doit être prise à partir du point de vue grec : il s'agirait de terres dépourvues d'une forme grecque (ou comparable) d'organisation, la cité-État, mais aucunement d'un territoire désert. D'autre part, l'appropriation de l'espace par les colons peut se faire soit aux dépens des populations, soit avec une certaine forme de cohabitation cela peut être le résultat de l'établissement de petits villages disséminés dans la campagne (*kata komas*), comme c'est probablement le cas pour Sybaris, ou bien par une occupation capillaire des terres, comme à Métaponte.

#### **RAPPORTS INTERETHNIQUES ET LA PREMIÈRE FORME CONNUE DE « DÉCOLONISATION »**

Les cas déjà évoqués de l'« empire » de Sybaris, ainsi que l'analyse des phases dites précoloniales dans la région du golfe de Tarente (*Siritide e Metapontino* 1991 ; PERONI et TRUCCO, 1994 ; ESPOSITO, 2005 ; voir l'article d'**A. Esposito dans ce dossier**), montrent très clairement la variété des situations dans l'interaction entre colons grecs et populations indigènes.

Outre les colons grecs installés dans la partie la plus méridionale de la péninsule, les Étrusques se sont également installés dans les terres de l'actuelle Campanie, dans un mouvement comparable à celui des Grecs (CERCHIAI, 2008 et 2011 ; D'AGOSTINO, 2011). D'autre part, la Grande-Grèce montre un cas unique : la première forme connue de « décolonisation », pour reprendre l'expression devenue célèbre de D. Asheri (ASHERI, 1996). À partir du milieu du V<sup>e</sup> siècle av. J.-C., des populations italiques, des Campaniens et des Lucaniens d'origine samnite (PONTRANDOLFO, 1982 ; CERCHIAI, 1995), ont poursuivi un mouvement d'expansion vers le sud de la péninsule. Ce mouvement a abouti à la conquête de certaines cités grecques par ces populations : les Campaniens s'emparent de Naples dès le milieu du V<sup>e</sup> siècle (CERCHIAI, 2010), puis les Lucaniens se font maîtres des cités tyrrhéniennes de Poseidonia dès les années 420-410 et de Laos vers 390 av. J.-C. (GRECO, GRECO et PONTRANDOLFO, s.d. ; Atti Taranto 1987 ; PONTRANDOLFO et D'AGOSTINO, 1987 ; CIPRIANI et LONGO, 1996 ; ROUVERET, 2012). Ensuite, même sans réussir à prendre possession des autres cités grecques, ils occupent l'ensemble de l'arrière-pays de l'Italie du Sud (actuelles régions de Basilicate et de Calabre) et exercent une pression très forte sur les Grecs d'Italie. Il s'agit ainsi du premier cas

connu d'un renversement du rapport des forces, où l'élément local, italique, bien que venu d'une région plus au nord, est capable de mettre sous son hégémonie une partie des colons grecs. Il faut peut-être mettre cette réalité en parallèle avec les « cadeaux », forme déguisée d'une sorte de tribut, que certaines cités grecques de mer Noire devaient aux populations indigènes qui les entouraient (voir l'**article de M. Dana dans ce dossier**). Si la pression militaire sur les cités grecques du Pont Euxin est évidente, le cas de la Grande-Grèce est le seul exemple connu où les populations locales soumettent complètement les Grecs et contrôlent directement la cité conquise.

L'affaiblissement relatif des cités grecques d'Italie est aussi perceptible par l'appel que la plus puissante des colonies italiotes du IV<sup>e</sup> siècle, Tarente, fait à des *condottieri* étrangers pour renforcer et guider ses armées dans les conflits qui l'opposent d'abord aux Lucaniens au IV<sup>e</sup> siècle, puis à Rome avec l'expédition de Pyrrhos au III<sup>e</sup> siècle (*Atti Taranto* 2003 ; *Atti Taranto* 2004). La Grande-Grèce est en effet la première région occupée par des populations grecques à tomber sous la domination romaine, avec notamment les cas de Poseidonia, devenue colonie de droit latin en 273, et de Tarente, prise en 272 av. J.-C. Tout en gardant une certaine forme d'identité grecque, ces cités passent sous contrôle des Romains et rentrent dans l'optique des événements liés à l'histoire romaine dès le premier tiers du III<sup>e</sup> siècle.

## CONCLUSION

Grâce à un ensemble important de données archéologiques publiées, la région prise en considération, la Grande-Grèce, permet d'avoir un éclairage sur certains aspects essentiels de l'organisation des cités grecques. Pour l'époque archaïque, il s'agit certainement des cas d'études les plus développés sur une certaine préoccupation dans l'occupation des espaces, autant urbains que ruraux. Cet aspect spatial est indissociable de la question plus large de la formation de la cité grecque, la *polis*, aussi bien dans sa définition en tant qu'une communauté indépendante, que dans son expression sur le terrain, sous la forme d'un centre urbanisé entouré de terres cultivables. Les exemples occidentaux montrent que cette préoccupation dans la détermination des espaces, et de surcroît la volonté de régularisation, est presque contemporaine de l'installation coloniale. Du moins, les traces visibles et retrouvées par l'archéologie datent d'environ une génération après l'arrivée des nouveaux colons, aussi bien pour le centre urbain de Mégara Hyblaea, mais probablement aussi pour Cumès, que pour le territoire de Métaponte. C'est également dans le domaine occidental que l'on retrouve l'exemple certainement le plus abouti, attesté par les sources écrites et archéologiques, d'un urbanisme parfaitement orthogonal à Thourioi.

La préoccupation relative aux espaces, notamment sur les territoires, est indissociable de l'interaction avec les indigènes. Sybaris montre une cité grecque puissante qui se crée un réseau hégémonique (ou impérialiste) qui contrôle une large portion de l'Italie du Sud, surtout si l'on inclut les

fondations secondaires de Métaponte et de Poseidonia. Ce contrôle n'est pas uniforme et fait état d'une graduation importante dans les rapports avec les éléments indigènes, de la conquête et soumission à des formes variées de cohabitation.

Enfin, pour une discussion sur les différentes formes de colonisation, il est essentiel de souligner que la Grande-Grèce constitue le plus ancien cas d'une « décolonisation », c'est-à-dire de la conquête des cités coloniales grecques par des populations locales, comme à Naples, à Poseidonia et à Laos. Le renversement des rapports de force entre les éléments locaux et coloniaux montre que les interactions interethniques sont toujours très complexes.

REFERENCES BIBLIOGRAPHIQUES

- Megale Hellas: nome e immagine. Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, XXI, 1981, Tarente: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia
- Poseidonia-Paestum. Atti del Convegno di Studi sulla Magna Grecia*, XXVII, 1987, Tarente-Paestum: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 1992.
- Siritide e Metapontino. Storie de due territori coloniali. Cahiers du Centre Jean Bérard*, XX, 1991, Policoro: Centre Jean Bérard, 1998.
- Sibari e la Sibaritide. Atti del convegno di studi sulla Magna Grecia*, XXXII, 1992, Tarente: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia
- Alessandro il Molosso e i 'Condottieri' in Magna Grecia. Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, XLIV, 2003, Tarente: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 2004.
- Tramonto della Magna Grecia. Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, XLIV, 2004: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 2005.
- Da Italia a Italia. Le radici di un'identità. Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, LI, 2011, Tarente: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia
- Gli etruschi e la Campania settentrionale. Atti del XXVI Convegno di studi etruschi ed italici, Caserta, Santa Maria Capua Vetere, Capua, Teano, 11-15 novembre 2007*, 2011, Pisa: F. Serra
- ADAMESTEANU, Dinu. « Metaponto. Appunti fotointerpretativi », *Atti della Accademia nazionale dei Lincei. Notizie degli scavi di antichità*, XIX, suppl., 1965, p. 179-184.
- ALLEGRO, Nunzio (éd.). *Himera. V, L'abitato: isolato II. i blocchi 1-4 della zona 1*, Palermo: Università di Palermo, Dipartimento di beni culturali, 2008.
- AMERUOSO, Michele. *Megále Hellás: genesi, storia ed estensione del nome*, coll. *Studi. pubbl. dall'Istituto italiano per la storia antica*, 61, Rome: Istituto italiano per la storia antica, 1996.
- ASHERI, David. « Osservazioni sulle origini dell'urbanistica Ippodamea », *Rivista Storica Italiana*, LXXXVII, I, 1975, p. 5-16.
- ASHERI, David. « Colonizzazione e decolonizzazione », in Salvatore SETTIS (éd.). *I Greci. Storia, cultura, arte, società. 1. Noi e i Greci*, Turin: G. Einaudi, 1996, p. 73-115.
- BIFFI, Nicola (éd.). *L'Italia di Strabone. Testo, traduzione e commento dei libri V e VI della Geografia*, Genova: DARFICLET, 1988.
- BINTLIFF, John L. « Territorial behaviour and the natural history of the Greek polis », in Eckart OLSHAUSEN et Holger SONNABEND (éds.). *Grenze und Grenzland. Stuttgarter Kolloquium zur Historischen Geographie des Altertums*, coll. *Geographica historica*, 7, 4, Amsterdam: A. M. Hakkert, 1994, p. 207-249.

- BINTLIFF, John L. « Pattern and process in the city landscapes of Boetia from geometric to late roman times », in Michèle BRUNET (éd.). *Territoires des cités grecques. Actes de la table ronde internationale, BCH Suppléments*, 34, 1999, Athènes, Athènes: École Française d'Athènes, 1991, p. 15-33.
- BROCATO, Paolo (éd.). *Studi sulla necropoli di Macchiabate a Francavilla Marittima (Cs) e sui territori limitrofi. Ricerche, Supplementi*, 5, Arcavacata di Rende: Università della Calabria, 2014.
- BRUNET, Michèle. « Le ricerche sulle chora della Grecia insulare: un bilancio critico ». *Problemi della chora coloniale dall'Occidente al Mar Nero, Atti del Convegno di Studi sulla Magna Grecia*, XL, 2000, Tarente, Naples: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 2001, p. 27-45.
- BUGNO, Maurizio. « Strabone VI, 1, 13 C. 263 e l'ἀρχή di Sibari », in Maurizio BUGNO et Concetta MASSERIA (éds.). *Il mondo enotrio tra VI e V secolo a.C.*, coll. *Atti dei seminari napoletani, 1996-1998, Quaderni di ostraka*, 1, Naples: Loffredo, 2001, p. 303-327.
- CAHILL, Nicholas. *Household and city organization at Olynthus*, New Haven: Yale university, 2002.
- CARTER, Joseph Coleman. *The chora of Metaponto: the necropoleis*, Austin, TX, 1998.
- CARTER, Joseph Coleman. *Discovering the Greek countryside at Metaponto*, Ann Arbor: University of Michigan press, 2006.
- CARTER, Joseph Coleman et PRIETO, Alberto (éds.). *The chora of Metaponto. 3, Archaeological field survey Bradano to Basento*, 3 vols., Austin, Tx: University of Texas Press, 2011.
- CASTAGNOLI, Ferdinando. « Sull'urbanistica di Thurii », *La parola del passato*, 26, 1971, p. 301-307.
- CASTAGNOLI, Ferdinando. « Ancora sull'urbanistica di Thurii », *La parola del passato*, 28, 1973, p. 220-222.
- CERCHIAI, Luca. *I Campani*, Milan: Longanesi, 1995.
- CERCHIAI, Luca. « La Campania: i fenomeni di colonizzazione », in Giuseppe M. DELLA FINA (éd.). *La colonizzazione etrusca in Italia. Atti del XV convegno internazionale di studi sulla storia e l'archeologia dell'Etruria*, coll. *Annali della Fondazione per il Museo "Claudio Faina"*, XV, Roma: Quasar, 2008, p. 401-421.
- CERCHIAI, Luca. *Gli antichi popoli della Campania*, coll. *Studi superiori. archeologia*, 598, Rome: Carocci editore, 2010.
- CIPRIANI, Marina et LONGO, Fausto (éds.). *I Greci in Occidente: Poseidonia e i Lucani*, Naples, 1996.
- DAVIES, John Kenyon. « La discussione sulla polis greca oggi », in *Poleis e politeiai nella Magna Grecia arcaica e classica. Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, Tarente: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 2013, p. 11-33.
- D'ACUNTO, Matteo. « L'abitato antico di Cuma tra le Terme del Foro e le mura settentrionali: relazione preliminare della campagna di scavo del 2007 dell'Università L'Orientale di Napoli », in Carlo GASPARRI et Giovanna GRECO (éds.). *Cuma: indagini archeologiche e nuove scoperte*, coll. *Atti della*

*giornata di studi, Napoli, 12 dicembre 2007. Quaderni del Centro studi Magna Grecia, 7. Studi cumani, 2, Pozzuoli: Naus, 2009, p. 73-87.*

D'ACUNTO, Matteo. « Gli scavi dell'università degli studi di Napoli "L'Orientale" nell'abitato greco-romano di Cuma (2007-2013) », *Newsletter di Archeologia CISA, 5, 2014, p. 21-38.*

D'AGOSTINO, Bruno. « Gli Etruschi e gli altri nella Campania Settentrionale ». *Gli Etruschi e la Campania settentrionale*, coll. *Atti del XXVI Convegno di studi etruschi ed italici, Caserta, Santa Maria Capua Vetere, Capua, Teano, 11-15 novembre 2007. Convegno di studi etruschi ed italici, 26*, Pisa: F. Serra, 2011, p. 69-91.

D'AGOSTINO, Bruno et D'ACUNTO, Matteo. « La città e le mura: nuovi dati dall'area Nord della città antica ». *Cuma. Atti del Convegno di Studi sulla Magna Grecia, XLVIII, 2008, Tarente, 2009, p. 481-522.*

D'ONOFRIO, Adele. « Primi dati sull'urbanistica di Cuma: l'area tra il foro e le fortificazioni settentrionali », in Bruno D'AGOSTINO et Andrea D'ANDREA (éds.). *Cuma: nuove forme di intervento per lo studio del sito antico*, coll. *Atti della giornata di studio, Napoli 12 febbraio 2001*, Naples: Istituto Universitario Orientale, 2002, p. 133-152.

DE ANGELIS, Franco. *Megara Hyblaia and Selinous: the development of two Greek city-states in archaic Sicily*, coll. *OUSA Monographs*, Oxford: Oxford University Press, 2003.

DE POLIGNAC, François. *La Naissance de la cité grecque. Cultes, espace et société, VIII<sup>e</sup>-VII<sup>e</sup> siècles, 2<sup>e</sup> éd.*, Paris: La Découverte, 1995.

DE SIENA, Antonio. « Metaponto: problemi urbanistici e scoperte recenti ». *Siritide e Metapontino. Storie di due territori coloniali, Cahiers du Centre Jean Bérard, XX, 1991*, Policoro, Naples-Paestum: Centre Jean Bérard, 1998, p. 141-170.

DELIA, Giorgio et MASNERI, Tullio (éds.). *Sibari: archeologia, storia, metafora. Quaderni del liceo, 2*, Castrovillari: Il coscile, 2013.

DI VITA, Antonino. « L'Urbanisme de la Sicile grecque », in Giovanni Pugliese CARRATELLI (éd.). *Greco en Occident. De l'âge mycénien à la fin de l'Hellénisme*, coll. *Catalogue de l'exposition du Palazzo Grassi de Venise.*, Milan: Bompiani, 1996, p. 263-308.

ESPOSITO, Arianna. « Entre Sybaris et Tarente: archéologie d'une frontière. Identités, mythes et territoires dans le Golfe de Tarente (IXe-Ve s. av. J.-C.). », Université de Paris I, 2005.

GARCÍA QUINTELA, Marco. « Hipódamo en Turios: urbanismo, religión y política », *Dialogues d'Histoire Ancienne, 26, 1, 2000, p. 7-33.*

GRANESE, Maria Tommasa. « Culto e pratiche rituali nel santuario arcaico di Francavilla Marittima (Sibari - CS) », *Annuario della Scuola archeologica di Atene e delle missioni italiane in oriente, LXXXIV, s. III, 6, t. 1, 2006, p. 417-463.*

- GRANESE, Maria Tommasa. « Un luogo di culto del territorio di Sibari: il santuario di Francavilla Marittima (CS) », in Giorgio DELIA et Tullio MASNERI (éds.). *Sibari: archeologia, storia, metafora*, coll. *Quaderni del liceo*, 2, Castrovillari: Il coscile, 2013, p. 57-84.
- GRAS, Michel, TRÉZINY, Henri et BROISE, Henri. *Mégara Hyblaea. 5, La ville archaïque: l'espace urbain d'une cité grecque de Sicile orientale*, coll. *Mélanges d'archéologie et d'histoire. Suppléments*, 1, Rome: École française de Rome, 2004.
- GRECO, Emanuele. « Strabone e la topografia storica della Magna Grecia », in Gianfranco MADDOLI (éd.). *Strabone. Contributo allo studio della personalità e dell'opera*, 2. *Strabone e l'Italia antica*, 1987, Acquasparta, Naples: Edizioni Scientifiche Italiane, 1988, p. 121-134.
- GRECO, Emanuele. « L'impero di Sibari: bilancio archeologico-topografico ». *Sibari e la Sibaritide. Atti del convegno di studi sulla Magna Grecia*, XXXII, 1992, Tarente, Naples: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 1993, p. 459-485.
- GRECO, Emanuele. « Dalla Ionia alla Magna Grecia: Ippodamo di Mileto tra utopia e prassi ». *Magna Grecia e Oriente mediterraneo prima dell'età ellenistica, Atti del convegno di studi sulla Magna Grecia*, XXXIX, 1999, Tarente: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, p. 575-584.
- GRECO, Emanuele. « Nomi di strade nelle città greche », in MARINA CASTOLDI (éd.). *Koina: miscellanea di studi archeologici in onore di Piero Orlandini*, Milan: Edizioni ET, 1999, p. 223-229.
- GRECO, Emanuele. « Turi », in Emanuele GRECO (éd.). *La Città greca antica: istituzioni, società e forme urbane*, Rome: Donzelli editore, 1999, p. 413-430.
- GRECO, Emanuele. « Poseidonia-Paestum », in André VAUCHEZ (éd.). *Lieux sacrés, lieux de cultes, sanctuaires: approches terminologiques, méthodiques, historiques et monographiques*, coll. *Collection de l'École Française de Rome*, 273, Rome: École Française de Rome, 2000, p. 81-94.
- GRECO, Emanuele. « Note di topografia e di urbanistica », *Annali di archeologia e storia antica*, n.s. 11-12, n° *rassegne e recensioni*, 2004-2005, p. 353-358.
- GRECO, Emanuele. « Urban plan of Thourioi: literary sources and archaeological evidence for a Hippodamian city », in Sara OWEN et Laura PRESTON (éds.). *Inside the city in the Greek world: studies of urbanism from the Bronze Age to the Hellenistic period*, Oxford: Oxbow books, 2009, p. 108-117.
- GRECO, Emanuele. « Sul cosiddetto 'impero' di Sibari fino alla tirannide di Telys ed alla distruzione della città », in Giorgio DELIA et TULLIO MASNERI (éds.). *Sibari: archeologia, storia, metafora*, coll. *Quaderni del liceo*, 2, Castrovillari: Il coscile, 2013, p. 197-203.
- GRECO, Emanuele, GRECO, giovanna et PONTRANDOLFO, Angela. *Da Poseidonia a Paestum*, coll. *Paestum. La città e il museo*, 2, Salerno: Ingegneria per la cultura, s.d.
- GRECO, Emanuele et LUPPINO, Silvana. « Ricerche sulla topografia e sull'urbanistica di Sibari-Thuri-Copiae », *Annali di archeologia e storia antica*, ns. 6, 1999, p. 115-164.



- GRECO, Emanuele; LUPPINO, Silvana, *et alii*. « Alla ricerca di Ippodamo di Mileto. L'impianto urbanistico di *Thurii*. La campagna di scavo 2003 a Sibari in località Lattughelle », *Polis. Studi interdisciplinari sul mondo antico*, 3, 2010, p. 97-116.
- GRECO, Emanuele et TORELLI, Mario. *Storia dell'urbanistica: il mondo greco*, coll. *Grandi Opere*, Roma: Laterza, 1983.
- GUGGISBERG, Martin A. « Local identity and cultural exchange in (pre-) colonial Francavilla Marittima: the Macchiabate necropolis in the light of new excavations », in Lieve DONNELLAN, Valentino NIZZO et Gert-Jan BURGERS (éds.). *Contexts of early colonization*, coll. *Acts of the conference "Contextualizing early colonization: archaeology, sources, chronology and interpretative models between Italy and the Mediterranean"*, vol. 1. *Papers of the Royal Netherlands Institute in Rome*, 64, Roma: Palombi, 2016, p. 237-246.
- GUZZO, Pier Giovanni. « Da Francavilla Marittima a Pithecusa », in Giuseppe ANDREASSI, Assunta COCCHIARO et Antonietta DELL'AGLIO (éds.). *Vetustis novitatem dare: temi di antichità e archeologia in ricordo di Grazia Angela Maruggi*, Tarente: Scorpione, 2013, p. 81-88.
- HANSEN, Morgens Herman. *Polis et cité-État. Un concept antique et son équivalent moderne*, Trad. Alexandre HASNOAOUI, Paris: Les Belles Lettres, 2001.
- HANSEN, Morgens Herman et NIELSEN, Thomas Heine (éds.). *An inventory of archaic and classical poleis: an investigation conducted by The Copenhagen Polis Centre for the Danish national research Foundation*, Oxford: Oxford University Press, 2004.
- HELLMANN, Marie-Christine *L'architecture grecque. 3, Habitat, urbanisme et fortifications*, coll. *Les Manuels d'art et d'archéologie antiques*, Paris: Picard, 2010.
- JANNI, Pietro. « L'Italia di Strabone: descrizione e immagine », in Gianfranco MADDOLI (éd.). *Strabone e l'Italia antica, Incontri perugini di storia della storiografia antica e sul mondo antico*, 2, 1988, Acquasparta, Naples: Edizioni Scientifiche Italiane, p. 145-159.
- LA GENIÈRE DE, Juliette. « Amendolara », in Giuseppe NENCI et Georges VALLET (éds.). *Bibliografia topografica della colonizzazione greca in Italia e nelle isole tirreniche*, III, siti Abaceno-Bari, Pisa: Scuola normale superiore, 1984, p. 210-214.
- LA GENIÈRE DE, Juliette. *Amendolara: la nécropole de Paladino Ouest*, coll. *Collection du Centre Jean Bérard*, 39, Naples: Centre Jean Bérard, 2012.
- LA TORRE, Gioacchino Francesco. *Sicilia e Magna Grecia. Archeologia della colonizzazione greca d'Occidente*, coll. *Manuali Laterza*, Rome: Laterza, 2011.
- LAFON, Xavier, MARC, Jean-Yves et SARTRE, Maurice. *La Ville antique*, coll. *Histoire de l'Europe urbaine*, 1. *De l'Antiquité au XVIII<sup>e</sup> siècle*, Paris: Seuil, 2011.

- LOMBARDO, Mario. « Achei, Enotri, *Italia* », in Emanuele GRECO (éd.). *Gli Achei e l'identità etnica degli Achei d'Occidente, Atti del Convegno Internazionale di Studi*, 2001, Paestum, Paestum: Pandemos, 2002, p. 257-270.
- LOMBARDO, Mario. « La Norma e l'eccesso: la guerra tra Sibari e Crotona e alcuni aspetti della 'Greek way of war' in età arcaica », in Marta SORDI (éd.). *Guerra e diritto nel mondo greco e romano*, coll. *Contributi dell'Istituto di storia antica*, 28, Milan: Vita e Pensiero, 2002, p. 43-67.
- LONGO, Fausto et TAURO, Teresa. *Alle origini dell'urbanistica di Napoli*, Paestum: Pandemos, 2017.
- LUPPINO, Silvana; QUONDAM, Francesco, et alii. « Sibaritide: riletture di alcuni contesti funerari tra VIII e VII sec. a.C. ». *Alle origini della Magna Grecia: mobilità, migrazioni, fondazioni. Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, L, 2010, Tarente, Naples: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, p. 643-682.
- MAASKANT-KLEIBRINK, Madeleine. « The early Athenaiion at Lagaria (Francavilla Marittima) near Sybaris: an overview of its early-geometric II and its mid-7th century BC phases ». *Papers in Italian archaeology. 6. Communities and settlements from the Neolithic to the Early Medieval Period. Proceedings of the 6th conference of Italian archaeology held at the University of Groningen, Groningen Institute of Archaeology, the Netherlands, April 15-17, 2003, BAR. International series, 1452*, 2005, Oxford: Archaeopress, p. 754-772.
- MADDOLI, Gianfranco. « Strabone e l'Italia antica. Dalla genesi della *Geografia* alla problematica dei libri V e VI », in Gianfranco MADDOLI (éd.). *Strabone e l'Italia antica*, 1987, Acquasparta, Naples: Edizioni Scientifiche Italiane, 1988, p. 9-22.
- MARINO, Simone. *Copia/Thurii: aspetti topografici e urbanistici di una città romana della Magna Grecia*, coll. *Tekmeria*, 14, Paestum: Pandemos, 2010.
- MARTIN, Roland. *L'urbanisme dans la Grèce antique*, coll. *Grands manuels Picard*, 2<sup>e</sup> éd., Paris: Picard, 1974.
- MERTENS, Dieter. « L'Architettura e l'urbanistica di Metaponto nel quadro dell'economia locale e dell'evoluzione generale nella Magna Grecia ». *Siritide e Metapontino. Storie di due territori coloniali, Cahiers du Centre Jean Bérard*, XX, 1991, Policoro, Naples-Paestum: Centre Jean Bérard, 1998, p. 123-140.
- MERTENS, Dieter. *Città e monumenti dei Greci d'Occidente: dalla colonizzazione alla crisi di fine V secolo a.C.*, Trad. Massimiliano PAPINI, Rome: L'Erma di Bretschneider, 2006.
- MUSTI, Domenico. « L'idea di Megale Hellás ». *Strabone e la Magna Grecia: città e popoli dell'Italia antica*, Padoue: Ed. Programma, 1988, p. 61-94.
- OSANNA, Massimo. *Chorai coloniali da Taranto a Locri: documentazione archeologica e ricostruzione storica*, Rome: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1992.

- PERONI, Renato et TRUCCO, Flavia (éds.). *Enotri e Micenei nella Sibaritide. Magna Graecia, 8*, Tarente: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, 1994.
- POLLINI, Airton. « Bibliographical note on the study of the territory in Magna Graecia », *Workshop di Archeologia Classica. Paesaggi, costruzioni, reperti*, n° 3, 2006, p. 37-56.
- POLLINI, Airton. « Limites et occupation de l'espace dans les colonies grecques du Sud de l'Italie », in Laurianne Martinez-SÈVE (éd.). *Les diasporas grecques du VIII<sup>e</sup> à la fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C.*, coll. *Pallas*, 89, Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 2012, p. 123-142.
- POLLINI, Airton. « Introduction: les problèmes de la citoyenneté et de l'exclusion chez les anciens Grecs », in Céline BORELLO et Airton POLLINI (éds.). *Questions d'appartenance: les identités de l'Antiquité à nos jours*, Paris: Éditions Orizons, 2015, p. 21-34.
- POLLINI, Airton. « Représentations de la ville grecque idéale: expériences concrètes et réélaborations », in Myriam CHOPIN et Francesco D'ANTONIO (éds.). *Théâtralisation de l'espace urbain*, Paris: Orizons, 2017, p. 97-120.
- POLLINI, Airton. (à paraître) « La contribution de l'archéologie à la question des statuts: espaces funéraires, domestiques et politiques », in Claudia MOATTI et Christel MÜLLER (éds.). *Statuts personnels et espaces sociaux: questions grecques et romaines*, Nanterre: Maison Archéologie & Ethnologie René-Ginouvès
- PONTRANDOLFO, Angela. *I Lucani: etnografia e archeologia di una regione antica*, Milan: Longanesi, 1982.
- PONTRANDOLFO, Angela et D'AGOSTINO, Bruno. « Greci, Etruschi e Italici nella Campania e nella Lucania tirrenica », in Françoise-Hélène MASSA-PAIRAULT (éd.). *Crise et transformation des sociétés archaïques de l'Italie antique au V<sup>e</sup> siècle av. J.-C.*, Collection de l'École Française de Rome, 137, 1987, Rome: École Française de Rome, 1990, p. 101-116.
- PRONTERA, Francesco. « L'Italia meridionale di Strabone. Appunti tra geografia e storia », in Gianfranco MADDOLI (éd.). *Strabone e l'Italia antica, Incontri perugini di storia della storiografia antica e sul mondo antico*, 1987, Acquasparta, Naples: Edizioni Scientifiche Italiane, 1988, p. 93-109.
- QUONDAM, Francesco. « La necropoli di Francavilla Marittima: tra mondo indigeno e colonizzazione greca », in Marco BETTELLI, Cecilia DE FAVERI et Massimo OSANNA (éds.). *Prima delle colonie: organizzazione territoriale e produzioni ceramiche specializzate in Basilicata e in Calabria settentrionale ionica nella prima età del ferro*, coll. *Atti delle giornate di studio, Matera, 20-21 novembre 2007*, Venosa: Osanna, 2009, p. 139-178.
- QUONDAM, Francesco. « La Sibaritide prima e dopo la fondazione di Sibari », in Lieve DONNELLAN, Valentino NIZZO et Gert-Jan BURGERS (éds.). *Contexts of early colonization*, coll. *Acts of the conference "Contextualizing early colonization: archaeology, sources, chronology and interpretative models*

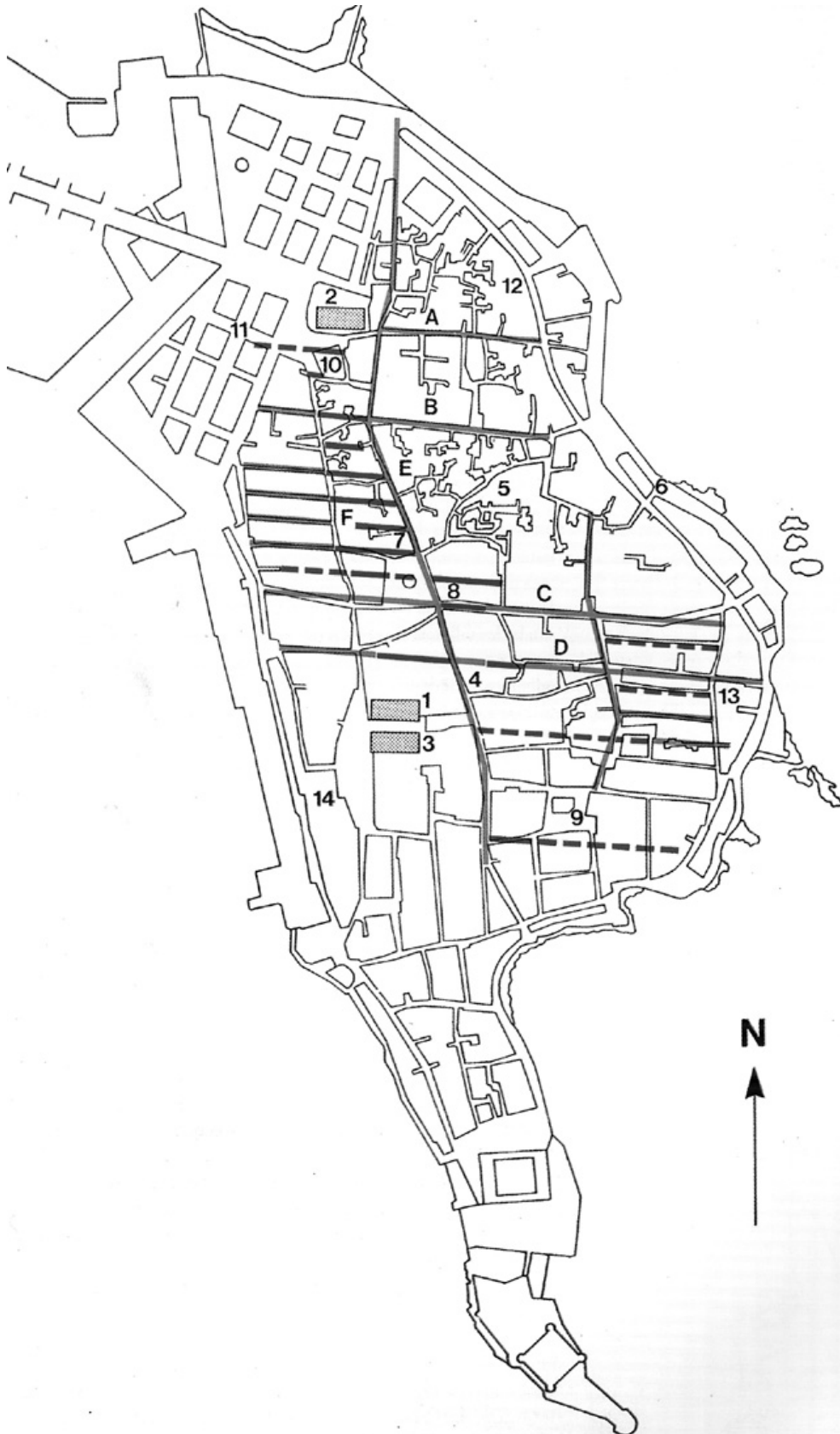
*between Italy and the Mediterranean*", vol. 1. *Papers of the Royal Netherlands Institute in Rome*, 64, Roma: Palombi, 2016, p. 247-257.

- ROUVERET, Agnès. « De la cité grecque à la ville lucanienne: images féminines et signes d'identité "citadine" à Poseidonia-Paestum », in B ANDENMATTEN, P BADINOU, *et alii* (éds.). *Lieux de mémoire antiques et médiévaux. Texte, image, histoire: la question des sources, a contrario*, 2012, p. 113-139.
- SCHMIEDT, Giulio et CHEVALLIER, Raymond. « Caulonia e Metaponto. Applicazione della fotografia aerea in ricerche di topografia antica nella Magna Grecia », *L'Universo*, 2-5, 1959
- SCHMIEDT, Giulio et CHEVALLIER, Raymond. « Photographie aérienne et urbanisme antique en Grande-Grèce: Caulonia, Métaponte », *Revue Archéologique*, 1, 1960, p. 1-31.
- SHIPLEY, Graham. « Little boxes on the hillside: Greek town planning, Hippodamos, and polis ideology », in Morgens Herman HANSEN (éd.). *The imaginary polis*, coll. *Acts of the Copenhagen Polis Centre*, 7, Copenhagen: Copenhagen polis center, 2005, p. 335-403.
- STAZIO, Attilio. « Osservazioni sulla monetazione di Metaponto ». *Metaponto, Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, XIII, 1973, Tarente, Naples: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 1975, p. 67-106.
- TRÉZINY, Henri. « Lots et îlots à Mégara Hyblaea. Questions de métrologie ». *La Colonisation grecque en Méditerranée occidentale. Actes de la rencontre scientifique en hommage à Georges Vallet*, coll. *Collection de l'École Française de Rome*, 251, Rome: École Française de Rome, 1999, p. 141-183.
- TRÉZINY, Henri. « Urbanisme et voirie dans les colonies grecques archaïques de Sicile orientale », *Pallas. Revue d'études antiques*, 58, 2002, p. 267-282
- VALLET, Georges. « Topographie historique de Mégara Hyblaea et problèmes d'urbanisme colonial », *MEFRA*, 85, 2, 1983, p. 641-647.
- VASSALLO, Stefano. *Himera, città greca: guida alla storia e ai monumenti*, Palermo: Regione siciliana, 2005.
- WEBER, Berthold F. « Der Stadtplan von Milet. Einhundert Jahre Stadtforschung ». *Frühes Ionien: eine Bestandsaufnahme, Milesische Forschungen*, 5, 2007, Mainz am Rhein: Ph. von Zabern, 1999, p. 327-362.

FIGURES



Fig. 01 : Carte de la Grande-Grèce et de la Sicile. © Airton Pollini



**Fig. 02 :** Plan urbain de l'île d'Ortygie, Syracuse. D'après *Grecs en Occident : de l'âge mycénien à la fin de l'hellénisme*, sous la direction de G. Pugliese Carratelli, publié à l'occasion de l'exposition "I Greci in Occidente" à Palazzo Grassi, Venise, Bompiani, 1996, p. 271.

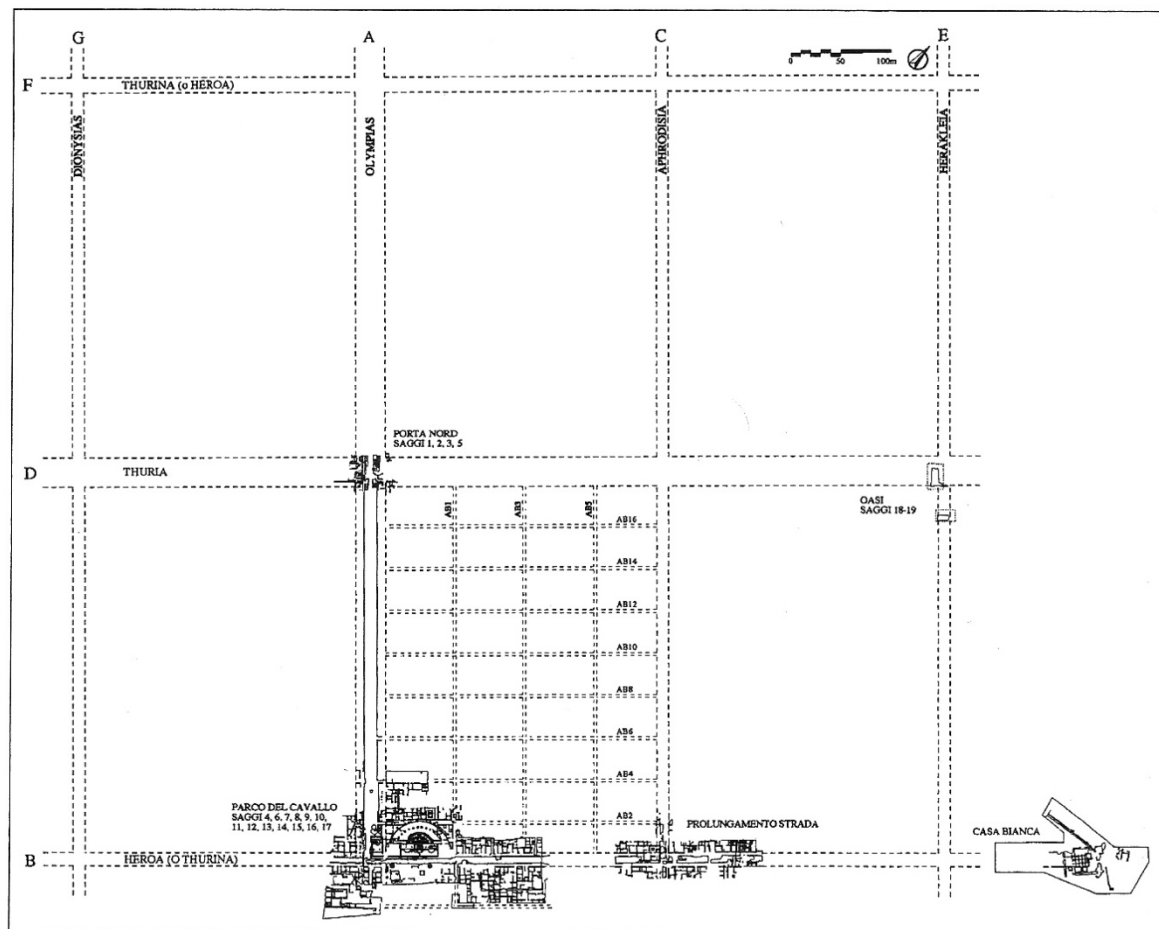


Figure 9.4 Reconstruction of the urban layout of Thourioi.

**Fig. 03 :** Reconstruction du plan urbain de Thourioi. D'après E. Greco, « Urban plan of Thourioi: literary sources and archaeological evidence for a Hippodamian city », in S. Owen et L. Preston (org.). *Inside the city in the Greek world: studies of urbanism from the Bronze Age to the Hellenistic period*, Oxford: Oxbow books, 2009, fig. 9.4.

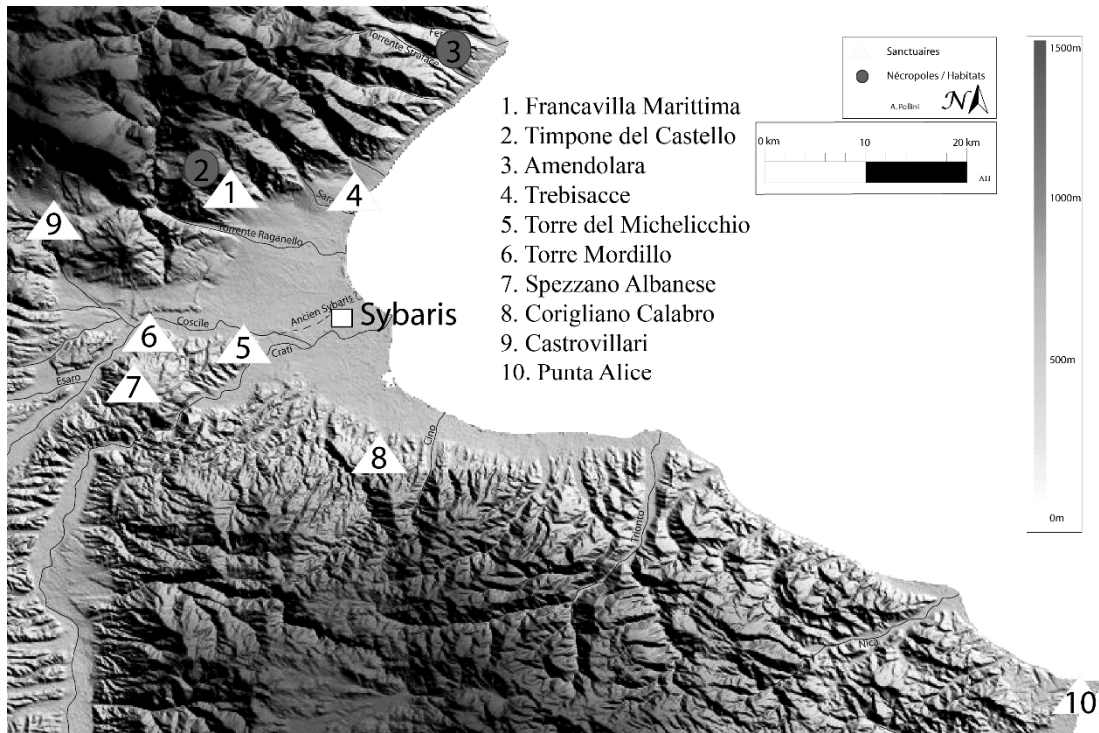
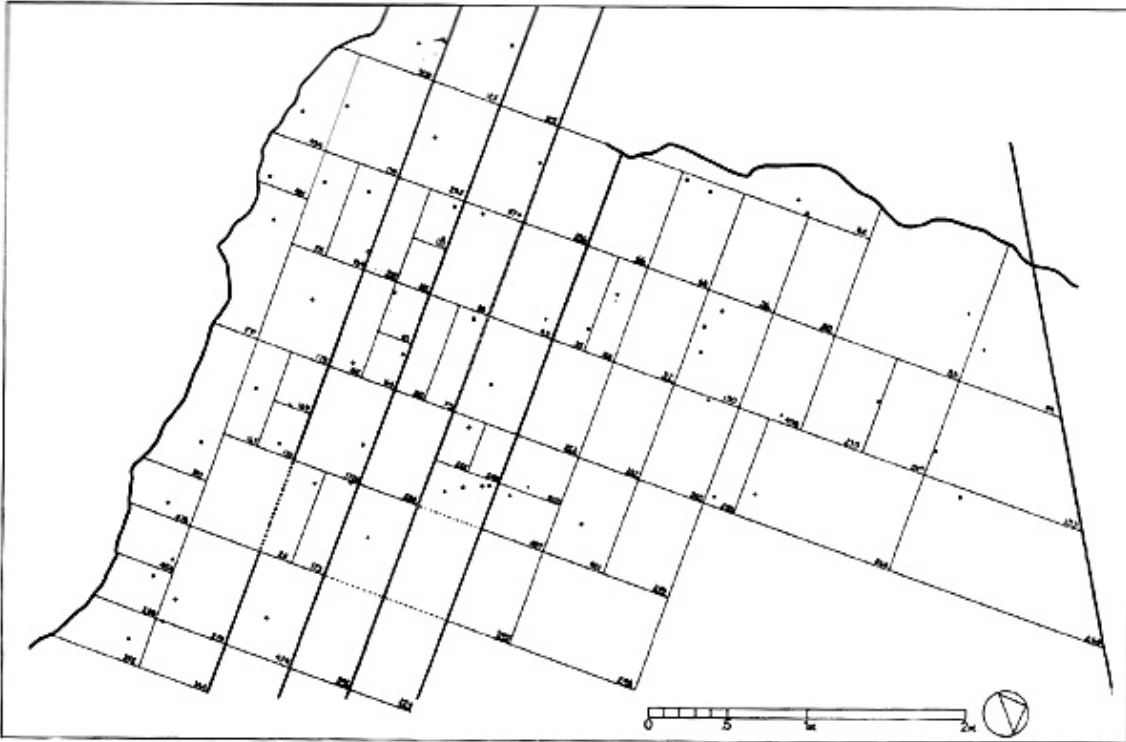


Fig. 04 : Carte du territoire de Sybaris, avec l'indication des principaux sites extra urbains de la colonie. © Airton Pollini

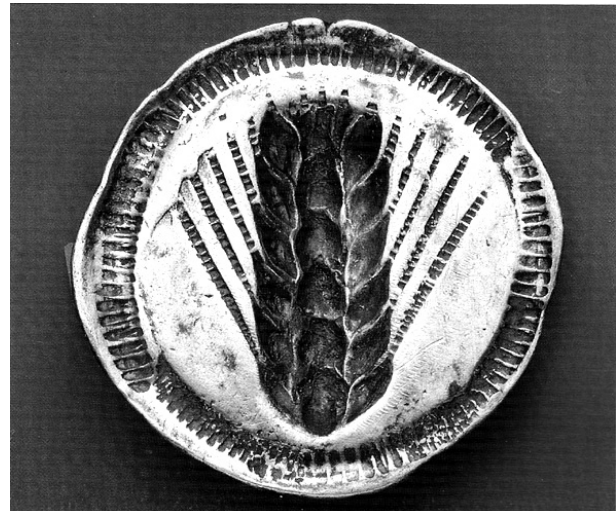


Fig. 05 : Carte avec division régulière de l'espace rural de Métaponte. D'après M.-Chr. Hellmann, *L'architecture grecque. Vol. 3: Habitat, urbanisme et fortifications*, Paris, Picard, 2010, fig. 286.





**Fig. 06** : Lots de terre de Métaponte. D'après *Grecs en Occident : de l'âge mycénien à la fin de l'hellénisme*, sous la direction de G. Pugliese Carratelli, publié à l'occasion de l'exposition "I Greci in Occidente" à Palazzo Grassi, Venise, Bompiani, 1996, p. 247.



**Fig. 07** : Statère d'argent de Métaponte représentant un épi d'orge. D'après *Grecs en Occident : de l'âge mycénien à la fin de l'hellénisme*, sous la direction de G. Pugliese Carratelli, publié à l'occasion de l'exposition "I Greci in Occidente" à Palazzo Grassi, Venise, Bompiani, 1996, p. 225.

Recebido em: 23/07/2017

Aprovado em: 04/09/2017

Publicado em: 24/06/2018

Submitted in: 23/07/2017

Approved in: 04/09/2017

Published in: 24/06/2018

**URBANISMO REGULAR, OCUPAÇÃO DAS TERRAS E RELAÇÕES INTERÉTNICAS NA  
MAGNA GRÉCIA**  
REGULAR URBANISM, LAND OCCUPATION AND INTERETHNICAL RELATIONS IN  
MAGNA GRAECIA

Airton Pollini

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



# Urbanismo regular, ocupação das terras e relações interétnicas na Magna Grécia<sup>1</sup>

Airton Pollini<sup>2</sup>

**Resumo:** O Sul da Itália é provavelmente a região mais bem conhecida do Mundo Grego Antigo. Algumas fontes escritas, mas principalmente os estudos arqueológicos realizados desde um longo tempo permitiram o desenvolvimento de pesquisas em vários aspectos no cerne da temática da colonização grega. Este trabalho se concentra sobre três aspectos essenciais: a apropriação do espaço colonial, a interação com as populações indígenas e a urbanização das novas instalações.

**Palavras-chave:** Magna Grécia; Espaço; Indígenas; Urbanização.

**Abstract:** The South Italy is probably the best known region of the ancient Greek colonial world. Some written sources but especially archaeological work undertaken for a long time allowed the development of research on several aspects at the heart of the issues of Greek colonization. This paper concentrates on three essential aspects: the appropriation of colonial space, the interaction with the Natives, and the urbanization of new establishments.

**Keywords:** Magna Graecia; Space Natives; Urbanization.

## A MAGNA GRÉCIA

A região que se estende da baía de Nápoles até os confins da Península Itálica é conhecida pelos especialistas em História Grega pela denominação "Magna Grécia". Esta expressão é a tradução literal dos termos gregos *Megale Hellas*, cuja versão em latim é *Magna Graecia* ou *Graecia Maior* (cf. Atti Taranto 1981; MUSTI, 1988). No entanto, a origem grega da expressão não resolve o problema de sua definição. A extensão do espaço abrangido pela *Megale Hellas* não é sempre a mesma dependendo das fontes escritas consideradas. De fato, foi demonstrado que a Magna Grécia era um conceito criado após a vitória da cidade de Crotona sobre sua vizinha Síbaris, em 511 a.C. (ver abaixo), pela tradição de origem crotoniata, muito provavelmente desenvolvida pelos círculos pitagóricos influentes em Crotona (cf. AMERUOSO, 1996). Assim, no século V a.C., estima-se que a Magna Grécia correspondia ao espaço delimitado por um triângulo formado pelas cidades de Metaponto, ao leste, Poseidônia, ao oeste, e Régio (atual Reggio di Calabria), na extremidade sul da península. O próprio fato de os pontos de delimitação formarem um triângulo é um elemento na base da identificação de sua origem provavelmente pitagórica. Assim, as cidades gregas da baía de Nápoles (Pitecusa, Cuma e Nápoles – ver o artigo de A. Esposito neste dossiê) e Tarento ficavam de fora. Hoje, no entanto, os especialistas utilizam a expressão para todas as cidades coloniais gregas da Itália meridional, à exceção da Sicília, independentemente da extensão dada pelas fontes gregas antigas.

<sup>1</sup> Texto traduzido pelo autor. Revisão técnica de Fábio Vergara Cerqueira.

<sup>2</sup> Maître de conférences (professor associado) d'histoire de l'Antiquité grecque à l'Université de Haute-Alsace (Université de Haute-Alsace, Université de Strasbourg, CNRS ArcHiMedE UMR 7044 Mulhouse), França.

Além disso, as fontes mais antigas mostram que o primeiro nome dado às colônias gregas do sul da Itália foi "*Italia*" (LOMBARDO, 2001; 2011; mais genericamente sobre a geografia antiga da Itália meridional, em particular sobre Estrabão, ver GRECO, 1987; MADDOLI, 1987; PRONTERA, 1987; BIFFI, 1988; JANNI, 1988), embora inicialmente essa denominação abrangesse apenas uma parte da atual Calábria, provavelmente em conexão com a ideia de "império" de Síbaris (ver abaixo). Foi de forma progressiva que a *Italia* se expandiu para englobar, por fim, a totalidade da península, o que ocorreu desde o período romano. Essa primeira denominação explica porque os antigos se referiam aos gregos das colônias como sendo *Italiotas*, termo que continua sendo utilizado nos livros de história.

### O URBANISMO REGULAR NO OCIDENTE

A definição de uma cidade-estado, a *polis* grega, compreende dois aspectos, de um lado, uma comunidade de cidadãos, de outro, sua expressão física, em uma aglomeração urbana cercada por terras cultivadas (ver as discussões aprofundadas em HANSEN, 2001; HANSEN e NIELSEN, 2004; também os comentários em POLLINI, 2015). Vamos nos concentrar primeiro na questão da cidade, e mais particularmente sobre os primeiros casos conhecidos de uma regularização da ocupação urbana pelos gregos do Ocidente (sobre o urbanismo grego em geral, ver MARTIN, 1974; GRECO e TORELLI, 1983, além de uma revisão bibliográfica mais recente em GRECO, 2004-2005 e as sínteses de LAFON, MARC e SARTRE, 2011; HELLMANN, 2010; ver também os comentários sobre as representações da cidade grega do Ocidente em POLLINI, 2017).

Mesmo que o objetivo desta contribuição seja de se concentrar nos exemplos da Magna Grécia, é essencial mencionar os casos sicilianos que constituem, em grande medida, o ponto nevrálgico desse debate. Desse modo, a situação em Siracusa é muito sugestiva (**ver o artigo de M. B. Florenzano**).

De fato, a cidade de Siracusa mostra traços de vias urbanas arcaicas com uma relativa regularidade (TRÉZINY, 2002, sobre Siracusa, p. 273-278). O primeiro assentamento grego da colônia parece ter sido criado por um agrupamento de aldeias (DI VITA, 1996, p. 270-274), tanto na ilha de Ortígia quanto na parte propriamente siciliana de Acradina, onde foram encontrados os vestígios mais antigos da presença grega, na necrópole da área do Fusco. É evidente que o estabelecimento dos coríntios integrou um certo número de centros indígenas com sua população, e que a via principal Norte-Sul que atravessa Ortígia funcionou, a princípio, para ligar os diversos centros de ocupação da pequena ilha e, por extensão, da parte siciliana de Acradina. Esse eixo central foi depois completado por uma série de vias transversais, em uma organização racional, bastante regular mas não ortogonal (HELLMANN, 2010, p. 188-189; MERTENS, 2006, p. 73-76). Com efeito, o ângulo formado pela intersecção das vias principais com as vias transversais não forma um ângulo reto, mas de cerca de 79° (**Fig. 2**).

No estado atual das pesquisas, esse sistema urbano pode ser datado entre o final do século VII e o início do século VI a.C., sem que possamos estabelecer a forma de espaço urbano na época da fundação da colônia de Siracusa, ocorrida no último terço do século VIII a.C. A hipótese amplamente seguida é a de um estabelecimento funcional dos espaços de Siracusa desde sua fundação (LA TORRE, 2011, p. 171-173).

Se o caso de Siracusa mostra alguma disposição para a regularização da ocupação do espaço urbano desde o final do século VII a.C., o exemplo paradigmático de urbanização regular é o de Mégara Hibleia (DE ANGELIS, 2003, p. 17-39; GRAS, TRÉZINY e BROISE, 2004, p. 523-526; MERTENS, 2006, p. 63-72). As pesquisas antigas e recentes mostraram um esquema de organização do espaço urbano bastante regular, ainda que não ortogonal. Duas vias principais (A e B, medindo entre 5,30 e 5,80 m de largura) estruturam o espaço no sentido Leste-Oeste. Essas "avenidas" percorrem todo o espaço da cidade e conectam, por um lado, um dos portões das muralhas à beira do mar (Avenida B), por outro, o santuário ocidental à ágora (Avenida A). Embora organizadas de maneira ordenada no espaço, essas duas avenidas não são perfeitamente paralelas e as diferenças na distância entre elas se devem provavelmente a uma intenção de divisão equilibrada do espaço compreendido entre a Avenida B e a muralha Norte (GRAS, TRÉZINY e BROISE, 2004, p. 527-530). Em seguida, uma grade formada por três grupos de vias de circulação paralelas entre elas (C, D e E), em direção Norte-Sul e com largura de cerca de 3 m, ordena o conjunto da cidade. Os diferentes grupos de vias possuem desvios de orientação, dando lugar a um sistema "oblíquo" (SHIPLEY, 2005, p. 341), ou mesmo um "plano regular por setor" (TRÉZINY, 2002, p. 267-272), deixando, na parte central do planalto, uma área não dividida, de forma trapezoidal, identificada como a ágora (GRAS, TRÉZINY e BROISE, 2004, p. 391-445; MERTENS, 2006, p. 67-69). Os quarteirões de habitação dispõem de área bastante regular, de aproximadamente 25 m de largura por 98 a 110 m de comprimento.

A cronologia atualmente aceita a partir dos dados arqueológicos disponíveis coloca esse sistema urbano como o mais antigo caso conhecido, estabelecido por volta de 700 a.C., ou seja, a menos de uma geração da fundação da cidade, mas com maior materialização em uma segunda fase, em torno de 640-630 a.C. (GRAS, TRÉZINY e BROISE, 2004, p. 237-301, em particular as conclusões à p. 301).

A explicação de H. Tréziny para o esquema de urbanismo de Mégara é fundamentada em um módulo de lote urbano individual padrão (*oikopedon*), compreendendo entre 120 e 140 m<sup>2</sup> de área (TRÉZINY, 1999, p. 141-183; GRAS, TRÉZINY e BROISE, 2004, p. 532-539). A estrutura urbana foi definida nos primeiros tempos da colônia, mesmo se nem todos os lotes urbanos foram ocupados desde o início. Se há variações relativamente pequenas na área dos lotes urbanos, medidas pelas pesquisas arqueológicas, elas não invalidam a ideia de um sistema de distribuição de lotes segundo um princípio de igualdade. Em todo caso, o urbanismo de Mégara Hibleia foi fundado sob os princípios de regularização do espaço e de igualdade de loteamento, com os quarteirões com áreas praticamente iguais.

Por fim, o último exemplo siciliota paradigmático é o de Selinunte, a sub-colônia de Mégara Hibleia fundada no oeste da Sicília no século VII a.C., por volta de 651 a.C. de acordo com Diodoro Sículo (XIII 59), mas mais provavelmente em 628 a.C. segundo Tucídides (VI 4) (sobre o urbanismo de Selinunte ver principalmente as sínteses de MERTENS, 2006, p. 83-85 e DE ANGELIS, 2003, p. 128-145). Em oposição à interpretação de G. Vallet (VALLET, 1983, p. 646), M. Gras, H. Tréziny e H. Broise aproximam as duas colônias, Mégara e Selinunte, pela sua organização do espaço urbano, afirmando que a principal diferença entre as duas cidades é o emprego do ângulo reto em Selinunte (GRAS, TRÉZINY e BROISE, 2004, p. 589). A outra diferença essencial é o seu tamanho, uma vez que de uma área total de 60 hectares em Mégara Hibleia passamos para cerca de 130 em Selinunte; as dimensões dos lotes padrão (*oikopeda*) são quase o dobro, cerca de 120 m<sup>2</sup> no primeiro caso, passando para 210 m<sup>2</sup> no segundo. Mas a cronologia é o elemento essencial. De fato, o urbanismo regular de Selinunte é datado dos anos 580-570 a.C., o que a coloca na condição do mais antigo caso conhecido de urbanismo grego ortogonal (cf. SHIPLEY, 2005, p. 342).

Uma vez estabelecidos os princípios de um urbanismo ortogonal no início do século VI a.C., vários exemplos concretos se tornaram conhecidos no Ocidente, em particular na Magna Grécia, especialmente em Metaponto e em Poseidônia (DE SIENA, 1991; MERTENS, 1991; GRECO, 2000). O caso mais recente de Neápolis é agora bastante conhecido (cf. por último LONGO e TAURO, 2017).

Em contraste, um exemplo que merece atenção é o de Cuma. Os trabalhos de M. D'Acunto, realizados desde 2007 (D'ACUNTO, 2009; D'ACUNTO, 2014; ver também D'AGOSTINO e D'ACUNTO, 2008), revelaram uma área residencial situada entre a área do fórum romano e os muros da cidade. Na verdade, o urbanismo de Cuma, não sendo propriamente ortogonal, mostra uma organização dita "racional" (cf. D'ONOFRIO, 2002): o espaço urbano se organiza a partir de uma grande *plateia* ("avenida") Norte-Sul que parte da área do fórum, provavelmente no local da antiga ágora grega, em direção aos muros setentrionais e à chamada "Porta mediana", com *stenopoi* ("ruas") regulares. Esse sistema não é ortogonal com relação à *plateia*, pois a própria avenida, que apresenta um desvio, não é retilínea.

O elemento mais interessante é a cronologia, muito recuada, remontando ao final do VIII e ao curso do VII a.C. Dessas fases mais antigas foram encontrados principalmente estratos, aos quais pertencem talvez um nível de circulação, alguns vestígios de habitação e material cerâmico (D'ACUNTO, 2014, p. 23). A partir do século VI a.C., os vestígios são mais importantes, incluindo duas casas que atestam, através da descoberta de louça de banquete (*symposion*) da mais alta qualidade, a presença de um grupo socialmente elevado. É essencial observar que o exemplo de Cuma permite afirmar que um urbanismo racional e regular pode, no entanto, dar lugar a diferenciações sociais importantes, com a instalação de classes bem abastadas em um espaço dividido de forma provavelmente igualitária no começo (cf. POLLINI, no prelo). A título de comparação, é interessante colocar os casos de Cuma e Mileto em paralelo. De fato, em Mileto o urbanismo regular data do final do século VI a.C. e foi, assim, obra dos tiranos. A reconstrução da cidade, após as vitórias

contra os persas e sob um regime democrático, apenas seguiu as vias determinadas anteriormente, descartando toda ligação entre o urbanismo regular e os princípios de igualdade democrática (ASHERI, 1975; WEBER, 2007; HELLMANN, 2010).

Qualquer comentário à ideia de urbanismo regular na Magna Grécia deve evocar o caso de Túrio, cidade pan-helênica fundada no lugar da antiga Síbaris, sob a liderança da Atenas de Péricles, por volta de 444 a.C. (cf. GRECO, 2009; GRECO e LUPPINO, 1999; GRECO, LUPPINO, *et al.*, 2010; MARINO, 2010)<sup>3</sup>. Sobre Túrio, a nossa principal fonte escrita é Diodoro Sículo (*Biblioteca Histórica*, XII, 10, 6-7. Cf. GRECO, 1999, p. 415; GRECO, 1999; GRECO, 1999; GARCÍA QUINTELA, 2000). O historiador siciliano se interessa sobretudo pela constituição da nova cidade, mas também descreve a organização espacial da fundação colonial. A cidade segue, assim, um padrão regular com quatro vias principais (*plateiai*) em um sentido e três no outro, em seguida, uma série de vias paralelas menores (*stenopoi*). O plano urbanístico era perfeitamente ortogonal e, além disso, o número sete coincide com o número de cordas de uma lira, provavelmente em referência ao ideal de perfeição ligado aos círculos pitagóricos bastante ativos na região.

O caso de Túrio é particularmente interessante por colocar em paralelo fontes escritas e dados arqueológicos observados em campo (CASTAGNOLI, 1971, p. 301-307; CASTAGNOLI, 1973, p. 220-222; para as pesquisas recentes sobre o urbanismo em Túrio-Copiae ver GRECO e LUPPINO, 1999, p. 115-164). Atualmente, é possível restituir cinco das sete avenidas mencionadas por Diodoro e, por extensão, utilizando as mesmas distâncias regulares entre as vias principais, E. Greco foi capaz de reconstituir (**Fig. 3**), a título de hipótese no momento, todo o plano urbanístico de Túrio (GRECO, 2009, p. 108-117; GRECO, LUPPINO, *et al.*, 2010, p. 97-116). Ele seria composto por uma matriz retangular de 396 m por 296 m (1300 x 1000 pés), dividida em quadrados de 37 m de lado, que poderiam acomodar, cada um, quatro casas de 18 m por 18 m (324 m<sup>2</sup>), medidas comparáveis às de outros exemplos contemporâneos, como Olinto, na Grécia setentrional (CAHILL, 2002) e Himera, na Sicília (VASSALLO, 2005; ALLEGRO, 2008). Trata-se aqui do melhor caso conhecido de uma organização regular e perfeitamente ortogonal de espaço, atestado tanto pelas fontes escritas quanto por vestígios arqueológicos.

As investigações recentes, efetuadas para além da porta setentrional, sugerem um prolongamento dos grandes eixos viários, inclusive na zona rural, o que leva à hipótese de que a regularidade da organização do espaço em Túrio não se limitou à zona urbana.

---

<sup>3</sup> Não trataremos aqui das discussões sobre a participação de Hipódamo de Mileto no estabelecimento do plano urbanístico de Túrio. Ver nossos próprios comentários em POLLINI 2017. Todas as fontes sobre Hipódamo estão citadas em SHIPLEY, 2005, p. 356-361 e 386-388. Sobre Hipódamo ver em particular HELLMANN, 2010, p. 191-197; CALIÒ, 2012, p. 105-126. Para a ágora dita de Hipódamos do Pireu, consultar LONGO, 2008, p. 137-155 e LONGO, 2014, p. 217-231. Sobre a participação de outros intelectuais famosos na fundação da Túrio (DIÓGENES LAÉRCIO, IX, 50 = Protágoras), consultar BERTELLI, 1997, p. 108-121 e GARCÍA QUINTELA, 2006, p. 199-222. Sobre a participação de Heródoto, veja nossos comentários em POLLINI, 2009.

## A APROPRIAÇÃO DAS TERRAS NA MAGNA GRÉCIA

As pesquisas arqueológicas da área rural são agora um aspecto essencial e reconhecido por todos. No entanto, concentram-se principalmente na área colonial: em Quersoneso da Crimeia (Mar Negro) e em Gela (Sicília) (**ver o artigo de M. B. Florenzano sobre Siracusa**), além do Sul da Itália, inicialmente em Metaponto e Poseidônia, onde as pesquisas se desenvolveram, respectivamente, nos anos de 1940, 1950 e 1960 (*cf.* OSANNA, 1992; POLLINI, 2006; POLLINI, 2012). A título de comparação, os estudos sistemáticos das áreas rurais da Grécia egeia só começaram em meados dos anos 1980 (BINTLIFF, 1994; BINTLIFF, 1999; BRUNET, 2000). É no contexto dessas pesquisas, realizadas em áreas mais ou menos distantes dos centros urbanos antigos, que a apropriação do espaço pela chegada dos colonos pode ser apreendida. Um sinal bastante representativo pode ser reconhecido no estabelecimento de santuários extra-urbanos em lugares simbólicos para o controle do espaço pela comunidade dos colonos (DE POLIGNAC, 1995; discussão recente em DAVIES, 2013, p. 18-20).

Qualquer comentário sobre as cidades gregas da Magna Grécia, à exceção da região da baía de Nápoles, deve começar pela cidade de Síbaris (*Atti Taranto* 1992; DELIA e MASNERI, 2013), uma das primeiras fundações, dos anos 720 a.C. O geógrafo Estrabão (*Geografia* VI 1, 13) escreveu que a cidade era tão poderosa que era capaz de comandar quatro nações (*ethne*) vizinhas, ter vinte e cinco cidades (*poleis*) sob seu controle e possuir uma muralha circular de cinquenta estádios de comprimento. Além de sua riqueza proverbial, esse testemunho mostra que a cidade tinha uma clara intenção de constituir um tipo de área de influência para além dos limites do território pertencente aos cidadãos e explorado por eles (**Fig. 4**). As quatro nações e as vinte e cinco comunidades vizinhas evidentemente não podem ser identificadas com precisão, mas certamente se tratavam de centros de populações indígenas com relações bastante estreitas com a cidade grega de Síbaris (BUGNO, 2001 traça um paralelo com o modelo oriental de hegemonia por distritos estabelecido pelos persas). A análise dos vestígios arqueológicos dos sítios de Francavilla Marittima (MAASKANT-KLEIBRINK, 2005; GRANESE, 2006; QUONDAM, 2009; LUPPINO, QUONDAM, *et al.*, 2010; GRANESE, 2013; GUZZO, 2013; BROCATO, 2014; GUGGISBERG, 2016; QUONDAM, 2016), onde um santuário de tipo grego foi erigido no lugar de um estabelecimento indígena pré-existente, e de Amendolara (LA GENIÈRE DE, 1984; LA GENIÈRE DE, 2012), que continua a ser um sítio indígena mesmo que com importantes elementos gregos, mostra duas situações bem diferentes em uma mesma área geográfica e cultural.

Os desejos expansionistas de Síbaris para além de seu território cívico foram interpretados como uma das primeiras tentativas de formação de um tipo de "império", no sentido de uma grande rede de alianças e influências que devia estar na origem da noção de *Italia* e que pôde englobar a maior parte da Magna Grécia, ou seja, a região das cidades gregas da Itália do Sul (GRECO, 1992; BUGNO, 2001; GRECO, 2013). Além disso, foi possível estabelecer uma associação dessa ideia de "império de Síbaris" não somente



com as alianças voltadas para os centros indígenas, mas também com a fundação de outras cidades coloniais gregas, como Metaponto (em 630 a.C.), Poseidônia (em 600 a.C.), ou mesmo Vélia (em 540 a.C.). Nós consideramos que essa zona de influência de Síbaris muito abrangente faz parte de uma tentativa de territorialização, e portanto de algum controle do espaço colonial, no seu sentido mais amplo possível. Assim, talvez, a noção primitiva de *Italia* grega fosse um fato da intenção imperialista de Síbaris no sentido da identificação de uma certa unidade das cidades gregas da região sob sua hegemonia.

Em todo caso, os desejos expansionistas de Síbaris foram contidos pela oposição da sua vizinha Crotona, fundada aproximadamente no mesmo período, no final do séc. VIII a.C. Se as cidades coloniais podiam formar redes de alianças entre elas, o conflito que resultou na destruição total de Síbaris entre 511 e 510 a.C. mostra a variedade de relações entre os diferentes atores do domínio colonial, principalmente entre os diferentes grupos de colonos e os indígenas (cf. LOMBARDO, 2002). Após a queda de Síbaris, parece que uma grande parte dos sibaritas sobreviventes se transferiram para a costa do Tirreno para fundar uma outra colônia, a de Laos, nos últimos anos do séc. VI a.C.

Na análise da apropriação do espaço rural, a cidade de Metaponto merece um lugar de destaque: é o caso mais bem conhecido da zona rural de uma cidade de todo o mundo grego. Os traços visíveis graças a fotografias aéreas, verificados em campo desde os anos 1960 pelas escavações estratigráficas sistemáticas (SCHMIEDT e CHEVALLIER, 1959; SCHMIEDT e CHEVALLIER, 1960; ADAMESTEANU, 1965), e recentemente por prospecções conduzidas pelas equipes americanas da Universidade do Texas sob a direção de J. C. Carter, produziram dados excepcionais (CARTER, 1998; CARTER, 2006; CARTER e PRIETO, 2011). Trata-se de traços de uma divisão regular do espaço rural (**Fig. 5**), materializada por uma rede de canalizações paralelas que definem lotes de terra de tamanhos iguais (**Fig. 6**). Um sistema assim é conhecido também no Quersoneso da Crimeia no Mar Negro, datado do séc. IV a.C. Em Metaponto, contudo, os vestígios mais antigos dessa organização das terras datam de cerca de 580 a.C., ou seja, entre uma e duas gerações após a chegada dos colonos aqueus. As fontes numismáticas corroboram a importância da zona rural de Metaponto, uma vez que a cidade representava uma espiga de cevada sobre suas próprias moedas (STAZIO, 1973) (**Fig. 7**).

Esses dois exemplos célebres, de Síbaris e Metaponto, permitem destacar diversos aspectos. Por um lado, quando da chegada dos colonos, o espaço não estava vazio, como se poderia pensar pela utilização da expressão grega *eremos khora* (literalmente, “território deserto”). Essa expressão deve ser interpretada a partir do ponto de vista grego: ela se referiria a terras desprovidas de uma forma grega (ou comparável) de organização, a cidade-estado, mas de maneira alguma remeteria a um território deserto. Por outro lado, a apropriação do espaço pelos colonos podia ser feita às custas da população local ou com alguma forma de coabitação, e este podia ser o resultado do estabelecimento de pequenos vilarejos espalhados pela zona rural (*kata komas*), como foi provavelmente o caso de Síbaris, ou então de uma ocupação capilar das terras, como em Metaponto.

## RELAÇÕES INTERÉTNICAS E A PRIMEIRA FORMA CONHECIDA DE "DESCOLONIZAÇÃO"

O caso já mencionado do "império" de Síbaris, assim como a análise das fases ditas pré-coloniais da região do Golfo de Tarento (*Siritide e Metapontino* 1991; PERONI e TRUCCO, 1994; ESPOSITO, 2005; ESPOSITO, 2012; ver o artigo de **A. Esposito nesse dossiê**), mostram claramente a variedade das situações de interação entre colonos gregos e populações indígenas.

Além dos colonos gregos instalados na parte mais meridional da península, os etruscos estabeleceram-se igualmente em terras da atual Campânia, em um movimento comparável ao dos gregos (CERCHIAI, 2008; 2011; D'AGOSTINO, 2011). Por outro lado, a Magna Grécia mostra um caso único: a primeira forma conhecida de "descolonização", nas célebres palavras de D. Asheri (ASHERI, 1996). A partir de meados do século V a.C., populações itálicas, no caso povos campanos e lucanos (PONTRANDOLFO, 1982; CERCHIAI, 1995), deram prosseguimento a um movimento de expansão rumo ao sul da península. Esse movimento resultou na conquista de algumas cidades gregas por essas populações: os campanos se apossaram de Nápoles em meados do século V a.C. (CERCHIAI, 2010), ao passo que os lucanos se tornaram senhores das cidades tirrênicas de Poseidônia, nos anos 420-410 a.C., e de Laos, em 390 a.C. (GRECO, GRECO e PONTRANDOLFO, s.d.; Atti Taranto 1987; PONTRANDOLFO e D'AGOSTINO, 1987; CIPRIANI e LONGO, 1996; ROUVERET, 2012). Em seguida, mesmo sem conseguirem tomar posse das outras cidades gregas, ocuparam todo o interior da Itália do Sul (as atuais regiões da Basilicata e da Calábria) e exerceram uma pressão muito forte sobre os gregos da Itália. Esse é o primeiro caso conhecido de uma reversão de relações de força, em que o elemento local, o itálico, muito embora vindo de uma região mais ao norte, foi capaz de colocar sob sua hegemonia uma parte dos colonos gregos. Deve-se fazer um paralelo com os "presentes", forma disfarçada de um tipo de tributo, que certas cidades gregas do Mar Negro deviam às populações locais que as cercavam (ver o **artigo de M. Dana nesse dossiê**). Se a pressão militar sobre as cidades gregas do Mar Negro é óbvia, o exemplo da Magna Grécia é o único caso conhecido onde as populações locais submetem completamente os gregos e controlam diretamente a cidade conquistada.

O enfraquecimento relativo das cidades gregas é assim percebido pelo apelo que a mais poderosa das colônias itálicas da época, Tarento, fez aos *condottieri* estrangeiros<sup>4</sup> para reforçar e guiar seus exércitos nos conflitos que os opuseram primeiro aos lucanos, no séc. IV a.C., e depois a Roma, com a expedição de Pirro, no início do séc. III a.C. (*Atti Taranto* 2003; *Atti Taranto* 2004). A Magna Grécia é, de fato, a primeira região ocupada pelas populações gregas a cair sob o domínio romano, sobretudo nos casos de Poseidônia, que se tornou colônia latina em 273 a.C., e de Tatanto, tomada em 272 a.C. Mesmo preservando alguma

---

<sup>4</sup> Generais estrangeiros que guiam um exército também estrangeiro, de mercenários ou não.

forma de identidade grega, essas cidades passaram ao controle dos romanos e se submetem à ótica dos acontecimentos ligados à história romana desde o primeiro terço do séc. III a.C.

### CONCLUSÃO

Graças a um conjunto importante de dados arqueológicos publicados, a região considerada, a Magna Grécia, fornece informações sobre alguns aspectos essenciais da organização das cidades gregas. Para o período arcaico, trata-se certamente dos estudos mais desenvolvidos sobre uma certa preocupação na ocupação de espaços, tanto urbanos como rurais. Este aspecto espacial é indissociável da questão mais ampla da formação da cidade grega, a *polis*, tanto na sua definição como uma comunidade independente, quanto na sua expressão concreta sob a forma de um centro urbano cercado por terras cultivadas. Os exemplos ocidentais mostram que esta preocupação com a determinação dos espaços e, além disso, com o desejo de regularização, é quase contemporânea da instalação colonial. Pelo menos, os traços visíveis e encontrados pela arqueologia datam de cerca de uma geração após a chegada dos novos colonos, tanto no caso do centro urbano de Mégara Hibleia, provavelmente também para Cuma, como no território de Metaponto. É também no domínio ocidental, certamente, que encontramos o exemplo mais bem estabelecido, atestado pelas fontes escritas e arqueológicas, de um urbanismo perfeitamente ortogonal: Túrio.

A preocupação com os espaços, sobretudo com os territórios, é inseparável da interação com as populações locais. Síbaris se apresenta como uma poderosa cidade grega que cria uma rede hegemônica (ou imperialista) que controla uma grande parte do sul da Itália, especialmente se incluirmos as fundações secundárias de Metaponto e de Poseidônia. Esse controle não é uniforme e mostra uma gradação significativa nas relações com elementos indígenas: da conquista e submissão a várias formas de convivência ou coabitação.

Finalmente, para uma discussão das diferentes formas de colonização, é essencial enfatizar que a Grande Grécia é o caso mais antigo de “descolonização”, isto é, da conquista das cidades coloniais gregas por populações locais, como Nápoles, Poseidônia e Laos. A inversão das relações de poder entre elementos locais e coloniais mostra que as interações interétnicas são sempre muito complexas.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- Megale Hellas: nome e immagine. Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, XXI, 1981, Tarente: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia
- Poseidonia-Paestum. Atti del Convegno di Studi sulla Magna Grecia*, XXVII, 1987, Tarente-Paestum: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 1992.
- Siritide e Metapontino. Storie de due territori coloniali. Cahiers du Centre Jean Bérard*, XX, 1991, Policoro: Centre Jean Bérard, 1998.
- Sibari e la Sibaritide. Atti del convegno di studi sulla Magna Grecia*, XXXII, 1992, Tarente: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia
- Alessandro il Molosso e i 'Condotieri' in Magna Grecia. Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, XLIV, 2003, Tarente: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 2004.
- Tramonto della Magna Grecia. Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, XLIV, 2004: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 2005.
- Da Italia a Italia. Le radici di un'identità. Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, LI, 2011, Tarente: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia
- Gli etruschi e la Campania settentrionale. Atti del XXVI Convegno di studi etruschi ed italici, Caserta, Santa Maria Capua Vetere, Capua, Teano, 11-15 novembre 2007*, 2011, Pisa: F. Serra
- ADAMESTEANU, Dinu. « Metaponto. Appunti fotointerpretativi », *Atti della Accademia nazionale dei Lincei. Notizie degli scavi di antichità*, XIX, suppl., 1965, p. 179-184.
- ALLEGRO, Nunzio (éd.). *Himera. V, L'abitato: isolato II. i blocchi 1-4 della zona 1*, Palermo: Università di Palermo, Dipartimento di beni culturali, 2008.
- AMERUOSO, Michele. *Megále Hellás: genesi, storia ed estensione del nome*, coll. *Studi. pubbl. dall'Istituto italiano per la storia antica*, 61, Rome: Istituto italiano per la storia antica, 1996.
- ASHERI, David. « Osservazioni sulle origini dell'urbanistica Ippodamea », *Rivista Storica Italiana*, LXXXVII, I, 1975, p. 5-16.
- ASHERI, David. « Colonizzazione e decolonizzazione », in Salvatore SETTIS (éd.). *I Greci. Storia, cultura, arte, società. 1. Noi e i Greci*, Turin: G. Einaudi, 1996, p. 73-115.
- BIFFI, Nicola (éd.). *L'Italia di Strabone. Testo, traduzione e commento dei libri V e VI della Geografia*, Genova: DARFICLET, 1988.
- BINTLIFF, John L. « Territorial behaviour and the natural history of the Greek polis », in Eckart OLSHAUSEN et Holger SONNABEND (éds.). *Grenze und Grenzland. Stuttgarter Kolloquium zur Historischen Geographie des Altertums*, coll. *Geographica historica*, 7, 4, Amsterdam: A. M. Hakkert, 1994, p. 207-249.

- BINTLIFF, John L. «Pattern and process in the city landscapes of Boetia from geometric to late roman times», in Michèle BRUNET (éd.). *Territoires des cités grecques. Actes de la table ronde internationale, BCH Suppléments*, 34, 1999, Athènes, Athènes: École Française d'Athènes, 1991, p. 15-33.
- BROCATO, Paolo (éd.). *Studi sulla necropoli di Macchiabate a Francavilla Marittima (Cs) e sui territori limitrofi. Ricerche, Supplementi*, 5, Arcavacata di Rende: Università della Calabria, 2014.
- BRUNET, Michèle. « Le ricerche sulle chora della Grecia insulare: un bilancio critico ». *Problemi della chora coloniale dall'Occidente al Mar Nero, Atti del Convegno di Studi sulla Magna Grecia*, XL, 2000, Tarente, Naples: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 2001, p. 27-45.
- BUGNO, Maurizio. « Strabone VI, 1, 13 C. 263 e l'ἀρχή di Sibari », in Maurizio BUGNO et Concetta MASSERIA (éds.). *Il mondo enotrio tra VI e V secolo a.C.*, coll. *Atti dei seminari napoletani, 1996-1998, Quaderni di ostraka*, 1, Naples: Loffredo, 2001, p. 303-327.
- CAHILL, Nicholas. *Household and city organization at Olynthus*, New Haven: Yale university, 2002.
- CARTER, Joseph Coleman. *The chora of Metaponto: the necropoleis*, Austin, TX, 1998.
- CARTER, Joseph Coleman. *Discovering the Greek countryside at Metaponto*, Ann Arbor: University of Michigan press, 2006.
- CARTER, Joseph Coleman et PRIETO, Alberto (éds.). *The chora of Metaponto. 3, Archaeological field survey Bradano to Basento*, 3 vols., Austin, Tx: University of Texas Press, 2011.
- CASTAGNOLI, Ferdinando. « Sull'urbanistica di Thurii », *La parola del passato*, 26, 1971, p. 301-307.
- CASTAGNOLI, Ferdinando. « Ancora sull'urbanistica di Thurii », *La parola del passato*, 28, 1973, p. 220-222.
- CERCHIAI, Luca. *I Campani*, Milan: Longanesi, 1995.
- CERCHIAI, Luca. « La Campania: i fenomeni di colonizzazione », in Giuseppe M. DELLA FINA (éd.). *La colonizzazione etrusca in Italia. Atti del XV convegno internazionale di studi sulla storia e l'archeologia dell'Etruria*, coll. *Annali della Fondazione per il Museo "Claudio Faina"*, XV, Roma: Quasar, 2008, p. 401-421.
- CERCHIAI, Luca. *Gli antichi popoli della Campania*, coll. *Studi superiori. archeologia*, 598, Rome: Carocci editore, 2010.
- CIPRIANI, Marina et LONGO, Fausto (éds.). *I Greci in Occidente: Poseidonia e i Lucani*, Naples, 1996.
- DAVIES, John Kenyon. « La discussione sulla polis greca oggi », in *Poleis e politeiai nella Magna Grecia arcaica e classica. Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, Tarente: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 2013, p. 11-33.
- D'ACUNTO, Matteo. « L'abitato antico di Cuma tra le Terme del Foro e le mura settentrionali: relazione preliminare della campagna di scavo del 2007 dell'Università L'Orientale di Napoli », in Carlo GASPARRI et Giovanna GRECO (éds.). *Cuma: indagini archeologiche e nuove scoperte*, coll. *Atti della*

*giornata di studi, Napoli, 12 dicembre 2007. Quaderni del Centro studi Magna Grecia, 7. Studi cumani, 2, Pozzuoli: Naus, 2009, p. 73-87.*

D'ACUNTO, Matteo. « Gli scavi dell'università degli studi di Napoli "L'Orientale" nell'abitato greco-romano di Cuma (2007-2013) », *Newsletter di Archeologia CISA, 5, 2014, p. 21-38.*

D'AGOSTINO, Bruno. « Gli Etruschi e gli altri nella Campania Settentrionale ». *Gli Etruschi e la Campania settentrionale*, coll. *Atti del XXVI Convegno di studi etruschi ed italici, Caserta, Santa Maria Capua Vetere, Capua, Teano, 11-15 novembre 2007. Convegno di studi etruschi ed italici, 26*, Pisa: F. Serra, 2011, p. 69-91.

D'AGOSTINO, Bruno et D'ACUNTO, Matteo. « La città e le mura: nuovi dati dall'area Nord della città antica ». *Cuma. Atti del Convegno di Studi sulla Magna Grecia, XLVIII, 2008, Tarente, 2009, p. 481-522.*

D'ONOFRIO, Adele. « Primi dati sull'urbanistica di Cuma: l'area tra il foro e le fortificazioni settentrionali », in Bruno D'AGOSTINO et Andrea D'ANDREA (éds.). *Cuma: nuove forme di intervento per lo studio del sito antico*, coll. *Atti della giornata di studio, Napoli 12 febbraio 2001*, Naples: Istituto Universitario Orientale, 2002, p. 133-152.

DE ANGELIS, Franco. *Megara Hyblaia and Selinous: the development of two Greek city-states in archaic Sicily*, coll. *OUSA Monographs*, Oxford: Oxford University Press, 2003.

DE POLIGNAC, François. *La Naissance de la cité grecque. Cultes, espace et société, VIII<sup>e</sup>-VII<sup>e</sup> siècles, 2<sup>e</sup> éd.*, Paris: La Découverte, 1995.

DE SIENA, Antonio. « Metaponto: problemi urbanistici e scoperte recenti ». *Siritide e Metapontino. Storie di due territori coloniali, Cahiers du Centre Jean Bérard, XX, 1991*, Policoro, Naples-Paestum: Centre Jean Bérard, 1998, p. 141-170.

DELIA, Giorgio et MASNERI, Tullio (éds.). *Sibari: archeologia, storia, metafora. Quaderni del liceo, 2*, Castrovillari: Il coscile, 2013.

DI VITA, Antonino. « L'Urbanisme de la Sicile grecque », in Giovanni Pugliese CARRATELLI (éd.). *Greco en Occident. De l'âge mycénien à la fin de l'Hellénisme*, coll. *Catalogue de l'exposition du Palazzo Grassi de Venise.*, Milan: Bompiani, 1996, p. 263-308.

ESPOSITO, Arianna. « Entre Sybaris et Tarente: archéologie d'une frontière. Identités, mythes et territoires dans le Golfe de Tarente (IXe-Ve s. av. J.-C.). », Université de Paris I, 2005.

GARCÍA QUINTELA, Marco. « Hipódamo en Turios: urbanismo, religión y política », *Dialogues d'Histoire Ancienne, 26, 1, 2000, p. 7-33.*

GRANESE, Maria Tommasa. « Culto e pratiche rituali nel santuario arcaico di Francavilla Marittima (Sibari - CS) », *Annuario della Scuola archeologica di Atene e delle missioni italiane in oriente, LXXXIV, s. III, 6, t. 1, 2006, p. 417-463.*

- GRANESE, Maria Tommasa. « Un luogo di culto del territorio di Sibari: il santuario di Francavilla Marittima (CS) », in Giorgio DELIA et Tullio MASNERI (éds.). *Sibari: archeologia, storia, metafora*, coll. *Quaderni del liceo*, 2, Castrovillari: Il coscile, 2013, p. 57-84.
- GRAS, Michel, TRÉZINY, Henri et BROISE, Henri. *Mégara Hyblaea. 5, La ville archaïque: l'espace urbain d'une cité grecque de Sicile orientale*, coll. *Mélanges d'archéologie et d'histoire. Suppléments*, 1, Rome: École française de Rome, 2004.
- GRECO, Emanuele. « Strabone e la topografia storica della Magna Grecia », in Gianfranco MADDOLI (éd.). *Strabone. Contributo allo studio della personalità e dell'opera*, 2. *Strabone e l'Italia antica*, 1987, Acquasparta, Naples: Edizioni Scientifiche Italiane, 1988, p. 121-134.
- GRECO, Emanuele. « L'impero di Sibari: bilancio archeologico-topografico ». *Sibari e la Sibaritide. Atti del convegno di studi sulla Magna Grecia*, XXXII, 1992, Tarente, Naples: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 1993, p. 459-485.
- GRECO, Emanuele. « Dalla Ionia alla Magna Grecia: Ippodamo di Mileto tra utopia e prassi ». *Magna Grecia e Oriente mediterraneo prima dell'età ellenistica, Atti del convegno di studi sulla Magna Grecia*, XXXIX, 1999, Tarente: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, p. 575-584.
- GRECO, Emanuele. « Nomi di strade nelle città greche », in MARINA CASTOLDI (éd.). *Koina: miscellanea di studi archeologici in onore di Piero Orlandini*, Milan: Edizioni ET, 1999, p. 223-229.
- GRECO, Emanuele. « Turi », in Emanuele GRECO (éd.). *La Città greca antica: istituzioni, società e forme urbane*, Rome: Donzelli editore, 1999, p. 413-430.
- GRECO, Emanuele. « Poseidonia-Paestum », in André VAUCHEZ (éd.). *Lieux sacrés, lieux de cultes, sanctuaires: approches terminologiques, méthodiques, historiques et monographiques*, coll. *Collection de l'École Française de Rome*, 273, Rome: École Française de Rome, 2000, p. 81-94.
- GRECO, Emanuele. « Note di topografia e di urbanistica », *Annali di archeologia e storia antica*, n.s. 11-12, n° *rassegne e recensioni*, 2004-2005, p. 353-358.
- GRECO, Emanuele. « Urban plan of Thourioi: literary sources and archaeological evidence for a Hippodamian city », in Sara OWEN et Laura PRESTON (éds.). *Inside the city in the Greek world: studies of urbanism from the Bronze Age to the Hellenistic period*, Oxford: Oxbow books, 2009, p. 108-117.
- GRECO, Emanuele. « Sul cosiddetto 'impero' di Sibari fino alla tirannide di Telys ed alla distruzione della città », in Giorgio DELIA et TULLIO MASNERI (éds.). *Sibari: archeologia, storia, metafora*, coll. *Quaderni del liceo*, 2, Castrovillari: Il coscile, 2013, p. 197-203.
- GRECO, Emanuele, GRECO, giovanna et PONTRANDOLFO, Angela. *Da Poseidonia a Paestum*, coll. *Paestum. La città e il museo*, 2, Salerno: Ingegneria per la cultura, s.d.
- GRECO, Emanuele et LUPPINO, Silvana. « Ricerche sulla topografia e sull'urbanistica di Sibari-Thuri-Copiae », *Annali di archeologia e storia antica*, ns. 6, 1999, p. 115-164.

- GRECO, Emanuele; LUPPINO, Silvana, *et alii*. « Alla ricerca di Ippodamo di Mileto. L'impianto urbanistico di *Thurii*. La campagna di scavo 2003 a Sibari in località Lattughelle », *Polis. Studi interdisciplinari sul mondo antico*, 3, 2010, p. 97-116.
- GRECO, Emanuele et TORELLI, Mario. *Storia dell'urbanistica: il mondo greco*, coll. *Grandi Opere*, Roma: Laterza, 1983.
- GUGGISBERG, Martin A. « Local identity and cultural exchange in (pre-) colonial Francavilla Marittima: the Macchiabate necropolis in the light of new excavations », in Lieve DONNELLAN, Valentino NIZZO et Gert-Jan BURGERS (éds.). *Contexts of early colonization*, coll. *Acts of the conference "Contextualizing early colonization: archaeology, sources, chronology and interpretative models between Italy and the Mediterranean"*, vol. 1. *Papers of the Royal Netherlands Institute in Rome*, 64, Roma: Palombi, 2016, p. 237-246.
- GUZZO, Pier Giovanni. « Da Francavilla Marittima a Pithecusa », in Giuseppe ANDREASSI, assunta COCCHIARO et Antonietta DELL'AGLIO (éds.). *Vetustis novitatem dare: temi di antichità e archeologia in ricordo di Grazia Angela Maruggi*, Tarente: Scorpione, 2013, p. 81-88.
- HANSEN, Morgens Herman. *Polis et cité-État. Un concept antique et son équivalent moderne*, Trad. Alexandre HASNOAOUI, Paris: Les Belles Lettres, 2001.
- HANSEN, Morgens Herman et NIELSEN, Thomas Heine (éds.). *An inventory of archaic and classical poleis: an investigation conducted by The Copenhagen Polis Centre for the Danish national research Foundation*, Oxford: Oxford University Press, 2004.
- HELLMANN, Marie-Christine *L'architecture grecque. 3, Habitat, urbanisme et fortifications*, coll. *Les Manuels d'art et d'archéologie antiques*, Paris: Picard, 2010.
- JANNI, Pietro. « L'Italia di Strabone: descrizione e immagine », in Gianfranco MADDOLI (éd.). *Strabone e l'Italia antica, Incontri perugini di storia della storiografia antica e sul mondo antico*, 2, 1988, Acquasparta, Naples: Edizioni Scientifiche Italiane, p. 145-159.
- LA GENIÈRE DE, Juliette. « Amendolara », in Giuseppe NENCI et Georges VALLET (éds.). *Bibliografia topografica della colonizzazione greca in Italia e nelle isole tirreniche*, III, siti Abaceno-Bari, Pisa: Scuola normale superiore, 1984, p. 210-214.
- LA GENIÈRE DE, Juliette. *Amendolara: la nécropole de Paladino Ouest*, coll. *Collection du Centre Jean Bérard*, 39, Naples: Centre Jean Bérard, 2012.
- LA TORRE, Gioacchino Francesco. *Sicilia e Magna Grecia. Archeologia della colonizzazione greca d'Occidente*, coll. *Manuali Laterza*, Roma: Laterza, 2011.
- LAFON, Xavier, MARC, Jean-Yves et SARTRE, Maurice. *La Ville antique*, coll. *Histoire de l'Europe urbaine*, 1. *De l'Antiquité au XVIII<sup>e</sup> siècle*, Paris: Seuil, 2011.



- LOMBARDO, Mario. « Achei, Enotri, *Italia* », in Emanuele GRECO (éd.). *Gli Achei e l'identità etnica degli Achei d'Occidente, Atti del Convegno Internazionale di Studi*, 2001, Paestum, Paestum: Pandemos, 2002, p. 257-270.
- LOMBARDO, Mario. « La Norma e l'eccesso: la guerra tra Sibari e Crotona e alcuni aspetti della 'Greek way of war' in età arcaica », in Marta SORDI (éd.). *Guerra e diritto nel mondo greco e romano*, coll. *Contributi dell'Istituto di storia antica*, 28, Milan: Vita e Pensiero, 2002, p. 43-67.
- LONGO, Fausto et TAURO, Teresa. *Alle origini dell'urbanistica di Napoli*, Paestum: Pandemos, 2017.
- LUPPINO, Silvana; QUONDAM, Francesco, et alii. « Sibaritide: riletture di alcuni contesti funerari tra VIII e VII sec. a.C. ». *Alle origini della Magna Grecia: mobilità, migrazioni, fondazioni. Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, L, 2010, Tarente, Naples: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, p. 643-682.
- MAASKANT-KLEIBRINK, Madeleine. « The early Athenaion at Lagaria (Francavilla Marittima) near Sybaris: an overview of its early-geometric II and its mid-7th century BC phases ». *Papers in Italian archaeology. 6. Communities and settlements from the Neolithic to the Early Medieval Period. Proceedings of the 6th conference of Italian archaeology held at the University of Groningen, Groningen Institute of Archaeology, the Netherlands, April 15-17, 2003, BAR. International series, 1452*, 2005, Oxford: Archaeopress, p. 754-772.
- MADDOLI, Gianfranco. « Strabone e l'Italia antica. Dalla genesi della *Geografia* alla problematica dei libri V e VI », in Gianfranco MADDOLI (éd.). *Strabone e l'Italia antica*, 1987, Acquasparta, Naples: Edizioni Scientifiche Italiane, 1988, p. 9-22.
- MARINO, Simone. *Copia/Thurii: aspetti topografici e urbanistici di una città romana della Magna Grecia*, coll. *Tekmeria*, 14, Paestum: Pandemos, 2010.
- MARTIN, Roland. *L'urbanisme dans la Grèce antique*, coll. *Grands manuels Picard*, 2<sup>e</sup> éd., Paris: Picard, 1974.
- MERTENS, Dieter. « L'Architettura e l'urbanistica di Metaponto nel quadro dell'economia locale e dell'evoluzione generale nella Magna Grecia ». *Siritide e Metapontino. Storie di due territori coloniali, Cahiers du Centre Jean Bérard*, XX, 1991, Policoro, Naples-Paestum: Centre Jean Bérard, 1998, p. 123-140.
- MERTENS, Dieter. *Città e monumenti dei Greci d'Occidente: dalla colonizzazione alla crisi di fine V secolo a.C.*, Trad. Massimiliano PAPINI, Rome: L'Erma di Bretschneider, 2006.
- MUSTI, Domenico. « L'idea di Megale Hellás ». *Strabone e la Magna Grecia: città e popoli dell'Italia antica*, Padoue: Ed. Programma, 1988, p. 61-94.
- OSANNA, Massimo. *Chorai coloniali da Taranto a Locri: documentazione archeologica e ricostruzione storica*, Rome: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1992.

- PERONI, Renato et TRUCCO, Flavia (éds.). *Enotri e Micenei nella Sibaritide. Magna Graecia, 8*, Tarente: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, 1994.
- POLLINI, Airton. « Bibliographical note on the study of the territory in Magna Graecia », *Workshop di Archeologia Classica. Paesaggi, costruzioni, reperti*, n° 3, 2006, p. 37-56.
- POLLINI, Airton. « Limites et occupation de l'espace dans les colonies grecques du Sud de l'Italie », in Laurianne Martinez-SÈVE (éd.). *Les diasporas grecques du VIII<sup>e</sup> à la fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C.*, coll. *Pallas*, 89, Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 2012, p. 123-142.
- POLLINI, Airton. « Introduction: les problèmes de la citoyenneté et de l'exclusion chez les anciens Grecs », in Céline BORELLO et Airton POLLINI (éds.). *Questions d'appartenance: les identités de l'Antiquité à nos jours*, Paris: Éditions Orizons, 2015, p. 21-34.
- POLLINI, Airton. « Représentations de la ville grecque idéale: expériences concrètes et réélaborations », in Myriam CHOPIN et Francesco D'ANTONIO (éds.). *Théâtralisation de l'espace urbain*, Paris: Orizons, 2017, p. 97-120.
- POLLINI, Airton. (prelo) « La contribution de l'archéologie à la question des statuts: espaces funéraires, domestiques et politiques », in Claudia MOATTI et Christel MÜLLER (éds.). *Statuts personnels et espaces sociaux: questions grecques et romaines*, Nanterre: Maison Archéologie & Ethnologie René-Ginouvès
- PONTRANDOLFO, Angela. *I Lucani: etnografia e archeologia di una regione antica*, Milan: Longanesi, 1982.
- PONTRANDOLFO, Angela et D'AGOSTINO, Bruno. « Greci, Etruschi e Italici nella Campania e nella Lucania tirrenica », in Françoise-Hélène MASSA-PAIRAULT (éd.). *Crise et transformation des sociétés archaïques de l'Italie antique au V siècle av. J.-C.*, Collection de l'École Française de Rome, 137, 1987, Rome: École Française de Rome, 1990, p. 101-116.
- PRONTERA, Francesco. « L'Italia meridionale di Strabone. Appunti tra geografia e storia », in Gianfranco MADDOLI (éd.). *Strabone e l'Italia antica, Incontri perugini di storia della storiografia antica e sul mondo antico*, 1987, Acquasparta, Naples: Edizioni Scientifiche Italiane, 1988, p. 93-109.
- QUONDAM, Francesco. « La necropoli di Francavilla Marittima: tra mondo indigeno e colonizzazione greca », in Marco BETTELLI, Cecilia DE FAVERI et Massimo OSANNA (éds.). *Prima delle colonie: organizzazione territoriale e produzioni ceramiche specializzate in Basilicata e in Calabria settentrionale ionica nella prima età del ferro*, coll. *Atti delle giornate di studio, Matera, 20-21 novembre 2007*, Venosa: Osanna, 2009, p. 139-178.
- QUONDAM, Francesco. « La Sibaritide prima e dopo la fondazione di Sibari », in Lieve DONNELLAN, Valentino NIZZO et Gert-Jan BURGERS (éds.). *Contexts of early colonization*, coll. *Acts of the conference "Contextualizing early colonization: archaeology, sources, chronology and interpretative models*

*between Italy and the Mediterranean", vol. 1. Papers of the Royal Netherlands Institute in Rome, 64, Roma: Palombi, 2016, p. 247-257.*

- ROUVERET, Agnès. « De la cité grecque à la ville lucanienne: images féminines et signes d'identité "citadine" à Poseidonia-Paestum », in B ANDENMATTEN, P BADINOU, *et alii* (éds.). *Lieux de mémoire antiques et médiévaux. Texte, image, histoire: la question des sources, a contrario*, 2012, p. 113-139.
- SCHMIEDT, Giulio et CHEVALLIER, Raymond. « Caulonia e Metaponto. Applicazione della fotografia aerea in ricerche di topografia antica nella Magna Grecia », *L'Universo*, 2-5, 1959
- SCHMIEDT, Giulio et CHEVALLIER, Raymond. « Photographie aérienne et urbanisme antique en Grande-Grèce: Caulonia, Métaponte », *Revue Archéologique*, 1, 1960, p. 1-31.
- SHIPLEY, Graham. « Little boxes on the hillside: Greek town planning, Hippodamos, and polis ideology », in Morgens Herman HANSEN (éd.). *The imaginary polis*, coll. *Acts of the Copenhagen Polis Centre*, 7, Copenhagen: Copenhagen polis center, 2005, p. 335-403.
- STAZIO, Attilio. « Osservazioni sulla monetazione di Metaponto ». *Metaponto, Atti del Convegno di studi sulla Magna Grecia*, XIII, 1973, Tarente, Naples: Istituto per la Storia e l'Archeologia della Magna Grecia, 1975, p. 67-106.
- TRÉZINY, Henri. « Lots et îlots à Mégara Hyblaea. Questions de métrologie ». *La Colonisation grecque en Méditerranée occidentale. Actes de la rencontre scientifique en hommage à Georges Vallet*, coll. *Collection de l'École Française de Rome*, 251, Rome: École Française de Rome, 1999, p. 141-183.
- TRÉZINY, Henri. « Urbanisme et voirie dans les colonies grecques archaïques de Sicile orientale », *Pallas. Revue d'études antiques*, 58, 2002, p. 267-282
- VALLET, Georges. « Topographie historique de Mégara Hyblaea et problèmes d'urbanisme colonial », *MEFRA*, 85, 2, 1983, p. 641-647.
- VASSALLO, Stefano. *Himera, città greca: guida alla storia e ai monumenti*, Palermo: Regione siciliana, 2005.
- WEBER, Berthold F. « Der Stadtplan von Milet. Einhundert Jahre Stadtforschung ». *Frühes Ionien: eine Bestandsaufnahme, Milesische Forschungen*, 5, 2007, Mainz am Rhein: Ph. von Zabern, 1999, p. 327-362.

FIGURAS

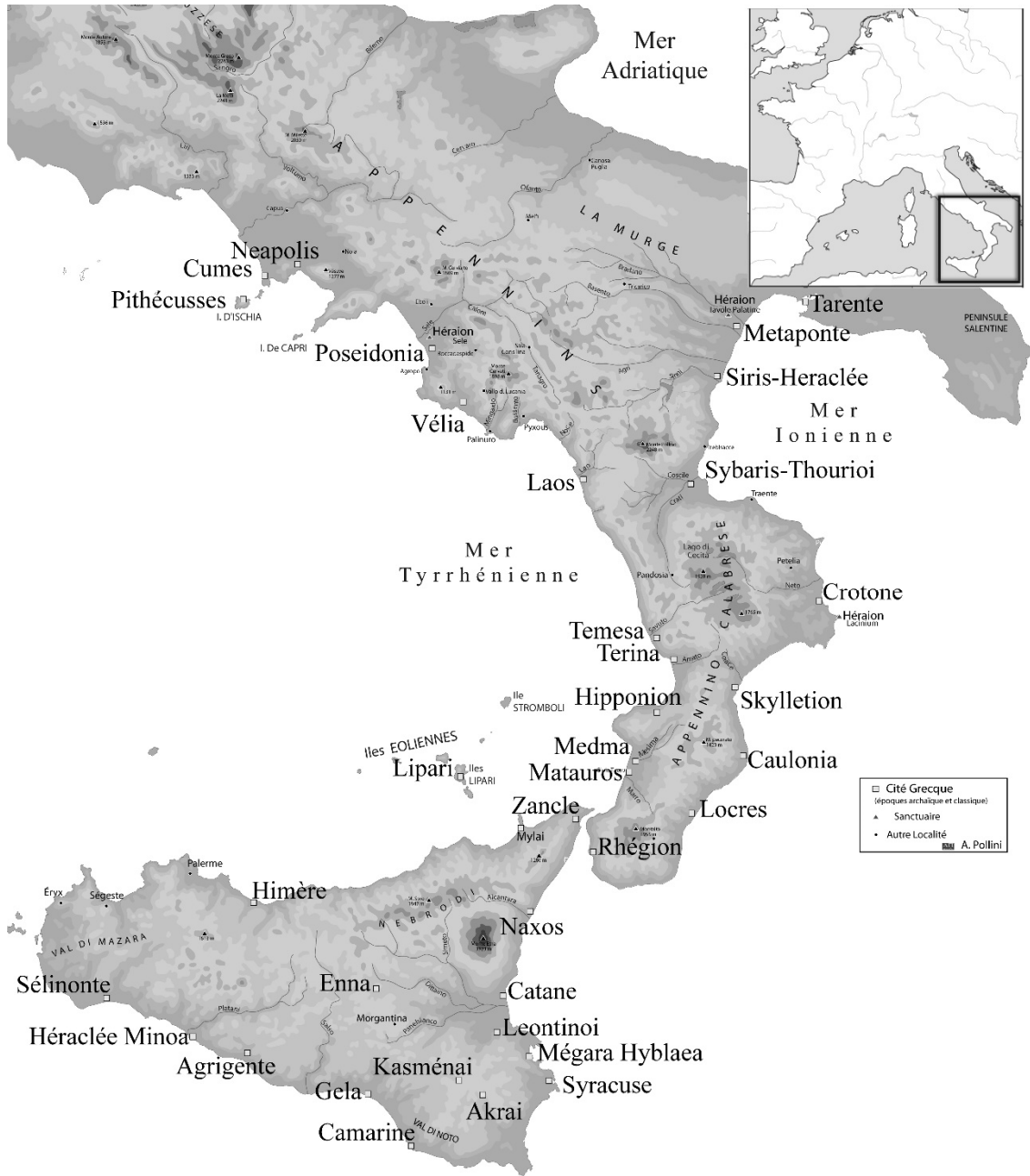
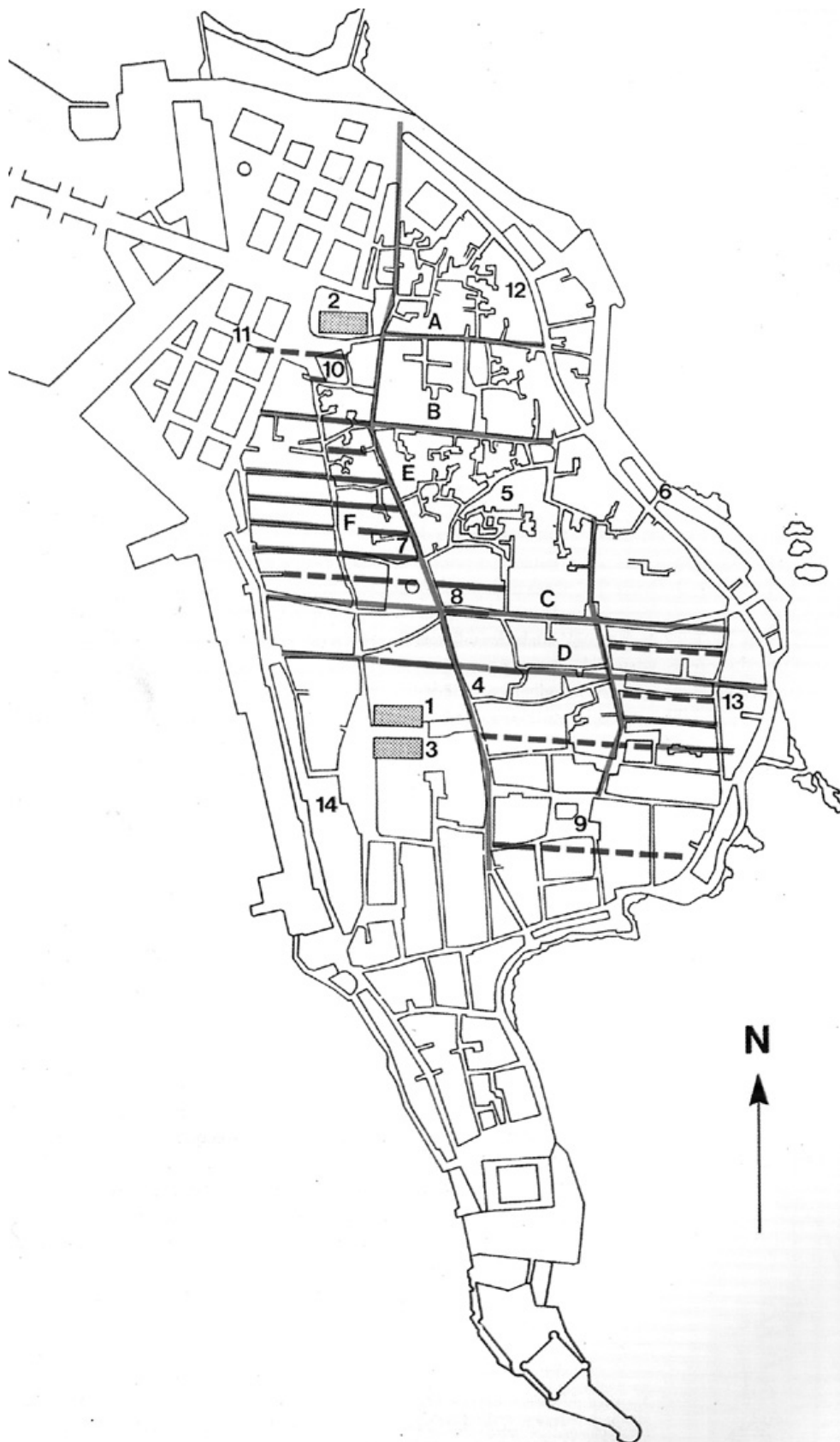


Figura 01: Mapa da Magna Grécia e da Sicília. © Airton Pollini



**Figura 02:** Plano urbano da ilha de Ortígia, Siracusa. De Grecs en Occident: de l'âge mycénien à la fin de l'hellénisme, sob a direção de G. Pugliese Carratelli, publicado por ocasião da exposição "I Greci in Occidente" no Palazzo Grassi, Veneza, Bompiani, 1996, p. 271.

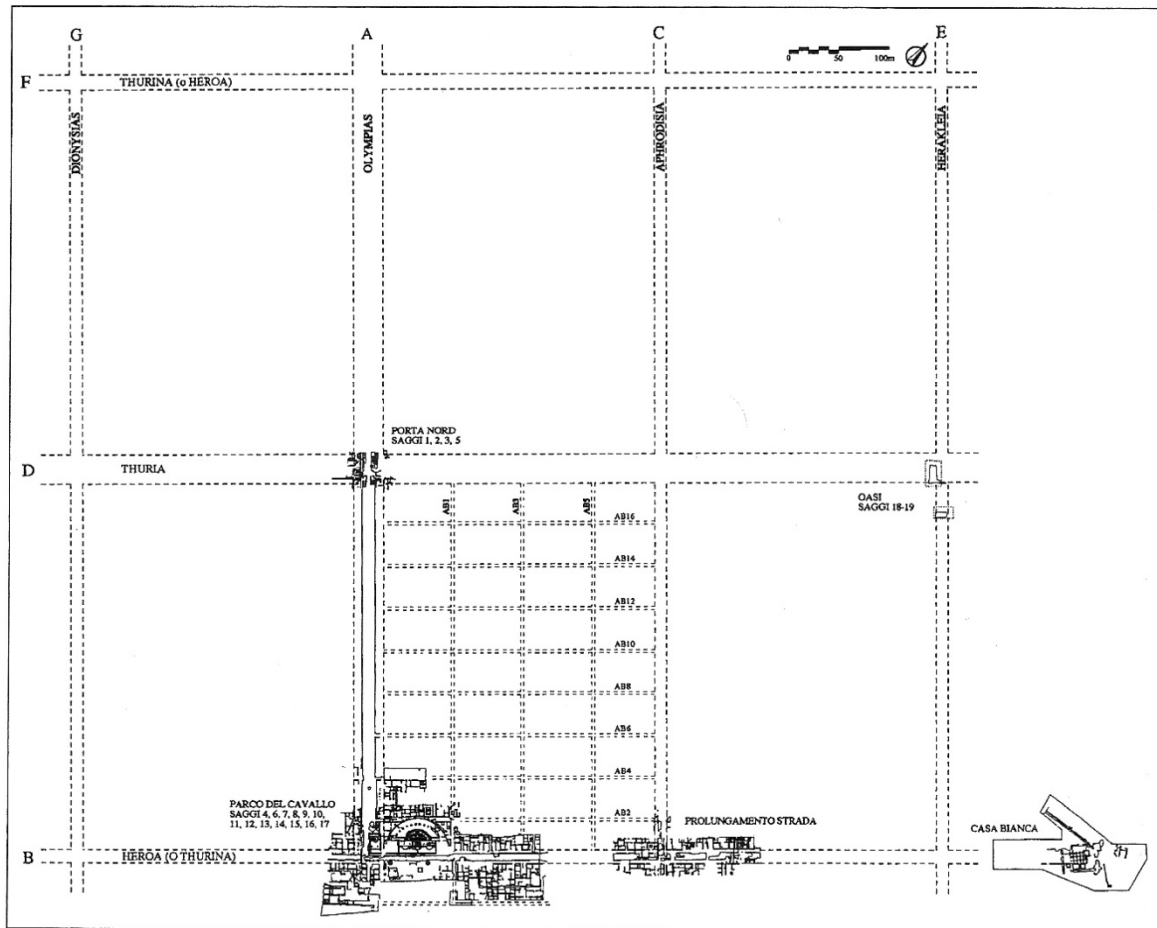


Figure 9.4 Reconstruction of the urban layout of Thourioi.

**Figura 03:** Reconstrução do plano urbano de Túrio. De E. Greco, Urban plan of Thourioi: literary sources and archaeological evidence for a Hippodamian city. IN: Owen, S.; Preston ; L. (org.). Inside the city in the Greek world: studies of urbanism from the Bronze Age to the Hellenistic period. Oxford: Oxbow books, 2009, fig. 9.4.

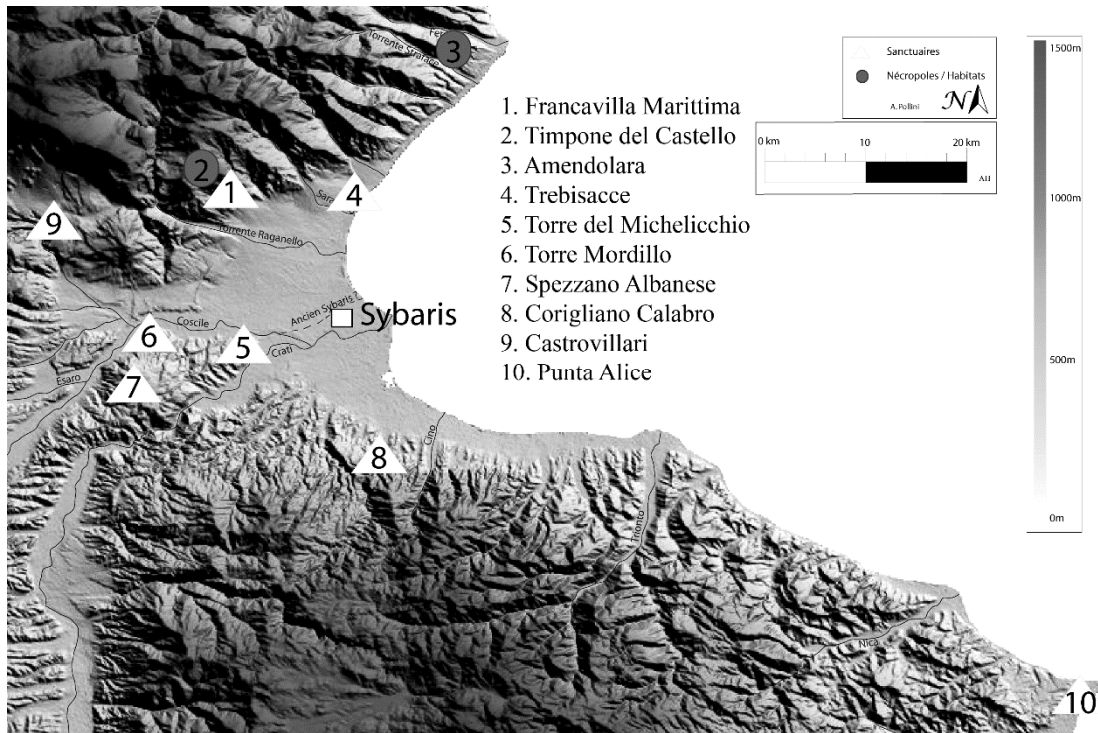
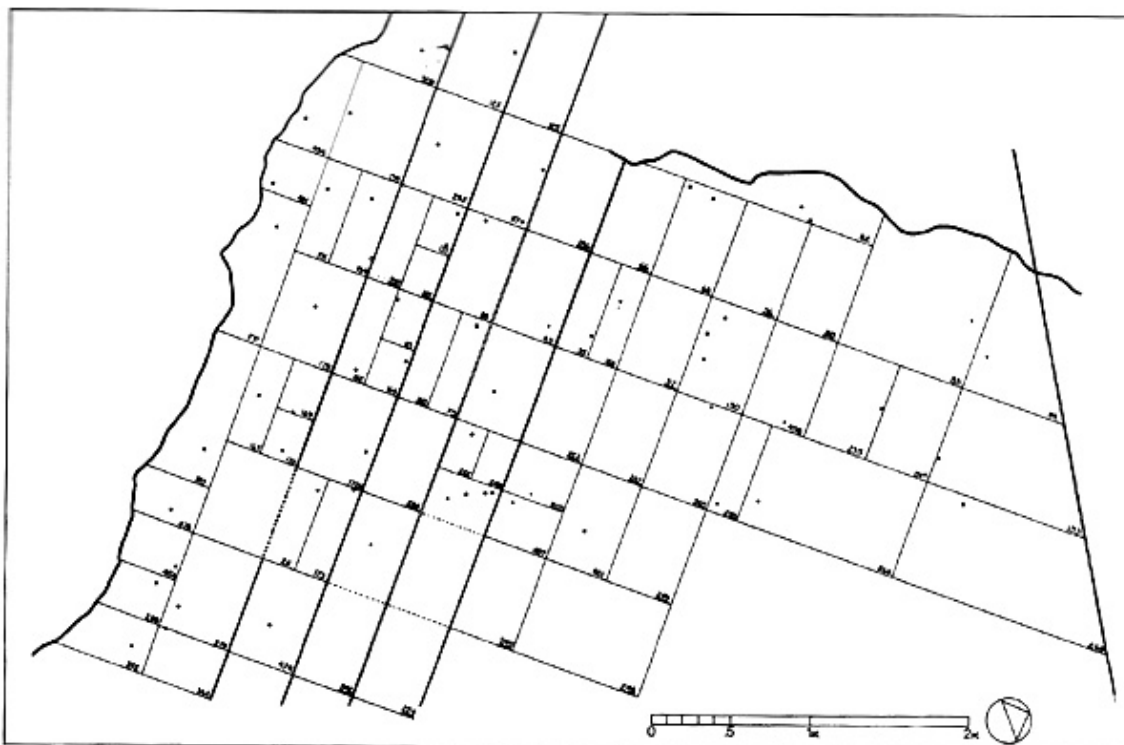


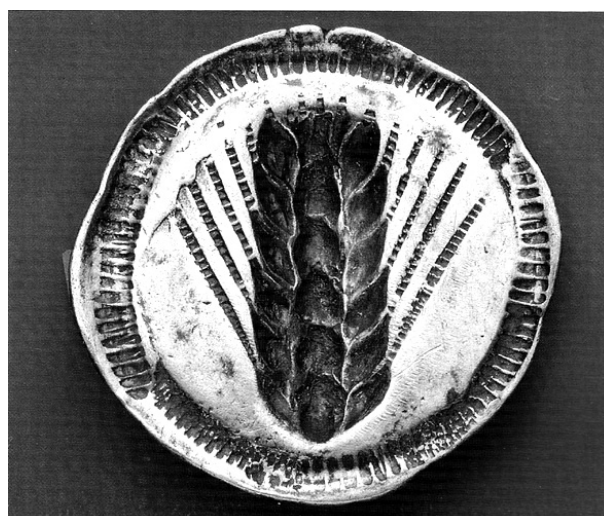
Figura 04: Mapa do território de Síbaris, com a indicação dos principais sítios extra-urbanos da colônia.  
 © Airton Pollini.



Figura 05: Mapa com a divisão regular do espaço rural de Metaponte. De Hellmann, M.-Chr. L'architecture grecque. Vol. 3: Habitat, urbanisme et fortifications. Paris, Picard, 2010, fig. 286.



**Figura 06:** Lotes de terreno de Metaponto. De Grecs en Occident: de l'âge mycénien à la fin de l'hellénisme, sob a direção de G. Pugliese Carratelli, publicado por ocasião da exposição "I Greci in Occidente" no Palazzo Grassi, Veneza, Bompiani, 1996, p. 247.



**Figura 07:** Cunhagem de prata de Metaponto representando uma espiga de cevada. De Grecs en Occident: de l'âge mycénien à la fin de l'hellénisme, sob a direção de G. Pugliese Carratelli, publicado por ocasião da exposição "I Greci in Occidente" no Palazzo Grassi, Veneza, Bompiani, 1996, p. 225.

Recebido em: 23/07/2017

Aprovado em: 04/09/2017

Publicado em: 24/06/2018

Submitted in: 23/07/2017

Approved in: 04/09/2017

Published in: 24/06/2018



**A ORGANIZAÇÃO DA KHORA NA SICÍLIA GREGA SUL-ORIENTAL: SIRACUSA DIANTE  
DE SUA HINTERLÂNDIA (733 -598 A.C.)**  
THE ORGANIZATION OF THE KHORA IN SOUTHEASTERN GREEK SICILY: SYRACUSE AND  
ITS HINTERLAND (733 -598 BC)

Maria Beatriz Borba Florenzano

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



## A organização da *khora* na Sicília grega sul-oriental: Siracusa diante de sua hinterlândia (733 -598 a.C.)

Maria Beatriz Borba Florenzano<sup>1</sup>

**Resumo:** Fundada por coríntios na Sicília, no séc. VIII a.C., Siracusa transformou-se em uma das maiores e mais poderosas pólis do mundo grego. Ao longo do primeiro século de instalação na Sicília, os siracusanos fundaram outros assentamentos na hinterlândia: Heloros, Acrai, Casmene e Kamarina. Este texto procura demonstrar, por meio da descrição da documentação material, que: 1. Estas fundações foram realizadas em negociação com as populações locais e que portanto a expansão de Siracusa não foi puramente militar e/ou violenta; 2. Por meio destas fundações Siracusa definiu os limites iniciais da expansão territorial que pretendia; 3. Que o espaço vazio entre Siracusa e esses limites foi sendo preenchido aos poucos e em graus diferentes de densidade; 4. Que este movimento de Siracusa permite que entendamos melhor um traço imprescindível do ‘modo de ser grego’, i.e, o domínio de territórios.

**Palavras-chave:** Expansão Siracusana ; Contato Cultural na Sicília; Territorialização Grega.

**Abstract:** Founded by Corinthians in Sicily in the 8th century, Syracuse soon became one of the biggest and more powerful poleis of the Greek world. During the first century of life in Sicily, the Syracusans founded in the hinterland four other settlements: Heloros, Akrai, Kasmene and Kamarina. This article intends to demonstrate, through the description of material data, that: 1. These foundations were enabled thanks to negotiation with local people and that Syracusan expansion was not exclusively a military/violent one; 2. Through these foundations, Syracuse established boundaries for its initial territorial expansion; 3. The empty space between Syracuse and these boundaries were filled up by degrees and in different conditions; 4. That this movement made by Syracuse allows us to better understand an inherent characteristic of the Greek ‘way of being’, i.e., territorial control

**Keywords:** Syracusan territory; Cultural Contact in Sicily; Greek territorialization

*Toda a história da civilização grega é a história de uma civilização mista (Edouard Will, 1956, p.99)*

No contexto do projeto que atualmente anima o Labeca, Laboratório de estudos sobre a cidade antiga, *A organização da khora*<sup>2</sup>: a cidade grega diante da sua hinterlândia, nos deparamos com o caso da *apoikia* coríntia de Siracusa, fundada nos anos 730 a. C. no litoral sul-oriental da Sicília. Siracusa, com efeito, a partir do século VI/V tornou-se a segunda cidade mais rica, poderosa, e mais populosa do mundo grego, depois de Atenas. Constatamos que, aqui, a definição clássica de pólis, que vem informando nossos estudos, ganha contornos específicos, trazendo à luz a riqueza da criatividade grega em adaptar-se a ambientes novos, sem perder sua identidade helênica original. Com este estudo de caso, esperamos demonstrar que a *khora*

<sup>1</sup> Professora Titular de Arqueologia Clássica. Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga sediado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (Labeca – MAE/USP), Brasil. Agradeço os apoios recebidos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (Fapesp), Brasil; e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; que permitiram a visita sistemática aos sítios pesquisados neste artigo, aos museus locais e às bibliotecas especializadas. [www.labeca.mae.usp.br](http://www.labeca.mae.usp.br); [florenza@usp.br](mailto:florenza@usp.br)

<sup>2</sup> Para o significado de termos gregos utilizados neste texto pode também ser consultado o glossário do LABECA em [www.labeca.mae.usp.br](http://www.labeca.mae.usp.br).

grega podia ser muito mais do que a hinterlândia 'rural' controlada diretamente por uma pólis para a sua sobrevivência econômica, como se entende a partir da definição de pólis avançada pelo arqueólogo inglês A. Snodgrass (1986, p.47): "o termo pólis denota, em senso estrito, uma unidade política que consiste de um assentamento e seu território, unidos politicamente um com outro e independente de outras unidade políticas"; ou, ainda, na definição de *khora* construída pelo estudioso ítalo-israelense David Asheri (1980, p.119): "um todo contínuo das propriedades fundiárias dos cidadãos".

Na verdade, procuraremos demonstrar como a *khora* de Siracusa em nada era estável ou contínua e nem mesmo "unida politicamente" (em sentido jurídico ao menos) ao assentamento principal. Siracusa, com efeito, criou estratégias originais de controle territorial e de definição de fronteiras que a tornaram uma pólis especial na antiguidade – na verdade e ao menos em época clássica, a segunda em tamanho e em atividade, depois de Atenas, como já dito acima.

A fim de alcançar este objetivo, é preciso inicialmente compreender a configuração da paisagem dessa região escolhida pelos coríntios para a fundação da nova *apoikia* e situar nesse espaço as populações que o ocupavam no momento da instalação da cidade e posteriormente em um compartilhamento forçado, por vezes pacífico, por vezes violento (MAPA 1).

É deste contato entre populações diferentes, não gregos e gregos, que surge um tipo específico de organização da *khora* e soluções criativas de aproveitamento do território. Circunscreveremos nossa reflexão sobretudo à época da instalação dos gregos na Sicília sul-oriental, em meados do século VIII, até o período de consolidação do domínio grego na região, quando os efeitos da expansão colonial grega<sup>3</sup> podem ser sentidos em toda a sua intensidade na hinterlândia, o que a documentação material nos permite estimar em torno do início/meados do século VI a.C. (LEIGHTON 1999, p.219).

## I. A SICÍLIA SUL-ORIENTAL E A PAISAGEM

A Sicília **sul-oriental** é dominada pela estrutura geomorfológica dos Montes Hibleus, nome emprestado a Hyblon, que teria sido um rei sículo, na época da fundação das *apoikiai* helênicas na segunda metade do século VIII. Estas montanhas podem ser definidas como um "vasto planalto sub circular que culmina no Monte Lauro com 987m de altitude" (*Regione Siciliana*, p.1). Este planalto é todo montanhoso, com vários picos importantes de alturas diferentes, a partir dos 600m, sendo todo o conjunto muito irrigado por várias bacias hidrográficas. A estrutura desse maciço é de calcário branco e o curso dos rios escava

---

<sup>3</sup> Sobre o debate a respeito do uso dos termos "colonização" e "colônia" para esta movimentação grega no Mediterrâneo a partir do século VIII a.C., a bibliografia é extensíssima. Ver, neste dossiê, A. Pollini e A. Esposito, "Diáspora, colônia, colonização: desafios e questões de um léxico", *Cadernos do LEPAARQ*, XV, 29, 2018. Em português, pode-se consultar também E.F.V. Hirata. *Arqueologia, Religião e Poder político no ocidente grego*. Tese de Livre-docência, MAE-USP, 2010 (sobretudo p.31-64).

desfiladeiros profundos, criando lagos naturais. À medida em que diminui a distância para o litoral, o relevo perde altitude, apresentando colinas terraceadas e também vales que se ampliam na largura, criando ambientes propícios para a prática da agricultura e do pastoreio de animais. O litoral é em grande parte constituído por dunas arenosas (MILITELLO 2008, p.34). Deve-se notar que nas alturas, o calcário é árido e visível, mas nos vales, mesmo os mais profundos, a vegetação é luxuriante.

Nas proximidades do litoral, o solo é denominado “tufo”, uma vez que a erosão da água e a corrosão química do calcário provoca grande porosidade, criando pequenas piscinas e lagos (*Regione Siciliana*, p.2).

Os Montes Hibleus limitam ao norte com a vasta planície de Catânia; a oeste com a planície de Gela; a leste e a sul com o mar, na direção da costa siracusana e daquela ragusana (*Regione Siciliana*, p.1-2). Aqui a altitude diminui consideravelmente criando posições interessantes para o assentamento de núcleos urbanos como é o caso das *apoikiai* de Siracusa, de Camarina e mesmo de Heloros, como veremos mais adiante.

As alturas dos Montes Hibleus estavam dominadas pelo Monte Lauro, em cujas encostas se localizam várias nascentes de rios que irrigam a região. Outros montes igualmente elevados também dominam o planalto, como o Monte Arcibessi com 906m de altura e o Monte Casale com 910m de altitude e onde foi instalado o assentamento grego (ou misto) de Casmena, como veremos adiante.

Os rios que percorrem toda essa área assumiram um papel fundamental como via de comunicação e também como espaço privilegiado para os assentamentos interioranos em vista da vegetação abundante e da fertilidade da terra em muitos trechos. É, portanto, indispensável tratar deles como elementos fundamentais da configuração da paisagem que procuramos descrever e que os gregos queriam dominar. Os principais rios têm até hoje origem nas montanhas e descem para o litoral (MILITELLO 2008, p. 34). Os que merecem menção são o Ánapo, o Irminio, o Dirillo, o Tellaro, o Hippari e o Cassibili. Outros são ribeirões mais modestos, afluentes ou não destes rios maiores, mas que igualmente irrigam toda a região.

O Rio Ánapo é o mais extenso deles, nasce nas encostas do Monte Lauro ao norte dos Montes Hibleus e percorre por 59km o sul da planície de Catânia, irrigando esta planície e aquela siracusana e indo desembocar no “Porto Grande” de Siracusa, ao lado do Rio Ciane, este rio pequeno e curto, alimentado por uma fonte do próprio Ánapo. O percurso do Ánapo é em boa parte por desfiladeiros profundos e por isso mesmo se chama Ánapo: invisível em grego.

O Rio Dirillo é o outro grande rio que delimita os montes Hibleus do lado oeste. Nasce ao sul de Catânia, na localidade de Vizzini, nas encostas do Monte Lauro e percorre 54km em direção oeste para desembocar na localidade de Piano Rizzo no assim chamado mar de Gela, na costa sul da Sicília.

O Rio Tellaro também é bastante longo, 45km. Nasce no Monte Erbeso em localidade conhecida hoje pelo nome de Giarratana, passa pela antiga cidade de Acrai e desemboca a 30km ao sul de Siracusa em

Heloros, cidade a respeito da qual, como Acrai, falaremos mais adiante. Aliás é mister registrar que este rio aparece nas fontes textuais antigas seja com o nome de Heloros seja com o nome de Asinaros.

O Rio Irminio, cujo nome deriva de Hermes (*Regione Siciliana*, p. 3), também é longo, com 55km, e é considerado pela historiografia como o limite oeste da “Sicília sul-oriental”. Próximo à sua desembocadura foi instalada por obra de Siracusa, como veremos adiante, a cidade de Camarina, na costa sul da Sicília. Esta cidade, com efeito, foi instalada entre o Rio Irminio e o Rio Hippari, este último, um curso fluvial mais modesto, com trajeto de 28km a partir de Monte Serra di Burgio. Em sua desembocadura, Camarina construiu o porto, escavado na rocha.

Por fim, o Rio Cassibili, Kakuparis em grego, curso fluvial de 30km, que nasce igualmente nas imediações de Acrai nas encostas meridionais do Monte Lauro e que desemboca no Mar Jônio a 23km ao sul de Siracusa. De todo modo, apesar dos muitos desfiladeiros que criou em seu percurso montanhoso, no estuário está já em uma área mais plana e baixa. Note-se que este praticamente não é um estuário, pois este rio a partir daqui se enterra e desemboca em alto mar (*Regione Siciliana*, p.2).

Sobre a costa da Sicília oriental, deve-se registrar a existência de pequenos promontórios, de baías e de golfos protegidos adequados à instalação de portos, locais preferidos das primeiras fundações gregas, como as *apoikiai* de Naxos, Catânia, Mégara Hibleia e Siracusa. Outras *apoikiai* valeram-se das fozes dos rios que desciam dos Montes Hibleus para instalarem portos fluviais, inclusive escavados na rocha como os de Heloros e de Camarina, assentamentos sobre os quais falaremos mais abaixo.

As planícies férteis, irrigadas por todos estes rios que descem dos Montes Hibleus, na Sicília sul-oriental, podem não ser extensas como a grande planície de Catânia, mas são várias e muito férteis: aquela a oeste de Siracusa que vai até praticamente Acrai e se estende ao sul, passando por Cassibile; a que se estende a oeste e a sul de Heloros, acompanhando o vale do Rio Tellaro e chegando até o Cabo Passero; e a planície de Camarina, entre os rios Irminio e Hippari, que se emenda ao norte àquela do vale do Rio Dirillo que confina com Gela. Cabe mencionar também a planície ragusana, entre o Irminio e a ponta da Sicília sul-oriental (MAPA 2).

## II. OS SÍCULOS NA SICÍLIA SUL-ORIENTAL ANTES DA FUNDAÇÃO DE SIRACUSA

Toda esta região, cuja paisagem é estruturada a partir dos Montes Hibleus, encontrava-se dominada pela população sícula no período que antecede a fundação de *apoikiai* gregas. É Tucídides que relata que a ilha da Sicília havia sido povoada antes da chegada dos gregos por mais dois grupos além dos sículos: os sicânios e os elímios. De acordo com Tucídides, os sicânios se diziam autóctones ainda que em tempos antigos tivessem vindo da Ibéria; já os elímios eram os refugiados, derrotados da guerra de Tróia, que haviam se instalado na parte mais ocidental da ilha. Os sículos (*síkelos* em grego), que se instalaram na

costa oriental da Sicília, tinham migrado mais recentemente, vindos da Península Itálica, empurrados por grupos que, por sua vez, vinham do norte da Península (latinos, ópices, úmbrios e sabinos?). A ilha que hoje leva o nome de Sicília teria, assim, na Antiguidade, recebido vários nomes segundo o povo que a habitou: antes de tudo Trinakria (três pontas), Sicania (dos sicânios) e Sikelia (dos sículos) (Thuc. VI 2).

Estudos linguísticos e arqueológicos têm atribuído veracidade ao relato de Tucídides com relação à migração dos sículos a partir da Itália central, mesmo que o período em que isso tenha ocorrido seja ainda objeto de discussão. Final da Idade do Bronze? Início da Idade do Ferro? Em algum ponto dos anos 1000? Final da Idade do Ferro?

Registre-se que desde época pré-histórica traços culturais compartilhados entre o sul da Península Itálica e a costa norte da Sicília são constatados. E neste sentido, em toda a bacia do mar Tirreno, o papel das ilhas Eólias (a NE da Sicília) nesse trânsito de traços, fica evidenciado pelas pesquisas arqueológicas (LEIGHTON 1999, p.3-4).

De modo geral, aceita-se que os sículos ocupassem a parte oriental da ilha, os sicânios o centro-sul e os elímios o noroeste. Entretanto, é difícil de estabelecer as fronteiras entre estes povos, uma vez que o compartilhamento de traços entre eles em toda a Idade do Ferro até a chegada dos gregos no século VIII foi sempre muito intenso. De toda forma, podemos afirmar que quando os gregos chegaram à costa oriental da Sicília, de norte a sul, foram justamente estes grupos de sículos que encontraram.

A fase de desenvolvimento em que se encontravam é denominada pelos pesquisadores de Pantálica-sul (850-730). A cultura arqueologicamente definida como Pantálica é registrada desde o século XIII e é difundida em toda a Sicília sul-oriental, ainda que seu centro, pensa-se, seja no vale do Rio Ánapo. A sua fase “sul” parece corresponder a uma renovação sua que alguns autores pensam ser devida à chegada dos sículos (VOZA, 1980, p.37-38) ou mesmo à chegada dos gregos, hipóteses que ainda demandam maior comprovação. Esta renovação responde por uma maior coesão social representada por maior padronização de traços (MILITELLO 2008, p.45). Em muitos desses assentamentos é possível ainda hoje entender como o local escolhido para a sua instalação atendeu a critérios nítidos de domínio da paisagem, tanto visual quanto auditivo: enxerga-se o que acontece, mas também se ouve.

A cultura Pantálica caracteriza-se de modo geral por um padrão de assentamento descrito como de “aproveitamento precípua de vales associado ao controle / domínio a partir de instalações em picos de alturas elevadas” (MILITELLO 2008, p.45). O aproveitamento de grutas na rocha como habitação e como necrópole é amplamente atestado em toda a região. Nesta fase, os assentamentos mais característicos encontram-se afastados do litoral e os sítios litorâneos típicos da Idade do Bronze parecem ter perdido sua preeminência como centros fortes política e economicamente: alguns se encontram despovoados, quando não abandonados. A bibliografia insiste sobre o fato de ser a sociedade sícula desse período uma sociedade fracamente estratificada, não urbanizada e muito fluida e móvel. O padrão de assentamento indica

justamente um mundo mais descentralizado. De uma sociedade da Idade do Bronze (séculos XIII-XI) mais sofisticada, com distribuição desigual de riqueza, artesanato especializado, ideologia elitista/aristocrática, talvez estimulada pela conectividade com o oriente e característica nesta época no Mediterrâneo, registra-se, no século X e IX, um “realinhamento político, social e econômico mais endógeno ou mais voltado para o ocidente”. As mudanças profundas que ocorreram no Mediterrâneo oriental em torno dos anos 1200 podem ser, com efeito, a razão maior deste realinhamento (LEIGHTON 2000, p.18). Assim os agrupamentos sociais característicos das fases finais da cultura Pantalica, no início da Idade do Ferro, podem ser descritos como “entidades *tribais*, caracterizadas por enterramentos mais uniformizados ou com menor ostentação e com menos mobiliário fúnebre” ... registra-se também um “afastamento de uma ideologia elitista do período precedente e uma aproximação a um *ethos* mais coletivista e igualitário perceptível na difusão de produtos utilitários em detrimento dos produtos de luxo” (LEIGHTON 2000, p.18). Os enterramentos escavados e a tralha mortuária recuperada atestam, no entanto, a permanência da divisão do trabalho (produção qualificada de objetos de metal e de cerâmica no torno) e a maior valorização do trabalho metalúrgico em detrimento do trabalho em cerâmica. Nos Montes Hibleus, onde posteriormente será a hinterlândia de Siracusa, há, voltados para o sul da Sicília, inúmeros pequenos assentamentos sículos, dos séculos IX e VIII, instalados nas alturas e dominando as planícies férteis de Íspica e Comiso: Ragusa, Castiglione, Cava dei Servi, Canicarao, Cava d’Íspica, Giarratana (onde nasce o Rio Tellaro), Chiaromonte (nas vizinhanças de Ragusa e onde estão Akrillai e Scornavacche, a respeito das quais falaremos mais adiante), Modica, todos eles com epicentro na localidade de Hibla (Di STEFANO 1987, p.132). Os achados nestes assentamentos mostram a sua inserção entre os séculos X e VIII no ambiente mediterrâneo ocidental, com ligações com a Sardenha e com a Península Ibérica. Aqui sim, a riqueza dos enterramentos aponta para hierarquização social e especialização do trabalho, no caso, por meio de mobiliário com peças sofisticadas de metal.

Deve-se reforçar, no contexto que nos interessa da chegada dos gregos à Sicília, que não há *gap* tecnológico entre estas populações sículas e os gregos; há sim diferenças sociais, diferenças de visão de mundo, de postura diante da terra e da territorialização da sociedade (LEIGHTON 2000, p.19; 1999, p.221. MILITELLO 2008, p.45. ALBANESE PROCELLI 1996, p.167).

São, portanto, estes séculos aqueles que os gregos encontraram em suas investidas na Sicília sul-oriental a partir do início do século VIII. Com efeito, é comprovado arqueologicamente que toda a costa oriental da Sicília, incluindo-se a sul-oriental – nossa área de interesse – vinha sendo visitada por gregos da Eubeia e das Cíclades desde pelo menos o início do século VIII<sup>4</sup>. Estes usavam preferencialmente a rota do

---

<sup>4</sup> A constatação desta presença grega, de eubeus, cicládios e coríntios, em época anterior à fundação “oficial” das *apoikiai* registrada pelas fontes textuais, é baseada na cronologia dos vasilhames de cerâmica encontrados sobretudo em cemitérios indígenas interioranos e de material arqueológico diversificado. Há muita discussão sobre essas

Rio Ánapo e depois a do Rio Dirillo, por onde se recupera traços materiais destas passagens, sobretudo a presença de objetos de cerâmica grega. Na verdade, antes de “fundações oficiais” gregas, parece ter havido um assentamento de calcídios em Thapsos, a 20km ao norte de Siracusa. Mas o material mais antigo grego encontrado na Sicília sul-oriental data da primeira metade do século VIII e provém da atual localidade de Villasmundo, ao norte do R. Ánapo. Em Castelluccio, no vale do R. Tellaro, a 30km ao sul de Siracusa, a presença coríntia é atestada também nessa primeira metade do século VIII. A presença grega também é registrada e de forma ampliada em vários assentamentos séculos depois do início da fundação de *apoikiai*, na segunda metade do século VIII, como em sítios interioranos nas atuais Módica, Ossini, Cocolonazzo di Mola e Lentini, indicando a sobrevivência de assentamentos séculos e a boa relação entre estes e os recém chegados helenos (CORDANO 1980, p.31). Sobre isto ainda voltaremos mais adiante neste texto.

Acredita-se que alguns desses sítios séculos (ou hibleus como alguns autores os chamam em referência aos Montes Hibleus) tenham servido como entrepostos comerciais, difusores de material grego para o interior da Ilha (GUZZO 2011, p.190). Alguns achados arqueológicos, na verdade esporádicos e espalhados por essa região da Sicília sul-oriental (Avola, Solarino, Noto e também Gela no litoral sul da Sicília), indicam igualmente a presença de material coríntio (GUZZO 2011, p.190-191). Efetivamente, é possível desenhar, a partir do material arqueológico, um roteiro de viagens de reconhecimento empreendidas pelos coríntios antes da fundação de Siracusa: não apenas os vestígios coríntios registram-se na costa oriental da Sicília como igualmente eles parecem ter explorado o litoral sul da ilha, dobrando o Cabo Passero e navegando até a foz do Rio Dirillo, onde mais tarde seria fundada Gela, por ródios e cretenses (GUZZO p.192-193)<sup>5</sup>.

Também é de se pensar no porque as primeiras *apoikiai* gregas na Sicília se localizaram sempre na costa oriental da ilha, ainda que a costa sul já tivesse sido explorada. Uma resposta simples é o fato de que é

---

cronologias, se se trata de depósitos realmente do início do século VIII ou se a sua datação pode deslizar para o final do mesmo século indicando que são depósitos posteriores às fundações dos assentamentos gregos. A tendência geral, no entanto, é aceitar que, antes de se instalarem em formas mais definitivas de assentamentos, os gregos tiveram sim uma fase de reconhecimento com os séculos, por vezes até de convívio, para depois resolverem por uma instalação mais permanente (ALBANESE PROCELLI 1996, p.169. CORDANO 1986, p.29-30. GUZZO 2011, p.17-18. Para os termos da discussão, ver LEIGHTON 2000, p.15-17). É uma tendência registrada no material arqueológico na Sicília em geral e também na Itália do Sul (veja-se o caso de Metaponto, de forma resumida, em FLORENZANO 2012, e, para a Magna Grécia, em geral, ver TORELLI 2014, p.349 ss).

<sup>5</sup> Entre as razões para a empreitada coríntia em se aventurar em uma expansão ao Ocidente do Mediterrâneo, acompanhando eubeus e fenícios, devem ser consideradas as vicissitudes da ascensão ao poder da tirania dos Baquíadas e o jogo de poder no Mediterrâneo oriental neste período (GUZZO 2011, p.196-199). Não lidaremos aqui em profundidade com esta questão por não ser ela determinante na temática que ora tratamos, ainda que ela possa iluminar nossas conclusões sobre a organização da hinterlândia siracusana. Não adentraremos igualmente a questão muito debatida atualmente sobre os motivos que levaram à expansão de gregos pelo Mediterrâneo a partir do Egeu. Os termos deste debate podem ser acompanhados em: D'ERCOLE 2012, p.13-21, e BOUFFIER *et alii*. 2012, p.5-20, com bibliografia precedente.



o primeiro ponto que se toca da ilha vindo da Grécia. Mas também é muito provável que a ocupação da ilha por esta população indígena<sup>6</sup>, muito espalhada pelo interior, tenha sido um fator de difícil controle imediato. Por outro lado, também se deve considerar que o fator “fenícios” tenha tido alguma influência nesta primeira escolha, já que estes circulavam por todo o Mediterrâneo desde antes do século VIII (GUZZO 2011, p.191-192).

### III. A FUNDAÇÃO DE SIRACUSA

É Tucídides quem nos informa com grande precisão sobre a chegada dos gregos à Sicília e o início das instalações “oficiais” de *apoikiai* a partir da segunda metade do século VIII. Seu relato foi sempre entendido pela historiografia como o registro de um processo estruturado de saída da Grécia Balcânica de expedições guiadas por instruções do oráculo de Delfos em busca de novas paragens para um contingente considerável de gregos. No caso da fundação de Siracusa, Tucídides (VI 3) conta: “Siracusa foi fundada por Árquias, um dos heráclidas de Corinto, depois de haver expulso os sículos da então ilha, que hoje não é mais cercada de água, na qual atualmente existe a cidade interna; em época posterior a cidade externa foi ligada a ela por suas muralhas e se tornou também muito populosa”. A menção da expulsão dos sículos fez com que o caráter militar, violento, desses dórios fundadores de Siracusa fosse sempre destacado como parte do caráter intrínseco – se assim podemos dizer – desta *apoikia*, servindo inclusive como chave de leitura para ações posteriores empreendidas por ela.

Por mais que a autoridade desta importante fonte constituída pelo texto legado por Tucídides deva ser sempre considerada, não se pode ignorar que o fato destas terras estarem já ocupadas por populações locais, mesmo que de forma dispersa, desencadeou processos particulares de contato. Ao mesmo tempo, a disputa por poder, seja econômico, seja político, pelos diferentes grupos de gregos e de indígenas, levou a formas inéditas de configuração dessas sociedades. E, se o desenrolar da ocupação promovida pelos gregos não raro tenha implicado em violência e expulsão de sículos de suas paragens originais, é mister levar em conta que este processo igualmente implicou em convívio e união na resolução de problemas comuns, e mesmo no caso da expansão de Siracusa na hinterlândia da Sicília sul-oriental.

Com efeito, as pesquisas arqueológicas têm trazido grande acuidade aos vários tipos de processos de contato que ocorreram entre os helenos e populações previamente instaladas nesta área da Sicília: seja o

---

<sup>6</sup> É sempre necessário explicar que as populações não gregas de áreas que entraram em contato com os gregos no Mediterrâneo são chamadas há décadas, impropriamente, pela bibliografia especializada, de indígenas. Não entramos aqui em detalhes sobre os caminhos da adoção desta terminologia, mas, no diálogo com a produção científica especializada, não há como não empregá-la. Mesmo assim, tentamos usar a expressão “não gregos”, na medida do possível.

contato violento, destrutivo ou de expulsão, e de dominação de um grupo pelo outro, seja o contato cultural em que ambos os lados se adequaram a formas comuns de vida e compartilharam territórios.

Deve-se, igualmente, partir da premissa de que a colonização grega na Sicília não ocorreu sem um conhecimento prévio da região por parte dos gregos, como procuramos deixar claro acima, e que foi um processo longo e continuado.

Conforme a feliz colocação de Federica Cordano, há de se registrar que não existe na Sicília, no século VIII, uma sucessão cronológica do antes e depois da expansão colonial grega. Os achados arqueológicos mostram como, antes da “oficialização” das fundações, a presença grega é fortemente registrada nos assentamentos sículos, e mostram ainda como esses assentamentos, de uma forma ou de outra, continuam a existir em concomitância com as cidades gregas quando fundadas e em proximidade com as mesmas, muitas vezes escolhendo os gregos como parceiros preferenciais de todo tipo de troca (CORDANO 1986, p. 29-30; cf nota 4 acima).

A fim de avançarmos no conhecimento de como Siracusa lidou com a sua hinterlândia, é preciso, inicialmente, manter em mente que não havia entre gregos e sículos uma grande diferença cultural ou tecnológica: trata-se de sociedades mediterrâneas que possuem muitos traços em comum, como já mencionamos acima (ALBANESE PROCELLI 1996, p.167. MILITELLO 2008, p.45. LEIGHTON 1999, p.221). Os gregos, no entanto, apresentavam uma organização interna compacta e estruturada de tal forma que os conduzia à ocupação e aproveitamento do território. Essa talvez seja a característica principal e específica desses gregos que saíram do Egeu em busca de poder e de um poder que neste século VIII se baseava sobretudo na posse de territórios e de bases territoriais para o contato e a aquisição de bens não existentes no Mediterrâneo oriental. A documentação material hoje disponível nos permite afirmar que a pólis, como estrutura sócio-econômica e política, estava apenas em formação no Egeu e que não é possível, nesse momento, falar em “urbanização”. Corinto e Mégara, que fundaram respectivamente Siracusa e Mégara Hibleia, não passavam de assentamentos ralos com fontes de água e túmulos nas proximidades; ademais, a delimitação/estruturação de uma *khora* políade nesse período não é atestada em nenhum tipo de fonte (SALMON 1984, p.75-81. LEGON 2004, p.463). Ao contrário, a urbanização grega e a definição de territórios sob domínio de uma cidade parece ter recebido aporte significativo a partir das *apoikiai* fundadas no Ocidente (FLORENZANO 2009, p.93 e ss.). Frisamos ainda que a coesão helênica, certamente, se fortaleceu na situação de procura de terras para além do Egeu e de instalação em territórios já ocupados por populações outras. Por outro lado, como dissemos acima, os sículos apresentavam menor coesão, estavam mais dispersos nos territórios sob seu domínio e possuíam uma estratificação social menos sofisticada e uma sociedade mais fluida. Acredita-se igualmente que na Sicília, como um todo, devido a essa configuração dispersa no território desses grupos indígenas e de assentamentos sobretudo no alto de montanhas, havia

uma boa quantidade de terras a serem limpas de florestas e exploradas produtivamente, seja do ponto de vista agrícola e da criação de animais, seja do ponto de vista da silvicultura (D'ERCOLE 2012, p.61).

É neste quadro interpretativo geral que deve ser situada a fundação, a *ktisis*<sup>7</sup>, da *apoikia* de Siracusa pelos coríntios. Depois das viagens exploratórias que teriam levado esses coríntios até a foz do Rio Dirillo, no litoral sul da Sicília, eles decidiram instalar-se em Ortígia, pequeno promontório quase separado da ilha maior (hoje uma ilhota unida à Sicília por duas pontes), logo ao norte do estuário do Rio Ánapo na costa oriental da Sicília. Tanto o promontório, quanto a terra firme exatamente em frente a ele, estavam ocupados pelos séculos havia séculos. As escavações arqueológicas assim registram (CORDANO 1986, p.34). Em Ortígia, há registro também de alguma, ainda que leve, frequência grega, especificamente euboico-cicládica, já na primeira metade do século VIII (CORDANO 2006, p.466).

O relato clássico sobre a fundação de Siracusa é o de Tucídides, citado acima. Como vimos, segundo este autor, a cidade teria sido fundada por Árquias, um dos heráclidas de Corinto, um ano depois da fundação de Naxos (mais ao norte no litoral oriental da Sicília) pelos calcídios e naxios das Cíclades no Egeu. Os estudiosos concordam que essa data seria em torno de 733 (CORDANO 1986, p.28). Ainda que o relato restituído pelas fontes escritas a respeito da fundação de Siracusa tenha elementos anedóticos (saída de Corinto em razão de ter assassinado seu amante), é muito provável que a fundação desta *apoikia* tenha sido decidida em meio a disputas políticas em Corinto entre Baquíades e aqueles que eram filo-argivos, entre os quais o próprio Árquias (MANNI 1974, p.87, *apud* GUZZO 2011, p.194-196). De toda forma, é o relato tucidideano, revestido de sua usual autoridade, aquele que desde sempre guiou, serviu de ponto de partida para as pesquisas arqueológicas em Siracusa. Mas a análise do material arqueológico proveniente de escavações, desde os trabalhos de Paolo Orsi no início do século XX, apresenta inúmeros desafios que contestam por vezes e complementam por outras o texto de Tucídides. De acordo com Guzzo, que analisa todos os registros de escavações efetuadas em Ortígia com riqueza de detalhes, é difícil, hoje, confirmar pela arqueologia o suposto processo violento na fundação oficial desta *apoikia*, da forma como nos conta Tucídides (GUZZO 2011, p.201-203). Sabemos sim, que há um estrato mais profundo, nitidamente pré-grego, século, sem vestígios que permitam detectar a presença helena. Há, em profundidade inferior, estratos de destruição, mas estes são aparentemente contemporâneos de estratos de não destruição em que material século é registrado misturado a material grego. Digno de registro é a constatação da existência de cabanas tipicamente sículas, em contexto não perturbado, datadas de depois da data oficial da fundação da *apoikia*, em baixo do templo jônico (Artemision?) nas imediações da praça principal da Ortígia grega (CORDANO 1986, p.33). Estas cabanas sículas são datadas, em princípio, do mesmo momento da fundação de Siracusa, fundação registrada pela descoberta de altar e vestígios sacrificiais nesta mesma praça (VOZA, 1999). Da

---

<sup>7</sup> Termo grego utilizado em geral pela bibliografia especializada para designar o ato de fundar um novo assentamento.

mesma forma, as pesquisas na necrópole grega arcaica do Fusco em Siracusa, em terra firme e não em Ortígia, indicam transformações no rito funerário grego por influência local, sobretudo no que diz respeito à deposição do mobiliário funerário. É como se indígenas tivessem sido incorporados à sociedade grega convivendo ao ponto de serem enterrados da mesma forma ou no mesmo cemitério que os gregos (LEIGHTON 1999, p.236).

Qualquer que seja a posição assumida (violência ou não na hora da fundação), em qualquer interpretação histórica sobre o desenvolvimento das cidades gregas na Sicília sempre se retorna ao registro de Tucídides. Assim, é tema recorrente na bibliografia em geral a discussão sobre o caráter militar e expansionista de Siracusa, caráter que se contrapõe a uma natureza “comercial” da expansão dos euboicos/calcídios (ALBANESE PROCELLI 1996, p.170). Não há como fugir desta interlocução com uma fonte textual tão respeitada como Tucídides; entretanto, a arqueologia tem demonstrado em muitas oportunidades de que formas, de um lado, também os siracusanos interagiram pacificamente ou em aliança com os sículos, e, de outro, como também os calcídios se envolveram em episódios violentos seja com sículos, seja com os próprios gregos.

Naquilo que nos concerne, *a instalação e organização de uma hinterlândia siracusana*, as principais perguntas colocadas são evidentes: como esses coríntios, que antes fizeram expedições exploratórias pelo litoral da Sicília e, em um momento posterior, escolheram um local definido e se instalaram permanentemente, como se apropriaram de terrenos onde pudessem cultivar a terra, de sorte a garantirem sua sobrevivência e o seu modo de vida que privilegiava a posse e domínio de territórios? E mais, com qual contingente humano ou, se quisermos, com qual mão de obra, cultivariam/ocupariam/usariam essas terras? Qual o contingente humano que veio da Grécia Balcânica de modo a assegurar essa ocupação?

Mais uma vez, podemos partir das pistas oferecidas por uma fonte escrita, o testemunho de Heródoto, autor antigo igualmente respeitado como fonte sobre a antiguidades grega.

Heródoto (VII 155, 2), explicando um episódio do século V, nos conta que “diante do fato de os siracusanos chamados *gamoroi* terem sido expulsos de Siracusa pelo povo e por seus próprios escravos, chamados *kyllirioi*, Gelon os trouxe de volta [...]”. Quem são os *gamoroi* e quem são esses *kyllirioi* e o que teriam a ver com a organização e/ou exploração da *khora* de Siracusa?

Os dois termos são mencionados em outras fontes escritas, levando a explicações mais precisas: os *gamoroi* seriam já no século VI aqueles que decidiam os assuntos comuns na cidade em vista de suas propriedades fundiárias: *gê* = terra; *moreo* = receber uma parte em sorteio. O vocabulário remete, no caso de Siracusa, a uma hierarquia em relação à posse da terra, construída ao longo do tempo, a partir de uma primeira repartição de terra quando da fundação da *apoikia*, e em um momento posterior, quando a desigualdade produzida pela posição assumida pelos que “chegaram primeiro” gerou uma situação

conflituosa<sup>8</sup>. Sobre os *kyllirioi*, é de forma geral aceito – e aqui o testemunho de Aristóteles tem muita força (fr. 586 Rose) – que estes compõem populações dependentes constituídas pelos sículos assim reduzidos quando da fundação da *apoikia*. Segundo Guzzo (2011, p.202), esta seria uma prática igualmente documentada para outras *apoikiai* do Ocidente grego, tais como Cuma, Zancle, Lócris e Síbaris. Há de se notar que mesmo que estes *kyllirioi* se configurem nas fontes escritas como um grupo étnico submetido a condições de servidão, não é possível afirmar que eles fossem um bloco compacto de população, ou melhor, que todos os sículos tivessem sido reduzidos à servidão e que não houvesse nuances nesse contato entre gregos e sículos, inclusive em relação à posse e ocupação de territórios. É o que procuraremos demonstrar em seguida com mais detalhamento. Como nos diz Guzzo, a documentação arqueológica e a sua análise em relação à distribuição no espaço, permite estabelecer ao menos duas esferas principais no relacionamento entre sículos e gregos: em primeiro lugar, os centros e as áreas mais distantes das *apoikiai* gregas onde os indígenas continuaram a viver a seu modo, mesmo que influenciados pela presença grega no litoral e pelo comércio mantido com estes; e, em segundo lugar, aqueles indígenas forçados a viver no interior das pólis gregas ou na hinterlândia mais imediata. Dentre estes últimos, Guzzo distingue ainda as mulheres indígenas casadas com gregos e, por outro lado, os homens e mulheres constrangidos a trabalhar seja na terra, seja em outras atividades (GUZZO 2011, p.202-203). Mas, este esquema talvez não fosse tão rígido: os enterramentos mostram que a partir do século VI mais e mais costumes gregos são adotados, levando-nos a pensar em gregos morando entre indígenas, mesmo no interior; ou indígenas que adotaram costumes gregos. Cabe aqui lembrar o papel desempenhado pelas elites indígenas que valorizavam objetos gregos de modo a marcar seu poder. Enterramentos indígenas muito ricos comportam, no período que estudamos, vasilhames gregos pintados. Nota-se igualmente, e este é um dado já até banalizado pela bibliografia, a adoção por esta elite indígena de vasilhame grego específico de banquete: taças, crateras, enócoas. Vasilhames também estão presentes em enterramentos ricos em metais e ricos no tipo de sepultura, dados que têm levado os estudiosos a supor a incorporação da própria prática do banquete por estes indígenas (LEIGHTON 1999, p.244-245)<sup>9</sup>.

A questão dos casamentos mistos é um dado interessante que vem sendo colocado desde a década de 1970 com relação à instalação de gregos seja nas *apoikiai* ocidentais, seja nas *apoikiai* orientais, como no Mar Negro (VAN COMPERNOLLE 1981, p.1037 ss.). Pensa-se que nas expedições, em geral, mulheres não teriam acompanhado os homens e que estes, uma vez instalados, tomavam habitantes locais como esposas.

---

<sup>8</sup> Veja-se D’Ercole (2012, p.59-61) para uma discussão atualizada desta questão, bem como para a relação de outras fontes escritas sobre o assunto, além de Heródoto.

<sup>9</sup> A introdução entre a elite indígena do consumo do vinho e da prática do banquete, como atestado pelo documento material, é muito tratada pela bibliografia sobre o Ocidente grego, incluindo não apenas a Sicília, como também a Magna Grécia, o sul da França e a Espanha. Aliás, o papel das elites na aproximação com os “conquistadores” não é desconhecido em outros contextos históricos.

A hipótese, lançada na esteira de memórias preservadas em um ou outro fragmento textual remanescente (por exemplo, o episódio muito famoso do rapto das Sabinas, que rendeu até filme em Hollywood), tem conseguido alguma comprovação nas muitas escavações de túmulos em cemitérios do século VIII e início do VII na Sicília, conforme já mencionamos em relação ao cemitério do Fusco em Siracusa. Com efeito, são inúmeros os enterramentos de mulheres ricamente adornadas, com adereços tipicamente indígenas, em cemitérios caracterizados como gregos. Mesmo que mulheres gregas tenham vindo da Grécia em viagens subsequentes, pensa-se que estas sempre seriam em menor número que os homens. E um documento, encontrado em escavação de Siracusa em níveis da primeira geração de gregos, chama a atenção neste sentido: um nome de mulher sículo aparece grafitado com caracteres coríntios em uma píxide (vaso grego de uso feminino)<sup>10</sup>.

Em qualquer dos casos, não deve sair de nosso horizonte o fato de que a identidade sícula permanece forte e evidente mesmo em pleno século V, quando o domínio grego na Sicília já estava consolidado: basta recordar a liderança de Ducétio entre os sículos e sua capacidade em estabelecer alianças com alguns gregos contra outros gregos, ou ainda os episódios de aliança entre gregos de Camarina e sículos para combater a metrópole desta pólis, Siracusa (CARDETE del OLMO 2007. Di STEFANO 1987, p.197).

\*\*\*\*

Pensando em compreender as estratégias criadas por Siracusa para compor uma *khora* que lhe desse uma autonomia política e econômica diante de sículos e de outros grupos de gregos recém instalados na ilha, analisaremos individualmente os assentamentos que os siracusanos promoveram a fim de controlar uma área territorial extensa na Sicília sul-oriental. Veremos como a estratégia de Siracusa foi a de estabelecer postos avançados para “cercar” uma área que aos poucos pensava dominar: Heloros, Acrai, Casmene e por último Camarina – em um espaço de 130 anos. Valendo-se dos componentes da paisagem, Siracusa criou, a partir destes pontos, vias de defesa e de comunicação de sorte a estruturar uma rede de domínio “vazada” ou “dispersa” no território, mas que aos poucos foi sendo preenchida – com maior ou menor sucesso – por grupos de gregos ou de sículos helenizados (também de gregos “siculizados”...), cuja referência política era Siracusa; na mais perfeita acepção do termo “fronteira” como território à frente, sobre o qual se pretende jogar uma rede controladora.

Entendemos que a *khora* siracusana pode ter sido inicialmente, ao menos para a primeira geração vinda da Grécia, instalada na terra firme imediata de Ortígia, por meio de sorteio de lotes como aparece prescrito nas fontes escritas antigas (ASHERI 1966). No caso específico de Siracusa, é sempre lembrada a famosa anedota que aparece em Arquíloco (fr. 293 West), remanescente da primeira metade do século VII

---

<sup>10</sup> Ver Guzzo (2011, p.203) para uma discussão atualizada sobre esse tema com bibliografia precedente.

a.C., segundo a qual um certo Aitiops de Corinto, viajando na expedição de Árquias que fundaria Siracusa, com fome, faz a troca do lote que lhe caberia na nova *apoikia* por um bolo de mel. Trata-se, sem dúvida, da memória de procedimentos tomados na realização de fundações. Deve-se notar que a tradição registra que o próprio Arquíloco, originalmente da ilha de Paros, era filho de Telesicles, fundador de uma *apoikia* pária, em Tasos. Mas, a ausência de dados é um empecilho para qualquer tipo de conclusão mais detalhada sobre o tema<sup>11</sup>.

#### IV. A HINTERLÂNDIA DE SIRACUSA: A DOCUMENTAÇÃO

##### **Heloros**

O centro urbano de Heloros localiza-se a aproximadamente 30km de Siracusa, na costa sul da Sicília, em um pequeno promontório plano a 30/50m acima do nível do mar. O assentamento dispõe-se em uma faixa de terra fértil, entre os rios Cassibili ao norte e Heloros (hoje Tellaro) ao sul: “promontório sobre o mar e que dominava um amplo cenário sobre o fundo do qual desembocava o rio, condição ótima para a implantação de um porto” (COPANI 2005, p.275). E aqui, ao norte da foz do Heloros, foi escavado, no tufo, um porto fluvial, como se fosse um verdadeiro canal. Segundo Basile (1988, p.59), em época grega, o curso deste rio era diverso, tanto que, hoje, suas águas cobrem os primeiros assentos do teatro também escavado no tufo. Heloros foi amuralhada, muito provavelmente na época de sua instalação (COARELLI, TORELLI 1984, p.287). A comunicação com o norte e o sul ficava garantida por meio da colocação de portas nas duas direções. Além disto, a malha urbana da cidade estava regida por um eixo viário que ia de uma porta a outra e foi quase todo ele escavado na rocha. Ainda hoje, ele é perfeitamente visível, bem como os traços de uso deixados por rodas (sítio visitado em 2014). Saindo da Porta Norte, tem-se acesso à “Via Helorina”, que conduzia (até hoje!!) a Siracusa e, depois de 50m dos muros, a um santuário arcaico dedicado a Deméter e Core, cuja frequência pode ser datada entre os séculos VI e IV a partir das inúmeras oferendas votivas ali encontradas. Pela Porta Sul acessa-se o porto e a foz do Rio Tellaro (VOZA 1973, p.117-119). As fontes textuais mencionam esporadicamente a cidade, indicando que ela estivesse em certos momentos sob o controle direto de Siracusa: Píndaro (*Nemeias* IX 40) menciona o Rio Heloros como paisagem de episódio mítico; Heródoto (VIII 154) por sua vez refere-se a uma batalha entre siracusanos e as tropas do tirano Hipócrates de Gela em Heloros, que teria ocorrido em 493; já Tucídides refere-se, em várias ocasiões, à “via Helorina”, que ligava Siracusa a Heloros (COARELLI, TORELLI 1984, p.284-285. FISCHER-HANSEN *et alii*. 2004, p.195). Já no final do século XIX, Paolo Orsi havia identificado o sítio na foz do Rio Tellaro (1899). Estudos

---

<sup>11</sup> São poucos os casos em que algum documento, seja material seja textual, permita conclusões sobre estas questões em época tão recuada. Um dos casos paradigmáticos vem de Metaponto, na Magna Grécia, *apoikia* fundada em c. 630. Ali, escavações mostram os lotes de terra nas fazendolas da *khora*, sobretudo no século V e IV. Mas em algumas localidades, parece ter havido loteamentos desde a instalação no final do século VII.

arqueológicos recentes e mais aprofundados vêm, por sua vez, demonstrando que esta cidade foi, com toda a probabilidade, a primeira *apoikia* de segundo grau fundada pelos coríntios de Siracusa, provavelmente em torno de 700 (COARELLI, TORELLI 1984, p.285. VOZA 1973, p.117-119. COPANI 2005, p.265).

Sobre a localização de Heloros é preciso ainda registrar como o seu posicionamento era extremamente estratégico do ponto de vista da comunicação e do acesso a recursos: junto à foz do Rio Tellaro (antigo Heloros), longa via de penetração ao interior da Sicília, em uma colina projetada sobre o mar com um bom porto e ainda vizinha de vasta e fértil planície. Importante registrar igualmente a proximidade com uma porção de sítios sículos interioranos, localizados seja nas montanhas, seja nas alturas do vale do Tellaro, e que floresceram, sobretudo, no final do século VIII e primeira metade do VII (vide abaixo).

Escavações nas décadas de 1970 e 1980 em Heloros evidenciaram a presença de níveis de contexto inteiramente sículo mas com muita influência grega: fragmentos de cerâmica proto-coríntia e contexto consistente de cerâmica geométrica sícula de imitação grega. Em seguida, os estratos mostram uma ocupação grega mais consistente, com cerâmica proto-coríntia, tendo sido detectadas estruturas construídas – ambientes – quadrangulares, de 4 x 4m, tal e qual aquelas encontradas também em Ortigia (GUZZO 2011, p.206-207. COPANI 2010, p.690). Não foram registrados níveis de ocupação puramente sícula, como em assentamentos próximos, mas no interior. Na verdade, os assentamentos localizados no curso interior do Rio Tellaro, ao sul de Siracusa, muito provavelmente receberam um aporte de sículos que a partir das fundações das *apoikiai* gregas no litoral para ali se recolheram, sobretudo depois do enfraquecimento de Pantálica, que se pensa tenha sido por obra do início das fundações ‘oficiais’ de *apoikiai*, principalmente de Siracusa e de Leontinos pelos calcídios (FRASCA 1996, p.139). Assentamentos sículos foram escavados em Noto antiga, Avola antiga, Tremenzano e Finocchito. O principal assentamento neste final de século VIII, no alto Rio Tellaro, é, sem sombra de dúvida, Finocchito: centro sículo populoso onde se registra nesta época um adensamento demográfico constatado nas aproximadamente 570 tumbas escavadas na necrópole (quase nada de área residencial foi encontrado) e calculado entre várias centenas de habitantes entre 730 e 650 a.C. (LEIGHTON 2000, p.39; 1999, p.242). Monte Finocchito representa uma verdadeira fortaleza sícula: situada em cocuruto de montanha, com muralha poderosa construída provavelmente nesta segunda metade do século VIII (LEIGHTON 2000, p.39), defendia-se diante dos gregos de Siracusa, mas também comerciava com eles, como é registrado nas inúmeras importações escavadas entre o mobiliário funerário das tumbas. Esta referência puramente indígena falta em Heloros. O abandono ou a decadência de Finocchito são marcados na documentação arqueológica em aproximadamente meados do século VII (LEIGHTON 1999, p.244).

A interpretação corrente desta documentação, apoiada na história posterior de Siracusa, e considerando o *topos* de uma expansão siracusana violenta e militarizada, é que esta pólis, preocupada em sua penetração para o interior por meio dos vários rios que atravessavam esta ponta sul da Sicília, ocupa este sítio sículo, Heloros, e expulsa dali os habitantes originais, de modo a ter acesso direto à foz do R. Tellaro: o



assentamento seria então uma “primeira colônia” de Siracusa (segundo a terminologia de Torelli e Coarelli citados acima), posto militar destinado à defesa contra os sículos e tentativa de delimitação da *khora* siracusana (COPANI 2010, p.689).

Ora bem, dois dados chamam a atenção: a precocidade desta “fundação”, já na primeira geração dos gregos de Siracusa, e a distância considerável em relação a Ortígia, núcleo principal da *apoikia* – 30km.

Quais gregos foram povoar esta localidade? Havia um número tão considerável de recém chegados que permitisse uma instalação grega a 30km de distância de Siracusa? E qual entre as diversas chaves de interpretação – militar, política, econômica, territorial – é a mais plausível diante dos dados que possuímos?

Por outro lado, também o Rio Cassibili, de acordo com os estudiosos (COPANI 2010, p.692), talvez constituísse, em um primeiro momento, o limite sul da *khora* siracusana. Mesmo assim, a foz deste rio encontra-se a 23km ao sul da *apoikia*. Como pensar na ocupação de uma *khora* tão extensa com um contingente humano que por força era reduzido? Como imaginar a instalação de um ponto defensivo em relação aos sículos, cujos assentamentos nesta região ao sul de Siracusa floresceram pelo menos até 650?

Em nosso entender, em qualquer interpretação que se dê aos dados textuais e arqueológicos referentes a Heloros, a negociação ou o papel desempenhado pelos sículos é fator decisivo. Heloros pode, com efeito, representar o primeiro assentamento de sículos promovido por Siracusa, interpretação aventada por Copani (2010). Segundo este autor, estudioso de Heloros, em negociação com os sículos que perdiam suas terras nas proximidades da *apoikia*, Siracusa os instala neste promontório com a finalidade de marcar os limites sul de seu domínio, e sobretudo de defender a costa sul-oriental da Sicília de futuras fundações gregas. Seriam estes *kylliriori* servos dependentes da elite siracusana de *gamoroi*? (GUZZO 2011, p.206) Não há como afirmar em base à documentação arqueológica e/ou textual. Mas o uso de sículos e sua presença neste assentamento são comprovados e colocam claramente a questão da *necessidade* da população indígena na empreitada siracusana de extensão de domínio territorial na Sicília sul-oriental.

Antes de deixarmos Heloros, é preciso mencionar um sítio ao sul deste, possivelmente de filiação siracusana: Ina (Di VITA 1956, p.184, n.35. Di STEFANO 1987, tav. X). Este sítio é mencionado por Cícero (*Contra Verres* III 103) e presume-se que estivesse no Golfo de Vindicari, que oferece ótimo abrigo para naus navegando em direção ao Cabo Passero na ponta Sul Oriental da Sicília, meio caminho no sentido de Camarina (DUNBABIN 1948, p.103-104). Ina não foi identificada arqueologicamente, entretanto, pode sim ter sido mais um posto de apoio para as navegações de périplo em torno da ilha. Como afirma Dunbabin, a documentação negativa não pode nos desanimar. Por outro lado, Basile (1988) identificou inúmeros

atracadouros escavados no tufo entre Siracusa e o Cabo Passero. Talvez um destes possa ser identificado a Ina<sup>12</sup>.

### **Acrai**

De acordo com Tucídides (VI 5, 2), Acrai foi fundada pelos siracusanos setenta anos depois da fundação de Siracusa. No cálculo dos especialistas, em 664 a.C. Este dado é comprovado pelo achado de cerâmica grega datada de logo depois dessa data (TORELLI, COARELLI 1984, p.290).

A cidade foi instalada em um terraço irregular dos Montes Hibleus, a oeste de Siracusa: ocupa uma esplanada no alto vale do Rio Ánapo, esplanada que vai diminuindo de altitude em terraços sucessivos até as costas do Porto Grande de Siracusa (antigo bairro conhecido pelo nome de Polichne nas fontes textuais antigas). Ocupa uma posição de onde se tem uma visão de toda a planície que chega até Siracusa, que fica a 36km de distância. Em suas proximidades nascem, além do Rio Ánapo, o outro grande rio da Sicília sul-oriental, o Rio Tellaro. Sua instalação foi feita em ponto extremamente estratégico, dando o controle a Siracusa de rotas importantes de acesso às terras sículas interioranas, pelas montanhas, e ao litoral sul da Sicília (Camarina, Gela e Selinonte). O Ánapo, como já dissemos, era usado como rota pelos calcídios instalados no NO da Sicília e Acrai é colocada justamente para criar um acesso dominado por Siracusa ao interior, além de favorecer o controle de toda a paisagem até Siracusa. É evidente que desde esse momento, ao menos, a intenção de Siracusa era a expansão de sua *khora*, do território sob seu controle. Como dissemos acima, ao norte, o núcleo indígena de Pantálica dificultava a expansão siracusana, da mesma forma como o fazia Finocchito, o outro grande centro sículo ao Sul (em voo de pássaro, Pantálica e Finocchito estão separados por 25km apenas).

O assentamento de Acrai foi colocado sobre uma pequena colina rochosa escarpada por todos os lados, menos pelo lado leste, por onde se acessava a pequena cidade para quem vinha de Siracusa. Segundo Torelli e Coarelli (1984, p.290), funcionava como uma verdadeira fortaleza destinada à defesa da *apoikia* coríntia. A ideia da função de defesa, também colocada em relação a Heloros, nunca pode ser descartada; entretanto, pensamos que o fato de estarem posicionadas a 36km de Siracusa no caso de Acrai, e a 30km, no caso de Heloros, indica claramente uma intenção que vai além da defesa imediata da *apoikia*, denotando uma convicção/vontade, institucionalizada/organizada por Siracusa, de posse e controle de território, de expansão de área cultivável e conseqüentemente de expansão de poder.

Sobre Acrai é preciso dizer também que este ponto já tinha sido ocupado desde o paleolítico e que também túmulos do final da Idade do Bronze foram encontrados nas proximidades: ao sul da cidade no

---

<sup>12</sup> Estruturas escavadas na rocha são, evidentemente, de difícil datação e talvez muitos destes atracadouros identificados por B. Basile possam ser de épocas diversas daquelas que estamos tratando neste texto. De toda forma atestam uma paisagem de recursos importantes a serem mobilizados nos trajetos marítimos.

morro da Pinita e em Buscemi (informações no próprio sítio visitado em 2014. COARELLI, TORELLI 1984, p.290. LEIGHTON 1999, p.148). Sem dúvida, sua posição de transição entre as alturas maiores dos Montes Hibleus (Monte Lauro e Monte Casale) e a planície que terminava no mar, em Siracusa, além da proximidade dos vales de dois grandes rios, tornava esta localização extremamente estratégica e conveniente para a instalação de assentamentos. E, disto, os siracusanos tinham plena consciência.

A área habitada ocupava 33ha aproximadamente a uma altura máxima de 770m sobre o nível do mar. O sítio é escavado desde o final do século XIX, mas as escavações na segunda metade do século XX é que trouxeram à luz elementos que esclarecem a importância dada por Siracusa a esta sua *apoikia* de segundo grau. Em primeiro lugar, foi atestada uma malha viária urbana cujos vestígios hoje visíveis datam de época helenística, mas que, na estratigrafia, recuam até a época da instalação, no século VII. Esta malha viária em muito se aproxima à disposição dos vários elementos da própria malha viária siracusana. Nela, a *plateia* (avenida) principal corria de leste a oeste indo da porta siracusana à porta selinontina. Inicialmente, foi identificada, na área urbana, a estrutura de um grande templo, dedicado a Afrodite, situado no que seria a acrópole de Acrai e datado da segunda metade do século VI; interessa observar que, sob este templo, foram localizados vestígios que permitem identificar o uso deste local com finalidade religiosa desde o século VII (VOZA, LANZA 1994, p.46).

Interessa destacar a posição da via articuladora do núcleo urbano, a *plateia*, que, como em Heloros, unia uma porta a outra dos muros: a porta leste e a oeste, de tal forma que a cidade se abrisse em direção ao território intermediário ente ela e Siracusa e ao território vizinho, teoricamente “desocupado” além de Acrai a oeste em direção a outras cidades gregas do litoral sul da Sicília. Os nomes destas portas, registrados em fontes posteriores (porta siracusana e porta selinontina), muito possivelmente guardam a memória do papel de Acrai na comunicação entre Siracusa e o litoral sul da Sicília onde estava Selinonte, fundada pelos megarenses em 628 segundo Tucídides (VI 4, 2) ou em 651 segundo Diodoro (XIII 59, 4), de toda forma fundada quase junto à fundação de Acrai.

Poucos dados existem sobre todo o território que vai desde Siracusa a Acrai. De acordo com Di Vita, a área está “pontilhada” pela presença grega, de forma dispersa. Ele nota que na “contrada” Cozzo Pantano, há sinais na rocha de desgaste provocado por rodas sempre na direção L-O. E, ainda, em Bagni, a 3km de Canicatini, foram escavados grupos de casas gregas datados do século VI a.C. (Di VITA 1956, p.179). Pesquisas mais recentes indicam que também no “vale do Tellaro até a sua foz, foi identificada a presença de fazendolas e de núcleos habitados com pequenas necrópoles” (VOZA, LANZA 1994, p.46).

### **Casmena**

A fundação de Casmena é, como a de Acrai, registrada por Tucídides: também esta cidade teria sido fundada pelos siracusanos, quase 20 anos depois de Acrai (e, portanto, 90 anos depois da fundação de

Siracusa), data que é calculada em 644 (Thuc. VI 5, 2). Diferentemente de Acrai, o sítio de Casmena demorou a ser identificado pelos estudiosos: a partir do texto de Tucídides, procurou-se a localidade, e, hoje, os argumentos avançados pela crítica levam à identificação desta fundação siracusana com o sítio com características gregas, escavado no topo do Monte Casale, nos Montes Hibleus (Di VITA 1961, p.70; 1956, p.185. COPANI 2008, p.14). Casmena fica a 12km a oeste de Acrai e apresenta visibilidade em direção ao Monte Lauro mais para o interior da Sicília e sobre o vale do Rio Dirillo.

Como mencionado acima, o Monte Casale é, entre os Montes Hibleus, o segundo mais alto depois do Monte Lauro. O sítio está em um *plateau* a 910m de altura acima do nível do mar, cercado por escarpas intransponíveis sobretudo nos lados nordeste e sul. Além disso foram identificadas muralhas feitas com enormes blocos de pedra e com torreões externos (Di VITA 1956, p.189-90).

O lado sudoeste do *plateau* é um pouco mais elevado – chamado pelos arqueólogos de “acrópole” – e ali foi erigido um templo. O *plateau* tem 1370 por 450m aproximadamente, e foi todo ocupado por uma malha urbana *sui generis*, com apenas ruas em sentido noroeste/sudeste, sem vias transversais. O outro dado significativo sobre este assentamento é que no santuário localizado na “acrópole” foi encontrado um depósito votivo com uma quantidade extraordinária de armas de ferro: “em torno de seiscentas pontas de lança, dezenas de punhais e facas, espadas de combate e pontas de flecha” (Di VITA 1956, p.193). Deve-se sublinhar que parte desses armamentos eram miniaturísticos, como são normalmente as oferendas gregas em ritos de iniciação (GUZZO 2011, p.208).

A escolha da localização, a malha urbana, as muralhas e este depósito votivo, levaram a crítica especializada toda a entender ser este um assentamento expressamente militar. Mas a questão discutida ainda hoje é a função desse caráter militar. Qual a necessidade de Siracusa em manter um posto avançado militar? Onde entra Casmena em um projeto siracusano em relação à sua hinterlândia?

Se, no caso de Acrai, em vista de sua posição na paisagem, é possível afirmar com alguma segurança que esta localidade fazia um fecho na planície siracusana, reservando ou vigiando um amplo território cultivável que se emendava com Siracusa, no caso de Casmena, a situação é menos evidente, por sua posição mais recuada da costa e com visibilidade voltada para o interior.

Em um estudo recente sobre o depósito votivo encontrado na estrutura de templo na ‘acrópole’ de Casmena, Milena Melfi (2002) concluiu que os armamentos encontrados são, em sua maioria, fabricados com formas tipicamente sículas. Entretanto, o armamento sículo típico é sempre fabricado em bronze e não em ferro, como estas armas do depósito de Casmena. Não podem, portanto, ser interpretadas como armas de indígenas sículos vencidos pelos gregos e ofertadas no santuário, hipótese que alguns autores gostam de levantar, sublinhando o caráter expansionista militar de Siracusa contra a população sícula interiorana. Os estudos desta pesquisadora levam a uma outra hipótese, a de que artesãos indígenas trabalhavam lado a lado com os gregos instalados em Casmena (*apud* COPANI 2009, p.17). Mas, então, qual é a ameaça

enfrentada por siracusanos instalados em Casmene que os levou a criarem este posto militar? Ameaça representada por outros gregos? Quais?

A hipótese avançada por Copani (2008, p.18-21) parece, no momento, a mais interessante e talvez a mais acertada. Segundo este autor, em primeiro lugar, é mister considerar o nome dado por Siracusa a esta sua fundação: *Kasmenai*. Com efeito, por caminhos da língua por ele demonstrados, *Kasmenai* é um nome sículo, aparentado de *Cameneae*, nome de ninfas romanas que foram em algum momento identificadas às Musas gregas. Este seria, assim, mais um dos casos de parentela entre latinos e sículos (vide acima reflexões sobre a origem sícula a partir da Itália Central). Além disso, nada mais provável que ninfas fossem cultuadas em um local em que se encontram as nascentes de grandes rios. Ora, porque então Siracusa daria a uma fundação sua um nome sículo? Não parece ser um assentamento de defesa contra sículos. Ao contrário, como no caso de Heloros, também aqui parece que sículos e gregos siracusanos interagem menos violentamente do que a crítica gosta de sublinhar. Copani chama também a atenção sobre o sítio escavado nas imediações de Casmene, em Monte Casasia. Este último assentamento no século VIII é caracteristicamente sículo; já no século VII, porém, ainda que permaneça como assentamento sículo, a abundância de importações gregas é um dado fundamental: do segundo quartel do século VII até o início do século VI, estas importações são sobretudo calcídicas, fazendo pensar em uma “inserção na esfera de interesse de Leontinos” (FRASCA 2000, p.146). Monte Casasia, com efeito, está no centro da articulação entre as planícies férteis de Leontinos / Catânia (*apoikiai* calcídicas), no litoral oriental da Sicília, e o vale do Rio Dirillo, no litoral sul da ilha, vizinho a Gela. Com esta instalação de Gela em 688, Leontinos e Catânia talvez buscassem um apoio na rota em direção a esta nova *apoikia*, justamente em Monte Casasia. Casmene pode então ser uma contrapartida siracusana frente ao sítio calcídico em Monte Casasia. Pode-se também argumentar que a escolha do local para a instalação de Casmene (assim como o sítio em Monte Casasia), no topo do Monte Casale, obedece a um padrão de assentamento típico sículo no período: assentamentos de pico, com o domínio visual e auditivo da paisagem<sup>13</sup>.

A fundação de Casmene representa, em nosso entender, um movimento de Siracusa nesta mesma direção: controle visual e auditivo da entrada dos calcídios no interior da ilha e aproveitamento da mesma rota para o contato com o litoral sul. É importante notar que o material arqueológico de tipo coríntio passa a predominar também em Monte Casasia, com algum material gelense, em fins do século VII, pouco antes da fundação de Camarina pelos siracusanos, marcando uma troca entre as esferas de influência, neste ponto da rota, entre Sicília oriental e meridional (Di STEFANO 1987, p.134. LEIGHTON 1999, p.245-246).

---

<sup>13</sup> Os assentamentos de pico e a instalação de santuários de pico também foram frequentes na Grécia oriental no final da Idade do Bronze e primeira Idade do Ferro, não significando uma novidade na Sicília. Mas interessa mencionar que no contexto da expansão grega ocidental, as primeiras *apoikiai* são colocadas quase em sua totalidade no litoral, ao passo que Casmene, sendo instalação ‘grega’, diferencia-se por adotar o padrão sículo de assentamento deste período.

### **Camarina**

A fundação de Camarina é também relatada por Tucídides (VI 5, 2), no contexto das fundações de Acrai e Casmene. Enquanto as fundações de Acrai e Casmene são registradas juntas pelo historiador, a fundação de Camarina merece uma frase em separado e os seus fundadores são mencionados: Dáscion e Menécolos. A data dada por Tucídides é cento e trinta e cinco anos depois da fundação de Acrai, ou seja, pelo cálculo dos estudiosos, 598<sup>14</sup>. Desta forma, e pelas referências textuais sobre episódios posteriores na história de Camarina, como sua independência em se rebelar abertamente contra sua metrópole – já em 553, como também conta Tucídides (VI 5, 3) – e em apoiar inimigos de Siracusa, esta fundação foi sempre considerada pela crítica como uma verdadeira pólis, enquanto Acrai e Casmene seriam assentamentos em “prolongamento” de Siracusa, diretamente dependentes<sup>15</sup>.

Camarina foi instalada no litoral sul da Sicília, hoje a uma distância aproximada de 100km de Siracusa. O local escolhido já havia sido ocupado desde a Idade do Bronze: um promontório a 60m sobre o nível do mar, entre as fozes do Ribeirão Oanis (atual Ribeirão Rifriscolaro), ao sul, e do Rio Hipparis, ao norte. Foi neste lado norte também que a *apoikia* construiu um porto fluvial, escavado no tufo. Nesta direção, a norte, o Rio Hipparis formava um pântano na antiguidade conhecido como *lacus camarinensis*, que era interligado com o porto. O promontório de Camarina é até hoje plano, com uma leve elevação ao centro do assentamento, onde foi colocado um templo dedicado à deusa Atena. O assentamento ocupava, no século IV, em torno de 190ha. Situada poucos metros acima do nível do mar, Camarina dominava, em direção ao interior, a oeste, uma vasta planície, com ondulações colinares adequadas ao cultivo, e que terminava nas franjas dos Montes Hibleus. Ainda que estivesse à margem sul do Rio Hipparis, logo depois de atravessado, a planície era contínua, emendando-se ao vale também muito fértil do Rio Dirillo, que é fronteiro com a *apoikia* de Gela, fundada por cretenses e ródios em 688 (Thuc. VI 4, 3).

Segundo Di Stefano (1987, p.131), no século VI Camarina tinha um território que se estendia do curso do Rio Dirillo, a oeste, ao baixo curso do Rio Irminio e do alto curso do Rio Tellaro, a leste, perfazendo uma área de 67 a 70km quadrados; afirma ainda que os limites com Gela estavam já consolidados no século VI.

No caso do interior de Camarina, os dados arqueológicos são abundantes e inúmeras pequenas localidades foram identificadas e escavadas já no início do século XX, por Paolo Orsi. Em sua maioria (se não a totalidade), aquelas que forneceram documentação material datada dos séculos VIII e VII são comunidades mistas: gregas/sículas. Note-se que entre os achados há aqueles que antecedem mesmo a fundação de

<sup>14</sup> As datas das fundações de Acrai, Casmene e Camarina, que aparecem em Tucídides, Eusébio e outros textos antigos, é sempre discutida pela crítica. Ver Cordano (1986, p.28) para a definição dos termos da discussão.

<sup>15</sup> Note-se que na documentação textual, tanto Heloros, quanto Acrai e Casmene, mereceram igualmente o nome de pólis. Sobre isto deve-se consultar Hansen, 2004, nos verbetes específicos de cada uma dessas localidades (HELOROS, p.195; ACRAI p. 189; CASMENA, p.205; CAMARINA, p.202).

Camarina. Dependendo da localidade, constata-se o predomínio de material grego ou sículo. Vejamos a descrição dessas, feita por seus escavadores mais recentes: Di Vita, Pelagatti, Di Stefano, Albanese Procelli.

Começemos com o sítio de Hibla (hoje nas proximidades de Ragusa). Importante sítio sículo que parece ter atraído muito dessa população “empurrada” pela ação das *apoikiai* no litoral oriental da Sicília. Como mencionado acima, Hibla servia como epicentro a uma porção de sítios sículos em suas imediações desde o século X. A partir do século VIII, pode-se dizer que Hibla responde a um padrão de assentamento que se instala em todo o interior da Sicília sul-oriental, em que as aldeias dispersas da Idade do Ferro passam a ser aglomerados populacionais de tipo ‘urbano’, prevalentemente, assentamentos de pico (ALBANESE PROCELLI 1996, p.169). Assentamentos que, aos poucos, já a partir do século VI, começam inclusive a adotar a malha ortogonal de organização do espaço<sup>16</sup>.

Em Modica, assentamento satélite de Hibla, por exemplo, a partir do final do século VIII, começam a aparecer as importações gregas, calcídicas e também coríntias. Mais ao norte, no alto Rio Dirillo, nas franjas dos Montes Hibleus, em sua parte oeste, em Castiglione, Licodia Eubeia e Monte Casasia (vizinho de Monte Casale onde foi fundada Casmene pelos siracusanos), a presença sícula se reforça a partir do século VII. Note-se que daqui provêm inscrições em sículo, mas com o alfabeto grego. No caso de Licodia Eubeia e Monte Casasia, são assentamentos de pico, sículos, de meados do século VII, um de cada lado do Dirillo, como que a controlar ou a acompanhar a penetração grega, tanto de Siracusa como de Leontinos e de Gela (FRASCA 1996, p.144). Castiglione, que floresceu entre o século VIII e início do VI, apesar de ser um sítio tipicamente indígena, com casas aglutinadas em torno de espaços comuns onde em geral ficava um silo para armazenamento de grãos, comportava em seu centro uma estrutura de 4 x 12m com características de *naiskos* grego (pequeno santuário).

Outro exemplo expressivo da presença grega neste interior é o achado da necrópole de Rito, a 1km de Hibla, com 76 túmulos gregos com rico mobiliário, sobretudo ático e coríntio, datados do século VI (DI VITA 1956, p.200. PELAGATTI 1973, p.152). Mais no interior, em sítios sículos, há também muito material grego, porém de qualidade inferior (PELAGATTI 1973, p.152).

Para não deixar o litoral completamente de fora, deve ser registrado um sítio sículo, na foz do Rio Irminio, portanto ao sul de Camarina. Trata-se de Contrada Maestro (Scicli), datado do século VI, que apresenta área residencial em tudo semelhante às estruturas encontradas em Casmene (pátio interno e cômodos dispostos de um só lado), mas que parece ter sido um empório no sentido em que a cerâmica arqueológica ali encontrada é de origem muito variada: ática, massaliota, de Lesbos, entre outras proveniências (DOMINGUEZ 1989, p.220). Lembremos que o Rio Irminio é aquele que vem também do

---

<sup>16</sup> Registre-se que este não é um padrão exclusivo da Sicília Sul Oriental e que é constatado igualmente nas muitas localidades sicilianas no interior das *apoikiai* do litoral sul da Sicília (como Gela e Agrigento; cf, por exemplo Vassallaggi) e do litoral norte oriental da Ilha (ALBANESE PROCELLI, 1996, p.170).

coração dos Montes Hibleus e que passa por Hibla, rota entre o litoral sul da Sicília e Siracusa, a qual se consolidará apenas no século V (Di STEFANO 1987, p.195). Mesmo pensando neste sítio como ponto de entrada ao coração do território sículo, ele é também importante em sua função de porto na circunavegação da ponta sul oriental da Sicília, tal como Heloros e, talvez, Ina. Na Contrada Maestro, com efeito, foi encontrado também um porto sobre o Ribeirão Oanis, escavado no tufo.

Os dados revelam, no século VIII, no vale do Rio Dirillo, que como vimos nasce nas encostas do Monte Lauro, a presença grega, sobretudo calcídica, de Leontinos, Catânia e Naxos, *apoikiai* localizadas na costa centro/norte oriental da Sicília. Já no final do século VIII e durante todo o século VII, o material coríntio é mais conspícuo, mas não é único, pois as importações gelenses também aparecem, e assim ficam marcadas as presenças siracusana mas também ródio-cretense de Gela. A estrada grega antiga é ainda reconhecível na altura de Scornavacche, um dos sítios em que se registra presença grega desde o século VI. Aqui, em uma planície que se abre entre o Rio Dirillo e um afluente seu (a oeste da atual Chiaromonte Gulfi), foi escavado um pequeno sítio grego com características de empório (muito material misturado) ou, na interpretação de Di Vita (1956a, p.180), de posto caravaneiro. Local ocupado desde o início do século VI, Di Vita (1956a, p.190; 1956b, p.36-41) indica a possibilidade de esta ter sido uma fundação grega de Siracusa. Di Stefano (1987, p.142) reporta que nela foi escavada uma necrópole grega arcaica, importante nessa época. Segundo o mesmo autor, a via que passava diretamente por Hibla era evitada pelos gregos até pelo menos o século V: região mais montanhosa e de percurso difícil, além de parecer ter havido aqui até essa época um bloco indígena mais denso. Scornavacche era, assim, uma etapa de um atalho que evitava Hibla. Além de Scornavacche, nesta área, os sítios com muita presença grega de época arcaica (séculos VII e VI) são, sobretudo, Akryllai (hoje vizinho de Chiaromonte Gulfi), Castiglione e Bidis (hoje Acate). Esta presença se consolidou nos séculos posteriores (IV sobretudo), época de que se constatam, inclusive, plantas ortogonais de assentamento e documentação material grega e de influência grega abundante.

Os dados citados nos relatos de escavação sobre toda essa que seria a hinterlândia de Camarina são inúmeros. Mas, note-se que registram a presença grega a partir de meados do século VIII: independentemente, portanto, da fundação de Camarina. Com a fundação desta, no início do século VI, a penetração coríntia parece consolidar-se ao longo do Rio Dirillo. Entretanto, como afirma Paola Pelagatti (1973, p.151), com a segurança que somente quem escavou muitos sítios na região pode ter, Camarina sempre oscilou entre Gela e Siracusa: as escavações na cidade desvelaram material tanto de influência gelense quanto siracusana. Tanto é assim que, na foz do Rio Dirillo, em Piano Pizzo, foi identificado um entroncamento de estradas: a que chega das montanhas, a que vai para Gela e a que segue para Camarina. O sítio de século VI aqui escavado rendeu material sobretudo coríntio (Di STEFANO 1987, p.140). Talvez esta posição de Camarina, entre encruzilhadas de influências, tenha sido fator importante em sua pretensão de independência, levando-a a rebelar-se contra Siracusa, sua metrópole, já 45 anos após sua fundação (Thuc. VI 5, 3).



A principal questão que se coloca em relação a Camarina, e no contexto em que estamos abordando os dados, a organização da hinterlândia, é em que medida Camarina faz parte ou não da *khora* siracusana. Quase a 100km da metrópole, poderíamos considerá-la como a institucionalização de uma *eschatia*<sup>17</sup>? Em que medida ela foi uma pólis dependente de Siracusa, como na definição de Hansen (2004, p.87-95), e como outras identificadas no mundo grego? É interessante observar como entre os tipos de pólis dependentes estabelecidos pelo *Copenhagen Polis Centre*, há o tipo 4, cujo exemplo principal é Ambrácia, justamente *apoikia* coríntia no Adriático, definida em fontes textuais, como Tucídides (por exemplo em II 9 e III 105), como pólis. E, no entanto, continuava sendo *apoikia* dependente de Corinto (HANSEN 2004, p.87 e 89). Da mesma maneira podemos entender Cócira, que, por vezes, esteve dependente de Corinto, conquistando sua independência em momento posterior (GEHRKE, WIRBELAUER 2004, p.361. SALMON 1984, p.209-217 e 387-396). Assim, como ajustar a cronologia dos eventos que foram definindo a independência de Camarina em relação a um estatuto inicial de dependência, caso este tenha formado a primeira intenção de Siracusa?

Em que medida o controle das vias de acesso ao interior, por questões comerciais ou de expansão de domínio, levou ao desacordo entre Camarina e sua metrópole? Segundo Di Stefano (1987, p.130), é possível afirmar que existia uma verdadeira *symmachia* (aliança militar) entre sículos e camarinenses, logo em seguida à fundação da *apoikia* grega – e os dados arqueológicos confirmam muito desta intimidade (DI VITA 1956, p.200). E, segundo as fontes escritas, a primeira revolta contra Siracusa em 553 é fruto de aliança entre Camarina e os sículos da hinterlândia, conforme testemunho de Dioniso de Halicarnasso (D.H. V 4. cf. FGr Hist 556, F5 *apud* Di STEFANO 1987, p.197).

Siracusa teria penetrado lentamente através dos Montes Hibleus, com o objetivo de estender sua hinterlândia até a costa sul da Sicília e, uma vez ali chegando, teria fundado Camarina, completando seu domínio sobre toda a Sicília sul-oriental? Ou teria esta pólis sido fundada como eventual desafogo demográfico (como eventualmente no caso da fundação de Selinonte por Mégara Hibleia)? Ou ainda, decorreria de problemas internos da metrópole, que teriam levado camponeses livres perseguidos pelos *gamoroi* a algum tipo de negociação que lhes permitisse a instalação em uma nova cidade?

## CONCLUSÃO

Em geral, os estudos sobre o disciplinamento do espaço entre os gregos em relação à definição da *khora* políade conduzem-nos a temas como repartição e apropriação de terras, especialização de espaços e

---

<sup>17</sup> *Eschatia* é termo empregado pelo gregos antigos para definir a área mais longínqua do núcleo central de uma pólis. Vide discussão em: G. D. Rocchi. *Frontiera e confini nella Grecia antica*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1988. M. Giangiulio. *L' eschatia*. Prospettive critiche su rappresentazione antiche e modelli moderni. In: *Problemi della chora coloniale dell'Occidente al Mar Nero. Atti 40º. Convegno di Studi sulla Magna Grecia (29 sett-3 ott 2000)*. Nápoles: l'Arte Tipografica, Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia (2001, p.333-361).

fronteiras ([www.labeca.mae.usp.br](http://www.labeca.mae.usp.br) Projeto 2010-2104). Entretanto, a pesquisa sobre a Sicília sul-oriental revela a ausência praticamente completa de dados – arqueológicos ou textuais – que permitam, por exemplo, conhecer como foi feita a divisão das terras entre os primeiros que chegaram e se instalaram em Ortígia. Ainda que saibamos que, possivelmente, quando da fundação da *apoikia*, tenha havido um sorteio de lotes, e o fragmento de Arquíloco antes mencionado é eloquente a esse respeito, esses dados são fugidios e não nos permitem avançar qualquer conclusão: nada sabemos sobre os agrimensores que marcaram os lotes no terreno, qual a extensão do terreno ocupado por cada lote, o tamanho desses lotes na *khora* siracusana, sua produtividade, o tipo de cultivo, e nem sobre sua disposição em relação àqueles do *astu* (área central mais urbanizada de uma pólis). Por outro lado, poucos são os dados sobre função dos terrenos fora dos centros urbanizados e dependemos de exercícios interpretativos para traçar as fronteiras.

São outras as informações sobre o disciplinamento do espaço da hinterlândia siracusana que nos oferecem – e com riqueza de detalhes – os dados arqueológicos. São dados que nos colocam diante de um cenário de contatos culturais, de negociações e de expansão territorial na hinterlândia de Siracusa, que podem muito bem ser articulados a partir desta afirmação de Whittaker (1994, p.18): “Qual é o nosso conceito geral de confin e de fronteira antiga? [...] O confin não é meramente natural, mas delimitações historicamente determinadas que sobretudo em época arcaica podem deixar zonas periféricas não ocupadas. Emerge então a ideia de confins ‘abertos’, áreas permeáveis através das quais se desenvolvem formas de contato, zonas de passagem e de encontros”.

Nossa discussão sobre a hinterlândia siracusana pode começar, então, a partir da constatação que, para o norte de Ortígia, o Rio Ánapo marcava uma fronteira natural e de transposição complicada onde, já logo em seguida à fundação de Siracusa, existiam as *apoikiai* de Mégara Hibleia, que controlava uma planície a oeste, e de Catânia e Leontinos, que controlavam ou intencionavam controlar uma enorme planície cultivável, situada entre a estrutura geomorfológica do Etna e Montes Peloritanos e o vale do Rio Ánapo, planície que chegava quase até o centro da ilha. Ainda que o Rio Ánapo desembocasse ao sul de Ortígia, seu percurso vinha do norte, naturalmente limitando por aí a expansão da cidade. Restava assim, uma expansão da *khora* em direção a oeste e ao sul.

Na definição de uma *khora* a oeste, podemos considerar os dados posteriores da construção dos muros de Siracusa por Dionísio I, no final do século V. Segundo Diodoro Sículo (XIV 18, 2-17), Dionísio considerou a fragilidade da cidade quando os atenienses facilmente a invadiram pelo sul, a partir do santuário extra-urbano de Zeus, e, portanto, resolveu construir muralhas defensivas que eliminassem esta vulnerabilidade. O trajeto do muro, recuperado pela arqueologia, mostra que ficava protegida não apenas a cidade, em sua parte mais urbanizada, mas também uma porção da *khora* a oeste. Outro dado interessante a ser considerado, para a definição dos limites da *khora* siracusana e agora a sul, mas também com datação posterior, é o da construção do templo de Zeus Olímpio na área chamada de Polichne, no meio da Baía do

“Porto Grande” de Siracusa, praticamente na foz do Rio Ánapo, em espaço colocado bem em frente de Ortígia, do outro lado da Baía. Datado de 600-580, o Olimpieion de Siracusa é um típico santuário extra-urbano e, como se sabe, estes foram erigidos pelos gregos na *khora*, com a intenção de resguardar/marcas o domínio de uma pólis sobre um determinado território, naquilo que foi já chamado de paisagem sagrada da territorialização das cidades gregas (LAKY 2013, p.74-75. VERONESE 2006. De POLIGNAC 1994).

A partir destas considerações que oferecem alguma indicação, devemos buscar o direcionamento da instalação da *khora* de Siracusa, no oeste e no sul – e, neste sentido, os dados que apresentamos acima falam por si.

Quais conclusões podem ser traçadas em relação ao posicionamento de Siracusa, *apoikia* coríntia, diante de sua hinterlândia?

1. Desde muito cedo, após sua fundação, Siracusa buscou expandir suas fronteiras em direção ao sul e ao oeste, instalando Heloros e possivelmente Ina, no litoral sul, e, subsequentemente, no espaço de 90 anos de sua fundação, Acrai e Casmene. Até o início do século VI, fundou a *apoikia* de segundo grau de Camarina, no litoral sul da Ilha, marcando o território em direção oeste. Pode-se dizer que depois de 135 anos de sua fundação, os descendentes dos fundadores de Siracusa têm sua presença registrada com força em todo o canto sul-oriental da Sicília.

2. Essa presença não é marcada por uma dominação completa, profunda, nem do ponto de vista econômico e nem do ponto de vista institucional / político. Ao contrário, é uma presença dispersa, que, ainda que chegue em pontos afastados de Siracusa, mantém espaços vazios entre esses pontos e o centro principal propalador desta presença em Ortígia. É uma presença desigual dependendo do local, independente de este estar próximo ou afastado do ‘centro’. São as fronteiras ‘abertas’, fluidas, desiguais.

3. De sorte a ter condições de manter estas fronteiras, ‘abertas’ que fossem, Siracusa estabeleceu uma rede de comunicação viária eficiente. Com conhecimento pleno da paisagem, esta rede foi articulada a fim de cercar toda a ponta da Sicília sul-oriental, buscando um domínio por partes, e gradual. Protege de outros gregos a descida pelo mar Jônio ao sul de Siracusa e o contorno da ilha pelo cabo Passero, colocando grupos indígenas sob sua proteção em Heloros e possivelmente Ina. O fechamento do litoral Sul Oriental é conseguido posteriormente com a fundação de Camarina.

Pelo lado oeste interiorano, vai cercando os Montes Hibleus, fundando Acrai e Casmene, em convívio com os sículos, que permanecem na hinterlândia entre Acrai e Siracusa e com quem convivem em Casmene, mesmo no próprio assentamento. Em seguida, cria uma rota ao longo do Rio Dirillo – compartilhando-a provavelmente com os calcídios e com os gelenses a partir do século VI – que chega até o litoral sul. Nesta rota, gregos se instalam em pequenos assentamentos muitas vezes junto com sículos. Estes convivem em situações diferentes com os gregos. Escravizados? Casamentos mistos? Colaboração artesanal? Indivíduos ou grupos de gregos? De toda forma, assentamentos importantes de sículos, como Hibla e

Finocchito nos Montes Hibleus, ficam isolados do litoral; em um primeiro momento recebem influxo demográfico sículo, mas já no século VII andado começam a perder seu vigor. Postos de parada na rota do Rio Dirillo, como Akrillai e aquele escavado em Scornavacche, definem a presença siracusana até o litoral sul, onde cem anos depois da fundação de Gela ao norte do Rio Dirillo, Siracusa encontra condições de fundar uma *apoikia* sua dependente, Camarina, ao sul desse rio, nas margens do Rio Hipparis. Ao sul de Camarina, na foz do Rio Irminio, Contrada Maestro, um empório – meio grego, meio sículo – faz a conexão com Hibla no interior, ao longo do século VI, começando assim a fechar as aberturas que restavam nessa fronteira siracusana tão fluida, de modo a oferecer maior apoio à circunavegação grega da ilha. No século V, com efeito, a via de comunicação, pelo interior, entre Siracusa e o litoral sul, será já a mais curta, passando por Hibla.

Fecha-se o circuito. A Sicília sul-oriental pode assim ser definida como uma unidade: unidade fluida, apoiada em negociações mais ou menos fortes e muitas vezes em equilíbrios de poder efêmeros; não existe uma unidade política ou institucional, mas há sim, com certeza, uma base sócio econômica construída pelo convívio e pela construção de interesses comuns, tendo como epicentro a pólis de Siracusa. Não há fundações de novas pólis, mas há uma porção de localidades que pouco a pouco vão se parecendo entre si, e adotando muitas das características ‘gregas’: um certo ‘urbanismo’ representado por malhas ortogonais; os telhados de telhas e não mais de palha; o vasilhame cerâmico em formatos tipicamente gregos; a escrita usada em língua sícula mas com o alfabeto grego. Em toda essa área se constrói ao poucos uma rede complicada e extensa de contato entre gregos e sículos (ALBANESE PROCELLI 1996, p.174-5), a qual se manifesta ainda nas várias fazendolas descobertas no vale do alto Rio Tellaro.

A partir desta base de influência e domínio político e econômico na Sicília sul-oriental, Siracusa – como cidade – confirmará sua posição de posto estratégico entre toda a helenidade ocidental, local a ser conquistado por outras cidades gregas, papel que passará a desempenhar com o desenvolvimento das tiranias siceliotas no século V.

4. Não podemos avançar nas conclusões sobre o posicionamento de Siracusa diante de sua hinterlândia sem tratar da tese tradicional na historiografia de uma “expansão siracusana na Sicília sul-oriental militar e violenta de acordo com um padrão dórico”.

A tese do expansionismo militar violento por parte dos coríntios quando se instalaram na Sicília sul-oriental vigorou por muito tempo. Parece-me que a sua fundamentação principal na historiografia tradicional residia neste *topos* tão forte, do caráter militar de Esparta (dórica) e na ação de Siracusa em período posterior, quando, liderada por um tirano depois de outro, chegou a dominar toda a Sicília grega. A força do texto de Tucídides na historiografia moderna e contemporânea não é de se desprezar. Neste sentido, é que se tendeu a enxergar na fundação da *apoikia* em Ortígia já uma ação violenta. Do mesmo modo, outra ação violenta, na redução de Heloros, além da necessidade de um posto militar avançado, na instalação de

Casmena. Ora bem, esta tese também esteve contaminada por um outro *topos* que permeou toda a historiografia da antiguidade, qual seja, o da superioridade e irretocabilidade da civilização grega em relação aos outros grupos populacionais do Mediterrâneo. Assim, segundo esta visão, os gregos instalados na Sicília se defenderiam de bárbaros, incultos e pouco sofisticados tais como os sículos. Nessa ótica, Heloros, Acrai e Casmena teriam sido sempre entendidos como assentamentos destinados a defender os gregos dos sículos e a promover a eliminação e escravização destes a favor dos helenos.

Mas, já na década de 1970, Coarelli nos ensinava: “A cultura grega *ut sic* é uma abstração, não existe, como não existe, por outro lado, um mundo indígena ao qual ela se oponha em um sistema complexo de influências e relações, em uma dialética fácil e ilusória” (COARELLI 1971, p.331).

A documentação arqueológica comprova muito mais momentos e processos de convivência entre gregos e sículos do que episódios de destruição violenta. Estes existiram, não há dúvida, mas o documento material evidencia nitidamente a percepção dos colonos gregos dórios e outros que a estes se juntaram, em relação à sua própria sobrevivência na Sicília: se não negociassem, se não procurassem uma convivência, não era certo que pudessem enraizar-se na Ilha.

Assim como nos diz Albanese Procelli (1996, p.168):

Há os tradicionais modelos de expansão militar tipo siracusano e expansão comercial tipo calcídica (Naxos, Catânia, Leontinos). Mas estes rótulos não fazem justiça ao dinamismo do processo que vai da segunda metade do século VIII ao final do século VI. Não há regra dórica ou jônica para o contato. Há tendências de acordo com cronologias específicas e com a ordem sócio-política das *apoikiai*.

O predomínio helênico que finalmente se consolida no século V – até onde nos indica a cultura material – é já uma construção de dois séculos e meio de contato. Ao final, é possível afirmar que os gregos foram suficientemente criativos e abertos para criar uma nova realidade a partir dessa convivência e sem perder uma identidade helênica. A contribuição dada por estes gregos do Ocidente à construção do helenismo tal como o conhecemos hoje foi inegável.

5. Aliada à tese de uma expansão militar e violenta contra os indígenas sículos vem a conclusão de que a dominação siracusana na Sicília sul-oriental respondeu a um projeto articulado de construção de uma epicracia<sup>18</sup> dória/coríntia/siracusana no Ocidente mediterrânico (por exemplo: Di VITA 1956; 1987; 1997. Di STEFANO 1987. FRASCA 1996. COARELLI, TORELLI 1984. PELAGATTI 1973).

Na verdade, se sairmos um pouco deste contexto fechado da Sicília sul-oriental, talvez possamos jogar um pouco de luz sobre esta questão da construção de uma presença dominante por parte de Siracusa sobre um território ampliado. Consideremos um pouco a metrópole de Siracusa, Corinto. No século VIII,

---

<sup>18</sup> O termo grego *epikratia* significa império, domínio, soberania sobre um território e é empregado regularmente pela bibliografia especializada para designar a soberania de Siracusa sobre o território da Sicília sul-oriental.

Corinto se colocava, entre as cidades gregas que estavam se organizando como pólis no mundo egeu, entre aquelas que buscavam a ampliação de poder, pela via comercial e por meio da absorção de territórios adjacentes ou ultramarinos (GRAS 1995, p.43-50). A exploração de reconhecimento da Sicília e a fundação de Siracusa se insere em um processo de expansão marítima que teve continuidade com a fundação por Corinto de várias *apoikiai* no norte dos Bálcãs e no Adriático: Ambrácia, Leucádia, Anactórion, Cócira, na metade do século VII, c. 657-627 (SALMON 1984, p.210-217. LEGON 2004, p.468). Corinto se insere em um padrão grego do século VIII –juntamente com os eubeus, os foceus, os aqueus e os milésios – de mobilidade pelo Mediterrâneo, de participação em um comércio marítimo de oriente a ocidente e vice-versa, assim como de expansão territorial. Este padrão de mobilidade era um traço fundamental que marcou o caráter helênico, que também incorporava a resolução de problemas internos, seja de falta de terra para todos, seja dissensões políticas, por meio do incentivo à migração e fundação de novos assentamentos. Siracusa foi fundada na sequência de conflito com Argos em meados do século VIII, como vimos acima. Em 650, como nos chama a atenção Guzzo (2011, p.196-199), mais ou menos na terceira geração da fundação de Siracusa, Corinto enfrentou crises internas que culminaram na ascensão ao poder de Cípselo (c. 655) e na fundação de várias *apoikiai* como apenas mencionado. Em Siracusa, e na Sicília, a metade do século VII é também uma data em que as fontes escritas guardam a memória de conflitos sociais importantes, que desencadearam talvez a instalação de novos assentamentos e a fundação de novas *apoikiai*. Em torno desta data, problemas internos em Mégara Hibleia levaram à fundação de Selinonte na costa sul da Sicília, nos confins dos territórios púnicos (Arist. *Pol.* 1303b); de Siracusa, dizem as fontes escritas, saíram os membros do *genos* dos Miletidai que se juntaram aos zânclios do estreito para fundar Himera no litoral norte da Sicília (Thuc. VI 5, 1). Siracusa repete o padrão coríntio de expansão e de resolução de problemas internos através da instalação de novos assentamentos. Padrão que é, no fundo, o padrão grego característico do período arcaico. O que foi então a expansão grega pelo Mediterrâneo, conhecida como ‘colonização’?

A mobilidade dos gregos pelo Mediterrâneo parece-nos estar diretamente ligada à própria estrutura organizacional escolhida por este povo a partir do século VIII: a pólis. A fragmentação do mundo grego em unidades autônomas, espalhadas, como “formigas e sapos em volta da lagoa” (Pl. *Phaedo* 109b), tem uma contrapartida na mobilidade, na criação de redes que se sobrepõem às próprias pólis e que acabam dando unidade a este mundo grego multifacetado e “misto”, como o define E. Will em 1956. O embasamento desta estrutura organizacional na posse de territórios e a competição que se instala entre as diferentes pólis, funciona como um motor para esta mobilidade e para a expansão. Na Sicília sul-oriental, como em outras regiões do mundo helênico pelo Mediterrâneo no período arcaico, a competição era regida por algumas

regras precisas: era uma competição entre iguais, entre pólis helênicas, mais do que com os não gregos<sup>19</sup>. Daí a negociação com indígenas, de sorte a construir uma territorialidade que preservasse a Sicília sul-oriental da penetração de outros gregos que pudessem instalar-se, por exemplo, ao sul de Siracusa onde foi colocada Heloros; ou como ocorre com a fundação de Camarina no litoral sul, de modo a reter o avanço de Gela, ou ainda como o posto avançado de Casmena, que controlava a passagem dos calcídios.

Assim, não há elementos na documentação hoje disponível – seja material seja textual – que nos deem segurança para afirmar que o que estamos chamando de presença grega/siracusana na Sicília sul-oriental, cujo predomínio se dá de forma desigual e gradual no período em análise, tenha respondido a um modelo ou a um projeto previamente delineado de instalação de um império ou de uma *epicracia*. Ao contrário, tratou-se de uma política expansionista de construção de poder por meio do domínio de uma hinterlândia. Política construída aos poucos, em uma dinâmica de contato e de convivência com a população sícula, em um processo constante de recriação social, cultural, política. Política expansionista e competitiva inserida em uma identidade tipicamente grega do período.

A fundação de Siracusa e a expansão de seu poder na Sicília sul-oriental se insere neste cenário: competição entre Corinto e Argos, expulsão de um filo-argivo, Árquias, e fundação da *apoikia* em Ortígia; competição com outros gregos por territórios e expansão da *khora* ao sul gerando a fundação de Heloros e talvez de Ina; competição com os calcídios instalados no litoral central e norte da Sicília provocam a fundação de Casmena; o controle do território interno de Ortígia leva à fundação de Acrai; a competição com os ródios e cretenses de Gela e com os calcídios que vão chegando ao litoral sul da Sicília, levando à fundação de Camarina. No início do século VI, consolida-se um território, de grande fertilidade, capaz de produzir grãos para a sobrevivência do grupo e para exportação, capaz de abrigar uma rede de rotas articuladas para a comunicação mais ágil e para a distribuição de bens. O contato e o convívio com os sículos, da forma como foi operacionalizado nesta região pelos gregos, serve à confirmação deste modo de agir que é uma das facetas do modo grego de ser.

---

<sup>19</sup> Sobre a questão da competição entre iguais (peer polity interaction) deve-se consultar J. Cherry e C. Renfrew *Peer Polity Interaction and Social Political Change*. New Directions in Archaeology. Cambridge Univ. Press, 1986. A competição entre pólis, no Ocidente grego é manifesta em muitos casos: destruição de Síbaris por Crotona; destruição de Siris por Síbaris; disputas por controle de território entre Régio e Lócris; instalação de Metaponto por aqueus no Golfo de Taranto para evitar a expansão do território da *apoikia* tarantina e dezenas de outros exemplos no mundo helênico.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALBANESE PROCELLI, R.M. Greeks and indigenous people in Eastern Sicily: forms of interaction and acculturation. IN: LEIGHTON, R. *Early Societies in Sicily. New developments in Archaeological Research*. Accordia Specialist Studies on Italy, vol. 5, Univ. of London: 1996, p.167-176.
- ASHERI, D. *Distribuzioni di Terre nell' Antica Grecia*. Memoria dell'Accademia di Scienze Morali, Storiche e Filologiche. Torino: Accademia delle Scienze, 4, 10, 1966.
- ASHERI, D. IN: GABBA, E.; VALLET, G. (ed.) *La Sicilia antica*, I, 1, Nápoles: 1980, p.119-139.
- BASILE, B. L'arco costiero siracusano. IN: AAVV *Approdi, porti, insediamenti costieri e linee di costa nella Sicilia sud-orientale dalla preistoria alla tarda antichità*. *Archivio storico siracusano*, 2, 1988, p.20-62.
- BOUFFIER, S. et al. *Les diasporas grecques. Du détroit de Gibraltar à l'Indus*. Paris: Sedes, 2012.
- BUSCEMI, F. Percorsi antichi e viaggiatori moderni attraverso gli Eblei. Note di topografia storica. IN: BUSCEMI, F.; TOMASELLO, F. (ed.) *Paesaggi archeologici della Sicilia sud-orientale. Il paesaggio di Rosolini*. Palermo: Off. Di Studi Medievali, 2008, p.5-31.
- CARDETE DEL OLMO, M.C. Sicilia sícula: la revuelta étnica de Ducetio (465-440 a.C.) *Stud. hist., Historia Antigua*, 25, 2007, p.117-129.
- COARELLI, F. *La gente non greche della Magna Grecia. Atti del XI Convegno di Studi sulla Magna Grecia*, 1971. Taranto: 1972, p.331-332
- COARELLI, F. e TORELLI, M. *Guide Archeologiche: Sicilia*. Bari: Laterza, 1984.
- COPANI, F. Paesaggio ed organizzazione del territorio nella colonia siracusana di Heloros. *ASAA*, 83, 2005, p.265-285.
- COPANI, F. Greci e indigeni a Heloros. IN: TRÉZINY, H. *Grecs et Indigènes de la Catalogne à la Mère Noire. Actes des rencontres du programme européen Ramses (2006-2008)*. Centre Camille Julien. Arles: Errance, 2010, p.689-693.
- COPANI, F. Akrai e Kasmenai. L'espansione siracusana sui Monti Iblei. *8ª. Antichità III bozze 4-09-2009*. [www.academia.edu](http://www.academia.edu). Acesso em 20/10/16.
- CORCELLA, A. La frontiera nella storiografia sul mondo antico. *Atti del XXXVII Convegno di Studi sulla Magna Grecia*. Taranto: 1997, p.43-82.
- CORDANO, F. *Antiche Fondazione Greche*. Palermo: Sellerio, 1986.
- CORDANO, F. A Project of Greek colonisation from Sicily to Etruria? *ASAtene*, 84, 2006, p.465-480.
- D'ERCOLE, M.C. *Histoires Méditerranéennes*. Arles: Errance, 2012.
- De POLIGNAC, F. *La naissance de la cité grecque. Culte, espace et société au VIII-VII siècles av. J.-C.* Paris: Ed. La découverte, 1984.
- DI STEFANO, G. Il territorio de Kamarina in età arcaica. *Kokalos*, 33, 1987, p.129-207.



- DI STEFANO, G. L'emporio del Maestro. Il Campagna do scavo (1985). IN: MILITELLO, P. *Scicli: arqueologia e territorio*. Palermo: Officina di Studi Medievale, 2008, p.209-215.
- DI VITA, A. La penetrazione siracusana nella Sicilia sud orientale alla luce delle più recenti scoperte archeologiche. *Kokalos*, 2.2, 1956 a, p.177-209.
- DI VITA, A. Recenti scoperte archeologiche in Provincia di Ragusa. *ArchStSir* 2, 1956b, p.36-41.
- DI VITA, A. Un contributo all'urbanistica greca di Sicilia: Kasmenai. *Atti del Settimo Congresso Internazionale di Archeologia*. Roma: 1961, II, p.69-77.
- DI VITA, A. Tucidide V, 5 e l'epicrazia siracusana. Akrai, Kasmenai, Kamarina. *Kokalos*, 33, 1987.
- DI VITA, A. Siracusa, Kamarina, Selinunte: quale frontiera? *Atti del XXXVII Convegno di Studi sulla Magna Grecia*. Taranto: 1997, p.361-378.
- DOMINGUEZ, A. J. La colonización griega en Sicília. Oxford: BAR International series 549i, 1989.
- DUNBABIN, T. J. *The Western Greeks. The History of Sicily and South Italy from the Foundation of the Greek Colonies to 480 B.C.* Oxford: Clarendon Press, 1948.
- FISCHER-HANSEN, T. *et alii* Sikelia. IN: HANSEN, M.H.; NIELSEN, T.H. *An inventory of Archaic and Classical Greek Poleis*. Oxford Univ. Press: 2004, p.172-248.
- FLORENZANO, M.B.B. A contribuição das colônias ocidentais na construção da identidade políade: subsídios do uso e da organização do espaço. Resultados preliminares. IN: FLORENZANO, M.B.B.; E. F.V. HIRATA, E.F.V. *Estudos sobre a Cidade Antiga*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2009, p.93-108.
- FLORENZANO, M.B.B. Repartindo a terra na Grécia Antiga. IN: ZIERER, A.; A. L. B. VIEIRA (org.). *Viagens e viajantes: cultura, imaginário e espacialidade*. São Luiz: UEMA, 2012, p.293-308.
- FRASCA, M. Iron Age settlements and cemeteries in SE Sicily: a short review. IN: LEIGHTON, R. *Early Societies in Sicily. New developments in Archaeological Research*. Accordia Specialist Studies on Italy, vol. 5. Univ. of London: 1996, p.139 -145.
- FRASCA, M.; PELAGATTI, P.; FOUILLAND, F. Monte Casasia (Ragusa) Campagne di Scavi, 1966, 1972-73 nella necropoli indigena. *Notizie Scavi*, 1994-95, p.333-335 e 412-583.
- FRASCA, M. Monte Casasia: un villaggio indigeno prima di Camarina. *Atti del Simposio in onore di Antonino di Vita*. (Ragusa, 1998). Pádua: 2000, p.143-148.
- FRASCA, M. *Archeologia degli Iblei: Indigeni e Greci nell'altipiano ibleo tra la prima e la seconda età del Ferro*. Scicli: Ed. Storia e studi sociali, 2015.
- GEHRKE, H.-J. e WIRBELAUER, E. Akarnania and adjacent areas. IN: HANSEN, M.H.; NIELSEN, T.H. *An inventory of Archaic and Classical Greek Poleis*. Oxford Univ. Press: 2004, p.351-378.
- GRAS, M. *O Mediterrâneo Arcaico*. Lisboa: Teorema, 1995.
- GUZZO, P. G. *Fondazione greche. L'Italia meridionale e la Sicilia (VIII e VII sec. a.C.)*. Roma: Carroci editore, 2011.

- HANSEN, M.H.; NIELSEN, T.H. *An inventory of Archaic and Classical Greek Poleis*. Oxford Univ. Press: 2004.
- LAKY, L. *Olímpia e os Olimpieia. A origem e difusão do culto de Zeus Olímpio na Grécia dos séculos VI e V a.C.* RevMAE, Supl. 16. São Paulo: MAE-USP, 2013.
- LEGON, R.P. Megaris, Corinthia and Sykyonia. IN: HANSEN, M.H.; NIELSEN, T.H. *An inventory of Archaic and Classical Greek Poleis*. Oxford Univ. Press: 2004, p.462-471.
- LEIGHTON, R. *Sicily Before History*. Cornell University Press: 1999.
- LEIGHTON, R. Indigenous society between the 9th and the 6th Centuries B.C. IN: SMITH, C.; SERRATI, J. *Sicily from Aeneas to Augustus. New Approaches in Archaeology and History*. Edinburgh University Press: 2000, p.15-40.
- MANNI, E. Fidone d'Argo, i Bacchiadi di Corinto e le fondazioni di Siracusa e di Megara Iblea. *Kokalos*, 1974, p.77-91.
- MELFI, M. Alcune osservazioni sul cosiddetto tempio di Ares a Monte Casale - Kasmenai. *Geo-archeologica*, 2, 2000, p.39-48.
- MILITELLO, P. Rosolini: la preistoria ed il paesaggio. IN: BUSCEMI, F.; TOMASELLO, F. (ed.) *Paesaggi archeologici della Sicilia sud-orientale. Il paesaggio di Rosolini*. Palermo: Off. Di Studi Medievali, 2008, p.33-46.
- ORSI, P. Eloro. Ubicazione di questa antica città sulla sinistra del Tellaro nel comune di Noto. *NSc*, 1899, p.241-244.
- PELAGATTI, P. e CURCIO, G. Akrai (Siracusa) Ricerche nel territorio. *NSc*, XXIV, 1970, p.435-523.
- Regione Siciliana Documenti E3: Bacino Idrologico dei Monti Iblei.  
[www.regione.sicilia.it/presidenza/ucomrifiuti/acqua/DOCUMENTI/DOCUMENTI\\_E/E3/IBLEI/inquadramento.pdf](http://www.regione.sicilia.it/presidenza/ucomrifiuti/acqua/DOCUMENTI/DOCUMENTI_E/E3/IBLEI/inquadramento.pdf) Acesso: 4/10/16.
- SALMON, J.B. *Wealthy Corinth. A History of the City to 338 a.C.* Oxford: Clarendon Press, 1984.
- SERRATI, J. Sicily from pre-Greek Times to the Fourth Century. IN: SMITH, C.; SERRATI, J. *Sicily from Aeneas to Augustus. New Approaches in Archaeology and History*. Edinburgh University Press: 2000, p.9-14.
- SNODGRASS, A. *An Archaeology of Greece: The Present State and Future Scope of a Discipline*. Berkeley: Univ. of California Press, 1987.
- TORELLI, M. Conclusioni. IN: ABERSON, M. et alii (éds.) *Entre Archéologie et Histoire: Dialogues sur les divers peuples de l'Italie préromaine*. Berna: Peter Lang, 2014, p.349-362.
- VAN COMPERNOLLE, R. Femmes indigènes et colonisateurs. *Atti del convegno di Cortona (24-30 maggio 1981)*. Roma e Pisa: EFR e SNP, 1983, p.1033-1049.
- VERONESE, F. *Lo spazio e la dimensione del sacro. Santuari greci e territorio nella Sicilia arcaica*. Pádua: Esedra, 2006.

- VOZA, G. La Sicilia prima dei Greci. Problematica archeologica. IN: GABBA,E.; VALLET, G. *La Sicilia Antica*, I,1, 1980, p.5-42.
- VOZA, G. *Nel segno dell'antico. Archeologia nel territorio di Siracusa*. Palermo: Arnaldo Lombardi, 1999.
- VOZA, G. (ed.) *Archeologia nella Sicilia Sud-orientale*. Nápoles: Centre Jean Bérard, 1973. Especialmente: PELAGATTI, p.133-135; 139-140 e 151-152 (Kamarina) p.73-77 (Siracusa); VOZA, p.117-119 (Eloro), pp.127-130 (Kasmenai e Akrai).
- VOZA, G. e LANZA, M.T. s.v. Akrai. *Enciclopedia dell'Arte Antica*, 1994, v. 1, p.46. Disponível em [http://www.treccani.it/enciclopedia/Akrai\\_\(Enciclopedia-dell'-Arte-Antica\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/Akrai_(Enciclopedia-dell'-Arte-Antica)/). Acesso: 28/09/15.
- WILL, E. *Doriens et Ioniens. Essai sur la valeur du critère ethnique appliqué à l'étude de l'histoire et de la civilisation grecques*. Paris: Belles Lettres, 1956.
- WHITTAKER, C.R. *Frontiers of the Roman Empire. A Social and Economic Study*. Baltimore: The Johns Hopkins Univ. Press, 1994.

---

Recebido em: 30/06/2017

Submitted in: 30/06/2017

Aprovado em: 26/09/2017

Aproved in: 26/09/2017

Publicado em: 24/06/2018

---

Published in: 24/06/2018

FIGURAS



Mapa 01: A Sicília na Grécia Ocidental



**Mapa 02:** Sicília Sul Oriental (Modificado a partir de DI VITA, A. La penetrazione siracusana nella Sicilia sud orientale alla luce delle più recenti scoperte archeologiche. Kokalos, 2.2, 1956 a, Tav. X).

**THE ORGANIZATION OF THE *KHORA* IN SOUTHEASTERN GREEK SICILY: SYRACUSE  
AND ITS HINTERLAND (733 -598 BC)**  
A ORGANIZAÇÃO DA *KHORA* NA SICÍLIA GREGA SUL-ORIENTAL: SIRACUSA DIANTE DE  
SUA HINTERLÂNDIA (733 -598 A.C.)

Maria Beatriz Borba Florenzano

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



## The organization of the *khora* in southeastern Greek Sicily: Syracuse and its hinterland (733 -598 BC)

Maria Beatriz Borba Florenzano<sup>1</sup>  
Translated by Maria Lúcia Guilherme Borba<sup>2</sup>

**Abstract:** Founded by Corinthians in Sicily in the 8th century, Syracuse soon became one of the biggest and more powerful poleis of the Greek world. During the first century of life in Sicily, the Syracusans founded in the hinterland four other settlements: Heloros, Akrai, Kasmene and Kamarina. This article intends to demonstrate, through the description of material data, that: 1. These foundations were enabled thanks to negotiation with local people and that Syracusan expansion was not exclusively a military/violent one; 2. Through these foundations, Syracuse established boundaries for its initial territorial expansion; 3. The empty space between Syracuse and these boundaries were filled up by degrees and in different conditions; 4. That this movement made by Syracuse allows us to better understand an inherent characteristic of the Greek 'way of being', i.e., territorial control

**Keywords:** Syracusan territory; Cultural Contact in Sicily; Greek territorialization

**Resumo:** Fundada por coríntios na Sicília, no séc. VIII a.C., Siracusa transformou-se em uma das maiores e mais poderosas pólis do mundo grego. Ao longo do primeiro século de instalados na Sicília, os siracusanos fundaram, outros assentamentos na hinterlândia: Heloros, Acrai, Casmene e Kamarina. Este texto procura demonstrar, por meio da descrição da documentação material, que: 1. Estas fundações foram realizadas em negociação com as populações locais e que portanto a expansão de Siracusa não foi puramente militar e/ou violenta; 2. Por meio destas fundações Siracusa definiu os limites iniciais da expansão territorial que pretendia; 3. Que o espaço vazio entre Siracusa e esses limites foi sendo preenchido aos poucos e em graus diferentes de densidade; 4. Que este movimento de Siracusa permite que entendamos melhor um traço imprescindível do 'modo de ser grego', i.e, o domínio de territórios.

**Palavras-chave:** Expansão Siracusana ; Contato Cultural na Sicília; Territorialização Grega.

*All history of Greek civilization is the history of a mixed civilization (Edouard Will, 1956, p.99)*

In the context of the project "The organization of the *khora*<sup>3</sup>: The Greek city and its hinterland", being carried out by Labeca, the *Laboratory of studies on the ancient city*, we came across the case of the Corinthian *apoikia* of Syracuse, founded in the 730s BC on the southeastern coast of Sicily. From the 6<sup>th</sup> and the 5<sup>th</sup> centuries, Syracuse became the second wealthiest, most powerful and most populous city of the Greek world after Athens. We verified that the classical definition of *polis*, which sheds light on our studies,

<sup>1</sup> Titular Professor of Classical Archaeology. LABECA – Museum of Archaeology and Ethnology of the University of São Paulo, Brasil. The author is grateful for the support received from FAPESP and CNPq, which allowed for a systematic visit to the sites surveyed in this article, to local museums and to specialized libraries. [www.labeca.mae.usp.br](http://www.labeca.mae.usp.br); [florenza@usp.br](mailto:florenza@usp.br).

<sup>2</sup> Translator. Website: [mlgborba.wixsite.com/malu-translator](http://mlgborba.wixsite.com/malu-translator).

<sup>3</sup>For the definition of the Greek terms used in this text, also see Labeca's glossary at [www.labeca.mae.usp.br](http://www.labeca.mae.usp.br).

gains specific contours and brings to light the richness of Greek creativity in adapting to new environments, without losing its original Hellenic identity. With this case study we hope to demonstrate that the Greek *khora* could be much more than the 'rural' hinterland directly controlled by a *polis* in view of its economic survival as it is understood from the definition of *polis* put forward by the English archaeologist A. Snodgrass (1987, p. 47): "the Greek term *polis*, denoting in its strict sense a polity consisting of a settlement and its territory, politically united with one another and independent of other polities"; or according to the definition of *khora* by the Italian-Israeli scholar David Asheri (1980, p. 119): "a continuous whole of citizens' agricultural land".

We hope to demonstrate that Syracuse *khora* was neither a stable nor a continuous space and not even 'politically united' (at least in the juridical sense) to the main settlement. Syracuse has, indeed, created original strategies of territorial control and definition of boundaries, becoming a special polis in antiquity. In fact, and at least in classical times, Syracuse was the second in size and activity, after Athens, as mentioned above.

In order to achieve this objective, it is necessary to, initially, understand the landscape configuration of the region chosen by the Corinthians for the foundation of the new *apoikia* and to place, in that same space, the populations that occupied it at the time of the establishment of the city and, later, in compulsory sharing, although not always a peaceful one (MAP 1).

It is from the contact among different populations, non-Greeks and Greeks, that a specific type of organization of the *khora* and ingenious solutions are created for a better use of the territory. We will focus mainly on the time of the establishment of the Greeks in southeastern Sicily in the middle of the 8<sup>th</sup> century until the period of consolidation of Greek rule in the region, when the effects of Greek colonial expansion<sup>4</sup> can be felt in all its intensity in the hinterland, according to what the evidence allows us to estimate around the beginning and the middle of the 6<sup>th</sup> century BC (LEIGHTON, 1999, p. 219).

## I. SOUTHEASTERN SICILY AND THE LANDSCAPE

Southeastern Sicily is dominated by the geomorphologic structure of the Hyblaean hills, a name borrowed from Hyblon, who would have been a native leader at the time of the foundation of Hellenic *apoikiai* in the second half of the 8<sup>th</sup> century. These hills can be defined as a "vast sub-circular plateau that culminates in Monte Lauro, 987m above sea level" (*Regione Siciliana*, p.1). This is a mountainous plateau,

---

<sup>4</sup> The bibliography is very extensive regarding the debate about the use of the terms 'colonization' and 'colony' for this Greek movement in the Mediterranean from the 8<sup>th</sup> century BC. See here A. Pollini and A. Esposito, "Diáspora, colônia, colonização: desafios e questões de um léxico", *Cadernos do LEPAARQ*, XIV, 28, 2017. In Portuguese, one can also consult E.F.V. Hirata *Archeology, Religion and Political Power in Western Greek. Associate Professor Habilitation Thesis MAE-USP*, 2010. (mainly p.31-64)



with several important hilltops of different heights, from 600m, the whole being very irrigated by several river basins. The structure of this massif comprises mostly white limestone and watercourses digging deep gorges and creating natural lakes. As the distance to the coast diminishes, the relief loses altitude, presenting terraced hills and valleys that widen and create environments suitable for the practice of agriculture and animal grazing. The coastline is largely made up of sandy dunes (MILITELLO, 2008, p.34). At high altitudes, the limestone is arid and visible, but in the valleys, even in the deepest ones, the vegetation is luxuriant.

In the vicinity of the coast, the soil is called *tuff*, since water erosion and chemical corrosion of the limestone causes great porosity, creating small pools and lakes (*Regione Siciliana*, p.2). To the north, the Hyblaean hills reach the vast plain of Catania; to the west they reach the plain of Gela; to the east and south the sea and towards the coast of Syracuse and Ragusa (*Regione Siciliana*, p.1-2). Here the altitude decreases considerably creating interesting openings for the settlement of urban nuclei such as the *apoikiai* of Syracuse, Kamarina and even Heloros, as we will later see.

The heights of the Hyblaean hills are dominated by Monte Lauro and its slopes, where several water sources feed the rivers that irrigate the region. Other equally high hills also dominate the plain, such as Monte Arcibessi and Monte Casale, respectively 906 and 910m above sea level, and where the Greek (or mixed) settlement of Kasmenai was installed.

The rivers that run through all this area had a fundamental role as a means of communication and also as a privileged space for the inland settlements in view of their plentiful vegetation and land fertility in many stretches. It is therefore essential to treat them as basic elements in the configuration of the landscape that we seek to portray and that the Greeks desired to dominate. As it happens also today, the main rivers' sources are located in the mountains and their waters flow to the coast (MILITELLO, 2008, p. 34). The most important ones are the Anapo River, the Irminio, the Dirillo, the Tellaro, the Hipparis and the Cassibile. Others are more modest rivers, affluent or not of the larger ones, but that also contributed to irrigating the entire region.

The Anapo is the largest river. Its source is located on the slopes of Monte Lauro, north of the Hyblaean hills. It flows for 59km south of the Catania plain, irrigating it as well as the Syracuse plain. It reaches its mouth in the Syracuse "Porto Grande", at the side of the Ciane, a small and short river fed by the Anapo. The course of the Anapo flows largely inside deep gorges, therefore known as Anapo, which means 'invisible' in Greek.

The Dirillo River is the other great river that delimits the Hyblaean hills at the west side. Its source is located on the southern side of Catania, in the town of Vizzini, on the slopes of Mount Lauro. It flows 54km westward to the town of Piano Rizzo, in the so-called sea of Gela, on the south coast of Sicily.

The Tellaro River is also quite long, reaching 45km. Its source is situated on Mount Erbeso in a locality known today as Giarratana. Its course reaches the ancient city of Akrai and then, 30km south of

Syracuse, it flows into the Heloros River, in the city of the same name, city about which, as well as about Akrai, we shall refer to later. Incidentally, it is necessary to register that this river appears in the ancient textual sources either with the name of Heloros or of Asinaros.

The Irminio River (or Irminio, name derived from Hermes, *Regione Siciliana*, p. 3) is also long, 55km, and is considered by the historiography as the western boundary of "southeastern Sicily". Near its mouth on the south coast of Sicily, Syracuse founded the town of Kamarina, as we shall later see. In fact, Kamarina was founded between the Irminio and the Hipparis, the latter a more modest watercourse (28km) born in Monte Serra di Burgio. Kamarina built a rock-dug port at the Hipparis's mouth.

Lastly, the Cassibile, Kakuparis in Greek, a 30km watercourse also born in the vicinity of Akrai on the southern slopes of Mount Lauro, has its mouth in the Ionian Sea at 23km south of Syracuse. Despite its many gorges due to its mountainous course, its estuary is already a flatter and lower area. Actually, this is practically no estuary as here the Cassibile runs underground until it flows into the open sea (*Regione Siciliana*, p.2).

On the coast of eastern Sicily, we found small promontories, protected bays and gulfs, suitable for the establishment of ports, preferred sites of the first Greek foundations, such as the *apoikiai* of Naxos, Catania, Megara Hyblaea and Syracuse. Other *apoikiai* used the mouth of rivers flowing from the Hyblaeen hills to install river ports, including rock-dug ones like those of Heloros and Kamarina, settlements which will be discussed below.

The fertile plains, irrigated by these rivers descending from the Hyblaeen hills in southeastern Sicily, may not be as extensive as the great plain of Catania, but they are many and very fertile: one, situated west of Syracuse, almost reaching Akrai and to the south passing by Cassibile; the other, reaching west and south of Heloros, following the Tellaro River valley and reaching as far as Capo Passero; and the plain of Kamarina between the Irminio and the Hipparis, connecting to the north with that of the Dirillo valley that borders Gela. It is also worth mentioning the Ragusa plain, between the Irminio and the tip of southeastern Sicily (MAP 2).

## II. THE SIKELS IN SOUTHEASTERN SICILY BEFORE THE FOUNDATION OF SYRACUSE

During the period before the foundation of Greek *apoikiai*, the entire southeastern Sicily region, with its landscape structured from the Hyblaeen hills, was dominated by the Sikel population. Thucydides relates that before the arrival of the Greeks the island of Sicily had been populated by two other groups besides the Sikels: the Sikans and the Elymians. According to Thucydides, the Sikans called themselves autochthonous, although in ancient times they had come from Iberia; on the other hand, the Elymians were the refugees, defeated in the Trojan War, who had settled in the westernmost part of the island.

The Sikels (*sikelos* in Greek) who settled on the eastern coast of Sicily had migrated more recently from the Italian Peninsula, pushed by groups that came from the north of the peninsula (Latinos, Opticians, Umbrians, and Sabines?). The island that today bears the name of Sicily would thus have received, in ancient times, a variety of names according to the people who inhabited it: first of all Trinakria (three points), Sikania (of the Sikans) and Sikelia (of the Sikels) (Thuc. VI 2).

Linguistic and archaeological studies have attributed veracity to Thucydides' account of the Sicilians' migration from Central Italy, even though the period in which this occurred is still under discussion: at the end of the Bronze Age?; at the beginning of the Iron Age?; at some point in the 1000s?; at the end of the Iron Age?

It should be noted that, since prehistoric times, shared cultural traces between the southern Italian Peninsula and the northern coast of Sicily have been registered. In this sense, throughout the Tyrrhenian basin, the role of the Aeolian Islands (in northeastern Sicily) in the sharing of traces has become evident by archaeological research findings (LEIGHTON, 1999, p.3-4).

In general, it is accepted that the Sikels occupied the eastern part of the island, the Sikans the center-south, and the Elymians the northwest. However, it is difficult to establish boundaries between these peoples. The sharing of traces between them, throughout the Iron Age until the arrival of the Greeks in the 8<sup>th</sup> century, had been always very intense. Nevertheless, we can say that when the Greeks arrived on the eastern coast of Sicily, from north to south, these were exactly the groups they found: the Sikels.

The stage of development during which they were found is named by the researchers 'Pantalica-south' (850-730). The culture archaeologically defined as Pantalica has been recorded since the 13<sup>th</sup> century and is widespread throughout southeastern Sicily, although its center is thought to be in the Anapo valley. Its 'southern' phase seems to correspond to a renewal that some authors relate to the arrival of Sikels (VOZA, 1980, p. 37-38); or even to the arrival of Greeks. These are hypotheses that still require further evidence. This renewal responds to a greater social cohesion represented by greater standardization of traces (MILITELLO, 2008, p.45). Even today, in many of these settlements it is possible to understand how the place chosen for their installation met clear criteria of landscape control, both visual and auditory: you see what happens, but you can also hear it.

In general, the Pantalica culture is characterized by a settlement pattern which is described as the "primary use of valleys associated with the control / domination from high hilltop settlements" (MILITELLO, 2008, p.45). The use of rock-dug caves, housing and necropolis is widely found throughout the region. At this stage, the most characteristic settlements are to be found far from the coast. The coastal sites typical of the Bronze Age seem to have lost their preeminence as politically and economically strong centers: some are depopulated if not abandoned. The bibliography insists on the fact that the Sikel society of this period is a weakly stratified society, not urbanized, very fluid and mobile. The settlement pattern indicates a more

decentralized world. From a more sophisticated society of the Bronze Age (13<sup>th</sup>-11<sup>th</sup> centuries), with an uneven distribution of wealth, specialized craftsmanship, an elitist / aristocratic ideology, perhaps stimulated by the connectivity with the East, and characteristic of this time in the Mediterranean, the 10<sup>th</sup> and 9<sup>th</sup> centuries brought a "more endogenous or more West-oriented political, social and economic realignment". The profound changes that took place in the eastern Mediterranean around the 1200s may indeed be the major reason for this realignment (LEIGHTON, 2000, p. 18). Thus, the social groupings characteristic of the final stages of the Pantalica culture at the beginning of the Iron Age can be described as "*tribal* entities characterized by more uniform or less ostentation burials and less funeral furniture" ... there is also a "distance from an elitist ideology of the preceding period and a proximity to a more collectivist and egalitarian *ethos* noticeable in the diffusion of utilitarian products to the detriment of luxury goods" (LEIGHTON, 2000, p.18). The excavated burials and the recovered mortuary plaster, however, attest to the permanence of the division of labor (qualified production of metal objects and ceramics in the lathe) and a greater valuation of metallurgical work to the detriment of ceramic work. In the Hyblaeen hills, which later will become the hinterland of Syracuse facing southern Sicily, there are numerous 9<sup>th</sup> and 8<sup>th</sup> centuries small Sikel settlements, installed on higher slopes, dominating the fertile plains of Ispica and Comiso: Ragusa, Castiglione, Cava dei Servi, Canicarao, Cava d'Ispica, Giarratana (where the Tellaro River has its source), Chiaromonte (in the vicinity of Ragusa, Akrillai and Scornavacche, to be addressed later in this text), and Modica, all of them having their epicenter in the locality of Hybla (Di STEFANO, 1987, p.132). Findings in these settlements show their insertion between the 10<sup>th</sup> and the 13<sup>th</sup> centuries in the western Mediterranean surroundings, with links to Sardinia and the Iberian Peninsula. Here, indeed, the wealth of burials points to the social hierarchy and specialization of labor, in this case, by means of furniture showing sophisticated metal pieces.

We must reinforce, in the context that interests us concerning the arrival of the Greeks in Sicily, that there is no technological *gap* between these Sikel populations and the Greeks; there are, anyway, social differences, differences in worldview, posture before the land and the territorialization of society (LEIGHTON, 2000, p.19; 1999, p.221; MILITELLO, 2008, p.45; ALBANESE PROCELLI, 1996, p.167).

These are, therefore, the Sykels that the Greeks met during their visits to southeastern Sicily from the beginning of the 8<sup>th</sup> century. Indeed, there is archaeological evidence confirming that the eastern coast of Sicily and the southeastern part – our area of interest – were being visited by Greeks of Euboea and Cyclades since at least the beginning of the 8<sup>th</sup> century<sup>5</sup>. These used, preferably the route of the Anapo and

---

<sup>5</sup> The evidence of the presence of Greek, Euboeans, Cyclades and Corinthians before the 'official' foundation of the *apoikiai* registered by textual sources, is based on the chronology of pottery vessels found mainly in inland indigenous cemeteries and of diversified archaeological material. There is much discussion about these chronologies, whether these are actually deposits from the early 8<sup>th</sup> century or whether their dating may slide towards the end of the same century indicating that they are deposits subsequent to the foundations of the Greek settlements. The general tendency,

then of Dirillo rivers, where their passages left material traces that have been recovered, especially the presence of Greek pottery objects. In fact, before the Greek 'official foundations', there seems to have been a settlement of Chalcidians in Thapsos, 20km north of Syracuse. However, the oldest Greek material found in southeastern Sicily dates from the first half of the 8<sup>th</sup> century and was found in what is today the village of Villasmundo, north of the Anapo.

In Castelluccio, located in the valley of the Tellaro River, 30km south of Syracuse, Corinthian presence in the first half of the 8th century has also been attested. The Greek presence is also, and largely, registered in various Sikel settlements after the beginning of the *apoikiai* foundation in the second half of the 8<sup>th</sup> century, as well as in inland sites in what is today Modica, Ossini, Cocolonazzo di Mola and Lentini, indicating the survival of Sikel settlements and the good relationship between these and the newly arrived Hellenes (CORDANO, 1980, p.31). We will return later on this subject.

It is believed that some of these Sikel sites (or Hyblaeon as some authors call them in reference to the Hyblaeon hills) have served as commercial warehouses for the dissemination of Greek material into the interior of the island (GUZZO, 2011, p.190). Some archaeological findings, although sporadic and scattered throughout this region of Sicily (Avola, Solarino, Noto and also Gela on the southern coast of Sicily) also indicate the presence of Corinthian material (GUZZO, 2011, p.190-191).

Indeed, it is possible to draw, from the archaeological material, a reconnaissance travel itinerary as undertaken by the Corinthians before the foundation of Syracuse: not only are Corinthian remains recorded on the eastern coast of Sicily as they also seem to have explored the south coast of the island around Capo Passero and sailed to the mouth of the Dirillo, where later Gela would be founded by Rhodian and Cretans (GUZZO, 2011, p.192 -193).<sup>6</sup>

One also has to wonder why the first Greek *apoikiai* in Sicily were always located on the eastern coast of the island, although the south coast had already been explored. A simple answer is the fact that it is the first point touched in the island when coming from Greece. On the one hand, it is also very likely that

---

however, is to accept that before settling into more definitive forms of settlements, the Greeks did indeed have a phase of reconnaissance with the Sikels, sometimes even conviviality, and then settled for a more permanent installation (Albanese Procelli, 1996, p.169; Cordano, 1986, p.29-30; Guzzo, 2011, p.17-18; and Leighton, 2000, p.15-17 for the terms of the discussion). This is a tendency registered by the archaeological material in Sicily in general and also in Southern Italy (see the case of Metaponto in summary form in Florenzano, 2012 and for Magna Graecia in general Torelli, 2014, p. 349ss).

<sup>6</sup> Among the reasons for the Corinthian endeavor to venture into an expansion to the West of the Mediterranean, accompanying Euboeans and Phoenicians, the vicissitudes of the rise to power of the Bacchiadae tyranny and the power displayed in the eastern Mediterranean in this period must be considered (GUZZO, 2011, p.196-199). We will not deal here in depth with this question because it is not decisive for the subject we are discussing, although it may shed light on our conclusions about the organization of the Syracuse hinterland. Also, we will not go into the today much debated question about the reasons that led to the expansion of Greeks across the Mediterranean from the Aegean. The terms of this debate can be followed in D'Ercole, 2012, p.13-21 and Bouffier et al., 2012, p.5-20, with previous bibliography.

the occupation of the Island by the indigenous population<sup>7</sup>, very much widespread in the hinterland, has been a factor of difficulty to the immediate control. On the other hand, one must also consider that the 'Phoenician' factor had some influence in this first choice, since they circulated throughout the Mediterranean from before the 8<sup>th</sup> century and were already established in western Sicily (GUZZO, 2011, p.191-192).

### III. THE FOUNDATION OF SYRACUSE

It is Thucydides who informs us, and with great precision, about the arrival of the Greeks in Sicily and the beginning of the "official" *apoikiai* installations from the second half of the 8<sup>th</sup> century. His account has been always understood by historiography as the record of a structured process of the departure, from Balkan Greece, of expeditions guided by instructions from the oracle of Delphi in search of new stoppages for a considerable contingent of Greeks. In the case of the founding of Syracuse, Thucydides (VI 3) says: "Syracuse was founded by Arkhias, one of the Heraclids of Corinth, after having expelled the Sikels of what was then the island, which today is no longer surrounded by water, in which the inner city now exists; in later times the outer city was attached to it by its walls and became also very populous". The mention of the eviction of Sikels turned the violent military character of these Dorians, the founders of Syracuse, into the recognition of the intrinsic character – if we may say so – of this *apoikia*, serving as a key for understanding the later actions undertaken by it. As much as the authority of this important source constituted by the text bequeathed by Thucydides must always be considered, it cannot be ignored that the fact that these lands were already occupied by local populations, even if dispersed, triggered particular processes of contact. At the same time, the power struggle, whether economic or political, by the different groups of Greeks and indigenous peoples led to unprecedented forms of configuration of these societies. And if the course of the occupation promoted by the Greeks has often involved violence and eviction of Sikels from their original places, it is necessary to take into account that this process has also involved social coexistence and sharing of solutions to face common problems, and even, in the case of Syracuse's expansion, towards the hinterland of southeastern Sicily.

In fact, archaeological research has brought great acuity to the various types of contact processes that occurred between populations previously settled in this area of Sicily and the Hellenes: be it the violent, destructive expulsive power and domination of one group over the other, or be it the cultural contact in which both sides have adapted to common forms of life and shared territories.

---

<sup>7</sup> It is always necessary to explain that the non-Greek populations of areas that came into contact with the Greeks in the Mediterranean have been, for decades, improperly called by the specialized literature by the name of 'indigenous peoples'. In this text, we try to use the expression "non-Greeks" to the extent possible, even though the dialogue with the specialized bibliography requires de use of "indigenous".

It must also be assumed that Greek colonization in Sicily did not occur without prior knowledge of the region by the Greeks, as we tried to make it clear above, and that it had been a long and continuous process.

As Federica Cordano indicates, in her very appropriate statement, “it should be noted that there was no chronological succession in 8<sup>th</sup> century Sicily before and after the Greek colonial expansion. Archaeological findings show how before the ‘officialization’ of the foundations, Greek presence is strongly registered in the Sikel settlements and how these settlements, in one way or another, continued to exist near Greek cities when founded and in close proximity to them, often choosing the Greeks as preferential partners for all kinds of exchange” (CORDANO, 1986, p.29-30; cf 4 above).

In order to advance knowledge on how Syracuse dealt with its hinterland, it is worth recalling that there were no major cultural or technological differences between Greeks and Sikels: two Mediterranean societies presenting many common features (ALBANESE PROCELLI, 1996, p.167; MILITELLO, 2008, p.45; LEIGHTON, 1999, p.221). However, the Greeks had already an internal organization that was compact and structured in such a way as to lead them to occupy and take advantage of the territory. This is perhaps the main and most specific characteristic of these Greeks who left the Aegean in search of power that in the 8<sup>th</sup> century was mainly based on the possession of territories and territorial bases for the contact and acquisition of goods that did not exist in the eastern Mediterranean. Today, material evidence available allows us to state that the polis, as a socio-economic and political structure, was still being developed in the Aegean and that it is not possible, at this moment, to speak of ‘urbanization’. Corinth and Megara, which founded, respectively, Syracuse and Megara Hyblaea, were no more than thin settlements with nearby water sources and tombs, and the delimitation / structuring of a polity *khora* in this period is not attested to by any source (SALMON, 1984, p.75-81; LEGON, 2004, p.463). On the contrary, Greek urbanization and the definition of territories under the rule of a city seem to have received a significant contribution from the *apoikiai* founded in the West (FLORENZANO, 2009: 93 ff.). We further emphasize that the Hellenic cohesion has, certainly, strengthened itself in the search for land beyond the Aegean and by settling in territories already occupied by other populations. Also, as mentioned above, the Sikels had less cohesion, were more dispersed in the territories under their control, had a less sophisticated social stratification and a more fluid society. It is also believed that in Sicily, as a whole, due to this dispersed configuration in the territory of these indigenous groups and settlements mainly on the high hills, there was a good amount of land to be cleared from its forests and to be used for productive activities as agriculture and animal husbandry or even forestry (D'ERCOLE, 2012, p.61).

It is within this general framework of interpretation that the foundation, *ktisis*<sup>8</sup>, of the Syracusan *apoikia* by the Corinthians, should be located. After the exploratory voyages that led these Corinthians to the mouth of the Dirillo River on the south coast of Sicily, they decided to settle in Ortygia, a small promontory almost separated from the greater island (now an islet attached to Sicily by two bridges) to the north of the estuary of the Anapo on the eastern coast of Sicily. Both the promontory and the mainland just in front of it had been occupied by the Sikels for centuries, as registered by archaeological excavations (CORDANO, 1986, p.34). There is also a record of some, even if slightly, Greek, specifically Euboia-Cycladic, frequentation, already in the first half of the 8<sup>th</sup> century in Ortygia (CORDANO, 2006, p.466).

A classic account of the founding of Syracuse is presented by Thucydides, quoted above. According to this author, as we have seen, the city was founded by Arkhias, one of the Heraclids of Corinth, one year after the founding of Naxos (further north on the eastern coast of Sicily) by the Chalcidians and Naxos from the Cyclades in the Aegean. Scholars agree that this would have happened around 733 (CORDANO, 1986, p. 28). Although the account by the written sources concerning the foundation of Syracuse has anecdotal elements (e.g. leaving Corinth because of having murdered his lover) it is very probable that the foundation of this *apoikia* had been decided in the middle of political disputes in Corinth, between the Bacchiadae and those who were philo-Argives, among them Arkhias himself (MANNI, 1974, p.87, apud GUZZO, 2011, p.194-196). In any case, it is the thucydidean account, coated with its usual authority, the one that has always guided and served as a starting point for archaeological research in Syracuse. But the analysis of archaeological material from excavations, since the works of Paolo Orsi in the early 20<sup>th</sup> century, presents numerous challenges that sometimes contradict and sometimes complement Thucydides' text. According to Guzzo, who analyzes all the records of excavations carried out in Ortygia with rich details, today it is difficult to confirm with the support of Archeology the violent process during the official foundation of this *apoikia*, as Thucydides' tells us (GUZZO, 2011, p.201-203). What we know is that there is a deeper level, clearly pre-Greek, Sikel, with no traces that could detect Hellenic presence. There are, at the bottom, levels of destruction, but these are seemingly contemporaneous levels of non-destruction in which Sikel material is recorded to be mixed with Greek material. Worthy of record is the finding of the existence of huts, typically in the undisturbed context dating back to the official date of the founding of the *apoikia*, beneath the Ionian temple (Artemision?) in the vicinity of the main square of Greek Ortygia (CORDANO, 1986, p.33). These Sikel huts are dated, in principle, from the very moment of the founding of Syracuse, registered by the discovery of an altar and sacrificial vestiges in this same square (VOZA, 1999). Likewise, research on the archaeological Greek necropolis of Fusco in Syracuse, in *terra firma* and not in Ortygia, indicates transformations in the Greek funeral rite by local influence, especially with regard to the deposition of funeral offerings. It is as if

---

<sup>8</sup> Greek term used in general by the specialized bibliography to designate the act of founding a new settlement.



the indigenous people had been incorporated into Greek society to the point of being buried in the same way or in the same graveyard as the Greeks (LEIGHTON, 1999, p.236). Whatever the assumed position (violence or not at the time of foundation) in any historical interpretation of the development of Greek cities in Sicily one always returns to the Thucydides record. Thus, the discussion of the military and expansionistic character of Syracuse that contrasts with a 'commercial' nature of the euboia / chalcidic expansion is a recurrent theme in the bibliography in general (ALBANESE PROCELLI, 1996, p.170). There is no escape from this interlocution with a textual source as respected as Thucydides. However, Archeology has on many occasions shown how the Syracusans also interacted peacefully or in alliance with the Sikels, and how also the Chalcidians became involved in violent episodes whether with the Sikels or with the Greeks themselves.

Regarding the *installation and organization of a Syracuse hinterland*, the main questions are evident: how did these Corinthians, who previously made exploratory expeditions along the coast of Sicily and sometime later chose a definite place and in it settled permanently and how they appropriated land where they could cultivate as to guarantee their survival and guarantee their way of life that privileged the possession and dominion of territories?; and, with what human contingent or with what manpower would they cultivate / occupy / use these lands? What human contingent came from Balkan Greece to secure this occupation?

Once again, we can start from evidence offered by a written source, the testimony of Herodotus, an ancient author equally respected as a source on Greek antiquities.

Herodotus (VII 155, 2), explaining an episode of the 5<sup>th</sup> century, tells us that "due to the fact that the Syracusans named *gamoroi* were evicted from Syracuse by the people and by their own slaves, named *kyllirioi*, Gelon brought them back ....." Who are the *Gamoroi* and who are these *Kyllirioi* and what would they have to do with the organization and / or exploitation of the *khora* of Syracuse?

Both terms are mentioned by other written sources, leading to more precise explanations: already in 6<sup>th</sup> century *gamoroi* would be those who decided upon common topics in the city relating to their land properties: *ge* = land; *moreo* = receive a part in lottery. In the case of Syracuse, the vocabulary refers to a hierarchy in relation to the ownership of land, constructed over time: from a first division of land at the time of the foundation of the *apoikia* until a later moment when the inequality caused by the position gained by those who 'arrived first' generated a conflictive situation.<sup>9</sup> About the *kyllirioi*, it is generally accepted – and here the testimony of Aristotle is a very strong one (Frg 586 Rose) – that these comprise dependent populations of Sikels reduced since the foundation of the *apoikia*. According to Guzzo, this would be a practice equally documented for other *apoikiai* of the Greek West like Cuma, Zancle, Locris and Sybaris (2011,

---

<sup>9</sup> See D'Ercole, 2012, p.59-61 for an up-to-date discussion on this issue, as well as for the list of other written sources on the subject, in addition to Herodotus.

p.202). It is noteworthy that, even if these *kyllirioi* are described by the written sources as an ethnic group subject to servitude, it is not possible to say that they were a compact block of population, or rather, that all the Sikels had been reduced to servitude and that there would be no nuance in this contact between Greeks and Sikels, also in relation to the possession and occupation of territories. This is what we will try to demonstrate next in more detail. As Guzzo tells us, the archaeological documentation and its analysis of the distribution in space allows us to establish at least two main spheres in the relationship between the Sikels and the Greeks: first, the centers and areas farthest from the Greek *apoikiai* where the indigenous people continued to live in their own way, even though they were influenced by the Greek presence on the coast and by trade with them; and, second, those indigenous people were forced to live within the Greek polis or in the more immediate hinterland. Among the latter, Guzzo also distinguishes indigenous women married to Greeks and, on the other hand, both men and women constrained to work either on land or in other activities (GUZZO, 2011, p.202 - 203). But this scheme was perhaps not so rigid: burials show that from the 6<sup>th</sup> century, more and more Greek customs were adopted, leading us to think of Greeks living among indigenous people, even inland; or indigenous people who adopted Greek lifestyle. It is worth recalling the role played by the indigenous elites who valued Greek objects in order to mark their power. There were very rich indigenous burials, including during the period studied by us, painted Greek vessels. It is also noteworthy, and this is a fact already trivialized by the bibliography, that of the adoption by the indigenous elite of specific Greek banquet ware: cups, craters, *oinochoai*. Containers also present in metal-rich burials, rich also according to the type of tomb, data that led scholars to suppose the incorporation of banqueting by indigenous people (LEIGHTON, 1999, p.244-245).<sup>10</sup> Also, mixed marriages are an interesting fact that has been discussed since the 1970s in relation to the installation of Greeks in the western as well in the eastern *apoikiai* (in the Black Sea, for example) (VAN COMPERNOLLE, 1981, p. 1037 ff.). It is thought that in the expeditions women would generally not have accompanied men and these, once settled, would take local inhabitants as wives. The hypothesis set 'in the wake of memories' preserved in one or another remaining textual fragment (for example, the very famous episode of the Sabina kidnapping, which even yielded a Hollywood movie), gained some evidence in the many excavations of tombs in 8<sup>th</sup> century cemeteries and beginning of the 7<sup>th</sup> in Sicily, as already mentioned in relation to the Fusco graveyard in Syracuse. In fact, there are numerous burials of women richly adorned with typically indigenous props in cemeteries characterized as Greek. Even if Greek women have come from Greece on successive trips, it is thought that

---

<sup>10</sup> The introduction among the indigenous elite of wine consumption and banquet practice, as attested by the material document, is very much dealt with by the literature on the Greek West, including not only Sicily, but also Magna Graecia, southern France, and Spain. In fact, the role of the elites in approaching the 'conquerors' is not unknown in other historical contexts. FORA DA MARGEM

they would always be fewer in number than men. And a document, found in an excavation taken place in Syracuse at levels of the first generation of Greeks, draws attention to a Sikel woman's name appearing in a *pyxis* with Corinthian characters.<sup>11</sup>

In any case, should not escape our horizon the fact that the Sikel identity remains strong and evident even in the 5<sup>th</sup> century when the Greek dominion in Sicily was already consolidated: it is sufficient to recall Ducetius' leadership among the Sikels and his capacity in establishing alliances with some Greeks against other Greeks, or even the episodes of alliances between Greeks of Kamarina with Sikels to fight the metropolis of this polis, Syracuse (CARDETE DEL OLMO, 2007; Di STEFANO, 1987, p.197).

\*\*\*\*\*

Thinking of understanding the strategies created by Syracuse to construct a *khora* that gave it political and economic autonomy in the face of Sikels and other groups of Greeks recently settled on the Island, we will analyze individually the settlements that the Syracusans promoted in order to control an extensive territorial area in southeastern Sicily. We will see that Syracuse adopted the strategy of establishing outposts to "encircle" the area to be dominated in 130 years: Heloros, Ackrai, Kasmenai and finally Kamarina. Using elements of the landscape, Syracuse created, from these outposts, defensive and communication passages as to structure a network of domination 'leaked' or 'dispersed' in the territory, but gradually being occupied – with greater or less success – by groups of Greeks or Hellenized Sikels (also of 'Sikelized' Greeks...) whose *polis* was Syracuse. This occupation strategy sustains the most perfect sense of the term 'frontier' as a forward territory, above which it is intended to throw a controlling net.

We understand that the Syracuse *khora* may have been initially, at least for the first generation arriving from Greece, installed on the immediate mainland of Ortygia, by means of a lottery drawing as prescribed in the ancient written sources. (Asheri, 1966) In the specific case of Syracuse, the famous anecdote that appears in Archilochus (first half of the 7<sup>th</sup> century BC) is always remembered. According to it, a certain Aithiops of Corinth, traveling in Arkhias expedition to Syracuse, starved and, hungry, he exchanged the plot he had the right to in the new *apoikia* for a honey cake. (Fr. 293 West) It is, undoubtedly, the rescued memory of procedures in the establishing foundations. Tradition registers that Archilochus himself, originally from the island of Paros, was the son of Telesicles, the founder of a parian *apoikia* in Thasos. But the absence of data is a hindrance to any kind of more detailed conclusion on the subject.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> See Guzzo, 2011, p.203 for an up-to-date discussion on this topic with previous bibliography.

<sup>12</sup> There are few cases in which any document, whether material or textual, allows conclusions about these issues at such further back date. One of the paradigmatic cases comes from Metapontum, in Magna Graecia, an *apoikia* founded in c. 630. Here, excavations show plots of land in *khora* farms, especially in the 5<sup>th</sup> and 4<sup>th</sup> centuries. But in some localities, there seems to have been plots since the installation at the end of the 7<sup>th</sup> century.

#### IV. A THE HINTERLAND OF SYRACUSE: THE EVIDENCE

##### *Heloros*

The urban center of Heloros is located approximately 30km from Syracuse, on the south coast of Sicily, on a small flat promontory at 30 / 50m above sea level. The settlement is situated on a strip of fertile land, between the rivers Cassibile to the north and Heloros (now Tellaro) to the south: "a promontory over the sea, dominating a wide landscape, where at the bottom the river flows, an excellent condition for the creation of a port " (COPANI, 2005, p.275). And here, north of the mouth of the Heloros River, a port was excavated in the tuff as a river channel. According to Basile (1988, p.59), in Greek times the course of this river was different than what it is today: now its water cover the first seats of the local theater, also excavated in the tuff. The urban center of Heloros was walled, most likely at the time of its foundation (COARELLI and TORELLI, 1984, p.287). The communication with the north and the south were secured by means of the placement of doors in both directions. In addition, the city's urban network was controlled by a road axis which ran from one door to the other and was almost all carved into the rock. Even today, this is perfectly detectable, as well as the traces left by wheels (site visited in 2014). Leaving the North Gate, one has access to Via Helorina, which led (until today!!) to Syracuse, and after 50m from the walls, to an archaic shrine dedicated to Demeter and Kore where attendance can be dated between the 6<sup>th</sup> and the 4<sup>th</sup> centuries from examining the numerous votive offerings found there. Via the South Port you can access the port and the mouth of the Tellaro River (VOZA, 1973, p.117-119). The textual sources sporadically mention the city, indicating that it had been, in different moments, under the direct control of Syracuse: Pindar mentions the Heloros River as a landscape of mythical episode (Pind. *Nem.* IX 40); Herodotus refers to a battle between Syracusans and the troops of the tyrant Hippocrates of Gela in Heloros, which would have occurred in 493 (Hdt. VIII, 154), and Thucydides refers, on several occasions, to the 'Via Helorina' linking Syracuse to Heloros (COARELLI and TORELLI, 1984, p.284-285; FISCHER-HANSEN et al., 2004, p.195). By the end of the 19<sup>th</sup> century, Paolo Orsi had identified the site at the mouth of the Tellaro (1899). Recent and more in-depth archaeological studies have shown that this city was, in all likelihood, the first second degree *apoikia* founded by the Corinthians of Syracuse, probably around 700 (COARELLI e TORELLI, 1984, p.285; VOZA, 1973, p.117-119; COPANI, 2005, p.265).

About the location of Heloros, it is also necessary to register how highly strategic it was from the point of view of communication and access to resources: near the mouth of the Tellaro river (ancient Heloros), a long route of penetration into inland Sicily. Also, it was situated on a hill projected to the sea with a good harbor and still neighbor to a vast and fertile plain. It is also noteworthy mentioning the proximity to a number of inland Sikel sites, located either in the mountains or in the heights of the Tellaro valley and that flourished, especially in the late 8<sup>th</sup> and first half of the 7<sup>th</sup> (see below). Excavations in the 1970s and 1980s

in Heloros evidenced the presence of entirely Sikel context levels but with much Greek influence: Proto-Corinthian ceramic pottery fragments and a consistent context of Sikel geometric pottery imitating Greek art. Then, the levels show a more consistent Greek occupation with Proto-Corinthian ceramic where structures built – quadrangular environments, 4m x 4m – were detected, identical to those found also in Ortygia (GUZZO, 2011, p.206-207 and COPANI, 2010, p.690). No levels of purely Sikel occupation have been recorded as in the inland nearby settlements. In fact, the settlements located in the interior course of the Tellaro River, south of Syracuse, were most likely to have received a supply of sikels that were retreating from the foundation of Greek *apoikiai* on the coast, especially after the weakening of Pantalica. It is thought that this movement have been due to the beginning of the 'official' foundations of *apoikiai*, especially Syracuse and Leontinos by the Chalcidians (FRASCA, 1996, p.139). Sikel settlements were excavated in ancient Noto, ancient Avola, Tremenzano and Finocchito. The main settlement at the end of the 8<sup>th</sup> century, on the upper Tellaro, is, without a shadow of a doubt, Finocchito: a populated center where demographic density is attested by about 570 tombs excavated in the necropolis at that time (almost no residential area was found) and calculated over several hundred inhabitants between 730 and 650 (LEIGHTON, 1999, p.242; 2000, p.39). Monte Finocchito represents a true Sikel fortress: situated at the very top of the mountain, surrounded by a powerful wall probably built in this second half of the 8<sup>th</sup> century (LEIGHTON, 2000, p.39), defended themselves from the Greeks of Syracuse but also traded with them as it is recorded in the numerous imports excavated among the burial furnishings of the tombs. This purely indigenous reference is lacking in Heloros. The abandonment or the decadence of Finocchito is registered in the archaeological documentation in approximately the middle of the 7<sup>th</sup> century (LEIGHTON, 1999, p. 244).

The current interpretation of this documentation, based on Syracuse's later history, and the *topos* of violent and militarized Syracuse expansion, is that this polis, preoccupied with its penetration into the interior by means of the various rivers that crossed this southern tip of Sicily, occupies this Sikel site, Heloros, evicts the indigenous inhabitants, so as to have direct access to the mouth of the Tellaro: the settlement would then be a 'first colony' of Syracuse (in the terminology of Torelli and Coarelli mentioned above), a military outpost aimed as a defensive stronghold against the Sikels and an attempt to delimit the Syracusan *khora* (COPANI, 2010, p.689).

At this regard, two facts come to the attention: the precocity of this "foundation" already during the first generation of founders and the considerable distance in relation to Ortygia, main nucleus of the *apoikia*: 30km.

Which Greeks have populated this vicinity? Were there such a large number of new arrivals as to allow a Greek installation 30km away from Syracuse? And which one among the various interpretation keys – military, political, economic, territorial – is the most plausible in the light of the data we have?

In contrast, also the Cassibile river, according to scholars (COPANI, 2010, p.692), would perhaps constitute, at first, the southern limit of the Syracuse *khora*. Even so, this river mouth lies 23km south of the *apoikia*. How can we think of the occupation of such an extensive *khora* by a human contingent that had been reduced by force? How can one imagine the installation of a defensive outpost against the Sikels, whose settlements south of Syracuse have flourished at least up to 650?

It is our understanding that in any interpretation given to the textual and archaeological data concerning Heloros, the negotiation or the role played by the Sikels is a decisive factor. Heloros can, in effect, represent the first Sikel settlement promoted by Syracuse: an interpretation put forward by Copani (2010). According to this author, a renowned scholar of Heloros, in negotiation with the Sikels who were losing their lands near the *apoikia*, Syracuse installs them in this promontory in order to mark the southern limits of their dominion, and especially to defend the southeastern coast of Sicily from future Greek foundations. Were these *kylliriori*, servants dependent on the Syracuse elite of *gamoroi*? (GUZZO, 2011, p.206) It is not possible to give an answer to this question on the basis of archaeological and / or textual documentation. However, the use of Sikels and their presence in this settlement have been proven and clearly raise the question of the *necessity* of having an indigenous population in the Syracuse enterprise aiming at the extension of the territorial control in Southeastern Sicily.

Before leaving Heloros, we must mention a site located at its south, possibly of Syracusan affiliation: Ina (Di VITA, 1956, p.184, n.35 and Di STEFANO, 1987, tav. X). This site is mentioned by Cicero (*Contra Verres* iii, 103) and is presumed to be situated in the Gulf of Vindicari, which offers great shelter for ships sailing towards Capo Passero at the southeastern tip of Sicily, half way towards Kamarina (DUNBABIN, 1948, p.103-104). Ina was not identified archaeologically. On the one hand, it may rather have been another support spot for voyages around the Island. As Dunbabin says, we cannot be discouraged by negative documentation. On the other hand, Basile identified numerous moorings excavated in the tuff between Syracuse and Capo Passero. Maybe one of these can be identified as Ina (1988).<sup>13</sup>

### **Akrai**

According to Thucydides (VI 5, 2) Akrai was founded by the Syracusans seventy years after the founding of Syracuse, in 664 BC according to estimate by specialists. This is confirmed by the discovery of Greek pottery dating back to shortly after that year (TORELLI and COARELLI, 1984, p.290).

The city was founded on an uneven Hyblaeon hills terrace, west of Syracuse: it occupies an esplanade in the high valley of the Anapo, a terrace that decreases in altitude on successive terraces until the

---

<sup>13</sup> Rock dugged structures are, of course, difficult to date and perhaps many of these berhts identified by B. Basile may be of different age periods than those we are dealing with in this text. In any case, they attest to a landscape of important resources to be mobilized by the sea routes.

coast of Porto Grande in Syracuse (former neighborhood known by the name of Polichne in ancient textual sources). It occupies a position where one has a view of the whole plain that reaches to Syracuse, 36km away. In its vicinity two rivers are born: besides the Napo, the Tellaro, the other big river of southeastern Sicily. Akrai was settled in an extremely strategic point, giving Syracuse the control of important access routes to the inland Sikel territories, the mountains, and Sicily's southern coast (Kamarina, Gela and Selinonte). As we have already mentioned, the Anapo served as a route by the Chalcidians installed in the northeast of Sicily and Akrai was placed precisely to create a Syracuse-dominated access to the interior, besides giving Syracuse the control of the whole area. It is evident that at least from that moment, Syracuse's intention was the expansion of its *khora*, of the territory under its control. As we said above, the indigenous nucleus of Pantalica, to the north, made it difficult for Syracuse to expand its area in that direction, just as Finocchito, the other great Sikel center of the south (from bird's eye view, Pantalica and Finocchito are separated by 25km only). The settlement of Akrai was placed on a small rocky hill steep on all sides, except for the east side, where the small town could be accessed by those who came from Syracuse. According to Torelli and Coarelli, it functioned as a true fortress destined to defend the Corinthian *apoikia* (1984, p.290). The idea of the defense function, also placed in relation to Heloros, can never be discarded. However, we believe that the fact that they are positioned 36km from Syracuse in the case of Ackrai and 30km in the case of Heloros clearly indicates an intention that reaches beyond the immediate defense of the *apoikia* and denotes a conviction / will, institutionalized / organized by Syracuse, of possession and control of the territory, of expansion of cultivable area and consequently of expansion of power.

Regarding Akrai, it is also necessary to say that this outpost had already been occupied since the Paleolithic and also that graves from the end of the Bronze Age were found nearby: to the south of the city in the hill of Pinita and in Buscemi (Information in the site visited in 2014, COARELLI and TORELLI 1984, p.290; and LEIGHTON, 1999, p.148). No doubt, its position of transition between the greater heights of the Hyblaeen hills (Monte Lauro and Monte Casale) and the plain that ended at sea in Syracuse and near the valleys of two big rivers made of this location an extremely strategic and convenient one for the installation of settlements. The Syracusans were fully aware of it.

The inhabited area occupied approximately 33ha at an approximate altitude of 770m above sea level at maximum. The site has been excavated since the late 19<sup>th</sup> century, but excavations during the second half of the 20<sup>th</sup> century brought to light elements that clarify the importance Syracuse attached to its second-degree *apoikia*. In the first place, an urban road network was confirmed, as its visible vestiges date back to the Hellenistic period. However, stratigraphy data confirms that they recede to the time of the installation, in the 7<sup>th</sup> century. This road network appears to be very close to the layout of the various elements of the Syracuse road network itself. In it, the *plateia* or avenue, ran from east to west, going from the Syracuse gate to the Selinontine gate. Initially, the structure of a large temple dedicated to Aphrodite was identified in the

urban area, located in what would be the acropolis of Akrai, dating from the second half of the 6<sup>th</sup> century. Noteworthy here are vestiges under this temple that allow us to identify the use of this place for religious purposes since the 7<sup>th</sup> century (VOZA and LANZA, 1994, p.46).

It is interesting to emphasize the position of the articulating artery of the urban nucleus, the *plateia*, which as in Heloros linked one door to the other door in the walls, the east and the west doors, so that the city opened itself towards the intermediate territory between it and Syracuse, and towards the neighboring territory, theoretically 'unoccupied' in addition to Akrai to the west and towards other Greek cities of the south coast of Sicily. The names of these doors, recorded by later sources, quite possibly inform the memory of Akrai's role regarding the communication between Syracuse and the south coast of Sicily where Selinonte was founded by Megarians in 628 according to Thucydides (VI 4, 2) or in 651 according to Diodorus (XIII 59, 4), in any case founded near the foundation of Akrai.

Few data exist on the territory from Syracuse to Akrai. According to Di Vita, the area is 'dotted' by Greek presence, in a dispersed manner. He also notes that in the 'contrada' Cozzo Pantano there are signs in the rock attesting the abrasion caused by wheels always in east-west direction. And, still in Bagni, 3 km from Canicattini, groups of Greek houses dating from the 6<sup>th</sup> century BC (Di VITA, 1956, p.179) were excavated. More recent surveys indicate the "presence of farms and inhabited settlements with small necropolis in the Tellaro valley until its mouth " (VOZA and LANZA, 1994, p.46).

### ***Kasmenai***

The foundation of Kasmenai is, like that of Akrai, recorded by Thucydides: Kasmenai was also founded by the Syracusans almost 20 years after Akrai (and therefore 90 years after the founding of Syracuse), which is calculated in 644 (Thuc. VI 5, 2). Unlike Akrai, it took time before scholars identified the site where Kasmenai was founded: the locality was searched on the basis of Thucydides' text and, today, the arguments advanced by the critics lead to the identification of the site of this Syracuse foundation with Greek characteristics, excavated at the top of Monte Casale in the Hyblaeen hills (Di VITA, 1956, p.185; 1961, p.70; COPANI, 2008, p.14). Kasmenai is located 12km west of Akrai and from where Monte Lauro can be seen towards the hinterland of Sicily, as well as the Dirillo valley.

As mentioned above, Mount Casale is, among the Hyblaeen hills, the second highest after Mount Lauro. The site is on a plateau at 910m above sea level, surrounded by insurmountable escarpments mainly on the northeast and south sides. In addition, walls made of huge blocks of stone and with external turrets were identified (Di VITA, 1956, p. 189-90).

The southwest side of the plateau is a bit higher – called "acropolis" by archaeologists – and where a temple was erected. The plateau measures 1370m by 450m approximately and was totally occupied by an urban *sui generis* network: only streets in a north-west / southeast direction, and no transverse routes. The



other significant fact about this settlement is that in the sanctuary located in the 'acropolis' a votive deposit was found with an extraordinary quantity of iron weapons: 'around six hundred spearheads, dozens of daggers and knives, combat swords and prongs' (Di VITA, 1956, p.193). It should be emphasized that some of these armaments were miniaturistic, as usually were Greek offerings in initiation rites (GUZZO, 2011, p.208).

The choice of this location, the urban fabric, the walls and this votive deposit have led specialized critics to understand that this is a specifically military establishment. But the question still debated today is the function of this military character: what was Syracuse's need to maintain a military outpost?; where does Kasmenai insert itself in the Syracuse project in relation to its hinterland?

If, in the case of Akrai, in view of its position in the landscape, it is possible to say with some certainty that this locality closed the Syracuse plain, reserving or monitoring a large arable land connected to Syracuse, in the case of Kasmenai the situation is less evident due to its position, which is more recessed from the coast, and more turned out to the interior.

In a recent study about the votive deposit found in the temple structure at the Kasmenai 'acropolis', Milena Melfi concluded that the armaments found are mostly fabricated in typically Sikel shapes (MELFI, 2002). However, typical armament is always made of bronze and not of iron like these weapons found in the Kasmenai deposit. They cannot, therefore, be interpreted as weapons of indigenous Sikels defeated by the Greeks and offered in the sanctuary as some authors like to hypothesize, underlining the military expansionary character of Syracuse against the inland population. This researcher's studies lead to another hypothesis: those indigenous craftsmen worked hand in hand with the Greeks settled in Kasmenai (*apud* COPANI, 2009, p.17). But what then is the threat faced by Syracusans in Kasmenai who led them to create this military post? Threat represented by other Greeks? Which ones?

The hypothesis advanced by Copani (2009, p.18-21) seems, for the moment, the most interesting and perhaps the right one. According to this author, firstly it is necessary to consider the name given by Syracuse to this foundation: Kasmenai. Indeed, following the language paths demonstrated by him, Kasmenai is a specific Sikel name, related to Kamenae, the name of Roman nymphs who were at some point identified to the Greek Muses (COPANI, 2009, p. 18). This would thus be one of the cases of kinship between Latins and Sikels (see above reflections on the origin of the Sikel from Central Italy). Moreover, nothing is so likely to be true than nymphs being worshiped in a place where sources of great rivers meet. Why would then Syracuse give a Sikel name to one of its foundations? It does not seem to be a defense settlement against Sikels. On the contrary, as in the case of Heloros, here too it seems that Syracusans and Greeks interacted less violently than the critics like to underline. Copani also draws attention to the excavated site in the vicinity of Kasmenai, in Monte Casasia. This last settlement, in the 8<sup>th</sup> century is characteristically a Sikel settlement, but in the 7<sup>th</sup> century, although it remained as a sikel settlement, the abundance of Greek imports is a

fundamental fact: indeed, from the second quarter of the 7<sup>th</sup> century until the beginning of the 6<sup>th</sup> century, these imports are especially Chalcidic, suggesting an ‘insertion in the sphere of interest of Leontinos’. Monte Casasia, in fact, is at the heart of the articulation between the fertile plains of Leontinos / Catania (Chalcidic *apoikiai*) on the eastern coast of Sicily and the Dirillo valley, Gela’s neighbor, on the south coast of the Island. With such installation of Gela in 688, Leontinos and Catania might have looked for a support in the route towards this new *apoikia*, exactly in Monte Casasia. Kasmenai can then be a Syracuse counterpart to the Chalcidic site in Monte Casasia. It can also be argued that the choice of site for the installation of Kasmenai (as well as of Monte Casasia) at the top of Monte Casale obeys a typical Sikel settlement pattern in the period: peak settlements having a visual and auditory control of the landscape.<sup>14</sup>

The foundation of Kasmenai represents, in our view, Syracuse’s movement towards this same direction: the visual and auditory control of inland penetration by Chalcidians to take advantage of using the same route for the contact with the south coast. It is important to mention that Corinthian-type archaeological material also prevails in Monte Casasia, with some Gelian material, at the end of the 7<sup>th</sup> century, shortly before Kamarina was founded by the Syracusans, marking an change between the spheres of influence at this point of the route between eastern and southern Sicily (Di STEFANO, 1987, p.134; LEIGHTON, 1999, p.245-246).

### **Kamarina**

The foundation of Kamarina is also reported by Thucydides (VI 5, 2) in the context of the foundation of both Akrai and Kasmenai. While their foundations are registered together by this historian, the foundation of Kamarina deserves a separate phrase and its founders must be mentioned: Dascon and Menecolos. Thucydides refers to one hundred and thirty-five years after the founding of Akrai, and, as estimated by scholars, in the year 598.<sup>15</sup> Therefore, and by the textual references around later episodes in the history of Kamarina, like the references about its autonomy in openly rebelling against its metropolis (already in 553, as Thucydides VI, 5,3 also reveals) and about supporting enemies of Syracuse, Kamarina was always considered by the critics as a true polis, while Akrai and Kasmenai would have been settlements as a ‘prolongation’ of Syracuse, thus directly dependent<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Peak settlements and the installation of peak sanctuaries were also frequent in eastern Greece at the end of the Bronze Age and the first Iron Age, not to be understood as a new pattern in Sicily. But it is interesting to mention that in the context of the Greek-Western expansion, the first *apoikiai* are placed almost entirely on the coast and Kasmenai, being a ‘Greek’ installation, is differentiated by adopting the Sikel standard settlement pattern of this period.

<sup>15</sup> The debate around the dates of the foundation of Akrai, Kasmenai and Kamarina that appear in Thucydides, Eusebius and other ancient sources is always taken up by critics. See Cordano, 1986, p.28 for the definition of the terms of the discussion.

<sup>16</sup> It is noteworthy mentioning that in the written documentation, Heloros, Akrai and Kasmenai also deserved the name ‘*polis*’. Hansen, 2004, should be consulted on the specific entries of each of these locations (Heloros, p.195, Akrai p.189, Kasmenai, p.205 and Kamarina, p.202).

Kamarina was installed on the south coast of Sicily, today at a distance of approximately 100km from Syracuse. The site chosen had been occupied since the Bronze Age: a promontory 60m above sea level, between the mouths of the smaller river Oanis (now Rifriscolaro) to the south and the Hipparis River to the north. It was on this north side also where the *apoikia* constructed a fluvial harbor, excavated in the tuff. In this same direction, the north, the Hipparis forms a swamp known in antiquity as *lacus camarinensis*, interconnected with the harbor. The promontory of Kamarina is, still today, a flat one, with a slight elevation to the center of the settlement, where a temple dedicated to the goddess Athena was placed. In the 4<sup>th</sup> century the settlement occupied an area of around 190ha. Situated a few meters above sea level, Kamarina dominated, towards the interior, west bound, a vast plain, with undulating hills, suitable for cultivation, and ending in the fringes of the Hyblaeen hills. Although it was situated on the south bank of the Hipparis, shortly after crossing it, the adjoined plain reached the very fertile valley of the Dirillo River that bordered the *apoikia* of Gela founded by Cretans and Rhodians in 688 (following once again Thucydidean VI 4, 3).

According to Di Stefano, in the 6<sup>th</sup> century Kamarina had a territory that stretched from the course of the Dirillo River to the west, to the lower course of the Irminio and the higher course of the Tellaro River to the east. Di Stefano also calculated this territory as covering an area of 67 to 70 square kilometers. Also according to Di Stefano, the limits with Gela were already consolidated in the 6<sup>th</sup> century (Di STEFANO, 1987, p. 131).

Archaeological data are abundant regarding Kamarina's inland territory, where numerous small localities were identified and excavated in the early 20<sup>th</sup> century by Paolo Orsi. Most (if not all) of those localities providing material documentation dating from the 8<sup>th</sup> and the 7<sup>th</sup> centuries are mixed communities: Greek / Sikel. It should be noted that among the findings there are some that even precede the founding of Kamarina. Depending on the locality, one can remark the predominance either of Greek or of local material. Let us take a look at the description of these locations made by their most recent excavators: Di Vita, Pelagatti, Di Stefano and Albanese Procelli.

We shall start with the site of Hybla (today situated in the vicinity of Ragusa). An important Sikel site that seems to have attracted much of the population 'pushed' inland by action of the *apoikiai* situated on the eastern coast of Sicily. As mentioned above, Hybla served as an epicenter to a number of Sikel sites located in its vicinity since the 10<sup>th</sup> century. From the 8<sup>th</sup> century, it can be said that Hybla responds to a settlement pattern that was common throughout the interior of southeastern Sicily in which the dispersed villages of the Iron Age become 'urban' population clusters, predominantly hilltop settlements (ALBANESE

PROCELLI, 1996, p. 169). Settlements that, beginning as early as the 6<sup>th</sup> century, gradually begin to adopt the orthogonal mesh of space organization.<sup>17</sup>

In Modica, a satellite settlement of Hybla, for example, from the end of the 8<sup>th</sup> century, Greek, Chalcidic and Corinthian imports gradually appear. Further north, on the upper Dirillo river in the fringes of the western side of the Hyblaeen hills, in Castiglione, Licodia Euboea and Monte Casasia (neighbor to Monte Casale where Kasmenai was founded by the Syracusans) the presence of Sikels is reinforced as of the 7<sup>th</sup> century. It should be noted that here is where Sikel inscriptions making use of the Greek alphabet originate. Licodia Euboea and Monte Casasia are top hill settlements from the middle of the 7<sup>th</sup> century, located on either side of the Dirillo River, seemingly to control or follow the Greek penetration of Syracuse, as well as of Leontinos and Gela (FRASCA, 1996, p.144).

Castiglione was a lively settlement between the 8<sup>th</sup> and the beginning of the 6<sup>th</sup> century, although a typical indigenous site with houses clustered around common spaces and usually a silo for storage of grains. It had in its center a structure of 4m x 12m with characteristics of Greek *naiskos*, or a small sanctuary.

Another expressive example of the Greek presence in inland Sicily are the Rito necropolis findings, 1km from Hybla, where 76 Greek tombs having rich furniture, mainly Attic and Corinthian (6<sup>th</sup> century) were found (Di VITA, 1956, p.200, PELAGATTI, 1973, p.152). In Sikel sites more to the interior, there is also a great quantity of Greek material, although of inferior quality (PELAGATTI, 1973, p.152).

In order not to leave the coast completely outside, a Sikel site should be registered at the mouth of the Irminio, therefore south of Kamarina (Contrada Maestro - Scicli), dating from the 6<sup>th</sup> century. It presents a residential area in all similar to the structures found in Kasmenai (in-house courtyard and rooms arranged on one side only), but which seems to have been an emporium as the archaeological pottery that was found there is of various origins: Attic, Massaliot, Lesbian, etc. (DOMINGUEZ, 1989, p.220). It is worth recalling that the Irminio is a river descending from the heart of the Hyblaeen hills and flowing through Hybla, a course between the south coast of Sicily and Syracuse to be consolidated only in the 5<sup>th</sup> century (Di STEFANO, 1987, p.195).

Even when thinking of this place as a point of entry into the heart of the Sikel territory, its importance is also due to its performance as a port for circumnavigation around the eastern tip of Sicily, such as in Heloros and perhaps Ina. In Contrada Maestro, in fact, a port excavated in the tuff was also found on the Oanis stream.

In the 8th century, in the valley of the Dirillo, a river born in the slopes of Monte Lauro, especially Chalcidic Greek presence is found of Leontinos, Catania and Naxos origin, *apoikiai* situated on the central

---

<sup>17</sup> It should be noted that this is not an exclusive pattern of southeastern Sicily as this is also found in many Sikel localities in the interior of the *apoikiai* located in Sicily's southern coast (as Gela and Agrigento; cf, for instance Vassallaggi) and in the northeast coast of the Island (ALBANESE PROCELLI, 1996, p.170).

north-eastern coast of Sicily. Also, at the end of the 8<sup>th</sup> century and throughout the 7<sup>th</sup>, Corinthian material is more evident but not unique, since the Gelian imports also appear here, as well as the Syracuse and Rhodian-Cretan presence in Gela. The ancient Greek road is more recognizable near Scornavacche, one of the sites where Greek presence has been recorded since the 6<sup>th</sup> century. Here, in a plateau that opens between the Dirillo and its tributary (west of what today is the Chiaromonte Gulfi), a small Greek site was excavated showing *emporium* features (very mixed material) or, according to Di Vita's interpretation, a caravan post (Di VITA, 1956, p.180). Regarding this site, occupied since the beginning of the 6<sup>th</sup> century, Di Vita indicates the possibility that this was a Greek Syracuse foundation, where an important archaic Greek necropolis of that time was excavated (Di VITA, 1956a, p.190 and 1956b, p.36-41 Di STEFANO, 1987, p. 142). According to Di Stefano, the route that passed directly by Hybla was avoided by the Greeks until at least the 5<sup>th</sup> century. This was a more mountainous region and of difficult access, also having had here, until that time, a more dense indigenous group (Di STEFANO, 1987, p. 142). Scornavacche was thus a shortcut step that avoided Hybla. In addition to Scornavacche, the sites with much archaic Greek presence in this area (7<sup>th</sup> and 6<sup>th</sup> centuries) are, above all, Akrellai (now neighboring Chiaromonte Gulfi), Castiglione and Bidis (now Acate). The presence consolidated in the later centuries (especially in the 4<sup>th</sup> century) when even orthogonal urban plans and Greek material evidence is abundant. The data indicated in the excavation reports on what would be the whole hinterland of Kamarina are innumerable. But it is also noteworthy that they register Greek presence from the middle of the 8<sup>th</sup> century onwards: thus independently of the foundation of Kamarina. Actually, with the founding of Kamarina in the early 6<sup>th</sup> century, Corinthian penetration seems to be consolidated along the Dirillo. However, as Paola Pelagatti (1973, p.151) states, with the assurance that only those researchers who have excavated many sites in the region can have, Kamarina always oscillated between Gela and Syracuse: the excavations in the city unveiled material of both Gelian and Syracuse influence. So much so that, at the mouth of the Dirillo, in Piano Pizzo, a junction of roads was identified: one arriving from the mountains, another towards Gela and another towards Kamarina. The 6<sup>th</sup> century site here excavated yielded mainly Corinthian material (Di STEFANO, 1987, p.140). Perhaps the fact that Kamarina was located between crossroads of influences was an important factor in its claim for independence, leading it to rebel against Syracuse, its metropolis, already 45 years after its founding (Thuc. VI 5, 3). As we address the data on the organization of the hinterland, the main question regarding Kamarina is the extent to which it is part or not of the Syracuse *khora*. Situated almost 100km from the metropolis, could we consider it as the institutionalization of an *eschatia*<sup>18</sup>? To what extent was Kamarina a dependent polis, as in Hansen's definition, and as others poleis were identified in the Greek world? (Hansen, 2004, p.87-95).

---

<sup>18</sup>*Eschatia* is a term used by the ancient Greeks to define the farthest area of the central nucleus of a polis. See discussion in G. D. Rocchi. *Frontiera e confini nella Grecia antica*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1988 e M. Giangiulio L' *eschatia*.

It is noteworthy that among the types of dependent polis established by the Copenhagen Polis Center, there is 'type 4', indicating Ambracia as a main example, a Corinthian *apoikia* in the Adriatic, defined in textual sources, as Thucydides' (for example in II, 9 and III, 105), as *polis*. And yet it remained a Corinth dependent *apoikia* (Hansen, 2004, p. 87 and 89). Likewise we can understand Corcyra, which was sometimes dependent on Corinth but obtaining its independence at a later date (GEHRKE and WIRBELAUER, 2004, p.361; SALMON, 1984, p.209-217 and 387-396). Hence, how to adjust the chronology of events that were defining the degree of independence of Kamarina in relation to an initial dependency status, if ever this one constituted Syracuse's first intention? To what extent did the control of access to the interior due to commercial or domain expansion lead to the disagreement between Kamarina and its metropolis? According to Di Stefano, it is possible to assert that there was a true *symmachia* (a military alliance) between Sikels and Kamarinians soon after the foundation of the Greek *apoikia* and the archaeological data confirms much of this intimacy (Di STEFANO, 1987, p.130; Di VITA, 1956, p.200). And according to written sources, the first uprising against Syracuse in 553 is the result of an alliance between Kamarina and the hinterland Sikels (Dionysius of Halicarnassus, 5.4, FGr Hist 556, F5 *apud* Di STEFANO, 1987, p.197). Syracuse would have entered slowly through the Hyblaeen hills, aiming at extending its hinterland to the south coast of Sicily and, once there, founding Kamarina, completing its dominion over all southeastern Sicily? Or would this *polis* have been founded as an eventual reduction of demographic density (as in the case of the foundation of Selinonte by Megara Hyblaea)? Or even due to the metropolis internal problems that would have led free peasants pursued by *gamoroi* to some kind of negotiation that would allow them to settle in a new city?

## CONCLUSION

The studies on space organization among the Greeks in relation to the definition of *khora* lead us to explore topics such as land allocation and appropriation, spatial livelihood and boundary definition ([www.labeca.mae.usp.br](http://www.labeca.mae.usp.br) Project 2010-2104). However, research on southeastern Sicily reveals an almost complete absence of data – archaeological or written – that would help us to identify how the land was divided among the first ones who arrived and settled in Ortygia. Although we know that, possibly at the foundation of the *apoikia*, plots were assigned by lottery, and Archilochus' fragment mentioned above is eloquent in this regard, this is elusive information that does not allow us to advance any conclusion. On the one hand, we know nothing about the surveyors who measured the plots in the area, what was the extension of the area occupied by each plot, the size of these plots in Syracusan *khora*, their level of productivity, the

---

Prospettive critiche su rappresentazione antiche e modelli moderni. *Problemi della chora coloniale dell'Occidente al Mar Nero. Atti 40°. Convegno di Studi sulla Magna Grecia (29 sett-3 ott 2000)*. Nápoles: l'Arte Tipografica, Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, 2001, p. 333-361.

type of cultivation or their distribution in relation to those living in the *asty* (the more urbanized central area of a polis). Also, there are few data on the function of land outside urban centers and we rely on interpretive exercises to draw the boundaries.

On the other hand, there is other type of information on the organization of Syracusan hinterland offered to us – and in great detail – by archaeological data. These are data that put us before a scenario of cultural contacts, negotiations and territorial expansion in the hinterland of Syracuse that may well be articulated from this statement by Whittaker (1994, p. 18): "What is our general concept of border and of the old frontier? ... The confines are not merely natural, but historically determined delimitations that, especially in the archaic era, may leave peripheral areas unoccupied. The idea of 'open' boundaries then emerges, permeable areas through which forms of contact are constructed, zones of passage and encounters are developed". Our discussion on Syracusan hinterland may begin, then, from the finding that to the north of Ortygia, the Anapo river marked a natural border, and of complicated transposition, where, soon after the foundation of Syracuse there were the *apoikiai* of Megara Hyblaea that controlled a plateau to the west, and of Catania and Leontinos that controlled or intended to control a huge cultivable plateau between the geomorphologic structure of Etna and Monti Peloritani or the Peloritani hills and the Anapo valley. This plateau reached almost the center of the Island. Although the Anapo flowed south of Ortygia, its course came from the north and naturally limited the expansion of the city. This threw Syracuse to an expansion of the *khora* towards the west and the south.

In the definition of a *khora* to the west, we can consider the later data of the construction of the walls of Syracuse by Dionysius I, at the end of the 5<sup>th</sup> century. According to Diodorus Siculus (XIV 18, 2-17), Dionysius considered the fragility of the city after having been easily invaded by the Athenians from the south, via Zeus extra-urban sanctuary and, therefore, decided to build defensive walls in view of eliminating this vulnerability. The contour of the wall, recovered by archaeology, shows that not only the city was protected in its most urbanized part, but also protected was a portion of the *khora* to the west. Another interesting data to be considered for the definition of the limits of Syracusan *khora* and to the south, but also with later dating, is the construction of the temple of Olympian Zeus in the area called Polichne, in the middle of "Porto Grande" bay, practically at the mouth of the Anapo, in a space placed just in front of Ortygia, on the other side of the bay. Dating from 600-580, Syracuse Olympieion is a typical extra-urban sanctuary and, as it is well known, it was erected by the Greeks in the *khora*, with the intention of protecting / marking the domination of a polis over a given territory, in what has already been called the sacred landscape of the territorialization of Greek cities (LAKY, 2013, p.74-75; VERONESE, 2006; De POLIGNAC, 1994).

From these considerations, we should seek the direction taken for the installation of Syracusan *khora*, in the west and in the south, and in this sense, the evidence discussed above speaks for itself.

Which conclusions can be drawn regarding the position of Syracuse, a Corinthian *apoikia*, as far as its hinterland goes?

1. Since its early years, Syracuse has sought to expand its borders to the south and to the west by installing Heloros and possibly Ina on the southern coast, and within 90 years of its founding, Akrai and Kasmenai. Until the beginning of the 6<sup>th</sup> century, it established the second degree *apoikia* of Kamarina on the southern coast of the Island, marking the territory westward. It can be said that after 135 years of its founding, the descendants of the founders of Syracuse have their presence well recorded throughout the southeastern corner of Sicily.

2. This presence is not marked by complete, deep domination, neither from the economic nor from the institutional / political point of view. On the contrary, it is a scattered presence, which, although reaching spots far from Syracuse, maintains empty spaces between them, having the main propagator center of its presence in Ortygia. It is an unequal presence depending on the location, regardless of whether it is near or far from the 'center'. The borders are 'open', fluid and unequal.

3. As to be able to keep these frontiers as 'open' as they were, Syracuse established an efficient road network. With full knowledge of the landscape, this network was articulated in order to encircle the entire tip of southeastern Sicily, gradually seeking the domination of the different areas. Syracuse protects the descent to the Ionian Sea from attacks by other Greeks in its southern border and the contour of the Island at Capo Passero, placing indigenous groups under its protection in Heloros and possibly Ina. The closure of the southeastern coast is later achieved with the foundation of Kamarina.

On the west side of the hinterland, it surrounds the Hyblaean hills, founding Akrai and Kasmenai, in conviviality with the Sikels who remain in the hinterland between Akrai and Syracuse, and who in Kasmenai live together in the same settlement. It then creates a route along the Dirillo River – probably sharing it with the Chalcidians and the Gelian Greeks as of the 6<sup>th</sup> century – that reaches the southern coast. On this route, Greeks establish themselves in small settlements often together with Sikels. In which different situations they coexist with the Greeks: Enslaved? In mixed marriages collaboration? Individually or in groups of Greeks? In any case, important settlements such as Hyblaean Finocchito in the Hyblaean hills are isolated from the coast. At first, they receive demographic influx of Sikels that already in the 7<sup>th</sup> century begins to diminish. Stop stations on the Dirillo route, such as Akraillai and the one excavated in Scornavacche, define the Syracuse presence as far south as the coast, where one hundred years after the founding of Gela, north of the Dirillo, Syracuse is able to found a dependent *apoikia*, Kamarina, south of this river, on the banks of the Hipparis. To the south of Kamarina, at the mouth of Irminio, a half Greek-half Sikel emporium (Contrada Maestro) connects in the interior with Hybla in the 6<sup>th</sup> century, beginning then to close the remaining openings on the so unstable Syracuse border in order to offer greater support to the Island's Greek circumnavigation. In the



5<sup>th</sup> century, the communication route between Syracuse and the south coast will already be the shortest, via Hybla.

The circuit is now closed. Southeastern Sicily can, thus, be defined as a unity: although a fluid unity, supported by more or less strong negotiations and often an ephemeral balance of power. There is no political or institutional unity, but there is certainly a socio-economic base built-up by the conviviality and the construction of common interests and with an epicenter in the Syracuse polis. There is no foundation of new *poleis*, but there are many localities that gradually resemble each other, adopting many of the 'Greek' characteristics: a certain 'urbanism' represented by orthogonal meshes; the tile roofs and no more straw ones; pottery containers in typically Greek formats; writing in Sikel language but using the Greek alphabet. Throughout this area, a complicated and extensive network of contacts between Greeks and Sikels is gradually being built (ALBANESE PROCELLI, 1996, p. 174-5). It is a network that also manifests itself in the various farms discovered in the upper Tellaro valley. From this base of influence and political and economic dominance in southeastern Sicily, Syracuse – as a city – will confirm its status as a strategic place among all west Hellenism, a place to be conquered by other Greek cities, a role that it will play in the development of the Sicilian tyrannies in the 5<sup>th</sup> century.

4. We cannot advance conclusions about the position of Syracuse before its hinterland without addressing the traditional thesis in the historiography of a "Syracuse military and violent expansion in southeastern Sicily according to a Doric standard".

The thesis of the violent military expansionism by the Corinthians when they settled in southeastern Sicily prevailed for a long time. It seems to me that its main rationale lays in the traditional historiography focus in the very strong *topos*, the military character of Sparta (Doric) and in Syracuse's action in later period led by one tyrant after the other, making this the major dominant power of all Greek Sicily. The vitality of Thucydides' text in modern and contemporary historiography is not to be despised. Based on this line of thinking, one tends to regard the foundation of the *apoikia* in Ortygia as a violent action, as also violent was the reduction of Heloros and the installation of Kasmennai, therefore justifying the need for an advanced military outpost. Well, this thesis was also contaminated by another *topos* that permeated all the historiography of antiquity, namely the superiority and irreducibility of Greek civilization in relation to other population groups in the Mediterranean. Thus, the Greeks settled in Sicily defended themselves from barbarians, uneducated and unsophisticated such as the Sikels. In this view, Heloros, Akrai and Kasmennai had always been understood as settlements intended to defend the Greeks from the Sikels and to promote the elimination and enslavement of these in favor of the Hellenics.

But, already in the 1970s, Coarelli (1971, p. 331) taught us: "Greek culture *ut sic* is an abstraction; it does not exist, as there is no indigenous world to which it opposes in a complex system of influences and relations, in an easy and illusory dialectic".

Archaeological documentation demonstrate that there are many more moments and processes of coexistence between Greeks and Sikels than episodes of violent destruction. The latter existed, of course, but the material document clearly shows the perception of the Greek Dorian settlers and others who joined them and the relation to their own survival in Sicily: if they did not negotiate, if they did not seek coexistence, it was not certain that they could put down roots in the Island.

As Albanese Procelli (1996, p.168) tells us:

There are the traditional military expansion models type Syracuse and commercial expansion type Chalcidic (Naxos, Catania, Leontinos). But these labels do not do justice to the dynamism of the process from the second half of the eighth century to the end of the sixth century. There is no Doric or Ionic rule for contact. There are trends according to specific chronologies and the socio-political order of *apoikiai*.

The Hellenic predominance that was finally consolidated in the 5<sup>th</sup> century – so far as the material culture indicates – is already a construction of two and a half centuries of contact. In the end, it is possible to assert that the Greeks were sufficiently creative and open to create a new reality from this coexistence without losing a Hellenic identity. The contribution given by Greeks in the West to the construction of Hellenism, as we know it today, was undeniable.

5. Another thesis linked to the thesis of a military and violent expansion against the indigenous Sikels, is the one regarding the notion that Syracuse domination in southeastern Sicily responded to an articulated project of building a Doric / Corinthian / Syracusan epicracy<sup>19</sup> (for example, Di VITA, 1956, 1987, 1997; Di STEFANO, 1987; FRASCA, 1996; COARELLI e TORELLI, 1984; PELAGATTI, 1973).

Some light might be shed on this issue if we leave this specific historical context of southeastern Sicily. Let us examine, for example, Corinth, the metropolis of Syracuse. In the 8<sup>th</sup> century, Corinth ranks among the Greek cities that are organizing themselves as *polis* in the Aegean world seeking the expansion of power by the commercial route and through the absorption of adjacent or overseas territories (GRAS, 1995, p.43-50). Sicily's exploration effort for the recognition and the founding of Syracuse is inserted in a process of maritime expansion that continued with the founding by Corinth of various *apoikiai* in the northern Balkans and in the Adriatic: Ambracia, Leucas, Anactorion, Corcyra, in the middle of the 7<sup>th</sup> century, c. 657-627 (SALMON, 1984, p.210-217; LEGON, 2004, p.468). Corinth is inserted in the Greek pattern of the 8<sup>th</sup> century – along with the euboians, phoceans, achaeans, milesians – of mobility across the Mediterranean, of participation in a maritime trade from east to west and vice-versa and of territorial expansion. It is a fundamental trait that marks the Hellenic character that also incorporates resolution of internal problems, whether it is a lack of land for all or political grievances, by encouraging migration and founding new

---

<sup>19</sup> The Greek term *epikratia* means empire, domination, sovereignty over a territory and is regularly used by the specialized bibliography to designate the sovereignty of Syracuse over the territory of southeastern Sicily.

settlements. Syracuse is founded following the conflict with Argos in the middle of the 8<sup>th</sup> century, as we have seen above. In 650, as Guzzo (2011, p.196-199) emphasizes, more or less in the third generation of the foundation of Syracuse, Corinth faces internal crises that culminate in Cypselo's rise (c. 655) and the foundation of several *apoikiai*, as just mentioned. In Syracuse and Sicily, the middle of the 7<sup>th</sup> century is also a date on which the written sources keep the memory of important social conflicts that perhaps triggered the installation of new settlements and the foundation of new *apoikiai*. Around this date, internal problems in Megara Hyblaea, for instance, lead to the foundation of Selinonte on the southern coast of Sicily, on the confines of the Punic territories (Arist. *Pol.* 1303b); from Syracuse, the written sources say, the members of the *genos* of the Miletidae joined the Zancians of the Strait to found Himera on the north coast of Sicily (Thuc. VI 5, 1). Syracuse repeats the Corinthian pattern of expansion and internal problem solving by installing new settlements. This is basically the characteristic Greek pattern of the archaic period. What was, then, the Greek expansion into the Mediterranean, known as 'colonization'? The mobility of the Greeks across the Mediterranean seems to us to be directly linked to the very organizational structure chosen by this people from the 8<sup>th</sup> century: the *polis*. The fragmentation of the Greek world into autonomous, scattered units, such as "ants and frogs around the pond" (Pl. *Phd.* 109b) has a counterpart in mobility, in the creation of networks that overlap with the *poleis* themselves and which give unity to this multi-faceted and 'mixed' Greek world as defined by E. Will in 1956. The basis for this organizational structure aiming at the possession of territories and the competition that is installed between the different *poleis*, work as a motor for this mobility and expansion. In southeastern Sicily, as in other regions of the Hellenic world in the Mediterranean during the archaic period, the competition was governed by some precise rules: it was a competition between equals, between Hellenic *poleis* more than with the non-Greeks.<sup>20</sup> Hence the negotiation with indigenous so as to construct a territoriality which preserved southeastern Sicily from the penetration of other Greeks that could settle, for example, to the south of Syracuse where Heloros was located; or as the foundation of Kamarina on the south coast so as to retain the advance of Gela; or as the outpost of Kasmenai controlling the passage of the Chalcidians. Therefore, there are no elements in the documentation available today – whether material or textual – that give us assurance to state that what we are calling the Greek / Syracuse presence in southeastern Sicily, which predominantly occurs unevenly and gradually in the period under review, has responded to a previously delineated design model or project of an empire or *epikratia*. On the contrary, it was an expansionist policy of building power through the domination of a hinterland, a policy gradually built up in a dynamic of contact and coexistence with the Sikel population, in a constant process of social, cultural

<sup>20</sup>On the issue of peer polity interaction see J. Cherry and C. Renfrew *Peer Polity Interaction and Social Political Change*. New Directions in Archaeology. Cambridge Univ. Press, 1986. The competition between *poleis*, in the Greek West is manifest in many cases: destruction of Sybaris by Crotona; destruction of Siris by Sybaris; disputes for territory control between Regio and Locris; installation of Metaponto by Achaeans in the Gulf of Taranto to prevent the expansion of the territory of the Tarantine *apoikia* and dozens of other examples in the Hellenic world.

and political re-creation. Expansionist and competitive politics embedded in a typically Greek identity of the period.

The foundation of Syracuse and the expansion of its power in southeastern Sicily are included in this scenario: competition between Corinth and Argos, expulsion of a philo-Argive, Arkhias and foundation of an *apoikia* in Ortygia; competition with other Greeks for territories and expansion of the *khora* to the south generating the foundation of Heloros and perhaps of Ina; competition with the Chalcidians installed in the central coast and north of Sicily provoking the foundation of Kasmenai; the control of the inland territory of Ortygia leading to the founding of Akrai; the competition with the Greeks and Cretens of Gela and with the Chalcidians that reach the south coast of Sicily, leading to the foundation of Kamarina. At the beginning of the 6<sup>th</sup> century, a territory of great fertility was consolidated, capable of producing grain for the survival of the group and for export, capable of harboring a network of articulated routes for more agile communication and for the distribution of goods. The contact and conviviality with the Sikels, as it was accomplished in this region by the Greeks, serve to confirm such a behavior which is one of the facets of the Greek way of being.

## REFERENCES

- ALBANESE PROCELLI, R.M. Greeks and indigenous people in Eastern Sicily: forms of interaction and acculturation. IN: LEIGHTON, R. *Early Societies in Sicily. New developments in Archaeological Research*. Accordia Specialist Studies on Italy, vol. 5, Univ. of London: 1996, p.167-176.
- ASHERI, D. *Distribuzioni di Terre nell' Antica Grecia*. Memoria dell'Accademia di Scienze Morali, Storiche e Filologiche. Torino: Accademia delle Scienze, 4, 10, 1966.
- ASHERI, D. IN: GABBA, E.; VALLET, G. (ed.) *La Sicilia antica*, I, 1, Nápoles: 1980, p.119-139.
- BASILE, B. L'arco costiero siracusano. IN: AAVV *Approdi, porti, insediamenti costieri e linee di costa nella Sicilia sud-orientale dalla preistoria alla tarda antichità*. *Archivio storico siracusano*, 2, 1988, p.20-62.
- BOUFFIER, S. et al. *Les diasporas grecques. Du détroit de Gibraltar à l'Indus*. Paris: Sedes, 2012.
- BUSCEMI, F. Percorsi antichi e viaggiatori moderni attraverso gli Eblei. Note di topografia storica. IN: BUSCEMI, F.; TOMASELLO, F. (ed.) *Paesaggi archeologici della Sicilia sud-orientale. Il paesaggio di Rosolini*. Palermo: Off. Di Studi Medievali, 2008, p.5-31.
- CARDETE DEL OLMO, M.C. Sicilia sícula: la revuelta étnica de Ducetio (465-440 a.C.) *Stud. hist., Historia Antigua*, 25, 2007, p. 117-129.
- COARELLI, F. *La gente non greche della Magna Grecia. Atti del XI Convegno di Studi sulla Magna Grecia*, 1971. Taranto: 1972, p.331-332
- COARELLI, F. e TORELLI, M. *Guide Archeologiche: Sicilia*. Bari: Laterza, 1984.
- COPANI, F. Paesaggio ed organizzazione del territorio nella colonia siracusana di Heloros. *ASAA*, 83, 2005, p. 265-285.
- COPANI, F. Greci e indigeni a Heloros. IN: TRÉZINY, H. *Grecs et Indigènes de la Catalogne à la Mère Noire. Actes des rencontres du programme européen Ramses (2006-2008)*. Centre Camille Julien. Arles: Errance, 2010, p.689-693.
- COPANI, F. Akrai e Kasmenai. L'espansione siracusana sui Monti Iblei. *8ª. Antichità III bozze 4-09-2009*. [www.academia.edu](http://www.academia.edu). Accesso em 20/10/16.
- CORCELLA, A. La frontiera nella storiografia sul mondo antico. *Atti del XXXVII Convegno di Studi sulla Magna Grecia*. Taranto: 1997, p.43-82.
- CORDANO, F. *Antiche Fondazione Greche*. Palermo: Sellerio, 1986.
- CORDANO, F. A Project of Greek colonisation from Sicily to Etruria? *ASAtene*, 84, 2006, p.465-480.
- D'ERCOLE, M.C. *Histoires Méditerranéennes*. Arles: Errance, 2012.
- De POLIGNAC, F. *La naissance de la cité grecque. Culte, espace et société au VIII-VII siècles av. J.-C.* Paris: Ed. La découverte, 1984.
- DI STEFANO, G. Il territorio de Kamarina in età arcaica. *Kokalos*, 33, 1987, p.129-207.

- DI STEFANO, G. L'emporio del Maestro. Il Campagna do scavo (1985). IN: MILITELLO, P. *Scicli: arqueologia e territorio*. Palermo: Officina di Studi Medievale, 2008, p.209-215.
- DI VITA, A. La penetrazione siracusana nella Sicilia sud orientale alla luce delle più recenti scoperte archeologiche. *Kokalos*, 2.2, 1956 a, p.177-209.
- DI VITA, A. Recenti scoperte archeologiche in Provincia di Ragusa. *ArchStSir* 2, 1956b, p.36-41.
- DI VITA, A. Un contributo all'urbanistica greca di Sicilia: Kasmenai. *Atti del Settimo Congresso Internazionale di Archeologia*. Roma: 1961, II, p.69-77.
- DI VITA, A. Tucidide V, 5 e l'epicrazia siracusana. Akrai, Kasmenai, Kamarina. *Kokalos*, 33, 1987.
- DI VITA, A. Siracusa, Kamarina, Selinunte: quale frontiera? *Atti del XXXVII Convegno di Studi sulla Magna Grecia*. Taranto: 1997, p.361-378.
- DOMINGUEZ, A. J. La colonización griega en Sicilia. Oxford: BAR International series 549j, 1989.
- DUNBABIN, T. J. *The Western Greeks. The History of Sicily and South Italy from the Foundation of the Greek Colonies to 480 B.C.* Oxford: Clarendon Press, 1948.
- FISCHER-HANSEN, T. *et alii* Sikelia. IN: HANSEN, M.H.; NIELSEN, T.H. *An inventory of Archaic and Classical Greek Poleis*. Oxford Univ. Press: 2004, p. 172-248.
- FLORENZANO, M.B.B. A contribuição das colônias ocidentais na construção da identidade políade: subsídios do uso e da organização do espaço. Resultados preliminares. IN: FLORENZANO, M.B.B.; E. F.V. HIRATA, E.F.V. *Estudos sobre a Cidade Antiga*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2009, p.93-108.
- FLORENZANO, M.B.B. Repartindo a terra na Grécia Antiga. IN: ZIERER, A.; A. L. B. VIEIRA (org.). *Viagens e viajantes: cultura, imaginário e espacialidade*. São Luiz: UEMA, 2012, p.293-308.
- FRASCA, M. Iron Age settlements and cemeteries in SE Sicily: a short review. IN: LEIGHTON, R. *Early Societies in Sicily. New developments in Archaeological Research*. Accordia Specialist Studies on Italy, vol. 5. Univ. of London: 1996, p.139 -145.
- FRASCA, M.; PELAGATTI, P.; FOUILLAND, F. Monte Casasia (Ragusa) Campagne di Scavi, 1966, 1972-73 nella necropoli indigena. *Notizie Scavi*, 1994-95, p.333-335 e 412-583.
- FRASCA, M. Monte Casasia: un villaggio indigeno prima di Camarina. *Atti del Simposio in onore di Antonino di Vita*. (Ragusa, 1998). Pádua: 2000, p. 143-148.
- FRASCA, M. Archeologia degli Iblei: Indigeni e Greci nell'altipiano ibleo tra la prima e la seconda età del Ferro. Scicli: Ed. Storia e studi sociali, 2015.
- GEHRKE, H.-J. e WIRBELAUER, E. Akarnania and adjacent areas. IN: HANSEN, M.H.; NIELSEN, T.H. *An inventory of Archaic and Classical Greek Poleis*. Oxford Univ. Press: 2004, p. 351-378.
- GRAS, M. *O Mediterrâneo Arcaico*. Lisboa: Teorema, 1995.
- GUZZO, P. G. *Fondazione greche. L'Italia meridionale e la Sicilia (VIII e VII sec. a.C.)*. Roma: Carroci editore, 2011.

- HANSEN, M.H.; NIELSEN, T.H. *An inventory of Archaic and Classical Greek Poleis*. Oxford Univ. Press: 2004.
- LAKY, L. *Olímpia e os Olimpieia. A origem e difusão do culto de Zeus Olímpio na Grécia dos séculos VI e V a.C.* RevMAE, Supl. 16. São Paulo: MAE-USP, 2013.
- LEGON, R.P. Megaris, Corinthia and Sykyonia. IN: HANSEN, M.H.; NIELSEN, T.H. *An inventory of Archaic and Classical Greek Poleis*. Oxford Univ. Press: 2004, p. 462-471.
- LEIGHTON, R. *Sicily Before History*. Cornell University Press: 1999.
- LEIGHTON, R. Indigenous society between the 9th and the 6th Centuries B.C. IN: SMITH, C.; SERRATI, J. *Sicily from Aeneas to Augustus. New Approaches in Archaeology and History*. Edinburgh University Press: 2000, p. 15-40.
- MANNI, E. Fidone d'Argo, i Bacchiadi di Corinto e le fondazioni di Siracusa e di Megara Iblea. *Kokalos*, 1974, p.77-91.
- MELFI, M. Alcune osservazioni sul cosiddetto tempio di Ares a Monte Casale - Kasmenai. *Geo-archeologica*, 2, 2000, p. 39-48.
- MILITELLO, P. Rosolini: la preistoria ed il paesaggio. IN: BUSCEMI, F.; TOMASELLO, F. (ed.) *Paesaggi archeologici della Sicilia sud-orientale. Il paesaggio di Rosolini*. Palermo: Off. Di Studi Medievali, 2008, p. 33-46.
- ORSI, P. Eloro. Ubicazione di questa antica città sulla sinistra del Tellaro nel comune di Noto. *NSc*, 1899, p. 241-244.
- PELAGATTI, P. e CURCIO, G. Akrai (Siracusa) Ricerche nel territorio. *NSc*, XXIV, 1970, p. 435-523.
- Regione Siciliana*. Documenti E3: Bacino Idrologico dei Monti Iblei.  
[www.regione.sicilia.it/presidenza/ucomrifiuti/acqua/DOCUMENTI/DOCUMENTI\\_E/E3/IBLEI/inquadramento.pdf](http://www.regione.sicilia.it/presidenza/ucomrifiuti/acqua/DOCUMENTI/DOCUMENTI_E/E3/IBLEI/inquadramento.pdf)\_ Acesso: 4/10/16.
- SALMON, J.B. *Wealthy Corinth. A History of the City to 338 a.C.* Oxford: Clarendon Press, 1984.
- SERRATI, J. Sicily from pre-Greek Times to the Fourth Century. IN: SMITH,C.; SERRATI, J. *Sicily from Aeneas to Augustus. New Approaches in Archaeology and History*. Edinburgh University Press: 2000, p. 9-14.
- SNODGRASS, A. *An Archaeology of Greece: The Present State and Future Scope of a Discipline*. Berkeley: Univ. of California Press, 1987.
- TORELLI, M. Conclusioni. IN: ABERSON, M. *et alii* (éds.) *Entre Archéologie et Histoire: Dialogues sur les divers peuples de l'Italie préromaine*. Berna: Peter Lang, 2014, p. 349-362.
- VAN COMPERNOLLE, R. Femmes indigènes et colonisateurs. *Atti del convegno di Cortona* (24-30 maggio 1981). Roma e Pisa: EFR e SNP, 1983, p. 1033-1049.
- VERONESE, F. *Lo spazio e la dimensione del sacro. Santuari greci e territorio nella Sicilia arcaica*. Pádua: Esedra, 2006.

- VOZA, G. La Sicilia prima dei Greci. Problematica archeologica. IN: GABBA, E.; VALLET, G. *La Sicilia Antica*, I,1. 1980, p. 5-42.
- VOZA, G. *Nel segno dell'antico. Archeologia nel territorio di Siracusa*. Palermo: Arnaldo Lombardi, 1999.
- VOZA, G. (ed.) *Archeologia nella Sicilia Sud-orientale*. Nápoles: Centre Jean Bérard, 1973. Especialmente: PELAGATTI, p.133-135; 139-140 e 151 -152 (Kamarina) 73-77 (Siracusa); VOZA, p.117-119 (Eloro), p. 127-130 (Kasmenai e Akrai).
- VOZA, G. e LANZA, M.T. s.v. Akrai. *Enciclopedia dell'Arte Antica*, 1994, v. 1, p.46. Disponível em [http://www.treccani.it/enciclopedia/Akrai\\_\(Enciclopedia-dell'-Arte-Antica\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/Akrai_(Enciclopedia-dell'-Arte-Antica)/). Acesso: 28/09/15.
- WILL, E. *Doriens et Ioniens. Essai sur la valeur du critère ethnique appliqué à l'étude de l'histoire et de la civilisation grecques*. Paris: Belles Lettres, 1956.
- WHITTAKER, C.R. *Frontiers of the Roman Empire. A Social and Economic Study*. Baltimore: The Johns Hopkins Univ. Press, 1994.

---

Recebido em: 30/06/2017

Submitted in: 30/06/2017

Aprovado em: 26/09/2017

Aproved in: 26/09/2017

Publicado em: 24/06/2018

---

Published in: 24/06/2018



FIGURES



Fig. 01: Sicily in Western Greece

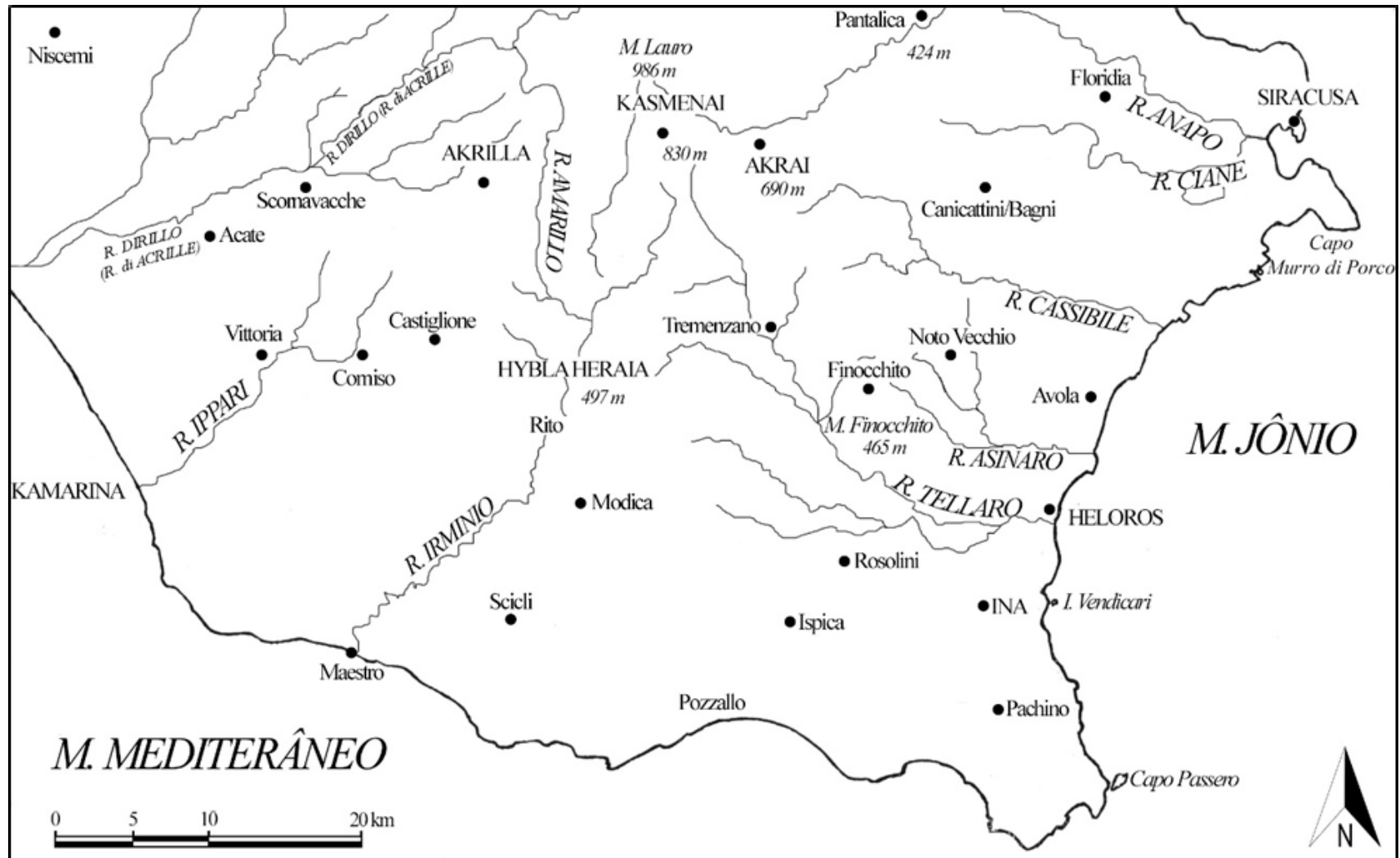


Fig. 02: Southeastern Sicily. (Modified from DI VITA, A. La penetrazione Siracusena nella Sicilia sud orientale alla luce delle più recenti scoperte archeologiche. Kokalos, 2.2, 1956a, Tav. X )

**LES GRECS EN ADRIATIQUE**  
**THE GREEKS IN THE ADRIATIC SEA**  
*(Os Gregos no Adriático)*

Maria Paola Castiglioni

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



## Les Grecs en Adriatique

Maria Paola Castiglioni<sup>1</sup>

**Résumé:** Située au carrefour entre les péninsules balkanique et italienne et reliant les espaces méditerranéens aux régions de l'Europe centrale et septentrionale, la mer Adriatique a connu une importante fréquentation grecque à partir au moins du IXe s. av. J.-C. Attirés par les opportunités commerciales auxquelles les littoraux de cette mer permettaient d'avoir accès, les Grecs ne s'y sont cependant qu'exceptionnellement installés de façon permanente dans le cadre de l'apoikia. À travers une présentation synthétique, cette contribution vise à mettre en évidence comment la « mobilité » grecque dans cette mer s'est insérée dans des contextes historiques plus vastes et complexes (la « tyrannie » de Périandre, les projets hégémoniques de Denys de Syracuse) et à souligner l'impact des implantations coloniales ou emporiques grecques sur les populations locales.

**Mots-clés:** Contacts ; Mer Adriatique ; Emporia ; colonies phantômes.

**Resumo:** Situado no cruzamento entre as penínsulas Balcânica e Italiana, e conectando os espaços mediterrânicos das regiões da Europa central e setentrional, o mar Adriático experimentou uma importante presença grega a partir de pelo menos meados do século IX a.C. Atraídos pelas oportunidades comerciais às quais os litorais desse mar davam acesso, os gregos, no entanto, raramente se instalaram de forma permanente em estrutura de apoikia. Através de uma apresentação sintética, esta contribuição visa por evidência como a "mobilidade" grega nesse mar está inserida nos contextos históricos mais vastos e complexos (a "tirania" de Periandro, os projetos hegemônicos de Dionísio de Siracusa) e destacar o impacto das implantações coloniais ou empóricas gregas nas populações locais.

**Palavras-chave:** Contatos; Mar Adriático; Emporia; Tirania; Colônias Fantasmas.

**Abstract:** Located at the crossroads between Balkan and Italian peninsulas and connecting Mediterranean areas to central and northern Europe, the Adriatic Sea was widely frequented by Greeks from the Ninth century BCE at least. Greeks were attracted to Adriatic coasts by trades, but they rarely established apoikiai. This paper aims to highlight how Greek "mobility" in this sea has to be understood in the light of larger and more complex historical contexts (the "tyranny" of Periander, the hegemonic projects of Dionysus of Syracuse) and to define the effect of colonial settlements or Greek emporia on indigenous people.

**Keywords:** Contacts; Adriatic Sea; Emporia; Tyranny; Ghost Colonies.

En partant de la réflexion historiographique récemment renouvelée autour des mobilités méditerranéennes pendant la période antique et en raison de la complexité des échanges et de la multiplicité des présences qui ont occupé cette mer au cours de l'Antiquité, l'espace adriatique se présente comme un cas d'étude particulièrement stimulant<sup>2</sup>. En effet, la mobilité grecque s'est déclinée ici non seulement sous la forme de fondations coloniales, mais s'est aussi et surtout manifestée dans le cadre de trafics commerciaux

<sup>1</sup> Maître de conférences d'histoire grecque, Université de Grenoble Alpes, France.

<sup>2</sup> Je renvoie à ce propos en particulier à la publication dirigée par CAPDETREY et ZURBACH, 2012 et à l'étude de D'ERCOLE, 2012.

qui ont permis de disposer de points d'accès aux espaces continentaux, au nord comme au sud. Ce contexte « diasporique » a en outre facilité le contact entre groupes d'origines différentes installés, de façon temporaire ou permanente, sur les côtes adriatiques ou dans leur arrière-pays. L'Adriatique constitue ainsi également un terrain d'étude privilégié pour aborder les phénomènes des transferts culturels et pour réfléchir autour des questions des constructions identitaires et ethniques, qui s'expriment ici de façon tout à fait originale.

La mer Adriatique portait chez les Grecs deux noms distincts : *Adrias* et *Ionios*<sup>3</sup>. Si le premier en indiquait à l'origine plutôt la partie septentrionale, qui semble se refermer sur les terres continentales de l'Europe centrale, et dérivait d'Adria (Tite-Live V 33), *emporion* fondé par les Etrusques au VI<sup>e</sup> s. av. J.-C., le deuxième toponyme, *Ionios kolpos* ou *Ionios pontos*, désignait en revanche l'ensemble des eaux adriatiques. L'expression *Ionios poros* définissait plus spécifiquement le Canal d'Otrante, le secteur le plus perméable aux influences méditerranéennes<sup>4</sup>.

La tradition reconnaît, aux origines de la dénomination d'*Ionios kolpos*, le mythe des pérégrinations d'Io relaté par Eschyle : le poète tragique raconte que cette jeune fille d'Argos, transformée en génisse par Zeus, arriva par voie terrestre jusqu'à Dodone, en Épire, puis jusqu'à la mer qui, de « golfe de Rhéa », changea son appellation en « golfe d'Io », en mémoire de son passage (Eschyle *Prométhée enchaîné* 836-841).

Une légende alternative transmise au II<sup>e</sup> s. apr. J.-C. par Appien (*Guerres civiles* II 39), mais remontant sans doute à Théopompe, historien du IV<sup>e</sup> s. av. J.-C., voit en revanche, à l'origine du nom de la mer, un personnage éponyme : Ionios, fils de Dyrhachios, petit-fils d'Epidamnos et arrière-petit-fils de Poséidon. Cette tradition est de toute évidence strictement liée à la naissance de la colonie corcyrène d'Épidamne-Dyrhachion, comme en témoignent les noms attribués à l'ascendance d'Ionios, et met l'accent sur l'importance de cette fondation, la première véritable *apoikia* de l'Adriatique.

Il est inutile de souligner que ces mythes sont révélateurs de l'importance que cette mer avait aux yeux des Grecs, notamment ceux qui parcouraient ses eaux pour des raisons commerciales ou qui habitaient ses côtes, en particulier orientales, considérées comme plus propices à l'installation de ports, même si souvent les auteurs grecs nous livrent une géographie approximative, voire tout à fait fautive de ces littoraux et des populations qui y vivaient<sup>5</sup>. Le « golfe » adriatique a pourtant joué un rôle de carrefour commercial et culturel fondamental, depuis l'âge du bronze, époque des fréquentations mycéniennes, mettant en relation

<sup>3</sup> On ajoutera également à ces deux dénominations celle de « mer de Chronos », enregistrée par Apollonios de Rhodes IV 327 ; 509 ; 548 et faisant allusion à la partie septentrionale de la mer Adriatique. Sur cette appellation cf. DELAGE, 1930, p.210-211.

<sup>4</sup> M. Pallottino parlait à ce sujet de « méditerranéité » plus immédiate du Sud de l'Adriatique : PALLOTTINO, 1983, p.17. Je renvoie à la carte à la fin de l'article pour la localisation des lieux adriatiques cités (FIG. 1).

<sup>5</sup> Hérodote ne cite que trois fois l'Adriatique et ne se préoccupe pas d'en décrire les peuples. Thucydide n'en fait aucune mention. Cf. à ce propos : D'ERCOLE, 2005, p.172.

les peuples indigènes (Illyriens, Messapiens, Dauniens, Picéniens, Ombriens, Étrusques et Vénètes) entre eux et avec les Égéens<sup>6</sup>.

### LES PREMIERS CONTACTS

Hérodote (I 163) affirme que les premiers explorateurs grecs de la mer Adriatique (aussi bien que de la mer Tyrrhénienne et du « far West » ibérique) ont été les Phocéens, mais l'absence de traces matérielles de leur fréquentation rend difficile d'évaluer l'impact de leur apport<sup>7</sup>.

Selon une partie de la tradition littéraire, les premiers colonisateurs de la mer Adriatique auraient été en revanche les Eubéens: Plutarque fait allusion à une présence eubéenne à Corcyre, et le Pseudo-Scymnos, au II<sup>e</sup> s. av. J.-C., attribue la fondation d'Orikos, sur le littoral illyrien, à l'extrémité méridionale du golfe de Vlorë, à des Eubéens de retour de la guerre de Troie qui auraient échoué sur la côte adriatique à cause de vents défavorables (Plutarque *Questions grecques* 11 et Pseudo-Scymnos 441-443). La même légende liée aux *nostoi* est reprise par Pausanias, au sujet de la région de Thronion, ville vraisemblablement située à proximité de la colonie d'Apollonia et des monts Kérauniens, et fondée par un groupe de Locriens et d'Abantes (ainsi étaient désignés les Eubéens dans les poèmes homériques, Homère *Iliade* II 536-545. Cf. BIFFI, 1985-86) lors de leur retour du conflit troyen (Pausanias V 22, 2-3). La présence eubéenne en Adriatique, affirmée par les textes anciens, mais non corroborée par les découvertes archéologiques, reste pourtant très problématique et seules des recherches plus poussées sur le terrain pourront fournir des réponses plus précises au sujet de ce qui semble être plus un contact précolonial qu'un établissement permanent<sup>8</sup>.

La littérature, confortée cette fois par les découvertes archéologiques, livre en revanche des témoignages plus riches sur la présence corinthienne, au point que certains historiens ont pu parler de « Colonial Empire » à propos des fondations corinthiennes sur les rivages orientaux de la mer Ionienne et du Sud de l'Adriatique, ou bien de « matrice corinzia » pour désigner l'empreinte politique et culturelle des Corinthiens dans ces régions<sup>9</sup>.

La première *apoikia* corinthienne, située en mer Ionienne, mais à proximité du canal d'Otrante, aurait été fondée à Corcyre, sur la presqu'île située dans la partie méridionale de Corfou (site de Paléopolis), par une expédition guidée par Chersicratès, membre de la famille oligarchique des Bacchiades, qui détenait

<sup>6</sup> Pour ces époques, cf. en particulier LENZI, 2003.

<sup>7</sup> Sur le problème des Phocéens en Adriatique, cf. MOREL, 1975a, p.142-148 ; 1975b, p.853-896 ; 1982, p.479-496 ; 1988, p.31-44; 2001, p.53-77.

<sup>8</sup> Cf. à ce sujet le bilan, à propos d'Orikos en particulier, de BERETI *et alii*, 2011, p.410-430.

<sup>9</sup> Sur le débat, cf. QUANTIN, 2012, p.248 sq.

alors le pouvoir à Corinthe, vers 734 av. J.-C., au moment où un autre Bacchiade, Archias, poursuivait sa navigation jusqu'à Syracuse, qu'il aurait fondée vers 733 av. J.-C. (Strabon VI 2, 4, 269)<sup>10</sup>.

Cette colonisation s'insère dans un réseau d'échanges bien établis à partir du début du VIII<sup>e</sup> s. av. J.-C., qui lie la ville de Corinthe à Ithaque par l'intermédiaire des sites d'Arta (Ambracie) et du village épirote de Vitsa (MORGAN, 1988). La découverte de céramique corinthienne de la même époque sur l'autre rive de l'Adriatique, à Otrante, atteste en outre de façon évidente l'intérêt des Corinthiens pour la route maritime qui conduisait vers l'Italie méridionale et la Sicile par le canal d'Otrante et dont Corfou constituait un relais important (D'ANDRIA, LOMBARDO, 1999).

Hérodote rapporte cependant que, depuis la colonisation de l'île, Corcyréens et Corinthiens étaient en désaccord, « bien qu'étant du même sang » (Hérodote III 49). Ce différend se serait concrétisé, aux dires de Thucydide, dans la première bataille navale connue par les Grecs, en 664, deux générations seulement après la fondation de la colonie (Thucydide I 38, 1). Ce combat naval, dont l'issue n'est pas révélée par les sources, aurait eu lieu au moment où l'organisation politique corinthienne connaissait un changement important, avec le passage du régime oligarchique mené par la famille des Bacchiades, à un gouvernement tyrannique guidé par Cypsélos, lui aussi Bacchiade par sa mère, mais en position marginale par rapport au groupe au pouvoir (Hérodote V 92)<sup>11</sup>. Dans ce nouvel horizon, les orientations coloniales encouragées par les Bacchiades auraient été amplifiées par le tyran qui aurait confié à ses fils la fondation et le contrôle, en Acarnanie, le long de la route maritime qui conduisait à Corcyre et à la mer Adriatique, de Leucade, Anaktorion et Ambracie, au cours du VII<sup>e</sup> s. (Cf. QUANTIN, 2012, p.252-254, avec bibliographie).

### ÉPIDAMNE ET APOLLONIA

La fondation des premières colonies de l'Adriatique, Épidamne-Dyrrhachion et Apollonia, dans une région occupée par les indigènes illyriens, se situe dans le même contexte.

La première fut fondée vers 627 av. J.-C., à l'initiative de Corcyre, sur un promontoire de la côte adriatique sud-orientale : selon la version enregistrée par Thucydide (I 24, 2), le contingent corcyréen fut conduit par un *oikiste* provenant de Corinthe, Phalios, fils d'Ératokleidès, corinthien de naissance et descendant des Héraclides. L'établissement adriatique d'Épidamne répond très certainement aux exigences de Corcyre, désireuse d'élargir et d'accroître son contrôle de la route maritime qui permettait de gagner l'Adriatique septentrionale, la plaine padane, les débouchés des routes alpines et d'entrer en contact avec les Étrusques installés en Émilie-Romagne. Bénéficiant de vents, de courants marins et d'abris favorables, la

<sup>10</sup> Sur les fondations presque contemporaines de Corcyre et de Syracuse, cf. INTRIERI, 2011, p.175-208.

<sup>11</sup> Plus en général, sur ces événements dans l'histoire de Corinthe : WILL, 1955 et SALMON, 1984.

côte orientale de la mer Adriatique a été en effet largement préférée à la côte italienne, avec ses *importuosa litora* (Tite-Live X 2, 4)<sup>12</sup>, pour les navigations en direction de la partie septentrionale du *sinus Adriaticus* (Strabon VII 5, 10). La colonie permettait en outre de disposer d'une base utile pour entrer en contact avec l'arrière-pays illyrien, comme en témoigne l'existence à Épidamne d'un magistrat chargé des transactions commerciales avec les indigènes illyriens, le polète (Plutarque *Quaestiones graecae* 297f).

L'*apoikia* d'Apollonia a été fondée un peu plus au sud et en correspondance de l'embouchure du fleuve Aôos (l'actuel Vjosa), à la même époque (Sur Apollonia, cf. DIMO, LENHARDT, QUANTIN, 2007), vers la fin du VII<sup>e</sup> s. L'entreprise coloniale fut voulue sans doute par le fils et successeur de Cypsélos, Périandre (dont la tyrannie est traditionnellement datée entre 628 et 587), qui poursuivit ainsi la politique adriatique promue par les Bacchiades et renforcée par son père.

Les sources ne sont pourtant pas unanimes sur la composition de l'expédition coloniale : Thucydide, Pline l'Ancien, Dion Cassius et Stéphane de Byzance considèrent Apollonia comme une fondation corinthienne (Thucydide I 26, 2 ; Pline l'Ancien *Histoire naturelle* III 145 ; Dion Cassius XLI 45 et Stéphane de Byzance *ss.vv. Apollonia et Gylakeia*), alors que le Pseudo-Scymnos la présente comme une fondation mixte, corinthienne et corcyrène à la fois (Pseudo-Scymnos 439-440). Pausanias semblerait enfin, dans un passage lacunaire et donc problématique, laisser aux seuls Corcyréens la responsabilité de l'initiative (Pausanias V 22, 4). Les contradictions des sources sont certainement le reflet de l'existence de traditions alternatives sur l'origine de cette cité créées au fil des siècles et des choix politiques de cette *apoikia*: dans leur interprétation, il faut tenir compte de la proximité géographique entre Apollonia et Corcyre, qui a engendré des relations étroites et a pu favoriser le développement et la diffusion d'une tradition de fondation philo-corcyrène.

Stéphane de Byzance est le seul à conserver le nom de l'*oikiste*, le corinthien Gylax. Toujours selon ce lexicographe du VI<sup>e</sup> s. apr. J.-C., l'expédition était composée d'un contingent de deux cents colons corinthiens. Gylax baptisa la colonie du nom de Gylakeia, toponyme plus tard remplacé par celui d'Apollonia. Ce changement a dû probablement se faire après la chute du régime tyrannique des Cypselides, vers 584/3 av. J.-C., lorsque la réaction au pouvoir tyrannique dans la métropole de Corinthe a pu avoir des répercussions politiques dans la colonie adriatique et a conduit ses habitants à rebaptiser la colonie du nom du dieu *archégète* par excellence, Apollon (Sur cette hypothèse, cf. ANTONELLI, 2000).

Gylakeia constituerait ainsi un cas tout à fait exceptionnel, à une date si ancienne, de colonie grecque prenant son nom de celui de son fondateur. Le privilège dont ce dernier profita découla probablement de son importante position au sein des fidèles du tyran Périandre : Gylax était peut-être l'un

<sup>12</sup> Sur les routes de navigation adriatique : ARNAUD, 2005, p. 194-206.



de ses hommes de confiance, et aurait été chargé d'imposer à la nouvelle colonie adriatique une constitution modelée sur celle de Corinthe et de garantir la fidélité de la nouvelle fondation à sa métropole.

De la même façon et à la même époque, Périandre avait confié la fondation d'une autre colonie, Potidée, en Chalcidique, de l'autre côté de la péninsule balkanique, à son fils, Évagoras, et quelques années après, vers 594/3, le gouvernement de Corcyre à un autre de ses fils, Lycophron ou Nicolaos (Hérodote III 52, 25 et Nicolas de Damas *FGrHist* 90 F 59, 1). Cela entraîna également la prise de contrôle de la colonie de Corcyre, Épidamne. Strabon précise en effet que, vers 588/87, Périandre envoya les réfugiés provenant de Dyspontion, en Élide, à Apollonia et à Épidamne, ce qui sous-entend un contrôle corinthien sur les deux colonies (Strabon VIII 3, 32, 357).

La position d'Apollonia est révélatrice : elle n'est pas installée directement sur la côte, mais dispose d'un port fluvial, vraisemblablement non loin de la mer, séparé de celle-ci par un espace lagunaire et marécageux formé par les méandres du fleuve Aôos, et domine une vaste plaine fertile, qui lui permet de se tourner vers une florissante activité agro-pastorale (CABANES, 2000). Cependant, la fondation d'Apollonia semble également répondre aux mêmes exigences commerciales que celles d'Épidamne. Elle pouvait en outre bénéficier de sa proximité avec les mines de bitume, localisées dans la région du *nymphaion*, aux frontières de la *chora* apolloniate<sup>13</sup>.

Les deux *apoikiai* adriatiques assuraient par ailleurs la maîtrise des routes reliant le littoral adriatique oriental à l'arrière-pays, notamment en suivant les cours du Genusus (Shkumbi) ou de l'Apsos (Seman), selon un tracé qui devient, à partir du II<sup>e</sup> s. av. J.-C., après la conquête romaine, celui de la *via Egnatia*, la principale route transbalkanique qui permettait de rejoindre, depuis Apollonia ou Épidamne, les régions nord-égéennes, macédoniennes et thraces, jusqu'aux Détroits<sup>14</sup>. La fondation corinthienne de Potidée, en Chalcidique, au débouché égéen de cette route continentale, semble du reste marquer une volonté de monopole de la part de Corinthe de cet itinéraire terrestre (Nicolas de Damas *FGrHist* 90 F 59, 1)<sup>15</sup>.

Les emplacements de ces deux colonies adriatiques auraient en outre favorisé un accès direct aux ressources minières de Damastion, situées à l'intérieur des terres, dans la région du lac Lychnitis (Ohrid)<sup>16</sup>.

Nombreux sont les témoignages de la prospérité de ces deux colonies dès leurs fondations : déjà en 572, parmi les prétendants de la fille du tyran de Sicyone, tous issus des meilleures familles du monde

<sup>13</sup> Sur les mines de bitume près d'Apollonia, cf. CABANES, 2004, p.124 et VREKAJ, 2011, p.199-207.

<sup>14</sup> Sur la *via Egnatia*, sur son parcours et sur les sources littéraires, épigraphiques et archéologiques qui en parlent, cf. FASOLO, 2005 et PALAZZO, 2010, p.273-290.

<sup>15</sup> L'expédition coloniale fut confiée à l'un des fils de Périandre, Évagoras.

<sup>16</sup> Il n'est pas facile de situer précisément ce district minier pour lequel la source principale reste Strabon VII 7,8 et VIII 6, 16. Pour une synthèse sur le débat autour de son emplacement géographique, cf. CASTIGLIONI, 2010, p.115-116, avec les renvois bibliographiques.

grec, figurait Amphimnestos d'Épidamne (Hérodote VI 127). Le sanctuaire panhellénique d'Olympie garde également les traces non seulement d'athlètes vainqueurs originaires des deux *apoikiai* (Kléosthénès d'Épidamne, vainqueur à la course de quadriges en 516, et Ménéptolémos d'Apollonia, vainqueur à la course du stade dans la catégorie des enfants entre 504 et 500 av. J.-C.<sup>17</sup>), mais aussi de monuments collectifs: vers le milieu du VI<sup>e</sup> s., les habitants d'Épidamne offrirent au Zeus olympien un trésor élevé sur la terrasse des trésors au-dessus du Métroôn, qui vint s'ajouter à ceux érigés par d'autres cités grecques (Pausanias VI 19). Un siècle plus tard, les Apolloniates dédièrent au même dieu un monument constitué d'une base en hémicycle sur laquelle étaient disposées, comme le révèle la description de Pausanias, les statues en bronze de Zeus, Héméra-Eos et Thétis au centre et, des deux côtés de la triade divine, sur les parties latérales, de cinq héros troyens et cinq héros achéens: Achille et Memnon aux extrémités de la base et, entre ceux-ci et le groupe central, Ulysse et Hélénos, Ménélas et Pâris, Diomède et Énée, Ajax et Déiphobos. Chaque héros achéen était disposé face à son ennemi troyen (Pausanias V 22, 2-4)<sup>18</sup>. L'épisode représenté sur l'exèdre était celui du duel d'Achille et Memnon pendant la guerre de Troie, raconté par Arctinos de Milet dans l'*Éthiopide*, un poème perdu du cycle troyen<sup>19</sup>. La dédicace du monument, enregistrée elle aussi par Pausanias et dont quelques fragments ont été retrouvés dans les années 1940 et 1950 lors des fouilles allemandes à Olympie, informait que l'offrande avait été financée avec la dîme du butin pris par les Apolloniates aux habitants de Thronion. Très probablement, cette petite ville, qui n'a pas encore été localisée avec certitude, se trouvait à la frontière méridionale de la *chora* apolloniate, et sa conquête permit à Apollonia d'élargir son contrôle territorial et de bénéficier de nouvelles terres fertiles à exploiter.

### CORCYRA MELAINA, LES 'COLONIE FANTASMA' ET LE DELTA DU PO

Au nord d'Épidamne, la présence grecque paraît moins stable au moins à l'époque archaïque, si l'on excepte le cas de *Korkyra Melaina*, Corcyre la Noire, colonie établie sur l'île de Korčula par un contingent de Cnidiens aidés par des Corcyréens, dans le cadre d'une entente (*philia*) entre les deux cités. Plutarque affirme que cet accord fut la conséquence de la reconnaissance des Corcyréens envers les Cnidiens, car ces derniers avaient libéré trois cents jeunes Corcyréens appartenant aux meilleures familles de l'île et envoyés comme otages par Périandre au roi Alyatte de Lydie (Plutarque *De Herodoti malignitate* 22)<sup>20</sup>. Cela signifie que l'expédition coloniale fut possible seulement après la mort de Périandre et la perte successive du contrôle

<sup>17</sup> Pour Kléosthénès : Pausanias VI 10, 6. Cf. aussi MORETTI, 1957 : n° 66. Pour Ménéptolémos : Pausanias VI 14, 13 et MORETTI, 1957 : n° 162.

<sup>18</sup> Sur le monument des Apolloniates à Olympie : CABANES, 1993, CASTIGLIONI, 2004, ANTONETTI, 2010 et PICCININI, 2011.

<sup>19</sup> Il reste cependant le résumé de Proclus : cf. DEBIASI, 2004, p.124-178.

<sup>20</sup> Cf. aussi Pseudo Scymnos 426-430, Strabon VII 5, 5, Pline *Histoire naturelle* III 152. Sur la fondation de Corcyre la Noire, cf. MASTROCINQUE, 1988.

corinthien sur Corcyre, donc au plus tôt au début du VI<sup>e</sup> s., au moment où les Cnidiens se dirigèrent vers la Sicile pour échapper à la pression exercée par Alyatte sur les cités grecques d'Ionie (expédition de Pentathlos, cf. Diodore V 9, 4-5 et Pausanias X 16, 7). Le nom donné à la fondation témoignerait d'une volonté d'honorer les Corcyréens qui avaient soutenu les Cnidiens dans leur fondation coloniale dont l'emplacement n'est malheureusement pas déterminé du point de vue archéologique.

Le caractère éphémère ou la faiblesse des données disponibles sur d'autres établissements grecs adriatiques a conduit les historiens à forger la définition de 'colonie fantasma' (colonies fantômes, LOMBARDO, 2006, p.19-32) pour désigner des expériences coloniales temporaires, qui ont laissé des traces évanescentes et labiles dans la documentation littéraire et archéologique. Ce fut probablement le cas de la fondation citée par le *psephisma* de Lumbarda<sup>21</sup>, localisée sur l'île de Korčula, ou bien d'Elpie (Strabon XIV 2, 10, et Stéphane de Byzance s.v. *Elpia*. Cf. VAN COMPERNOLLE, 1985, p.35-45), fondation rhodienne en Apulie, d'Anchialé, fondation parienne en Illyrie mentionnée seulement par Stéphane de Byzance (s.v. *Anchialé*), et d'Hérakleia et de son port, dont l'existence est signalée seulement par le Pseudo-Scylax (XXII) et dont la localisation est inconnue, ou encore du projet de colonisation athénien en Adriatique, sur lequel nous reviendrons.

Comme le souligne M. Lombardo, ces cas méritent d'être étudiés à la lumière de ce que D. Asheri désignait comme dynamiques de « décolonisation », à savoir comme des établissements grecs qui, fondés pour répondre à des besoins d'ordre politique et militaire ou commercial, n'arrivent plus à survivre lorsque les objectifs à l'origine des projets coloniaux ne subsistent plus (Cf. ASHERI, 1996, p.73-115).

L'espace adriatique fut aussi le cadre d'expéditions inabouties : vers 530, selon Strabon, des Thessaliens auraient tenté de s'établir à Ravenne, sur la côte occidentale de l'Adriatique, mais ils rencontrèrent l'opposition des Étrusques, qui contrôlaient le delta du Pô (Strabon V 1, 7 c 214).

Les contacts entre Grecs et les populations de l'Adriatique centrale et septentrionale s'inscrivent toutefois dans des schémas autres que le modèle colonial classique, se déclinant plutôt sous la forme de relations emporiques nouées dans certains cas depuis l'âge du bronze. C'est les cas des Éginètes qui fréquentaient la région autour de l'*emporion* d'Adria, actif au moins depuis 580-570 et permettant d'entrer en contact avec les populations de la partie septentrionale de la mer Adriatique, le *Caput Adriae*, du delta du Pô au golfe de Venise (COLONNA, 1974, p.1-21).

---

<sup>21</sup> Cette inscription découverte à Lumbarda, dans l'île de Korčula, datée de la fin du IV<sup>e</sup> s. ou du début du III<sup>e</sup> fait état d'une distribution de terres entre colons provenant d'Issa et répartis en trois tribus doriennes. Elle serait le témoignage de l'existence sur l'île, indépendamment de la colonie cnidienne de Corcyre la Noire, d'un établissement qui a probablement eu une fonction militaire de contrôle de la navigation côtière. Cf. LOMBARDO, 1993, p.161-188.

Adria et Spina<sup>22</sup>, qui vit le jour en correspondance du bras méridional du Pô, ont livré une importante quantité d'importations grecques, comme en témoigne la quantité de vases attiques retrouvés dans les nécropoles de Valle Trebba et Valle Pega<sup>23</sup>. À ces objets s'accompagnait la présence d'individus d'origine grecque, notamment au cours du V<sup>e</sup> s.<sup>24</sup>. La mention de l'édification d'un trésor des Spinètes à Delphes confirme la visibilité internationale de cette ville padane, aussi bien que sa puissance militaire, car l'offrande est consacrée en tant que dîme et est donc liée à une victoire militaire (peut-être en relation avec les activités de piraterie pour lesquelles les Étrusques étaient célèbres, cf. Strabon V 1, 7 c 214, mais aussi Denys d'Halicarnasse I 18, 3-5 et Pline III 115).

La richesse et la fréquentation de ces deux *emporía* étaient surtout liées à leur proximité avec les centres étrusques de la plaine padane (notamment Felsina, la future Bologne), et donc à la facilité d'approvisionnement en métaux, en ambre, qui arrivait dans le Haut-Adriatique depuis la Baltique, mais aussi en céréales de la plaine du Pô et en chevaux vénètes (Cf. SASSATELLI, 1993, p.211-213).

Il faut d'ailleurs souligner que la profusion de récits mythologiques localisés dans l'aire du delta du Pô et sur la côte vénète jusqu'au Timave (mythes de Phaeton et des Héliades, de Dédale, des Argonautes, des offrandes hyperboréennes, de Diomède) et la découverte de matériel égéen de l'âge du bronze et du fer fait supposer que cette partie de l'Adriatique était ouverte aux navigations grecques dès avant l'époque des fréquentations éginètes de la fin de l'époque archaïque (Cf. COLONNA, 1974, p.1-21; BRUNI, 1998, p.203-220; BRACCESI, 1988, p.133-145).

### LA COLONISATION DU IV<sup>E</sup> S.

À la question des colonies fantômes est étroitement lié le débat sur la présence syracusaine en Adriatique, d'Ancône à Lissos, opposant les défenseurs de l'idée d'un « empire » syracusain et les historiens qui, plus prudemment, tendent à nuancer la thèse d'une concrétisation effective des projets de Denys de Syracuse en Adriatique (Cf. WOODHEAD, 1970 et D'ANDRIA, 2002, p.117-137, part. 119)<sup>25</sup>.

Il est indéniable qu'une partie de la tradition littéraire reconnaît un rôle important à l'action du tyran syracusain en Adriatique au IV<sup>e</sup> s. av. J.-C., et notamment entre 387 et 383, dans le cadre d'un

<sup>22</sup> Sur Spina : Strabon V 1, 7 c 214, Pseudo-Scylax 17, Pline *Histoire naturelle* III 120, Trogue-Pompée XX 1, 11. Une synthèse très claire sur le site et sa tradition littéraire dans : TORELLI, 1993, p.53-69.

<sup>23</sup> En particulier, sur la nécropole de Valle Trebba, cf. BERTI, 1993, p.34-45.

<sup>24</sup> Sur le caractère multi-ethnique de ces deux *emporía*, cf. BOURDIN 2006, p.30 ss.

<sup>25</sup> En réalité, le problème dépasse largement les frontières de l'Adriatique et demande une relecture générale de la « propagande dionysienne », telle qu'elle nous est transmise par les sources, une confrontation de la politique adriatique du tyran avec sa politique tyrrhénienne, ses alliances illyrienne et épirote, l'évaluation de l'impact des projets, pas forcément concrétisés, de Denys sur le monde de la Grèce propre, et des réactions qu'ils ont déclenchées ici et à Athènes plus particulièrement. Sur ces questions, cf. BONACASA, BRACCESI, DE MIRO, 2002.

programme de domination plus vaste. Après avoir apaisé le danger carthaginois (la troisième guerre contre Carthage se conclut favorablement pour Denys en 391 av. J.-C.), Denys élargit en effet ses visées expansionnistes au-delà de la Sicile. La première phase de son programme fut entreprise aux dépens des Étrusques, et mit à profit la descente des Celtes dans la plaine du Pô et en Italie centrale jusqu'à Rome, en 388 av. J.-C. Vraisemblablement, peu après cette date, Denys conclut une alliance avec les Gaulois et porta deux attaques successives contre l'étrusque Caere-Cerveteri et son *emporion* de Pyrgi : la première en 387/6, avec la collaboration de troupes mercenaires celtes provenant de l'apygie, et la deuxième, entre 385/4 et 384/3, maritime, avec une flotte syracusaine (Diodore XIV 117, 7 et XV 14, 3-4). Ce furent là les premiers succès de son dessein d'hégémonie tyrrhénienne, réalisée seulement en partie (Diodore XVI 5, 4 ; 9, 1 ; XX 78, 3. Cf. SINATRA, 1996, p.373-381 et SORDI, 1986, p.84-90).

À la même période, Denys entretenait des relations diplomatiques dans l'Adriatique : si l'on en croit Diodore (XV 13, 1), celles-ci visaient à appuyer un vaste projet de contrôle balkanique dont l'opération culminante prévoyait le pillage du sanctuaire delphique, que les troupes du tyran auraient atteint en traversant les régions épirotes depuis le littoral adriatique. Le récit de Diodore dépend certes de sources peu objectives, toutefois une partie des notices sur la politique adriatique de Denys semble digne de foi : Diodore écrit en particulier que Denys, se servant de la médiation d'Alcétas le Molosse, fils de Tharyps, expulsé de son royaume par le parti philo-spartiate à la fin la guerre du Péloponnèse et en exil à Syracuse, s'allia avec le roi des Illyriens et lui envoya un contingent de deux mille soldats et cinq cent panoplies (Diodore XV 13, 2). Ce roi illyrien reste anonyme dans le récit de Diodore, mais il est fort probable qu'il s'agissait de Bardylis, roi des Dassarètes, tribu illyrienne située à la frontière entre Macédoine, Illyrie et Épire<sup>26</sup>. La collaboration militaire sicilienne conduisit à la restauration d'Alcétas sur le trône molosse et à la victoire finale de la coalition (Diodore XV 13, 3).

Un tel résultat orienta selon toute vraisemblance les équilibres adriatiques en faveur de Denys qui, profitant de l'entente avec les Illyriens du Sud, aurait décidé d'établir une base navale à Lissos (l'actuelle Lezhë) et d'intensifier son influence un peu plus au nord, dans le territoire où il avait déjà fondé la colonie d'Issa (dans l'actuelle île de Vis), en correspondance du plus large et du plus sûr des ports dalmates<sup>27</sup>.

En 385/4 av. J.-C., Denys aurait en outre prêté main forte aux Pariens pour la fondation de Pharos, l'actuelle Stari Grad, sur l'île de Hvar (Diodore XV 13, 3 et XV 14, 1-2. Sur Pharos, cf. KIRIGIN 2006). L'année suivante, il aurait renouvelé son soutien aux Pariens de Pharos en chargeant son gouverneur (*éparchos*) de leur porter secours lors d'une attaque de la part des Illyriens installés sur l'île et assistés par d'autres Illyriens

<sup>26</sup> Sur ce roi des Illyriens : Cicéron *De officiis* II 11 ; Diodore XVI 4, 4 ; Frontin *Stratagèmes* II 5, 19 ; Libanios *Contre Sévère* 52 ; Polybe XXXVIII 6, 4 et Théopompe *FGrHist* 115 F 28.

<sup>27</sup> Diodore XV 13, 4 (Lissos) et XV 14, 2, mais les manuscrits ne sont pas concordants, ce qui rend cette reconstitution incertaine et hypothétique. À ce sujet, cf. VIAL 1972, p.66-67. Le Pseudo-Scymnos 413-414, attribuée à Issa une origine syracusaine.

du continent. Il est en effet probable que la présence coloniale grecque ait été difficilement tolérée par les autochtones, probablement les Liburniens, dérangés surtout dans les activités de piraterie qu'ils menaient dans la mer Adriatique (Tite-Live X 2, 4 et Strabon VII 5, 10, c 317. Cf. FUSCAGNI, MARCACCINI, 2002, p.103-113).

Selon une notice de Strabon (V 4, 2), la tyrannie de Denys aurait entraîné un groupe d'opposants au pouvoir du tyran à quitter la Sicile et à se réfugier à Ancône. Ce centre, qui dispose du seul bon port naturel du littoral occidental de l'Adriatique jusqu'au Gargano, était déjà occupé par un établissement indigène fréquenté par les Grecs. L'arrivée des exilés n'aurait fait qu'élargir cet *emporion* et en accroître la vocation commerciale (LUNI, 2004, p.28). Pline l'Ancien écrit que le site de Numana, peu loin au sud d'Ancône, aurait été lui aussi occupé par des « Sicules » (Pline *Histoire Naturelle* III 112), mais plus qu'à une installation syracusaine de l'époque de Denys, la notice plinienne serait une vague allusion aux migrations de la deuxième moitié du II millénaire (LUNI, 2004, p.56). Ici, comme à Ancône, la documentation archéologique montre que le site, établi à l'extrémité méridionale du promontoire du Conero, avait été habité par les indigènes dès l'âge du fer. Les importantes quantités de céramique attique retrouvées sur place confirment pour ce centre également une fonction d'escale maritime pour les navigants grecs qui parcouraient la route Zadar-Ancône.

Enfin, les fragments d'une stèle retrouvée au Pirée (IG II<sup>2</sup> 1629) renseignent sur un dessein athénien d'envoi d'une expédition coloniale en 325-324 en Adriatique (*eis ton Adrian*). Le décret (*psephisma*) définit quelques détails de ce projet, soumis par Céphissodon à l'*ecclesia* d'Athènes : l'objectif de l'expédition était de garantir un marché et une source d'approvisionnement en blé (*emporion* et *sitopompia*) aussi bien qu'une protection (*phylakia*) contre les *Tyrrhenoi*, les Étrusques, vraisemblablement les Étrusques padans. Si le nom de l'oikiste désigné est connu (Miltiade), la destination n'est malheureusement pas précisée. Le projet, de nature prioritairement commerciale (Athènes, touchée pendant ces années par une grave période de sécheresse, n'était plus en mesure de satisfaire ses besoins internes, même avec les importations provenant de la Mer Noire), resta très probablement inachevé. D'importants changements étaient en cours : Athènes, déjà affaiblie par la défaite de Chéronée, ne sut pas faire face à Alexandre et dut définitivement renoncer à ses prétentions d'assurer une politique de protection maritime, en Adriatique et ailleurs<sup>28</sup>.

Les conquêtes d'Alexandre et l'organisation du monde méditerranéen après sa mort ont entraîné également des conséquences dans l'espace adriatique, qui devint, à la fin du IV<sup>e</sup> et au III<sup>e</sup> s., le théâtre de l'intervention des Macédoniens et des luttes entre Illyriens et Épirotes<sup>29</sup>. Par la suite, l'appui militaire de Rome à Issa contre les pirates illyriens et leur reine Teuta, en 229-228 av. J.-C., avec la première guerre d'Illyrie, conduisit à la perte de l'indépendance politique des établissements grecs (Polybe II 2-12, Appien

<sup>28</sup> Sur cette inscription et son contexte historique : FERONE, 2004, p. 31-48 et ZAMBON, 2004, p. 147-172.

<sup>29</sup> Pour une présentation de l'histoire des colonies adriatiques pendant cette période, cf. CABANES, 2000, p. 67 ss.

*Illyrikè* 7-8 et Dion Cassius fr. 49 = Zonaras VIII 19). Ceux-ci ont toutefois gardé une forte empreinte grecque et favorisé la diffusion de leur culture aux villes illyriennes à proximité, comme en témoignent les exemples d'Apollonia, qui a gardé son identité grecque, et de ses voisines illyriennes Byllis et Amantia, qui se sont dotées de structures urbanistiques typiquement grecques, telles le théâtre et le stade, et ont été enregistrées, vers 220 av. J.-C., dans la liste des théarodoques de Delphes : elles pouvaient donc participer aux concours pythiques, privilège accordé seulement aux Hellènes<sup>30</sup>, et furent donc *de facto* intégrées dans le monde grec.

Ce dernier exemple montre clairement qu'en dépit d'une présence coloniale moins diffuse par rapport à d'autres régions touchées par les « diasporas » grecques, l'influence grecque en Adriatique a largement dépassé le cadre strict des échanges économiques, en entraînant des processus d'acculturation dont l'intensité et la persistance furent tout à fait exceptionnels.

La compréhension des caractères et des raisons de la présence grecque en Adriatique est toutefois possible seulement à condition de l'analyser à la lumière des événements historiques qui ont marqué la vie des villes d'origine des colons et des marchands qui ont parcouru cette mer à partir du début de l'époque archaïque et jusqu'à la fin de l'Antiquité. Les étapes les plus marquantes ont été sans aucun doute celles de la politique corinthienne à l'époque des Cypsélides, de la tyrannie de Denys, des projets « thalassocratiques » d'Athènes à l'aube de la période hellénistique et finalement de la conquête romaine.

À l'origine de l'intérêt porté à cette mer par les Grecs, il y a indiscutablement sa situation géographique, qui en fait à la fois une passerelle et une frontière. Plus particulièrement, sa partie méridionale a joué un rôle de trait d'union essentiel entre l'arrière-pays balkanique (épirote et macédonien en particulier) et les régions situées au-delà du canal d'Otrante. Il suffira à ce propos de renvoyer aux synchronismes, soulignés par la tradition, entre les fondations de Corcyre et de Syracuse et au caractère éparpillé du « réseau » corinthien. Les sections centrale et septentrionale de l'Adriatique, qui permettaient l'accès à l'Italie padane et à l'Europe continentale, ont en revanche plutôt contribué à nourrir des échanges au vaste rayonnement.

Grâce au développement des recherches archéologiques, les traces de la présence des Grecs en Adriatique et de leur dialogue avec les autres groupes ethniques installés sur les côtes de cette mer se sont remarquablement enrichies. L'ouverture de nouveaux chantiers de fouilles, en particulier à partir des années 1990, a contribué à la définition progressive d'une « carte archéologique » de plus en plus dense de l'Adriatique antique, ce qui permet aujourd'hui d'intégrer cet espace dans une réflexion plus générale sur les mobilités grecques, le phénomène de la colonisation et, plus largement, les processus de contacts entre

---

<sup>30</sup> PLASSART, 1921, p.1-85. Byllis figure en IV 37 (p.22) et Abantia-Amantia en IV 56 (p.23). Sur les rapports entre Grecs et indigènes en Illyrie Méridionale : CABANES, 2002, p.59 ss.

Grecs et peuples non grecs. Cela laisse espérer le développement d'une interprétation historiographique plus nourrie de cet espace si complexe et si riche, trop souvent oublié dans les synthèses sur les mobilités grecques. Les conclusions négativistes du long article pionnier de R. L. Beaumont paru en 1936 (BEAUMONT, 1936 : « The Adriatic coastlands were never fully hellenized »), sont donc aujourd'hui en bonne partie à nuancer ou plutôt à lire à la lumière des nouvelles approches épistémologiques et sur la base des résultats prometteurs de la recherche archéologique.



## BIBLIOGRAPHIE

- ANTONELLI, Luca. *Kerkyaikà, Ricerche su Corcira alto-arcaica tra Ionio e Adriatico*. Roma: L'Erma di Bretshneider, 2000.
- ANTONETTI, Claudia. Tra storia ed *epos*: il donario degli Apolloniati a Olimpia (Paus. 5.22.2-4). IN: CINGANO, Ettore (a cura di), *Tra Panellenismo e tradizioni locali. Generi poetici e storiografia*. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2010, p.433-450.
- ARNAUD, Pascal. *Les routes de la navigation antique. Itinéraires en Méditerranée*. Paris : Éditions Errance, 2005.
- ASHERI, David. Colonizzazione e decolonizzazione. IN: SETTIS Salvatore (dir.), *I Greci. Storia cultura arte società, I, Noi e i Greci*. Torino: Einaudi, 1996, p.73-115.
- BEAUMONT, R. L. Greek influence in the Adriatic sea before the fourth century B. C. *Journal of Hellenic Studies*, London: Council of the Society for the Promotion of Hellenic Studies, v. 56, p.159-204, 1936.
- BERETI, Vasil, CONSAGRA, Gionata, DESCŒUDRES, Jean-Paul, SHPUZA, Saimir, ZINDEL, Christian. Orikos – la première colonie grecque en Adriatique? La première campagne de fouille albanais-suisse. IN : LAMBOLEY, Jean-Luc, CASTIGLIONI, Maria Paola (éds.). *L'Illyrie Méridionale et l'Épire dans l'Antiquité*. V. Actes du V<sup>e</sup> Colloque international de Grenoble (8-11 octobre 2008). Grenoble : diff. De Boccard, 2011, p.410-430.
- BERTI, Fede. Appunti per Valle Trebba, uno specimen della necropoli di Spina. IN: BERTI, Fede, GUZZO, Pier Giovanni (a cura di), *Spina. Storia di una città tra Greci ed Etruschi*. Ferrara: Comitato Ferrara arte, 1993. p.34-45.
- BIFFI, Nicola. Elefenore e il nostos degli Abanti. *Invigilata lucernis*, Bari: Università di Bari, 7-8, p.77-98, 1985-1986.
- BONACASA, Nicola, BRACCESI, Lorenzo, DE MIRO, Ernesto (a cura di). *La Sicilia dei due Dionisî. Akragas 2. Atti della settimana di Agrigento, 24-29 febbraio 1999*. Roma: L'Erma di Bretshneider, 2002.
- BOURDIN Stéphane. Fréquentation ou intégration: les présences allogènes dans les *emporía* étrusques et ligures (VI<sup>e</sup>-IV<sup>e</sup> siècles av. J.-C.). IN: CLÉMENT, François, TOLAN, John, WILGAUX Jérôme (éds.), *Espaces d'échanges en Méditerranée. Antiquité et Moyen Âge*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2006, p.19-39.
- BRACCESI, Lorenzo. Indizi per una frequentazione micenea dell'Adriatico. IN: ACQUARO, Enrico, GODART, Louis, MAZZA, Federico (a cura di). *Momenti precoloniali nel Mediterraneo antico: questioni di metodo, aree d'indagine, evidenze a confronto : atti del convegno internazionale (Roma, 14-16 marzo 1985)*. Roma: Consiglio nazionale delle ricerche, 1988, p.133-145.

- BRUNI, Stefano. Un problematico documento per la storia della frequentazione dell'area spinetica prima di Spina. Appunti sulle rotte adriatiche in età arcaica. IN: REBECCHI Fernando (a cura di). *Spina e il delta Padano : riflessioni sul catalogo e sulla mostra ferrarese : atti del convegno internazionale di studi "Spina, due civiltà a confronto", Ferrara, Aula Magna dell'Università, 21 gennaio 1994*. Roma : L'Erma di Bretschneider, 1998, p.203-220.
- CABANES, Pierre. *Apollonie et Épidamne-Dyrrachion : épigraphie et histoire*. IN : CABANES, Pierre (éd.). *L'Illyrie Méridionale et l'Épire dans l'Antiquité. II. Actes du II<sup>e</sup> colloque international de Clermont-Ferrand (25-27 octobre 1990)*, Paris : diff. De Boccard, 1993, p.145-153.
- CABANES, Pierre (dir.). *Histoire de l'Adriatique*. Paris : Éditions du Seuil, 2001.
- CABANES, Pierre. La présence grecque sur la côte orientale de l'Adriatique en Illyrie du Sud. IN: CAMBI, Nenad, ČAČE, Slobodan, KIRIGIN, Branko (org.). *Greek Influence along the East Adriatic Coast*. Split : Književni Krug, 2002, p.51-63.
- CABANES, Pierre. L'évergétisme à Apollonia d'Illyrie et à Dyrrachium, à l'époque romaine. IN : CÉBEILLAC-GERVASONI, Mireille, LAMOINE, Laurent, TRÉMENT, Frédéric (textes réunis par). *Autocélébration des élites locales dans le monde romain. Contextes, textes, images (II<sup>e</sup> s. av. J.-C.-III<sup>e</sup> s. ap. J.-C.)*. Clermont-Ferrand : Presses universitaires Blaise-Pascal (Erga, Recherches sur l'antiquité, 7), 2004, p.121-128.
- CAPDETREY Laurent, ZURBACH Julien (dir.). *Mobilités grecques: mouvements, réseaux, contacts en Méditerranée de l'époque archaïque à l'époque hellénistique*. Bordeaux : Éditions Ausonius, diffusion De Boccard, 2012.
- CASTIGLIONI, Maria Paola. Il monumento degli Apolloniati a Olimpia. *Mélanges de l'École française de Rome - Antiquité*, Roma : École française de Rome, 115-2, p.867-880, 2004.
- CASTIGLIONI, Maria Paola. *Cadmos-serpent en Illyrie. Itinéraire d'un héros civilisateur*. Pisa : Pisa University Press, 2010.
- COLONNA, Giovanni, I Greci di Adria. *Rivista storica dell'Antichità*. Bologna: Pàtron, 4, 1-2, p.1-21, 1974.
- D'ANDRIA, Francesco, LOMBARDO, Mario (a cura di). *I Greci in Terra d'Otranto*. Galatina: Congedo, 1999.
- D'ANDRIA, Francesco. L'Adriatico. I rapporti tra le due sponde: stato della questione, IN: BONACASA, Nicola, BRACCESI, Lorenzo, DE MIRO, Ernesto (a cura di). *La Sicilia dei due Dionisi. Akragas 2. Atti della settimana di Agrigento, 24-29 febbraio 1999*. Roma: L'Erma di Bretshneider, 2002, p.117-137.
- DEBIASI, Andrea. *L'epica perduta. Eumelo, il Ciclo, l'Occidente (Hesperia 20, Studi sulla grecità d'Occidente)*. Roma : L'Erma di Bretschneider, 2004.
- DELAGE, Émile. *La géographie dans les Argonautiques d'Apollonios de Rhodes*. Paris : Féret et fils, 1930.

- D'ERCOLE, Maria Cecilia. Identités, mobilités et frontières dans la Méditerranée antique. L'Italie adriatique, VIII<sup>e</sup> – V<sup>e</sup> siècle avant J.-C. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Paris : Édition de l'École des hautes études en Sciences sociales, 2005/1, 60<sup>e</sup> année, p.165-181, 2005.
- D'ERCOLE, Maria Cecilia. *Histoires méditerranéennes*. Paris : Éditions Errance, 2012.
- DIMO, Vangjel, LENHARDT, Philippe, QUANTIN, François. *Apollonia d'Illyrie. 1. Atlas archéologique et historique*. Rome-Athènes : École Française d'Athènes, École Française de Rome, 2007.
- FASOLO, Michele. *La via Egnatia I. Da Apollonia e Dyrrachium ad Herakleia Lynkestidos*. Roma: Istituto Grafico Editoriale Romano, 2005.
- FERONE, Claudio. Il IV secolo, Atene e l'Adriatico. IN: *La pirateria nell'Adriatico antico, Hesperia 19*, Roma: L'Erma di Bretshneider, p.31-48, 2004.
- FUSCAGNI, Stefania, MARCACCINI, Carlo. Illiri, *hostes communes omnium*: l'immagine di una conquista. IN: MOSCATI CASTELNUOVO Luisa (a cura di). *Identità e prassi storica nel Mediterraneo greco*. Milano: Edizioni Et, 2002, p.103-113.
- INTRIERI, Maria. Corcira tra Corinto e l'Occidente : rapporti e sincronismi di colonizzazione. IN: DE SENSI SESTITO, Giovanna, INTRIERI, Maria (org.). *Sulla rotta per la Sicilia : L'Epiro, Corcira e l'Occidente*. Pisa: Edizioni ETS, 2011, p.175-208.
- KIRIGIN, Branko, *Pharos the Parian settlement in Dalmatia: a study of a Greek colony in the Adriatic, BAR international series, Volume 1561*. Oxford: Archeopress, 2006.
- LENZI, Fiamma (org.). *L'archeologia dell'Adriatico dalla Preistoria al Medioevo, Atti del convegno internazionale, Ravenna, 7-8-9 giugno 2001*. Firenze: All'Insegna del Giglio, 2003.
- LOMBARDO, Mario. Lo *psephisma* di Lumbarda: note critiche e questioni esegetiche. *Hesperia*, 3, Roma: L'Erma di Bretshneider, p.161-188, 1993.
- LOMBARDO, Mario. I Greci in Dalmazia. Presenze e fondazioni coloniali, IN: LENZI Fiamma (a cura di). *Rimini e l'Adriatico nell'età delle guerre puniche. Atti del Convegno Internazionale di Studi. Rimini, Musei Comunali, 25-27 marzo 2004*. Bologna: Ante quem, 2006, p.19-32.
- LUNI, Mario. I porti di Ankon e Numana. IN: BRACCESI, Lorenzo, LUNI, Mario (a cura di). *I Greci in Adriatico, 2. Hesperia*, 18. Roma: L'Erma di Bretshneider, 2004, p.11-56.
- MASTROCINQUE, Attilio. *Da Cnido a Corcira Melaina. Uno studio sulle fondazioni greche in Adriatico*. Trento: Università degli Studi di Trento, 1988.
- MOREL, Jean-Paul. Récentes recherches sur la colonisation phocéenne en Occident. *Revue archéologique*, Paris : Presses Universitaires de France, p.142-148, 1975a.
- MOREL, Jean-Paul. L'expansion phocéenne en Occident. Dix années de recherches (1966-1975). *Bulletin de Correspondance Hellénique*, Athènes, Paris : École française d'Athènes, De Boccard, v. XCIX, p.853-896, 1975b.

- MOREL, Jean-Paul. Les Phocéens d'Occident. Nouvelles données, nouvelles approches. *La Parola del Passato*, Napoli : Macchiaroli, v. XXXVII, p.479-496, 1982.
- MOREL, Jean-Paul. Eubéens, Phocéens, même combat ? IN : BATS, Michel, D'AGOSTINO Bruno (org.). *Euboica: l'Eubea e la presenza euboica in Calcidica e in Occidente. Atti del convegno internazionale di Napoli, 13-16 novembre 1996, Centre Jean Bérard, Istituto universitario orientale, Dipartimento del mondo classico e del Mediterraneo antico*, Napoli : Centre Jean Bérard, diff. de Boccard, p.31-44, 1998.
- MOREL, Jean-Paul. Les Grecs entre l'Adriatique et la Tyrrhénienne. *Anemos*, Padova: Esedra, 2, p.53-77, 2001.
- MORETTI, Luigi. Olympionikai, i vincitori degli antichi agoni olimpici. *Atti dell'Accademia dei Lincei - Memorie*, Roma: Reale Accademia d'Italia, serie VIII, vol. 8, fasc. 2, p.55-198, 1957.
- MORGAN, Catherine A. Corinth, the Corinthian Gulf and Western Greece during the Eighth Century BC. *The Annual of British School at Athens*, London: British School at Athens, 83, p.313-338, 1988.
- PALAZZO, Silvia. "Ethne" e "poleis" lungo il primo tratto della « via Egnatia » : la prospettiva di una fonte. IN: ANTONETTI, Claudia (a cura di). *Lo spazio ionico e la Grecia nord-occidentale. Territorio, società, istituzioni. Atti del Convegno Internazionale, Venezia, 7-9 gennaio 2010 (= Diabaseis 1)*. Pisa: Edizioni ETS, 2010, p.273-290.
- PALLOTTINO, Massimo. Considerazioni sul problema della funzione storica dell'Adriatico nell'Antichità. IN: *L'Adriatico tra Mediterraneo e penisola balcanica nell'Antichità (Lecce-Matera, 21-27 ottobre 1973)*, Taranto: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia , 1983, p.11-21.
- PICCININI, Jessica. Antitetagmenoi. Sul monumento degli Apolloniati a Olimpia. *Saia. Annuario della Scuola archeologica italiana di Atene*, Padova: Aldo Eusilio editore, vol. LXXXIX, serie III, 11, tomo 1, p.237-250, 2011.
- PLASSART, André. Inscriptions de Delphes, la liste des Théorodoques. *Bulletin de correspondance hellénique*. Athènes, Paris : École française d'Athènes, De Boccard, volume 45, p.1-85, 1921.
- QUANTIN, François. Du même aux autres et de l'autre aux mêmes. Les Corinthiens sur les rives orientales de la mer Adriatique. *Pallas*, Toulouse : Service des publications de l'Université de Toulouse-Le Mirail, 89, p.247-274, 2012.
- SALMON, John B. *Wealthy Corinth. A History of the City to 338 BC*. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- SASSATELLI, Giuseppe. La funzione economica e produttiva: merci, scambi, artigianato. IN: BERTI, Fedele, GUZZO, Pier Giovanni (a cura di). *Spina. Storia di una città tra Greci ed Etruschi*. Ferrara: Comitato Ferrara arte, 1993, p.179-217.
- SINATRA, Daniela. Dionisio e i Celti, *Kokalos*, Roma: Giorgio Bretschneider, XLII, p.373-381, 1996.
- SORDI, Marta. Dionigi I, dinasta d'Europa. *Contributi dell'Istituto di Storia Antica dell'Università del Sacro Cuore*, Milano: Vita e Pensiero, XII, p.84-90, 1986.

- TORELLI, Mario. Spina e la sua storia. IN: BERTI, Fede, GUZZO, Pier Giovanni (a cura di). *Spina. Storia di una città tra Greci ed Etruschi*. Ferrara: Comitato Ferrara arte, 1993, p.53-70.
- VAN COMPERNOLLE, Thierry. La colonisation rhodienne en Apulie : réalité historique ou légende ?, *Mélanges de l'École française de Rome*, Roma : École française de Rome, 97, I, p.35-45, 1985.
- VIAL, Claude. Lissos et Issa, d'après deux passages de Diodore de Sicile. *Cahiers d'Histoire. Lyon-Grenoble-Saint-Étienne-Chambéry*, Lyon : Centre historique du Centre-Est, tome XVII, p.66-67, 1972.
- VREKAJ, Bashkim. Le Nymphée d'Apollonia d'Illyrie. IN : LAMBOLEY, Jean-Luc, CASTIGLIONI, Maria Paola (éds.). *L'Illyrie Méridionale et l'Épire dans l'Antiquité. V. Actes du V<sup>e</sup> Colloque international de Grenoble (8-11 octobre 2008)*. Grenoble : diff. De Boccard, 2011, p.199-207.
- WILL, Édouard. *Korinthiakà. Recherches sur l'histoire et la civilisation de Corinthe des origines aux guerres médiques*, Paris : De Boccard, 1955.
- WOODHEAD, Geoffrey. The 'Adriatic Empire' of Dionysius I of Syracuse. *Klio*, Berlin: Akad.-Verl München : Oldenbourg-Wiss.-Verl., Zeitschr.-Service, 52, p.503-512, 1970.
- ZAMBON, Efrem. I provvedimenti contro i pirati in età ellenistica. IN: *La pirateria nell'Adriatico antico, Hesperia 19*, Roma: L'Erma di Bretschneider, 2004, p.145-172.

FIGURES



**Figure. 1 :** L'Adriatique grecque (Bouffier S., *Les diasporas grecques. Du détroit de Gibraltar à l'Indus*, Paris, Sedes, 2012).

---

Recebido em: 28/06/2017

Submitted in: 28/06/2017

Aprovado em: 01/11/2017

Aproved in: 01/11/2017

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018

---

**OS GREGOS NO ADRIÁTICO**  
THE GREEKS IN THE ADRIATIC SEA

Maria Paola Castiglioni

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



# Os Gregos no Adriático

Maria Paola Castiglioni<sup>1</sup>

Tradução de Lidyanne Carderaro<sup>2</sup>

Revisão técnica de Airton Pollini e Fábio Vergara Cerqueira

**Resumo:** Situado no cruzamento entre as penínsulas Balcânica e Italiana, e conectando os espaços mediterrânicos das regiões da Europa central e setentrional, o mar Adriático experimentou uma importante presença grega a partir de pelo menos meados do século IX a.C. Atraídos pelas oportunidades comerciais às quais os litorais desse mar davam acesso, os gregos, no entanto, raramente se instalaram de forma permanente em estrutura de *apoikia*. Através de uma apresentação sintética, esta contribuição visa a pôr em evidência como a "mobilidade" grega nesse mar está inserida nos contextos históricos mais vastos e complexos (a "tirania" de Periandro, os projetos hegemônicos de Dionísio de Siracusa) e destacar o impacto das implantações coloniais ou empóricas gregas nas populações locais.

**Palavras-chave:** Contatos; Mar Adriático; Emporia; Tirania; Colônias Fantasmas.

**Abstract:** Located at the crossroads between Balkan and Italian peninsulas and connecting Mediterranean areas to central and northern Europe, the Adriatic Sea was widely frequented by Greeks from the ninth century BCE at least. Greeks were attracted to Adriatic coasts by trades, but they rarely established apoikiai. This paper aims to highlight how Greek "mobility" in this sea has to be understood in the light of larger and more complex historical contexts (the "tyranny" of Periander, the hegemonic projects of Dionysus of Syracuse) and to define the effect of colonial settlements or Greek emporia on indigenous people.

**Keywords:** Contacts; Adriatic Sea; Emporia; Tyranny; Ghost Colonies.

Partindo da reflexão historiográfica recentemente renovada em torno das mobilidades mediterrânicas durante o período antigo, e em razão da complexidade dos intercâmbios e da multiplicidade das presenças que ocuparam esse mar ao longo da Antiguidade, o espaço adriático se mostra como um caso de estudo particularmente desafiante<sup>3</sup>. De fato, a mobilidade grega foi declinada aqui não somente na forma de fundações coloniais, mas é também, e sobretudo, manifestada pelo panorama dos tráfegos comerciais que permitiram aos gregos dispor de pontos de acesso a espaços continentais, tanto ao Norte quanto ao Sul. Esse contexto "diaspórico" facilitou, além disso, o contato entre grupos de origens diferentes instalados nas costas adriáticas ou em seu interior, de forma temporária ou permanente. O Adriático constitui, assim, ao mesmo tempo um terreno de estudo privilegiado para abordar os fenômenos das transferências culturais e para refletir acerca das questões das construções identitárias e étnicas, que se exprimem aqui de maneira bastante original.

---

<sup>1</sup> Maître de conférences (professora associada) d'histoire grecque, Université de Grenoble Alpes, França.

<sup>2</sup> Doutoranda em Arqueologia Clássica pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

<sup>3</sup> Refiro-me, nesta proposta em particular, à publicação organizada por CAPDETREY e ZURBACH, 2012, e ao estudo de D'ERCOLE, 2012.



O Mar Adriático possuía entre os gregos dois nomes distintos: *Adrias* e *Ionios*<sup>4</sup>. Se o primeiro indicava originalmente a parte setentrional, que parece se fechar nas terras continentais da Europa central, e derivava de *Adria* (Tito Lívio V 33), *emporion* fundado pelos etruscos no séc. VI a.C., o segundo topônimo, *Ionios kolpos* ou *Ionios pontos*, significava por sua vez o conjunto das águas adriáticas. A expressão *Ionios poros* definia mais especificamente o canal de Otranto, o setor mais permeável às influências mediterrâneas<sup>5</sup>.

A tradição reconhece nas origens da denominação *Ionios kolpos* o mito das peregrinações de Io narradas por Ésquilo: o poeta trágico conta que esta jovem filha de Argos, transformada em novilha por Zeus, chegou por terra a Dodona, em Épiro, e em seguida ao mar que, de "Golfo de Rhea", teve seu nome mudado para "Golfo de Io" em memória de sua passagem (Ésquilo *Prometeu acorrentado* 836-841).

Uma lenda alternativa transmitida no séc. II a.C. por Apiano (*Guerras civis* II 39), mas que remonta sem dúvida a Teopompo, historiador do séc. IV a.C., vê na origem do nome do mar um personagem epônimo: Ionios, filho de Dirráquio, neto de Epidamno e bisneto de Poseidon. Essa tradição é, evidentemente, intimamente ligada ao nascimento da colônia corcirese de Epidamno-Dirráquio, como evidenciado pelos nomes atribuídos à ascendência de Ionios, e enfatiza a importância dessa fundação, a primeira verdadeira *apoikia* do Adriático.

É desnecessário enfatizar que esses mitos revelam a importância que esse mar tinha aos olhos dos gregos, especialmente aqueles que percorriam suas águas por razões comerciais ou que habitavam essas costas, em particular as orientais, consideradas como mais propícias à instalação de portos, embora com frequência os autores gregos nos apresentem uma geografia aproximativa ou mesmo completamente falsa desse litoral e das populações que ali viviam<sup>6</sup>. O "golfo" adriático tinha entretanto um papel de intercâmbio comercial e cultural fundamental desde a Idade do Bronze, época da presença micênica, colocando em contato os povos indígenas (ilírios, messápios, dáunios, picentinos, úmbrios, etruscos e vênetsos), entre si e com os egeus<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Acrescentamos também a estas duas denominações a de "mar de Cronos", registrada por Apolônio de Rodes IV 327; 509; 548, fazendo alusão à parte setentrional do Mar Adriático. Sobre esta denominação cf. DELAGE, 1930, p.210-211.

<sup>5</sup> M. Pallottino falava sobre a questão da "mediterraneità" mais imediata do Sul do Adriático: PALLOTTINO, 1983, p.17.

<sup>6</sup> Heródoto cita apenas três vezes o Adriático e não se preocupa em descrever os povos. Tucídides não faz qualquer menção. Ver, a este respeito: D'ERCOLE, 2005, p.172.

<sup>7</sup> Sobre essa época, ver principalmente LENZI, 2003.

## OS PRIMEIROS CONTATOS

Heródoto (I 163) afirma que os primeiros exploradores gregos do mar Adriático, assim como do mar Tirreno e do "faroeste" ibérico, foram os focesus, mas a ausência de traços materiais de sua presença torna difícil avaliar o impacto dessa contribuição<sup>8</sup>.

De acordo com uma parte da tradição literária, os primeiros colonizadores do mar Adriático foram, no entanto, os eubeus: Plutarco faz alusão a uma presença euboica na Córçira, e Pseudo-Simno, no séc. II a.C., atribui a fundação de Órico, no litoral ilírio, na extremidade meridional do golfo de Vlora, aos eubeus, os quais, ao retornarem da Guerra de Troia, encalharam na costa adriática por causa dos ventos desfavoráveis (Plutarco *Questões Gregas* 11; Pseudo-Simno 441-443). A mesma lenda relacionada aos *nostoi* é retomada por Pausânias, com relação à região de Trônion, cidade provavelmente situada nas proximidades da colônia de Apôlonia e dos montes Ceranienses, e fundada por um grupo de lócrios e de abantes (assim eram chamados os eubeus nos poemas homéricos, cf. Homero *Iliada* II 536-545; BIFFI, 1985-86) após o seu retorno da Guerra de Troia (Pausânias V 22, 2-3). A presença euboica no Adriático, afirmada pelos textos antigos mas não corroborada pelas descobertas arqueológicas, ainda permanece muito problemática e somente novas pesquisas no campo poderão fornecer respostas mais precisas sobre aquilo que parece ser mais um contato pré-colonial que um estabelecimento permanente<sup>9</sup>.

A literatura, confirmada desta vez pelas descobertas arqueológicas, apresenta testemunhos mais ricos sobre a presença coríntia, ao ponto que certos historiadores têm falado em "Colonial Empire" (império colonial) a propósito das fundações coríntias nas margens orientais do Mar Jônio e do sul do Adriático, ou ainda de "matrice coríntia" (matriz coríntia) para designar as marcas políticas e culturais dos coríntios nessas regiões<sup>10</sup>.

A primeira *apoikia* coríntia situada no Mar Jônio, mais próximo do canal de Otranto, teria sido fundada na Córçira, sobre a península situada na parte meridional da ilha (sítio de Paleópolis), por uma expedição guiada por Quersicrates, membro da família oligárquica dos Baquíadas, que então detinha o poder em Corinto em 734 a.C., quando um outro Baquíada, Árquias, continuou sua navegação até Siracusa, que teria fundado por volta de 733 a.C. (Estrabão VI 2, 4, 269)<sup>11</sup>.

Essa colonização se insere em uma rede de trocas bem estabelecida a partir do início do séc. VIII a.C., que liga a cidade de Corinto a Ítaca por intermédio dos sítios de Arta (Ambrácia), e da cidade epirota de Vitsa (MORGAN, 1988, p.313-338). A descoberta de cerâmicas coríntias da mesma época no outro litoral do

<sup>8</sup> Sobre o problema dos focesus no Adriático, cf. MOREL, 1975a, p.142-148; 1975b, p.853-896; 1982, p.479-496 ; 1988, p.31-44; 2001, p.53-77.

<sup>9</sup> Cf. a respeito desse balanço, principalmente sobre Orikos, BERETI *et alii*, 2011, p.410-430.

<sup>10</sup> Sobre o debate, cf. QUANTIN, 2012, p.248 sq.

<sup>11</sup> Sobre as fundações contemporâneas de Córçira e Siracusa, cf. INTRIERI, 2011, p.175-208.

Adriático, em Otranto, certifica de maneira mais evidente o interesse dos coríntios pela rota marítima que conduzia à Itália meridional e à Sicília pelo canal de Otranto, onde Corfu constitui uma importante ligação (D'ANDRIA; LOMBARDO, 1999).

Heródoto (III 49) relata, contudo, que desde a colonização da ilha córciros e coríntios entraram em desacordo, "embora sejam do mesmo sangue". Essa disputa seria concretizada, nas palavras de Tucídides (I 38, 1), na primeira batalha naval conhecida pelos gregos, em 664 a.C., apenas duas gerações após a fundação da colônia. Esse combate naval, cujo resultado não é revelado pelas fontes, ocorreu no momento em que a organização política coríntia passava por uma mudança importante, com a passagem do regime oligárquico conduzido pela família dos Baquíadas a um governo tirânico liderado por Cípcelo, também Baquíada por parte da mãe mas em posição marginal em relação ao grupo no poder (cf. Heródoto V 92)<sup>12</sup>. Nessa nova perspectiva, a política colonial incentivada pelos Baquíadas teria sido pretensamente expandida pelo tirano, que teria confiado a seus filhos a fundação e o controle, na região da Acarnânia, ao longo da rota marítima que conduzia à Córcira e ao mar Adriático, de Leucádia, Anactórion e Ambrácia, durante o séc. VII a.C. (cf. QUANTIN, 2012, p.252-254, e bibliografia).

### EPIDAMNO E APOLÔNIA

A fundação das primeiras colônias do Adriático, Epidamno-Durráquio e Apolônia, em uma região ocupada pelos nativos ilírios, situa-se no mesmo contexto.

A primeira foi fundada por volta de 627 a.C., por iniciativa da Córcira, em um promontório da costa adriática sul-oriental: segundo a versão registrada por Tucídides (I 24, 2), o contingente córciro foi conduzido por um *oikistes* proveniente de Corinto, Phalios, filho de Eratóclides, nascido coríntio e descendente dos Heráclidas. O estabelecimento adriático de Epidamno cumpre certamente as exigências da Córcira, ansiosa por expandir seu controle sobre a rota marítima que permitia ganhar o Adriático setentrional, a planície padana, o comércio das rotas alpinas e de entrar em contato com os etruscos instalados na Emília-Romana. Beneficiados pelos ventos, por correntes marítimas e por abrigos favoráveis, a costa oriental do mar Adriático foi largamente preferida em relação à costa italiana, com suas *importuosa litora* (Tito Lívio X 2, 4)<sup>13</sup>, para as navegações em direção à parte setentrional do *sinus Adriaticus* (Estrabão VII 5, 10). A colônia permitia também dispor de uma base útil para entrar em contato com o interior ilírio, como atestado pela existência em Epidamno de um magistrado encarregado das transações comerciais com os indígenas ilírios, o poleta (πωλήτης) (Plutarco *Questões gregas* 297f).

<sup>12</sup> Mais em geral, sobre esses eventos da história de Corinto: WILL, 1955; SALMON, 1984.

<sup>13</sup> Sobre as rotas de navegação adriáticas: ARNAUD, 2005, p.194-206.

A *apoikia* de Apolônia foi fundada na mesma época um pouco mais ao sul e em contato com a foz do rio Aaos (atual rio Vjosa) (sobre Apolônia, cf. DIMO, LENHARDT, QUANTIN, 2007), em torno do final do século VII a.C. A empresa colonial foi promovida, provavelmente, pelo filho e sucessor de Cípcelo, Periandro (cuja tirania é tradicionalmente datada entre 628 e 587 a.C.), que assim continuou a política adriática promovida pelos Baquíadas e reforçada por seu pai.

As fontes não são, porém, unânimes sobre a composição da expedição colonial: Tucídides, Plínio o Velho, Dión Cássio e Estêvão de Bizâncio consideram Apolônia como uma fundação coríntia (Tucídides I 26, 2; Plínio o Velho *História Natural* III 145; Dio Cássio Dión Cássio XLI 45; Estêvão Estêvão de Bizâncio *ss.vv. Apollonia e Gylakeia*), enquanto que Pseudo-Simno (439-440), por sua vez, a apresenta como uma fundação mista, coríntia e corcirese. Pausânias parece, por fim, em uma passagem lacunar e portanto problemática, deixar apenas aos corcirenses a responsabilidade pela iniciativa (Pausânias V 22, 4). As contradições das fontes são certamente o reflexo da existência de tradições alternativas criadas ao longo dos séculos sobre a origem dessa cidade, bem como das escolhas políticas dessa *apoikia* – na sua interpretação, deve-se levar em conta a proximidade geográfica entre Apolônia e Cócira, que deu origem a estreitas relações e poderia favorecer o desenvolvimento e a difusão de uma tradição de fundação filo-corcirese.

Estêvão de Bizâncio é o único a preservar o nome do *oikistes*, o coríntio Gylax. Sempre segundo o lexicógrafo do século VI d.C., a expedição foi composta de um contingente de duas centenas de colonos coríntios. Gylax batizou a colônia com o nome de Gylakeia, topônimo mais tarde substituído por Apolônia. Essa mudança teria acontecido provavelmente após a queda do regime tirânico dos Cipcélidas, em 584-3 a.C., quando a resposta ao poder tirânico na metrópole coríntia poderia ter repercussões políticas na colônia adriática e levou seus habitantes a rebatizar a colônia para o nome do deus arquegeta (ἀρχηγέτης)<sup>14</sup> por excelência, Apolo (sobre essa hipótese, cf. ANTONELLI, 2000).

Gylakeia constituiria, assim, um caso excepcional, em uma data tão antiga, de colônia grega tendo seu nome relacionado ao de seu fundador. O privilégio que ele desfrutou provavelmente proveio de sua importante posição entre os fiéis ao tirano Periandro: Gylax talvez fosse um de seus homens de confiança, e foi responsável por impor à nova colônia adriática uma constituição moldada a partir das leis coríntias e por garantir a lealdade da nova fundação à sua metrópole.

Do mesmo modo e na mesma época, Periandro havia confiado a fundação de uma outra colônia, Potideu, no Calcídico, em outra costa da península balcânica, a seu filho Evágoras, e alguns anos mais tarde, em torno de 594-3 a.C., o governo da Cócira a um outro de seus filhos, Licofronte ou Nicolau (Heródoto III 52, 25; Nicolau de Damasco *FGrHist* 90 F 59, 1). Isso levou também ao controle da colônia da Cócira, Epidamno. Estrabão especifica, com efeito, que em 588-7 a.C. Periandro enviou refugiados provenientes de

<sup>14</sup> No caso, deus fundador de cidades, mais especificamente, das *apoikiai*. N.d.R.

Dispôntio, na Élide, a Apolônia e Epidamno, o que implica um controle coríntio sobre as duas colônias (Estrabão VIII 3, 32, 357).

A posição de Apolônia é reveladora: ela não era instalada diretamente na costa, mas dispunha de um porto fluvial, provavelmente não muito distante do mar, do qual era separada por um espaço lagunar e pantanoso formado pelos meandros do rio Aaos, dominando uma vasta planície fértil que lhe permitiu recorrer a uma exitosa atividade agro-pastoril (CABANES, 2000). Contudo, a fundação de Apolônia parece responder às mesmas exigências comerciais de Epidamno. Ela também poderia se beneficiar de sua proximidade com as minas de betume localizadas na região do *nymphaion*, nas fronteiras da sua *chora*<sup>15</sup>.

As duas *apoikiai* adriáticas asseguravam também o controle das rotas que ligavam o litoral adriático oriental ao interior, especialmente seguindo o curso do Genusus (Shkumbi) ou o do Apsos (Seman), segundo um traçado que se tornaria, a partir do séc. II a.C. depois da conquista romana, a *via Egnatia*, a principal rota transbalcânica que permitia unir Apolônia e Epidamno aos centros do Norte do Egeu (dos centros macedônios e trácios, até a região dos Estreitos)<sup>16</sup>. A fundação coríntia de Potideu, no Calcídico, na ponta egeia dessa rota continental, parece marcar um desejo de monopólio por parte de Corinto desse itinerário terrestre (Nicolau de Damasco *FGrHist* 90 F 59,1)<sup>17</sup>.

As localizações dessas duas colônias favoreciam em particular um acesso direto aos recursos das minas de Damastion, situadas no interior das terras, na região do lago Lychnitis (Ohrid)<sup>18</sup>.

São numerosos os vestígios da prosperidade dessas duas colônias desde as suas fundações: já em 572 a.C., entre os pretendentes da filha do tirano de Sícion, todos provenientes das melhores famílias do mundo grego, figura Anfimnesto de Epidamno (Heródoto VI 127). O santuário pan-helênico de Olímpia mantém a memória não apenas de atletas vencedores originários das duas *apoikiai* (Cleóstenes de Epidamno, vencedor do concurso de quadrigas em 516 a.C., e Mneptólemos de Apolônia, vencedor da corrida do estádio na categoria das crianças entre 504 e 500 a.C.<sup>19</sup>), mas também de monumentos coletivos: por volta da metade do séc. VI a.C., os habitantes de Epidamno ofereceram ao Zeus olímpico um *thesauros* elevado sobre o terraço dos tesouros acima do Metroon, que se junta aos erigidos por outras cidades gregas (Pausânias VI 19). Um século mais tarde, os apoloniatas dedicaram ao mesmo deus um monumento constituído de uma

<sup>15</sup> Sobre as minas de betume próximas a Apolônia, cf. CABANES, 2004, p. 124; VREKAJ, 2011, p.199-207.

<sup>16</sup> Sobre a *via Egnatia*, seu percurso, as fontes literárias, epigráficas e arqueológicas que a referem, cf. FASOLO, 2005; PALAZZO, 2010, p.273-290.

<sup>17</sup> A expedição colonial foi confiada a um dos filhos de Periandro, Evágoras.

<sup>18</sup> Não é fácil localizar precisamente esse distrito de mineração, para o qual a fonte principal continua sendo Estrabão VII e VIII, 7, 8, 6, 16. Para um resumo do debate sobre a sua localização geográfica, cf. CASTIGLIONI, 2010, p.115-116, com referências bibliográficas.

<sup>19</sup> Para Cleóstenes: Pausânias VI 10,6; Cf. MORETTI, 1957: n° 66. Para Meneptólemo: Pausânias VI 14, 13; MORETTI, 1957: n° 162.

base em semicírculo sobre a qual foram dispostas, como revela a descrição de Pausânias, estátuas em bronze de Zeus, Hemera-Éos e Tétis no centro e, dos dois lados da tríade divina, nas partes laterais, cinco heróis troianos e cinco heróis aqueus: Aquiles e Mêmnon nas extremidades da base e, entre eles e o grupo central, Ulisses e Heleno, Menelau e Páris, Diomedes e Eneias, Ajax e Dêifobo. Cada herói aqueu estava disposto em frente ao seu inimigo troiano (Pausânias V 22, 2-4)<sup>20</sup>. O episódio representado na exedra foi o duelo entre Aquiles e Mêmnon durante a guerra de Tróia, contada por Arctinos de Mileto na *Etiópida*, poema perdido do ciclo troiano<sup>21</sup>. A dedicatória do monumento, registrada por Pausânias e preservada em alguns fragmentos descobertos nas escavações alemãs de Olímpia dos anos de 1940 e 1950, informava que a oferenda havia sido financiada com o dízimo do espólio tomado pelos apoloniatas dos habitantes de Trônion. Muito provavelmente, essa pequena cidade que ainda não foi precisamente localizada se encontrava na fronteira meridional da *chora* apoloniata, e sua conquista permitiu a Apolônia aumentar seu controle territorial e se beneficiar de novas terras férteis para explorar.

### CÓRCIRA MELAINA, AS "COLÔNIAS FANTASMAS" E O DELTA DO PÓ

Ao norte de Epidamno, a presença grega parece menos estável ao menos durante o período arcaico, com exceção do caso de *Korkyra Melaina*, ou Córçira Negra, colônia estabelecida na ilha de Korčula por um contingente de cnídios ajudados pelos corcirenses como parte de um acordo (*philia*) entre as duas cidades. Plutarco afirma, com efeito, que este acordo foi a consequência do reconhecimento dos corcirenses, gratos aos cnídios porque esses últimos haviam libertado trezentos jovens corcirenses pertencentes às melhores famílias da ilha e enviados como reféns por Periandro ao rei Aliate, da Lídia (Plutarco *De Herodoti malignitate* 22)<sup>22</sup>. Isso significa que a expedição colonial só foi possível após a morte de Periandro e a sucessiva perda do controle coríntio sobre a Córçira, ou seja, não antes do início do séc. VI a.C., momento em que os cnídios se dirigiram até a Sicília para escapar da pressão exercida por Aliate sobre as cidades gregas da Jônia (expedição de Pentatlos, cf. Diodoro V 9, 4-5; Pausânias X 16, 7). O nome dado à fundação atestaria uma intenção de honrar os corcirenses que tinham apoiado os cnídios na fundação colonial cuja localização não foi determinada do ponto de vista arqueológico.

O caráter efêmero e a fraqueza dos dados disponíveis sobre outros estabelecimentos gregos adriáticos levaram os historiadores a forjar a definição de "colonie fantasma" (colônias fantasmas,

<sup>20</sup> Sobre o monumento dos apoloniatas em Olímpia: CABANES, 1993; CASTIGLIONI, 2004; ANTONETTI, 2010; PICCININI, 2011.

<sup>21</sup> Foi preservado, entretanto, o resumo de Próclo: cf. DEBIASI, 2004, p.124-178.

<sup>22</sup> Cf. também Pseudo-Simno 426-430; Estrabão VII 5, 5; Plínio *História Natural* III 152. Sobre a formação da Córçira Negra, cf. MASTROCINQUE, 1988.

LOMBARDO, 2006, p.19-32) para designar as experiências coloniais temporárias que deixaram vestígios efêmeros e lábeis na documentação literária e arqueológica. Este foi, provavelmente, o caso da fundação citada pelo *psephisma* de Lumbarda<sup>23</sup>, localizada na ilha de Korčula, ou ainda de Elpia (Estrabão XIV 2, 10; Estêvão de Bizâncio s.v. *Elpia*; cf. VAN COMPENOLLE, 1985, p.35-45), fundação ródia na Apúlia, de Anchiale, fundação pariana na Ilíria, mencionada somente por Estêvão de Bizâncio (s.v. *Anchiale*), e de Heracleia e seu porto, cuja existência é mencionada somente por Pseudo-Cílix (XXII) e cuja localização é desconhecida, ou mesmo do projeto de colonização ateniense no Adriático, ao que nós voltaremos.

Como sublinha M. Lombardo, esses casos merecem ser estudados à luz daquilo que D. Asheri designa como dinâmicas de "descolonização", ou seja, como estabelecimentos gregos que, fundados para atender às necessidades de ordem política, militar ou comercial, não conseguem sobreviver quando os objetivos iniciais dos projetos coloniais não mais subsistem (cf. ASHERI, 1996, p.73-115).

O espaço adriático foi assim o cenário de expedições não concluídas: em 530 a.C., segundo Estrabão, os tessálios haviam tentado se estabelecer em Ravena, na costa ocidental do Adriático, mas encontraram a oposição dos etruscos que controlavam o delta do Pó (Estrabão V 1, 7 c 214).

Os contatos entre os gregos e as populações do Adriático central e setentrional se inscrevem em esquemas diferentes do modelo colonial clássico, mais próximos da forma de relações empóricas formadas em alguns casos desde a Idade do Bronze. É o caso dos eginetas que frequentavam a região em torno do *emporion* de Ádria, que esteve ativo pelo menos desde 580-570 a.C. e que permitiu entrar em contato com as populações da parte setentrional do mar Adriático, o *Caput Adriae*, do delta do Pó ao golfo de Veneza (COLONNA, 1974, p.1-21).

Ádria e Spina<sup>24</sup>, essa última criada em um acesso do braço meridional do Pó, mostram uma importante quantidade de importações gregas, como evidenciado pela quantidade de vasos áticos encontrados nas necrópoles do Vale Trebba e do Vale Pega<sup>25</sup>. Esses objetos foram acompanhados da presença de indivíduos de origem grega, principalmente ao longo do séc. V a.C.<sup>26</sup>. A menção à edificação de um tesouro dos cidadãos de Spina em Delfos confirma a visibilidade internacional dessa cidade padana, bem como seu poder militar, porque a oferenda é dedicada como um dízimo e, portanto, ligada a uma vitória militar, talvez com relação às atividades de pirataria pelas quais os etruscos se tornaram famosos (Estrabão V 1, 7 c 214; Dionísio de Halicarnasso I 18, 3-5; Plínio o Velho III 115).

---

<sup>23</sup> Esta inscrição encontrada em Lumbarda, na ilha de Korčula, datada do final do século IV ou do início do III a.C., relata uma distribuição de terras entre colonos provenientes de Issa e divididos entre três tribos dóricas. Seria o indício da existência na ilha, independentemente da colônia cnidiana da Cócira Negra, de um estabelecimento que provavelmente teve uma função militar de controle da navegação costeira. Cf. LOMBARDO, 1993, p.161-188.

<sup>24</sup> Sobre Spina: Estrabão V 1, 7 c 214; Pseudo-Cílix 17; Plínio o Velho *História Natural* III 120; Trogo-Pompeu XX 1, 11. Uma síntese mais clara sobre o sítio e sua tradição literária em: TORELLI, 1993, p.53-69.

<sup>25</sup> Especialmente sobre a necrópole de Valle Trebba, cf. BERTI, 1993, p.34-45.

<sup>26</sup> Sobre o caráter multiétnico desses dois *emporion*, cf. BOURDIN 2006, p.30 ss.

A riqueza e a movimentação nesses dois *emporion* foram sobretudo ligadas à sua proximidade com os centros etruscos da planície padana (especialmente Felsina, futura Bolonha), e assim à facilidade de fornecimento de metal e âmbar, que chegava no Alto Adriático vindo do Báltico, mas também de cereais da planície do Pó e de cavalos vênets (cf. SASSATELLI, 1993, p.211-213).

É preciso, por sinal, enfatizar que a profusão de histórias mitológicas localizadas na área do delta do Pó e na costa vêneta até Timave (mitos de Faetonte e das Heliades, de Dédalo, dos Argonautas, das oferendas hiperbóreas, de Diomedes), assim como a descoberta de materiais egeus das Idades do Bronze e do Ferro, fazem supor que essa parte do Adriático estava aberta às navegações gregas mesmo antes da época da presença egineta, no final do período arcaico (cf. COLONNA, 1974, p.1-21; BRUNI, 1998, p.203-220; BRACCESI, 1988, p.133-145).

### A COLONIZAÇÃO DO SÉC. IV A.C.

A questão das colônias fantasmas está intimamente ligada ao debate sobre a presença siracusana no Adriático, de Ancona até Lissos, opondo os defensores da ideia de um "império" siracusano aos historiadores que, mais prudentemente, tendem a dar nuances à tese de uma concretização efetiva dos projetos de Dionísio de Siracusa no Adriático (cf. WOODHEAD, 1970; D'ANDRIA, 2002, p.117-137, part. 119)<sup>27</sup>.

É inegável que uma parte da tradição literária reconhece um papel importante da ação do tirano siracusano no Adriático no séc. IV a.C., especialmente entre 387 e 383 a.C., como parte de um programa de dominação mais vasto. Depois de haver apaziguado o perigo cartaginense (a terceira guerra contra Cartago se conclui favoravelmente para Dionísio em 391 a.C.), o tirano alarga suas ambições expansionistas para além da Sicília. A primeira fase de seu programa foi realizada às custas dos etruscos, e se aproveitou da vinda dos Celtas à planície do Pó e à Itália central até Roma, em 388 a.C. Presumivelmente, pouco tempo depois Dionísio conclui uma aliança com os gauleses e envia dois ataques sucessivos contra os etruscos de Caere-Cerveteri e seu *emporion* de Pirgi: o primeiro em 387-6 a.C., com a colaboração de tropas mercenárias celtas provenientes da lapígia, e o segundo entre 385-4 e 384-3 a.C., marítimo, com uma frota siracusana (Diodoro XIV 117, 7; XV 14, 3-4). Estes foram os primeiros sucessos de seu projeto de hegemonia tirrênica, realizado somente em parte (Diodoro XVI 5, 4; 9, 1; XX 78, 3; cf. SINATRA, 1996, p.373-381; SORDI, 1986, p.84-90).

No mesmo período, Dionísio mantinha relações diplomáticas no Adriático – se acreditarmos em Diodoro (XV 13, 1), elas se destinavam a apoiar um vasto projeto de controle balcânico cuja operação mais

---

<sup>27</sup> Na realidade, o problema vai além das fronteiras do Adriático e demanda uma releitura geral da "propaganda dionisíaca" tal como nos é transmitida pelas fontes, um confronto da política adriática do tirano com a sua política tirrênica, suas alianças ilírica e epirota, a avaliação do impacto dos projectos, não necessariamente materializados, de Dionísio sobre o mundo da própria Grécia, e das reações que desencadeou aqui e em Atenas, em particular. Sobre essas questões, ver BONACASA; BRACCESI; DE MIRO, 2002.



importante previa a pilhagem do santuário délfico, que as tropas do tirano, vindo pelo litoral adriático, alcançariam após atravessarem as regiões epirotas. O relato de Diodoro depende de fontes pouco objetivas, contudo uma parte das informações sobre a política adriática de Dionísio parece confiável: Diodoro escreveu especialmente que Dionísio, beneficiando-se da mediação de Alcetas, o Molosso, filho de Tarripas, expulso de seu reino pelo partido filo-espartano no final da Guerra do Peloponeso e exilado em Siracusa, aliou-se ao rei ilírio e lhe enviou um contingente de dois mil soldados e quinhentas panóplias (Diodoro XV 13, 2). Esse rei ilírio permanece anônimo na história de Diodoro, mas é muito provável que se trate de Bardilis, rei dos Dessaretas, tribo ilíria situada na fronteira entre a Macedônia, a Ilíria e o Épiro<sup>28</sup>. A colaboração militar siciliana levou à restauração de Alcetas ao trono molosso e à vitória final da coalizão (Diodoro XV 13, 3).

Com toda probabilidade, tal resultado fez pender o equilíbrio adriático em favor de Dionísio que, aproveitando o acordo com o ilírios do Sul, teria decidido estabelecer uma base naval em Lissos (atual Lizhë) e intensificar sua influência um pouco mais ao Norte, no território onde ele já havia fundado a colônia de Issa (na atual ilha de Vis), em frente ao maior e mais protegido dos portos dálmatas<sup>29</sup>.

Em 385-4 a.C., Dionísio teria ajudado os parianos na fundação de Faros, a atual Stari Grad, na ilha de Hvar (Diodoro XV 13, 3; XV 14, 1-2. Sobre Faros, cf. KIRIGIN, 2006). No ano seguinte, ele teria renovado seu apoio aos parianos de Faros, enviando seu governador (*eparchos*) para ajudá-los durante um ataque por parte dos ilírios instalados na ilha e assistidos por outros ilírios do continente. Na verdade, é provável que a presença colonial grega tenha sido pouco tolerada pelos autóctones, provavelmente os liburnienses, incomodados sobretudo em poderem continuar suas atividades de pirataria que realizavam no mar Adriático (Tito Lívio X 2, 4; Estrabão VII 5, 10, c317. cf. FUSCAGNI; MARCACCINI, 2002, p.103-113).

De acordo com uma informação de Estrabão (V 4, 2), a tirania de Dionísio teria levado um grupo de opositores a deixar a Sicília e a se refugiar em Ancona. Este centro, que dispõe do único bom porto natural do litoral ocidental do Adriático até o Gargano, já era ocupado por um estabelecimento indígena frequentado pelos gregos. A chegada dos exilados teria alargado esse *emporion* e aumentado a sua vocação comercial (LUNI, 2004, p.28). Plínio, o Velho, escreveu que o sítio de Numana, não muito distante ao Sul de Ancona, teria sido então ocupado pelos "sículos" (Plínio o Velho *História Natural* III 112); no entanto, mais que uma instalação siracusana da época de Dionísio, a informação pliniana seria uma vaga alusão às migrações da segunda metade do segundo milênio (LUNI, 2004, p.56). Aqui, como em Ancona, a documentação arqueológica mostra que o sítio, estabelecido na extremidade meridional do promontório de Conero, havia sido habitado pelos indígenas desde a Idade do Ferro. As importantes quantidades de cerâmica ática

<sup>28</sup> Sobre o rei dos ilírios: Cícero *De officiis* II 11; Diodoro XVI 4, 4; Frontino *Estrategemas* II 5, 19; Libânio *Contra Severo* 52; Políbio XXXVIII 6,4 ; Teopompo *FGrHist* 115 F 28.

<sup>29</sup> Diodoro XV, 13, 4 (Lissos); XV, 14, 2, mas os manuscritos não concordam entre si, o que torna essa reconstituição incerta e hipotética. Sobre esse assunto, cf. VIAL 1972, p.66-67. O Pseudo-Simno, 413-414, atribui a Issa uma origem siracusana.

encontradas no lugar confirmam ter este centro também uma função de escala marítima para os navegantes gregos que percorriam a rota Zadar-Ancona.

Por fim, os fragmentos de uma estela encontrada no Pireu (IG II<sup>2</sup> 1629) informam sobre o propósito ateniense de enviar uma expedição colonial para o Adriático (*eis ton Adrian*) em 325-324 a.C. O decreto (*psephisma*) define alguns detalhes do projeto, apresentado por Cephisidon à *eclesia* de Atenas: o objetivo da expedição era garantir um mercado e uma fonte de provisão de trigo (*emporía* e *sitopompía*), bem como proteção (*phylakía*) contra os tirrenos e os etruscos, verossimilmente os etruscos padanos. Se o nome do fundador designado é conhecido (Milcíades), o destino infelizmente não é preciso. O projeto, de natureza prioritariamente comercial (Atenas, afetada durante esses anos por uma severa seca, não era mais capaz de satisfazer suas necessidades internas, mesmo com as importações provenientes do Mar Negro), permaneceu provavelmente inacabado. Importantes mudanças estavam em curso: Atenas, já enfraquecida pela derrota em Queroneia, não soube enfrentar Alexandre e teve finalmente que desistir de suas pretensões de garantir uma política de proteção marítima, no Adriático e em outros lugares<sup>30</sup>.

As conquistas de Alexandre e a organização do mundo mediterrâneo depois de sua morte também tiveram consequências no espaço adriático, que se tornou no fim do séc. IV a.C. e no séc. III a.C. o cenário da intervenção macedônica e das lutas entre ilírios e epirotas<sup>31</sup>. Posteriormente, o apoio militar de Roma a Issa contra os piratas ilírios e sua rainha Teuta, em 229-228 a.C., com a primeira guerra ilíria, levou à perda da independência política dos estabelecimentos gregos (Políbio II 2-12; Apiano *Illyrikè* 7-8; Dión Cássio fr. 49 = Zonaras VIII 19). Estes, porém, mantiveram uma forte presença grega e favoreceram a difusão de sua cultura nas cidades ilírias próximas, como demonstram os exemplos de Apolônia, que manteve a identidade grega, e de suas vizinhas ilírias Búlis e Amântia, que apresentam estruturas urbanísticas tipicamente gregas, tais como o teatro e o estádio, e que foram registradas, em 220 a.C., na lista dos tearódocos de Delfos – para que pudessem participar dos Jogos Píticos, privilégio concedido apenas aos helenos<sup>32</sup>, e foram assim *de facto* integrados ao mundo grego.

Esse último exemplo mostra claramente que, apesar de uma presença colonial menos difusa em comparação com outras regiões afetadas pelas “diásporas” gregas, a influência grega no Adriático ultrapassou largamente o estrito panorama de trocas econômicas, e levou a processos de aculturação cujas intensidade e persistência foram bastante excepcionais.

Compreender as características e as razões da presença grega no Adriático somente é possível tendo como condição analisá-la à luz dos acontecimentos históricos que marcaram a vida das cidades de

<sup>30</sup> Sobre essa inscrição e seu contexto histórico: FERONE, 2004, p.31-48; ZAMBON, 2004, p.147-172.

<sup>31</sup> Para uma apresentação da história das colônias adriáticas durante esse período, cf. CABANES, 2000, p.67 ss.

<sup>32</sup> PLASSART, 1921, p.1-85. Búlis aparece em IV 37 (p. 22) e Abantia-Amantia em IV 56 (p.23). Sobre as relações entre gregos e indígenas na Ilíria meridional: CABANES, 2002, p.59 ss.

origem dos colonos e dos comerciantes que percorreram esse mar desde o início do período arcaico até o fim da Antiguidade. As etapas mais significativas foram, sem nenhuma dúvida, aquelas da política coríntia na época dos Cipséidas, da tirania de Dionísio, dos projetos “talassocráticos” de Atenas no início do período helenístico e, finalmente, da conquista romana.

Na origem do interesse por esse mar pelos gregos, há indiscutivelmente a sua localização geográfica, que de fato se torna uma ponte e uma fronteira. Mais especificamente, sua parte meridional desempenhou um papel essencial de união entre o interior balcânico (epirota e macedônico, particularmente) e as regiões além do canal de Otranto. Basta a esse respeito mencionar os sincronismos, destacados pela tradição literária, entre as fundações de Cócira e Siracusa e o caráter disperso da “rede” coríntia. As seções centrais e setentrionais do Adriático, que permitiram o acesso à Itália padana e à Europa continental, por sua vez contribuíram para nutrir trocas comerciais de vasta amplitude.

Graças ao desenvolvimento de pesquisas arqueológicas, os vestígios da presença dos gregos no Adriático e do seu diálogo com os outros grupos étnicos instalados nas costas deste mar foram notavelmente enriquecidos. A abertura de novos sítios de escavação, especialmente a partir dos anos 1990, tem contribuído para o desenvolvimento progressivo de um “mapa arqueológico” cada vez mais denso do antigo Adriático, que permite atualmente integrar este espaço a uma reflexão mais geral sobre as mobilidades gregas, o fenômeno da colonização e, mais amplamente, os processos de contato entre gregos e povos não-gregos. Isso permite esperar o desenvolvimento de uma interpretação historiográfica mais aprofundada deste espaço tão complexo e tão rico, frequentemente esquecido nas sínteses sobre as mobilidades gregas. As conclusões negativistas do longo artigo pioneiro de R. L. Beaumont publicado em 1936, “The Adriatic coastlands were never fully hellenized”, estão agora em grande parte recebendo nuances, ou sendo lidas à luz de novas abordagens epistemológicas e com base nos resultados promissores da pesquisa arqueológica.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ANTONELLI, Luca. *Kerkyraikà, Ricerche su Corcira alto-arcaica tra Ionio e Adriatico*. Roma: L'Erma di Bretshneider, 2000.
- ANTONETTI, Claudia. Tra storia ed *epos*: il donario degli Apolloniati a Olimpia (Paus. 5.22.2-4). IN: CINGANO, Ettore (a cura di), *Tra Panellenismo e tradizioni locali. Generi poetici e storiografia*. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2010, p.433-450.
- ARNAUD, Pascal. *Les routes de la navigation antique. Itinéraires en Méditerranée*. Paris: Éditions Errance, 2005.
- ASHERI, David. Colonizzazione e decolonizzazione. IN: SETTIS Salvatore (dir.), *I Greci. Storia cultura arte società, I, Noi e i Greci*. Torino: Einaudi, 1996, p.73-115.
- BEAUMONT, R. L. Greek influence in the Adriatic Sea before the fourth century B. C. *Journal of Hellenic Studies*, London: Council of the Society for the Promotion of Hellenic Studies, v. 56, 1936, p.159-204.
- BERETI, Vasil; CONSAGRA, Gionata; DESCŒUDRES, Jean-Paul; SHPUZA, Saimir; ZINDEL, Christian. Orikos – la première colonie grecque en Adriatique ? La première campagne de fouille albanais-suisse. IN : LAMBOLEY, Jean-Luc ; CASTIGLIONI, Maria Paola (éds.). *L'Illyrie Méridionale et l'Épire dans l'Antiquité. V. Actes du V<sup>e</sup> Colloque international de Grenoble (8-11 octobre 2008)*. Grenoble: diff. De Boccard, 2011, p.410-430.
- BERTI, Fede. Appunti per Valle Trebba, uno specimen della necropoli di Spina. IN: BERTI, Fede; GUZZO, Pier Giovanni (a cura di), *Spina. Storia di una città tra Greci ed Etruschi*. Ferrara: Comitato Ferrara arte, 1993. p.34-45.
- BIFFI, Nicola. Elefenore e il nostos degli Abanti. *Invigilata lucernis*, Bari: Università di Bari, 7-8, 1985-1986, p.77-98.
- BONACASA, Nicola; BRACCESI, Lorenzo; DE MIRO, Ernesto (a cura di). *La Sicilia dei due Dionisî. Akragas 2. Atti della settimana di Agrigento, 24-29 febbraio 1999*. Roma: L'Erma di Bretshneider, 2002.
- BOURDIN Stéphane. Fréquentation ou intégration: les présences allogènes dans les *emporía* étrusques et ligures (VI<sup>e</sup>-IV<sup>e</sup> siècles av. J.-C.). IN: CLÉMENT, François; TOLAN, John; WILGAUX Jérôme (éds.), *Espaces d'échanges en Méditerranée. Antiquité et Moyen Âge*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2006, p.19-39.
- BRACCESI, Lorenzo. Indizi per una frequentazione micenea dell'Adriatico. IN: ACQUARO, Enrico; GODART, Louis; MAZZA, Federico (a cura di). *Momenti precoloniali nel Mediterraneo antico: questioni di metodo, aree d'indagine, evidenze a confronto: atti del convegno internazionale (Roma, 14-16 marzo 1985)*. Roma: Consiglio nazionale delle ricerche, 1988, p.133-145.

- BRUNI, Stefano. Un problematico documento per la storia della frequentazione dell'area spinetica prima di Spina. Appunti sulle rotte adriatiche in età arcaica. IN: REBECCHI, Fernando (a cura di). *Spina e il delta Padano: riflessioni sul catalogo e sulla mostra ferrarese: atti del convegno internazionale di studi "Spina, due civiltà a confronto", Ferrara, Aula Magna dell'Università, 21 gennaio 1994*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1998, p.203-220.
- CABANES, Pierre. *Apollonie et Épidamne-Dyrrachion : épigraphie et histoire*. IN: CABANES, Pierre (éd.). *L'Illyrie Méridionale et l'Épire dans l'Antiquité. II. Actes du II<sup>e</sup> colloque international de Clermont-Ferrand (25-27 octobre 1990)*, Paris: diff. De Boccard, 1993, p.145-153.
- CABANES, Pierre (dir.). *Histoire de l'Adriatique*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.
- CABANES, Pierre. La présence grecque sur la côte orientale de l'Adriatique en Illyrie du Sud. IN: CAMBI, Nenad; ČAČE, Slobodan; KIRIGIN, Branko (org.). *Greek Influence along the East Adriatic Coast*. Split: Književni Krug, 2002, p.51-63.
- CABANES, Pierre. L'évergétisme à Apollonia d'Illyrie et à Dyrrachium, à l'époque romaine. IN: CÉBEILLAC-GERVASONI, Mireille; LAMOINE, Laurent; TRÉMENT, Frédéric (textes réunis par). *Autocélébration des élites locales dans le monde romain. Contextes, textes, images (II<sup>e</sup> s. av. J.-C.-III<sup>e</sup> s. ap. J.-C.)*. Clermont-Ferrand: Presses universitaires Blaise-Pascal (Erga, Recherches sur l'antiquité, 7), 2004, p.121-128.
- CAPDETREY, Laurent; ZURBACH Julien (dir.). *Mobilités grecques: mouvements, réseaux, contacts en Méditerranée de l'époque archaïque à l'époque hellénistique*. Bordeaux: Éditions Ausonius, diffusion De Boccard, 2012.
- CASTIGLIONI, Maria Paola. Il monumento degli Apolloniati a Olimpia. *Mélanges de l'École française de Rome - Antiquité*, Roma: École française de Rome, 115-2, 2004, p.867-880.
- CASTIGLIONI, Maria Paola. *Cadmos-serpent en Illyrie. Itinéraire d'un héros civilisateur*. Pisa: Pisa University Press, 2010.
- COLONNA, Giovanni, I Greci di Adria. *Rivista storica dell'Antichità*. Bologna: Pàtron, 4, 1-2, p.1-21, 1974.
- D'ANDRIA, Francesco. L'Adriatico. I rapporti tra le due sponde: stato della questione, IN: BONACASA, Nicola; BRACCESI, Lorenzo; DE MIRO, Ernesto (a cura di). *La Sicilia dei due Dionisî. Akragas 2. Atti della settimana di Agrigento, 24-29 febbraio 1999*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2002, p.117-137.
- D'ANDRIA, Francesco; LOMBARDO, Mario (a cura di). *I Greci in Terra d'Otranto*. Galatina: Congedo, 1999.
- DEBIASI, Andrea. *L'epica perduta. Eumelo, il Ciclo, l'Occidente (Hesperia 20, Studi sulla grecità d'Occidente)*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2004.
- DELAGE, Émile. *La géographie dans les Argonautiques d'Apollonios de Rhodes*. Paris: Féret et fils, 1930.

- D'ERCOLE, Maria Cecilia. Identités, mobilités et frontières dans la Méditerranée antique. L'Italie adriatique, VIII<sup>e</sup> – V<sup>e</sup> siècle avant J.-C. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Paris: Édition de l'École des hautes études en Sciences sociales, 2005/1, 60<sup>e</sup> année, 2005, p.165-181.
- D'ERCOLE, Maria Cecilia. *Histoires méditerranéennes*. Paris: Éditions Errance, 2012.
- DIMO, Vangjel; LENHARDT, Philippe; QUANTIN, François. *Apollonia d'Illyrie. 1. Atlas archéologique et historique*. Rome-Athènes: École Française d'Athènes, École Française de Rome, 2007.
- FASOLO, Michele. *La via Egnatia I. Da Apollonia e Dyrrachium ad Herakleia Lynkestidos*. Roma: Istituto Grafico Editoriale Romano, 2005.
- FERONE, Claudio. Il IV secolo, Atene e l'Adriatico. IN: *La pirateria nell'Adriatico antico, Hesperia 19*, Roma: L'Erma di Bretshneider, 2004, p.31-48.
- FUSCAGNI, Stefania; MARCACCINI, Carlo. Illiri, *hostes communes omnium*: l'immagine di una conquista. IN: MOSCATI CASTELNUOVO, Luisa (a cura di). *Identità e prassi storica nel Mediterraneo greco*. Milano: Edizioni Et, 2002, p.103-113.
- INTRIERI, Maria. Corcira tra Corinto e l'Occidente: rapporti e sincronismi di colonizzazione. IN: DE SENSI SESTITO, Giovanna; INTRIERI, Maria (org.). *Sulla rotta per la Sicilia: L'Epiro, Corcira e l'Occidente*. Pisa: Edizioni ETS, 2011, p.175-208.
- KIRIGIN, Branko. *Pharos the Parian settlement in Dalmatia: a study of a Greek colony in the Adriatic*, BAR international series, Volume 1561. Oxford: Archeopress, 2006.
- LENZI, Fiamma (org.). *L'archeologia dell'Adriatico dalla Preistoria al Medioevo, Atti del convegno internazionale, Ravenna, 7-8-9 giugno 2001*. Firenze: All'Insegna del Giglio, 2003.
- LOMBARDO, Mario. Lo *psephisma* di Lumbarda: note critiche e questioni esegetiche. *Hesperia*, 3, Roma: L'Erma di Bretshneider, 1993, p.161-188.
- LOMBARDO, Mario. I Greci in Dalmazia. Presenze e fondazioni coloniali, IN: LENZI Fiamma (a cura di). *Rimini e l'Adriatico nell'età delle guerre puniche. Atti del Convegno Internazionale di Studi. Rimini, Musei Comunali, 25-27 marzo 2004*. Bologna: Ante quem, 2006, p.19-32.
- LUNI, Mario. I porti di Ankon e Numana. IN: BRACCESI, Lorenzo; LUNI, Mario (a cura di). *I Greci in Adriatico, 2. Hesperia*, 18. Roma: L'Erma di Bretshneider, 2004, p.11-56.
- MASTROCINQUE, Attilio. *Da Cnido a Corcira Melaina. Uno studio sulle fondazioni greche in Adriatico*. Trento: Università degli Studi di Trento, 1988.
- MOREL, Jean-Paul. Récentes recherches sur la colonisation phocéenne en Occident. *Revue archéologique*, Paris: Presses Universitaires de France, 1975a, p.142-148.
- MOREL, Jean-Paul. L'expansion phocéenne en Occident. Dix années de recherches (1966-1975). *Bulletin de Correspondance Hellénique*, Athènes, Paris: École française d'Athènes, De Boccard, v. XCIX, 1975b, p.853-896.

- MOREL, Jean-Paul. Les Phocéens d'Occident. Nouvelles données, nouvelles approches. *La Parola del Passato*, Napoli: Macchiaroli, v. XXXVII, 1982, p.479-496.
- MOREL, Jean-Paul. Eubéens, Phocéens, même combat? IN: BATS, Michel; D'AGOSTINO Bruno (org.). *Euboica: l'Eubea e la presenza euboica in Calcidica e in Occidente. Atti del convegno internazionale di Napoli, 13-16 novembre 1996, Centre Jean Bérard, Istituto universitario orientale, Dipartimento del mondo classico e del Mediterraneo antico*, Napoli: Centre Jean Bérard, 1998, p.31-44.
- MOREL, Jean-Paul. Les Grecs entre l'Adriatique et la Tyrrhénienne. *Anemos*, Padova: Esedra, 2, 2001, p.53-77.
- MORETTI, Luigi. Olympionikai, i vincitori degli antichi agoni olimpici. *Atti dell'Accademia dei Lincei - Memorie*, Roma: Reale Accademia d'Italia, serie VIII, vol. 8, fasc. 2, 1957, p.55-198.
- MORGAN, Catherine A. Corinth, the Corinthian Gulf and Western Greece during the Eighth Century BC. *The Annual of British School at Athens*, London: British School at Athens, 83, 1988, p.313-338.
- PALAZZO, Silvia. "Ethne" e "poleis" lungo il primo tratto della "via Egnatia": la prospettiva di una fonte. IN: ANTONETTI, Claudia (a cura di). *Lo spazio ionico e la Grecia nord-occidentale. Territorio, società, istituzioni. Atti del Convegno Internazionale, Venezia, 7-9 gennaio 2010 (= Diabaseis 1)*. Pisa: Edizioni ETS, 2010, p.273-290.
- PALLOTTINO, Massimo. Considerazioni sul problema della funzione storica dell'Adriatico nell'Antichità. IN: *L'Adriatico tra Mediterraneo e penisola balcanica nell'Antichità (Lecce-Matera, 21-27 ottobre 1973)*, Taranto: Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, 1983, p.11-21.
- PICCININI, Jessica. Antitetagmenoi. Sul monumento degli Apolloniati a Olimpia. *Saia. Annuario della Scuola archeologica italiana di Atene*, Padova: Aldo Eusilio editore, vol. LXXXIX, serie III, 11, tomo 1, 2011, p.237-250.
- PLASSART, André. Inscriptions de Delphes, la liste des Théorodoques. *Bulletin de correspondance hellénique*. Athènes, Paris: École française d'Athènes, De Boccard, volume 45, 1921, p.1-85.
- QUANTIN, François. Du même aux autres et de l'autre aux mêmes. Les Corinthiens sur les rives orientales de la mer Adriatique. *Pallas*, Toulouse: Service des publications de l'Université de Toulouse-Le Mirail, 89, 2012, p.247-274.
- SALMON, John B. *Wealthy Corinth. A History of the City to 338 BC*. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- SASSATELLI, Giuseppe. La funzione economica e produttiva: merci, scambi, artigianato. IN: BERTI, Fede, GUZZO, Pier Giovanni (a cura di). *Spina. Storia di una città tra Greci ed Etruschi*. Ferrara: Comitato Ferrara arte, 1993, p.179-217.
- SINATRA, Daniela. Dionisio e i Celti. *Kokalos*, Roma: Giorgio Bretschneider, XLII, 1996, p.373-381.
- SORDI, Marta. Dionigi I, dinasta d'Europa. *Contributi dell'Istituto di Storia Antica dell'Università del Sacro Cuore*, Milano: Vita e Pensiero, XII, 1986, p.84-90.

- TORELLI, Mario. Spina e la sua storia. IN: BERTI, Fede; GUZZO, Pier Giovanni (a cura di). *Spina. Storia di una città tra Greci ed Etruschi*. Ferrara: Comitato Ferrara arte, 1993, p.53-70.
- VAN COMPERNOLLE, Thierry. La colonisation rhodienne en Apulie: réalité historique ou légende? *Mélanges de l'École française de Rome*, Roma: École française de Rome, 97, I, 1985, p.35-45.
- VIAL, Claude. Lissos et Issa, d'après deux passages de Diodore de Sicile. *Cahiers d'Histoire. Lyon-Grenoble-Saint-Étienne-Chambéry*, Lyon: Centre historique du Centre-Est, tome XVII, 1972, p.66-67.
- VREKAJ, Bashkim. Le Nymphée d'Apollonia d'Illyrie. IN: LAMBOLEY, Jean-Luc; CASTIGLIONI, Maria Paola (éds.). *L'Illyrie Méridionale et l'Épire dans l'Antiquité. V. Actes du V<sup>e</sup> Colloque international de Grenoble (8-11 octobre 2008)*. Grenoble: diff. De Boccard, 2011, p.199-207.
- WILL, Édouard. *Korinthiakà. Recherches sur l'histoire et la civilisation de Corinthe des origines aux guerres médiques*, Paris: De Boccard, 1955.
- WOODHEAD, Geoffrey. The 'Adriatic Empire' of Dionysius I of Syracuse. *Klio*, Berlin: Akad.-Verl München: Oldenbourg-Wiss.-Verl., Zeitschr.-Service, 52, 1970, p.503-512.
- ZAMBON, Efrem. I provvedimenti contro i pirati in età ellenistica. *La pirateria nell'Adriatico antico, Hesperia 19*, Roma: L'Erma di Bretschneider, 2004, p.145-172.



FIGURAS



**Figura 1:** O Adriático Grego (Bouffier S., *Les diasporas grecques. Du détroit de Gibraltar à l'Indus*, Paris, Sedes, 2012).

---

Recebido em: 28/06/2017

Submitted in: 28/06/2017

Aprovado em: 01/11/2017

Aproved in: 01/11/2017

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018

---

**GRECS ET POPULATIONS LOCALES AUTOUR DE LA MER NOIRE,  
DU VIII<sup>E</sup> SIECLE AU III<sup>E</sup> SIECLE AV. J.-C.**  
**GREEKS AND NATIVE POPULATIONS AROUND THE BLACK SEA**  
**(8<sup>TH</sup> -3<sup>RD</sup> CENTURIES BC)**  
*(Gregos e povos nativos na bacia do Mar Negro entre os séculos VIII – III A.C.)*

Madalina Dana

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



# Grecs et populations locales autour de la mer Noire, du VIII<sup>e</sup> siècle au III<sup>e</sup> siècle av. J.-C.

Madalina Dana<sup>1</sup>

**Résumé:** Les Grecs installés sur les bords de la mer Noire aux VII<sup>e</sup>-VI<sup>e</sup> siècles av. J.-C. ont dû dès le départ cohabiter et partager le territoire avec des populations locales variées, à la fois nomades et sédentaires. Leurs relations, sans être toujours pacifiques, ne sont pas pour autant conflictuelles, du moins pas à toutes les époques : à cet égard, des circonstances historiques doivent être prises en considération. Leur destin s'écrit en parallèle, au gré des échanges et des contacts qui caractérisent les milieux dits coloniaux, avec des spécificités locales telle une manifestation artistique régionale qu'on a appelé l'art gréco-scythe. Les contacts culturels sont en réalité plus variés, allant des pratiques sociales, tels les mariages mixtes, aux pratiques religieuses et lettrées.

**Mots-clé :** Pont-Euxin ; Transferts ; Populations locales ; Contacts.

**Resumo:** Os gregos que se instalaram nas margens do Mar Negro nos séculos VII e VI a.C. tiveram desde o início que cohabitar e dividir o território com populações locais variadas, tanto nômades como sedentárias. Suas relações, nem sempre pacíficas, não eram necessariamente conflituosas, pelo menos não em todas as épocas: sobre isso, as circunstâncias históricas devem ser levadas em consideração. Seus destinos são escritos em paralelo, a critério das mudanças e dos contatos que caracterizam as regiões ditas coloniais, com especificidades locais tais quais uma manifestação artística regional que pode ser chamada de arte greco-cita. Os contatos culturais são na realidade mais variados, indo desde as práticas sociais, como os casamentos mistos, às práticas religiosas e literatas.

**Palavras-chave:** Mar Negro; Transferências; Populações locais; Contatos.

**Abstract:** The Greeks who settled on the shores of the Black Sea during the 8<sup>th</sup>-6<sup>th</sup> centuries BC had, from the start, to share the territory with different native populations, both nomadic and sedentary. Without being always peaceful, their relationships were not thoroughly confrontational, at least not in all periods; in this respect, historical circumstances must be taken into account. Their destiny accomplishes in parallel, according to exchanges and contacts characteristic for the so-called colonial milieu, sometimes with local specificities like a regional artistic manifestation, namely the Greco-Scythian art. The cultural contacts are in fact more diverse, from social practices like mixed marriages to religious and lettered practices.

**Keywords:** Euxine Pontus; Transfers; Native populations; Contacts

## INTRODUCTION

L'approche que nous proposons vise à donner une vision nuancée et complexe de ce territoire concerné par la « colonisation » grecque qu'est la mer Noire dans l'Antiquité. Il convient de préciser que, malgré la distance d'un hypothétique « centre » grec égéen, cette région fait partie intégrante de l'espace méditerranéen (DANA, 2012), à travers notamment les liens et les réseaux économiques, politiques et

---

<sup>1</sup> Maître de conférences histoire grecque. Université Paris 1-Panthéon Sorbonne. Centre ANHIMA (UMR 8210), Paris, France.

culturels qui régissaient le « tout petit monde » des cités (MALKIN, 2011)<sup>2</sup>. La question de la « périphérie », géographique et symbolique (FRISONE & LOMBARDO, 2008), n'est pas pour autant résolue, étant donné que la perspective ancienne se retrouve encore de nos jours dans la perception des modernes. Par conséquent, cet espace est moins traité dans les études occidentales<sup>3</sup>, mais bénéficie d'une riche bibliographie dans les pays riverains de la mer Noire (en russe, ukrainien, bulgare, roumain et parfois turc).

Plus qu'une présentation de l'installation et de l'évolution historique des diasporas grecques, cette étude cherche à cerner les contacts et les échanges entre les Grecs de différentes origines et les populations locales. En effet, les colons grecs trouvent rarement un terrain vide pour s'y installer. Ainsi, leur histoire s'écrit non pas en parallèle, mais simultanément avec l'histoire des « autres ».

On pourrait se demander, d'abord, quel territoire fut concerné par la colonisation, qui sont ces Grecs et par quel biais sont-ils arrivés, mais aussi qui sont ces « autres », avec lesquels ils entretenirent des relations changeantes tout au long de leur histoire. Les colons grecs s'installent tout autour du bassin de la mer Noire, avec une implantation moins vigoureuse sur la côte orientale, où sont connues deux fondations milésiennes seulement, Phase et Dioscourias. Cette absence s'explique par la présence des populations hostiles et par la difficulté d'exploitation des ressources, même si celles-ci sont très attractives, comme le prouvent les légendes sur l'or de la Colchide, convoité entre autres par l'expédition des Argonautes dirigée par Jason<sup>4</sup>. Deux grandes métropoles se détachent clairement dans la colonisation de la mer Noire : Milet, ou plus généralement l'Ionie (EHRHARDT, 1988), et Mégare<sup>5</sup>, avec notamment une participation béotienne. Leur expansion se déroule entre la seconde moitié du VII<sup>e</sup> siècle et le milieu du VI<sup>e</sup> siècle av. J.-C. ; elle implique parfois des refondations, des colonisations secondaires ou des entreprises échouées. La distribution entre cités ioniennes, doriennes et cités d'autre origine répond plus à une tradition qu'à une réalité historique, même si des indices institutionnels et culturels de l'héritage transmis par la métropole de chaque cité subsistent. Les fondations du Pont sont des cités à part entière, qui développent des stratégies spécifiques de réponse au milieu environnant et entretiennent leur propre réseau.

Pour ce qui est des voisins « barbares », ils se caractérisent par une extrême variété, en fonction du territoire qu'ils habitent (DAMYANOV, 2003). Leurs noms, parvenus par les sources littéraires, sont approximatifs ou nous échappent : si Hérodote est notre informateur privilégié, ses sources sont les Grecs du Pont. Par conséquent, on ne peut pas être certain de la manière dont leurs noms étaient prononcés, sans

---

<sup>2</sup> Pour les connexions et les réseaux, voir aussi MALKIN, 2005 ; MALKIN, CONSTANTAKOPOULOU & PANAGOPOULOU, 2009.

<sup>3</sup> Un intérêt sporadique pour cette région est manifeste dès les années 1960, quand Fr. Salviat lui consacre sa thèse d'État. Récemment cette bibliographie s'est enrichie : TSETSKHLADZE 1998 ; BRESSON, IVANTCHIK & FERRARY, 2007 ; HEINEN, 2006 ; MÜLLER, 2010 ; BURGUNDER, 2012.

<sup>4</sup> LORDKIPANIDZE & LEVEQUE, 1996. Pour le fer des Mariandyniens ou des Chalybes, voir Apollonios de Rhodes *Argonautiques* II 141, 375-376, 1001-1008. Voir ROBERT, 1980.

<sup>5</sup> HANNEL, 1934 ; ROBU, 2014.

parler des confusions possibles. On peut ainsi citer les Scythes, Siraces, Saioi, Skiroi, Thisamates, Saudarates, Taures ou Tauroscythes (MÜLLER, 2007).

Une erreur est également de qualifier ces peuples, dont les Scythes sont les plus connus, de « nomades » (MÜLLER, 2009, p.96-97). Les Scythes sont arrivés à peu près en même temps que les Grecs : une première vague est attestée aux VII<sup>e</sup>-VI<sup>e</sup> s. av. J.-C., suivie d'une deuxième vague au V<sup>e</sup> et au IV<sup>e</sup> siècle av. J.-C. Il convient de remarquer que cette Scythie, appelée aussi « la grande Scythie », disparaît vers 300 av. J.-C., alors qu'au II<sup>e</sup> s. est attesté en Crimée le royaume de la « petite Scythie », qui entra en conflit avec la cité de Chersonèse Taurique. Il existe ainsi des nomades non Scythes (par exemple, les Boudins, mentionnés par Hérodote (IV 108) et des Scythes non nomades, les bien connus « laboureurs », *arotères* (Hérodote IV 17) et « cultivateurs », *geôrgoi* (Hérodote IV 18). Pour l'histoire de ces peuples, nous sommes donc largement dépendants d'Hérodote, qui leur consacre une partie importante du livre IV de ses *Enquêtes*<sup>6</sup>. Les sources archéologiques viennent néanmoins compléter l'information, comme les kourganes ou tertres funéraires, ainsi que des habitats qui ont livré un matériel riche, mais difficile d'interprétation. Dans la première catégorie, on citera le kourgane de Solokha, dans une zone de steppe de la rive gauche du Dniepr, considéré comme « royal » en raison de la richesse des objets<sup>7</sup> ; il s'agit sans aucun doute d'un tombeau familial de populations sédentarisées. Comme habitat, on peut évoquer entre autres le site d'Elizavetovka, sur le Don, dont l'existence s'étend entre le dernier tiers du VI<sup>e</sup> s. et le début du III<sup>e</sup> s. av. J.-C.

En ce qui concerne l'interaction entre les deux groupes, on préfère actuellement ne plus parler de la conquête<sup>8</sup> ou de l'hellénisation : le terme « contact » est plus en accord avec la complexité des relations entretenues (MALKIN, 2011, p.45-48). La question que l'on peut se poser vise précisément la dynamique de ces contacts dans un milieu dit « colonial ». Quelles stratégies sont mises en place par les deux groupes pour cohabiter et se partager l'espace ? Il faut tenir compte du fait que ces groupes peuvent se mélanger et que leurs rapports ne sont jamais statiques tout au long de la période concernée. On peut finalement se demander quel visage a cette nouvelle culture née des rencontres entre Grecs et « Barbares ».

## 1. L'INSTALLATION DES GRECS ET L'APPROPRIATION DE L'ESPACE

Quand les premiers Grecs arrivèrent en mer Noire, celle-ci fut considérée comme un endroit inhospitalier, sans doute en raison de l'absence d'île et des tempêtes violentes qui pouvaient, et peuvent encore, éclater soudainement et provoquer des naufrages. Xénophon, dans son *Anabase* (VII 5, 14), parle

<sup>6</sup> Pour la représentation des Scythes dans l'imaginaire grec, voir notamment HARTOG, 1980.

<sup>7</sup> Entre autres, les catalogues publiés par SCHILTZ, 1975 et REEDER, 2001.

<sup>8</sup> Le mot implique l'existence de confrontations armées et d'une transformation politique et institutionnelle programmée qui ne sont pas attestées par les sources, même si les premières ne sont pas à exclure.

aussi des attaques des populations thraces de la côte occidentale du Pont dirigées contre les navires naufragés, un autre indice de la « sauvagerie » de ces rives, habitées au nord par les Taures amateurs de sacrifices humains dont Artémis fut la prêtresse<sup>9</sup>. Comme le rappellent entre autres Pindare et Strabon, d'*axeinos*, « inhospitalier », le Pont se transforme en *euxeinos*, « hospitalier », grâce à la présence grecque<sup>10</sup>. Cet euphémisme transposerait en réalité l'adjectif iranien *akšaena*, qui signifie « noir » et qui est visible encore de nos jours dans la dénomination moderne de la mer. En effet, les populations turcophones arrivées dans la région à l'époque médiévale ont appelé cette mer « Karadeniz », littéralement « la mer Noire » (DAN, 2008).

Des contacts sont envisageables avant que la colonisation proprement dite ne soit mise en place. Au-delà d'une très hypothétique pénétration mycénienne en mer Noire, les périples montrent que les rivages nord-pontiques ont été fréquentés avant l'établissement des Grecs au sud du Pont, ce qui ressort également de la fondation, vers le milieu du VII<sup>e</sup> s. av. J.-C., des quatre plus anciens établissements, tous ioniens : Istros, Orgamè, Bérézan/Borysthène et Taganrog, puis Apollonia (610 av. J.-C.), Olbia sur le continent<sup>11</sup>, Odessos (ca. 560 av. J.-C.) et les cités du Royaume du Bosphore: Théodosia, Panticapée, Nymphaion, Myrmékion dans la presqu'île de Kertch, et Hermonassa, Képoi, Patrasys dans la presqu'île de Taman, par les Milésiens, vers 590-560 ; Phanagoria par des colons de Téos fuyant la répression perse, vers 540 (DANA & DANA, 2001-2003, p.107-108). Sur la côte méridionale, Milet fonda également Sinope, dans le dernier quart du VII<sup>e</sup> s.<sup>12</sup>

Les Mégariens, avec un important apport béotien, fondèrent Chalcédoine et Byzance dans le Détroit du Bosphore: la première sur la rive asiatique, en 685, la seconde sur la rive européenne, 17 ans plus tard conformément à une tradition (MALKIN, SHMUELI, 1988), ainsi qu'Héraclée du Pont, vers 560 av. J.-C.<sup>13</sup>. Puis, aux VI<sup>e</sup> et V<sup>e</sup> s., les premières colonies procédèrent à une colonisation secondaire : Sinope fonde Trapézonte, Kérasous et Kotyôra, Héraclée du Pont fonde Chersonèse Taurique sur un emplacement plus ancien (422/1), ainsi que Callatis sur la côte ouest (début du V<sup>e</sup> s. av. J.-C.), alors que les Mégariens avec les Chalcédoniens fondent Mésambria dans le voisinage des établissements ioniens de la côte occidentale (fig.1).

<sup>9</sup> La discussion est complexe, voir HALL, 1989, p.110, 113-116.

<sup>10</sup> Pindare *Pythiques* IV 362 ; *Néméennes* IV 79 ; Strabon VII 3, 6. Voir aussi le Pseudo-Scymnos *Périples du Pont-Euxin* 736-737 ; Apollodore *FGHist* 244 F 157 ; Diodore IV 40, 4.

<sup>11</sup> Istros: ALEXANDRESCU, SCHULLER, 1990 ; D'ERCOLE, 2012, p.173-184 ; Olbia : VINOGRADOV, 1981. En général, GRAMMENOS & PETROPOULOS, 2003 et 2007.

<sup>12</sup> Légendes de fondation : IVANTCHIK, 1997 ; DANA, 2007a.

<sup>13</sup> BURSTEIN, 1976 ; BITTNER 1998.

Les liens avec les métropoles sont notamment religieux et institutionnels : les colons « importèrent » les cultes (par exemple, Apollon *Iètros* et *Delphinios* pour les Ioniens)<sup>14</sup>, le calendrier<sup>15</sup>, les sous-divisions civiques (les trois *phylai* « tribus » et les *hékatostryès* « centaines » doriennes attestées dans les colonies mégariennes)<sup>16</sup> et les magistratures, autrement dit les *nomima* qui constituent le « bagage » culturel des nouvelles fondations. Les colons emportèrent aussi des pratiques d'écriture, comme on le voit dans une lettre sur plomb d'Olbia, envoyée par un certain Apatorios à son patron Léanax : l'habitude des Ioniens d'écrire sur des peaux de chèvre ou de mouton est évoquée par Hérodote (V 58). Le terme employé par ce dernier, *diphtería*, littéralement « peaux », est identique à celui mentionné dans la lettre qui date de la fin du VI<sup>e</sup> s. av. J.-C. (DANA, 2004).

Pour ce qui est de l'implantation des colons, si l'origine peut jouer un rôle dans les constructions identitaires et les revendications de parentés, la double lecture de la colonisation, agraire ou commerciale, en fonction respectivement des modèles ionien et dorien, est caduque. Les recherches actuelles ont notamment mis en doute l'interprétation ethnicisante concernant le parcellaire ionien et dorien respectivement : selon cette théorie, on aurait affaire à un modèle orthogonal/régulier des colonies doriennes et à un autre radial/irrégulier des colonies ioniennes, ce qui correspondrait à des colonies fermées (but agricole) et colonies ouvertes (but commercial). La présence d'un parcellaire quadrillé à l'intérieur des réseaux radiaux contredit de manière flagrante ce modèle (MÜLLER, 2010, p. 166-168). Dans les cadastres fouillés les dernières années, on remarque la répartition du territoire civique en des lots égaux, *klèroi*, qui rappelle la colonisation occidentale : par exemple, c'est le cas du cadastre de la péninsule d'Héraclée, à Chersonèse, bien que cette situation corresponde à l'époque hellénistique. La répartition, visible en Occident, entre zone résidentielle et zone publique, sacrée et administrative, est également attestée à Istros (fig.2).

<sup>14</sup> Pour les différentes épicleses d'Apollon à Olbia, voir DUBOIS, 1996, n° 57, 58, 90 (*Iètros*) ; n° 93 (*Didymeios*) ; n° 99 et 65 (*Iètros* et *Delphinios*). On peut même parler d'un culte spécifique qui fonctionne en réseau local : Apollon *Iètros* ou *Iatros* est présent dans le Pont à Apollonia, Istros, Tyras, Olbia, Panticapée, Hermonassa, Phanagoreia.

<sup>15</sup> Les mois milésiens apparaissent tels qu'ils ont été transmis à sa colonie Olbia, cf. DUBOIS, 1996, n° 99 : Tauréôn, Thargéliôn, Kalamaiôn, Panèmos, Métagéitniôn, Boèdromiôn, Kyanepsiôn, Apatouriôn, Poseidiôn, Lénéôn, Anthestèriôn, Artémisiôn. Des éléments de mois communs sont attestés à Istros et Cyzique, à leur tour fondations milésiennes.

<sup>16</sup> AVRAM, 1999, p.85-90 (pour les cultes, p. 91-115) ; ROBU, 2014.



Fig. 1. Le Pont-Euxin (carte M. DANA).

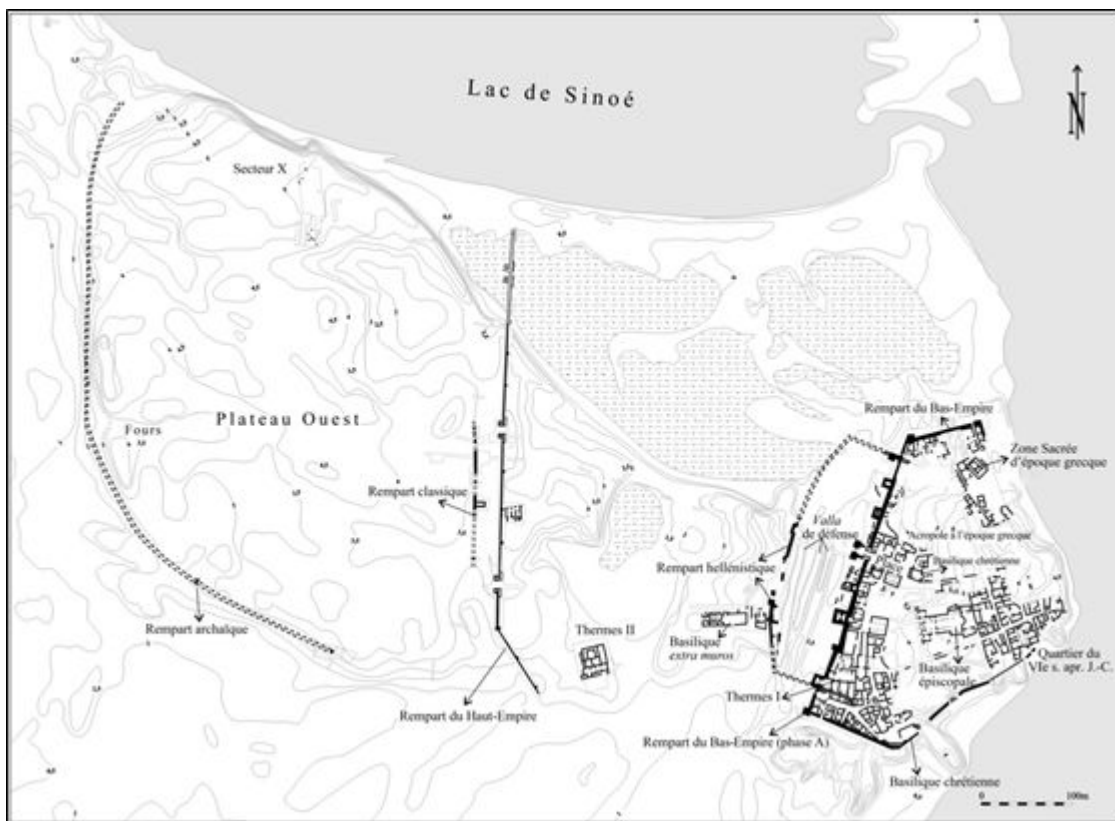


Fig. 2. Istros et son territoire (carte A. AVRAM).



Le processus d'appropriation de l'espace ne fut pas identique sur toutes les côtes pontiques. Comme pour d'autres régions concernées par la colonisation grecque, on a avancé la théorie de l'espace vide, *eremos chora*, ou du moins d'une installation sans conflits ; en réalité, même si l'on ne peut pas exclure cette théorie, il s'agit, dans la majorité des cas, d'une négociation permanente. Il paraît difficile d'adopter un point de vue unique sur le mode de colonisation, selon que les cités s'établissent dans un territoire vierge ou presque (KOSHELENKO, 2007), habité par des populations autonomes (comme les Scythes et les Thraces) ou graduellement soumises (comme les Mariandyniens, en état de semi-dépendance par rapport à Héraclée)<sup>17</sup>, ou bien au sein d'un empire (le pouvoir perse, pour les cités du Pont sud). Le territoire poliade, que l'on peut voir comme une interface entre colons grecs et populations locales, se construit et s'organise progressivement, par étapes. Ainsi, dès le second quart du VI<sup>e</sup> s., Bérézan, puis Olbia, se constituèrent au nord du Pont un domaine continental important, compris entre les rives nord du Dniepr et le cours droit du Bug, d'une surface de plus de 45 km<sup>2</sup>, qui s'élargit dans la seconde moitié du VI<sup>e</sup> s. sur les deux rives du Bug, avec un réseau de 107 établissements enregistrés. Cette même dynamique peut être observée dans la formation des territoires dans le Royaume du Bosphore, avec une diffusion plus tardive d'établissements ruraux dans la partie asiatique, la péninsule de Taman<sup>18</sup>.

## 2. UNE PRESENCE SYMBOLIQUE

Des solidarités, concrètes ou symboliques, sont visibles pour les deux types de colonies. Ainsi, l'entraide réciproque est importante pour occuper avec succès des territoires habités et contrôlés par des populations qui leur étaient hostiles, ou bien pour limiter les initiatives concurrentes à la recherche des ressources : par exemple, les Mégariens du Pont qui s'allient contre les Samiens, qui fondent Périnthe en Propontide en 602, cité qui pourrait représenter une menace pour Byzance et Sélymbria (ROBU, 2012). La solidarité symbolique implique des traditions de fondation partagées : traditions concernant la consultation de l'oracle de Delphes (DANA, 2011, p.359-360), traditions historiques impliquant la métropole – l'une des trois traditions de fondation de Sinope, chez le Pseudo-Scymnos, mentionne des fondateurs milésiens<sup>19</sup> – mais aussi légendaires. Pour ce dernier aspect, la plus connue est la geste des Argonautes qui apparaît chez Apollonios de Rhodes (II 841-850), où l'on voit clairement le besoin des Grecs de marquer culturellement un espace de leur présence. Ce procédé s'apparente aux *nostoi* (retours des héros achéens après la guerre de Troie) et aux voyages d'Héraclès en Occident. Héraclès est par ailleurs présent dans la mer Noire, en tant que

<sup>17</sup> Voir l'étude approfondie d'AVRAM, 1984.

<sup>18</sup> MÜLLER, 2006 ; BARALIS, 2012, p. 204-205.

<sup>19</sup> Le Pseudo-Scymnos *Périple du Pont-Euxin* F 27 (941-952 M. = 986-997 D.); Anon. *Per. Pont. Eux.* 22 M.

héros voyageur par excellence : l'un de ses douze travaux se situe chez les Amazones, localisées dans le sud du Pont. Sa trace apparaît dans le nom même de l'une des cités les plus connues de la coté méridionale du Pont, Héraclée. Son histoire est racontée par les historiens locaux de cette cité et notamment par Herodôros (V<sup>e</sup> s. av. J.-C.)<sup>20</sup>.

Cet ancrage symbolique qui consiste en une adaptation de certaines légendes panhelléniques à un endroit particulier ressort encore plus clairement du mythe d'Achille. À l'instar du mythe d'Héraclès, il est ambivalent, car il sert à la fois à englober la mer Noire dans le monde méditerranéen, par le biais du mythe universel, et à individualiser cet espace par l'attribution d'une identité propre : Achille y est enterré et une île lui est consacrée, dans laquelle il bénéficie d'un véritable culte (DANA, 2007b, p.177-180). Les sources les plus importantes sur le sujet sont tardives (Strabon au I<sup>er</sup> s. av. J.-C., Dion Chrysostome et Arrien au II<sup>e</sup> s. apr. J.-C.)<sup>21</sup>, mais elles résument sans doute toutes les légendes locales qui ont persisté pendant plus de huit siècles. Le rôle d'Achille est de protéger les navigateurs, comme les Dioscures, ce qui n'est pas surprenant pour cette mer réputée dangereuse. Le mythe a dû accompagner les colons et faire partie de leur patrimoine culturel ; le héros est resté leur protecteur, avec Apollon *Iètros*, et cet espace lui est en quelque sorte consacré, comme le montre l'épiclèse de *Pontarchès* à l'époque impériale. Achille est traité comme une divinité, avec des lieux de culte et des concours en son honneur. À Olbia, toujours à l'époque impériale, d'après les inscriptions, des magistrats participent à ces concours. L'île qui lui est consacrée est l'actuelle île des Serpents (de nos jours Zmeinyi, en Ukraine), qui n'est pas habitée. Pendant l'Antiquité elle était connue sous le nom de l'île blanche (*Leukè*) à cause des oiseaux qui nettoyaient le temple. La course d'Achille, mentionnée par Arrien, n'est pas sur cette île, mais sur une étroite bande littorale près d'Olbia, où se seraient déroulées les courses en l'honneur du dieu<sup>22</sup>.

La mer Noire est un pays de la périphérie, car elle est une terre fabuleuse où reposent des héros mythiques, mais aussi un espace apprivoisé par la colonisation, où sont pratiqués des rites grecs pour le héros grec le plus respecté et chanté par le Poète grec par excellence, Homère. Les poèmes homériques, représentent par ailleurs la base de l'enseignement grec, l'école de la Grèce, y compris dans le Pont, les petits écoliers apprenant à lire et à écrire avec *l'Illiade* et *l'Odyssee*. Des graffites découverts à Istros, Olbia et Chersonèse comportent des exercices scolaires avec des fragments des épopées homériques ou en rapport avec le cycle troyen<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> Sur cette « spécialité locale », voir DANA, 2011, p.243-246.

<sup>21</sup> Strabon VII 3, 19 ; Dion Chrysostome *Borysthénitikos* (Or. 36), 9 ; Arrien *Périple du Pont-Euxin* 21-23.

<sup>22</sup> En dernier lieu HUPE, 2006.

<sup>23</sup> DANA, 2007c, p.186-188 ; DANA, 2009.

### 3. VIVRE ENSEMBLE

Le cas le plus explicite de cohabitation, et par conséquent du rapport entre pouvoir et territoire, est offert par le Royaume du Bosphore, dont la particularité se lit dans la titulature même de ses dirigeants, attestée par les inscriptions : *archontes* des cités grecques (« Bosphore et Théodosia »), rois des peuples indigènes (« Sindes, de Torètes, des Dandariens et des Pesses »). La dualité du statut politique est fondamentale dans la région (MÜLLER, 2010, p.39-41).

Ce royaume qui émergea au V<sup>e</sup> s. finit par englober toutes les cités grecques de la côte nord-est et fixa sa capitale à Panticapée, connue aussi sous le nom métonymique de Bosphore. Sous les Archéanactides (ca. 480), mais surtout sous les Spartocides (438/437-109 av. J.-C.), on assiste à la formation d'un régime politique qui annonce à plus d'un titre les royaumes hellénistiques, grâce en particulier à la symbiose qui s'opère entre cités grecques, qui préservent partiellement leurs institutions, et les populations indigènes conquises, vassalisées ou associées (HIND, 1994). Sous les premiers Spartocides, Satyros I<sup>er</sup> et Leukôn I<sup>er</sup>, on assiste à l'extension du royaume vers l'est, vers les tribus sindo-méotes : la Sindikè, puis d'autres tribus, de sorte que Leukôn I<sup>er</sup> se fait appeler « roi des Sindes, des Torètes, de Dandariens et des Pesses », et que Pairisadès ajoute : Thatéens, Dosques, ou « roi de tous les Méotes ». Dans le troisième quart du IV<sup>e</sup> s. la formation territoriale est achevée : 5000 km<sup>2</sup>, une trentaine de villes, une vaste *chôra*. On note également la constitution d'une armée de mercenaires, l'association des fils au pouvoir et le patronage culturel. Il est notable qu'à la mort de Pairisadès I<sup>er</sup>, vers 310 av. J.-C. (Diodore XX 22), ses deux fils enrôlent des « barbares » dans leurs armées : 20 000 Scythes dont 10 000 cavaliers pour Satyros, 42 000 Siraces pour son frère Eumélos<sup>24</sup>.

Tournés ainsi vers les populations locales, l'une des bases de leur pouvoir, les rois bosphorains ne le sont pas moins vers le monde grec, non seulement celui des cités coloniales, mais aussi du bassin méditerranéen, notamment Athènes<sup>25</sup>. Des deux villes les plus importantes du royaume, Panticapée et Théodosie, partent des navires chargés de blé, que convoitent les Athéniens<sup>26</sup>. La demande se situe ainsi du côté athénien, l'offre du côté des rois. Tout au long du IV<sup>e</sup> s. av. J.-C., les rois du Bosphore et les Athéniens entretiennent des relations cordiales et fondées sur l'intérêt réciproque. Démosthène, dans *Contre Leptine*, s'oppose à la loi que celui-ci avait fait voter en 356 afin de supprimer toutes les immunités, le premier lésé en étant Leukôn<sup>27</sup>. Le roi bénéficiait à Athènes de deux privilèges importants et concomitants : la citoyenneté

<sup>24</sup> MÜLLER 2009, p.105-106 ; PODOSSINOV, 2012.

<sup>25</sup> BRAUND, 2005. Voir aussi DANA, 2011, p.264-266.

<sup>26</sup> Il ne faut pourtant pas exagérer l'ampleur de ce commerce, voir WHITBY, 1998.

<sup>27</sup> Démosthène *Contre la loi de Leptine* 31-33 (355/354 av. J.-C.).

et l'exemption de taxes<sup>28</sup>. L'art dans le Royaume du Bosphore subit l'influence attique, comme le prouvent les nombreux objets de luxe importés par l'aristocratie gréco-indigène de l'époque des Spartocides.

Outre cet exemple singulier, des relations complexes se nouent entre les habitants des cités grecques et les populations locales. Ces interactions peuvent aller des échanges économiques profitables aux deux parties jusqu'aux tensions et conflits. Il convient néanmoins de préciser que les rapports ne furent pas les mêmes à toutes les époques. Qui plus est, les divers conflits, notamment autour des « taxes de protection » imposées aux cités, ne semblent pas toujours se refléter dans les dynamiques commerciales régionales. Ainsi, la complémentarité des échanges est visible dès les commencements des cités : comme il ressort d'Hérodote (IV 24), les Scythes peuvent être utiles aux Grecs car ils fournissent des informations sur des populations éloignées, grâce à leur mobilité et à leur diversité linguistique<sup>29</sup>. Les produits de l'échange sont cités par divers auteurs : Polybe (IV 38) et Strabon parlent tous deux des matières premières exportées par les « nomades d'Asie » (bois, peaux) et d'esclaves, en échange desquels ils obtiennent « des vêtements, du vin et tout ce qui est propre à la vie civilisée » (Strabon XI 2, 3). L'engouement des élites indigènes pour les objets de luxe grecs est bien attesté : des vases et des bijoux de fabrication grecque, somptueux, ont été retrouvés dans les kourganes scythes au nord de la mer Noire, dans les steppes, mais aussi dans des tombes gètes et thraces, sur la côte ouest, en Dobroudja (ALEXANDRESCU, 2002).

L'interface où Grecs et indigènes nouent les échanges est l'*emporion*. Il s'agit d'une triple acception de cette notion : *emporion* fondés par les Grecs et qui se trouvent sous leur juridiction, cités de plein droit jouant un rôle dans le transit des marchandises, enfin établissements comme ceux qui sont situés au nord de la mer d'Azov, par exemple Taganrog ou Tanaïs (BARALIS, 2012, p.216-218). Il n'est pas obligatoire que ces *emporion* soient établis au bord de la mer : des *emporion* situés parfois à l'intérieur des terres sont également attestés, par exemple Pistiros en Thrace<sup>30</sup>.

Les diverses relations, ainsi que les pressions fiscales exercées par les Scythes, sont attestées également par une série de documents qui semblent caractériser les régions périphériques, à savoir les lettres sur plomb et sur tesson, dont le nombre pour le Pont dépasse la vingtaine<sup>31</sup>. La plus connue est celle envoyée vers 500 av. J.-C. par le représentant d'un négociant grec d'Olbia, Achillodôros, à son fils, pour l'informer de ses mésaventures (fig.3)<sup>32</sup> : il était en effet tombé avec ses biens entre les mains d'un certain

<sup>28</sup> Plusieurs décrets athéniens en faveur des rois du Royaume du Bosphore sont conservés, concernant des honneurs votés à Athènes : (1) pour les fils de Leukon – Spartokos, Pairisadès et Apollônios, avec la mention des honneurs pour leur père : *IG II<sup>2</sup> 212 = Syll.<sup>3</sup> 206* ; (2) des statues en bronze, dans l'agora, pour Pairisadès, Satyros et Gorgippos : *Dinarque Contre Démosthène (Or. 1) 43* (discours de 323 av. J.-C., accusant Démosthène de vénalité) ; (3) pour Spartokos III, en 285/284 : *IG II<sup>2</sup> 653 = Syll.<sup>3</sup> 370*.

<sup>29</sup> Voir les remarques de MÜLLER, 2009, p.102.

<sup>30</sup> En dernier lieu, CHANKOWSKI & CHANKOWSKI, 2012.

<sup>31</sup> Lettres : DANA, 2007d. Sur les pressions fiscales, voir MÜLLER, 2009, p.103-104.

<sup>32</sup> Dernière édition chez DUBOIS, 1996, n° 23.

Matasys, qui porte un nom scythe. Matasys le prend, à tort, pour l'esclave d'un certain Anaxagorès, pour se dédommager des prétendues pertes dans les affaires avec ce dernier. Sont mentionnés la « cité », sans doute Olbia, ainsi que les Arbinates, une population locale sur le territoire desquels la famille d'Achillodôros devait posséder une propriété. On remarque ainsi que l'aire d'action du négociant s'avance loin dans le territoire. Cela devait être le cas d'un autre négociant, Apatorios, qui écrit à son patron Léanax (représentant d'une famille importante, vu le nom aristocratique) sur le même sujet (DANA, 2004) : ses biens ont été saisis par un Herakleidès (nom grec), marié à une femme indigène, Thathaiè; Apatorios réclame à son patron des registres (*diphtería*) pour montrer sa bonne foi. Plusieurs autres lettres ou billets mentionnent des biens commercialisés d'une cité vers un comptoir et vice-versa. On a ainsi connaissance d'un trafic d'esclaves achetés sur un marché (d'Olbia) et vendus sur un autre (Phanagoria)<sup>33</sup>.

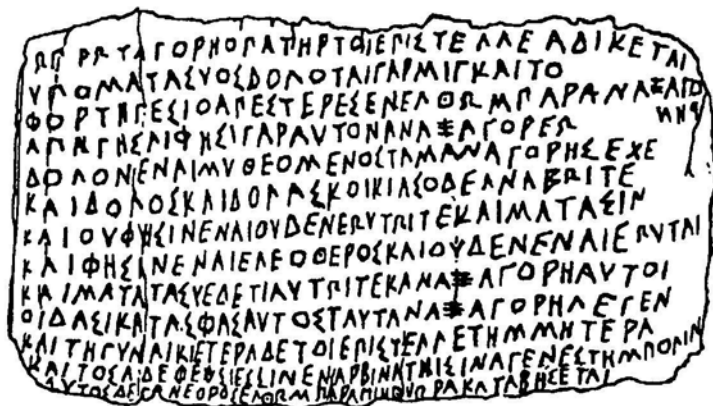


Fig. 3. Lettre d'Achillodôros de Bérézan (fin du VI<sup>e</sup> s. av. J.-C.). Facsimilé reproduit d'après DUBOIS, Laurent. *Les inscriptions grecques dialectales d'Olbia du Pont*. Genève : Droz, 1996, p. 50, n° 23.

Les lettres sur plomb montrent sinon le bilinguisme, du moins la connaissance du grec par les non Grecs. Il est évident que ces intermédiaires commerciaux ou marchands devaient non seulement parler le grec, mais aussi, pour des raisons pratiques – la rédaction et la mise à jour des registres, des listes de produits, des inventaires – le lire et peut-être l'écrire<sup>34</sup>.

Il arrivait parfois qu'une certaine tension s'installe entre les cités grecques et leurs voisins, en raison de la présence dans le voisinage des cités de plusieurs rois et roitelets qui se disputaient le territoire. Qui plus est, la rivalité entre les diverses tribus était perceptible dans leurs relations avec les cités et traduite en incursions, invasions du territoire, négociations, mentionnées à la fois par les sources littéraires et épigraphiques. Un texte de Polybe nous renseigne sur la position privilégiée des Byzantins sur la rive européenne du Bosphore, qui est aussi leur principal souci, car convoitée par les tribus thraces. Cette position, d'où ils pouvaient surveiller le passage vers et en provenance du Pont-Euxin, les avait encouragés, au début du III<sup>e</sup> s. av. J.-C., à vouloir imposer une taxe aux navires marchands, suscitant ainsi un conflit sous

<sup>33</sup> En dernier lieu DANA, 2007d, p.87-88.

<sup>34</sup> Pour la question de la *literacy* des marchands, voir WILSON, 1997-1998.

la direction des Rhodiens. La guerre qui suivit dans les années 230-220 av. J.-C., obligea les Byzantins à céder (Polybe IV 45-49). Cette position privilégiée – non seulement pour le trafic commercial, mais aussi en raison de la présence des bancs de poissons qui contournaient, à cause des courants maritimes, la rive micrasiatique<sup>35</sup> – avait attiré aux Chalcédoniens le surnom de « cité des aveugles » (le premier à en parler fut Hérodote) : bien qu'arrivés dans la région avec dix-sept ans d'avance sur les Byzantins, les Chalcédoniens n'avaient pas remarqué les avantages de la rive européenne et avaient préféré l'autre, moins enviable. Or il est tout à fait probable qu'ils se soient surtout aperçus des inconvénients de cette rive, à savoir la présence des populations thraces, ou que ces dernières se seraient montrées résolument hostiles (MALKIN, SHMUELI, 1988). Ces tribus s'emparaient de la récolte, mais devaient aussi pratiquer le racket, comme on le voit par ailleurs dans deux inscriptions bien connues de la région : les décrets pour les bienfaiteurs Agathoklès d'Istros et Protogénès d'Olbia, tous deux datés de la fin du III<sup>e</sup> s. av. J.-C.<sup>36</sup> Au moment où les habitants des cités s'apprêtaient à ramasser la récolte, un ou plusieurs chefs réclamaient une somme d'argent pour ne pas la détruire. Les Grecs préféraient payer car une disette aurait apporté plus de difficultés financières que le paiement d'un tribut (pudiquement masqué en *dôra*, « cadeaux »). Les roitelets indigènes le savaient, ce qui leur permettait d'entretenir la pression. Dans le langage épigraphique, les cités désirent garder un semblant de dignité : elles remercient les évergètes (riches particuliers prêts à mettre une partie de leur fortune ou bien leur vie au service de la cité), à travers les institutions civiques. Elles maintiennent donc un mode de vie grec, même dans les conditions les plus difficiles.

Les cités de la côte nord et ouest, notamment, sont obligées d'entrer sous le protectorat des chefs indigènes. Ce fut notamment le cas d'Olbia, entre les règnes des rois Skylès et Skilouros. Sur la côte occidentale, dynastes scythes, gètes et thraces (surtout les Odryses) se disputèrent la protection des cités grecques, parfois dans le cadre de traités. Malgré ces conventions, ils n'hésitèrent pas à prendre des otages ou à menacer la cité si le tribut n'était pas payé à l'heure. On voit, surtout dans le décret pour Protogénès, les Grecs harcelés de tous les côtés : il ne s'agit sans doute pas d'une exagération, car il semble qu'à cette époque la situation était effectivement critique. Dans le même décret, on voit aussi apparaître les *Mixhellènes*, c'est-à-dire des Barbares mélangés (CASEVITZ, 2001, p.41-47), vivant à côté des Grecs, qui sont assez nombreux et qui, dans des situations semblables, avaient combattu à côté des Olbiopolites. Il y avait par conséquent des statuts intermédiaires, et même à l'intérieur des « Barbares » non mélangés, certains se montraient plus hostiles que d'autres.

Cependant, malgré les affirmations de Polybe et l'impression de catastrophe permanente dont seul un homme providentiel pouvait sauver la cité – peut-être un trait caractéristique de décrets pour les

<sup>35</sup> Strabon, VII 6, 2 pour l'abondance des pêches chez les Byzantins, alors que les Chalcédoniens n'en profitent pas ; cf. aussi Pline *Histoire naturelle* IX 20 ; Tacite *Annales* XII 63.

<sup>36</sup> Agathoklès : PIPPIDI, 1983, n° 15 ; Protogénès : LATYSHEV, 1965, n° 32.

évergètes, un *topos* – ces épisodes ne représentaient sans doute pas le quotidien des cités, ou du moins pas à toutes les époques. Qui plus est, tous les chefs indigènes n'étaient pas hostiles aux cités. Quoi qu'il en soit, les razzias n'empêchaient pas le commerce et surtout l'achat sur les marchés locaux d'objets grecs, ni le partage des pratiques communes dans plusieurs domaines.

#### 4. UNE OSMOSE CULTURELLE ?

Des phénomènes d'hybridation et de transfert sont inhérents à toute forme de cohabitation. Plus qu'une acculturation grecque, on peut évoquer, dans ces « milieux coloniaux », les transformations réciproques en contact avec l'autre culture, que les savants appellent actuellement *Middle Ground*, mais qui peut porter tout autre nom, pourvu qu'il reflète l'inter-culturation, avec ses avancées et ses limites (ÉTIENNE, 2010, p.7).

Quand les Grecs arrivèrent, ils furent obligés de s'adapter tout d'abord aux conditions climatiques. Ils ont dû emprunter aux populations locales des techniques, par exemple les cabanes enterrées ou semi-enterrées, qui ont longtemps été considérées comme « indigènes », jusqu'à ce qu'on se rende compte que les Grecs avaient dû les habiter avant de bénéficier d'une architecture en pierre. Ce sont des habitations commodes et adaptées au climat. Elles doivent donc être associées avec l'installation des *apoikiai*, caractérisant ainsi la phase de campement ou de mise en place de la ville. Dans le cas contraire, on est obligé de refuser toute la chronologie de la colonisation (MÜLLER, 2010, p.191-195).

Des transferts de pratiques religieuses et même l'adoption de certaines d'entre elles avaient lieu dans les milieux coloniaux, même si l'on ne peut pas parler d'une « fusion » ou d'une « *koinè* » des deux cultures. L'imaginaire religieux était véhiculé à travers la céramique peinte venue de Grèce, diffusée dans toutes les couches de la société grecque et aussi bien chez certains indigènes. Même si les mythes et les motifs artistiques grecs ne raisonnaient pas de la même manière pour les Scythes ou les Thraces qui entouraient les cités grecques, rien n'empêchait les transferts culturels et techniques. Dans les tombes monumentales des chefs scythes, ont été retrouvés de nombreux objets de métal (carquois, coupes, fourreaux d'épée), comportant aussi bien des thèmes scythes (guerriers, capture de chevaux sauvages, le mode de vie scythe)<sup>37</sup> que grecs (Athéna, Apollon entourés des Muses, épisodes de la vie d'Achille)<sup>38</sup>. Il importe peu de savoir si les artistes qui les avaient exécutés étaient des Grecs travaillant sur commande pour une clientèle locale, ou des Scythes ayant appris les techniques grecques dans les cités<sup>39</sup>. La présence autochtone dans la cité, longtemps soumise à une interprétation ethnique des artefacts, est aussi difficile à

<sup>37</sup> Voir le catalogue publié par SCHILTZ, 1975.

<sup>38</sup> Pour cette dernière scène, voir SCHILTZ, 2001, fig. 89.

<sup>39</sup> Voir les questions soulevées par MOREL, 2010.

identifier si l'on prend en considération le critère onomastique, en raison de l'hellénisation des noms. Un exemple pertinent est le cas d'un certain Tychon de Panticapée – un parfait nom grec – dont l'inscription mentionne qu'il est Taure et dont le corps est recouvert d'ocre, selon les rites funéraires de cette population<sup>40</sup>.

Les pratiques sociales et épigraphiques pointent elles aussi vers des sociétés en contact. Les mariages des Grecs avec des femmes indigènes devaient exister dès le début des cités<sup>41</sup>, afin d'assurer la survie de la communauté, dans la mesure où seuls des contingents masculins étaient censés quitter la métropole pour affronter l'aventure. Il n'est toutefois pas exclu qu'un nombre limité de femmes aient pu les accompagner, notamment pour assurer certains cultes<sup>42</sup>, ou les rejoindre par la suite ; puis, des premières générations naissaient des femmes qui entraient dans le système d'échanges habituel. Les mariages dans l'autre sens devaient également exister, entre dynastes scythes et Grecques des cités, comme l'attestent l'histoire du roi Skylès racontée par Hérodote (IV 78-79) : non seulement la mère de Skylès, épouse du roi Ariapeithès, était originaire d'une cité grecque, Istros, mais aussi l'une des femmes de Skylès, qu'il avait épousée à Olbia. Par ailleurs, sa mère avait transmis au roi scythe l'amour pour les lettres et pour la culture grecque<sup>43</sup>. Une dédicace à Hermès en provenance d'Olbia et datant de la même époque que l'histoire de Skylès (V<sup>e</sup> s. av. J.-C.), a été érigée par un certain Igdampaiès, vraisemblablement un Scythe, même si le nom n'est pas toujours l'indice d'une appartenance ethnique; un autre nom, dans lequel on a reconnu un hybride gréco-scythe, Idanthémis, apparaît sur un graffite symposiaque de Bérézan, vers 550 av. J.-C.<sup>44</sup>, signe de l'adoption par les populations locales non seulement des divinités, mais aussi des pratiques sociales et lettrées grecques. Enfin, des sources datant plutôt d'époque hellénistique et même de la fin de cette époque, attestent des « experts » grecs à la cour des dynastes locaux. Il s'agit d'artisans, de militaires, de négociants et de diplomates, tels Posidéos, fils de Posidéos, d'Olbia, conseiller et amiral du roi scythe Skilouros dans la capitale du royaume scythe, Néapolis, au II<sup>e</sup> siècle av. J.-C.<sup>45</sup>.

## CONCLUSION

Dans tous les cas, la nécessité de s'adapter à l'autre est évidente : céder des terres pour les uns (quand ils ne repoussaient pas les nouveaux arrivants), trouver des ressources pour les autres ; s'adapter aux exigences du nouveau milieu (pour les Grecs) ou s'adapter à l'arrivée des étrangers (pour les peuples

<sup>40</sup> STRUVE, 1965, n° 114. Voir le commentaire de cette épigramme chez NOLLÉ, OLLER GUZMÁN, 2016, p.86-87, n° I.5.

<sup>41</sup> AVRAM, 1996, p.250. En général ESPOSITO, ZURBACH, 2010.

<sup>42</sup> Voir l'exemple d'Aristarchè de Phocée, la première prêtresse d'Artémis à Marseille (Strabon IV 1, 4).

<sup>43</sup> Sur cette femme lettrée, voir DANA, 2011, p.374.

<sup>44</sup> DUBOIS, 1996, n° 77 (Igdampaiès) et 27 (Idanthémis).

<sup>45</sup> Sur le rôle de ce personnage dans la capitale de la « petite Scythie », voir MÜLLER, 2010, p.261-264.



indigènes). Grecs et indigènes mettent en place un intense réseau d'échanges, qui ne se limite pas aux échanges économiques. Des épisodes de conflits et de violence ne sont pas exclus, mais l'on ne peut en aucun cas parler de guerres permanentes ou d'une politique d'anéantissement réciproque, mais plutôt d'attaques menées par divers groupuscules. Cela tient précisément au caractère très hétérogène des populations locales : les dynastes mènent la guerre les uns contre les autres et les cités grecques servent de théâtre d'opération. De cette rencontre naît une culture qui n'est pas une culture commune, mais une entité ineffable, qui fait que dans chacune des cultures on entrevoit le reflet et l'apport de l'autre, sans que cela soit conscientisé ou assumé. Par ailleurs, le discours des Grecs, le seul que nous connaissons, insiste sur la nécessité de se garder loin des « peuples barbares » pour ne pas entamer son identité (DANA, 2012, p.69-71). Les données archéologiques, elles, racontent une autre histoire, celle des échanges permanents et des emprunts réciproques.

## RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

- ALEXANDRESCU, Petre & SCHULLER, Wolfgang (éd.). *Histria. Eine Griechenstadt an der rumänischen Schwarzmeerküste*. Konstanz: Universitätsverlag Konstanz, 1990.
- ALEXANDRESCU, Petre. L'art des Gètes et des Triballes. *Ancient West & East*, Leuven : Brill, 1, p.163-172, 2002.
- AVRAM, Alexandru. Bemerkungen zu dem Mariandynern von Herakleia am Pontos. *StudClas*, Bucarest: Societatea de Studii Clasice din România, 22, p.19-28, 1984.
- AVRAM, Alexandru. Modes de contact entre Grecs et Gètes à Histria à l'époque archaïque. In: LORDKIPANIDZE Otar & LEVEQUE Pierre (éd.). *Sur les traces des Argonautes*. Actes du 6<sup>e</sup> symposium de Vani (Colchide), 22-29 septembre 1990. Besançon : PUFM, 1996, p.241-252.
- AVRAM, Alexandru. *Inscriptiones Scythiae Minoris*, III. Callatis et son territoire. Bucarest-Paris : Editura Enciclopedica, 1999.
- BARALIS, Alexandru. Les diasporas grecques du nord de l'Égée de Propontide et de mer Noire. In: BOUFFIER, Sophie (éd.). *Les diasporas grecques*. Du Déroit de Gibraltar à l'Indus (VIII<sup>e</sup> s. av. J.-C. à la fin du III<sup>e</sup> s. av. J.-C.). Paris : Sedes, 2012, p.189-238.
- BITTNER, Angela. *Gesellschaft und Wirtschaft in Herakleia Pontike*. Eine Polis zwischen Tyrannis und Selbstverwaltung. Bonn : R. Habelt, 1998.
- BRAUND, David (éd.). *Scythians and Greeks*. Cultural Interactions in Scythia, Athens and the Early Roman Empire (Sixth Century BC-First Century AD). Exeter : University of Exeter Press, 2005.
- BRESSON, Alain, IVANTCHIK, Askold & FERRARY, Jean-Louis (éd.). *Une Koinè pontique*. Cités grecques, sociétés indigènes et empires mondiaux sur le littoral nord de la mer Noire (VII<sup>e</sup> s. a.C.-III<sup>e</sup> s. p. C.). Bordeaux : Ausonius, 2007.
- BURGUNDER, Pascal (éd.). *Études pontiques*. Histoire, historiographie et sites archéologiques du bassin de la mer Noire. Lausanne : Université de Lausanne, 2012.
- BURSTEIN, Samuel M. *Outpost of Hellenism: The Emergence of Heraclea on the Black Sea*. Berkeley-Los Angeles-Londres : University of California Press, 1976.
- CASEVITZ, Michel. Le vocabulaire du mélange démographique : Mixobarbares et Mixhellènes. In: FROMENTIN, Valérie & GOTTELAND, Sophie (éd.). *Origines Gentium*. Bordeaux : Ausonius, 2001, p.41-47.
- CHANKOWSKI, Andrzej & CHANKOWSKI, Véronique. La présence grecque en Thrace intérieure : l'exemple de «Pistiros». In: MARTINEZ-SEVE, Lauriane (éd.). *Les diasporas grecques du VIII<sup>e</sup> à la fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C.* Actes du colloque de la SOPHAU, Université Charles-de-Gaulle-Lille 3, 11 et 12 mai 2012 (*Pallas*, 89). Toulouse : Publications de l'Université de Toulouse, 2012, p.275-290.

- DAMYANOV, Margarit. On the Local Population around the Greek Colonies in the Black Sea Area (5th-3rd Centuries BC), *Ancient West and East*, Leuven : Peeters, 2, p.253-264, 2003.
- DAN, Anca. Du Pont à la Mer Majeure : notes de philologie et d'histoire. *Peuce N.S.*, Tulcea : Institutul de Cercetări Eco-Muzeale Tulcea, 6, p.165-188, 2008.
- DANA, Madalina. Lettre sur plomb d'Aparatorios à Léanax. Un document archaïque d'Olbia du Pont. *ZPE*, Bonn : Institut für Altertumskunde, Universität zu Köln, 148, p.1-14, 2004.
- DANA, Madalina. Traditions de fondation dans l'épigraphie de Sinope. *REG*, Paris : Association pour l'Encouragement des Etudes grecques, 120, p. 511-525, 2007a.
- DANA, Madalina. Cultes locaux et identité grecque dans les cités du Pont-Euxin. *LEC*, Namur : Société des études classiques a.s.b.l., 75, p.171-186, 2007b.
- DANA, Madalina. Éducation et culture à Istros. Nouvelles considérations. *Dacia*, NS, Bucarest : Institutul de arheologie București, 51, p. 185-209, 2007c.
- DANA, Madalina. Lettres grecques dialectales nord-pontiques (sauf *IGDOP* 23-26). *REA*, Bordeaux : Ausonius, 109 (1), p.67-97, 2007d.
- DANA, Madalina. Alphabets et exercices scolaires dans deux cités du Pont ouest : Istros et Tyras. *ZPE*, Bonn: Institut für Altertumskunde, Universität zu Köln, 171, p.71-82, 2009.
- DANA, Madalina. *Culture et mobilité dans le Pont-Euxin*. Approche régionale de la vie culturelle des cités grecques. Bordeaux : Ausonius, 2011.
- DANA, Madalina. Le «centre» et la «périphérie» en question : deux concepts à revoir pour les diasporas. In: MARTINEZ-SEVE, Lauriane (éd.). *Les diasporas grecques du VIII<sup>e</sup> à la fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C.* Actes du colloque de la SOPHAU, Université Charles-de-Gaulle-Lille 3, 11 et 12 mai 2012 (*Pallas*, 89). Toulouse : Publications de l'Université de Toulouse, 2012, p.57-76.
- DANA, Madalina & DANA, Dan. Histoires locales dans le Pont Euxin ouest et nord. Identité grecque et construction du passé. *Il Mar Nero*, Rome-Paris : Edizioni Quasar di Severino Tognon, 5, p.91-111, 2001-2003.
- D'ERCOLE, Cecilia. *Histoires méditerranéennes*. Aspects de la colonisation grecque de l'Occident à la mer Noire (VIII<sup>e</sup>-IV<sup>e</sup> siècles av. J.-C.). Arles : Editions Errance, 2012.
- DUBOIS, Laurent. *Inscriptions grecques dialectales d'Olbia du Pont*. Genève : Droz, 1996.
- EHRHARDT, Norbert. *Milet und seine Kolonien*. Vergleichende Untersuchung der kultischen und politischen Einrichtungen. 2 ed, Frankfurt : Peter Lang, 1988.
- ESPOSITO, Arianna & ZURBACH, Julien. Femmes indigènes et colons grecs: quelques observations. In: ROUILLARD, Pierre (éd.). *Portraits de migrants, portraits de colons II*. Actes du Colloque International, Nanterre 2009. Paris : De Boccard, 2010, p.51-70.

- ÉTIENNE, Roland. Historiographie, théories et concepts. In: ÉTIENNE, Roland (éd.). *La Méditerranée au VII<sup>e</sup> siècle*. Essais d'analyses archéologiques. Paris : De Boccard, 2010, p.3-26.
- FRISONE, Flavia & LOMBARDO, Mario, Periferie? Sicilia, Magna Grecia, Asia Minore. In: GIANGIULIO, Maurizio (éd.). *Storia d'Europa et del Mediterraneo* (dir. BARBERO, Alessandro). *Il Mondo Antico. II. La Grecia. Vol. III. Grecia e Mediterraneo dall'VIII sec. a.C. all'Età delle guerre persiane*. Roma : Salerno Editore, 2008, p.177-225.
- GRAMMENOS, Dimitrios V. & PETROPOULOS, Elias K. (éd.). *Ancient Greek Colonies in the Black Sea*, I-II. Thessalonique : A.I.B.E, 2003.
- GRAMMENOS, Dimitrios V. & PETROPOULOS, Elias K. (éd.). *Ancient Greek Colonies in the Black Sea*, I-II. Oxford : Archaeopress, 2007.
- HALL, Edith. *Inventing the Barbarian. Greek Self-Definition through Tragedy*. Oxford : Oxford University Press, 1989.
- HANNEL, Krister. *Megarische Studien*. Lund : Ph. Lindstedt Univ.-Bokhandel, 1934.
- HARTOG, François, *Le miroir d'Hérodote*. Essai sur la représentation de l'autre. Paris : Gallimard, 1980.
- HEINEN, Heinz. *Antike am Rande der Steppe*. Der nördliche Schwarzmeerraum als Forschungsaufgabe. Mainz-Stuttgart : Steiner, 2006.
- HIND, John. The Bosporan Kingdom. In: *Cambridge Ancient History*, 2 ed., VI. Cambridge : Cambridge University Press, 1994, p.476-511.
- HUPE, Joachim (éd.). *Der Achilleus-Kult im nördlichen Schwarzmeerraum vom Beginn der griechischen Kolonisation bis in die römische Kaiserzeit*. Rahden: M. Leidorf, 2006.
- IVANTCHIK, Askold. Les légendes de fondation de Sinope du Pont. *REA*, Bordeaux : Ausonius, 99, p.33-45, 1997.
- KOSHELENKO, Gennadii A. Les premiers contacts entre Grecs et barbares aux franges du Bosphore Cimmérien : écologie, archéologie et histoire. In: BRESSON, Alain, IVANTCHIK, Askold & FERRARY, Jean-Louis (éd.). *Une Koinè pontique*. Cités grecques, sociétés indigènes et empires mondiaux sur le littoral nord de la mer Noire (VII<sup>e</sup> s. a.C.-III<sup>e</sup> s. p.C.). Bordeaux : Ausonius, 2007, p.21-27.
- LATYSHEV, Vassilij. *Inscriptiones Antiquae orae septentrionalis Ponti Euxini Graecae et Latinae*, I<sup>2</sup> [1916]. 1965. Réimpr. Hildesheim, G. Olms.
- LORDKIPANIDZE Otari & LEVEQUE Pierre (éd.). *Sur les traces des Argonautes*. Actes du 6<sup>e</sup> symposium de Vani (Colchide), 22-29 septembre 1990. Besançon : PUFM, 1996.
- MALKIN, Irad. *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. London-New York : Routledge, 2005.
- MALKIN, Irad. *A Small Greek World*. Networks in the Ancient Mediterranean. New York-Oxford : Oxford University Press, 2011.

- MALKIN Irad & SHMUELI Nino. The «City of the Blind» and the Founding of Byzantium, *MHR*, London : Taylors & Francis, 3, p.21-36, 1988.
- MALKIN, Irad, CONSTANTAKOPOULOU, Christy & PANAGOPOULOU, Katerina (éd.). *Greek and Roman Networks in the Mediterranean*. London-New York: Routledge, 2009.
- MOREL, Jean-Pierre. Quelques aspects de la culture matérielle dans le Pont Nord: vers une *koinè* entre Grecs et indigènes. In: TREZINY, Henri (éd.). *Grecs et indigènes de la Catalogne à la mer Noire*. Actes des rencontres du programme européen Ramses 2, 2006-2008. Paris - Aix-en-Provence : Errance-Centre Camille Julien, 2010, p.279-289.
- MÜLLER, Christel. Le Bosphore cimmérien et sa région économique : territoire, structure et productions du IV<sup>e</sup> au II<sup>e</sup> siècles avant notre ère. In: DESCAT, Raymond (éd.). *Approches de l'économie hellénistique*. Entretiens d'Archéologie et d'Histoire 7. Saint-Bertrand-de-Comminges : Musée Archéologique de Saint-Bertrand-de-Comminges, 2006, p.147-193.
- MÜLLER, Christel. Insaisissables Scythes : discours, territoire et ethnicité dans le Pont Nord. In: LUCE, Jean-Marc (éd.). *Identités ethniques dans le monde grec antique*. Actes du Colloque International de Toulouse organisé par CRATA. 9-11 mars 2006 (*Pallas*, 73). Toulouse : Publications de l'Université de Toulouse, 2007, p.141-154.
- MÜLLER, Christel. Nomades Scythes et États grecs du Nord de la mer Noire (VII<sup>e</sup>-II<sup>e</sup> a. C.). In: MOATTI, Claudia, KAISER, Wolfgang & PEBARTHE, Christophe (éd.). *Le monde de l'itinérance en Méditerranée de l'Antiquité à l'époque moderne*. Bordeaux : Ausonius, 2009, p.93-112.
- MÜLLER, Christel. *D'Olbia à Tanais*. Territoires et réseaux d'échanges dans la mer Noire septentrionale aux époques classique et hellénistique. Bordeaux : Ausonius, 2010.
- NOLLÉ, Johannes & OLLER GUZMÁN, Marta. Foreigners and the Foreign in Some Black Sea Area Epigrams : Towards a Corpus of the Epigrams of the Black Sea Region, in: COJOCARU, Victor & RUBEL, Alexander (éd.), *Mobility in Research in the Black Sea Region (Pontica et Mediterranea 6)*. Cluj : Mega Publishing, 2016, p.73-100.
- PIPPIDI, Dionisie M. *Inscriptiones Scythiae Minoris*, I. Istros et les alentours. Bucarest : Editura Academiei Române, 1983.
- PODOSSINOV, Alexander V., Le royaume du Bosphore Cimmérien aux époques grecque et romaine : un aperçu. In: BURGUNDER, Pascal (éd.). *Études pontiques*. Histoire, historiographie et sites archéologiques du bassin de la mer Noire. Lausanne : Université de Lausanne, 2012, p.87-109.
- REEDER, Ellen D. (éd.). *L'or des rois scythes*. Exposition au Grand Palais, septembre-décembre 2001. Paris : Réunion des Musées Nationaux, 2001.

- ROBERT, Louis. Le fer des Mariandynes dans les Argonautiques d'Apollonios de Rhodes. In: ROBERT, Louis. *À travers l'Asie Mineure: poètes et prosateurs, monnaies grecques, voyageurs et géographie*. Athens-Paris : École Française d'Athènes, 1980, p.5-10.
- ROBU, Adrian, Les établissements mégariens de la Propontide et du Pont-Euxin : réseaux, solidarités et liens institutionnels. In: MARTINEZ-SEVE, Lauriane (éd.). *Les diasporas grecques du VIII<sup>e</sup> à la fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C.* Actes du colloque de la SOPHAU, Université Charles-de-Gaulle-Lille 3, 11 et 12 mai 2012 (*Pallas*, 89). Toulouse : Publications de l'Université de Toulouse, 2012, p.181-195.
- ROBU, Adrian. *Mégare et les établissements mégariens de Sicile, de la Propontide et du Pont-Euxin*. Histoire et institutions. Berna : Peter Lang, 2014.
- SCHILTZ, Véronique (éd.). *Or des Scythes*. Trésors des musées soviétiques (exposition au Grand Palais, octobre-décembre 1975). Paris : Réunion des Musées Nationaux, 1975.
- SCHILTZ, Véronique (éd.). *L'or des Amazones*. Exposition au Musée Cernuschi, mars-juillet 2001. Paris : Paris Musées-Findakly, 2001.
- STRUVE, Vassilij V. *Corpus Inscriptionum Regni Bosporani (Korpus Bosporskikh nadpisej)*. Moscou-Leningrad: Académie des Sciences, 1965.
- TSETSKHLADZE, Gocha R. (éd.). *The Greek Colonisation of the Black Sea Area*. Historical Interpretation of Archaeology. Stuttgart : F. Steiner, 1998.
- VINOGRADOV, Yuri. G. *Olbia. Geschichte einer altgriechischen Stadt am Schwarzen Meer*. Konstanz : Universitätsverlag Konstanz, 1981.
- WHITBY, Michael, The Grain Trade of Athens in the Fourth Century BC. In: PARKINS, Helen & SMITH, Christopher (éd.), *Trade, Traders and the Ancient City*. London-New York : Routledge, 1998, p.102-128.
- WILSON, Jean-Paul. The «Illiterate» Trader ? *BICS*, Londres : Institute of Classical Studies & John Wiley and Sons, 42, p.29-53, 1997-1998.

---

Recebido em: 28/06/2017

Submitted in: 28/06/2017

Aprovado em: 05/09/2017

Aproved in: 05/09/2017

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018

---

**GREGOS E POVOS NATIVOS NA BACIA DO MAR NEGRO ENTRE OS  
SECULOS VIII – III A.C.**  
GREEKS AND NATIVE POPULATIONS AROUND THE BLACK SEA  
(8<sup>TH</sup> - 3<sup>RD</sup> CENTURIES BC)

Madalina Dana

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



# Gregos e povos nativos na bacia do Mar Negro entre os séculos VIII – III A.C.

Madalina Dana<sup>1</sup>

*Tradução de Lidyanne Carderaro<sup>2</sup>*

*Revisão técnica de Airton Pollini e Fábio Vergara Cerqueira*

**Resumo:** Os gregos que se instalaram nas margens do Mar Negro nos séculos VII e VI a.C. tiveram desde o início que coabitar e dividir o território com populações locais variadas, tanto nômades como sedentárias. Suas relações, nem sempre pacíficas, não eram necessariamente conflituosas, pelo menos não em todas as épocas: sobre isso, as circunstâncias históricas devem ser levadas em consideração. Seus destinos são escritos em paralelo, a critério das mudanças e dos contatos que caracterizam as regiões ditas coloniais, com especificidades locais tais como uma manifestação artística regional que pode ser chamada de arte greco-cita. Os contatos culturais são na realidade mais variados, indo desde as práticas sociais, como os casamentos mistos, às práticas religiosas e literárias.

**Palavras-chave:** Mar Negro; Transferências; Populações locais; Contatos.

**Abstract:** The Greeks who settled on the shores of the Black Sea during the 8<sup>th</sup>-6<sup>th</sup> centuries BC had, from the start, to share the territory with different native populations, both nomadic and sedentary. Without being always peaceful, their relationships were not thoroughly confrontational, at least not in all periods; in this respect, historical circumstances must be taken into account. Their destiny accomplishes in parallel, according to exchanges and contacts characteristic for the so-called colonial milieu, sometimes with local specificities like a regional artistic manifestation, namely the Greco-Scythian art. The cultural contacts are in fact more diverse, from social practices like mixed marriages to religious and lettered practices.

**Keywords:** Euxine Pontus; Transfers; Native populations; Contacts

## INTRODUÇÃO

A abordagem que nos propomos visa dar uma visão diversificada e complexa do território abrangido pela “colonização” grega ocorrida no Mar Negro na Antiguidade. É conveniente precisar que, apesar da distância de um hipotético “centro” grego egeu, esta região faz parte integrante do espaço mediterrâneo (DANA, 2012), através principalmente dos contatos e das trocas econômicas, políticas e culturais que regiam o “pequeno mundo” das cidades (MALKIN, 2011)<sup>3</sup>. A questão da “periferia”, geográfica e simbólica (FRISONE, LOMBARDO, 2008), não está de todo resolvida, já que a perspectiva antiga é ainda encontrada na percepção dos modernos. Por conseguinte, este espaço é pouco tratado nos estudos

<sup>1</sup> Maître de conférences (professora associada) histoire grecque. Université Paris 1-Panthéon Sorbonne. Centre ANHIMA (UMR 8210), Paris, França.

<sup>2</sup> Doutoranda em Arqueologia Clássica pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

<sup>3</sup> Expressão adaptada do título “Small Greek world” de MALKIN 2011 (N.d.T.). Para as conexões e as redes, ver: MALKIN, 2005; MALKIN, CONSTANTAKOPOULOU, PANAGOPOULOU, 2009.



ocidentais<sup>4</sup>, mas é examinado por uma rica bibliografia de países ribeirinhos do Mar Negro (em russo, ucraniano, búlgaro, romeno e por vezes turco).

Mais que uma apresentação da instalação e da evolução histórica das diásporas gregas, este estudo busca analisar os contatos e as trocas entre os gregos de diferentes origens e as populações locais. De fato, colonos gregos raramente encontravam terras desertas para se instalar. Assim, sua história é escrita não em paralelo, mas simultaneamente com a história dos “outros”.

Pode-se perguntar, em primeiro lugar, que território foi afetado pela colonização, quais são os gregos e como eles chegaram, mas também quem são esses “outros”, com quem eles mantiveram relações mutáveis ao longo sua história. Os colonos gregos se estabeleceram em torno da bacia do Mar Negro com uma presença menos vigorosa na costa oriental, onde são conhecidas apenas duas fundações de Mileto, Fase e Dioscúrias. Esta ausência é explicada pela presença de populações hostis e pela dificuldade de exploração dos recursos, mesmo sendo estes muito atraentes, como evidenciado pelas lendas do ouro da Cólquida, cobiçado entre outros pela expedição dos Argonautas liderados por Jasão<sup>5</sup>. Duas grandes metrópoles se destacam claramente na colonização do Mar Negro: Mileto, ou mais genericamente a Jônia (EHRHARDT, 1988), e Mégara<sup>6</sup>, com uma notória participação beócia. Sua expansão ocorre entre a segunda metade do séc. VII e a metade do séc. VI a.C.; às vezes envolve refundações, colonizações secundárias ou empreendimentos fracassados. A distribuição entre as cidades jônicas, dóricas e cidades de outra origem responde mais a uma tradição que a uma realidade histórica, embora haja indícios de subsistências institucionais e culturais da herança transmitida pela metrópole de cada cidade. As fundações do Mar Negro são cidades completas e elas desenvolvem estratégias específicas de resposta para o meio ambiente e mantêm a sua própria rede.

Quanto aos vizinhos “bárbaros”, eles se caracterizam por uma extrema variedade, em função do território que habitam (DAMYANOV, 2003). Seus nomes, conservados nas fontes literárias, são aproximativos ou são ausentes: se Heródoto é nosso informante privilegiado, suas fontes são os gregos da região. Consequentemente, não se pode ter certeza da maneira como seus nomes eram pronunciados, sem falar das confusões possíveis. Pode-se então citar os citas, siracos, saios, *skiroi*, tissamates, saudarates, tauros e taurocitas (MÜLLER, 2007).

É igualmente um erro qualificar esses povos, dos quais os citas são os mais conhecidos, de “nômades” (MÜLLER, 2009, p.96-97). Os citas chegaram aproximadamente ao mesmo tempo que os gregos:

---

<sup>4</sup> Um interesse esporádico por esta região é evidente a partir da década de 1960, quando Fr. Salviati lhe dedica sua tese de doutorado (thèse d’État). Recentemente essa bibliografia foi enriquecida: TSETSKHLADZE, 1998; BRESSON, IVANTCHIK, FERRARY, 2007; HEINEN, 2006; MÜLLER, 2010; BURGUNDER, 2012.

<sup>5</sup> LORDKIPANIDZE, LEVEQUE, 1996. Sobre o ferro dos mariandinos ou dos cálibes, ver: Apolônio de Rodes *Argonáuticas* II 141, 375-376, 1001-1008. Ver ROBERT, 1980.

<sup>6</sup> HANNEL, 1934; ROBU, 2014.

uma primeira leva é documentada nos séc. VII-VI a.C., seguido por uma segunda nos sécs. V e IV a.C. Deve-se notar que essa Cítia, também chamada de “a grande Cítia” desaparece em torno de 300 a.C., enquanto que no segundo século é atestada na Crimeia o reino da “pequena Cítia”, que entrou em conflito com a cidade de Queroneia Taurina. Há também nômades não citas, por exemplo os budinos, mencionados por Heródoto (IV 108), e citas não nômades, os bem conhecidos “lavradores”, *aroteres* em grego (Heródoto IV 17), e “agricultores”, *georgoi* (Heródoto IV 18). Sobre a história desses povos, somos em grande parte dependentes de Heródoto, que lhes dedica uma parte importante do Livro IV das suas *Histórias*<sup>7</sup>. As fontes arqueológicas vêm complementar a informação, tais como os kurgans<sup>8</sup>, ou seja, montes funerários, assim como habitats que conservaram um material rico, mas de difícil interpretação. Na primeira categoria inclui-se o Kurgan Solokha, numa zona de estepe da margem esquerda do rio Dniepre, considerado “real” por causa da riqueza dos objetos<sup>9</sup>; este é sem dúvida um túmulo familiar de populações sedentárias. Como habitat, podemos citar, entre outros, o sítio de Elizavetovka, no Don, cuja existência se estende entre o último terço do século VI e o início do séc. III a.C.

Em relação à interação entre os dois grupos, é preferido atualmente não falar da conquista<sup>10</sup> ou da helenização. O termo “contato” está mais de acordo com a complexidade das relações mantidas (MALKIN, 2011, p.45-48). A questão que se pode levantar é precisamente sobre a dinâmica desses contatos em um ambiente dito “colonial”. Que estratégias são colocadas em prática pelos dois grupos que coexistem e dividem o espaço? Devemos considerar o fato de que esses grupos podem se misturar e que as suas relações não são estáticas durante todo o período considerado. Podemos finalmente perguntar qual a face desta nova cultura que nasce do encontro entre gregos e “bárbaros”.

## 1. A INSTALAÇÃO DOS GREGOS E A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

Quando os primeiros gregos chegaram ao Mar Negro, este foi considerado um lugar inóspito, sem dúvida em razão da falta de ilhas e das tempestades violentas que poderiam, e podem ainda, irromper subitamente e provocar naufrágios. Xenofonte (*Anábase* VII 5, 14) fala dos ataques das populações trácias na costa ocidental do Mar Negro contra os navios naufragados, um outro indício da “selvageria” dessas

<sup>7</sup> Sobre a representação dos citas no imaginário grego, ver principalmente HARTOG, 1980.

<sup>8</sup> Palavra de origem turca, introduzida pelos russos na terminologia arqueológica, designa os *tumuli*, monumentos funerários em forma de montículo, que cobriam câmaras mortuárias escavadas na terra ou na rocha, estruturas que a partir do Cáucaso se espalharam do Leste europeu à Ásia central, daí advindo a denominação “culturas Kurgan”, que se dividem em várias subculturas, entre as quais os antigos citas e sármatas. N.d.R.

<sup>9</sup> Entre outros, os catálogos publicados por SCHILTZ, 1975 e REEDER, 2001.

<sup>10</sup> O termo implica a existência de confrontos armados e de uma transformação política e institucional programada que não são atestadas pelas fontes, mesmo que os confrontos não possam ser excluídos.

costas, habitadas ao norte pelos tauros amantes de sacrifícios humanos, onde Ártemis foi a sacerdotisa<sup>11</sup>. Como relatam entre outros Píndaro e Estrabão, de *axeinos* (inóspito) o Mar Negro se transforma em *euxeinos* (hospitaleiro), graças à presença grega<sup>12</sup>. Este eufemismo na realidade transpõe o adjetivo iraniano *akšaena*, que significa “negro”, e é visível até hoje no nome moderno do mar. Na verdade, os povos turcos que chegaram na região na época medieval chamaram esse mar “Karadeniz”, literalmente, “Mar Negro” (DAN, 2008).

Contatos são possíveis antes de estabelecida a colonização propriamente dita. Além de uma penetração micênica muito hipotética no Mar Negro, os périplos mostram que margens setentrionais eram frequentadas antes do estabelecimento dos gregos nas margens meridionais, que também é evidente a partir da fundação, em meados do séc. VII a.C., dos quatro estabelecimentos mais antigos, todos jônicos: Istria, Orgame, Berezan / Borístenes e Taganrog, em seguida de Apolônia ( 610 a.C.), Ólbia no continente<sup>13</sup>, Odessos (cerca de 560 a.C.) e as cidades do Reino do Bósforo: Teodósia, Panticapeia, Ninfeu, Mirméquion na península de Kertch, e Hermonassa, Quepoi, Patrasys na península de Taman, pelos milésios, por volta de 590- 560 a.C.; Fanagória pelos colonizadores de Teos fugidos da repressão persa em 540 a.C. (DANA, DANA, 2001-2003, p.107-108). Na costa meridional, Mileto também fundou Sinope, no último quarto do século VII a.C.<sup>14</sup>

Os megarenses, com uma importante presença beócia, fundaram Calcedônia e Bizâncio no Estreito de Bósforo, a primeira no lado asiático, em 685 a.C., a segunda do lado europeu, 17 anos depois de acordo com uma das versões (MALKIN, SHMUELI, 1988). Mais tarde, fundaram também Heracleia do Ponto, em cerca de 560 a.C.<sup>15</sup> Em seguida, nos séc. VI e V a.C., fundam-se as primeiras colônias procedentes de uma colonização secundária: Sinope funda Trapezonte, Kéraso e Kotyôra; Heracleia do Ponto funda Queroneia Taurina em um assentamento mais antigo (422/1 a.C.) e Callatis<sup>16</sup> na costa oeste (início do século V a.C.), enquanto que os megarenses com os calcidônios fundaram Mesembria<sup>17</sup> nas imediações dos estabelecimentos jônicos da costa ocidental (fig.1).

<sup>11</sup> A discussão é complexa, ver HALL, 1989, p.110, p.113-116.

<sup>12</sup> Píndaro *Píticas* IV 362; *Nemeias* IV 79; Estrabão VII 3, 6. Ver também o Pseudo-Scimos *Périplo do Ponto-Euxino* 736-737; Apolodoro *FGrHist* 244 F 157; Diodoro IV 40, 4.

<sup>13</sup> Istria: ALEXANDRESCU, SCHULLER, 1990; D’ERCOLE, 2012, p.173-184; Ólbia: VINOGRADOV, 1981. Em geral, GRAMMENOS, PETROPOULOS, 2003 e 2007.

<sup>14</sup> Lendas de fundação: IVANTCHIK, 1997; DANA, 2007a.

<sup>15</sup> BURSTEIN, 1976; BITTNER 1998.

<sup>16</sup> Atual cidade portuária de Mangalia na Romênia. N.d.R.

<sup>17</sup> Atual balneário Nessebar na Bulgária. N.d.R.

As ligações com as metrópoles são principalmente religiosas e institucionais: os colonos “importaram” os cultos (por exemplo Apolo *Ietros* e *Delphinios* para os jônios)<sup>18</sup>, o calendário<sup>19</sup>, as subdivisões cívicas (as três *phylai* - “tribos” - e *hekatostyes* - “centenas” - dóricas atestadas nas colônias megarenses)<sup>20</sup> e as magistraturas, também conhecidas como *nomima*, que constituem a “bagagem” cultural das novas fundações. Os colonos importaram também as práticas de escrita, como se vê em uma carta sobre chumbo de Ólbia, enviada por um certo Apatorios a seu patrão Leanax: o hábito dos jônios de escrever sobre pele de cabra ou ovelha é descrito por Heródoto (V, 58). O termo empregado por este autor, *diphtheria*, literalmente “peles”, é idêntico àquele mencionado na carta datada no final do séc. VI a.C. (DANA, 2004).



Figura 01: O Mar Negro (mapa M. DANA)..

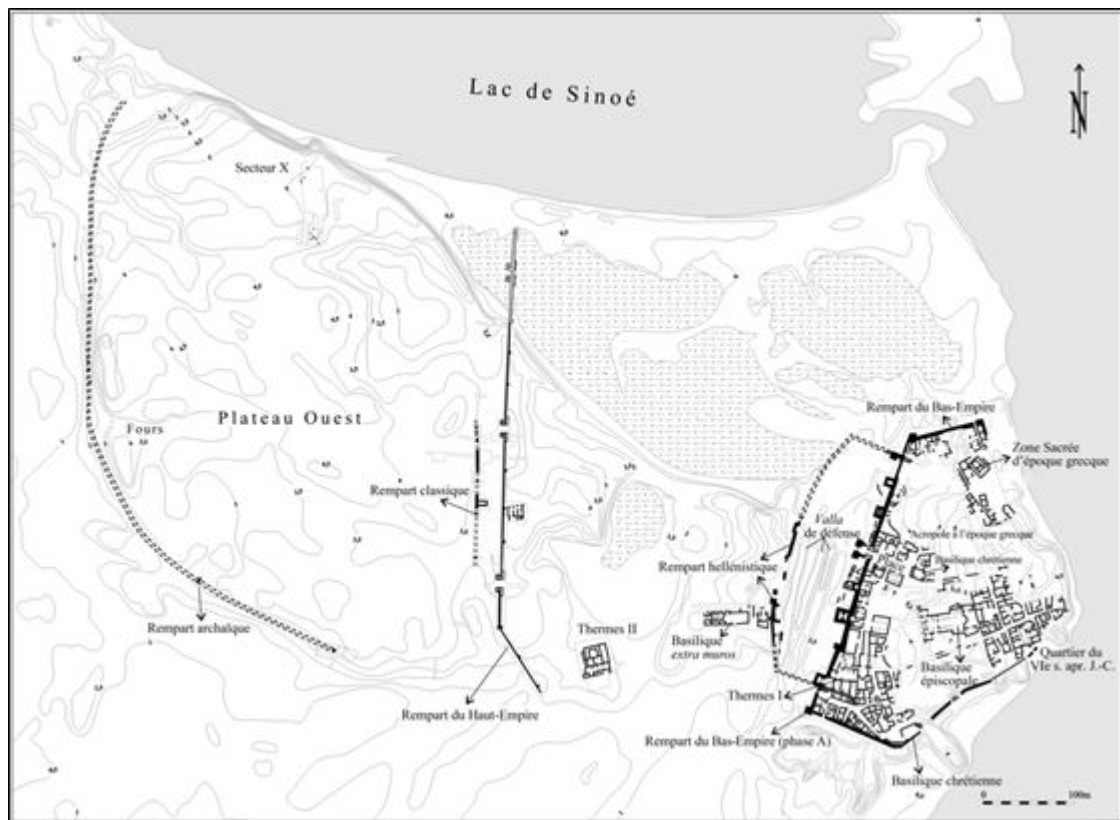
Em relação à implantação dos colonos, se a origem pode desempenhar um papel nas construções identitárias e na reivindicação de parentescos, a dupla leitura da colonização, agrária ou comercial, em função respectivamente dos modelos jônio e dórico, é obsoleta. As pesquisas atuais têm questionado a

<sup>18</sup> Para as diferentes epicleses de Apolo em Ólbia, ver DUBOIS, 1996, n° 57, 58, 90 (*Ietros*); n° 93 (*Didymeios*); n° 99 e 65 (*Ietros* e *Delphinios*). Pode-se também falar de um culto específico que funciona em rede local: Apolo *Ietros* ou *Iatros* está presente no Mar Negro em Apolônia, Istria, Tiras, Ólbia, Penticapeia, Hermonassa e Fanagória.

<sup>19</sup> Os meses milésianos aparecem assim como foram transmitidos na sua colônia, Ólbia, cf. DUBOIS, 1996, No. 99: *Taureon*, *Thargelion*, *Kalamaion*, *Panemos*, *Metageitnion*, *Boedromion*, *Kyanepsion*, *Apatourion*, *Poseidon*, *Leleon*, *Anthesterion*, *Artemision*. Os elementos de meses comuns são atestados em Istria e Cízico, por sua vez fundações milésianas.

<sup>20</sup> AVRAM, 1999, p.85-90 (para os cultos, p.91-115); ROBU, 2014.

interpretação etnicisante em relação aos loteamentos de terras de tipo jônico e dórico. De acordo com esta teoria, estaríamos lidando com um padrão ortogonal / regular das colônias dóricas e outro radial / irregular das colônias jônicas, o que corresponderia respectivamente a colônias fechadas (finalidade agrícola) e a colônias abertas (finalidade comercial). A presença de um loteamento quadriculado no interior das redes radiais contradiz flagrantemente este modelo (MÜLLER, 2010, p.166-168). Nas divisões de terras escavadas nos últimos anos, observa-se a repartição do território cívico em lotes iguais, *kleroi*, que lembra a colonização ocidental: por exemplo, é o caso do loteamento das terras da península de Heracleia, no Quersoneso, embora esta situação corresponda ao período helenístico. A distribuição, visível no Ocidente, entre as áreas residenciais e públicas, sagradas e administrativas, também é atestada em Istria (Fig.2).



**Figura 02:** Istria e seu território (mapa A. AVRAM).

O processo de apropriação do espaço não foi o mesmo para toda a costa do Mar Negro. Como para outras regiões afetadas pela colonização grega, foi proposta a teoria de espaço vazio, *eremos chora*, ou pelo menos de uma instalação sem conflito. Na verdade, não se pode de fato descartar totalmente essa teoria. Mas na maioria dos casos trata-se de uma negociação permanente. Parece difícil adotar uma perspectiva única sobre o modo de colonização, dependendo se as cidades se estabeleceram em território virgem ou quase (KOSHELENKO, 2007), habitada por populações autônomas (como os citas e os trácios) ou gradualmente submissas (como os mariandinos, semi-dependentes em relação a Heracleia)<sup>21</sup>, ou dentro de

<sup>21</sup> Ver o estudo aprofundado de AVRAM, 1984.

um império (o poder persa, para as cidades da margem meridional). O território políade, que pode ser visto como uma interface entre colonos gregos e populações locais, foi construído e se organizou progressivamente, em etapas. Assim, a partir do segundo quarto do século VI a.C., Berezan e Ólbia se constituíram uma importante área continental na margem setentrional, entre as margens norte do Dniepre e direita do Bug, com uma área de mais de 45 km<sup>2</sup> que se alarga na segunda metade do séc. VI a.C., em ambas as margens do Bug, com uma rede de 107 estabelecimentos registrados. Esta mesma dinâmica pode ser observada na formação dos territórios no reino do Bósforo, com uma difusão mais tardia de estabelecimentos rurais na parte asiática, na península de Taman<sup>22</sup>.

## 2. UMA PRESENÇA SIMBÓLICA

As solidariedades, concretas ou simbólicas, são visíveis nos dois tipos de colônias. Assim, a assistência mútua é importante para ocupar com sucesso territórios habitados e controlados por populações que lhes são hostis, ou para limitar iniciativas concorrentes na busca de recursos: por exemplo, os megarenses do Ponto que se aliam contra os sâmios, que fundam Perinto na Propôntida em 602 a.C., cidade que poderia representar uma ameaça para Bizâncio e Selimbria (ROBU, 2012). A solidariedade simbólica implica tradições comuns de fundação: tradições relativas à consulta ao oráculo de Delfos (DANA, 2011, p.359-360.), tradições históricas que envolvem a metrópole - uma das três tradições de fundação de Sinope, conservada em Pseudo-Simno, menciona os fundadores milesianos<sup>23</sup> - mas também lendárias. Para esta última, o mais conhecido é a aventura dos Argonautas que aparece em Apolônio de Rodas (II 841-850), onde vemos claramente a necessidade dos gregos de marcar culturalmente um espaço com sua presença. Este processo é semelhante aos *nostoi* (retornos dos heróis aqueus após a Guerra de Tróia) e às viagens de Hércules no Ocidente. Hércules também está presente no Mar Negro, como o herói viajante por excelência: um de seus doze trabalhos acontece entre as amazonas, localizadas na margem meridional do Mar Negro. A sua marca aparece no próprio nome de uma das cidades mais conhecidas do lado meridional do Ponto, Heracleia. Sua história é contada pelos historiadores locais desta cidade e, especialmente, por Heródoro (séc. V a.C.)<sup>24</sup>.

Esta ancoragem simbólica que consiste em uma adaptação de certas lendas panelênicas em um determinado local, é ainda mais claramente ressaltada com o mito de Aquiles. Assim como o mito de Hércules, ele é ambivalente pois serve tanto para incluir o Mar Negro no Mediterrâneo, através do mito

<sup>22</sup> MÜLLER, 2006; BARALIS, 2012, p.204-205.

<sup>23</sup> Pseudo-Simno *Périplo do Ponto-Euxino* F 27 (941-952 M. = 986-997 D.); Anon. *Per. Pont. Eux.* 22 M.

<sup>24</sup> Sobre esta "especialidade local", ver DANA, 2011, p.243-246.

universal, quanto para individualizar este espaço através da atribuição de uma identidade própria: Aquiles foi enterrado ali e uma ilha é dedicada a ele, onde ele recebe um culto genuíno (DANA, 2007b, p.177-180.). As fontes mais importantes sobre o assunto são tardias (Estrabão no séc. I a.C., Dio Crisóstomo e Arriano no séc. II d.C.)<sup>25</sup>, mas elas provavelmente resumem todas as lendas locais que permaneceram por mais de oito séculos. O papel de Aquiles é proteger os navegadores, como os Dióscuros, o que não é surpreendente nesse mar de reputação perigosa. O mito deve ter acompanhado os colonos e fazia parte do seu patrimônio cultural; o herói permaneceu seu protetor, juntamente com Apolo *letros*, e esse espaço é de alguma forma dedicado a ele, como mostrado na epiclese *pontarches* no período imperial. Aquiles é tratado como uma divindade, com lugares de culto e concursos em sua honra. Em Ólbia, ainda na época imperial, de acordo com as inscrições, os magistrados participavam desses concursos. A ilha que lhe é consagrada é a atual Ilha das Serpentes (hoje em dia, Zmeinyi, na Ucrânia), que não é habitada. Durante a Antiguidade ela era conhecida com o nome de Ilha Branca (*Leuke*), por causa dos pássaros que limpavam o templo. O caminho de Aquiles, mencionado por Arriano, não passa por esta ilha, mas em uma estreita faixa litorânea perto de Ólbia, onde seriam realizadas as corridas em honra do deus<sup>26</sup>.

O Mar Negro é um lugar periférico, porque é um território fabuloso onde se encontram heróis míticos, mas também um espaço domado pela colonização, onde são praticados ritos gregos para o herói grego mais respeitado e cantado pelo poeta grego por excelência, Homero. Os poemas homéricos representam também a base da educação grega, a escola da Grécia, e, incluindo o Ponto, as crianças aprendiam a ler e escrever com a *Ilíada* e a *Odisseia*. Os grafites descobertos em Istria, Ólbia e Quersoneso contêm exercícios escolares com fragmentos das epopeias homéricas ou relacionados com o Ciclo Troiano<sup>27</sup>.

### 3. VIVER JUNTOS

O caso mais explícito de coabitação, e por consequência da relação entre poder e território, é mostrado pelo Reino do Bósforo, cuja característica é lida na própria titulação de seus líderes, evidenciada pelas inscrições: *arconte* das cidades gregas (Bósforo e Theodosia), reis dos povos indígenas (sinidos, dos toretes, dos dandarianos e dos psses). A dualidade do status político é fundamental na região (MÜLLER, 2010, p.39-41).

Este reino, que surgiu no século V a.C., acabou por abranger todas as cidades gregas da costa nordeste e estabeleceu sua capital em Panticapeia, também conhecida sob o nome metonímico de Bósforo.

<sup>25</sup> Estrabão VII 3, 19; Dio Crisóstomo *Borysthenitikos* (Or. 36) 9; Arriano *Périplo do Ponto-Euxino* 21-23.

<sup>26</sup> Por último HUPE, 2006.

<sup>27</sup> DANA, 2007c, p.186-188; DANA, 2009.

Sob os arqueanácidas<sup>28</sup> (cerca de 480 a.C.), mas especialmente sob os espartócidas<sup>29</sup> (438 / 437-109 a.C.), houve a formação de um regime político que anuncia de várias maneiras os reinos helenísticos, em particular através da simbiose que ocorre entre cidades gregas, que preservam parcialmente as suas instituições, e os povos indígenas conquistados, vassalizados ou associados (HIND 1994). Sob os primeiros espartócidas, Sátiro I<sup>30</sup> e Lêucon I<sup>31</sup>, vemos a expansão do reino para o Leste, para as tribos sindo-meotas: a Síndica, além de outras tribos, permitindo então que Lêucon I fosse chamado “rei dos sindas, dos toretas, dos dandarianos e dos psesses”, e que Perisades I<sup>32</sup> acrescentasse os tateus e doscos, ou seja, “rei de todos os meotas”. No terceiro quarto do séc. IV a.C. a formação territorial estava completa: 5.000 km<sup>2</sup>, trinta cidades, uma vasta *chora*. Há também a constituição de um exército de mercenários, a associação dos filhos no poder e o patrocínio cultural. É digno de nota, quando da morte de Pairisades I, por volta de 310 a.C. (Diodoro XX 22), que seus dois filhos mobilizam os “bárbaros” em seus exércitos: 20.000 citas dos quais 10.000 cavaleiros para Sátiro, 42.000 siracos para seu irmão Eumelo<sup>33</sup>.

Voltados então para a população local, um dos fundamentos de seu poder, os reis bósforos se voltaram de maneira não menos importante para o mundo grego, não só das cidades coloniais, mas também do Mediterrâneo, incluindo Atenas<sup>34</sup>. Das duas cidades mais importantes do reino, Panticapeia e Teodósia, partiam navios carregados de trigo, que os atenienses cobijavam<sup>35</sup>. A demanda se situa, portanto, do lado ateniense, e a oferta, por parte dos reis. Durante todo o século IV a.C., os reis do Bósforo e os atenienses mantiveram relações cordiais com base no interesse mútuo. Demóstenes, em *Contra Leptino*, se opõe à lei que este havia feito votar 356 a.C. para suprimir todas as imunidades, sendo Lêucon I o primeiro lesado<sup>36</sup>. Em Atenas, o rei se beneficiava de dois privilégios importantes e concomitantes: a cidadania e a isenção de impostos<sup>37</sup>. A arte no Reino do Bósforo sofreu influência ática, como evidenciado pelos muitos artigos de luxo importados pela aristocracia greco-indígena da época dos espartócidas.

<sup>28</sup> Dinastia reinante no Bósforo entre 480 e 438 a.C., iniciada por Arqueanax, sucedido por mais três reinados. N.d.R.

<sup>29</sup> Dinastia dos reis do Bósforo iniciada com o tirano de origem trácia Espártocos I, que governou entre 438 e 433 a.C. N.d.R.

<sup>30</sup> Reinou entre 433 e 389 a.C. N.d.R.

<sup>31</sup> Reinou entre 389-349 a.C. N.d.R.

<sup>32</sup> Reinou entre 349 e 311 a.C. N.d.R.

<sup>33</sup> MÜLLER, 2009, p.105-106; PODOSSINOV, 2012.

<sup>34</sup> BRAUND, 2005. Ver também DANA, 2011, p.264-266.

<sup>35</sup> Não se deve entretanto exagerar a importância desse comércio, ver WHITBY, 1998.

<sup>36</sup> Demóstenes *Contra a lei de Leptino* 31-33 (355/354 a.C.).

<sup>37</sup> Vários decretos atenienses em favor dos reis do Reino de Bósforo foram preservados, sobre as honras votadas em Atenas: (1) para os filhos de Lêucon (Espártocos, Perisades e Apolônio), com a menção honrosa de seu pai: *IG II<sup>2</sup> 212 = Syll.<sup>3</sup> 206*; (2) estátuas de bronze na Ágora para Perisades, Sátiro e Gorgippos: Dinarco *Contra Demóstenes* (*Or.* 1) 43 (discurso 323 a.C., acusando Demóstenes de venalidade); (3) para Espártocos III, em 285/284: *IG II<sup>2</sup> 653 = Syll.<sup>3</sup> 370*.



Além deste exemplo singular, relações complexas se formaram entre os habitantes das cidades gregas e as populações locais. Estas interações podiam variar de trocas econômicas benéficas para ambas as partes envolvidas até conflitos e tensões. No entanto, deve-se notar que as relações não foram constantes em todas as épocas. Além disso, os vários conflitos, especialmente em relação ao “imposto de proteção” aplicado às cidades, nem sempre parecem refletir-se nas dinâmicas comerciais regionais. Assim, a complementariedade das trocas é visível desde o começo das cidades: como aparece em Heródoto (IV 24), os citas podem ser úteis para os gregos porque eles fornecem informações sobre as populações distantes, devido à sua mobilidade e sua diversidade linguística<sup>38</sup>. Os produtos do comércio são citados por diversos autores: Políbio (IV 38) e Estrabão falam das matérias-primas exportadas pelos “nômades da Ásia” (madeira, peles) e escravos, e eles obtêm em troca “o vestuário, o vinho e tudo o que é próprio à vida civilizada” (Estrabão XI 2, 3). A popularidade dos itens de luxo grego dentre as elites indígenas é bem atestada: vasos gregos e joias de fabricação grega, suntuosos, foram encontrados em túmulos (*kurgan*) citas ao norte do Mar Negro, nas estepes, mas também em tumbas getas e trácias, na costa oeste, em Dobroudja (ALEXANDRESCU, 2002).

A interface onde gregos e indígenas estabelecem as trocas comerciais é o *emporion*. Trata-se de um triplo significado desta noção: *emporion* fundados pelos gregos e que estão sob sua jurisdição; cidades independentes com um papel central no trânsito de mercadorias; e, finalmente, estabelecimentos como aqueles localizados ao norte do mar de Azov, por exemplo Taganrog e Tânais (BARALIS, 2012, p.216-218). Não é obrigatório que esses *emporion* sejam estabelecidos à beira mar: os *emporion* que eram por vezes localizadas no interior também foram atestados, por exemplo Pistiros, na Trácia<sup>39</sup>.

As diversas relações, assim como as pressões fiscais exercidas pelos citas, estão evidenciadas por uma série de documentos que parecem caracterizar as regiões periféricas, a saber, as cartas em chumbo e em fragmentos de cerâmica, cujo número no Mar Negro é superior a vinte<sup>40</sup>. A mais conhecida é a enviada em 500 a.C. pelo representante de um comerciante grego de Ólbia, Aquilodoro, a seu filho, para informá-lo de suas desventuras (Fig.3)<sup>41</sup>: havia de fato caído com seus bens nas mãos de um certo Matasys, que carrega um nome cita. Matasys o considera, erroneamente, como escravo de um certo Anaxágoras, para compensar os alegados prejuízos nos negócios com este último. São mencionados a “cidade”, sem dúvida Ólbia, e os arbinates, uma população local em cujo território a família de Aquilodoro devia possuir uma propriedade. Assim, observa-se que a área de ação do comerciante avança longe no território. Este deve ser o caso de outro comerciante, Apatorios, que escreveu a seu chefe Leanax (representante de uma família importante,

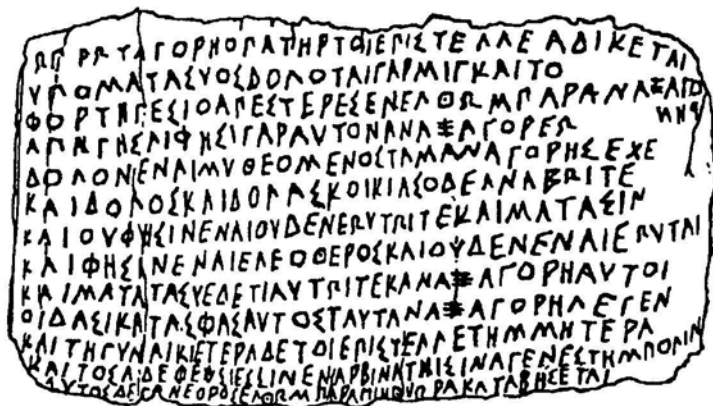
<sup>38</sup> Ver as observações de MÜLLER, 2009, p.102.

<sup>39</sup> Por último, CHANKOWSKI ; CHANKOWSKI, 2012.

<sup>40</sup> Cartas: DANA, 2007d. Sobre as pressões sociais, ver MÜLLER, 2009, p.103-104.

<sup>41</sup> Última edição por DUBOIS, 1996, n° 23.

dado o nome aristocrático) sobre o mesmo assunto (DANA 2004): seus bens foram apreendidos por um Herakleides (nome grego), casado com uma mulher nativa, Thathaie; Aporios pede a seu chefe os registros (*diphtheria*) para mostrar boa-fé. Várias outras cartas ou bilhetes mencionam os bens comercializados de uma cidade para um entreposto comercial e vice-versa. Conhecemos, dessa forma, o tráfico de escravos comprados em um mercado (Ólbia) e vendidos em outro (Fanagória)<sup>42</sup>.



**Figura 03:** Carta de Aquilodoro de Berezan (final do séc. VI a.C.). Facsímile reproduzido em DUBOIS, Laurent. *Les inscriptions grecques dialectales d’Olbia du Pont*. Genova: Droz, 1996, p.50, n° 23.

As cartas sobre chumbo mostram talvez o bilinguismo, ou pelo menos o conhecimento do grego por não-gregos. Evidentemente estes intermediários comerciais ou comerciantes não só tinham que falar grego, mas, por razões práticas, como a elaboração e atualização dos registros, das listas de produtos e dos inventários, precisavam também ler e talvez escrever grego<sup>43</sup>.

Às vezes, aconteceu que uma certa tensão se instalou entre as cidades gregas e seus vizinhos, devido à presença nas proximidades das cidades de vários reis e chefes que disputavam o território. Além disso, a rivalidade entre as diferentes tribos era perceptível nas suas relações com cidades e resultou em ataques, invasões de territórios ou negociações, mencionadas por fontes literárias e epigráficas. Um texto de Políbio nos relata a posição privilegiada dos bizantinos no lado europeu do Bósforo, que é a sua principal preocupação, já que era cobijado por tribos trácias. Esta posição, de onde podiam controlar a passagem de e para o Mar Negro, os havia encorajado, no início do século III a.C., a querer impor um imposto sobre os navios mercantes, criando assim um conflito sob o comando de Rodes. A guerra que se seguiu nos anos 230-220 a.C. forçou os bizantinos a ceder (Políbio *Histórias* IV 45-49). Esta posição privilegiada – não somente para o tráfego comercial, mas também por causa da presença de cardumes de peixes que contornavam, por causa das correntes marítimas, a costa da Ásia Menor<sup>44</sup> – haviam dado à Calcedônia o apelido de “cidade dos

<sup>42</sup> Por último, DANA, 2007d, p. 87-88.

<sup>43</sup> Sobre a questão da *literacy* dos mercadores, ver WILSON, 1997-1998.

<sup>44</sup> Estrabão VII 6, 2 sobre a abundância da pesca entre os bizantinos, enquanto que os calcedônios não se beneficiam; cf. Também Plínio *História Natural* IX 20; Tácito *Anais* XII 63.

cegos” (o primeiro a falar foi Heródoto): apesar de terem chegado na região dezessete anos antes dos bizantinos, os calcedônios não tinham notado os benefícios do lado europeu e tinham preferido outro, menos desejável. Entretanto, é bastante provável que eles tenham percebido os inconvenientes desse lado, a saber, a presença das populações trácias, ou mesmo que essas últimas tenham se mostrado decididamente hostis (MALKIN, SHMUELI, 1988). Estas tribos se apossavam da colheita, mas também deviam praticar extorsão, como visto em duas inscrições bem conhecidas da região: os decretos para os benfeitores Agátocles de Istria e Protógenes de Ólbia, ambos datados do final do séc. III a.C.<sup>45</sup> No momento em que os habitantes das cidades estavam prestes a colher a safra, um ou mais chefes locais exigiam uma quantia em dinheiro para não destruí-la. Os gregos preferiam pagar, pois uma fome traria mais dificuldades financeiras do que o pagamento do tributo (discretamente mascarado em *dora*, “presentes”). Os chefes indígenas sabiam, o que lhes permitiu manter a pressão. Na linguagem epigráfica, as cidades queriam garantir uma aparência de dignidade: elas agradecem aos benfeitores (indivíduos ricos dispostos a colocar parte de suas fortunas ou a sua vida ao serviço da cidade), através de instituições civis. Elas mantinham assim um modo de vida grego, mesmo sob as condições mais difíceis.

As cidades das costas norte e oeste, principalmente, são obrigadas a ficar sob o protetorado de líderes indígenas. Este foi o caso sobretudo de Ólbia, entre os reinados dos reis citas Cílis e Cíluros. Na costa ocidental, dinastias citas, getas e trácias (especialmente os odrises) disputavam a proteção às cidades gregas, por vezes no âmbito de tratados. Apesar destes acordos, eles não hesitaram em tomar reféns ou ameaçar a cidade se o tributo não fosse pago na hora. Vemos, especialmente no decreto para Protógenes, que os gregos eram assediados por todos os lados: provavelmente não é um exagero, porque parece que naquela época a situação era realmente crítica. No mesmo decreto, vemos também aparecerem os *Mixellenes*<sup>46</sup>, ou seja, bárbaros misturados (CASEVITZ, 2001, p.41-47), vivendo ao lado dos gregos, que são suficientemente numerosos e que, em situações semelhantes, tinham lutado ao lado dos olbiopólitas. Havia, portanto, situações intermediárias, e mesmo entre os “bárbaros” não misturados alguns se mostravam mais hostis do que outros.

No entanto, apesar das afirmações de Políbio e da impressão de catástrofe permanente que só um homem providencial poderia salvar a cidade – talvez um traço característico dos decretos para benfeitores, um *topos* –, esses episódios provavelmente não representavam o cotidiano das cidades, pelo menos não em todas as épocas. Além disso, nem todos os líderes indígenas eram hostis com as cidades. De qualquer forma, as incursões violentas não impediam o comércio e, especialmente, a compra nos mercados locais de objetos gregos, nem tampouco a partilha das práticas comuns em muitas áreas.

<sup>45</sup> Agátocles: PIPPIDI, 1983, n° 15; Protógenes: LATYSHEV, 1965, n° 32.

<sup>46</sup> Μιξέλληνες. Cf. Políbio I 67, 7. N.d.R.

#### 4. UMA OSMOSE CULTURAL?

Os fenômenos de hibridização e de transferência são inerentes a qualquer forma de coabitação. Mais do que uma aculturação grega, pode-se evocar nesses “ambientes coloniais” as transformações recíprocas em contato com outra cultura, que os estudiosos chamam atualmente de *Middle Ground*, mas que pode ter qualquer nome desde que reflita a interculturação, com seus avanços e seus limites (ÉTIENNE, 2010, p.7).

Quando os gregos chegaram, eles foram obrigados a se adaptarem desde o início às condições climáticas. Eles tiveram que tomar emprestadas técnicas das populações locais, tais como cabanas subterrâneas ou semi-subterrâneas, que foram por muito tempo consideradas como “indígenas”, até percebermos que os gregos tiveram que viver nelas antes de tirarem proveito de uma arquitetura de pedra. Estas eram habitações cômodas e adaptadas ao clima. Deviam, portanto, ser associadas à instalação das *apoikiai*, caracterizando assim a fase de acampamento ou de estabelecimento da cidade. Caso contrário, seríamos obrigados a recusar toda a cronologia da colonização (MÜLLER, 2010, p.191-195).

Transferências de práticas religiosas, e mesmo a adoção de algumas dentre elas, aconteceram em ambientes coloniais, mesmo que não se possa falar de uma “fusão” ou de uma “*koine*” das duas culturas. O imaginário religioso era transmitido através de cerâmica pintada vinda da Grécia, difundida em todas as camadas da sociedade grega e também entre alguns indígenas. Mesmo que os mitos e os motivos artísticos gregos não significassem a mesma coisa para os citas ou trácios que viviam em torno das cidades gregas, nada impedia as transferências técnicas e culturais. Nas tumbas monumentais dos chefes citas, foi encontrado um grande número de objetos em metal (aljavas, copas, bainhas de espada), compreendendo tanto temas citas (guerreiros, captura de cavalos selvagens, o modo de vida cita)<sup>47</sup> quanto gregos (Atena, Apolo com as Musas, episódios da vida de Aquiles)<sup>48</sup>. Importa pouco se os artistas que os executaram eram gregos trabalhando em encomendas para os clientes locais, ou citas que aprenderam técnicas gregas nas cidades<sup>49</sup>. A presença autóctone na cidade, durante muito tempo sujeita a uma interpretação étnica dos artefatos, é também difícil de identificar se se leva em consideração o critério onomástico, devido à helenização dos nomes. Um exemplo pertinente é o caso de certo Tychon de Panticapeia – um perfeito nome grego – cuja inscrição menciona que ele é tauro e cujo corpo é coberto com ocre, segundo os ritos funerários desta população<sup>50</sup>.

<sup>47</sup> Ver o catálogo publicado por SCHILTZ, 1975.

<sup>48</sup> Para esta última cena, ver SCHILTZ, 2001, fig.89.

<sup>49</sup> Ver as questões levantadas por MOREL, 2010.

<sup>50</sup> STRUVE, 1965, n° 114. Ver o comentário deste epigrama em NOLLÉ, OLLER GUZMÁN, 2016, p.86-87, n° I.5.

As práticas sociais e epigráficas sublinham também as sociedades em contato. Os casamentos de gregos com mulheres indígenas deviam existir desde o início das cidades<sup>51</sup>, para garantir a sobrevivência da comunidade, uma vez que apenas o contingente masculino devia deixar a metrópole para enfrentar a aventura. No entanto, não está excluído que um número limitado de mulheres os tenha acompanhado, especialmente para assegurar certos cultos<sup>52</sup>, ou tenha se juntado a eles mais tarde; em seguida, das primeiras gerações nasciam as mulheres que entravam no sistema habitual de casamentos. Os casamentos no outro sentido também deviam ter existido, entre governantes citas e gregas das cidades, como evidenciado pela história do rei Cílis (*Skyles*) contada por Heródoto (IV 78-79): não só a mãe de Cílis, esposa do rei Ariapito (*Ariapeithes*), era originária de uma cidade grega, Istria, mas também uma das mulheres de Cílis, com quem se casou em Ólbia. Além disso, sua mãe havia transmitido ao rei cita o amor pela literatura e cultura gregas<sup>53</sup>. Uma dedicatória a Hermes proveniente de Ólbia e datando da mesma época da história da Cílis (séc. V a.C.), e erigida por um certo Igdampaies, provavelmente um cita, mesmo se o nome nem sempre seja um indício de pertencimento étnico. Um outro nome em que foi reconhecido um híbrido greco-cita, Idantemis, aparece em um grafite simpótico de Berezan, por volta de 550 a.C.<sup>54</sup>, sinal da adoção pelas populações locais não somente das divindades, mas também das práticas sociais e literárias gregas. Finalmente, as fontes datadas principalmente do final do período helenístico atestam “especialistas” gregos nas cortes de dinastias locais. Isto é, artesãos, soldados, comerciantes e diplomatas, como Posideos, filho de Posideos, de Ólbia, conselheiro e almirante do rei cita Cíluos (*Skilouros*) na capital do reino cita de Neápolis, no século II a.C.<sup>55</sup>

## CONCLUSÃO

Em todo caso, a necessidade de se adaptar um ao outro é evidente: ceder terra para alguns (quando eles não empurravam de volta os novos ocupantes), encontrar recursos para outros; adaptar-se às exigências do novo ambiente (para os gregos) ou se adaptar à chegada de estrangeiros (para os povos indígenas). Gregos e indígenas configuram uma intensa rede de trocas, que não se limita às trocas econômicas. Episódios de conflito e violência não podem ser excluídos, mas de toda forma não se pode falar de guerras permanentes ou de uma política de aniquilação mútua; trata-se principalmente de ataques por diversos pequenos grupos. Isto se deve precisamente ao caráter muito heterogêneo das populações locais: os dinastas conduziam guerras uns contra os outros e as cidades gregas serviam de palco para diversas operações. Deste encontro

<sup>51</sup> AVRAM, 1996, p.250. Em geral ESPOSITO, ZURBACH, 2010.

<sup>52</sup> Ver o exemplo de Aristarco da Fócia, o primeiro sacerdote de Ártemis em Marselha (Estrabão IV 1, 4).

<sup>53</sup> Sobre esta mulher letrada, ver DANA, 2011, p.374.

<sup>54</sup> DUBOIS, 1996, n° 77 (Igdampaies) e 27 (Idanthemis).

<sup>55</sup> Sobre o papel desse personagem na capital da “pequena Cítia”, ver MÜLLER, 2010, p.261-264.

nasce uma cultura que não é uma cultura comum, mas uma entidade inefável, onde em cada uma das culturas se vislumbra o reflexo e as influências do outro, sem que isso seja necessariamente consciente ou assumido. Além disso, o discurso dos gregos, o único que conhecemos, enfatiza a necessidade de se manterem afastados dos “povos bárbaros” para não desfigurar sua identidade (DANA, 2012, p.69-71). Já os dados arqueológicos contam uma outra história, de trocas permanentes e de empréstimos recíprocos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRESCU, Petre & SCHULLER, Wolfgang (éd.). *Histria. Eine Griechenstadt an der rumänischen Schwarzmeerküste*. Konstanz: Universitätsverlag Konstanz, 1990.
- ALEXANDRESCU, Petre. L'art des Gètes et des Triballes. *Ancient West & East*, Leuven: Brill, 1, p.163-172, 2002.
- AVRAM, Alexandru. Bemerkungen zu dem Mariandynern von Herakleia am Pontos. *StudClas*, Bucarest: Societatea de Studii Clasice din România, 22, p.19-28, 1984.
- AVRAM, Alexandru. Modes de contact entre Grecs et Gètes à Histria à l'époque archaïque. In: LORDKIPANIDZE Otar & LEVEQUE Pierre (éd.). *Sur les traces des Argonautes*. Actes du 6<sup>e</sup> symposium de Vani (Colchide), 22-29 septembre 1990. Besançon: PUFM, 1996, p.241-252.
- AVRAM, Alexandru. *Inscriptiones Scythiae Minoris*, III. Callatis et son territoire. Bucarest-Paris: Editura Enciclopedica, 1999.
- BARALIS, Alexandru. Les diasporas grecques du nord de l'Égée de Propontide et de mer Noire. In: BOUFFIER, Sophie (éd.). *Les diasporas grecques*. Du Déroit de Gibraltar à l'Indus (VIII<sup>e</sup> s. av. J.-C. à la fin du III<sup>e</sup> s. av. J.-C.). Paris: Sedes, 2012, p.189-238.
- BITTNER, Angela. *Gesellschaft und Wirtschaft in Herakleia Pontike*. Eine Polis zwischen Tyrannis und Selbstverwaltung. Bonn: R. Habelt, 1998.
- BRAUND, David (éd.). *Scythians and Greeks*. Cultural Interactions in Scythia, Athens and the Early Roman Empire (Sixth Century BC-First Century AD). Exeter: University of Exeter Press, 2005.
- BRESSON, Alain, IVANTCHIK, Askold & FERRARY, Jean-Louis (éd.). *Une Koinè pontique*. Cités grecques, sociétés indigènes et empires mondiaux sur le littoral nord de la mer Noire (VII<sup>e</sup> s. a.C.-III<sup>e</sup> s. p. C.). Bordeaux: Ausonius, 2007.
- BURGUNDER, Pascal (éd.). *Études pontiques*. Histoire, historiographie et sites archéologiques du bassin de la mer Noire. Lausanne: Université de Lausanne, 2012.
- BURSTEIN, Samuel M. *Outpost of Hellenism: The Emergence of Heraclea on the Black Sea*. Berkeley-Los Angeles-Londres: University of California Press, 1976.
- CASEVITZ, Michel. Le vocabulaire du mélange démographique: Mixobarbares et Mixhellènes. In: FROMENTIN, Valérie & GOTTELAND, Sophie (éd.). *Origines Gentium*. Bordeaux: Ausonius, 2001, p.41-47.
- CHANKOWSKI, Andrzej & CHANKOWSKI, Véronique. La présence grecque en Thrace intérieure: l'exemple de «Pistiros». In: MARTINEZ-SEVE, Lauriane (éd.). *Les diasporas grecques du VIII<sup>e</sup> à la fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C.* Actes du colloque de la SOPHAU, Université Charles-de-Gaulle-Lille 3, 11 et 12 mai 2012 (*Pallas*, 89). Toulouse: Publications de l'Université de Toulouse, 2012, p.275-290.

- DAMYANOV, Margarit. On the Local Population around the Greek Colonies in the Black Sea Area (5th-3rd Centuries BC), *Ancient West and East*, Leuven: Peeters, 2, p.253-264, 2003.
- DAN, Anca. Du Pont à la Mer Majeure: notes de philologie et d'histoire. *Peuce N.S.*, Tulcea: Institutul de Cercetări Eco-Muzeale Tulcea, 6, p.165-188, 2008.
- DANA, Madalina. Lettre sur plomb d'Apatorios à Léanax. Un document archaïque d'Olbia du Pont. *ZPE*, Bonn: Institut für Altertumskunde, Universität zu Köln, 148, p.1-14, 2004.
- DANA, Madalina. Traditions de fondation dans l'épigraphie de Sinope. *REG*, Paris: Association pour l'Encouragement des Etudes grecques, 120, p.511-525, 2007a.
- DANA, Madalina. Cultes locaux et identité grecque dans les cités du Pont-Euxin. *LEC*, Namur: Société des études classiques a.s.b.l., 75, p.171-186, 2007b.
- DANA, Madalina. Éducation et culture à Istros. Nouvelles considérations. *Dacia*, NS, Bucarest: Institutul de arheologie București, 51, p.185-209, 2007c.
- DANA, Madalina. Lettres grecques dialectales nord-pontiques (sauf *IGDOP* 23-26). *REA*, Bordeaux: Ausonius, 109 (1), p.67-97, 2007d.
- DANA, Madalina. Alphabets et exercices scolaires dans deux cités du Pont ouest: Istros et Tyras. *ZPE*, Bonn: Institut für Altertumskunde, Universität zu Köln, 171, p.71-82, 2009.
- DANA, Madalina. *Culture et mobilité dans le Pont-Euxin*. Approche régionale de la vie culturelle des cités grecques. Bordeaux: Ausonius, 2011.
- DANA, Madalina. Le «centre» et la «périphérie» en question: deux concepts à revoir pour les diasporas. In: MARTINEZ-SEVE, Lauriane (éd.). *Les diasporas grecques du VIII<sup>e</sup> à la fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C.* Actes du colloque de la SOPHAU, Université Charles-de-Gaulle-Lille 3, 11 et 12 mai 2012 (*Pallas*, 89). Toulouse: Publications de l'Université de Toulouse, 2012, p.57-76.
- DANA, Madalina & DANA, Dan. Histoires locales dans le Pont Euxin ouest et nord. Identité grecque et construction du passé. *Il Mar Nero*, Rome-Paris: Edizioni Quasar di Severino Tognon, 5, p.91-111, 2001-2003.
- D'ERCOLE, Cecilia. *Histoires méditerranéennes*. Aspects de la colonisation grecque de l'Occident à la mer Noire (VIII<sup>e</sup>-IV<sup>e</sup> siècles av. J.-C.). Arles: Editions Errance, 2012.
- DUBOIS, Laurent. *Inscriptions grecques dialectales d'Olbia du Pont*. Genève: Droz, 1996.
- EHRHARDT, Norbert. *Milet und seine Kolonien*. Vergleichende Untersuchung der kultischen und politischen Einrichtungen. 2 ed, Frankfurt: Peter Lang, 1988.
- ESPOSITO, Arianna & ZURBACH, Julien. Femmes indigènes et colons grecs: quelques observations. In: ROUILLARD, Pierre (éd.). *Portraits de migrants, portraits de colons II*. Actes du Colloque International, Nanterre 2009. Paris: De Boccard, 2010, p.51-70.



- ÉTIENNE, Roland. Historiographie, théories et concepts. In: ÉTIENNE, Roland (éd.). *La Méditerranée au VII<sup>e</sup> siècle*. Essais d'analyses archéologiques. Paris: De Boccard, 2010, p.3-26.
- FRISONE, Flavia & LOMBARDO, Mario, Periferie? Sicilia, Magna Grecia, Asia Minore. In: GIANGIULIO, Maurizio (éd.). *Storia d'Europa et del Mediterraneo* (dir. BARBERO, Alessandro). *Il Mondo Antico. II. La Grecia. Vol. III. Grecia e Mediterraneo dall'VIII sec. a.C. all'Età delle guerre persiane*. Roma: Salerno Editore, 2008, p.177-225.
- GRAMMENOS, Dimitrios V. & PETROPOULOS, Elias K. (éd.). *Ancient Greek Colonies in the Black Sea*, I-II. Thessalonique: A.I.B.E, 2003.
- GRAMMENOS, Dimitrios V. & PETROPOULOS, Elias K. (éd.). *Ancient Greek Colonies in the Black Sea*, I-II. Oxford: Archaeopress, 2007.
- HALL, Edith. *Inventing the Barbarian*. Greek Self-Definition through Tragedy. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HANNEL, Krister. *Megarische Studien*. Lund: Ph. Lindstedt Univ.-Bokhandel, 1934.
- HARTOG, François, *Le miroir d'Hérodote*. Essai sur la représentation de l'autre. Paris: Gallimard, 1980.
- HEINEN, Heinz. *Antike am Rande der Steppe*. Der nördliche Schwarzmeerraum als Forschungsaufgabe. Mainz-Stuttgart: Steiner, 2006.
- HIND, John. The Bosporan Kingdom. In: *Cambridge Ancient History*, 2 ed., VI. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p.476-511.
- HUPE, Joachim (éd.). *Der Achilleus-Kult im nördlichen Schwarzmeerraum vom Beginn der griechischen Kolonisation bis in die römische Kaiserzeit*. Rahden: M. Leidorf, 2006.
- IVANTCHIK, Askold. Les légendes de fondation de Sinope du Pont. *REA*, Bordeaux: Ausonius, 99, p.33-45, 1997.
- KOSHELENKO, Gennadii A. Les premiers contacts entre Grecs et barbares aux franges du Bosphore Cimmérien: écologie, archéologie et histoire. In: BRESSON, Alain, IVANTCHIK, Askold & FERRARY, Jean-Louis (éd.). *Une Koinè pontique*. Cités grecques, sociétés indigènes et empires mondiaux sur le littoral nord de la mer Noire (VII<sup>e</sup> s. a.C.-III<sup>e</sup> s. p.C.). Bordeaux: Ausonius, 2007, p.21-27.
- LATYSHEV, Vassilij. *Inscriptiones Antiquae orae septentrionalis Ponti Euxini Graecae et Latinae*, I<sup>2</sup> [1916]. 1965. Réimpr. Hildesheim, G. Olms.
- LORDKIPANIDZE Otari & LEVEQUE Pierre (éd.). *Sur les traces des Argonautes*. Actes du 6<sup>e</sup> symposium de Vani (Colchide), 22-29 septembre 1990. Besançon: PUFM, 1996.
- MALKIN, Irad. *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. London-New York: Routledge, 2005.
- MALKIN, Irad. *A Small Greek World*. Networks in the Ancient Mediterranean. New York-Oxford: Oxford University Press, 2011.

- MALKIN Irad & SHMUELI Nino. The «City of the Blind» and the Founding of Byzantium, *MHR*, London: Taylors & Francis, 3, p.21-36, 1988.
- MALKIN, Irad, CONSTANTAKOPOULOU, Christy & PANAGOPOULOU, Katerina (éd.). *Greek and Roman Networks in the Mediterranean*. London-New York: Routledge, 2009.
- MOREL, Jean-Pierre. Quelques aspects de la culture matérielle dans le Pont Nord: vers une *koinè* entre Grecs et indigènes. In: TREZINY, Henri (éd.). *Grecs et indigènes de la Catalogne à la mer Noire*. Actes des rencontres du programme européen Ramses 2, 2006-2008. Paris - Aix-en-Provence: Errance-Centre Camille Julien, 2010, p.279-289.
- MÜLLER, Christel. Le Bosphore cimmérien et sa région économique: territoire, structure et productions du IV<sup>e</sup> au II<sup>e</sup> siècles avant notre ère. In: DESCAT, Raymond (éd.). *Approches de l'économie hellénistique*. Entretiens d'Archéologie et d'Histoire 7. Saint-Bertrand-de-Comminges: Musée Archéologique de Saint-Bertrand-de-Comminges, 2006, p.147-193.
- MÜLLER, Christel. Insaisissables Scythes: discours, territoire et ethnicité dans le Pont Nord. In: LUCE, Jean-Marc (éd.). *Identités ethniques dans le monde grec antique*. Actes du Colloque International de Toulouse organisé par CRATA. 9-11 mars 2006 (*Pallas*, 73). Toulouse: Publications de l'Université de Toulouse, 2007, p.141-154.
- MÜLLER, Christel. Nomades Scythes et États grecs du Nord de la mer Noire (VII<sup>e</sup>-II<sup>e</sup> a. C.). In: MOATTI, Claudia, KAISER, Wolfgang & PEBARTHE, Christophe (éd.). *Le monde de l'itinérance en Méditerranée de l'Antiquité à l'époque moderne*. Bordeaux: Ausonius, 2009, p.93-112.
- MÜLLER, Christel. *D'Olbia à Tanais*. Territoires et réseaux d'échanges dans la mer Noire septentrionale aux époques classique et hellénistique. Bordeaux: Ausonius, 2010.
- NOLLÉ, Johannes & OLLER GUZMÁN, Marta. Foreigners and the Foreign in Some Black Sea Area Epigrams: Towards a Corpus of the Epigrams of the Black Sea Region, in: COJOCARU, Victor & RUBEL, Alexander (éd.), *Mobility in Research in the Black Sea Region (Pontica et Mediterranea 6)*. Cluj: Mega Publishing, 2016, p.73-100.
- PIPPIDI, Dionisie M. *Inscriptiones Scythiae Minoris*, I. Istros et les alentours. Bucarest: Editura Academiei Române, 1983.
- PODOSSINOV, Alexander V., Le royaume du Bosphore Cimmérien aux époques grecque et romaine: un aperçu. In: BURGUNDER, Pascal (éd.). *Études pontiques*. Histoire, historiographie et sites archéologiques du bassin de la mer Noire. Lausanne: Université de Lausanne, 2012, p.87-109.
- REEDER, Ellen D. (éd.). *L'or des rois scythes*. Exposition au Grand Palais, septembre-décembre 2001. Paris: Réunion des Musées Nationaux, 2001.

- ROBERT, Louis. Le fer des Mariandynes dans les Argonautiques d'Apollonios de Rhodes. In: ROBERT, Louis. *À travers l'Asie Mineure: poètes et prosateurs, monnaies grecques, voyageurs et géographie*. Athens-Paris: École Française d'Athènes, 1980, p.5-10.
- ROBU, Adrian, Les établissements mégariens de la Propontide et du Pont-Euxin: réseaux, solidarités et liens institutionnels. In: MARTINEZ-SEVE, Lauriane (éd.). *Les diasporas grecques du VIII<sup>e</sup> à la fin du III<sup>e</sup> siècle av. J.-C.* Actes du colloque de la SOPHAU, Université Charles-de-Gaulle-Lille 3, 11 et 12 mai 2012 (*Pallas*, 89). Toulouse: Publications de l'Université de Toulouse, 2012, p.181-195.
- ROBU, Adrian. *Mégare et les établissements mégariens de Sicile, de la Propontide et du Pont-Euxin*. Histoire et institutions. Berna: Peter Lang, 2014.
- SCHILTZ, Véronique (éd.). *Or des Scythes*. Trésors des musées soviétiques (exposition au Grand Palais, octobre-décembre 1975). Paris: Réunion des Musées Nationaux, 1975.
- SCHILTZ, Véronique (éd.). *L'or des Amazones*. Exposition au Musée Cernuschi, mars-juillet 2001. Paris: Paris Musées-Findakly, 2001.
- STRUVE, Vassilij V. *Corpus Inscriptionum Regni Bosporani (Korpus Bosporskikh nadpisej)*. Moscou-Leningrad: Académie des Sciences, 1965.
- TSETSKHLADZE, Gocha R. (éd.). *The Greek Colonisation of the Black Sea Area*. Historical Interpretation of Archaeology. Stuttgart: F. Steiner, 1998.
- VINOGRADOV, Yuri. G. *Olbia. Geschichte einer altgriechischen Stadt am Schwarzen Meer*. Konstanz: Universitätsverlag Konstanz, 1981.
- WHITBY, Michael, The Grain Trade of Athens in the Fourth Century BC. In: PARKINS, Helen & SMITH, Christopher (éd.), *Trade, Traders and the Ancient City*. London-New York: Routledge, 1998, p.102-128.
- WILSON, Jean-Paul. The «Illiterate» Trader? *BICS*, Londres: Institute of Classical Studies & John Wiley and Sons, 42, p.29-53, 1997-1998.

---

Recebido em: 28/06/2017

Submitted in: 28/06/2017

Aprovado em: 05/09/2017

Approved in: 05/09/2017

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018

---

**LES COLONIES GRECQUES DU SUD DE LA GAULE (VII<sup>e</sup> – II<sup>e</sup> S. AVANT N. È.)**  
**THE GREEK COLONIES IN THE SOUTHERN GAUL (7<sup>TH</sup> – 2<sup>ND</sup> CENTURIES B.C.)**  
*As colônias gregas do sul da Gália (séc. VII – II a.C.)*

Claire Joncheray

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



## Les colonies grecques du sud de la Gaule (VII<sup>e</sup> – II<sup>e</sup> s. avant n. è.)

Claire Joncheray<sup>1</sup>

**Résumé :** Le sud de la Gaule est caractérisé par la forte présence phocéenne. La colonisation de type phocéenne est tardive mais c'est la seule qui se soit étendue au nord de la zone tyrrhénienne et c'est le phénomène le plus persistant dans sa durée, du VII<sup>e</sup> au II<sup>e</sup> s. av. n. è. Cet article montre comment se développe l'implantation grecque sur le territoire et les rapports avec les populations locales. Des premiers contacts, il reste quelques traces matérielles dans les nécropoles celtiques du sud de la Gaule. À partir de la fondation de Marseille, vers 600 av. n. è., le paysage culturel et politique change durablement. L'article présente l'habitat de Marseille et aussi celui d'Olbia-de-Provence, une des cinq colonies de Marseille sur le littoral méditerranéen celtique. Cet article intègre les transferts culturels dans l'étude des processus d'installation des Grecs.

**Mots clefs :** Gaule ; importations ; Acculturation ; Marseille ; Olbia-de-Provence.

**Resumo:** O sul da Gália é caracterizado pela forte presença foceia. A colonização de tipo foceu é tardia mas é a única que se espalhou ao norte da região tirrênica; e é o fenômeno mais persistente em termos de duração, do século VII ao II a.C. Este artigo mostra como se desenvolve a implantação grega no território e as relações com as populações locais. Dos primeiros contatos, há alguns vestígios materiais nas necrópoles celtas do sul da Gália. A partir da fundação de Marselha, por volta de 600 a.C., a paisagem cultural e política se altera permanentemente. O artigo apresenta o assentamento de Marselha e o de Olbia-de-Provence, uma das cinco colônias de Marselha no litoral mediterrâneo celta. Este artigo integra as transferências culturais no estudo dos processos de instalação dos gregos.

**Palavras-chave:** Gália; Importações; Aculturação; Marselha.

**Abstract:** The Southern Gaul is characterized by a strong Phocean Presence. Even if the Phoceans are the latest Greeks arrived in the Occidental Mediterranean Sea, their colonization is the only one who extended in the North of the Tyrrhenian Sea and the most persisting phenomenon from the 7<sup>th</sup> to the 2<sup>nd</sup> century BC. This paper shows the link between the Greek's settlements and the local populations. The first contacts consisted in some materials tracks in the Celtic necropolises of the Southern Gaul. From the foundation of Marseille, in 600 BC, the culture and political area changed durably. This article presents the cultural transfers and the Processes of Greek's installation in the urban context of Marseille and Olbia-de-Provence, one of the five colonies of Marseille on the Celtic Mediterranean coast.

**Keywords:** Gaul Importations Acculturation Marseille Olbia-De-Provence.

Les premières études sur la colonisation grecque dans le sud de la Gaule se sont concentrées sur l'analyse des réseaux commerciaux et du mobilier archéologique, marqueurs des contacts entre les Grecs et les indigènes. Progressivement, le développement de l'archéologie en contexte gaulois a permis de montrer une grande diversité des populations qui accueillent la culture grecque et de suivre leurs transformations sociales et économiques (BATS, 2012 PY, 1993 GARCIA, 2010).

<sup>1</sup> Docteur en archéologie à l'Université de Paris Ouest Nanterre. Membre Associé au Centre Camille Jullian, Aix-en-Provence, France.

À partir du milieu du VII<sup>e</sup> s., apparaissent dans le sud de la Gaule les premières importations méditerranéennes. Ce phénomène concerne quasi exclusivement la région d'Agde (Agathé), où a été découverte une grande diversité de produits importés dans le matériel funéraire de la nécropole du Peyrou (JANIN, 2006 ; GRAS, 2004), en provenance de Phénicie, d'Ibérie, d'Étrurie et de Grèce. Puis la région de l'étang de Berre et de Saint Blaise s'ouvre également aux échanges. La recherche du métal, notamment de l'étain qui entre dans la fabrication du bronze, devait être la contrepartie de ces échanges. Progressivement les sources archéologiques notamment épigraphiques permettent d'attester l'arrivée des colons d'origine d'Asie Mineure, à Phocée ou à Samos.

La recherche intègre aujourd'hui les interactions entre les Grecs et les populations locales dans l'étude des processus d'installation des Grecs selon une redéfinition plus vaste des enjeux méditerranéens dans l'Antiquité (HORDEN, PURCELL, 2000)<sup>2</sup>. Je considérerai ici les dynamiques spatiales des cités grecques, à travers les mieux connues, Marseille (Massalia) et Olbia-de-Provence. La dynamique des échanges entre les populations locales et les Grecs s'étudie par rapport au territoire et permet d'apporter un éclairage sur la présence des Gaulois dans ces cités.

## MARSEILLE

Les textes sur la fondation de Marseille reflètent le poids de la communauté autochtone et la diversité des populations grecques à l'origine de cette installation<sup>3</sup>. La tradition littéraire nous est parvenue par Athénée de Naucratis (fin du II<sup>e</sup> s. de n. è.) et par Justin (III<sup>e</sup> s. de n. è.). Ils prennent appui respectivement sur les textes d'Aristote et de Trogue Pompée, ce dernier un gallo-romain de la période augustéenne. Ces deux textes expliquent comment les Grecs, dirigés par deux fondateurs (Protis – ou Euxénos – et Simos) trouvent un accueil pacifique sur le littoral de la tribu des Ségobriges et comment se mettent en place des alliances matrimoniales entre les deux populations, à travers le mariage de Protis avec Gyptis, la fille du roi indigène. Ces récits suggèrent, malgré le poids des réécritures, une mixité à l'origine de la fondation de Marseille en relation avec l'arrivée de groupes d'origines diverses et de l'adaptation des Grecs au milieu indigène. L'accent est mis sur l'idée de cohabitation, non seulement entre un homme et une femme, mais aussi entre les peuples.

Dans l'état actuel des connaissances archéologiques, rien ne permet de postuler l'existence d'un habitat indigène sur le site de Marseille avant l'arrivée des Grecs. Le site présente un abri naturel idéal pour

---

<sup>2</sup> Depuis la publication de ce livre (HORDEN et PURCELL, 2000), les recherches sur la Méditerranée ont tendance à réévaluer l'histoire des microrégions et voir le rôle de la mer comme un ensemble de réseaux. En France, s'est développé ainsi le concept de « méditerranéisation ». Voir GARCIA SOURISSEAU, 2010, p. 237-245.

<sup>3</sup> Présentation de la documentation textuelle et les textes sur la fondation de Marseille dans ROTHÉ, TRÉZINY [*et al.*], 2005.

les bateaux, dans une crique dotée d'une rivière côtière, le Lacydon. La ville de Marseille est ainsi conçue, à ses débuts, comme un *emporion*, c'est-à-dire une sorte de port franc.

Malgré la diversité des groupes ioniens à l'origine de la fondation de Marseille vers 600, la partie phocéenne devient vite prédominante. En effet, à partir des années 540/530, Marseille connaît un accroissement rapide de sa population et une forte expansion de son commerce. Un nouveau traceur de cette activité apparaît, les amphores vinaires marseillaises ces dernières prennent le relais sur les importations vinaires étrusques et le mobilier amphorique marseillais atteint, à partir de 525, 70 à 95% de l'ensemble de ce type d'importation dans le sud de la Gaule avec plus ou moins de rapidité selon les régions.

Cette nouvelle étape du développement marseillais a souvent été mise en relation avec les vicissitudes historiques des Phocéens. La cité de Phocée, située en Asie Mineure sur les rives du golfe de Smyrne, est détruite vers 545/540 et une partie de la population fuit en Occident. C'est ainsi qu'un nouveau contingent de colons arriverait à Marseille (GRAS, 1995). L'année 540 correspond également à la défaite phocéenne à Alalia, dans la guerre contre les Étrusques et les Carthaginois. Le site d'Alalia est également abandonné et le redéploiement de la population favorise les autres colonies phocéennes comme Marseille et la fondation de Vélia (LEPORE, 1970 ; MOREL, 2006). Ces événements entraînent la redéfinition des zones maritimes sous contrôle des Phocéens au profit de Marseille. À partir des années 540/530, la seule cité de Marseille dynamise le sud de la Gaule et obtient un monopole dans la redistribution et la fabrication des produits qui circulent sur le littoral gaulois. C'est une cité marchande qui fonde sa prospérité sur son commerce et le système des comptoirs littoraux. Son aménagement urbain connaît un développement progressif dont l'image d'irrégularité est liée à la juxtaposition de plusieurs systèmes d'orientation des rues<sup>4</sup>.

Le premier habitat de Marseille comprend une vingtaine d'hectares entre l'actuelle butte Saint Laurent et celle des Moulins, d'après l'abondance des céramiques du VI<sup>e</sup> s. dans les premiers niveaux archéologiques de ce quartier. La ville devait être entourée de remparts, selon l'interprétation donnée au « quai » archaïque de la place Villeneuve-Bargemon (TRÉZINY, 2005, p. 51-66). La nécropole devait se situer au nord de la ville et les quartiers suburbains devaient être consacrés aux grandes carrières d'argile pour la fabrication des briques.

La ville connaît une extension très rapide. À partir du second quart du VI<sup>e</sup> s., un nouveau quartier au plan orthogonal est construit au Nord, vers l'actuelle rue des Pistoles et la zone funéraire est déplacée. À la fin du VI<sup>e</sup> s., un autre secteur d'habitation est créé à l'Est, avec l'extension de la ville vers l'actuelle place de la Bourse et la butte aux Carmes. Un nouveau rempart est alors mis en place. La période hellénistique correspond à la pleine extension urbaine avec la création d'un nouveau quartier au nord de la ville, vers

---

<sup>4</sup> Pour l'étude de la ville de Marseille, trois volumes ont permis de rédiger ce paragraphe sur la topographie de la ville HERMARY, HESNARD, TRÉZINY, 1999 ; BOUIRON, TRÉZINY [*et al.*], 2001 ROTHÉ, TRÉZINY [*et al.*], 2005.

l'actuelle rue Leca et le Parc des Phocéens. À la période romaine, les constructions, déployées en éventail dans la basse ville, semblent alors alignées sur les courbes de niveau du rivage, le long d'une probable route littorale.

La zone publique reste toutefois très mal documentée ainsi que la parure monumentale de la ville. L'agora devrait se situer entre les deux collines primitives (Saint Laurent et les Moulins), au niveau de l'actuelle place de Lenche. Quant aux lieux de culte, quelques vestiges architecturaux permettent d'en donner une vue partielle. Des chapiteaux ioniens archaïques ont été trouvés en remploi et des stèles, ou *naiskoi*, font penser à l'existence de sanctuaires dédiés aux nymphes. Les textes évoquent la présence, sur la butte Saint Laurent, d'un temple d'Artémis de type éphésien, symbole des Phocéens, et d'un temple d'Apollon. Sur la butte des Moulins, devait se trouver le temple d'Athéna Polias (HERMARY, TRÉZINY, 2000)<sup>5</sup>.

Les espaces portuaires ont été mis en évidence sous l'actuelle place Jules Verne. La superposition des strates présente les limites de la ville à la fin du VI<sup>e</sup> s., un chantier naval en activité aux V<sup>e</sup>-IV<sup>e</sup> s. et une zone commerciale avec des quais de débarquement à la période romaine. Les *naualia*, hangars pour la flotte de guerre massaliote, devaient se situer, au III<sup>e</sup> s., vers le secteur de l'actuelle mairie (POMEY, 1995 ; HESNARD, 1994).

Les colonies phocéennes sont connues pour être tournées vers la mer et posséder un territoire de faible dimension. La cité de Marseille confirme ce schéma. La zone périurbaine est marquée par la présence d'un vignoble dont les traces, repérées lors des fouilles à Saint Jean du Désert, de la rue de la République et de la rue Trinquet, datent au moins de la période hellénistique (BOISSINOT, 2010 ; TRÉZINY, 2012). Dans la campagne de Marseille, ont été également repérées des fermes et une trame vicinale sur un rayon de 3-4 km autour de la ville à cette même période.

En revanche, l'influence de Marseille se fait sentir sur les sites indigènes alentour et sur une très vaste étendue. Le VI<sup>e</sup> s. est marqué par un fort dynamisme de l'arrière-pays indigène lié au démarrage des échanges permanents, comme en témoigne la très forte consommation des productions grecques dans les habitats proches de Marseille, tels le Baou de Saint Marcel et la colline de la Tourette (BATS, 2012). Le début du V<sup>e</sup> s. et le IV<sup>e</sup> s. présentent une brutale baisse démographique sur les sites indigènes et un repli des populations sur un territoire plus étroit.

À partir du IV<sup>e</sup> s., Marseille relaie la puissance économique d'une Rome émergente, comme en témoigne l'omniprésence des importations des céramiques de Campanie, mais elle fait face à des difficultés commerciales. Dans la région du Languedoc-Roussillon, la dynamique grecque s'essouffle et le commerce se développe considérablement avec les régions ibériques. La région d'Agde connaît un redéploiement

---

<sup>5</sup> Pour mettre en perspective les cultes dans la cité de Marseille avec les pratiques du sud de la Gaule, voir ROURE, PERNET, 2011.



territorial avec un amoindrissement de l'importance des habitats groupés et, à partir des années 300, le site grec de Béziers est abandonné. Dans les régions du Rhône, une forte prédominance indigène se fait sentir au IV<sup>e</sup> s., par exemple dans la colonie d'Arles (appelée *Theline* à sa fondation) (UGOLINI, 2010 ; GARCIA, 1995). La côte de la basse Provence est mal connue et l'absence de lieux de pouvoir place cette zone à l'écart des trafics. Afin d'intégrer ces espaces dans ses débouchés économiques et de se protéger des pirates gaulois, la cité grecque de Marseille devient alors la métropole à l'origine d'une série de colonies établies sur le littoral du sud de la Gaule.

Le texte de Strabon (IV 1, 5) est la principale source littéraire qui décrit ce phénomène historique. Il présente d'Ouest en Est six établissements côtiers Agathé (Agde), Rhodanousia, Tauroention (Tauroeis), Olbia, Antipolis (Antibes) et Nikaia (Nice), mais la date de l'implantation de ces colonies n'est pas précisée par ce texte (BATS, 2009). Grâce aux données archéologiques, il est possible de proposer comme chronologie la fondation d'Agde vers 400 av. n. è., celle de Tauroeis à la fin du III<sup>e</sup> s. (localisé au Brusç à Six-Fours), celle d'Olbia vers 340-330 av. n. è., celles d'Antibes au IV<sup>e</sup> s. et de Nice après 260 av. n. è. Le site de Rhodanousia n'est pas encore localisé mais devait se situer, comme son nom l'indique, sur le Rhône. Ces colonies sont conçues, d'après le texte de Strabon, comme des *epiteichismata*, c'est-à-dire des forteresses installées en territoire ennemi. Ces garnisons correspondraient à l'envoi de citoyens massaliotes. Elles ressemblent en effet aux forteresses comme Rhamnonte, Éleuthères, Oinoé en Attique et, sur l'Adriatique, Lissos ou Pharos. Toutefois, cette vision militaire du rôle des colonies de la période hellénistique semble assez réductrice par rapport aux installations identifiées au moins à Agde et à Olbia de Provence (BATS, 2004). La pérennité de ces sites, leur plan et le statut politique des habitants invitent à les considérer également comme des colonies maritimes selon un rapprochement avec les *coloniae maritimae* romaines, comme les *castra* d'Ostie et de Minturnes. Il s'agit en effet d'un prolongement géographique du territoire civique de Marseille et les habitants demeurent des citoyens de Marseille.

À partir du III<sup>e</sup> s., l'extension de la *chôra* de Marseille et de l'exploitation des vignes marquent un *hiatus* dans l'occupation des sites proches de la ville grecque. Des conflits se font sentir notamment pendant les guerres puniques (264-146 av. n. è.), à cause d'un renouveau démographique 40 habitats indigènes ont été recensés dans les Bouches du Rhône et le Vaucluse entre 400 et 250 av. n. è., contre 86 pour la période 250-125 av. n. è. (voir l'évolution du territoire dans ROTHÉ, TRÉZINY [*et al.*], 2005).

## OLBIA

Olbia-de-Provence correspond à un laboratoire d'étude exceptionnel pour la connaissance de ces colonies massaliètes parce que l'intégralité de la ville est conservée à l'exception de la partie la plus méridionale qui a subi les attaques de l'érosion marine. La colonie d'Olbia de Provence est fondée dans la

seconde moitié du IV<sup>e</sup> s. sur un site vierge, dans un territoire à l'habitat indigène encore mal connu. Elle se situe au pied des collines du Mont des Oiseaux et de Costebelle (Hyères, Var) et gère un littoral composé des îles d'Hyères et de la presqu'île de Giens à une période où le second tombolo, cordon littoral de sédiments fermant la lagune, n'était pas encore constitué et qu'une lagune servait sûrement d'abri pour les bateaux.

Olbia prend la forme d'un quadrilatère carré de 160 m de côté, ceint d'un rempart à tours d'angle. Une seule porte, à l'Est, permettait l'entrée dans la ville. Le plan est restitué par des sondages et des prospections géophysiques il présente deux axes orientés Nord-Sud et Est-Ouest qui séparent la ville en quatre quartiers, eux-mêmes divisés en dix îlots d'habitation. Chaque îlot fait 11 m de large et 34,50 m de long. Les rues de 2,10 m de large séparent chaque îlot. Les lieux publics sont représentés par les sanctuaires. Au nord de la ville, un temple devait être dédié à Aphrodite comme en témoigne une inscription. À l'ouest de la ville, à l'opposé de la porte d'entrée, se trouve le sanctuaire d'Artémis. Au centre de la ville, se situe le carrefour des deux axes principaux. Il s'agit d'une place munie d'un puits monumental et bordée d'un portique aux II<sup>e</sup>-I<sup>er</sup> s.<sup>6</sup>

Un îlot, le numéro VI, a été fouillé jusqu'aux niveaux de fondation<sup>7</sup>. Il a permis d'identifier les premiers lots d'habitation offerts aux colons-soldats. Trois maisons de dimension identique sont apparues (11 sur 11,5 m) elles définissent ainsi des maisons de 126 m<sup>2</sup> par famille, selon le schéma de la maison à *pastas*, avec une galerie centrale sur laquelle s'ouvrent trois ou quatre pièces. Les murs sont composés de briques crues sur solin de pierre. Des dépôts, dans les tranchées de fondation des murs de la maison centrale, laissent percevoir un rapport intime entre les habitants, leur maison et les activités féminines<sup>8</sup>. Plusieurs activités artisanales différencient ces maisons. La maison centrale est caractérisée par l'utilisation intensive d'un four dans la pièce Sud-Est directement reliée à la rue il s'agit certainement d'un petit métier culinaire en activité depuis la fondation jusqu'à la fin du III<sup>e</sup> s. Les deux autres maisons sont marquées par une forte activité de forgerons qui se relaient aux différentes périodes d'existence de la tripartition de l'îlot VI (BATS, 2009 PAGES *et al.* 2012). Cette division interne de l'îlot VI vient donc confirmer l'image d'une colonisation faite de citoyens de classes modestes recevant un lot égal de biens.

## CONCLUSION

Les Grecs représentent une population relativement peu importante au regard de l'ensemble du territoire de Gênes à Ampurias ils se concentrent à Marseille, dont la fondation en 600 av. n. è. change durablement ce paysage culturel et politique (BATS, 1998). Ces Grecs s'installent de manière permanente et

<sup>6</sup> Pour une présentation générale d'Olbia et aux fouilles de la zone centrale, se référer à BATS, 2006.

<sup>7</sup> En cours de publication.

<sup>8</sup> ROURE [*et al.*], 2015.

la Gaule méridionale connaît un profond changement le long de la fameuse voie héracléenne, de l'Ibérie jusqu'à la Ligurie se créent des comptoirs à Marseille, Agde, Arles, Béziers et Emporias. Ces établissements dynamisent le littoral et suscitent la création de nouveaux habitats gaulois, premiers *oppida* qui favorisent les contacts directs entre les marchands et les indigènes. Des Grecs devaient être présents également dans plusieurs sites de taille plus petite, considérés comme des comptoirs littoraux à la population mixte comme l'Argentière, Espeyran, Saint-Gilles et le Cailar, en Camargue et dans le Gard, La Monédière puis Lattes dans l'Hérault, et Pech Maho dans le Roussillon (UGOLINI, 2010). La diffusion des productions grecques en revanche est très vaste et entraîne, à partir du IV<sup>e</sup> s., la fondation, par Marseille, d'au moins cinq colonies sur le rivage méditerranéen gaulois d'Agde à Nice. Dès le II<sup>e</sup> s., l'influence très forte des Romains se fait sentir et Marseille perd progressivement sa puissance politique et territoriale.

## BIBLIOGRAPHIE

- BATS, Michel. Marseille archaïque. Étrusques et Phocéens en Méditerranée nord-occidentale. *Mélanges de l'Ecole française de Rome. Antiquité*, 110, 2, 1998, p.609-633.
- BATS, Michel. Les colonies massaliètes de Gaule méridionale sources et modèles d'un urbanisme militaire hellénistique. IN: AGUSTA-BOULAROT, Sandrine LAFON, Xavier. *Des Ibères aux Vénètes. Phénomènes proto-urbains et urbains de l'Espagne à l'Italie du Nord (IV<sup>e</sup>-II<sup>e</sup> s. av. J.-C.)*. Actes du colloque international de Rome 1999. Rome : Ecole Française de Rome, 2004, p.51-64.
- BATS, Michel (dir.). *Olbia de Provence à l'époque romaine*. Aix-en-Provence : Edisud, 2006.
- BATS, Michel. Le colonie di Massalia. IN: LOMBARDO, Mario FRISONE, Flavia. *Colonia di colonia. Le fondazioni sub-coloniali greche tra colonizzazione e colonialismo*. Atti del convegno internazionale (Lecce 22-24 giugno 2006). Galatina (Lecce) : Congedo editore, 2009, p.203-207.
- BATS, Michel *et al.* Les artisans de l'îlot VI à Olbia de Provence (Hyères, Var). IN: BRUN, Jean-Pierre. *Artisanats antiques d'Italie et de Gaule mélanges offerts à Maria Francesca Buonaiuto*. Naples : Centre Jean Bérard, 2009, p.199-202.
- BATS, Michel. Les Phocéens, Marseille et la Gaule (VII<sup>e</sup>-III<sup>e</sup> s. av. J.-C.). *Pallas*, 89, p.145-156, 2012.
- BATS, Michel. Greeks and Natives in South Gaul Relationship, acculturation and identity. IN: HERMARY, Antoine ; TSETSKHLADZE, Gocha R. *From the pillars of Hercules to the footsteps of the Argonauts*. Leuven-Paris-Walpole MA : Peeters, 2012, p.3-20.
- BOISSINOT, Philippe. Des vignobles de Saint-Jean-du-Désert aux cadastres antiques de Marseille. IN TRÉZINY, Henri (éd.). *Grecs et indigènes de la Catalogne à la mer Noire*. Actes des rencontres du programme européen Ramsès 2 (2006-2008). Aix-en-Provence – Paris : Errance, 2010, p.147-154.
- BOUIRON, Marc TRÉZINY, Henri [et al.]. *Marseille trames et paysages urbains de Gyptis au Roi René*. Actes du colloque international d'archéologie, Marseille, 3-5 novembre 1999. Aix-en-Provence : Edisud, 2001.
- GARCIA, Dominique. Le territoire d'Agde grecque et l'occupation du sol en Languedoc central durant l'âge du fer. IN: ARCELIN, Patrice (et al.). *Sur les pas des Grecs en Occident*. Hommages à André Nickels. Lattes/Paris : ADAM-Errance, 1995, p.137-167.
- GARCIA, Dominique. Territori dei *Ligures* della Grecia meridionale genesi e organizzazione. IN: BERTINELLI, Angeli ; GABRIELLA, Maria ; DONATI, Angela. *Città e territorio. La Liguria e il mondo antico*. Atti del IV Incontro Internazionale di Storia Antica (Genova, 12-20 Febbraio 2009). Roma : Giorgio Bretschneider editore, 2010, p.19-29.
- GARCIA, Dominique ; SOURISSEAU Jean-Christophe. Les échanges sur le littoral de Gaule méridionale au premier âge du Fer. Du concept d'hellénisation à celui de méditerranéisation. IN: DELESTRE, Xavier ;

- MARCHESI, Henri. *Archéologie des rivages méditerranéens. 50 ans de recherches*. Actes du colloque d'Arles, 28-30 octobre 2009). Arles : éditions Errance / Ministère de la Culture et de la Communication, 2010, p.237-245.
- GRAS, Michel. L'arrivée d'émigrés à Marseille au milieu du VI<sup>e</sup> s. av. J.-C. IN: ARCELIN, Patrice (*et al.*). *Sur les pas des Grecs en Occident*. Hommages à André Nickels. Lattes/Paris : ADAM-Errance, 1995, p. 363-366.
- GRAS, Michel. Les Étrusques vus de la Gaule. *Documents d'archéologie méridionale*, 27, p.214-230, 2004.
- HERMARY, Antoine ; HESNARD, Antoinette. TRÉZINY, Henri. *Marseille grecque 600-49 av. J.-C. la cité phocéenne*. Paris : Errance, 1999.
- HERMARY, Antoine TRÉZINY, Henri (dir.). *Les cultes des cités phocéennes*. Actes du colloque international Aix-en-Provence/Marseille, 4-5 juin 1999. Aix-en-Provence : Edisud, 2000.
- HESNARD, Antoinette Une nouvelle fouille du port de Marseille, place Jules-Verne. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 138, 1, p.195-217,1994.
- HORDEN, Peregrine ; PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea. A study of Mediterranean History*. Oxford : Blackwell Publishers, 2000.
- JANIN, Thierry. Systèmes chronologiques et groupes culturels dans le midi de la France de la fin de l'âge du Bronze à la fondation de Marseille communautés indigènes et premières importations. IN : *Gli Etruschi da Genova ad Ampurias*. Atti del XXIV convegno di studi etruschi. Pise-Rome : Istituti editoriali e poligrafici internazionali, 2006, p.93-102.
- LEPORE, Ettore. Structure della colonizzazione focea in Occidente. *La Parola del Passato*, 25, p.19-54, 1970.
- MOREL, Jean-Paul. Phocian Colonisation. IN: TSETSKHLADZE, Gocha R. *Greek Colonisation. An Account of Greek Colonies and other Settlements overseas*. Leiden : Brill, 2006, p.358-428.
- PAGES, Gaspard ; ROURE Réjane ; SALLE Valérie. Forgerons à travers les générations ? La métallurgie dans l'îlot VI d'Olbia de Provence (Hyères, 83) de 325 avant notre ère à 20 de notre ère. IN: ESPOSITO, Arianna et SANIDAS, Giorgos. *"Quartiers" artisanaux en Grèce ancienne. Une perspective méditerranéenne*. *Archéologie des espaces économiques*. Actes du Symposium international d'HALMA-IPEL sur La concentration spatiale des activités et la question des quartiers spécialisés (Lille 2009). Lille : Septentrion Presses Universitaires, 2012, p.355-371.
- POMEY, Patrice. Les épaves grecques et romaines de la place Jules-Verne à Marseille. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 139, 2, p.459-484, 1995.
- PY, Michel. *Les Gaulois du Midi de la fin de l'âge du Bronze à la conquête romaine*. Paris : Hachette, 1993.
- ROTHÉ, Marie-Pierre TRÉZINY, Henri [*et al.*]. *Marseille et ses alentours*. Paris : Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 2005.

- ROURE, Réjane ; PERNET, Lionel. *Des rites et des hommes les pratiques symboliques des Celtes, des Ibères et des Grecs en Provence, en Languedoc et en Catalogne*. Paris : Errance, 2011.
- ROURE, Réjane *et al.* « Un dépôt de fondation en contexte domestique à Olbia de Provence (Hyères, Var) ». IN: ROURE, Réjane (éd.). *Contacts et acculturations en Méditerranée Occidentale*. Hommages à Michel Bats. Paris : Editions Errance, 2015, p.99-109.
- TRÉZINY, Henri. Les colonies grecques de Méditerranée occidentale. *Histoire Urbaine*, 13, p.51-66, 2005.
- TRÉZINY, Henri. L'espace périurbain de Marseille. IN: BELARTE, Maria Carmen et PLANA-MALLART, Rosa. *Le paysage périurbain en Méditerranée occidentale, El paisatge periurbà a la Mediterrània Occidental durant la Protohistòria i l'Antiguitat / Le paysage périurbain en Méditerranée Occidentale pendant la Protohistoire et l'Antiquité*. Tarragona : Institut Catalan d'Archéologie Classique, 2012, p.315-326.
- UGOLINI, Daniela. Présences étrangères méditerranéennes sur la côte du Languedoc-Roussillon durant l'âge du Fer de la fréquentation commerciale aux implantations durables. *Pallas, Vivre en Gaule Narbonnaise*, 84, p.83-110, 2010.
- UGOLINI, Daniela BATS, Michel. ARCELIN, Patrice. Établissements grecs du littoral gaulois : Béziers, Agde, Arles et Hyères. IN: DELESTRE, Xavier et MARCHESI, Henri. *Archéologie des rivages méditerranéens. 50 ans de recherches*. Actes du colloque d'Arles, 28-30 octobre 2009. Arles : Éditions Errance / Ministère de la Culture et de la Communication, 2010, p.149-164.

FIGURES

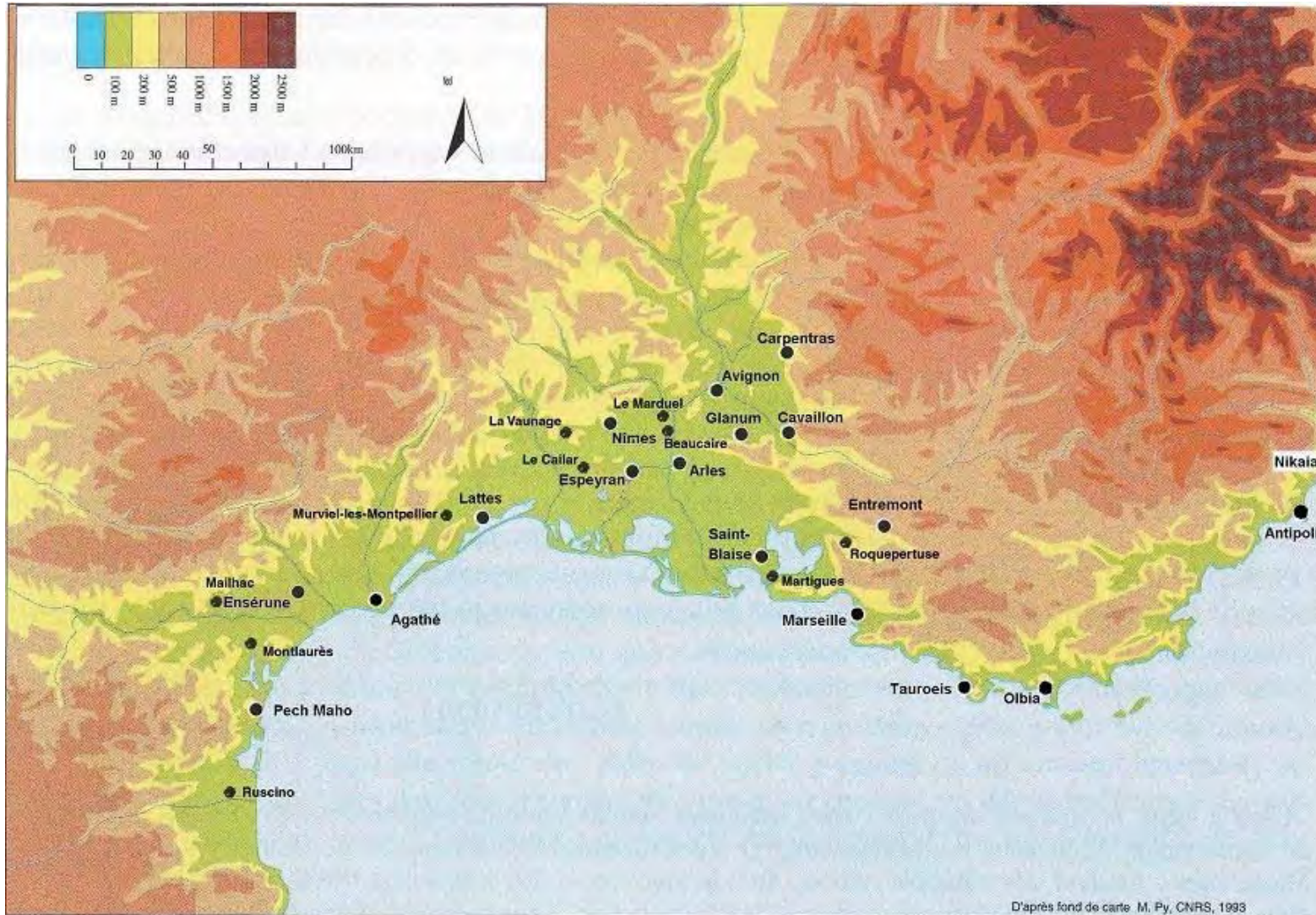


Fig. 01 : Carte des habitats du sud de la Gaule, d'après Michel Py, CNRS, 1993



**Fig. 02** : Trame urbaine de Marseille représentant les cinq systèmes d'orientation de la voirie d'après M. Moliner (ROTHÉ, Marie-Pierre TRÉZINY, Henri [et al.]. Carte Archéologique de la Gaule. 13 :3. Marseille et ses alentours. Paris : Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 2005.)





**Fig. 03** : Maquette de Marseille à l'époque hellénistique, d'après Henri Treziny e Antoine Hermary, Musée d'histoire de Marseille. Cliché : Réveillac, CCJ, CNRS.

---

Recebido em: 28/06/2017

Aprovado em: 12/09/2017

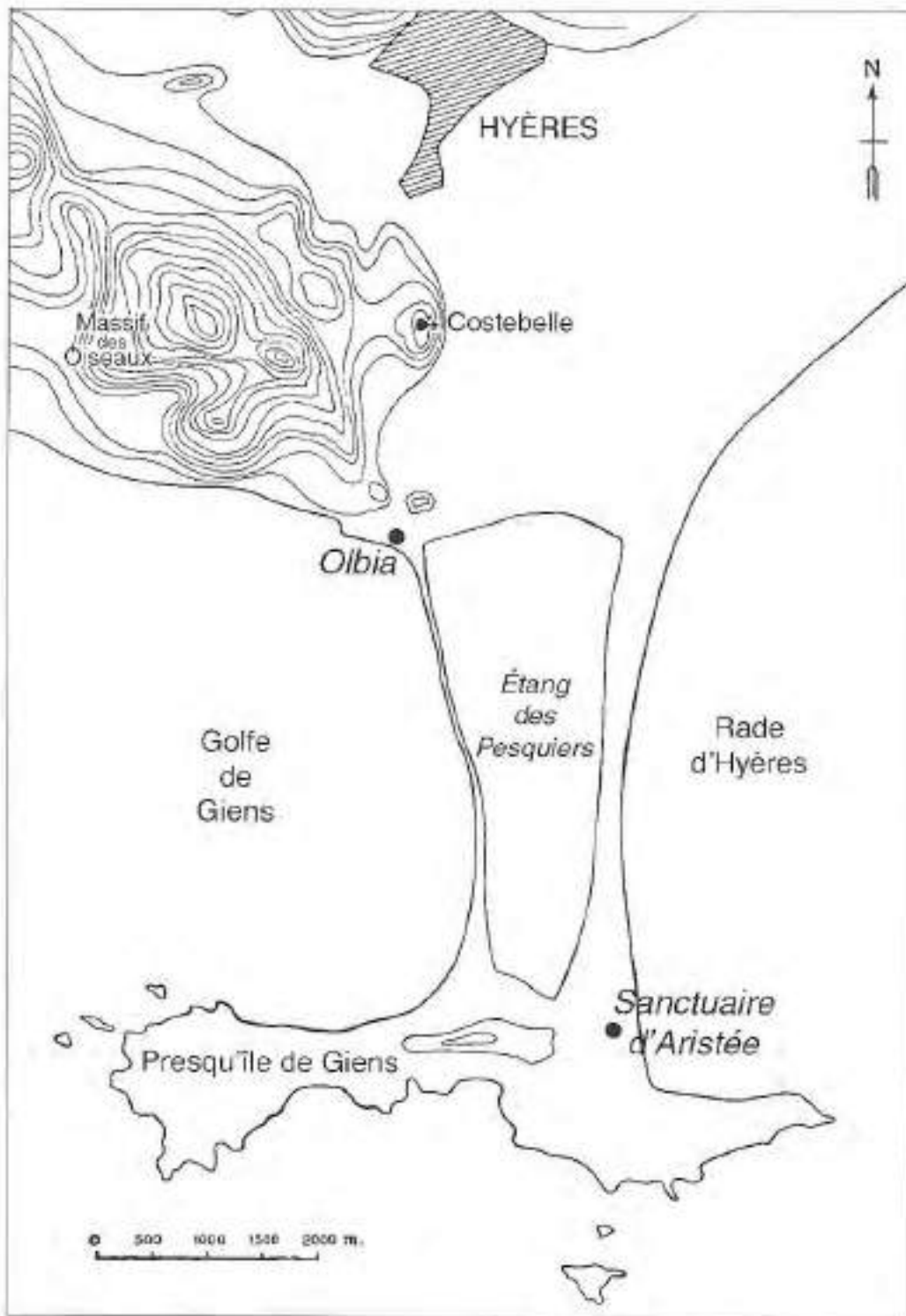
Publicado em: 24/06/2018

Submitted in: 28/06/2017

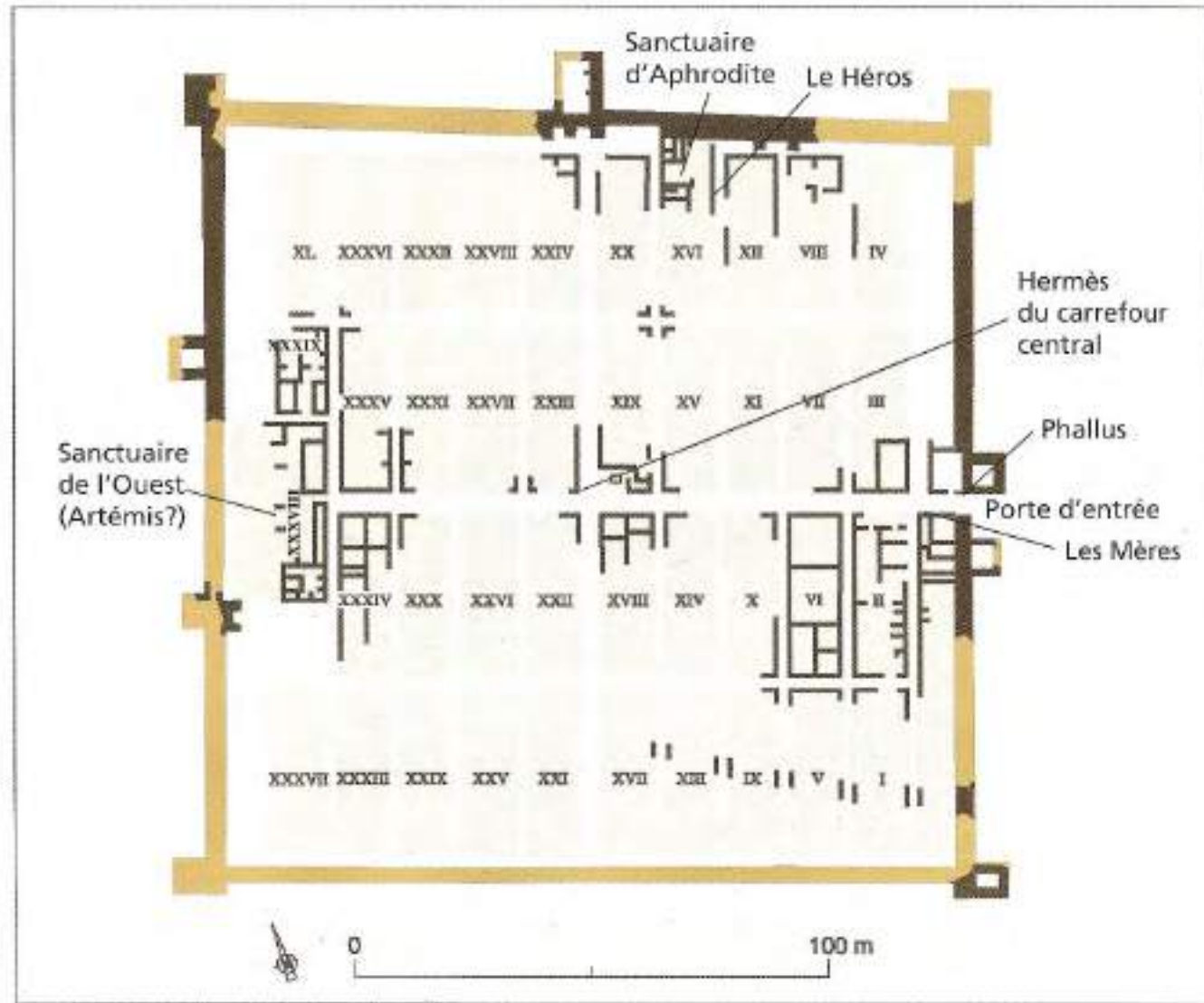
Aproved in: 12/09/2017

Published in: 24/06/2018

---



**Fig.04** : Localisation d'Olbia de Provence, d'après ROURE, Réjane ; PERNET, Lionel. Des rites et des hommes. Les pratiques symboliques des Celtes, des Ibères et des Grecs en Provence, en Languedoc et en Catalogne. Paris : Errance, 2011, n. 267 (« Situation géographique de l'Acapte »).



**Fig.05** : Plan d'Olbia, d'après ROURE, Réjane ; PERNET, Lionel. Des rites et des hommes. Les pratiques symboliques des Celtes, des Ibères et des Grecs en Provence, en Languedoc et en Catalogne. Paris : Errance, 2011.



**Fig. 06** : Atelier de forgeron de la maison au nord de l'îlot VI datant de la fondation d'Olbia. D'après BATS, Michel et al. Les artisans de l'îlot VI à Olbia de Provence (Hyères, Var). IN : BRUN, Jean-Pierre. Artisanats antiques d'Italie et de Gaule mélanges offerts à Maria Francesca Buonaiuto. Naples : Centre Jean Bérard, 2009, p.199-202.)

**AS COLÔNIAS GREGAS DO SUL DA GÁLIA (SÉC. VII – II A.C.)**  
THE GREEK COLONIES IN THE SOUTHERN GAUL (7<sup>TH</sup> – 2<sup>ND</sup> CENTURIES B.C.)

Claire Joncheray

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



## As colônias gregas do sul da Gália (séc. VII – II a.C.)

Claire Joncheray<sup>1</sup>

*Tradução de Lidianne Carderaro<sup>2</sup>*

*Revisão técnica de Airton Pollini e Fábio Vergara Cerqueira*

**Resumo:** O sul da Gália é caracterizado pela forte presença fócia. A colonização de tipo foceu é tardia mas é a única que se espalhou ao norte da região tirrênica; e é o fenômeno mais persistente em termos de duração, do século VII ao II a.C. Este artigo mostra como se desenvolve a implantação grega no território e as relações com as populações locais. Dos primeiros contatos, há alguns vestígios materiais nas necrópoles celtas do sul da Gália. A partir da fundação de Marselha, por volta de 600 a.C., a paisagem cultural e política se altera permanentemente. O artigo apresenta o assentamento de Marselha e o de Ólbia da Provença, uma das cinco colônias de Marselha no litoral mediterrâneo celta. Este artigo integra as transferências culturais no estudo dos processos de instalação dos gregos.

**Palavras-chave:** Gália; Importações; Aculturação; Marselha; Ólbia da Provença.

**Abstract:** The Southern Gaul is characterized by a strong Phocean presence. Even if the Phocean are the latest Greeks arrived in the Occidental Mediterranean Sea, their colonization is the only one who extended in the North of the Tyrrhenian Sea and the most persisting phenomenon from the VIIth to the IIth century BC. This paper shows the link between the Greek's settlements and the local populations. The first contacts consisted in some materials tracks in the Celtic necropolises of the Southern Gaul. From the foundation of Marseille, in 600 BC, the culture and politic area changed durably. This article presents the cultural transfers and the Processes of Greek's installation in the urban context of Marseille and Olbia-de-Provence, one of the five colonies of Marseille on the Celtic Mediterranean coast.

**Keywords:** Gaul; Importations; Acculturation; Marseille; Olbia-De-Provence.

Os primeiros estudos sobre a colonização grega no sul da Gália se concentraram na análise das redes de comércio e do material arqueológico, que marcam os contatos entre os gregos e os indígenas. Progressivamente, o desenvolvimento da arqueologia no contexto gaulês permitiu mostrar uma grande diversidade das populações que acolheram a cultura grega e seguir suas transformações sociais e econômicas (BATS, 2012; PY, 1993; GARCIA, 2010).

A partir da metade do século VII a.C., aparecem no sul da Gália as primeiras importações mediterrâneas. Este fenômeno refere-se quase exclusivamente à região de Agde (antiga Ágata), onde foi encontrada uma grande diversidade de produtos importados descobertos no material funerário da necrópole de Peyrou (JANIN, 2006; GRAS, 2004), proveniente da Fenícia, da Ibéria, da Etrúria e da Grécia. Em seguida, a região da lagoa de Berre e de Saint Blaise também se abre às trocas. A procura por metal, especialmente de estanho, que se destina à fabricação do bronze, devia ser a contrapartida dessas trocas. Progressivamente,

<sup>1</sup> Doutora em arqueologia pela Université de Paris Ouest Nanterre; Membro associada do Centre Camille Jullian, Aix-en-Provence, França.

<sup>2</sup> Doutoranda em Arqueologia Clássica pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

as fontes arqueológicas e epigráficas, sobretudo, permitem atestar a chegada de colonos originários da Ásia Menor, de Focea ou de Samos.

As pesquisas integram hoje em dia as interações entre os gregos e as populações locais no estudo dos processos de instalação dos colonos segundo uma redefinição mais abrangente das questões mediterrâneas na antiguidade (HORDEN, PURCELL, 2000)<sup>3</sup>. Considerarei aqui as dinâmicas espaciais das cidades gregas por intermédio das mais bem conhecidas, Marselha (Massalia) e Óbia da Provença. A dinâmica das interações entre as populações locais e os gregos é estudada a partir das relações com o território e permite apresentar um esclarecimento sobre a presença dos gauleses nessas cidades.

### MARSELHA

Os textos sobre a fundação de Marselha refletem o peso da comunidade autóctone e a diversidade das populações gregas na origem dessa instalação<sup>4</sup>. A tradição literária nos chegou por meio de Ateneu de Náucratis (final do séc. II d.C.) e por Justino (séc. III d.C.). Eles utilizam, respectivamente, os textos de Aristóteles e de Trogo Pompeu, este último um galo-romano do período de Augusto. Esses dois textos explicam como os gregos, liderados por dois fundadores (Protis, ou Euxenos, e Simos), travam um acordo pacífico no litoral com a tribo dos *ségobriges*, e como criam alianças matrimoniais entre as duas populações, através do casamento entre Protis e Gyptis, a filha do rei indígena. Esses relatos sugerem, apesar do peso das reescritas, o caráter misto desde a fundação de Marselha, relacionado com a chegada de grupos de origens diversas e com a adaptação dos gregos ao meio indígena. O foco é sobre a ideia de coabitação, não apenas entre um homem e uma mulher, mas também entre os povos.

No estado atual do conhecimento arqueológico, nada permite postular a existência de um habitat indígena na zona de Marselha antes da chegada dos gregos. A região apresenta um abrigo natural ideal para os barcos, em uma enseada dotada de um riacho, o Lacydon. A cidade de Marselha é concebida assim, no início, como um *emporion*, ou seja, um tipo de porto livre.

Apesar da diversidade dos grupos jônicos na origem da fundação de Marselha em 600 a.C., a parte fócica rapidamente se torna predominante. De fato, a partir dos anos 540/530 a.C., Marselha tem um rápido aumento de sua população e uma forte expansão de seu comércio. Um novo marcador dessa atividade aparece: as ânforas de vinho marselhesas. Essas substituem as importações vinícolas etruscas e, a partir de

---

<sup>3</sup> Desde a publicação desse livro (HORDEN, PURCELL, 2000), as pesquisas sobre o Mediterrâneo têm a tendência de reavaliar a história das microregiões e de ver o papel do mar como um conjunto de redes. Na França, desenvolveu-se o conceito de « méditerranéisation » (mediterranização). Ver GARCIA; SOURISSEAU, 2010, p.237-245.

<sup>4</sup> Apresentação da documentação textual sobre a fundação de Marselha em ROTHÉ, TRÉZINY [et al.], 2005.

525 a.C., o mobiliário anfórico atinge o nível de 70 a 95% do total desse tipo de importação no sul da Gália, com maior ou menor rapidez conforme as regiões.

Essa nova etapa do desenvolvimento marselhês tem sido frequentemente associada com as vicissitudes históricas dos focus. A cidade de Focea, situada na Ásia Menor às margens do golfo de Smirna, foi destruída por volta de 545-540 a.C.<sup>5</sup> e uma parte da população foge para o Ocidente. É assim que um novo contingente chegaria a Marselha (GRAS, 1995). O ano de 540 a.C. corresponde igualmente à derrota fócica em Alalia<sup>6</sup>, na guerra contra os etruscos e os cartagineses. O sítio de Alalia também foi abandonado e a realocação da população favoreceu as outras colônias fócicas como Marselha e a fundação de Vélia (LEPORE, 1970; MOREL, 2006). Esses eventos conduzem a redefinição de zonas marítimas sob o controle dos focus em favor de Marselha. A partir de 540-530 a.C., a própria cidade de Marselha dinamiza o sul da Gália e obtém o monopólio da redistribuição e fabricação dos produtos que circulam no litoral gaulês. É uma cidade mercante que funda sua prosperidade sobre seu comércio e sobre o sistema de postos de comércio litorâneos. Por outro lado, sua organização urbana segue um desenvolvimento progressivo cuja imagem de irregularidade está ligada à justaposição de vários sistemas de orientação das vias<sup>7</sup>.

O primeiro assentamento em Marselha inclui vinte hectares entre o atual monte Saint Laurent e o monte dos Moinhos (des Moulins), de acordo com a abundância de cerâmica do século VI nos primeiros níveis arqueológicos dessa região. A cidade deve ter sido cercada por muros, segundo a interpretação dada à «doca» arcaica da praça Villeneuve-Bargemon (TRÉZINY, 2005). A necrópole devia se situar ao norte da cidade e os bairros suburbanos deviam ser destinados os grandes canteiros de extração de argila para a fabricação de tijolos.

A cidade teve uma expansão muito rápida. A partir do segundo quartel do séc. VI a.C. um novo bairro com plano ortogonal foi construído ao Norte, na atual rue des Pistoles, e a área funerária foi deslocada. No final do séc. VI a.C. um outro setor de habitação foi criado ao Leste, com a extensão da cidade no atual lugar da Bolsa e do monte das Carmelitas. Uma nova muralha é então construída. O período helenístico corresponde à completa extensão urbana com a criação de um novo bairro ao norte da cidade, onde ficam a atual rua Leca e o Parque dos Focus. No período romano, as construções, implantadas na forma de um leque na parte baixa da cidade, parecem alinhadas às curvas de nível da costa, ao longo de uma provável rota litorânea.

A área pública continua mal documentada, assim como o aspecto dos monumentos da cidade. A ágora devia se situar entre as duas colinas primitivas (Saint Laurent e dos Moinhos), ao nível da atual praça

---

<sup>5</sup> Destruição causada pela derrota contra os persas. N.d.R.

<sup>6</sup> Fundação fócica na ilha da Córsega, virá a tornar-se uma cidade etrusca após seu abandono, decorrente do fracasso dos focus na batalha naval contra os cartagineses. N.d.R.

<sup>7</sup> Para o estudo da cidade de Marselha, três volumes permitiram redigir este parágrafo sobre a topografia da cidade: HERMARY, HESNARD, TRÉZINY, 1999; BOUIRON, TRÉZINY [et al.], 2001; ROTHÉ, TRÉZINY [et al.], 2005.



de Lenche. Quanto aos lugares de culto, alguns vestígios arquitetônicos permitem ter uma visão parcial. Os capitéis jônicos arcaicos foram encontrados reutilizados em templos e estelas, ou *naiskoi*, e fazem pensar na existência de santuários dedicados às ninfas. Os textos evocam a presença, sobre o monte de Saint Laurent, de um templo a Ártemis de tipo efesiano, símbolo dos focos, e de um templo a Apolo. Sobre o monte dos Moinhos, devia se encontrar o templo a Atena Polias (HERMARY, TRÉZINY, 2000)<sup>8</sup>.

As áreas portuárias foram encontradas na atual praça Jules Verne. A sobreposição dos estratos apresenta os limites da cidade no final do séc. VI, um estaleiro em atividade nos séculos V-IV d.C. e uma área comercial com desembarcadouros do período romano. Os *naualia*, hangares para a frota de guerra massaliota, deviam se situar, no séc. III a.C., no setor da atual prefeitura (POMEY, 1995; HESNARD, 1994).

As colônias fócias são conhecidas por serem direcionadas para o mar e por possuírem um território de pequena dimensão. A cidade de Marselha confirma este esquema. A área periurbana é marcada pela presença de traços de vinhedos, identificados durante as escavações em Saint Jean du Désert, da rua da República e da rua Trinquet, datados pelo menos do período helenístico (BOISSINOT, 2010; TRÉZINY, 2012). No território de Marselha, também foram identificadas fazendas e uma trama vicinal por um raio de 3-4 km em torno da cidade nesse mesmo período.

No entanto, a influência de Marselha é percebida sobre os sítios indígenas em torno e sobre uma área bastante ampla. O séc. VI a.C. é marcado por um forte dinamismo do interior indígena ligado ao início das trocas permanentes, como evidencia o grande consumo das produções gregas nos assentamentos próximos a Marselha, como Baou de Saint Marcel e a colina da Tourette (BATS, 2012). O início do séc. V e o séc. IV a.C. mostram um brutal declínio demográfico nos sítios indígenas e uma concentração das populações em um território mais restrito.

A partir do séc. IV a.C. Marselha retransmite o poder econômico de uma Roma emergente, como evidenciado pela onipresença das importações de cerâmica da Campânia, mas enfrenta dificuldades comerciais. Na região do Languedoc-Roussillon, a dinâmica grega perde fôlego e o comércio se desenvolve consideravelmente com as regiões ibéricas. A região de Agde passa por uma readaptação territorial com a diminuição da importância das habitações agrupadas e, a partir dos anos 300 a.C., o sítio grego de Béziers é abandonado. Nas regiões do rio Ródano, sente-se uma forte predominância indígena no séc. IV a.C., a exemplo da colônia de Arles, chamada *Theline* em sua fundação (UGOLINI, 2010; GARCIA, 1995). A costa da baixa Provença é pouco conhecida e a ausência de lugares de poder faz com que essa área fique fora dos tráficos. A fim de integrar esses espaços em suas redes econômicas e de se proteger dos piratas gauleses, a cidade grega de Marselha se torna a metrópole de uma série de colônias estabelecidas no litoral do sul da Gália.

---

<sup>8</sup> Para pôr em perspectiva os cultos na cidade de Marselha com as práticas do sul da Gália, ver ROURE, PERNET, 2011.

O texto de Estrabão (IV 1, 5) é a principal fonte literária a descrever esse fenômeno histórico. Ele aponta, do Oeste a Leste, seis assentamentos costeiros: Ágata (Agde), Rhodanousia, Tauroeis (Tauroention), Ólbia, Antípolis (Antibes) e Nikaia (Nice), mas a data de implantação dessas colônias não é especificada nesse texto (BATS, 2009). Graças aos dados arqueológicos, é possível propor uma cronologia: a fundação de Agde em 400 a.C.; a de Tauroention no final do séc. III a.C. (localizada no Brusç à Six-Fours); a de Ólbia por volta de 340-330 a.C.; a de Antibes no séc. IV a.C.; e de Nice depois de 260 a.C. O sítio de Rhodanousia ainda não foi localizado, mas, como seu nome indica, devia se situar às margens do rio Ródano. Essas colônias são concebidas, de acordo com o texto de Estrabão, como *epiteichismata*, ou seja, fortalezas instaladas em território inimigo. Essas guarnições correspondem ao envio de cidadãos massaliotas. Elas de fato se assemelham a fortalezas como Ramnunte, Eleutheres, Oinoe na Ática e, no Adriático, Lissos ou Faros. No entanto, esta visão militar do papel das colônias do período helenístico parece bastante simplista tendo em vista as instalações identificadas pelo menos em Agde e Ólbia da Provença (BATS, 2004). A continuidade desses sítios, seu urbanismo e o status político dos habitantes convidam-nos a considerá-los também como colônias marítimas em uma aproximação com as *coloniae maritimae* romanas como Óstia e Minturno. Trata-se de fato de uma extensão geográfica do território cívico de Marselha e os habitantes permanecem cidadãos de Marselha.

A partir do séc. III a.C., a extensão da *chora* de Marselha e a exploração das vinhas marcam um *hiatus* na ocupação dos sítios próximos à cidade grega. Os conflitos se fazem sentir especialmente durante o período das Guerras Púnicas (264-146 a.C.), principalmente por causa de uma renovação demográfica: 40 assentamentos indígenas foram identificados nos departamentos de Bouches-du-Rhône (Bocas do Ródano) e de Vaucluse (Valclusa), datados entre 400 e 250 a.C., contra 86 para o período de 250-125 a.C. (ver a evolução do território em ROTHÉ, TRÉZINY [*et al.*], 2005).

## OLBIA

Ólbia da Provença corresponde a um laboratório de estudos excepcional para o conhecimento das colônias massaliotas, porque a cidade foi integralmente preservada, com exceção da parte mais meridional que sofreu os ataques da erosão marítima. A colônia de Ólbia da Provença foi fundada na segunda metade do séc. IV a.C. em um sítio virgem em um território de assentamento indígena ainda pouco conhecido. Ela se situa aos pés das colinas do Mont des Oiseaux e de Costebelle (Hyères, Var) e controla um litoral composto pelas ilhas de Hyères e da península de Giens, em um período em que o segundo *tombolo*, cordão litoral de sedimentos que fecham a laguna, ainda não tinha sido estabelecido e que uma lagoa certamente servia como abrigo para os barcos.

Ólbia toma a forma de um quadrilátero de 160 metros de lado, cingido de uma muralha por todos os lados. Uma só porta, a Leste, permite a entrada na cidade. O plano urbanístico é reconstituído graças a sondagens e prospecções geográficas: ele apresenta dois eixos orientados a Norte-Sul e Leste-Oeste, que separam a cidade em quatro bairros, estes divididos em dez blocos habitacionais. Cada quarteirão possui 11m de largura e 34,50m de comprimento. As ruas de 2,10m de largura separam cada bloco. Os lugares públicos são representados pelos santuários. A Norte da cidade, um templo devia ser dedicado a Afrodite como testemunha uma inscrição. A Oeste da cidade, em oposição à porta de entrada, se encontra o santuário de Ártemis. No centro da cidade, encontra-se a interseção das duas vias principais. Este é um local equipado com um poço monumental delimitado por um pórtico nos séc. II-I a.C.<sup>9</sup>

Um quarteirão, o de número VI, foi escavado até o nível da sua fundação<sup>10</sup>. Ele permitiu identificar os primeiros lotes habitacionais oferecidos aos soldados-colonos. Três casas de tamanhos idênticos apareceram (11 a 11,5m): elas definem, assim, casas de 126m<sup>2</sup> por família, de acordo com o esquema de casas *a pastas*, com uma galeria central que se abre para três ou quatro cômodos. As paredes são feitas de tijolos crus com junções de pedras. Alguns depósitos, encontrados nas trincheiras de fundação das paredes da casa central, mostram uma relação íntima entre as pessoas, suas casas e as atividades femininas. Várias atividades artesanais diferenciam estas casas. A casa central é caracterizada pelo uso intensivo de um forno na sala a Sudeste, conectada diretamente com a rua: é certamente um pequeno negócio culinário em atividade desde a fundação até o final do séc. III a.C. As outras duas casas são marcadas por uma forte atividade de ferreiros que se revezam em diferentes períodos da existência da divisão tripartite do quarteirão VI (BATS, 2009, p. 199-202). Essa divisão interna do quarteirão VI vem assim confirmar a imagem de uma colonização composta por cidadãos de classes modestas que recebiam uma parte igual de propriedades.

## CONCLUSÃO

Os gregos representam uma população relativamente pouco numerosa tendo em vista o conjunto do território de Gênova a Ampúrias (Empórias): eles se concentram em Marselha, cuja fundação em 600 a.C. muda de maneira definitiva a paisagem cultural e política (BATS, 1998). Os gregos se instalam permanentemente e a Gália meridional se transforma profundamente: ao longo da famosa rota Heracliana, da Ibéria à Ligúria, se criam postos comerciais em Marselha, Agde, Arles, Béziers e Empórias. Esses estabelecimentos dinamizam o litoral e suscitam a criação de novas habitações gaulesas, primeiros *oppida* que favorecem os contatos diretos entre os mercadores e os indígenas. Os gregos também deviam estar presentes em vários sítios menores, considerados como postos comerciais litorâneos com população mista

<sup>9</sup> Para uma apresentação geral de Ólbia e as escavações da área central, ver BATS, 2006.

<sup>10</sup> Em processo de publicação.

como Argentièrre, Espeyran, Saint-Gilles e Cailar, na região da Camarga (Camargue) e no departamento de Gardão (Gard), La Monédière e depois Lattes no departamento de Erau (Hérault) na Occitânia, e Pech Maho no Roussillon (UGOLINI, 2010). A difusão das produções gregas, por outro lado, é bastante vasta e leva, a partir do séc. IV a.C., à fundação por Marselha de ao menos cinco colônias no litoral mediterrâneo gaulês, de Agde a Nice. A partir do séc. II a.C., a influência muito forte dos romanos se faz sentir e Marselha perde progressivamente seu poder político e territorial.

**BIBLIOGRAFIA**

- BATS, Michel. Marseille archaïque. Étrusques et Phocéens en Méditerranée nord-occidentale. *Mélanges de l'Ecole française de Rome. Antiquité*, 110, 2, 1998, p.609-633.
- BATS, Michel. Les colonies massaliètes de Gaule méridionale sources et modèles d'un urbanisme militaire hellénistique. IN: AGUSTA-BOULAROT, Sandrine LAFON, Xavier. *Des Ibères aux Vénètes. Phénomènes proto-urbains et urbains de l'Espagne à l'Italie du Nord (IV<sup>e</sup>-II<sup>e</sup> s. av. J.-C.)*. Actes du colloque international de Rome 1999. Rome: Ecole Française de Rome, 2004, p.51-64.
- BATS, Michel (dir.). *Olbia de Provence à l'époque romaine*. Aix-en-Provence: Edisud, 2006.
- BATS, Michel. Le colonie di Massalia. IN: LOMBARDO, Mario FRISONE, Flavia. *Colonia di colonia. Le fondazioni sub-coloniali greche tra colonizzazione e colonialismo*. Atti del convegno internazionale (Lecce 22-24 giugno 2006). Galatina (Lecce): Congedo editore, 2009, p.203-207.
- BATS, Michel *et al.* Les artisans de l'îlot VI à Olbia de Provence (Hyères, Var). IN: BRUN, Jean-Pierre. *Artisanats antiques d'Italie et de Gaule mélanges offerts à Maria Francesca Buonaiuto*. Nápoles: Centre Jean Bérard, 2009, p.199-202.
- BATS, Michel. Les Phocéens, Marseille et la Gaule (VII<sup>e</sup>-III<sup>e</sup> s. av. J.-C.). *Pallas*, 89, p.145-156, 2012.
- BATS, Michel. Greeks and Natives in South Gaul Relationship, acculturation and Identity. IN: HERMARY, Antoine, TSETSKHLADZE, Gocha R. *From the pillars of Hercules to the footsteps of the Argonauts*. Leuven-Paris-Walpole MA: Peeters, 2012, p.3-20.
- BOISSINOT, Philippe. Des vignobles de Saint-Jean-du-Désert aux cadastres antiques de Marseille. IN: TRÉZINY, Henri (éd.).  *Grecs et indigènes de la Catalogne à la mer Noire. Actes des rencontres du programme européen Ramsès 2 (2006-2008)*. Aix-en-Provence – Paris: Errance, 2010, p.147-154.
- BOUIRON, Marc TRÉZINY, Henri [et al.]. *Marseille trames et paysages urbains de Gyptis au Roi René*. Actes du colloque international d'archéologie, Marseille, 3-5 novembre 1999. Aix-en-Provence: Edisud, 2001.
- GARCIA, Dominique. Le territoire d'Agde grecque et l'occupation du sol en Languedoc central durant l'âge du fer. IN: ARCELIN, Patrice (et al.). *Sur les pas des Grecs en Occident. Hommages à André Nickels*. Lattes/Paris: ADAM-Errance, 1995, p.137-167.
- GARCIA, Dominique. Territori dei *Ligures* della Grecia meridionale genesi e organizzazione. IN BERTINELLI, Angeli GABRIELLA, Maria DONATI, Angela. *Città e territorio. La Liguria e il mondo antico*. Atti del IV Incontro Internazionale di Storia Antica (Genova, 12-20 Febbraio 2009). Roma: Giorgio Bretschneider editore, 2010, p.19-29.
- GARCIA, Dominique SOURISSEAU Jean-Christophe. Les échanges sur le littoral de Gaule méridionale au premier âge du Fer. Du concept d'hellénisation à celui de méditerranéisation. IN: DELESTRE, Xavier

- MARCHESI, Henri. *Archéologie des rivages méditerranéens. 50 ans de recherches*. Actes du colloque d'Arles, 28-30 octobre 2009. Arles: éditions Errance / Ministère de la Culture et de la Communication, 2010, p.237-245.
- GRAS, Michel. L'arrivée d'émigrés à Marseille au milieu du VI<sup>e</sup> s. av. J.-C. IN: ARCELIN, Patrice (*et al.*). *Sur les pas des Grecs en Occident*. Hommages à André Nickels. Lattes/Paris: ADAM-Errance, 1995, p.363-366.
- GRAS, Michel. Les Étrusques vus de la Gaule. *Documents d'archéologie méridionale* 27, p.214-230, 2004.
- HERMARY, Antoine; HESNARD, Antoinette; TRÉZINY, Henri. *Marseille grecque 600-49 av. J.-C.* La cité phocéenne. Paris: Errance, 1999.
- HERMARY, Antoine TRÉZINY, Henri (dir.). *Les cultes des cités phocéennes*. Actes du colloque international Aix-en-Provence/Marseille, 4-5 juin 1999. Aix-en-Provence: Edisud, 2000.
- HESNARD, Antoinette. Une nouvelle fouille du port de Marseille, place Jules-Verne. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 138, 1, p.195-217, 1994.
- HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. *The Corrupting Sea. A study of Mediterranean History*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- JANIN, Thierry. Systèmes chronologiques et groupes culturels dans le midi de la France de la fin de l'âge du Bronze à la fondation de Marseille. Communautés indigènes et premières importations. IN: *Gli Etruschi da Genova ad Ampurias*. Atti del XXIV convegno di studi etruschi. Pise-Rome: Istituti editoriali e poligrafici internazionali, 2006, p.93-102.
- LEPORE, Ettore. Structures della colonizzazione focea in Occidente. *La Parola del Passato*, 25, p.19-54, 1970
- MOREL, Jean-Paul. Phocian Colonisation. IN: TSETSKHLADZE, Gocha R. *Greek Colonisation. An Account of Greek Colonies and other Settlements overseas*. Leiden: Brill, 2006, p.358-428.
- PAGES, Gaspard; ROURE Réjane; SALLE Valérie. Forgerons à travers les générations? La métallurgie dans l'îlot VI d'Olbia de Provence (Hyères, 83) de 325 avant notre ère à 20 de notre ère. IN: ESPOSITO, Arianna et SANIDAS, Giorgos. *"Quartiers" artisanaux en Grèce ancienne. Une perspective méditerranéenne. Archéologie des espaces économiques*. Actes du Symposium international d'HALMA-IPEL sur La concentration spatiale des activités et la question des quartiers spécialisés (Lille 2009). Lille: Septentrion Presses Universitaires, 2012, p.355-371.
- POMEY, Patrice. Les épaves grecques et romaines de la place Jules-Verne à Marseille. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 139, 2, p.459-484, 1995.
- PY, Michel. *Les Gaulois du Midi de la fin de l'âge du Bronze à la conquête romaine*. Paris: Hachette, 1993.
- ROTHÉ, Marie-Pierre; TRÉZINY, Henri [*et al.*]. *Marseille et ses alentours*. Paris: Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 2005.

- ROURE, Réjane; PERNET, Lionel. *Des rites et des hommes les pratiques symboliques des Celtes, des Ibères et des Grecs en Provence, en Languedoc et en Catalogne*. Paris: Errance, 2011.
- ROURE, Réjane *et al.* « Un dépôt de fondation en contexte domestique à Olbia de Provence (Hyères, Var) ». IN: ROURE, Réjane (éd.). *Contacts et acculturations en Méditerranée Occidentale, Hommages à Michel Bats*. Paris: Errance, 2015, p.99-109.
- TRÉZINY, Henri. Les colonies grecques de Méditerranée occidentale. *Histoire Urbaine*, 13, p.51-66, 2005.
- TRÉZINY, Henri. L'espace périurbain de Marseille. IN: BELARTE, Maria Carmen; PLANA-MALLART, Rosa. *Le paysage périurbain en Méditerranée occidentale. El paisatge periurbà a la Mediterrània Occidental durant la Protohistòria i l'Antiguitat / Le paysage périurbain en Méditerranée Occidentale pendant la Protohistoire et l'Antiquité*. Tarragona: Institut Catalan d'Archéologie Classique, 2012, p.315-326.
- UGOLINI, Daniela. Présences étrangères méditerranéennes sur la côte du Languedoc-Roussillon durant l'âge du Fer de la fréquentation commerciale aux implantations durables. *Pallas, Vivre en Gaule Narbonnaise* 84, p.83-110, 2010.
- UGOLINI, Daniela BATS, Michel. ARCELIN, Patrice. Établissements grecs du littoral gaulois: Béziers, Agde, Arles et Hyères. IN: DELESTRE, Xavier et MARCHESI, Henri. *Archéologie des rivages méditerranéens. 50 ans de recherches*. Actes du colloque d'Arles, 28-30 octobre 2009. Arles: Éditions Errance / Ministère de la Culture et de la Communication, 2010, p.149-164.

FIGURAS

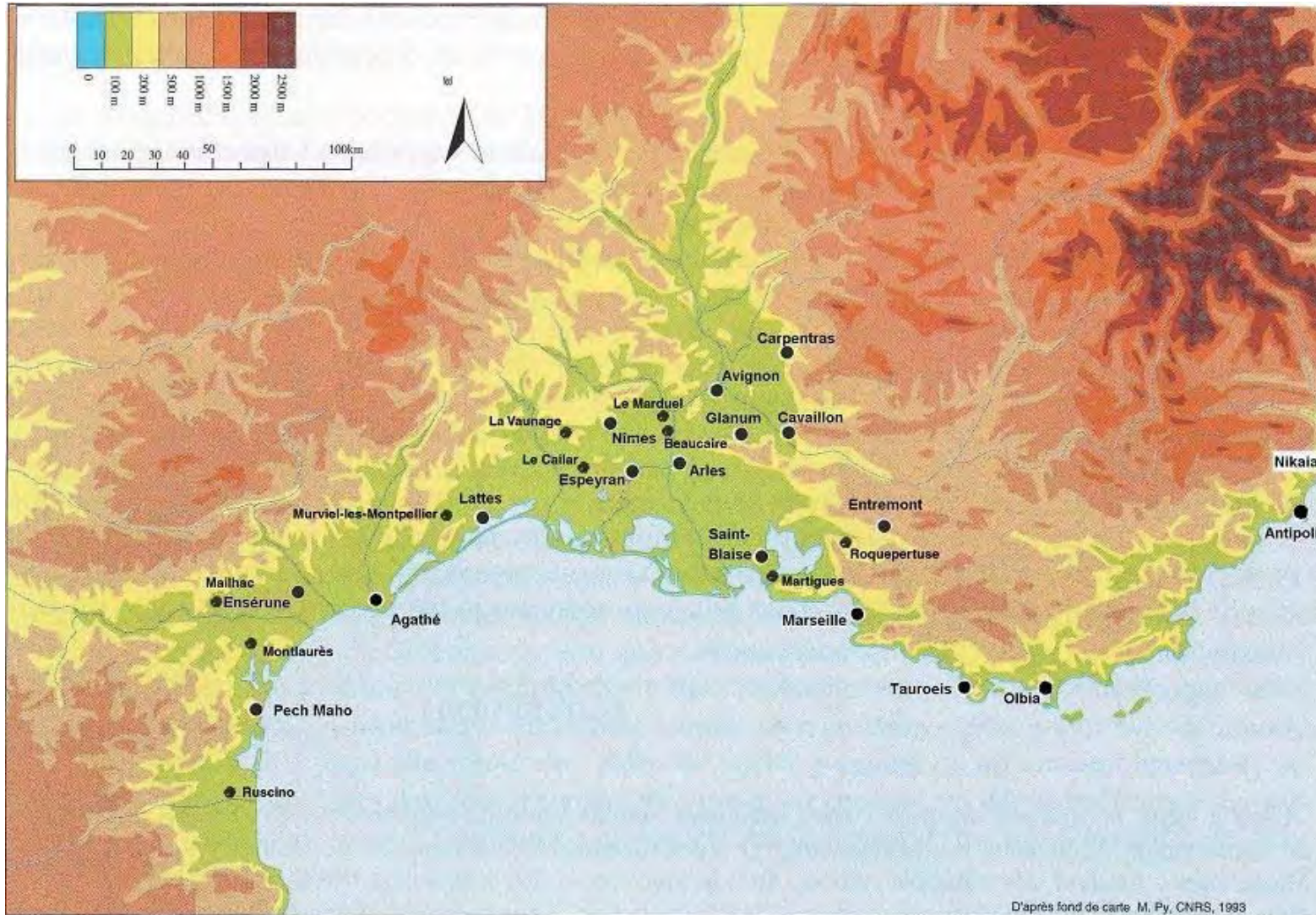


Figura 01: Mapa dos estabelecimentos do Sul da Gália, de acordo com Michel Py, CNRS, 1993.

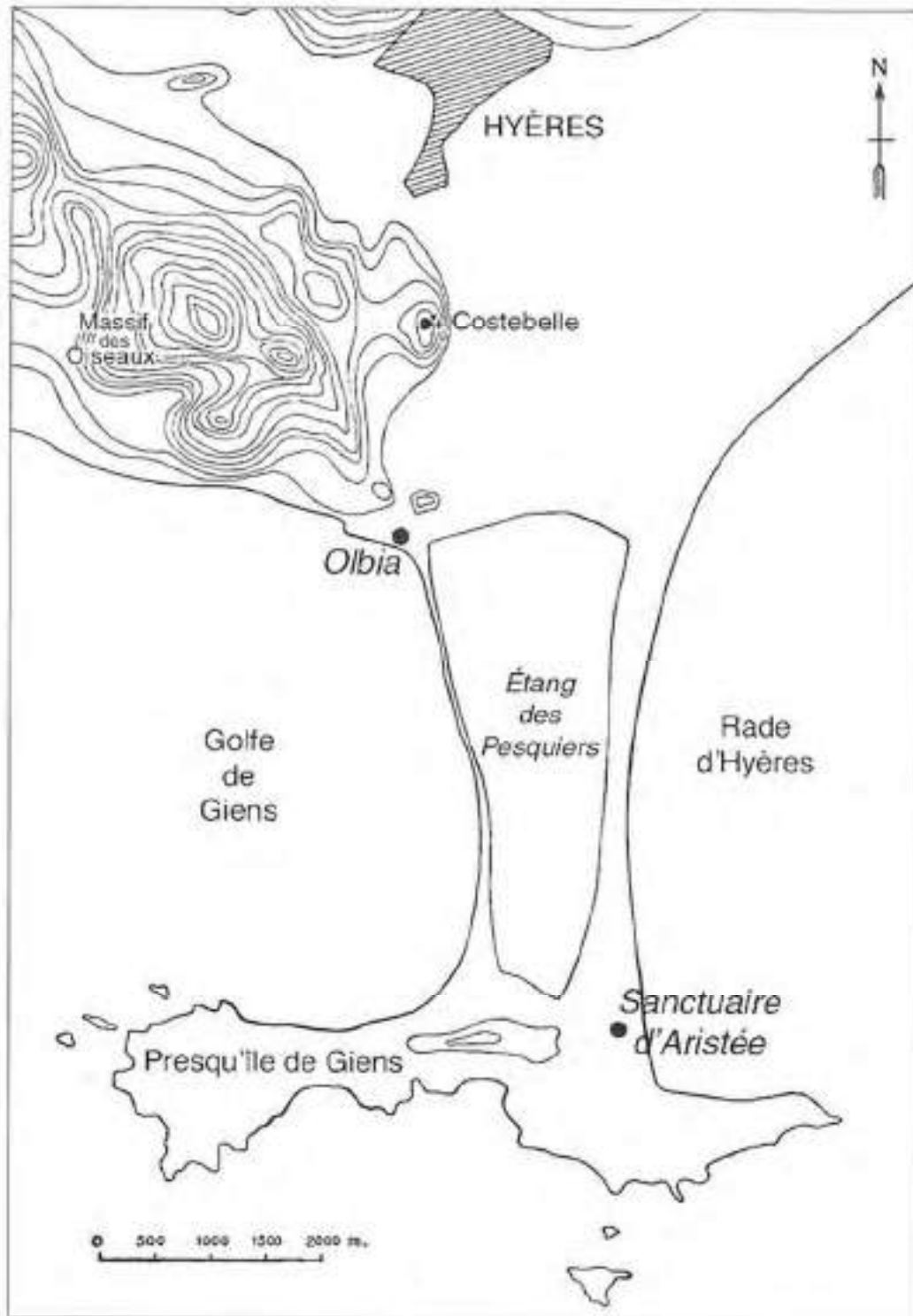




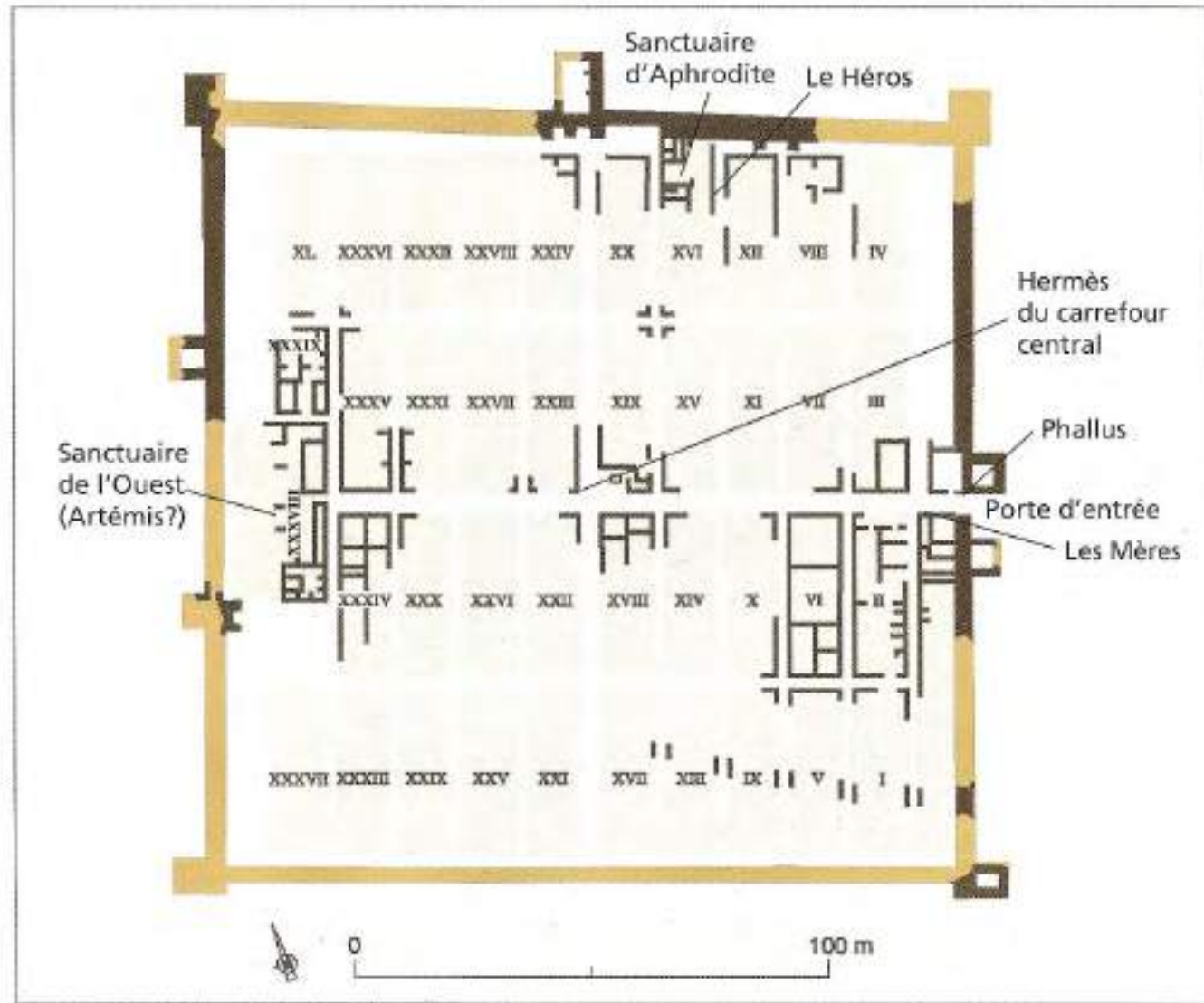
**Figura 02:** Malha urbana de Marselha, representando os cinco sistemas de orientação viária, de acordo com M. Moliner. Fonte: ROTHÉ, Marie-Pierre TRÉZINY, Henri [et al.]. *Carte Archéologique de la Gaule. 13 :3. Marseille et ses alentours.* Paris : Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 2005.



**Figura 03:** Maquete de Marselha na época helenística, de acordo com H. Treziny e A. Hermary. Museu de História de Marselha. Fotografia: Réveillac, Centre Camille Jullian, Université Aix-Marseille, CNRS.



**Figura 04:** Localização de Ólbia da Provença. Fonte: ROURE, Réjane; PERNET, Lionel. *Des rites et des hommes. Les pratiques symboliques des Celtes, des Ibères et des Grecs en Provence, en Languedoc et en Catalogne.* Paris : Errance, 2011, n. 267 (“Situação Geográfica do sítio de Acapte”).



**Figura 05:** Mapa de Ólbia. Fonte: ROURE, Réjane ; PERNET, Lionel. Des rites et des hommes. Les pratiques symboliques des Celtes, des Ibères et des Grecs en Provence, en Languedoc et en Catalogne. Paris : Errance, 2011.



**Figura 06:** Oficina de ferreiro da casa a Norte da quadra VI datando da fundação de Ólbia. Fonte: BATS, Michel et al. « Les artisans de l'îlot VI à Olbia de Provence (Hyères, Var) ». IN: BRUN, Jean-Pierre. Artisanats antiques d'Italie et de Gaule. Mélanges offerts à Maria Francesca Buonaiuto. Naples : Centre Jean Bérard, 2009, p.199-202.)

---

Recebido em: 28/06/2017

Aprovado em: 12/09/2017

Publicado em: 24/06/2018

Submitted in: 28/06/2017

Approved in: 12/09/2017

Published in: 24/06/2018

---

**LES ATHÉNIENS HORS D'ATTIQUE À L'ÉPOQUE CLASSIQUE**  
The Athenians out of Attica in the Classical Period  
*(Os athenienses fora da Ática no período clássico)*

Catherine Saint Pierre-Hoffmann

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



# Les Athéniens hors d'Attique à l'époque classique

Catherine Saint Pierre-Hoffmann<sup>1</sup>

**Résumé:** Le vaste mouvement de fondations d'*apoikiai* de l'époque archaïque semble n'avoir que peu touché Athènes (PÉBARTHE, 2009, p.367, 373-374)<sup>2</sup>, en comparaison à d'autres cités comme Corinthe ou Milet. Les sources sont donc rares pour évoquer les quelques fondations athéniennes de l'époque archaïque. En revanche, la documentation concernant l'époque classique – qu'elle soit contemporaine ou plus tardive – fait, comme pour de nombreux sujets, la part belle à la cité d'Attique. Cependant, l'installation d'Athéniens hors d'Attique présente un visage assez différent du mouvement de colonisation de l'époque archaïque – comme du reste beaucoup de fondations de l'époque classique. Cette présence hors de la cité d'origine s'inscrit à Athènes dans un cadre particulier. Au V<sup>e</sup> siècle, la ligue de Délos (478 av. J.-C.) permet à Athènes d'exercer une forme de domination sur le territoire de certaines cités alliées. Si la défaite d'Athènes en 404 marque un recul de la cité dans le monde grec, il n'est que temporaire. Au IV<sup>e</sup> siècle, avant l'arrivée des Macédoniens, Athènes, par le moyen de la deuxième confédération athénienne (377) parvient à remettre pied dans nombre de cités.

Il n'est pas question ici d'aborder l'ensemble des fondations de l'époque classique, mais de voir quelles sont les formes des installations d'Athéniens à l'extérieur de l'Attique et d'essayer de cerner les éventuelles mobilités que cela engendre.

**Mots-clés:** Colonisation ; Clérouquies, Migration athénienne

**Resumo:** O vasto movimento de fundações de *apoikiai* da época arcaica parece quase não ter chegado até Atenas (PÉBARTHE, 2009, p.367, 373-374)<sup>3</sup>, em comparação com outras cidades como Corinto ou Mileto. As fontes são assim raras para evocar as poucas fundações atenienses da época arcaica. Por outro lado, a documentação sobre a época clássica – seja ela contemporânea ou mais tardia – enaltece a cidade da Ática, como ocorre em muitos outros assuntos. No entanto, a instalação de atenienses fora de Ática apresenta uma face bastante diferente do movimento de colonização do período arcaico – como é o caso de muitas das fundações da época clássica. Esta presença fora da cidade se insere, no caso de Atenas, em um âmbito específico. No século V a.C. a Liga de Delos (478 a.C.) permitiu a Atenas exercer uma forma de dominação sobre o território de algumas cidades aliadas. Se a derrota de Atenas em 404 a.C. marca um declínio da cidade no mundo grego, este é apenas temporário. No quarto século, antes da chegada dos macedônios, Atenas consegue se impor a muitas cidades por meio da segunda confederação de Atenas (377 a.C.).

Não se trata de abordar aqui o conjunto das fundações do período clássico, mas sim de ver quais são as formas das instalações dos atenienses fora da Ática e de tentar identificar as eventuais mobilidades que isto gerou.

**Palavras-chave:** Colonização; Clerúquias; Migração ateniense

<sup>1</sup> Docteur, Professeure agrégée d'histoire-géographie, UMR 8210 AnHiMA (Anthropologie et Histoire des Mondes Antiques)

<sup>2</sup> Au VI<sup>e</sup> siècle, les Athéniens s'installent à Salamine, mais pas sous la forme d'une colonie. Il s'agit d'une extension territoriale. Les rares installations plus lointaines sont le fait d'entreprises individuelles comme celle de Miltiade en Chersonèse de Thrace.

<sup>3</sup> No século IV a.C., os atenienses se instalam em Salamina, mas não na forma de clerúquia. Trata-se de uma extensão territorial. As raras instalações mais longe são consequência de empresas individuais como aquela de Miltiades no Quersoneso da Trácia.

**Abstract:** The vast movement of *apoikiai* foundations of the archaic period seems to have had little effect on Athens (PÉBARTHE, 2009, p.367, 373-374)<sup>4</sup>, in comparison with other cities such as Corinth or Miletus. The sources are therefore rare to evoke the few Athenian foundations of the archaic period. On the other hand, the documentation of the classical period – be it contemporary or later – makes, as for many subjects, the fair share of the city of Attica. However, the installation of Athenians out of Attica presents a face quite different from the settlement movement of the archaic period – as well as many other foundations of the classical period. This presence outside the city of origin, in the case of Athens, is a rather specific setting. In the fifth century, the League of Delos (478 BC) allowed Athens to exercise a form of domination over the territory of some allied cities. If the defeat of Athens in 404 marks a decline of the city in the Greek world, it is only temporary. In the fourth century, before the arrival of the Macedonians, Athens, by means of the second Athenian confederation (377), succeeds in setting its grip in many cities. It is not a question here of approaching all the foundations of the classical period, but of seeing what are the forms of Athenian installations outside Attica and of trying to identify possible mobilities that it generates.

**Keywords:** Colonization; Cleruchies; Athenian migration

### LES DIFFÉRENTES FORMES D'INSTALLATION À L'ÉPOQUE CLASSIQUE

La présence athénienne hors d'Attique est multiforme et surtout difficile à saisir. La documentation, aussi bien issue de la tradition littéraire qu'épigraphique, offre une vision complexe et parfois confuse des Athéniens vivant loin de leur cité.

La cité a en effet déployé plusieurs modes d'occupation hors de son territoire. Il peut s'agir d'*apoikiai* dans le sens le plus traditionnel comme les fondations de Thourioi en Italie du Sud (444) ou d'Amphipolis en Thrace (437/6). Ces fondations panhelléniques ne sont pas les seuls mouvements de population. Les sources mentionnent des *epoikoi*, terme qui désigne le plus souvent des colons venus renforcer le peuplement d'une colonie à une époque ultérieure à la fondation, qu'Athènes a régulièrement envoyé dans ses colonies au cours du V<sup>e</sup> siècle. Ces « colonies » posent de nombreux problèmes aux historiens qui hésitent à voir en elles de véritables cités autonomes. Mais la mention des colons – à part et avec leur ethnique – dans les sources évoquent bien des *poleis*, quoiqu'étroitement insérées dans le jeu militaire d'Athènes. Ces colonies – *apoikiai* – attiques sont souvent des cités qui ont été vidées de leurs habitants qui sont remplacés par des colons athéniens. C'est le cas notamment de Skyros, en 476 suite à l'intervention de Cimon, ou à Histiée sur l'île d'Eubée vers 445, en punition de l'exécution de soldats athéniens durant la guerre sacrée de 446<sup>5</sup> ou encore à Lemnos colonisée depuis la Chersonèse par Miltiade au tournant des VI<sup>e</sup> et V<sup>e</sup> siècle<sup>6</sup>. Le cas d'Égine est également assez ambigu. En 431, une partie des citoyens

<sup>4</sup> In the sixth century, the Athenians settled in Salamis, but not in the form of a colony. It is a territorial extension. The few more distant installations are the result of individual enterprises such as Miltiades in Chersonese of Thrace.

<sup>5</sup> FIGUEIRA, 2008, p.436-439 ; GAUTHIER, 1966, p.72 ; PÉBARTHE, 2009, p.375.

<sup>6</sup> GRAHAM, 1963, p.127-128 ; CARGILL, 1995, p.12-15 ; MOGGI, 2008, p.259-260 ; FICUCIELLO, 2013, p.197-200.



d'Égine est chassée de la cité et des Athéniens s'y installent à leur place. Le statut de ces migrants est assez complexe (PÉBARTHE, 2009, p.374-375).

Toutes les fondations n'ont pas été créées suite à une décision collective de la cité. Des particuliers pouvaient aussi prendre l'initiative d'installer des colons. Périclès, en expédition dans le Pont et en réponse à la demande des gens de Sinope en difficulté, a favorisé l'installation de 600 colons athéniens volontaires probablement en 437/6 sur les terres confisquées à une fraction des citoyens de Sinope (Plutarque *Périclès* XX 1-2 ; PÉBARTHE, 2009, p.376-377).

Mais ce qui vient le plus généralement à l'esprit lorsqu'on évoque la présence d'Athéniens hors d'Attique sont les clérouques. Les historiens peinent à définir et déterminer avec clarté ce que sont ces clérouques. Pour certains, une clérouque est composée de colons qui conservent leur citoyenneté initiale et forment une communauté dépendante de la cité d'origine (FICUCIELLO, 2013, p.199)<sup>7</sup>. Pour d'autres les clérouques sont des soldats athéniens venus s'installer hors d'Attique, des garnisaires qui jouissent du revenu d'un *kleros* pris sur les terres de la cité en échange d'un service militaire (GAUTHIER, 1966, p.73 ; PÉBARTHE, 2009, p.369). Mais l'analyse des sources montre qu'en réalité cette définition est surtout valide pour le IV<sup>e</sup> siècle et derrière ce terme se cache plusieurs réalités et degrés de présence athénienne (FICUCIELLO, 2012, p.199). Pour le V<sup>e</sup> siècle, l'expression est plus ambivalente (ZELNICK-ABRAMOVITZ, 2004, p.325). Le laps de temps qui sépare les athéniens Thucydide (460-395) et Isocrate (436-338) suffit pour observer une évolution du vocabulaire. Lorsque Thucydide mentionne les cités de Lemnos, Skyros ou encore Histiée, il emploie le terme d'*apoikia*. Ces mêmes cités sont évoquées par Isocrate au IV<sup>e</sup> siècle sous le vocable de clérouque (GAUTHIER, 1966, p.68). Les sources plus tardives emploient les deux termes de manière équivalente. Ainsi par exemple pour Potidée, l'épigraphie mentionne l'envoi de clérouques au IV<sup>e</sup> siècle, mais Démosthène rapporte l'expulsion des *apoikoi* athéniens par Philippe et Diodore évoque le renvoi de la garnison athénienne en 356 (CARGILL, 1995, p.22-23 ; Démosthène VI 17, 20 ; Diodore de Sicile XVI 8, 3-5). Le terme « clérouque » semble être utilisé pour désigner deux types d'implantation athénienne différente. Dans l'un des cas, la dimension militaire est essentielle comme à Potidée, dans l'autre comme à Lemnos il y aurait aussi une dimension de colonie de peuplement (CARGILL, 1995, p. 5-6 ; GALLO, 2012, p.370).

Dans son *Histoire de la guerre du Péloponnèse*, Thucydide (III 50, 2) mentionne une clérouque avec certitude, à Mytilène, sur l'île de Lesbos, suite à sa révolte en 427/6. Comment comprendre cette distinction opérée par Thucydide entre *apoikia* et clérouque ? On ne peut guère douter que l'historien connaissait les nuances entre les différents modes d'installation (MOGGI, 2008, p.265-267)<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> L'auteur résume les différentes interprétations et définitions de la clérouque.

<sup>8</sup> Les établissements ont connu des modifications dans leur structure et leurs statuts, expliquant l'évolution du vocabulaire employé par les historiens Hérodote ou Thucydide. D'autres historiens expliquent les variations de vocabulaire chez Thucydide par une confusion que l'auteur ferait entre *apoikia* et clérouque. Voir Ficuciello 2013, p.215.



**Figure 01:** Cités où une présence athénienne est attestée à l'époque classique

Philippe Gauthier propose d'interpréter cela en raison des nombreuses ressemblances entre ces établissements et les fondations de colonies plus habituelles. Dans ces cités que nous aurions tendance, avec Isocrate, à placer du côté des clérouquies, il faut relever certaines similitudes avec les fondations traditionnelles. Les migrants Athéniens occupent un territoire supposé vide – les habitants ayant été expulsés de leur cité. Les colons sont censés s'y installer définitivement, les lots ayant été attribués aux colons à titre définitif – du moins tant qu'ils n'en sont pas à leur tour expulsés. Dans ces nouvelles cités, si les liens juridiques restent étroits, c'est avant tout pour des raisons stratégiques (GAUTHIER, 1966, p.69 ; ZELNICK-ABRAMOVITZ, 2004, p.327). Mais là s'arrêtent les similitudes. Dans ces « *apoikiai* », les colons ne cherchent pas de femmes sur place, ces dernières ayant été expulsées en même temps que les citoyens. Les colons s'installent, avec leur femme et leurs enfants, dans un territoire déjà organisé, délimité (PEBARTHE, 2009, p.368).

Les cas de Mytilène ou de Chalcis en Eubée présentent une toute autre facette justifiant la distinction opérée par Thucydide. Les cités réduites à la suite d'une révolte (Chalcis en 446 et Mytilène en

428), se voient imposer des clérouques. Mais les citoyens de ces cités ne sont pas les sujets d'une expulsion généralisée – seuls ceux qui ont été à l'origine de l'insurrection, des aristocrates, sont contraints de quitter leur foyer<sup>9</sup>. La cité subsiste donc. Les terres confisquées à ces aristocrates sont transformées en *kleroi* destinés à financer la garnison de soldats athéniens laissée sur place, ces installations de garnison étant considérées comme temporaires. Autre distinction majeure, le colon qui reçoit un *kleros* en est propriétaire de plein droit et peut en user comme bon lui semble. En revanche, le clérouque n'est pas propriétaire du *kleros* concédé. Il en est seulement le dépositaire. Une autre analyse de ce passage de Thucydide apporte un nouveau regard. Dans les sources athéniennes, Salamine est parfois présentée comme une clérouque athénienne. La proximité immédiate de l'île avec le reste de l'Attique n'empêche pas l'exercice des prérogatives liées à la citoyenneté de la part des Athéniens installés à Salamine. Dans le cas de Mytilène, impossible de gommer la distance entre l'île de Lesbos et l'Attique. Le statut de clérouque aurait permis aux habitants de Mytilène installés de manière permanente de conserver leur citoyenneté (MOGGI, 2008, p.261-262). La terre clérouchique est considérée comme *demosia*, c'est-à-dire propriété commune de la cité athénienne. N'étant pas une fondation, les clérouques n'ont pas de fondateur à qui rendre un culte ni même besoin de justifier par le biais des mythes leur présence (PEBARTHE, 2009, p.369). Au-delà de ces difficultés sémantiques, au V<sup>e</sup> siècle, les cités recevant des clérouques athéniens restent en nombre relativement peu élevé. Les meilleures candidates sont, outre Mytilène et Chalcis déjà évoquées, Naxos et Andros qui sont situées dans les Cyclades (FIGUIERA, 2008, p.446, 448).

L'ambiguïté du statut de ces possessions athéniennes hors d'Attique revient sur le devant de la scène à l'issue du conflit contre Sparte qui s'achève en 404. Athènes revendique la propriété de certaines cités situées pourtant hors de l'Attique. Il s'agit d'Imbros, Skyros et Lemnos. Ces trois sites qui avaient pourtant été désignés par Thucydide comme étant des *apoikiai*, ont fait l'objet d'âpres négociations entre Athéniens et Spartiates à l'issue de la guerre du Péloponnèse. Ces îles étaient peuplées d'Athéniens, venus remplacer la population expulsée. Considérée comme des *apoikiai* – donc théoriquement autonomes – Athènes n'aurait pu en exiger la propriété. Pour que les Spartiates puissent la leur reconnaître, il fallait insister sur l'importance des liens civiques qui unissaient ces individus aux Athéniens. Ainsi, pour maintenir cette attache, ces insulaires ne sont plus considérés comme des colons mais comme des clérouques, expliquant le glissement sémantique. Par cette requalification, les îles seraient donc intégralement occupées par des clérouques athéniens, justifiant les revendications d'Athènes. En effet, le clérouque à l'époque classique conserve sa citoyenneté, ce qui n'est normalement pas le cas du colon (*apoikos*) (FIGUEIRA, 2008, p.448 ;

---

<sup>9</sup> À Chalcis, d'après Elien, les terres des *Hippobotai* (aristocrates) sont divisées en 2 000 lots par les Athéniens qui en consacrent une partie et qui louent le reste (GAUTHIER, 1966, p.71). À Mytilène, cité de Lesbos, les aristocrates portent le nom de *dunatoi* (puissants).

PEBARTHE, 2009, p.370 ; GRAHAM, 1983, p.169). Pourtant, on observe à plusieurs reprises que le colon athénien pouvait avoir une double identité, une double citoyenneté, par exemple à Lemnos ou à Histiée, mais aussi à Égine (PEBARTHE, 2009, p.375)<sup>10</sup>. En effet, il semblerait que dans les *apoikiai* situées dans des cités déjà existantes les colons citoyens athéniens ne perdaient pas leur citoyenneté mais bénéficiaient d'une double identité, équivalente aux statuts juridiques des individus bénéficiant d'un accord de *sympolitie* (PEBARTHE, 2009, p.372-373).

Au IV<sup>e</sup> siècle, les clérouques athéniennes connaissent un essor important (GALLO, 2012, p.366-367). Alors qu'elles étaient formellement interdites dans le décret d'Aristotélès qui contenait les clauses de la seconde confédération (377), on observe une multiplication de ces installations hors d'Attique à partir des années 360. Dès 366, Samos a été « libérée » de la tutelle perse et la garnison a été remplacée par des clérouques athéniens. En 361, une autre création de clérouque mérite que l'on s'y attarde. Il s'agit de la cité de Potidée qui demande officiellement à Athènes de lui envoyer des clérouques (*IG II 114*, voir BRUN, 2005, n°59). La cité de Chalcidique de Thrace, entrée dans l'orbite athénienne en 364 à la suite de l'expédition du stratège Timothée, connaît des troubles internes. La faction démocratique qui a dû accéder au pouvoir à la faveur de l'intervention athénienne dans la région est sans doute fragilisée par des menaces internes ou externes (CARGILL, 1995, p.22). Potidée ne faisait pas partie des cités signataires de la confédération de 377, et donc n'était pas couverte par les garanties de non intervention. D'un point de vue légal, Athènes n'a donc pas rompu ses engagements. Toutefois en insistant à plusieurs reprises dans le décret sur la démarche des Potidéates, Athènes s'affranchit préventivement de l'accusation de non-respect de cette clause (BRUN, 2005, n°59 ; WORTHINGTON, 2000, p.235-236).

D'autres formes de mainmise sur le territoire d'une tierce cité existaient. Plusieurs documents majeurs évoquent des propriétés privées situées dans d'autres cités appartenant à ces citoyens athéniens au V<sup>e</sup> siècle. On peut les déceler à partir de la stèle des Hermocopides, qui recense le nom des Athéniens condamnés dans l'affaire de l'émascation des statues d'Hermès qui a défrayé la vie politique d'Athènes juste avant le départ des Athéniens pour l'expédition de Sicile (415) ; ou encore depuis le décret d'Aristotélès précisant les modalités et le fonctionnement de la deuxième confédération athénienne en 377<sup>11</sup>. Par exemple la stèle des Hermocopides mentionne un certain Adeimantos qui se voit confisquer un domaine situé à Thasos, d'autres condamnés ont des biens localisés à Abydos ou en Eubée (GAUTHIER, 1973, p.163-178). Il est exclu qu'il s'agisse de terres clérouchiques. Par ailleurs, dans les clauses de la seconde confédération de Délos, Athènes s'engage à restituer toutes les terres publiques ou privées possédées par les Athéniens en dehors de leur cité, mais aussi de n'en acquérir aucune à l'avenir, garantie sans doute souhaitée par les futurs

<sup>10</sup> Égine est désignée par Thucydide comme une *apoikia*.

<sup>11</sup> Certaines clauses de ce décret permettent de déduire en filigrane le fonctionnement de la première ligue de Délos.

membres. Cette clause permet de soutenir l'hypothèse que des Athéniens étaient bien propriétaires de terres situées dans d'autres *poleis* durant la domination athénienne au V<sup>e</sup> siècle. Cette situation pose un problème complexe d'ordre juridique car le statut de citoyen conférait normalement le privilège de pouvoir posséder la terre de la cité, prérogative interdite aux non citoyens. Ainsi, la question de l'existence de propriétés privées appartenant à des Athéniens hors d'Attique est problématique. Il existait bien sûr des moyens légaux de posséder ces terres : par mariage ou par *enktesis*, mais ce privilège, d'avoir le droit de devenir propriétaire, était rarement accordé par une cité. Ces terres ont pu plus probablement être acquises par les Athéniens de plusieurs façons : en gagnant un procès contre un citoyen d'une autre cité – dans ces cas-là celui qui a porté l'affaire en justice reçoit les deux-tiers de l'amende infligée –, ou encore par le système de prêt. Dans le monde grec, les prêts étaient garantis sur la terre. En cas de non remboursement, le créancier s'emparait des biens hypothéqués. De riches Athéniens ont alors prêté de l'argent à des particuliers ou à des cités insolubles aux abois. Ainsi, la position dominante d'Athènes et le rôle des sycophantes stigmatisés par Aristophane ou Xénophon ont certainement favorisé ces propriétaires. En temps normal, le citoyen athénien aurait dû vendre cette terre à un concitoyen du condamné et ne conserver que l'argent de la vente. Mais la crainte de la puissance d'Athènes a sans doute favorisé l'abandon par ces cités de certaines de leurs prérogatives. Dans tous les cas, ces propriétaires athéniens qui appartenaient sans nul doute aux deux classes censitaires les plus élevées, les *pentacosiomédimnes* et les *hippeis*, continuaient à vivre à Athènes.

### UNE PRÉSENCE ATHÉNIENNE HORS D'ATHÈNES QUI RESTE RARE

Que ce soient par le biais des colonisations plus traditionnelles ou des clérouques, la question de la mobilité des Athéniens et surtout de l'importance de ce mouvement se pose inéluctablement.

Lors de la révolte de Mytilène en 428/7, les Athéniens adoptent plusieurs mesures dont la réduction d'une partie du territoire en 3 000 lots. Mytilène est à bien des égards une clérouque hors norme. Le chiffre de 3 000 lots (dont 300 réservés à la déesse Athéna) ne peut pas être considéré comme reflétant le nombre d'Athéniens sur place, bien que certains historiens l'affirment. Les historiens qui estiment ce chiffre réaliste n'envisagent la possibilité d'un tel envoi que dans la mesure où il est temporaire (GAUTHIER, 1966, p.78-79). Ceux qui remettent ce chiffre en cause s'appuient sur la situation démographique à Athènes à cette époque. Une ponction de 2 700 soldats citoyens était inenvisageable à cette date (427/6) après les pertes humaines massives des premières années de guerre.

Généralement les clérouques au V<sup>e</sup> siècle ne sont pas très nombreux, mobilisant quelques centaines d'individus. Au IV<sup>e</sup> siècle, la situation semble évoluer. Le retour d'Athènes sur la scène politique marquée par la victoire de Conon à Cnide en 394 est associé au développement des clérouques à partir des années 360. Samos, dont la population a été chassée en 365, semble avoir reçu en quelques décennies environ 12 000

familles de clérouques. Ce chiffre reste tout de même assez exceptionnel puisqu'il représenterait environ un tiers des citoyens athéniens à cette époque. Cette occupation entraîna l'exil pendant 43 ans des Samiens qui trouvèrent dans les autres cités sympathie et asile, en raison notamment de l'hostilité à l'égard d'Athènes, qui renouait avec des pratiques fortement contestées (CARGILL, 1995, p.35-40 ; HABICHT, 1996, p.398-401)<sup>12</sup>.

La mobilité des Athéniens est certainement assez modeste comme en témoigne le nombre de colons athéniens participant aux fondations panhelléniques. Les colonies d'Amphipolis et de Thourioi ne sont constituées que d'un millier d'Athéniens, pour un nombre total de 10 000 colons à Thourioi. De même à Histiée, les colons athéniens auraient été 2 000 tout au plus (PEBARTHE, 2009, p.378)<sup>13</sup>. Les historiens estiment que le nombre d'Athéniens installés hors de la cité serait de l'ordre de 12 000 colons et de 8 000 à 9 000 clérouques, soit environ 10% de la population (FIGUEIRA, 2008, p.443 et voir tableaux p.508-510 ; PEBARTHE, 2009, p.379).

Les motivations de ces hommes, des citoyens Athéniens, qui acceptent de quitter leur patrie pour s'installer ailleurs sont loin d'être évidentes et font débat. Nous ignorons tout du mode de recrutement. En outre, l'origine sociale de ces hommes qui quittent l'Attique est difficile à déterminer et les sources contradictoires. Concernant les clérouques, on observe que peu de temps après l'envoi des clérouques, les Mytiléniens obtiennent de verser un loyer pour chaque *kleros* clérouchique (*IG I<sup>3</sup> 66*). Il est possible que les clérouques ne travaillaient pas eux-mêmes le lot qui leur était attribué. Cette somme servait à financer l'entretien d'une garnison suffisante pour défendre la cité dépourvue de murailles, celles-ci ayant été détruites en représailles à la révolte<sup>14</sup>. Les terres – autrefois propriété des *dunatoi* – étaient travaillées par la petite paysannerie locale qui en tirait donc un profit. Mais il ne faut pas généraliser le cas de Lesbos à toutes les clérouques<sup>15</sup>.

Le montant des loyers dû pour ces terres était assez modeste, de l'ordre de deux mines par an<sup>16</sup>, et correspondait au montant de la solde d'un soldat ou d'un mercenaire au V<sup>e</sup> siècle<sup>17</sup>. Il est peu vraisemblable que les lots de terres attribués étaient d'aussi faibles revenus et rigoureusement égaux. Ainsi pour les clérouques, le lot de terre ne constituait pas une source d'enrichissement possible, mais représentait leur

<sup>12</sup> Samos a été restituée aux Samiens par Alexandre en 324, mais les Samiens n'ont pu retrouver leur patrie qu'en 321 après l'échec de la révolte d'Athènes et des cités grecques contre la tutelle macédonienne qui suivit la mort d'Alexandre.

<sup>13</sup> L'historien relève qu'en dehors d'Histiée avec ses 2 000 colons, le nombre de 1 000 colons revient à trois reprises au V<sup>e</sup> siècle : Potidée, Bréa (ou du moins la Thrace) et pour des renforts en Chersonèse. Mélos reçoit 500 colons et Sinope 600.

<sup>14</sup> Il semble que les Athéniens soient restés dans les cités de l'île de Lesbos (sauf Méthymna) jusqu'à la fin de la guerre du Péloponnèse. SALOMON, 1997, p.198-200.

<sup>15</sup> Zelnick-Abramovitz estime que ce système est généralisé pour toutes les clérouques. Pébarthe pense que certains clérouques résidants cultivaient eux-mêmes la terre du *kleros* qui leur était allouée (PÉBARTHE, 2009, p.382).

<sup>16</sup> Un accord entre Athènes et Mytilène fixe à deux mines par an et par *kleros* le loyer dû en échange de la terre. Thucydide III 50, 2 ; PÉBARTHE, 2009, p.382.

<sup>17</sup> La solde a été calculée comme étant d'une drachme/jour pour huit mois de mobilisation au début du V<sup>e</sup> siècle, ce qui représente deux mines par an. PÉBARTHE, 2009, p.382.

solde en nature. Par conséquent, pour Philippe Gauthier, les clérouques seraient plutôt à chercher du côté des zeugites, les soldats fantassins, et non pas des Thètes (GAUTHIER, 1973, p.163-178).

Cette hypothèse ne fait cependant pas l'unanimité. Souvent, les clérouques ont été interprétées comme le moyen de faire face à un trop plein démographique. La cité qui avait connu une importante saignée démographique durant les premières années de la guerre du Péloponnèse et en raison de la « peste » qui a emporté entre autres, Périclès, ne pouvait se permettre de se séparer d'une part importante et stratégique de sa population. L'origine sociale des clérouques serait plus sûrement à chercher du côté des Thètes, la quatrième et la plus pauvre des classes censitaires d'Athènes. Favoriser l'essor économique des Thètes, était un moyen pour Athènes de renforcer la troisième classe censitaire des Zeugites dans laquelle se recrutait les indispensables hoplites en permettant le basculement de Thètes vers la classe des Zeugites (PÉBARTHE, 2009, p.382-384). Cette hypothèse avancée par Christophe Pébarthe est corroborée par la localisation de la plupart des clérouques. À l'exception notable de Mytilène sur l'île de Lesbos, elles sont situées à proximité de l'Attique, permettant aux clérouques qui y étaient installés de maintenir des liens avec leur cité. Certains clérouques étaient sans doute des ruraux ouvriers agricoles et ceux qui n'étaient pas versés dans l'art de l'agriculture louaient probablement leurs terres aux paysans locaux (FIGUEIRA, 2008, p.438).

Le groupe économique-social auquel appartenaient les colons fait aussi l'objet d'interprétations divergentes. Le décret à l'origine de la fondation de Brea en Adriatique (446/5) évoque des restrictions quant au niveau social des colons (*IG I<sup>3</sup> 46*). Seraient exclus de cette entreprise de refondation les membres des deux premières classes censitaires<sup>18</sup>. Cependant plusieurs éléments viennent nuancer cette image. Certes les moins fortunés étaient en mesure d'espérer un bénéfice important d'une installation dans une colonie, notamment sous la forme d'une terre. Mais la nouvelle cité ne pouvait se passer de la présence d'un groupe économiquement dominant, en mesure de prendre en charge certaines dépenses civiques sur le modèle des liturgies athéniennes et, surtout, de prendre part en tant que cavaliers à la défense de la jeune cité (FIGUEIRA, 2008, p.439; PÉBARTHE, 2009, p.381)<sup>19</sup>.

Les vicissitudes politiques qui ont secoué le monde grec durant la période classique ont aussi eu des répercussions sur les mouvements de population. Ainsi, Lysandre, le navarque spartiate s'attache à anéantir l'*archè* d'Athènes après la Guerre du Péloponnèse. Pour cela il cherche à démanteler le réseau que la cité avait mis en place à travers notamment ses colonies et ses clérouques. Les habitants d'Égine, de Mélos ou encore de Scione, chassés par Athènes du temps de son hégémonie, sont rétablis dans leur cité, chassant

---

<sup>18</sup> D'autres sources viennent appuyer cette idée. Ainsi Plutarque dans la *vie de Périclès* (XI 5-6) rapporte que l'objectif de Périclès à propos de l'envoi de colons en Chersonèse était d'éloigner les pauvres et les oisifs d'Athènes. PÉBARTHE, 2009, p.379.

<sup>19</sup> Plusieurs sources évoquent des colons riches. C'est le cas d'Ariston, le père de Platon, un *hippeus* qui a pu faire partie de la cohorte de colons athéniens à Égine. Par ailleurs à Histiée la levée de l'*eisphora* est la preuve que tous les colons n'étaient pas pauvres.

à leur tour les *epoikoi* Athéniens. Mais ces retours ne sont pas toujours possibles comme certainement à Skyros où les anciens habitants n'étaient plus assez nombreux pour pouvoir envisager de revenir vivre dans leur cité. L'arrivée des Macédoniens, qui marquent la fin de l'expansion d'Athènes hors de ses frontières, a certainement conduit à un rapatriement des clérouques installés depuis peu dans la région de Chersonèse. Si ces mouvements sont bien attestés, en revanche leur importance doit être fortement relativisée. Il est peu probable que la majorité des habitants d'origine athénienne situés hors d'Attique ait à nouveau été déplacée (FIGUEIRA, 2008, p.462, 496).

## BIBLIOGRAPHIE

- BRUN, P. *Impérialisme et démocratie à Athènes. Inscriptions de l'époque classique*. Paris : Armand Colin, 2005.
- CARGILL, J. *Athenian settlements of the fourth century B.C.* Leiden, New York, Köln : Brill, 1995.
- FICUCIELLO, L. *Lemnos : cultura, storia, archeologie, topografia di un'isola del Nord-Ege*. Monografie della scuola archeologica di Atene e delle missioni italiane in oriente, XX, 1/1, Lemno 1,1, Athènes, 2013.
- FIGUEIRA, Th. « Classical Greek Colonization ». IN: G.R. TSETSKHLADZE (ed.). *Greek Colonisation. An Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas. Volume 2. Mnemosyne Supplementum 193*. Leiden and Boston : Brill, 2008, p. 427-523.
- GALLO, L. « Le strutture istituzionali delle cleruchie ateniesi ». *ASAtene* 88, 2010 (2012), p.365-370.
- GAUTHIER, Ph. « Les clérouques de Lesbos et la colonisation athénienne au V<sup>e</sup> s ». *REG* 79, 1966, p. 64-88.
- GAUTHIER, Ph. « A propos des clérouques athéniennes du V<sup>e</sup> siècle ». *Problèmes de la terre en Grèce ancienne*. Recueil de travaux publié sous la direction de M. I. FINLEY. Paris : Mouton, 1973, p.163-178.
- GRAHAM, A. J. « The fifth century cleruchy on Lemnos ». *Historia : Zeitschrift für alte Geschichte*, 12,1, 1963, p.127-128.
- GRAHAM, A. J. *Colony and Mother City in Ancient Greece*. 2<sup>nd</sup> ed., Chicago: Ares, 1983.
- HABICHT, Chr. « Athens, Samos, and Alexander the Great ». *PAPhS*, 140, 1996, p.397-405.
- MOGGI, M. « Fra apoikia e kleroukia », IN: E. GRECO; E. PAPI (dir). *Hephaestia 2000-2006*. Ricerche e scavi della Scuola archeologia italiana di Atene in collaborazione con il Dipartimento di archeologia e storia delle arti dell'Università di Siena. Atti del seminario, Siena, Certosa di Pontignano, 28-29 maggio 2007 (Tekmeria 6), Fondazione Paestum-Pandemos, 2008, p.259-270.
- PEBARTHE, Ch. « Émigrer d'Athènes. Clérouques et colons aux temps de la domination athénienne sur l'Égée au V<sup>e</sup>me siècle a.C. ». IN: KAISER, W., Cl. MOATTI et Chr. PÉBARTHE (textes réunis par). *Le monde*



*de l'itinérance en Méditerranée de l'Antiquité à l'époque moderne*. Bordeaux : Ausonius, 2009, p.367-390.

SALOMON, N. *Le cleruchie di Atene, caratteri e funzione*. Pise : Edizioni ETS, 1997.

WORTHINGTON, I. « Demosthenes, Philippic 2.20 and Potidaea the apoikia ». *Hermes* 128, 2000, p.235-236.

ZELNICK-ABRAMOVITZ, R. "Settlers and Dispossessed in the Athenian Empire". *Mnemosyne* 57, 3, 2004, p.325-345.

---

Recebido em: 28/06/2017

Submitted in: 28/06/2017

Aprovado em: 12/09/2017

Aproved in: 12/09/2017

Publicado em: 24/06/2018

---

Published in: 24/06/2018

**OS ATENIENSES FORA DA ÁTICA NO PERÍODO CLÁSSICO**  
The Athenians out of Attica in the Classical Period

Catherine Saint Pierre-Hoffmann

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



## Os atenienses fora da Ática no período clássico

Catherine Saint Pierre-Hoffmann<sup>1</sup>

Traduzido por Lidyanne Carderaro<sup>2</sup>

Revisão Técnica de Airton Pollini e Fábio Vergara Cerqueira

**Resumo:** O vasto movimento de fundações de *apoikiai* da época arcaica parece quase não ter chegado até Atenas (PÉBARTHE, 2009, p.367, p.373-374)<sup>3</sup>, em comparação com outras cidades como Corinto ou Mileto. As fontes são assim raras para evocar as poucas fundações atenienses da época arcaica. Por outro lado, a documentação sobre a época clássica – seja ela contemporânea ou mais tardia – enaltece a cidade da Ática, como ocorre em muitos outros assuntos. No entanto, a instalação de atenienses fora de Ática apresenta uma face bastante diferente do movimento de colonização do período arcaico – como é o caso de muitas das fundações da época clássica. Esta presença fora da cidade se insere, no caso de Atenas, em um âmbito específico. No século V a.C. a Liga de Delos (478 a.C.) permitiu a Atenas exercer uma forma de dominação sobre o território de algumas cidades aliadas. Se a derrota de Atenas em 404 a.C. marca um declínio da cidade no mundo grego, este é apenas temporário. No quarto século, antes da chegada dos macedônios, Atenas consegue se impor a muitas cidades por meio da segunda confederação de Atenas (377 a.C.). Não se trata de abordar aqui o conjunto das fundações do período clássico, mas sim de ver quais são as formas das instalações dos atenienses fora da Ática e de tentar identificar as eventuais mobilidades que isto gerou.

**Palavras-chave:** Colonização; Clerúquias; Migração ateniense

**Abstract:** The vast movement of *apoikiai* foundations of the archaic period seems to have had little effect on Athens (PÉBARTHE, 2009, p.367, p.373-374)<sup>4</sup>, in comparison with other cities such as Corinth or Miletus. The sources are therefore rare to evoke the few Athenian foundations of the archaic period. On the other hand, the documentation of the classical period – be it contemporary or later – makes, as for many subjects, the fair share of the city of Attica. However, the installation of Athenians out of Attica presents a face quite different from the settlement movement of the archaic period – as well as many other foundations of the classical period. This presence outside the city of origin, in the case of Athens, is a rather specific setting. In the fifth century, the League of Delos (478 BC) allowed Athens to exercise a form of domination over the territory of some allied cities. If the defeat of Athens in 404 marks a decline of the city in the Greek world, it is only temporary. In the fourth century, before the arrival of the Macedonians, Athens, by means of the second Athenian confederation (377), succeeds in setting its grip in many cities. It is not a question here of approaching all the foundations of the classical period, but of seeing what are the forms of Athenian installations outside Attica and of trying to identify possible mobilities that it generates.

**Keywords:** Colonization; Cleruchies; Athenian migration

<sup>1</sup> Doutora, Professeure agrégée (professor secundarista por concurso nacional) d'histoire-géographie, UMR 8210 AnHiMA (Anthropologie et Histoire des Mondes Antiques), França.

<sup>2</sup> Doutoranda em Arqueologia Clássica pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), Brasil. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil.

<sup>3</sup> No século VI a.C., os atenienses se instalam em Salamina, mas não na forma de clerúquia. Trata-se de uma extensão territorial. As raras instalações mais longe são consequência de empresas individuais como aquela de Milcíades no Quersoneso da Trácia.

<sup>4</sup> In the sixth century, the Athenians settled in Salamis, but not in the form of a colony. It is a territorial extension. The few more distant installations are the result of individual enterprises such as Miltiades in Chersonese of Thrace.

## AS DIFERENTES FORMAS DE INSTALAÇÃO NO PERÍODO CLÁSSICO

A presença ateniense fora da Ática é multiforme e, sobretudo, difícil de assimilar. A documentação, tanto proveniente da tradição literária quanto epigráfica, oferece uma visão complexa e às vezes confusa dos atenienses que viviam longe de sua cidade.

A cidade de fato utilizou diversas formas de ocupação fora de seu território. Elas podiam ser na forma de *apoikiai* no sentido mais tradicional, como as fundações de Túrio no Sul da Itália (444 a.C.) ou de Anfípole na Trácia (437-6 a.C.). Essas fundações panelênicas não foram os únicos movimentos de população. As fontes mencionam os *epoikoi*, termo que designa mais frequentemente os colonos enviados para reforçar o povoamento de uma colônia em uma época posterior à fundação, que Atenas regularmente enviou a suas colônias ao longo do séc. V a.C. Essas “colônias” apresentam numerosos problemas aos historiadores, que hesitam em ver nelas verdadeiras cidades autônomas. Mas a menção nas fontes aos colonos – com ou sem seu étnico – evocam as *poleis*, mesmo se estreitamente inseridas no jogo militar de Atenas. Essas colônias – *apoikiai* – áticas frequentemente são cidades que tinham sido esvaziadas de seus habitantes, que são substituídos por colonos atenienses. Este é o caso de Ciro, em 476 a.C., em seguida à intervenção de Címon, ou de Hestieia, na ilha de Eubeia, em 445 a.C., em punição pela execução dos soldados atenienses durante a guerra sagrada de 446 a.C.<sup>5</sup>, ou também de Lemnos colonizada a partir do Quersoneso por Milcíades na virada dos séculos VI e V a.C.<sup>6</sup> O caso de Egina é igualmente ambíguo. Em 431 a.C., uma parte dos cidadãos de Egina foi expulsa da cidade e os atenienses se instalaram em seu lugar. O status desses migrantes é um tanto complexo (PÉBARTHE, 2009, p.374-375).

Nem todas as fundações criadas seguiam a uma decisão coletiva da cidade, indivíduos também poderiam tomar a iniciativa da instalação de colonos. Péricles, em expedição ao Mar Negro e em resposta à demanda dos povos de Sinope, em dificuldade, favoreceu a instalação de 600 colonos atenienses voluntários, provavelmente em 437-6 a.C., nas terras confiscadas a uma parte dos cidadãos de Sinope (Plutarco *Péricles* XX 1-2; PÉBARTHE, 2009, p.376-377).

Mas o que vem mais comumente em mente quando se discute a presença de atenienses fora da Ática são as clerúquias. Os historiadores têm dificuldade em definir e determinar com clareza o que são as clerúquias. Para alguns, uma clerúquia é composta de colonos que conservam sua cidadania inicial e formam uma comunidade dependente da cidade de origem (FICUCIELLO, 2013, p.199)<sup>7</sup>. Para outros, as clerúquias são os soldados atenienses que se instalam fora da Ática, membros de guarnições que desfrutam dos rendimentos de um *kleros* tomado das terras da cidade em troca de um serviço militar (GAUTHIER, 1966,

<sup>5</sup> FIGUEIRA, 2008, p.436-439; GAUTHIER, 1966, p.72; PÉBARTHE, 2009, p.375.

<sup>6</sup> GRAHAM, 1963, p.127-128; CARGILL, 1995, p.12-15; MOGGI, 2008, p.259-260; FICUCIELLO, 2013, p.197-200.

<sup>7</sup> A autora resume as diferentes interpretações e definições da clerúquia.

p.73; PÉBARTHE, 2009, p.369). Mas a análise das fontes mostra que, na realidade, essa definição é válida principalmente para o séc. IV a.C. e que atrás desse termo se escondem várias realidades e graus de presença ateniense (FICUCIELLO, 2012, p.199). Para o século V a.C. o termo é mais ambivalente (ZELNICK-ABRAMOVITZ, 2004, p.325). O lapso de tempo que separa os atenienses Tucídides (460-395 a.C.) e Isócrates (436-338 a.C.) é suficiente para testemunhar uma evolução do vocabulário. Quando Tucídides menciona as cidades de Lemnos, Ciros ou mesmo Hestieia, ele emprega o termo *apoikia*. Essas mesmas cidades são evocadas por Isócrates no século IV a.C. sob o vocábulo de clerúquia (GAUTHIER, 1966, p.68). As fontes mais tardias empregam os dois termos de forma equivalente. Assim, por exemplo, para Potideia, a epigrafia menciona o envio de clerucos no séc. IV, mas Demóstenes relata a expulsão dos *apoikoi* ateniense por Filipe da Macedônia, enquanto Diodoro evoca a retirada da guarnição ateniense em 356 (CARGILL, 1995, p.22-23. Demóstenes VI 17, 20; Diodoro XVI 8, 3-5). O termo “clerúquia” parece ser usado para designar dois tipos diferentes de assentamentos atenienses. Em um caso, a dimensão militar é essencial, como em Potideia; no outro, como em Lemnos, haveria também uma dimensão de colônia de povoamento (CARGILL, 1995, p.5-6, GALLO, 2012, p.370).



**Figura 01:** Cidades onde uma presença ateniense foi atestada na época clássica

Na *História da Guerra do Peloponeso*, Tucídides (III 50, 2) menciona de forma precisa uma clerúquia, Mitilene, na ilha de Lesbos, ao falar sobre a sua revolta em 427-6 a.C.. Como compreender essa distinção feita por Tucídides entre *apoikia* e clerúquia? Não se pode duvidar que o historiador conhecesse as nuances e as diferenças entre os dois modos de instalação (MOGGI, 2008, p.265-267)<sup>8</sup>. Philippe Gauthier propôs interpretar essas diferenças em razão das muitas semelhanças entre esses estabelecimentos e as fundações mais habituais de colônias. Nas cidades que tendemos, de acordo com Isócrates, a colocar do lado das clerúquias, deve-se notar certas semelhanças com as fundações tradicionais. Os migrantes atenienses ocuparam um território supostamente vazio, os habitantes haviam sido expulsos da sua cidade. Os colonos, supunha-se, instalavam-se definitivamente; os lugares haviam sido atribuídos aos colonos de forma definitiva, ao menos até que eles fossem expulsos. Nessas novas cidades, se os laços jurídicos continuam estreitos, isso se dá por razões estratégicas (GAUTHIER, 1966, p.69; ZELNICK-ABRAMOVITZ, 2004, p.327). Mas acabam aí as semelhanças. Nessas “*apoikiai*” os colonos não procuram por mulheres locais, pois inclusive estas últimas haviam sido expulsas ao mesmo tempo que os cidadãos. Os colonos se instalam, com suas mulheres e crianças, em um território já organizado, delimitado (PÉBARTHE, 2009, p.368).

Os casos de Mitilene ou de Cálcis, na Eubeia, apresentam um outro aspecto que justifica a distinção operada por Tucídides. As cidades conquistadas após uma revolta (Cálcis em 446 e Mitilene em 428 a.C.), foram obrigadas a receber clerucos. Mas os cidadãos dessas cidades não foram sujeitos a uma expulsão generalizada – somente aqueles que estiveram por trás da revolta, os aristocratas, foram forçados a deixar suas casas<sup>9</sup>. A cidade permanece então. As terras confiscadas desses aristocratas são transformadas em *kleroi* destinadas a financiar a guarnição de soldados atenienses deixada no lugar, essas instalações de guarnição consideradas temporárias. Outra distinção maior: o colono que recebe um *kleros* é proprietário de pleno direito e pode usar como bem entender, enquanto que o cleruco não é proprietário do *kleros* concedido, ele é somente depositário. Uma outra análise desta passagem de Tucídides traz uma nova visão. Nas fontes atenienses, Salamina às vezes é apresentada como uma clerúquia ateniense. A proximidade imediata da ilha em relação ao resto da Ática não exclui o exercício de prerrogativas relacionadas à cidadania pelos atenienses que vivem em Salamina. No caso de Mitilene, é impossível apagar a distância entre a ilha de Lesbos e a Ática. O status de clerúquia permitiria que os habitantes de Mitilene instalados permanentemente conservassem sua cidadania ateniense (MOGGI, 2008, p.261-262). A terra de uma clerúquia é considerada como *demosia*, ou seja, propriedade comum da cidade ateniense. Não sendo uma fundação, os clerucos não têm um

---

<sup>8</sup> Os assentamentos conheceram modificações na sua estrutura e no seu status, explicando a evolução do vocabulário empregado pelos historiadores Heródoto e Tucídides. Outros historiadores explicam as variações de vocabulário em Tucídides como uma confusão que o autor faria entre *apoikia* e clerúquia. Ver FICUCIELLO, 2013, p.215.

<sup>9</sup> Em Cálcis, segundo Eliano, as terras dos *Hippobotai* (aristocratas) foram divididas em 2.000 lotes para os atenienses que consagravam uma parte e alugavam o resto (GAUTHIER, 1966, p.71). Em Mitilene, cidade da ilha de Lesbos, os aristocratas recebiam o nome de *dunatoi* (poderosos).

fundador a quem render um culto, nem mesmo precisam justificar através de mitos sua presença (PÉBARTHE, 2009, p.369). Além dessas dificuldades semânticas, no século V, as cidades que recebem clerúquias atenienses são relativamente pouco numerosas. As melhores candidatas são, além de Mitilene e Cálcis já mencionadas, Naxos e Andros, que se situam nas Cíclades (FIGUEIRA, 2008, p.446, 448).

A ambiguidade do status dessas poses atenienses fora da Ática é ressaltada no final do conflito contra Esparta, que termina em 404 a.C. Atenas reivindica a propriedade de certas cidades situadas fora da Ática: Imbros, Círos e Lemnos. Esses três lugares, que haviam sido designados por Tucídides como sendo *apoikiai*, foram depois objetos de difíceis negociações entre atenienses e espartanos no final da Guerra do Peloponeso. Essas ilhas eram povoadas por atenienses, que substituíram a população expulsa. Consideradas como *apoikiai*, teoricamente autônomas, Atenas não poderia ter exigido a propriedade. Para que os espartanos pudessem reconhecê-las como atenienses, era necessário insistir na importância dos laços cívicos que uniam esses indivíduos aos atenienses. Portanto, para manter essa ligação, esses insulares não eram mais considerados como colonos, mas como clerucos, explicando o deslize semântico. Por intermédio desta requalificação, as ilhas seriam integralmente ocupadas por clerucos atenienses, justificando as reivindicações de Atenas. De fato, o cleruco no período clássico conservava sua cidadania, o que normalmente não era o caso do colono (*apoikos*) (FIGUEIRA, 2008, p.448; PÉBARTHE, 2009, p.370; GRAHAM, 1983, p.169). Entretanto, observa-se repetidamente que o colono ateniense podia ter dupla identidade, uma dupla cidadania, por exemplo em Lemnos ou em Hestieia, e também em Egina (PÉBARTHE, 2009, p.375)<sup>10</sup>. De fato, parece que nas *apoikiai* situadas em cidades já existentes os colonos cidadãos atenienses não perdiam sua cidadania, mas sim se beneficiavam de uma dupla identidade, equivalente ao estatuto jurídico dos indivíduos beneficiados por um acordo de simpolitia (*sympoliteia*) (PÉBARTHE, 2009, p.372-373).

No séc IV a.C. as clerúquias atenienses estão em seu apogeu. Embora formalmente proibidas pelo decreto de Aristóteles<sup>11</sup>, que continha as cláusulas da Segunda Confederação (377 a.C.), observa-se uma multiplicação dessas instalações fora da Ática a partir dos anos 360 a.C. Desde 366 a.C., Samos foi libertada da tutela persa e a guarnição foi substituída por clerucos atenienses. Em 361 a.C., uma outra criação de clerúquia merece atenção aqui. Trata-se da cidade de Potideia, que demandou oficialmente a Atenas que lhe enviasse clerucos (IG II 114; ver BRUN, 2005, n. 59). A cidade da Calcídica da Trácia, que entrou no órbita ateniense em 364 a.C., por ocasião da expedição do estrategista Timóteo, passa distúrbios internos. A facção democrática que parece ter tomado o poder a favor da intervenção ateniense na região foi, sem dúvida, fragilizada pelas ameaças internas e externas (CARGILL, 1995, p.22). Potideia não fazia parte das cidades signatárias da Confederação de 377 a.C., e não era então coberta pelas garantias de não intervenção. De um

<sup>10</sup> Egina foi descrita por Tucídides como uma *apoikia*.

<sup>11</sup> Magistrado ateniense do início do séc. IV que não se deve confundir com o célebre filósofo (N.d.R.)

ponto de vista legal, Atenas não rompeu seus compromissos. Salientado repetidamente no decreto sobre a iniciativa dos potideatas, Atenas se livra preventivamente da acusação de desrespeitar essa cláusula (BRUN, 2005, n. 59; WORTHINGTON, 2000, p.235-236).

Existiram outras formas de controle sobre o território de uma outra cidade. Diversos documentos evocam a existência de propriedades privadas situadas em outras cidades mas pertencentes a cidadãos atenienses do século V a.C. Pode-se perceber, a partir da estela dos hermocópidas, que apresenta o nome dos atenienses condenados no processo da emasculação das estátuas de Hermes que atingiu a vida política de Atenas pouco antes da partida dos atenienses para a expedição da Sicília (415 a.C.); ou também a partir do decreto de Aristóteles, descrevendo os termos e o funcionamento da Segunda Confederação Ateniense em 377 a.C.<sup>12</sup>. Por exemplo, a estela dos hermocópidas menciona um certo Adimanto, de quem foi confiscado um domínio em Tasos, e que outros condenados tinham bens em Abidos e na Eubeia (GAUTHIER, 1973, p.163-178). Está excluída a possibilidade de que se tratem de terras de clerúquias. Além disso, nas cláusulas da Segunda Confederação Ateniense, Atenas se engaja em restituir todas as terras públicas ou privadas possuídas pelos atenienses fora da própria cidade, mas também em não adquirir qualquer outra no futuro, garantia sem dúvida desejável para os futuros membros. Esta cláusula permite sustentar a hipótese de que os atenienses eram proprietários de terras situadas em outras *poleis* durante a dominação ateniense no século V a.C. Esta situação levanta um problema complexo de ordem jurídica por causa do status de cidadão, que normalmente confere o privilégio de poder possuir terras da cidade, prerrogativa interdita aos não-cidadãos. Portanto, a questão da existência de propriedades privadas pertencentes a atenienses fora da Ática é problemática. Existem meios legais de possuir essas terras: por casamento ou por *enktesis*; mas esse privilégio, de ter o direito de possuir terras, era raramente concedido por uma cidade. Essas terras devem ter sido adquiridas por atenienses de diferentes maneiras: ao ganhar um processo contra um cidadão de uma outra cidade – nesses casos aquele que levou o processo em justiça recebe dois terços da multa imposta – ou ainda pelo sistema de empréstimo. No mundo grego, os empréstimos eram garantidos com a terra. Em caso de não pagamento, o credor se apossava dos bens hipotecados. Os ricos atenienses emprestavam dinheiro tanto para particulares quanto para cidades em falência ou insolventes. Portanto, a posição dominante de Atenas e o papel dos sicofantas estigmatizados por Aristófanes e Xenofonte tinham certamente favorecido esses proprietários. Em tempos normais, o cidadão ateniense deveria vender essa terra a um co-cidadão do condenado e ficar somente com o dinheiro da venda. Mas o medo do poderio de Atenas sem dúvida favoreceu o abandono por parte de muitas cidades de algumas de suas prerrogativas. Em todo caso, esses proprietários atenienses que pertenciam, sem dúvida nenhuma, às duas classes sensíveis mais elevadas, os pentacosiomédimnios e os *hippeis*, continuavam a viver em Atenas.

---

<sup>12</sup> Algumas cláusulas desse decreto permitem deduzir o funcionamento da Liga de Delos do séc. V a.C.



### UMA PRESENÇA ATENIENSE FORA DE ATENAS QUE PARECE RARA

Seja através das colonizações mais tradicionais ou das clerúquias, a questão da mobilidade dos atenienses e, especialmente, a importância do movimento, surge inevitavelmente.

Durante a revolta de Mitilene, em 428-7 a.C., os atenienses adotaram diversas medidas, dentre as quais o confisco de uma parte do território transformado em 3.000 lotes. Mitilene é de muitas maneiras uma clerúquia fora da regra. A quantia de 3.000 lotes (dos quais 300 eram reservados à deusa Atena) não pode ser considerada como reflexo do número de atenienses no lugar, embora certos historiadores o afirmem. Os historiadores que acreditam que essa cifra seja realista podem conceber a possibilidade de um envio desse porte somente na medida em que este seja temporário (GAUTHIER, 1966, p.78-79). Aqueles que questionam esse número se apoiam na situação demográfica de Atenas de então. Um desfalque de 2.700 soldados cidadãos era impensável nessa época (427-6 a.C.), pouco depois das perdas humanas massivas dos primeiros anos de guerra.

Geralmente os clerucos do séc. V a.C. não eram muito numerosos, e mobilizavam apenas algumas centenas de indivíduos. No séc. IV a.C. a situação parece evoluir. O retorno de Atenas ao cenário político marcado pela vitória de Cónon em Cnidos, em 394 a.C., está associado ao desenvolvimento das clerúquias a partir dos anos 360 a.C. Samos, onde a população foi expulsa em 365 a.C., parece ter recebido em algumas décadas cerca de 12.000 famílias de clerucos. Essa imagem parece mesmo excepcional porque representa cerca de um terço dos cidadãos atenienses dessa época. Essa ocupação enviou para o exílio, durante 43 anos, sâmios que encontraram nas outras cidades simpatia e asilo, notadamente em razão da hostilidade no que diz respeito a Atenas, que retomou práticas fortemente contestadas (CARGILL, 1995, p.35-40; HABICHT, 1996, p.398-401)<sup>13</sup>.

A mobilidade dos atenienses é certamente modesta, como evidenciado pelo número de colonos atenienses participantes das fundações panelênicas. As colônias de Anfípole e Túrio são constituídas por apenas um milhar de atenienses, de um número total de 10.000 colonos em Túrio. Igualmente em Hestieia, os colonos atenienses teriam sido 2.000, no máximo (PÉBARTHE, 2009, p.378)<sup>14</sup>. Os historiadores estimam que o número de atenienses instalados fora da cidade seria da ordem de 12.000 colonos e 8.000 a 9.000

---

<sup>13</sup> Samos foi restituída aos sâmios por Alexandre em 324 a.C., mas os sâmios não puderam retornar à pátria até 321 a.C., após o fracasso da revolta de Atenas e das cidades gregas contra o domínio macedônio que se seguiu à morte de Alexandre.

<sup>14</sup> O historiador releva que, além de Hestieia, com seus 2.000 colonos, o número de 1.000 colonos aparece três vezes no séc. V a.C.: Potideia, Breia (ou pelo menos a Trácia) e para os reforços no Quersoneso. Melos recebe 500 colonos e Sinope, 600.

clerucos, que perfazem 10% da população (FIGUEIRA, 2008, p.443 e ver tabelas p.508-510; PÉBARTHE, 2009, p.379).

As motivações desses homens, cidadãos atenienses, que aceitavam deixar sua pátria para se instalarem em outros lugares, estão longe de serem evidentes e geram debate. Ignoramos tudo sobre a forma de recrutamento. Além disso, a origem social desses homens que deixavam a Ática é difícil de determinar e as fontes são contraditórias. No que diz respeito às clerúquias, observa-se que, pouco tempo depois do envio dos clerucos, os mitilenos tinham de pagar um aluguel para cada lote de terra, *kleros* (IG I<sup>3</sup> 66). É possível que os clerucos não trabalhassem diretamente os seus próprios lotes. Esta soma servia para financiar a manutenção de uma guarnição suficiente para defender a cidade, desprovida de muralhas, as quais haviam sido destruídas em represália à revolta<sup>15</sup>. As terras, anteriormente propriedades dos *dunatoi*, eram cultivadas por pequenos agricultores locais, que obtinham daí um certo lucro. Mas não se deve generalizar o caso de Lesbos a todos as clerúquias<sup>16</sup>.

O montante dos alugueis dessas terras era um tanto modesto, da ordem de duas minas por ano<sup>17</sup>, e correspondia ao montante do soldo de um soldado ou de um mercenário no séc. V a.C.<sup>18</sup>. É pouco provável que os lotes de terras atribuídos proporcionassem uma renda tão baixa e que fossem rigorosamente iguais. Portanto, para os clerucos o lote de terra não constituía uma fonte de enriquecimento possível, mas representava seu soldo em espécie. Consequentemente, para Philippe Gauthier, os clerucos deveriam pertencer à classe dos zêugitas, os soldados da infantaria, e não dos tetas (GAUTHIER, 1973, p.163-178).

Esta hipótese não é, contudo, aceita unanimamente. Frequentemente, as clerúquias foram interpretadas como o meio de fazer face a um excedente demográfico. Ora, a cidade, que havia conhecido uma importante perda demográfica durante os primeiros anos da Guerra do Peloponeso, assim como em razão da “peste” que matou, entre outros, Péricles, não podia se permitir separar-se de uma parte importante e estratégica da população. A origem social dos clerucos seria mais provavelmente buscada nos tetas, a quarta e mais pobre das classes censitárias de Atenas. Favorecer o desenvolvimento econômico dos tetas foi uma forma de Atenas reforçar a terceira classe censitária, a classe dos zêugitas, na qual se recrutavam os indispensáveis hoplitas, permitindo a passagem dos tetas para a classe dos zêugitas (PÉBARTHE, 2009, p.382-384). Essa hipótese levantada por Christophe Pébarthe é corroborada pela localização da maior parte das clerúquias. Fora a notável excessão de Mitilene, na ilha de Lesbos, elas

---

<sup>15</sup> Parece que os atenienses teriam permanecido nas cidades da ilha de Lesbos (exceto Metimna) até o fim da Guerra do Peloponeso. SALOMON, 1997, p.198-200.

<sup>16</sup> Zelnick-Abramovitz estima no entanto que esse sistema era generalizado para todas as clerúquias. Pébarthe pensa que certos clerucos residentes cultivavam eles próprios a terra do *kleros* que havia alocado (PÉBARTHE, 2009, p.382).

<sup>17</sup> Um acordo entre Atenas e Mitilene fixa em duas minas por ano e por *kleros* o aluguel a pagar em troca da terra. Tucídides III 50, 2. PÉBARTHE, 2009, p.382.

<sup>18</sup> O soldo foi calculado como sendo de uma dracma/dia por oito meses de mobilização no início do séc. V a.C., representando duas minas por ano. PÉBARTHE, 2009, p.382.

estavam situadas próximas à Ática, permitindo aos clerucos que se instalavam manterem contato com a própria cidade. Alguns clerucos eram, sem dúvida, trabalhadores rurais agrícolas e aqueles que não eram acostumados ao trabalho da agricultura provavelmente alugavam suas terras aos agricultores locais (FIGUEIRA, 2008, p.438).

O grupo socioeconômico a que pertenciam os colonos foi também objeto de diferentes interpretações. O decreto estabelecido para a fundação de Breia, no Adriático (446-5 a.C.), evoca as restrições quanto ao nível social dos colonos (*IG I<sup>3</sup> 46*). Os membros das duas primeiras classes censitárias estavam excluídos dessas empresas de refundação<sup>19</sup>. Contudo, muitos elementos vieram a nuançar esta imagem. Com certeza, os menos afortunados podiam esperar um benefício importante de uma instalação em uma colônia, principalmente na forma de terras. Mas a nova cidade não podia prescindir da presença de um grupo economicamente dominante, capaz de suportar certas despesas cívicas como no modelo das liturgias atenienses e, sobretudo, de participar como cavaleiros na defesa da cidade (FIGUEIRA, 2008, p.439; PÉBARTHE, 2009, p.381)<sup>20</sup>.

As vicissitudes políticas que sacudiram o mundo grego durante o período clássico tiveram repercussões sobre os movimentos populacionais. Assim, Lisandro, o navegador espartano, impõe a aniquilação da *arche* de Atenas após a Guerra do Peloponeso. Para isso ele procura dismantlar a rede que a cidade havia preparado através, principalmente, das colônias e clerúquias. Os habitantes de Egina, de Melos e mesmo de Sícion, expulsos da própria cidade por Atenas no tempo de sua hegemonia, foram restabelecidos em suas cidades, expulsando por sua vez os *epoikoi* atenienses. Mas esses retornos nem sempre eram possíveis, como em Ciro, onde os antigos habitantes não eram mais suficientemente numerosos para considerarem a possibilidade de voltarem a viver na própria cidade. A chegada dos macedônios, que marca o fim da expansão ateniense fora de suas fronteiras, leva certamente a uma repatriação dos clerucos instalados havia pouco na região do Quersoneso. Se esses movimentos são bem atestados, por outro lado sua importância deve ser fortemente relativizada. É pouco provável que a maioria dos habitantes de origem ateniense situados fora da Ática teriam se deslocado novamente (FIGUEIRA, 2008, p.462, 496).

---

<sup>19</sup> Outras fontes vêm reforçar essa ideia. Plutarco, na *Vida de Péricles* (XI 5-6), relata que o objetivo de Péricles ao enviar colonos ao Quersoneso era de afastar os pobres e inativos de Atenas (PÉBARTHE, 2009, p.379).

<sup>20</sup> Muitas fontes evocam os colonos ricos. É o caso de Aristonte, o pai de Platão, um *hippeus* que fez parte do grupo de colonos atenienses em Egina. Além disso, em Hestieia, o aumento da *eisphora* é a prova que nem todos os colonos eram pobres.

**BIBLIOGRAFIA**

- BRUN, P. *Impérialisme et démocratie à Athènes. Inscriptions de l'époque classique*. Paris: Armand Colin, 2005.
- CARGILL, J. *Athenian settlements of the fourth century B.C*. Leiden, New York, Köln: Brill, 1995.
- FICUCIELLO, L. *Lemnos : cultura, storia, archeologie, topografia di un'isola del Nord-Ege, Monografie della scuola archeologica di Atene e delle missioni italiane in oriente*, XX, 1/1, Lemno 1,1, Athènes, 2013.
- FIGUEIRA, Th. « Classical Greek Colonization ». IN: G.R. TSETSKHLADZE (ed.). *Greek Colonisation. An Account of Greek Colonies and Other Settlements Overseas. Volume 2. Mnemosyne Supplementum 193*. Leiden and Boston : Brill, 2008, p. 427-523.
- GALLO, L. « Le strutture istituzionali delle cleruchie ateniesi » *ASAtene* 88, 2010 (2012), p.365-370.
- GAUTHIER, Ph. « Les clérouques de Lesbos et la colonisation athénienne au V<sup>e</sup> s », *REG* 79, 1966, p.64-88.
- GAUTHIER, Ph. « A propos des clérouques athéniennes du V<sup>e</sup> siècle ». IN: M. FINLEY (dir.). *Problèmes de la terre en Grèce ancienne*. Paris: Mouton, 1973, p.163-178.
- GRAHAM, A. J. « The fifth century cleruchy on Lemnos », *Historia: Zeitschrift für alte Geschichte*, 12, 1, 1963, p.127-128.
- GRAHAM, A. J. *Colony and Mother City in Ancient Greece*. 2<sup>a</sup> ed. Chicago: Ares, 1983.
- HABICHT, Chr. « Athens, Samos, and Alexander the Great ». *PAPhS*, 140, 1996, p.397-405.
- MOGGI, M. « Fra apoikia e kleroukia ». IN: E. GRECO; E. PAPI (dir). *Hephaestia 2000-2006. Ricerche e scavi della Scuola archeologia italiana di Atene in collaborazione con il Dipartimento di archeologia e storia delle arti dell'Università di Siena. Atti del seminario, Siena, Certosa di Pontignano, 28-29 maggio 2007 (Tekmeria 6)*, Fondazione Paestum-Pandemos, 2008, p.259-270.
- PEBARTHE, Ch. « Émigrer d'Athènes. Clérouques et colons aux temps de la domination athénienne sur l'Égée au V<sup>e</sup>me siècle a.C. ». IN: KAISER, W., Cl. MOATTI et Chr. PÉBARTHE (textes réunis par). *Le monde de l'itinérance en Méditerranée de l'Antiquité à l'époque moderne*. Bordeaux: Ausonius, 2009, p.367-390.
- SALOMON, N. *Le cleruchie di Atene, caratteri e funzione*. Pise : Edizioni ETS, 1997.
- WORTHINGTON, I. « Demosthenes, Philippic 2.20 and Potidaea the apoikia ». *Hermes* 128, 2000, p.235-236.
- ZELNICK-ABRAMOVITZ, R. "Settlers and Dispossessed in the Athenian Empire". *Mnemosyne*, 57, 3, 2004, p.325-345.

---

Recebido em: 28/06/2017

Submitted in: 28/06/2017

Aprovado em: 12/09/2017

Aproved in: 12/09/2017

Publicado em: 24/06/2018

---

Published in: 24/06/2018